



**ANAIS DO 11º SIMFIP E 3º SIMPEX
1º SEMESTRE 2021**

**REVISTA MULTIDISCIPLINAR UNIFIPMoc
NÚMERO 37 SUPLEMENTO Nº 01
VOLUME ÚNICO**

COTIDIANOS UNIVERSITÁRIOS LÍQUIDOS: A TEORIA BAUMANIANA E AS SUBJETIVIDADES DE UNIVERSITÁRIOS DE UMA IES PRIVADA DO NORTE DE MINAS GERAIS

Mariana Leite de Jesus¹; Gustavo Souza Santos ²

¹Acadêmica do curso de Psicologia do UNIFIPMoc. Membro do Grupo de Estudos Café e Psicanálise (UNIFIPMoc), POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura (UNIFIPMoc) e bolsista de iniciação científica (BIC/UNIFIPMoc)

²Professor do UNIFIPMoc. Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes. Coordenador do POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura (UNIFIPMoc). Orientador.

RESUMO: O universitário contemporâneo está inserido dentro da modernidade no qual Zygmunt Bauman denominou como líquida, caracterizada pela individualidade, imediatismo, consumismo, insegurança, instabilidade, além da competição e de conglomerado de sintomatologias que afeta a subjetividade e se descortinam nas frestas do cotidiano (BAUMAN, 2001). Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar a produção do cotidiano e das relações do estudante universitário contemporâneo, a partir do pensamento baumaniano. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, abordagem descritiva e sob o tipo de pesquisa de campo. O estudo foi conduzido em uma instituição de ensino superior do Norte de Minas Gerais no período de agosto a dezembro de 2020. Adotou-se como instrumento de coleta de dados a técnica de grupos focais on-line síncronos, utilizando para tanto a plataforma de troca de mensagens WhatsApp, por meio da ferramenta de grupos para operacionalização do processo. Foram realizados 5 grupos focais on-line síncronos compostos por 5 sujeitos, totalizando a abordagem de 25 pesquisados. Os sujeitos foram selecionados por conveniência, mediante manifestação de interesse em participar do estudo, assentindo aos procedimentos éticos previamente assegurados conforme a resolução 466/2012 do CONEP. Um roteiro de questões discursivas composto por 6 questões semi-estruturadas foi preparado. Ao final da coleta, os dados foram compilados e categorizados por termos representativos, adotando-se a técnica de análise de conteúdo. Posto isto, os entrevistados se queixaram da pressão e do imediatismo mediante a escolha da profissão, entrada e formação acadêmica que levam ao equívoco, gerando angústias, frustrações e sentimentos de incerteza. Além disso, os sujeitos relataram da ampla necessidade de produtividade e multi afazeres no qual a modernidade impõe, levando a sentimentos de insuficiência e fragilidade. Os entrevistados também ressaltaram a competição entre os colegas, fragilizando laços sociais e enfatizando a individualidade. Percebe-se sintomas de ansiedade, estresse, somatismo, comparação, nos quais os modos de produção líquida-capitalista gerou no universitário, a partir da subjetivação deste sistema. Conforme Bauman (2001), a modernidade líquida é marcada pela ansiedade, juntamente com solidão, angústia que permeiam a individualidade. Portanto, conclui-se que a liquidez e todo seus sintomas estão presentes e afetam o universitário contemporâneo, criando novas modalidades de percepção de si, da formação e da trajetória psicossocial.

Referências

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. São Paulo: Zahar Editora, 2001.

Apoio financeiro: UNIFIPMoc

Aprovação Comitê de Ética: CEP 4.524.033/2020.

Projeto oriundo de iniciação científica na modalidade BIC- UNIFIPMoc (2020/2021)

A PANDEMIA E SEUS REFLEXOS NA POPULAÇÃO IDOSA

DE ALMEIDA, Ana Livia C. T.¹; SANTOS, Luis Gustavo S.¹; NASCIMENTO, Mairtes I.D.C¹; FARIA, Rodrigo A.¹; RUAS, Samara G¹; SALT, Stephanie E. F.¹; SILVA, Tamara G¹; CARDOSO, Anamaria de Souza²

¹Graduandos(as) em Psicologia pelo UNIFIPMoc.

²Bióloga, doutora em ciências biológicas. Orientador e docente do UNIFIPMoc.

Resumo: Este trabalho apresenta o contexto dos idosos na pandemia do coronavírus, evidenciando a mobilização de pessoas e instituições em função destes, tendo como objetivo investigar os impactos da pandemia do coronavírus na vida e nas relações com os idosos na sociedade atual. A metodologia empregada foi de natureza quali-quantitativa, caráter exploratório e bibliográfico, abordando as análises de dados feitas por meio das plataformas digitais, na qual foi desenvolvido um questionário contendo sete perguntas envolvendo objetivos específicos que norteiam o tema proposto, a fim de compreender e analisar o tema. A partir disso, foram analisados os resultados, onde foram apresentados gráficos e relatos de cuidadores e familiares de idosos a partir de 60 anos, onde foram apresentados temas como ansiedade, mostrando que 60% dos respondentes, notaram sinais de ansiedade no(s) idoso(s); Hábitos de cuidado a saúde pelos respondentes, onde a maioria dos respondentes ou melhoraram seus hábitos (73,3%), ou criaram melhores hábitos (26,7%), visando a saúde e proteção para com o(s) idoso(s); E ainda, relatos sobre o uso das tecnologias pelos idosos: “Sim, eles já utilizavam celulares antes e agora estão utilizando com maior frequência para falar com seus amigos e familiares”. Essa contribuição foi de extrema importância para expor a forma e percepção das necessidades dos idosos perante esse momento difícil, devido à falta de contato com outras pessoas, onde visou-se o aconselhamento sobre os meios de intervenção para a melhoria de vida desses idosos, tanto no contexto familiar, quanto asilar.

PREVALÊNCIA DO USO DE INSTAGRAM EM ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA DO NORTE DE MINAS GERAIS

Ana Livia Prates Fonseca ¹; Gustavo Souza Santos ².

¹Graduanda em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (UNIFIPMoc). Membro do POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura (UNIFIPMoc).

²Professor do UNIFIPMoc. Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia (Unimontes). Membro do POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura (UNIFIPMoc).

RESUMO: Em tempos de cibercultura, os processos cotidianos são perpassados pela mediação de dispositivos comunicacionais em que a realidade acompanha um cenário onde a tecnologia se integra à quotidianidade, ocasionando uma hibridização entre técnica e laço humano. O objetivo do estudo foi estimar a prevalência do uso de da rede social Instagram e a sua associação com a idade, sexo e período de curso dos acadêmicos de uma instituição de ensino superior privada do Norte de Minas Gerais. Desenvolveu-se um estudo qualitativo, descritivo, transversal e de campo com 311 estudantes selecionados aleatoriamente e por conglomerados, considerando todos os cursos de graduação. Os participantes responderam a um questionário acerca de hábitos e usos da rede social Instagram, bem como sociodemográficos. A prevalência de uso da rede social foi de 63% para os estudantes que acessam Instagram mais de 5 vezes por dia. Estudantes com faixa etária compreendida entre 18 e 23 anos possuem maior prevalência de uso (69,7%). O sexo feminino representa a maior fatia de usuários ativos (75,6%). E aqueles que estão na primeira metade do curso

usam mais a rede social (72,4%). Observa-se que o alto volume de acesso da rede social o tipifica como uma rotina estabelecida de consulta e consumo de conteúdo, e não apenas como uma ferramenta furtiva e de lazer. A faixa etária mais jovem e que compõem naturalmente em maior volume os estudantes na primeira metade de conclusão do curso indicam um contato geracional com a rede. Trata-se de um grupo de sujeitos nativos digitais ou com acesso mais facilitado ou democratizado da internet, indicando maior imersão e composição do cotidiano (FABRIS *et al.*, 2020). As mulheres representam as maiores usuárias, o que pode ser discutido como uma dinâmica de gênero, uma vez que a construção social dos papéis e expectativas femininas são hostis e designam ritos de consumo de conteúdo ou sujeição a dinâmicas e tendências comportamentais específicas, sob uma perspectiva patriarcal (JACKSON *et al.*, 2001). Desse modo, embora sejam percebidas flexões na forma como se estabelece a sociabilidade on-line, esta reflete as características da sociabilidade off-line. Um exemplo desta análise é a pulsão humana de estabelecer coletividades e desenvolver sentidos de pertencimento a grupos diversos e, neles e por meio deles, verter sua existência e identidade. As relações coletivas importam ou carregam relevância estrita para o desenvolvimento da performance individual.

Referências

FABRIS, M. A.; MARENGO, D.; LONGOBARDI, C.; SETTANNI, M. Investigating the links between fear of missing out, social media addiction, and emotional symptoms in adolescence: the role of stress associated with neglect and negative reactions on social media. **Addict Behavior**, v. 106, n. 1, p. 106-114, 2020.

JACKSON, L. A.; ERVIN, K. S.; GARDNER, P. D.; SCHMITT, N. Gender and the internet: women communication and men searching. **Sex roles**, v. 44, n. 1, p. 363-379, 2001.

Apoio financeiro: UNIFIPMoc.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 3.353.373/2019.

Modalidade de Iniciação Científica na UNIFIPMoc: voluntária`

A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD EM RAZÃO DO AUMENTO DO E-COMMERCE NO MOMENTO DE ISOLAMENTO SOCIAL

ANTUNES, Camila Neri; ROCHA, Clarice Santos; SOUZA, Gabriela Nunes de; FONSECA, Letícia Emanuelle Lisboa; SOARES, Victor Oliveira

GALVÃO, Luciana Gomes Marques ²

¹Discentes da FIPMoc; ²Docente da FIPMoc

Introdução: Devido a pandemia do covid-19 houve a necessidade do isolamento social, onde o EAD virou a única forma de estudo, além de muitas empresas aderirem o home office. Isso aumentou a demanda das vendas de produtos eletrônicos e contribui também com que 7,3 de milhões de brasileiros comprassem online pela primeira vez em 2020. Com o aumento da venda de produtos eletrônicos, aumenta também o número de pessoas que usam seus dados nas plataformas digitais. Plataformas essas que talvez não tenham uma política de privacidade efetiva, o que contribui para o vazamento dos dados das pessoas dos usuários. É nesse momento que se faz necessário a efetivação de Lei Geral de Proteção de Dados. **Objetivo:** Demonstrar a importância da proteção dos dados pessoais no contexto da intensificação do comércio eletrônico. **Metodologia:** A pesquisa foi feita por uma abordagem qualitativa. Optou-se pela pesquisa e os objetos gerais foram feitos de forma explicativa. Sendo feito o uso de notícias e artigos para a coleta dos dados. Com estudos bibliográficos e por meio da legislação vigente da Lei Geral de Proteção de Dados. **Resultado:** No atual cenário, frente a

pandemia , houve uma intensificação do comércio online. Segundos dados da ABComm o faturamento chegou a 56,8% em 2020, e pesquisas revelam que de 20 a 30% das lojas virtuais criadas durante a pandemia irão permanecer nas plataformas de vendas online, estipulando um crescimento de 26% no e-commerce em 2021. Os aumento de lojas virtuais apresentam insegurança ao realizar transações que requeiram o fornecimento de dados em sites e plataformas desconhecidas, pois requerem cadastro e dados pessoais para a compra. A LGPD é um instrumento de salvaguardar o direito de privacidade desses usuários, pois prevê que o dado pessoal é estritamente da pessoa a quem ele diz respeito, não podendo ser usado para fins ao qual o dono não possui conhecimento. **Conclusão:** É necessária a adequação aos termos da LGPD, visto que, ao se ter a concordância do usuário é criado o negócio jurídico firmado entre a plataforma e seu cliente, precisando aumentar a confiança do consumidor e inovar o mercado digital para que haja cada vez mais segurança nas relações de consumo pela internet, além do acompanhamento à expansão do e-commerce de maneira segura e eficaz. A adequação a LGPD não representa somente uma segurança para o titular, mas também para as empresas responsáveis pelo tratamento dos dados pessoais e que asseguram a credibilidade das plataformas utilizadas. A conformidade com a LGPD é promover ainda mais o avanço do e-commerce.

Palavras-chaves: Dados pessoais. E-commerce. LGPD. Pandemia.

Referencia:

SCHIAVINI, Rodrigo; Crescimento do e-commerce na pandemia é fruto de investimentos e muito trabalho, E-commerce Brasil, 2020. Acessado em : <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/e-commerce-crescimento-pandemia/>

LOURENÇO, Daniele; LGPD para e-commerce: 6 cuidados que a sua loja virtual deve ter, 2020. Acessado em: <https://eccosys.com.br/guia/lgpd-para-e-commerce/>

PLATAFORMAS DIGITAIS E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

ANTUNES, Camila Neri; ROCHA, Clarice Santos; SOUZA, Gabriela Nunes de; FONSECA, Letícia Emanuelle Lisboa; SOARES, Victor Oliveira

VELOSO, Cynara Silde Mesquita ²

¹Discentes da FIPMoc; ²Docente da FIPMoc

Introdução: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) esta em vigor desde 2020. Essa Lei incorpora um conjunto de regras sobre proteção de dados que ate então o cenário jurídico não possuía uma legislação geral tratando especificamente disso. Antes dessa Lei, havia uma ausência de regras o que contribuía para que as pessoas responsáveis pelas atividades de tratamento de dados não tivesse a devida responsabilidade com tal atividade. Essa ausência de regras também deixa os donos dos dados sem saber as garantias de que suas informações estariam protegidas. **Objetivo:** Analisar a importância dessa Lei na sociedade e, além disso, o aumento significativo das demandas judiciais. Uma vez que, a Lei terá um efeito parecido ao Código de Defesa do Consumidor. Com excesso de demandas judiciais que sobrecarrega e afeta o Poder Judiciário. **Metodologia:** A pesquisa foi feita de forma qualitativa com levantamento de informações através de livro. **Resultado:** Para facilitar a resolução de conflitos ao tratamento de dados pessoais o órgão da administração publica e as autoridades Nacionais de proteção de dados que, no próprio Código de

Processo Civil prevê que, a solução consensual de conflitos deve ser estimulada á adoção deste tipo de mecanismo. Além disso, a adoção desse mecanismo é a alternativa mais proveitosa para as empresas. Com isso ressaltamos os métodos de autocomposição, como a conciliação e a negociação, nas quais as partes em litígio solucionam a controvérsia, com o auxílio de um terceiro, e a negociação, realizada de maneira informal entre os envolvidos. Outro possível componente desse sistema são plataformas online que facilitam o processo de solução de litígios, para facilitar a resolução de disputas entre as partes que são as disputas online ODR (Online Dispute Resolution) que já é utilizada nacional e internacionalmente. **Conclusão:** A percepção de legitimidade da Lei vai depender de existir uma capacidade de solucionar essas disputas de maneira efetiva, com custos econômicos e sociais, nos quais a sociedade brasileira e a cadeia que trate os danos tenham condições de arcar.

Palavras-chaves: Lei, jurídico, dados.

Referencia: BOTTINO, Cellina; PERRONE et all. Lei Geral de Proteção de dados: experiências internacionais e perspectivas para o Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnology e Sociedade do Rio, abril, 2020. (Introdução e Capítulo 1).

A RELAÇÃO CAUSAL ENTRE FATORES LABORAIS E O ADOECIMENTO PSÍQUICO

Ana Maria dos Santos Silva¹

Maria Caroline ¹

Maria Laura Marques Rocha¹

Vitória Torres Gusmão Ferreira¹

Anamaria Cardoso¹

¹Acadêmico do curso Psicologia da instituição UNIFIPMOC

²Professora do curso Psicologia da instituição UNIFIPMOC

RESUMO: A saúde mental do trabalhador é uma área de estudos que pode apresentar dificuldades ao tentar compreender as relações entre condições de vida e de trabalho. O filme clássico de Charles Chaplin “Tempos Modernos” (1936) faz uma crítica ao sistema fordista, fazendo uma caricatura da relação nociva com o trabalho na realidade industrial. Desde 2002 o Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho (AEAT) afirma que os transtornos ou distúrbios mentais e comportamentais têm ocupado o terceiro lugar entre as doenças que mais causam afastamento do trabalho. (MELO; CALDAS, 2019). O adoecimento relacionado ao trabalho o fenômeno acontece a partir de diversos fatores como, por exemplo, a subjetividade institucional. É importante salientar que esse é um processo multifatorial e a subjetividade do indivíduo vai interferir (SOUZA, 2013). Porém é necessário se responsabilize adequadamente o ambiente empregador. Os aspectos de “distribuição e ao valor social de cada atividade, a carga de trabalho, o ritmo e o tempo de jornada,” são de imensa importância. Considerando a pesquisa como bibliográfica qualitativa, foram definidos dois textos bases que tratam diretamente da relação de saúde mental e trabalho. Como produto final foi produzida uma entrevista com uma pessoa que passou por um processo de adoecimento por conta do meio laboral. A entrevista contemplou o relato do indivíduo e também a relação subjetiva do mesmo com as expressões artísticas, que foram consideradas terapêuticas no processo de superação. A análise histórica das relações de trabalho expressa a toxicidade da cultura da produtividade e lucro. Em análise mais pontual conclui-se que os ambientes de trabalho apresentam diversas falhas organizacionais, que têm cada vez mais sido nocivas à saúde mental dos trabalhadores. Diante a realidade crescente do estresse entre

trabalhadores percebe-se necessária a análise da realidade laboral com intuito de amparar legal e emocionalmente aqueles que sofrem. Ademais, o presente estudo corrobora com o debate em relação às possíveis intervenções da problemática. Aponta-se, a importância da valorização do profissional psicólogo nas áreas organizacionais. A fim de identificar fatores nocivos aos que trabalham e sugerir mudanças que contribuam com o bem-estar psicológico do meio laboral.

REFERÊNCIAS: JACQUES, Maria. O nexo causal em saúde/doença mental no trabalho: Uma demanda para a psicologia. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 19, n. Especial, p. 112-119. MELO, Andrea; CALDAS, Laura. Adoecimento mental do trabalhador: Um olhar sistêmico. **Revista do TST**, São Paulo, v. 85, ed. 3, 2019. SOUZA, Wladimir. Transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho: O que a psicologia tem a dizer e contribuir para a saúde de quem trabalha? **Rev. Psicol.**, v. 25 – n. 1, p. 99-108, Jan./Abr. 2013

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

AUXÍLIO RECLUSÃO: UMA GARANTIA DE DIGNIDADE

CAMPOS, Ana Luiza Novaes¹; PEREIRA, Edson²

1 Discente das Unifipmoc; 2 Docente das Unifipmoc

INTRODUÇÃO: O auxílio-reclusão é um benefício concedido aos dependentes do segurado de baixa renda da previdência social que vier a ser preso. Ressalta-se que o auxílio é objeto de críticas pela crença de que é devido ao encarcerado, no entanto, esse auxílio é uma garantia de dignidade aos dependentes daquele que foi preso, uma vez que tem o intuito de não deixar desamparada repentinamente a família que depende exclusivamente da renda do segurado preso. **OBJETIVOS:** Explicitar a sistemática da concessão do auxílio-reclusão a fim elucidar suas principais controvérsias. **MÉTODO:** Utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica e documental, através da leitura de artigos científicos e da Lei 8.213/91. **RESULTADOS:** O auxílio-reclusão, previsto no artigo 80 da Lei 8.213/91, garantido também constitucionalmente no inciso IV do artigo 201 da CRFB, é um benefício devido aos dependentes do segurado preso, isto é, aqueles cujas condições de vida são mantidas unicamente pela renda do segurado. Nesse viés, o ordenamento jurídico divide os dependentes em classes, sendo que a primeira abrange o companheiro, cônjuge ou filhos menores de vinte e um anos ou com deficiência mental ou intelectual em qualquer idade. Os dependentes de segunda e terceira classe, por sua vez, são sucessivamente os pais e os irmãos menores de vinte e um anos ou com deficiência mental ou intelectual. É importante pontuar que uma classe exclui a outra, dessa maneira, somente uma pode ser assegurada. No tocante aos requisitos, para fazer jus ao auxílio é necessário que o segurado recolhido à prisão seja de baixa renda, considerando-se a da média dos salários de contribuição dos últimos doze meses, que deve ser igual ou inferior ao valor determinado pela legislação vigente na data da prisão, que no ano de 2021 é de R\$1.503,25. Ademais, há outros critérios para que seja concedido o auxílio: carência de no mínimo 24 meses, comprovação de que a pessoa recolhida a prisão mantinha qualidade de segurada, comprovação trimestral da condição de presidiário, não receber salário e nenhum outro tipo de benefício; comprovação de relação com o segurado, e caso não seja dependente de primeira classe, comprovação de dependência financeira. **CONCLUSÃO:** É possível perceber, à luz do que foi discutido, que o instituto não é devido ao presidiário, mas a sua família que diante da prisão do segurado perde sua única fonte de renda. É importante pontuar que somente faz jus ao benefício a família do segurado que for considerado de baixa renda, desta forma o auxílio é utilizado como forma de subsistência. Por fim, esse instituto se apresenta como ferramenta importante ao combate da insegurança social e da pobreza, vez que é destinado a assegurar uma vida digna aos dependentes do segurado preso que se encontra impossibilitado de prover a alimentação, moradia e educação de seus dependentes.

Palavras-Chave: Auxílio-reclusão. Dignidade. Previdência.

TERMOS DE USO, SERVIÇO E SEGURANÇA DO WHATSAPP E A LEI Nº 13.709/2018

SILVA, Camila Alves da; FRÓES, Gustavo Henrique Rodrigues. CALDEIRA, Marcella de Abreu. SOUZA, Luiz Gustavo Alves. RIBEIRO, Luana dos Santos.¹
GALVÃO, Luciana Gomes Marques.²

¹Discentes do Curso de Direito das UNIFIPMoc;

²Docente do Curso de Direito das UNIFIPMoc.

Introdução: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, ao entrar em vigor no Brasil exigiu a adequação por parte das empresas que realizam o tratamento de dados, dispondo sobre termos de aceitação de uso de serviços digitais e informando sobre segurança e privacidade. A empresa *Whatsapp* - que possui mais de dois bilhões de usuários, em mais de 180 países – no Brasil, não efetuou os ajustes em seus termos de acordo com a previsão legal. **Objetivo:** Identificar e avaliar as possíveis divergências nos termos de uso, serviços, segurança e privacidade do aplicativo *Whatsapp* e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. **Método:** Para a realização dessa pesquisa, será adotado o método qualitativo através de estudos bibliográficos e documentais, por meio de análise de legislações e jurisprudências correspondentes. **Resultados:** Segundo o laboratório de segurança digital *Dfndr Lab*, levantamento realizado em Julho de 2020, aponta 5,8 milhões de vítimas de golpes diversos de *Whatsapp* no Brasil, sendo 3 milhões incidentes de clonagem. A não transparência nas informações de uso, serviços, segurança e privacidade do aplicativo *Whatsapp* é apontada, pelos usuários, como principal razão. Em contrapartida, a jurisprudência brasileira tem considerado o usuário dos aplicativos como parte vulnerável, reconhecendo sua exposição às mais diversas possibilidades de fraudes, como se verificou no processo nº 0716567-72.2019.8.07.0020, do 1º Juizado Especial Cível de Águas Claras, em que se estabeleceu, como dever da empresa, zelar pela adoção e manutenção de sistemas que se mostrem, efetivamente, seguros e confiáveis ao usuário. Recentemente, o *Whatsapp* realizou alterações em seus termos de segurança e privacidade, para se adequar ao proposto na LGPD, no entanto, verificou-se que os termos não conferem aos usuários o direito de discordar parcialmente dos termos. Além disso, o termo prevê o compartilhamento de informações entre *Whatsapp* e outros aplicativos de mensagens, como informações sobre números de contatos, atualizações de status, dados sobre a atividade do usuário no aplicativo, como por exemplo, tempo de uso ou o momento em que ele está online, foto de perfil, número de telefone do usuário, marca e modelo do aparelho celular. No entanto, conforme previsto no inciso I, do art. 7º, da LGPD, o tratamento de dados pessoais poderá ser realizado após consentimento do titular que deverá ser realizado de forma livre e espontânea, pois poderá incorrer em vício de contrato. O termo imposto aos usuários mostra-se limitador da liberdade de aceitar e de decidir com autodeterminação. **Conclusão:** Em análise ao termo de privacidade e segurança do *Whatsapp*, verificou-se divergências que colocam em situação de vulnerabilidade os dados dos usuários brasileiros. O pacote de aceitação proposto no termo de segurança e privacidade do aplicativo é vinculante e fere à previsão de livre consentimento e direito à autodeterminação dos usuários.

Palavras-chave: *Whatsapp*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Tratamento de Dados. Desacordo.

Referências:

BARRETO, Osmar Fernando G; MACHADO, Ronny Max. **Caminhos protetivos na sociedade da informação:** a judicialização da proteção de dados e o papel da ética na internet. In: Anais do Congresso Brasileiro de Processo

Coletivo e Cidadania, n. 7, p. 1275-1296, out/2019. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1632>. Acesso em: 21 de março de 2021.

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). [Lei nº 13.709](#). Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 21 de março de 2021.

[BRASIL](#). 1º Juizado Especial Cível de Águas Claras. **Processo nº 0716567-72.2019.8.07.0020**. Apelante: [Lucas de Souza Rodrigues](#). Apelada: [Bom Negocio Atividades de Internet LTDA](#), [Facebook Servicos Online do Brasil LTDA](#). Relatora: Christiane Nascimento Ribeiro. Águas Claras, Distrito Federal. 07 de março de 2020.

DEMOCRATIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

AMARAL, Alexandre Antunes¹; DE MIRANDA, Arthur Evangelista¹; AMARAL, Filipe Cruz¹.

TEIXEIRA, Rodrigo Leal²

Discente do Centro Universitário FIPMoc¹

Docente do Centro Universitário FIPMoc²

Introdução: Os Direitos sociais são um meio em que tem como objetivo assegurar os direitos e garantias fundamentais presentes na Constituição Federal, sendo que o Estado tem o dever de garantir esses direitos a todos os cidadãos. A democratização dos direitos sociais é uma complexa caminhada, visto que possui inúmeras variantes que influenciam no processo final, dentre elas a gestão do Estado e a realização dos deveres civis pela população. **Objetivo Geral:** analisar os aspectos que influenciam na concretização dos direitos fundamentais perante a sociedade contemporânea brasileira. **Método:** Para atender ao objetivo proposto no desenvolvimento dessa análise, foi empregado o método dedutivo mediante procedimento bibliográfico e documental exploratório. **Resultados e Discussão:** Na problemática que envolve a instauração dos direitos sociais de forma democrática, é preciso levar em conta a intensa participação da população, uma vez que grande parte dos serviços inseridos nos direitos fundamentais é prestada por indivíduos, desta forma não é possível obter um sucesso na promoção dos direitos sem a participação dos cidadãos. A ética no trabalho promove uma melhor capacitação prestada ao Estado, no entanto, cabe ao governo entregar as ferramentas necessárias para garantir a capacitação dos serviços, e tendo isso em vista, buscar diminuir as desigualdades presentes no âmbito trabalhista. A educação e segurança ocupa um lugar de destaque no rol dos direitos humanos, o qual é indispensável no exercício da cidadania, porém há muitos problemas envolvidos especialmente na educação básica e no aumento da criminalidade nas grandes cidades. De fato, a dificuldade na efetivação dos direitos sociais acaba assombrando os mais vulneráveis, dependendo exclusivamente do sistema fornecido pelo Estado, trazendo números alarmantes em todo país em consequência desta instauração dos direitos sociais de forma democrática. **Conclusão:** Portanto, é notório que há uma incompatibilidade com a norma referente aos direitos sociais, pois apesar de possuírem um papel fundamental mencionado na carta magna, a efetividade não é presente da maneira que se espera, pelo fato de nem todos adquirirem tais direitos.

Palavras-chave: Direitos sociais. Constituição. Estado. Cidadãos.

Referência: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CARVALHO, Doracy Dias Aguiar de. CARVALHO, Roberto Francisco de. **Democracia e direitos sociais: histórico e implicações para as políticas educacionais brasileiras**. Scielo, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802019000300457 Acesso em: 28 de Outubro de 2020.

OS DIVERSOS CONCEITOS DE FILIAÇÃO NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO

ATAÍDE, Maria Eduarda¹; BARBOSA, Anderson Carvalho²; DIAS, Lucas Emanuel¹; MENDES, Renato Illan Carlos¹; ROCHA, Emmanuelle Figueiredo¹; VILAÇA, Carlos Eduardo¹.

¹Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMOC

²Professor do curso de direito da UNIFIPMOC

Introdução: Ao se analisar os conceitos jurídicos de filiação anteriores, era perceptível designações discriminatórias e restritas. Todavia, ao longo dos anos esses pensamentos foram se dissolvendo em meio à percepção da realidade brasileira, o que aos poucos se transformou em legislações que fornecem meios de validação de outros tipos de filiação, que não a exclusivamente genética, como por exemplo, a socioafetiva. **Objetivo:** Busca-se analisar os diversos conceitos de filiação diante do reconhecimento de realidades distintas presentes na população brasileira. **Método:** Utilizou-se a pesquisa qualitativa, exploratória e o método dedutivo, com estudos bibliográficos de livros e artigos científicos. **Resultados:** No passado, via-se a necessidade de preservar o núcleo familiar, sustentando-se os “bons costumes da família brasileira”. Com o advento da Constituição da República de 1988, esse cenário se alterou devido a socioafetividade. A filiação socioafetiva é aquela que resulta da posse do estado de filho, que provém da origem afetiva. O vínculo de parentesco, se estendeu até os casos de adoção, no qual cria um laço de paternidade e filiação entre pessoas. A adoção é um ato jurídico em sentido estrito, a qual consagra a paternidade socioafetiva e, não se baseia em fatores biológicos, mas em fatores sociológicos. No entanto, a prática que se denomina “à brasileira”, é considerada um ato delituoso no Código Penal, por ser um crime contra o estado de filiação registrar como seu o filho de outrem; mas, é possível que haja o perdão judicial em casos que sejam demonstradas as boas intenções do réu, evidenciando-se como um ato de nobreza. **Conclusão:** Conclui-se que em tratando-se de filiação, parentalidade e adoção, atualmente, tanto a legislação quanto a jurisprudência entendem que deve prevalecer o melhor interesse da criança e do adolescente, bem com o respeito à dignidade da pessoa humana, assim, respeitando o direito à igualdade sem qualquer discriminação, previstos pela Constituição Federal.

PALAVRAS-CHAVE: Filiação. Socioafetividade. Adoção.

REFERÊNCIA:

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 14 Ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2021.

REQUISITOS E PRINCÍPIOS CONTRATUAIS À LUZ DA SÉRIE LA CASA DE PAPEL

ATAÍDE, Maria Eduarda¹; DIAS, Lucas Emanuel¹; MEDEIROS, Viviane²; MENDES, Renato Illan Carlos¹; ROCHA, Emmanuelle Figueiredo¹; VILAÇA, Carlos Eduardo¹.

¹Acadêmicos do curso de Direito da UNIFIPMOC

²Professora do curso de Direito da UNIFIPMOC

Introdução: Os negócios jurídicos, com manifestação de vontade livre bilateral, são denominados de contratos. Desse acordo de vontades, surge uma relação de prestação e contraprestação entre as partes, que devem obedecer aos requisitos e princípios base da formação contratual. **Objetivo:** Busca-se analisar, à luz da série La Casa de Papel, a relevância dos requisitos e princípios jurídicos na formação dos contratos. **Método:** Utilizou-se a pesquisa qualitativa, exploratória e o método dedutivo, com estudos bibliográficos de livros e artigos científicos. **Resultados:** A demonstração da relevância dos requisitos e princípios para a formação de um contrato, pode ser feita através da série La Casa de Papel. Na série, vê-se que entre os assaltantes havia um contrato, feito de forma consensual, no qual deveriam serem cumpridas todas as etapas, para se chegar ao objetivo final. Identifica-se na série, vários princípios como o do consensualismo, o da relatividade, o da obrigatoriedade e da boa-fé. Também estão presentes na série os requisitos contratuais como: no plano de existência, a manifestação de vontade livre, consciente, incondicionada, externa e objetiva; e, no plano de validade e eficácia um agente capaz, um objeto lícito, possível, determinado/determinável, e a sua forma deve ser livre, prescrita ou não defesa em lei. Não se afirma que seria um contrato válido devido a ilicitude do objeto, o dinheiro alcançado de forma ilegal, mas, excluindo-se tal detalhe, a série serve muito bem como demonstração para a formação de um contrato. **Conclusão:** Conclui-se que em La Casa de Papel, o acordo entre os assaltantes do banco, foi feito como se um contrato fosse, no qual identifica-se muitos requisitos e princípios contratuais, servindo tal série como um relevante exemplo de formação de contrato de adesão.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato. La Casa de Papel. Princípios. Requisitos.

ACESSO À JUSTIÇA E SOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO GARANTIA CONSTITUCIONAL À SOCIEDADE

ANDRADE, Maria Thereza Caldeira Duarte Costa ¹; AGUIAR, Pedro Augusto Araújo ¹;

CARDOSO, Ana Carolina Gonçalves¹;

FERNANDES, Larissa Gusmão¹; VIANA, Laura Soares¹.

Discentes da UnifipMoc².
Docente Cynara Silde Mesquita Veloso³.

1- modalidade: pesquisa

2- simfip

3- teoria geral do processo

Introdução: A princípio o Estado apenas definia os direitos e não se comprometia a solucionar os conflitos que surgissem, mas com a evolução dos tempos e para evitar ‘a lei do mais forte’ passou a assumir o encargo de aplicar a lei diante dos casos litigiosos através da jurisdição. As formas de resolução de conflitos dividem-se em autocompositivas e heterocompositivas. Destacam-se a Mediação e a Arbitragem, o primeiro sendo Heterocomposição (que se caracteriza pela presença de um terceiro que detenha o poder de decisão sobre o conflito) e o segundo Autocomposição (que se caracteriza pelo fato das próprias partes chegarem a um acordo), como mais favoráveis a resolução de conflitos tradicionais e digitais relacionado à dados pessoais com efetividade à Lei de Proteção de Dados. **Objetivo:** Analisar as formas consensuais de resolução de conflitos como forma de acesso à justiça nos conflitos relacionados à Lei Geral de Proteção de dados. **Método:** Utilizou-se o método de abordagem dedutivo, com base na pesquisa exploratória e nas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. **Resultados:** A resolução de conflito pode ocorrer no ambiente formal e informal, através da justiça new age, o índice da conciliação subiu para 80% tendo sucesso. Vale ressaltar que a resolução de conflito tanto na área pública como na privada conta com os métodos consensuais e adversariais. Vale ressaltar também sobre as ondas de acesso à justiça que reforma o movimento e ajuda na assistência judicial gratuita, visa a proteção dos interesses difusos, relaciona um novo enfoque de acesso à justiça, expõem as dimensões éticas dos profissionais que se empenham em viabilizar o acesso à justiça e a característica da quinta onda que é a onda de saída a justiça que tem como desafio inicial de eliminar o estoque de casos antigos e etc, não sendo um método melhor ou pior do que outro, mas um meio adequado para cada caso em questão. **Conclusão:** Com base no que foi apresentado, os Métodos Alternativos de Resolução de conflitos no âmbito da LGPD, representam garantias constitucionais o exercício da cidadania e, principalmente, do acesso à justiça. Os meios alternativos surgem também como uma forma de enfrentar ao problema da dificuldade ao acesso Judiciário.

Palavras-chave: Justiça. Leis. Dados. Proteção.

REFERÊNCIAS

BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. **Mediação e Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOFRIMENTO PSÍQUICO E PERDA DE SI: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

João Victor Viana da Silva Neves ¹; Aline Guedes Peixoto e Silva ¹; Cláudia Rodrigues de Araújo ¹; Carlos André Moreira da Silva ²

¹ Acadêmico(a) do curso de Psicologia do UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia do UNIFIPMoc

RESUMO: Este trabalho é referente ao IV estágio obrigatório da grade curricular do curso de Psicologia do UNIFIPMoc. Tal prática teve como objetivo: acolher, prestar cuidado ao portador de transtorno mental visando a sua reabilitação psicossocial, na busca pela autonomia e da cidadania através da observação, da conversação, de oficinas terapêuticas. Foram realizados quatro encontros presenciais no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O paciente F.C.C.A.S., 29 anos, apresenta um contexto sociofamiliar complexo. Órfão de mãe - o pai diante da perda da esposa toma o filho como duplo, inclui o filho na parceria, e criado desde o nascimento apenas pelo pai em local desprovido de contato social e higiene, o cliente não teve interação com outros sujeitos, portanto não sofisticou a relação com o mundo social, nunca frequentou escolas, e consequentemente teve sua inserção no mundo da linguagem e simbolismo altamente prejudicada. Entre pai-filho mostra-se uma relação absoluta não somente com o corpo nessa dimensão da insuportabilidade da separação, mas aparece também na dimensão financeira (o pai toma posse do Benefício de Prestação Continuada do filho) que é uma indicação de invasão do Outro. Apesar de estar há três anos sendo acompanhado pelo CAPS, não consta no seu prontuário um diagnóstico exato, além de nunca ter sido atendido em psicoterapia por ausência de linguagem oral, entretanto, vale ressaltar que este fato não invalida o sujeito à psicoterapia. Diante disso, foi possível observar na proposta do CAPS, um movimento em que ocorre aos poucos a tentativa de manter como horizonte o objetivo de atenção no modelo psicossocial sobretudo focado na reinserção social oferecendo o usuário e à família esta possibilidade. Para

Miranda, Vasconcelos e Santiago (2006) dentro do serviço além dessa articulação os trabalhos desenvolvidos oportuniza a interação e a socialização, bem como uma maneira através das atividades/oficinas o sujeito buscar organizar e ressignificar seus conteúdos psíquicos e resgatar sua dignidade. Atuamos assim, visando o modelo psicossocial atual no manejo da saúde mental. O trato com o paciente se deu sempre pela via da “materialidade, em especial, as oficinas. Esse caso denuncia não somente a relação com o pai, mas a negligência, ineficiência, sobretudo da rede socioassistencial do Estado, já que ele somente foi assistido com precisão após atingir sua maioridade penal.

Referência:

MIRANDA, M. P.; VASCONCELOS, R. N.; SANTIAGO, A. L. B. Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa. In: PSICANALISE, EDUCACAO E TRANSMISSAO, 6., 2006, São Paulo. **Proceedings online.** Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032006000100060&lng=en&nrm=abn>. Acesso on: 15 Dec. 2020.

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A IMPOSSIBILIDADE DE SUBMISSÃO DE CONFLITOS REFERENTES A DADOS PESSOAIS À ARBITRAGEM

Introdução: A LGPD (lei 13.709 de 14/08/2018), que veio regular a coleta e tratamento de dados pessoais no país, trouxe uma profunda mudança nas regras sobre proteção de dados, o que poderá levar ao aumento considerável de demandas judiciais e vir a sobrecarregar ainda mais o já saturado sistema judiciário. Em vista disso, torna-se necessário avaliar formas alternativas de solução de conflitos em face da nova lei. Uma das formas de solução de conflitos que poderia suprir esse papel seria a arbitragem. Portanto, faz-se necessário avaliar se essa forma de solução de conflitos estaria apta a ser aplicada na solução dos conflitos referentes a dados pessoais à luz da nova legislação. **Objetivo:** Avaliar, sob a luz da legislação da nova lei de proteção de dados, se a forma de resolução de conflito da arbitragem poderia ser aplicável aos conflitos envolvendo dados pessoais. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa com análise de informações obtidas de livros em formato eletrônico. **Resultado:** Evidencia a inviabilidade de submissão de conflitos referentes a dados pessoais à arbitragem em face de a LGPD se tratar de direitos indisponíveis, ao passo que os direitos sujeitos à arbitragem se tratam de patrimoniais. **Conclusões:** Conclui-se pela impossibilidade de submeter os conflitos envolvendo dados pessoais no âmbito da LGPD à forma de resolução de conflitos da arbitragem.

Palavras-chave: LGPD, Conflitos, Dados Pessoais, Impossibilidade.

APLICATIVO QUE AJUDA COM OS PROBLEMAS NA COMUNICAÇÃO EM CONSTRUÇÕES CIVIS

VIEIRA, Caio; OLIVEIRA, Davi; COUTINHO, Douglas; DOMINGUES, Edvaldo; PESTANA, Hitallo; SOUZA, Kaio.

¹Graduando em Engenharia pelo UNIFIPMoc.

¹Aplicativo que ajuda com os problemas na comunicação em construções civis. Prof. Rodrigo Baleeiro Silva, do UNIFIPMoc.

RESUMO

Como soluções empreendedoras de engenharia digital, para contribuir de forma criativa para solucionar problemas na engenharia, o projeto proposto é desenvolver um aplicativo que facilitará a comunicação entre os clientes e os profissionais e proporcionar total transparência no orçamento e andamento de uma obra para que haja menos erros durante a obra, menos desperdícios de materiais e dinheiro. Foi utilizada uma pesquisa qualitativa, exploratória e experimental que busca assuntos pertinentes no cenário atual dos aplicativos no setor da construção civil, o desenvolvimento de aplicativos voltados para sistemas operacionais de dispositivos móveis, e o método de abordagem é hipotético-dedutivo que visa sistematizar o pensamento por meio da estruturação de uma hipótese de pesquisa, a ser testada, a partir de um problema-chave, sendo que os testes são realizados por meio de deduções lógicas através de um estudo de caso. Os materiais utilizados para a realização do aplicativo foi o MIT APP Inventor, MIT AI2 Companion e a linguagem da biblioteca Java Open Block e Kawa language framework. Os objetivos principais foram adicionados na página inicial do aplicativo com uma estrutura facilitadora tanto para o contratado quanto para o contratante, para que a utilização seja agradável, rápida e objetiva para todos os usuários. O objetivo principal do projeto é criar um aplicativo para facilitar a comunicação entre os profissionais e os clientes na área civil, tendo nele os detalhes das obras e contato com o engenheiro e os operários, o que melhora no andamento dos projetos tendo mais eficiência e garantia de menos erros. Melhorias que podem ser feitas através de estudos que foram limitadas devido ao contexto da pandemia, e que podem agregar ao aplicativo para que alcance um maior potencial de uso e de qualidade.

Palavras chave: Engenharia digital. Aplicativo. Obra.

MENTE SÃ, CORPO SÃ? REFLEXÕES SOBRE VIGOREXIA E TEORIA PSICANALÍTICA EM CLIENTES DE UMA ACADEMIA DE MONTES CLAROS/MG

Mariana de Jesus Leite¹; Thiago Braga de Oliveira²; Gustavo Souza Santos³

¹Acadêmica do curso de Psicologia do UNIFIPMoc. Membro do Grupo de Estudos Café & Psicanálise (UNIFIPMoc), POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura (UNIFIPMoc) e bolsista de iniciação científica (BIC/UNIFIPMoc)

²Acadêmico do curso de Psicologia do UNIFIPMOC. Monitor do Grupo de Estudos Café & Psicanálise (UNIFIPMoc).

³Professor do UNIFIPMoc. Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Unimontes. Coordenador do POP - Grupo de Pesquisa em Imagem, Comunicação e Cultura (UNIFIPMoc). Orientador

Resumo: Na hodiernidade há uma incessante busca de culto à beleza, no qual foi produzida uma busca de novos cuidados de si, sendo proposto pelo capitalismo neoliberal em que prega à juventude corporal advinda de uma perspectiva de modelação do corpo a partir um desejo do sujeito (FEITOSA FILHO, 2014). Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi analisar o fenômeno do culto à beleza nos espaços que promovem incentivo ao exercício físico e promoção de saúde, e os sintomas que este fenômeno pode acarretar no sujeito, sobretudo, os sintomas vigoréxicos. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, abordagem explicativa e sob o tipo de pesquisa de e campo realizada em uma academia da cidade de Montes Claros/MG. Foram selecionados por conveniência 4 usuários do estabelecimento mediante manifestação de interesse em participar do estudo, assentindo aos procedimentos éticos previamente assegurados

conforme a resolução de 466/2012 do CONEP. Um roteiro de 5 questões discursivas compostas por perguntas semi-estruturadas foram preparadas. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Posto isto, observa-se um investimento por parte dos sujeitos em seu corpo, no qual esse torna-se um objeto de consumo, na busca de um corpo saudável e forte, afetando signos psicológicos. Dessa forma, mesmo que os corpos já estejam fortes, há um distorção de imagem em que ainda se consideram fracos e pequenos, além da sintomatologia como intensa preocupação com a aparência do corpo, insatisfação corporal, consumismo de dietas específicas para o aumento de massa muscular, uso de suplementação alimentar e até mesmo cogitam fazer uso de esteróides e anabolizantes. Portanto, conclui-se que fere a onipotência do eu, espécie de “eucracia” apontando um mal-estar cultural que o sujeito não consegue deter é o sintoma e manifesta-se o real de gozo, que retornam como respostas do sujeito aos ideais civilizatórios que exigem a renúncia do gozo. (FEITOSA FILHO, 2014).

Referências

FEITOSA FILHO, Odimar A.. Um olhar psicanalítico sobre a vigorexia Uma mirada psicoanalítica sobre la dismorfia muscular (Vigorexia). **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 162-171, abr. 2014. Acesso em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000100015&lng=pt&nrm=iso. acessos em 07 jun. 2021.

EFEITOS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO

OLIVEIRA. Piêtra Claver Mendes; ALMEIDA. Mariana Durães de; GONÇALVES. Marta Cardoso; TEIXEIRA. Tiago Alves ¹

SILVA. Carlos André Moreira²;

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: O trabalho pode ser entendido como base da construção da identidade, realização pessoal e integração social. O trabalho-mercadoria garante a sobrevivência de milhões de indivíduos, mesmo que a função de promover coesão e inclusão sociais é também ao mesmo tempo uma idealização imposta pelo discurso do capital para dissimular a intensificação da exploração das classes trabalhadoras (ARAÚJO et al., 2006). O objetivo deste trabalho é comunicar um levantamento bibliográfico sobre os efeitos psicossociais do desemprego e as possíveis intervenções em psicologia. A metodologia assumida foi um levantamento bibliográfico do tema efeitos psicossociais do desemprego e intervenções da psicologia. Tal levantamento se deu a partir de um desdobramento da Disciplina Tópicos Especiais em Psicologia, do décimo período de psicologia. Os resultados encontrados se voltaram às causas macroestruturais do desemprego, não remetendo somente a responsabilidade individual. Assim, numa sociedade de políticas neoliberais, a precarização do trabalho e desemprego aparece como marcas desse modo de organização econômica (SAADFILHO, 2015). Os efeitos psicossociais nas situações de desemprego apresentam-se como desfiliação social: implicando desestabilização e ausência de suportes sociais garantidores dos direitos básicos. Os trabalhadores em situação de desemprego vivenciam sentimento de culpa, discriminação e baixa autoestima. Apresentam reações orgânicas como irritabilidade, desânimo e insônia. Acrescentam-se situações de fome; conflitos familiares; uso do álcool/drogas e apelo frustrante à religião (ARAÚJO et al., 2006). As intervenções da psicologia podem possibilitar posicionamentos politicamente mobilizadores, promovendo reflexões e ações coletivas que contestam a situação de sofrimento, vislumbrando outras possibilidades. Cita-se como exemplo de possíveis intervenções da psicologia: banco social; criação de reuniões com grupos de pessoas em situação de desemprego; inclusão do psicólogo entre os profissionais nas agências públicas de emprego; palestras de orientação voltadas para estratégias de busca de empregos (ARAÚJO et al., 2006). Conclui-se que as intervenções da psicologia podem contribuir para o processo de recuperação da autoestima e promoção de mudanças subjetivas que favoreçam novas

formas de enfrentamento da tríade trabalho-emprego-renda, implicando em mudança dos estados afetivos e da consciência da importância da ação coletiva.

Referências:

ARAUJO, José Newton Garcia de et al. Trabalhadores em situação de desemprego: uma experiência de apoio psicológico. **Mental**, Barbacena, v. 4, n. 7, p. 107-125, nov. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272006000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 jun. 2021.

SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: Uma análise marxista. Marx e o Marxismo-**Revista do NIEP-Marx**, v. 3, n. 4, p. 58-72, 2015. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/96>. Acesso em: 06 de jun. 2021.

SIMULAÇÃO E VALIDAÇÃO DE UM SISTEMA DE RESPIRAÇÃO AUTOMÁTICA COM CONTROLADOR LÓGICO PROGRAMÁVEL MICRO820 ALLEN-BRADLEY

ALMEIDA, Jhonata Stefan Ribeiro¹ ALMEIDA, Márcio Jonas¹;

SILVA, Rodrigo Baleeiro²

¹Graduando em Engenharia Elétrica pelo UNIFIPMoc

²Titulação. Orientador e docente do UNIFIPMoc.

Resumo expandido apresentado à disciplina de TFG II como parte das atividades do semestre 02/2021 do curso de Engenharia Elétrica do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc).

INTRODUÇÃO

A SARS-CoV-2 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020 como uma emergência de saúde pública mundial, deixando clara a preocupação com uma possível pandemia. A pandemia, que se refere à distribuição geográfica de uma doença, foi confirmada em 11 de março de 2020 pela própria OMS.

Cerca de 80% dos pacientes infectados com a Covid-19 não apresentam sintomas, todavia, 20% dos pacientes podem apresentar sintomas, sendo um deles a dificuldade respiratória. Aproximadamente 5% dos casos podem necessitar do suporte de ventilação mecânica no tratamento da insuficiência respiratória (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE OPAS/OMS BRASIL, 2020). Existem dois tipos de suportes ventilatórios, invasivo (VMI) e o não invasivo (VNI). Na VNI, ventilação tema para o desenvolvimento deste resumo, é feita de forma externa, por meio de uma máscara facial, utilizando pressão positiva expiratória para manter as vias aéreas e os alvéolos abertos, melhorando assim a oxigenação (BIASI; ÍSOLA; GAMA, 2013).

Na construção de ventiladores automáticos é fundamental atentar na segurança e controle. A confiabilidade é essencial para que não ocorra parada ou mal funcionamento do equipamento. Um

respirador com defeitos poderia causar a extinção do suprimento de oxigênio, ocasionando na piora do estado do paciente (TOUFEN JUNIOR; CARVALHO, 2007).

O Controlador Lógico Programável (CLP) é uma ferramenta muito utilizada nas indústrias, devido a sua fácil operação e a sua confiabilidade. O CLP pode substituir várias linhas de comando que seriam feitas com relés. Além de uma série de benefícios para a automação, uma vez que possui uma fácil instalação e programação, somados à sua alta velocidade no controle e à compatibilidade de rede (PETRUZELLA, 2014).

Para a programação do respirador, será utilizada a linguagem do Diagrama Ladder, a qual é muito aceita nas indústrias, por ser bastante semelhante a diagramas elétricos, o que torna a conversão entre os dois mais simples, facilitando o processo da lógica a ser desenvolvida (BRYAN; BRYAN, 1997).

Há *softwares* de simulações como o CCW, FluidSIM e o *Google Forms* em que é possível testar viabilidade de produtos, esquematizar, simular e programar sistemas que contenham controladores, cilindros, relés etc

A *Rockwell Automation* oferece um *software Connected Components Workbench* (CCW), uma plataforma que auxilia na programação de controladores lógicos e fornece uma interface para programação, contendo blocos lógicos, contadores etc. e opções de linguagens de programação.

O FluidSIM auxilia na simulação de sistemas hidráulicos e pneumáticos, simula, também, o comportamento de uma energia fluida (OROŠNJAK, JOCANOVIĆ, KARANOVIĆ, 2017).

O *Google Forms*, serviço gratuito oferecido pela *Google*, proporciona ao usuário a possibilidade de criar formulários *on-line*. Seu uso facilitará nas pesquisas de campo, visto que, no período de pandemia, há impossibilidade de colher os dados de forma presencial.

Desse modo, o objetivo deste projeto foi simular e validar um sistema de respiração automática controlado por um CLP Alan Bradley Micro820. Um produto que pode ajudar a solucionar a necessidade emergencial de doenças respiratórias causadas pela SARS-CoV-2. Um equipamento eficiente, que consiga atender a todos que tenham necessidade do uso do aparelho. Um produto fabricado de maneira rápida e com valor inferior a 5 salários mínimos (R\$ 1.100,00, valor do salário mínimo em maio de 2021), e que pode ser usando em casos menos graves, descongestionando o sistema de saúde.

MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação se trata de uma pesquisa que busca simular e validar um sistema de respiração automática controlado por um CLP Alan Bradley Micro820. De caráter exploratório e experimental, o processo contém várias fases de desenvolvimento, desde pesquisas sobre o problema, levantamento de aceitação do projeto e simulações. Consiste numa análise de dados quantitativa em que, a partir de um novo projeto, é possível obter dados e informações, compará-lo com os já existentes e analisar sua viabilidade (GIL, 2007).

Devido à impossibilidade de obter dados de maneira presencial para a pesquisa de aceitação do público em geral do sistema de respiração automática, tema central deste artigo, foi utilizado o *Google Forms*. A plataforma possibilitou a criação de um formulário contendo as principais características

do projeto e, assim, abrindo ao público e a possíveis investidores a possibilidade de opinar quanto à viabilidade do projeto.

O público-alvo da pesquisa envolveu a sociedade como um todo, foram 23 pessoas entrevistadas, entre estudantes e graduados. Foram feitas dez perguntas a respeito do conhecimento sobre o vírus, sobre problemas respiratórios familiares e sobre as possibilidades de investimento no protótipo.

Para o desenvolvimento do esquema elétrico e pneumático do sistema de respiração, foram utilizados os programas FluidSIM e CCW. No FluidSIM, elaborou-se um sistema composto por um cilindro e duas válvulas, comandadas por um circuito elétrico. O CCW foi utilizado para a confecção do diagrama na linguagem Ladder, direcionando cada comando dentro do PLC à sua devida função na parte física do sistema de respiração.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como pode ser observado na figura 1, na pergunta 9: “Como você avalia o projeto em desenvolvimento?”, obteve-se um retorno positivo quanto à aceitação do público ao projeto. Um total de 73,9% dos participantes da pesquisa avaliou a ideia como excelente e, a partir desses dados, foi possível confirmar que o projeto é válido e de importância para a sociedade.

9. Como você avalia o projeto em desenvolvimento?

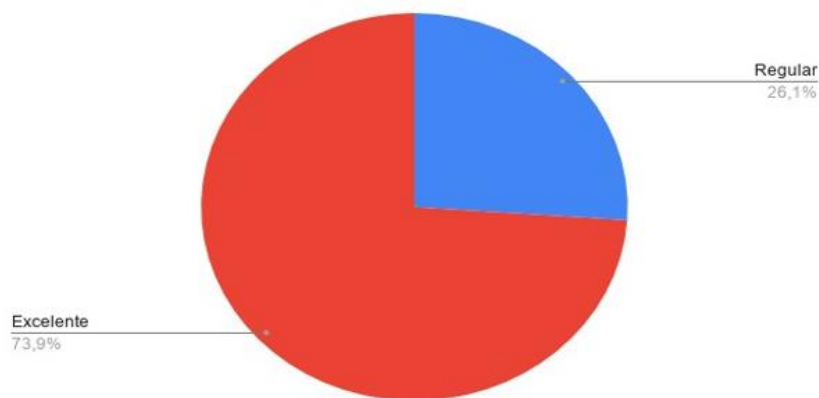


Figura 1: Formulário para obtenção de dados

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Na figura 2, a pergunta 7: “Qual a probabilidade de se tornar investidor deste projeto?” mostra que 63,6% dos participantes da pesquisa, possivelmente, se tornariam um investidor deste projeto, e outros 9,1%, certamente. O que validou financeiramente a possibilidade de o projeto se tornar um produto e ser disponibilizado no mercado.

7. Qual probabilidade de se tornar investidor deste projeto?

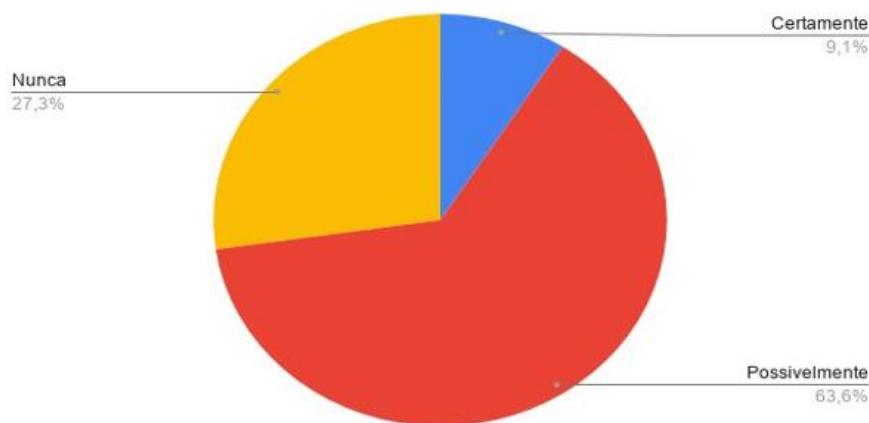
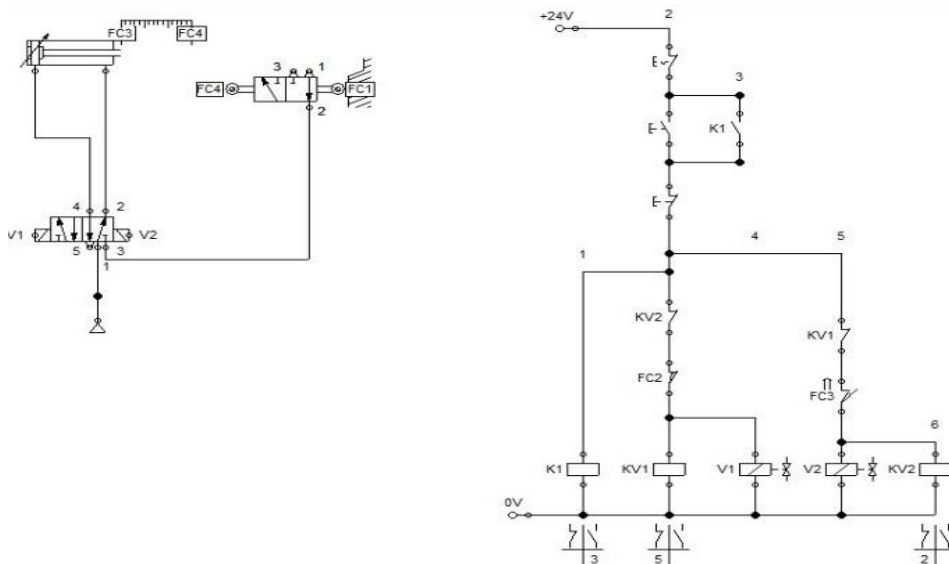


Figura 2: Formulário para obtenção de dados

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Nas figuras 3 e 4 a seguir, são mostrados os esquemas elétrico e pneumático utilizados para simulação do respirador.



3: Sistema Pneumático.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Figura

Como pode ser observado na figura 3, o contator K1 é apenas um auxiliar, que servirá para selar a botoeira liga. Os contatores KV1 e V1, KV2 e V2 acionam as bobinas da válvula 1 e fazem o intertravamento entre elas, dando condições para o cilindro fazer seu trabalho de ir e vir (no projeto físico seria o trabalho de comprimir e descomprimir a AMBU). O fim de curso FC4 limita seu tempo de funcionamento para que, quando chegar ao seu limite máximo de compressão, o relé V1 seja

desligado e acione o relé V2; assim, o cilindro faz o movimento de descompressão, quando chegar ao seu estado “0” aciona a fim de curso FC1, promovendo um movimento repetitivo, que só será interrompido caso o operador acione ou a botoeira de emergência ou a botoeira desliga. Na compressão, a válvula 2 está aberta injetando ar para o paciente, na descompressão, no período de expiração do paciente, ela se fecha e se abre a segunda saída da válvula 2, que faz com que o ar expirado e contaminado seja levado para um filtro de ar ou outro meio seguro de descarte.

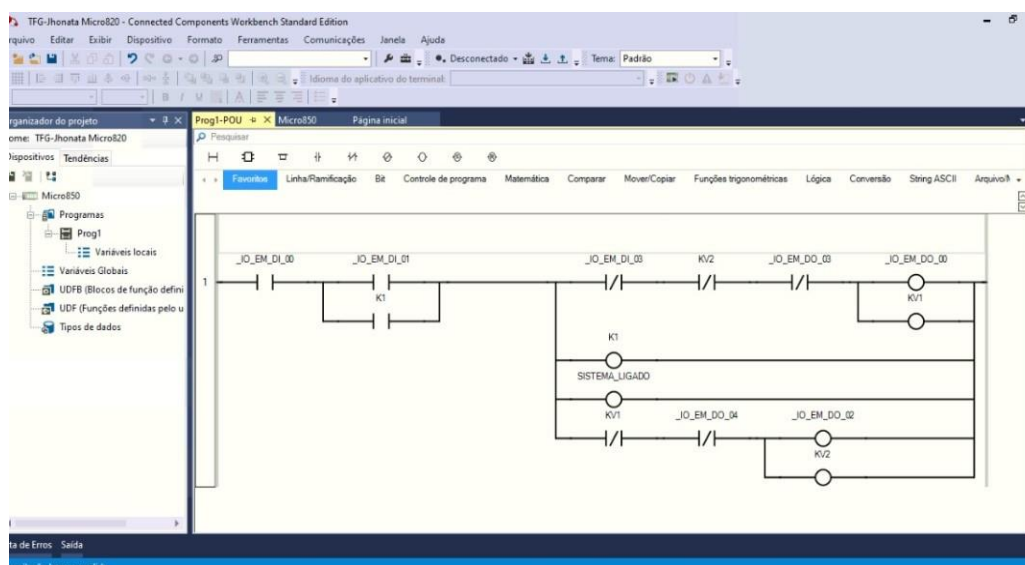


Figura 4: Diagrama Ladder feito no CCW

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na figura 4, é possível ver o mesmo circuito da figura 3, porém, em linguagem Ladder. Isso é necessário, pois o protótipo será comandado por um controlador lógico programável, que se comunica por meio desse código. Nele, foram feitos os endereçamentos para as entradas e saídas do programador e simuladas situações que ocorrerão quando o protótipo estiver funcionando.

ITEM	SITES/ LOJAS ONLINE	QTD	VALOR EM SALÁRIOS MINÍMOS
PLC Micro 820	PLC City	1	1
Válvula Selenoide Pneumática 5/2 Vias	Mercado Livre	1	0,0617
Válvula Selenoide Pneumática 3 Vias	Mercado Livre	1	0,0544
AMBU em Silicone Adulto	Medaxo	1	0,1536
Cilindro Pneumático Dupla Ação 32mm Curso 50mm	Melhor Industria	1	0,4468
Circuito para Ventilador Mecânico	CPAFit	1	0,4483
Mão de Obra	-	2	2
Outros Gastos	-	-	0,5
		Total	4,6648

Figura 5: Levantamento de Valores

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na figura 5, foi feito um levantamento de valores dos produtos que são necessários para montagem do projeto físico, juntamente com a mão de obra necessária para sua construção. Analisaram-se os menores preços para cada equipamento, mão de obra de 1 salário mínimo (R\$ 1.100,00 em 2021) por empregado, constatando que o protótipo ficaria em um valor inferior a 5 salários mínimos, somando-se ainda a gastos que podem existir durante o processo de construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De início, a concepção do projeto era a construção de um protótipo do sistema de respiração automática, porém, com as restrições ocasionadas pela pandemia, como os *lockdowns*, o distanciamento da população, falta de acesso à Instituição que possui todos os recursos necessários para a confecção do produto, tudo isso contribuiu para que não fosse possível a construção do respirador.

Como forma de atenuar esse prejuízo, foram necessárias a simulação e validação desse sistema de respiração automática com o CLP Micro820 Allen-Bradley, as quais obtiveram ótimos resultados, como foi mostrado no tópico anterior.

Esse projeto proporcionou grande conhecimento na área pneumática (operando o FluidSIM, conhecendo sistemas com cilindros e válvulas solenoides) e de automação (criando diagramas elétricos, diagramas em Ladder, criando condições dentro do CLP, endereçando comandos para entradas e saídas do controlador e simulando-as).

Financeiramente, o projeto é bastante viável se comparado a um sistema automático moderno cujos preços, na maioria das vezes, ultrapassam os R\$ 10.000,00 (dez mil Reais), ressaltando que é preciso

multiplicar esse pela quantidade de pacientes que necessitam do aparelho, chegando a um valor astronômico, ou com sistemas mecânicos manuais, em que são necessárias pessoas treinadas para a execução. É notado que o sistema de respiração automática controlado por um CLP é capaz de exercer essa mesma funcionalidade automaticamente, com grande precisão, constância e segurança e com um valor muito abaixo do mercado.

A sugestão de projetos futuros é a preparação de testes mais prolongados em laboratório, para obtenção de dados mais exatos quanto à compressão e descompressão de ar no conjunto cilindro e AMBU, na sincronia das válvulas, e fazer testes em pacientes para colocar em prática as teorias e constatar se realmente o protótipo faz o que promete.

REFERÊNCIAS

BIASI, Alexandre; ÍSOLA, Alexandre Marini; GAMA, A. M. C. **Diretrizes brasileiras de ventilação mecânica 2013**. 1. ed. [S.l.]: Versão Eletrônica, 2013. p. 4-4.

BRYAN, L. A.; BRYAN, E. A. **Programmable Controllers: theory and implementation**. 2. ed. Atlanta, Georgia, USA: Industrial Text Company Publication, 2007. p. 24-26.

CPAP FIT TERAPIA DO SONO E RESPIRATÓRIA. **Circuito para Ventilador Mecânico Reutilizável Globaltec**. Disponível em: <https://www.cpapfit.com.br/circuito-para-ventilador-mecanico-reutilizavel-globaltec/p/412?c=17&t=79>. Acesso em: 14 maio 2021.

BRYAN, L. A.; BRYAN, E. A. **Programmable Controllers: theory and implementation**. 2. ed. Atlanta, Georgia, USA: Industrial Text Company Publication, 2007. p. 24-26.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2007. p. 17-17.

MEDAXO. **Ambu em silicone - adulto**. Disponível em: https://www.medaxo.com.br/ambu-adulto-silicone-sem-reservatorio?utm_source=google. Acesso em: 14 maio 2021.

MELHOR INDÚSTRIA. Cilindro dupla ação pneumático diâmetro 32 mm curso 50 mm. Disponível em: Acesso em: 14 maio 2021.

MERCADO LIVRE. Válvula solenoide 3 vias normal fechada NF 1/8 pneumática. Disponível em: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1107328005-valvula-solenoide-3-vias-normal-fechada-nf-18-pneumatica-_JM. Acesso em: 14 maio 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE OPAS/OMS BRASIL. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 7 jun. 2020.

OROŠNJAK, Marko; JOCANOVI, Mitar; KARANOVI, Velibor. Simulation and modeling of a hydraulic system in FluidSim. XVII International Scientific Conference on Industrial Systems (IS'17), Sérvia, v. 1, n. 1, p. 1-4, out./2017. **Anais...** Sérvia, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marko-Orosnjak/publication/321109805_Simulation_and_modeling_of_a_hydraulic_system_in_FluidSim/links/5a577e1845851529a2eda82b/Simulation-and-modeling-of-a-hydraulic-system-in-FluidSim.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

PETRUZELLA, Frank D. **Controladores Lógicos programáveis**. 4. ed. São Paulo: AMGH Editora Ltda, 2014. p. 1-1.

ROCKWELL AUTOMATION. **Design and configuration software**. Disponível em: <https://www.rockwellautomation.com/pt-pt/capabilities/industrial-automation-control/design-and-configuration-software.html>. Acesso em: 7 jun. 2020.

TOUFEN JUNIOR, Carlos; CARVALHO, C. R. R. D. Ventiladores mecânicos. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 71-91, jul./2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132007000800003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 7 jun. 2020.

MANIFESTAÇÃO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS E A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UMA CIDADANIA DIGITAL

VICTOR, Ana Clara Santos¹; MIRANDA, Maria Luiza da Silveira²;
PARAISO, Clara Jorge³; SANTOS, Pedro Enrique Gomes Rodrigues⁴.

Acadêmicos do curso de direito da instituição UniFipMoc
GALVÃO, Luciana Gomes Marques¹.

FERNANDES, Ana Paula².

Professoras do curso de direito da instituição UniFipMoc

INTRODUÇÃO: Diante das circunstâncias impostas pela globalização e pelo avanço do uso da internet, verificou-se uma expansão e disseminação das relações humanas pelos meios digitais. Por vezes, no entanto, depara-se com abusos no uso da liberdade de expressão e consequentemente o aumento da propagação do discurso de ódio. Esta exposição opressora contribui negativamente para a concretização da cidadania digital na era da sociedade conectada, visto que o respeito se apresenta de forma exterior às ligações interpessoais. **OBJETIVO:** Analisar a importância da construção da cidadania nas redes cibernéticas, diante do combate a propagação do discurso de ódio. **MÉTODO:** Utiliza-se uma pesquisa qualitativa, empregando-se pesquisas bibliográficas e documentais, sendo elas de caráter exploratório. **RESULTADO:** Verifica-se que, a partir das liberdades asseguradas pelo artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o ser humano usufrui de todos os direitos fundamentais, sendo a liberdade de expressão o propósito dessa pesquisa. De forma mais específica, a proteção constitucional está ligada ao direito de se manifestar e expressar livremente o pensamento, concepções e ideias de um indivíduo ou de um grupo específico, sendo ele voltado ao respeito e a veracidade. No entanto, afirma-se que tal exposição excessiva se revela através de uma tendência à padronização da coletividade e um mascaramento de informações por discursos desrespeitosos. O livre acesso às redes e às facilidades impostas pelo anonimato se responsabilizam por originar ações humanas descontroladas, marcadas sobretudo pela dificuldade de se manter uma cidadania tecnológica. Diante disso, percebe-se um aumento do índice de manifestação do discurso de ódio no âmbito virtual, fato este originado pela dificuldade de se conter a expansão de informações, de conhecer as fontes e de se aplicar legislações diretas. Caracteriza-se essa forma de opressão como uma violência verbal marcada pela não aceitação das diferenças, fator este que afeta diretamente o desenvolvimento social no quesito da desmotivação de indivíduos. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que há uma relação entre o conceito de cidadania e o excesso da manifestação de expressões de ódio no cenário vigente, observando dificuldades de se exercer limites éticos na busca por direitos e na observância de deveres, em especial no contexto dos espaços digitais, o que compromete a qualidade de valores inerentes à cidadania.

Palavras- Chave: Tecnologia. Cidadania. Liberdade de expressão. Discurso de ódio.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao. Acesso em: 21 maio 2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. O que é cidadania. **Brasil Escola**. 2005. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm>. Acesso em: 21 maio 2021.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho & FERREIRA, Ewerton da Silva. Ódio e intolerância nas redes sociais digitais. **Revista Katálysis** v.3 no.3. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419>. Acesso em: 21 maio 2021.

ROCHA, Maria Célia Albino da. **A era digital: restrição à liberdade de expressão**. 2016. Disponível em: <http://metodistacentenario.com.br/jornada-de-direito/anais/9a-jornada-de-pesquisa-e-8a-jornada-em-extensao-do-curso-de-direito/artigos/o-direito-a-privacidade-na-sociedade-da-informacao/e5-01.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

REFLEXÕES SOBRE A EUTANÁSIA

ATAÍDE, Maria Eduarda¹; DIAS, Lucas Emanuel¹; MENDES, Renato Illan Carlos¹; MOEBUS, Thereza²; ROCHA, Emmanuelle Figueiredo¹; VILAÇA, Carlos Eduardo¹

1 Acadêmicos de Direito da UNIFIPMOC

2 Professora de Direito da UNIFIPMOC

Introdução: A única certeza na vida é a morte e mesmo assim muitos ainda não estão preparados para ela. Nesse viés, torna-se necessário tratar sobre a eutanásia. Tema controverso em no Brasil, no qual a moralidade e a autonomia do indivíduo são os principais pilares ligados à temática e faz com que a discussão acerca desse assunto traga ainda mais dificuldade de conceituação e aceitação. **Objetivo:** Analisar a dimensão psicológica da eutanásia. **Métodos:** Foi utilizado como método de pesquisa a abordagem qualitativa, em busca de analisar a eutanásia. Utilizou-se a pesquisa exploratória e método dedutivo. **Resultados e discussões:** O termo eutanásia tem origem do grego, tendo como significado “boa morte” ou “morte digna”, portanto, seu conceito consiste em provocar uma morte indolor, com o emprego ou abstenção de procedimentos para pacientes em estado terminal com a finalidade de livrá-los dos sofrimentos, tanto físico quanto mentais. Tendo em vista os aspectos observados, a eutanásia é a escolha individual pela vida, ou o direito a escolher quando o sofrimento ou a dor pode se tornar uma justificativa tangível para que se busque a morte como meio de alívio. No Brasil, não há no ordenamento jurídico a tipificação da eutanásia como um crime, mas ela é enquadrada como um homicídio. A eutanásia, então, estaria relacionada ao direito de escolha do paciente, com respeito de terminar com sua vida, sem interferência de quem não conhece seu estado. Um dos principais argumentos contra a eutanásia, é justamente o fato de tirar a vida de alguém. **Conclusão:** Portanto, é importante tentar entender que não existe uma conclusão correta para afirmar que o indivíduo tem direito moral de escolher o final da sua vida, e quanto a autonomia da vontade, se seria válida para este fim. Essas reflexões mostram o quão controverso o assunto é, gerando opiniões divergentes a seu respeito.

Palavras-chave: Eutanásia. Autonomia. Vida.

REFERÊNCIA:

BATISTA, Rodrigo Siqueira; SCHRAMM, Fermin Roland. **Eutanásia: Pelas veredas da morte e da autonomia.** Coletiva vol.9 no.1 Rio de Janeiro 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100004> Acesso em: 14/04/2021

CONCILIAÇÃO: UMA POSSÍVEL FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ONDE A LGPD É APLICÁVEL

Joyce Maria Batista Mendonça¹ ;
Luís Gustavo Ávila Prates ² ;
Raissa de Vasconcelos Rocha³;
Enzo Vieira Veloso⁴ ;
Laiza Fabiana Alves Barbosa⁵;
Cynara Silde Mesquita Veloso
(Orientadora)⁶;

INTRODUÇÃO: A Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça instituiu a Política Judiciária de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, determinou a criação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJSUC) pelos Tribunais para realização de mediação e conciliação. Nesse contexto houve o incentivo da utilização de meios autocompositivos de resolução de conflitos, em especial, da conciliação. Já em 2018, onde os dados pessoais assumem relevância na sociedade, entrou em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD 13.709/2018), que tem

função de proteger os direitos de liberdade e de privacidade dos possíveis conflitos gerados pelo inadequado tratamento de dados, inclusive nos meios digitais. Por se tratar de uma lei recente, a discussão de como se daria a aplicação da LGPD nos conflitos em que a conciliação é o método de resolução escolhida, é pertinente. **OBJETIVOS:** Analisar a conciliação como um mecanismo de resolver os litígios tradicionais e digitais relacionados ao tratamento dos dados pessoais e sua capacidade de conferir efetividade à Lei Geral de Proteção de Dados. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico-descritivo a partir das técnicas de pesquisas bibliográfica e documental mediante análise de artigos e da LGPD. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O atual risco no qual os dados pessoais estão envolvidos nas relações, trabalhista ou de consumo dos indivíduos, uma vez que esses dados podem facilitar ou dificultar a obtenção de créditos, vagas de emprego e possíveis investigações na vida privada. A partir deste contexto, a LGPD exige liberdade de consentimento por parte dos usuários sobre o uso de suas informações e, quando isto não acontece, surge o litígio e com ele, a possibilidade de conciliação, pois se trata de um mecanismo autocompositivo de solução de conflitos, podendo ser extrajudicial ou judicial. Ao entender que há dois lados – o sujeito que teve seus dados violados e uma empresa, um governo, um site, que usou o material para vantagens econômicas ou de coação –, um terceiro, capacitado e imparcial, orientará um diálogo e sugerirá soluções coadunadas, adequando às sanções administrativas aplicáveis, previstas no artigo 52 da LGPD. Tal conciliação será benéfica, pois pode resolver o conflito de forma mais rápida, menos onerosa e menos desgastante, além de ocorrer a pacificação social, já que os próprios envolvidos com a colaboração do conciliador escolhem a melhor solução. **CONCLUSÃO:** Nesse parâmetro, com a tecnologia de informação se evoluindo em marcha exponencial e deslocando-se de novas demandas de resolução de litígios tradicionais e digitais ao sistema judicial, encontra-se no artigo 52, § 7º da nova Lei Geral de Proteção de Dados a possibilidade de conciliação direta para solução de vazamentos individuais e os acessos não autorizados a dados pessoais. Nesse contexto, portanto, a lei em exercício com a conciliação abre caminhos tanto para órgãos de administração pública quanto privada que desejam tomar a iniciativa de facilitar os litígios relacionados a dados pessoais, além da implementação de mecanismos simplificados por meio eletrônico para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados.

Palavras-chave: Dados. Conciliação. LGPD.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 08 de Maio de 2021.

ROQUE, André. A Tutela Coletiva Dos Dados Pessoais Na Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais (LGPD). **Periódico Quadrimestral da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ**, Revista Eletrônica de Direito Processual- REDP, Rio de Janeiro, V 20, p 01-19, Maio a Agosto de 2019.

GÊNERO E PLURALIDADE DE FAMÍLIA: ESTUDO DE CASO À LUZ DA ADEQUADA PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL

LOPES, Tacyana Karoline Araújo¹; DURÃES, Ana Paula Souza²; CRUZ, Blenda Boaventura².

¹Docente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

²Discente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

Introdução: Considerando que o conceito de gênero foi construído a partir do conceito de sexo, ou seja, a partir das diferenças biológicas entre homens e mulheres, desencadeou-se uma binariedade social, isto é, desencadeou-se uma separação entre “papel de homem” e “papel de mulher”, o que impacta no conceito de família e na sua construção e, por conseguinte, na pluralidade familiar. **Objetivo:** Analisar a relação entre gênero e pluralidade de família, considerando mudança de entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), a fim de analisar a evolução do ordenamento jurídico brasileiro na proteção de todos os sujeitos de direito. **Método:** Para a elaboração dessa pesquisa de natureza qualitativa, utilizou-se procedimento bibliográfico, por meio de artigos eletrônicos disponibilizados na *internet*, além da pesquisa documental tendo como referência a Constituição da República Federativa do Brasil 1998 (CRFB/88) e o Código Civil de 2002 (CC/02) e estudo de caso por meio de entendimento do STF. **Resultados:** Inicialmente, entendeu-se que o conceito de família evoluiu com o passar do tempo e das transformações coletivas, de forma que, mediante o surgimento

de diferentes modos de organização social, novos modos de estruturas familiar se apresentaram e se ampliaram. Essa evolução continua alterando a sociedade e o ordenamento jurídico brasileiro, na presente pesquisa, no que tange à pluralidade de família, posto que essa influencia-se pela construção social de gênero. Em seguida, após a conceituação de família e de gênero, destacou-se os direitos da personalidade, que surgiram após a Segunda Guerra Mundial e colocaram os seres humanos como sujeitos de direitos dos ordenamentos jurídicos, ressaltando, na presente pesquisa, o direito ao nome, à transexualidade e à alteração do próprio corpo. Sobre isso, analisou-se a declaração de nascido e a adequada proteção social sob a perspectiva do transexual, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275 (ADI-4275), na qual, reconheceu-se o direito à alteração do nome e do gênero no registro civil, sem a necessidade da cirurgia de redesignação de sexo ou de autorização judicial. Destarte, tem-se a relação a relação entre gênero e pluralidade de família, perpassando pelo evolução do conceito de família e pelos direitos da personalidade, dado que a partir da construção social de gênero, que influencia o conceito de família, os direitos da personalidade logram efetividade, sobretudo, na presente pesquisa, para garantir a pluralidade familiar. **Conclusão:** Em suma, apesar dos avanços na questão de gênero e pluralidade familiar, a atualização do ordenamento jurídico brasileiro é salutar, considerando, ainda, a planejamento familiar disposto na CRFB/88. Ademais, vale ressaltar que esses direitos ligam-se a outros direitos como à dignidade da pessoa humana e à felicidade humana.

Palavras-chave: Gênero. Pluralidade de família. Transexuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur399205/false>. Acesso em 10 mai. 2021.

NORONHA, Maressa Maelly Soares. PARRON, Stênio Ferreira. **A evolução do conceito de família.** Disponível em: < http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115104.pdf > Acesso em: 03 de jun. de 2021.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, jun./dez. 1995.

A IMPORTÂNCIA DOS ESTÁGIOS PROFISSIONALIZANTES NA ÊNFASE EM PROCESSOS EDUCATIVOS PARA A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

Thiago Braga de Oliveira¹

César Rota Jr²

¹Acadêmico do curso de Psicologia da UNIFIPMOC. Monitor do Grupo de Estudos Café & Psicanálise (UNIFIPMoc)

²Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMOC

RESUMO: É nas clínicas-escolas que as atividades práticas de estágio e supervisões acontecem, além da coordenação dos estágios externos, que são obrigatórios ou não. Considerando sua importância, deduz-se que há uma necessidade de revisão contínua de suas práticas, visando aprimorar seu desenvolvimento para o estudante e para o cliente (FAM; NETO, 2019). Nesse sentido, o objetivo do Projeto Interdisciplinar foi de investigar os estágios profissionalizantes do Curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), na ênfase em Processos Educativos. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de natureza qualitativa, abordagem exploratória e sob o tipo de pesquisa de campo. Como método de coleta de dados, foram realizadas de forma online, pelos aplicativos Google Meet e Zoom, entrevistas semi-estruturadas, com o auxílio de um roteiro de perguntas previamente construído, dos acadêmicos do 7º período do curso de Psicologia da UNIFIPMOC do primeiro semestre de 2021 com as supervisoras do Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP). Posto isto, as supervisoras falaram sobre os estágios em: Psicologia Escolar, Orientação

Profissional, Plantão Escolar, Inclusão Escolar, Vivências Acadêmicas e Psicopedagogia. Dos seis estágios profissionalizantes na ênfase em Processos Educativos, o de Psicologia Escolar é obrigatório para quem escolher a ênfase e os demais, optativos. Foi explicado detalhadamente cada um dos estágios, sendo o estágio de Psicopedagogia supervisionado pela supervisora S2 e os demais supervisionados pela supervisora S1. Dadas as referências bibliográficas usadas para o Projeto Interdisciplinar, as falas da supervisora S1 sobre os estágios em Psicologia Escolar e Inclusão Escolar foram as mais relevantes para a análise de dados. Com isso, a supervisora S1, explicou de uma forma ampla como é o cotidiano escolar, a função do psicólogo nessa instituição, e as maneiras de intervenção. Pôde-se notar com tudo isso, a importância destes estágios para a formação dos acadêmicos de psicologia da UNIFIPMOC. O pensamento sobre a formação de um psicólogo sempre apreciou a necessidade da aproximação dos conteúdos teóricos à vivência prática. Desta forma, os cursos de Psicologia devem proporcionar oportunidades de atuação junto às escolas, considerando as estratégias profissionalizantes do currículo para servir ao objetivo de uma formação focada nas demandas sociais (BOECKEL et al., 2009).

Referências

Fam, B. M., & Ferreira Neto, J. L. (2019). Análise das práticas de uma clínica-escola de Psicologia: Potências e desafios contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39, 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003178561>

BOECKEL, Mariana Gonçalves; KRUG, Jefferson Silva; LAHM, Camila Roberta; RITTER, Fernanda; FONTOURA, Laura Ostrowski; SOHNE, Luiza Carina. (2010). O PAPEL DO SERVIÇO-ESCOLA NA CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PSICOLOGIA. **PSICOLOGIA: ENSINO & FORMAÇÃO**, [S. l.], v. 1(1), p. 41-51.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

A COLISÃO ENTRE O ARMAZENAMENTO DE DADOS PESSOAIS PARA FINS ECONÔMICOS E A LIBERDADE DE ESCOLHA, CONSIDERANDO A HIPERVULNERABILIDADE DO IDOSO

DURÃES, Ana Paula Souza¹; MEDEIROS, Anna Victória Santos¹; SILVA NETO, Juarez Pereira¹; SILVA, Juliane Stefany¹; SOARES, Sara Ludmila Silva¹.
GALVÃO, Luciana Gomes Marques²

¹Discente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

²Docente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

Introdução: A partir do advento tecnológico do *Big Data*, com a propalação da captação e da manipulação dos dados pessoais, publicou-se a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que regulamenta o tratamento de dados pessoais. **Objetivo:** Analisar o tratamento de dados pessoais no comércio eletrônico considerando a vulnerabilidade do idoso e a interferência do tratamento de dados na liberdade de escolha perante as relações consumeristas. **Método:** Para a elaboração dessa pesquisa de natureza qualitativa, utilizou-se procedimento bibliográfico, por meio de artigos eletrônicos disponibilizados na *internet*, além da pesquisa documental tendo como referência o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto do Idoso e a LGPD. Ademais, a pesquisa utiliza o método de abordagem dedutivo com o objetivo exploratório. **Resultados:** A LGPD objetiva proteger os direitos fundamentais de intimidade e de privacidade dos indivíduos, resguardando os titulares dos dados pessoais e estes dados. Na presente pesquisa, a LGPD relaciona-se com o comércio eletrônico, que, de acordo com a Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico, aumentou 51,95% na pandemia

do coronavírus. No comércio eletrônico, alguns consumidores são mais vulneráveis, uma vez que apresentam hipossuficiência das informações diante do fornecedor, o que relaciona-se com vulnerabilidade fática e informacional, dispostas no Código de Defesa do Consumidor. As vulnerabilidades fática e informacional dizem respeito a hipersuficiência do fornecedor quanto às informações. Destarte, os consumidores mais vulneráveis são os idosos por conta das suas qualidades específicas que causam uma falta de percepção ou uma diminuição do discernimento, sendo os mais suscetíveis as ofertas dos fornecedores. Posto isso, considerando que também enfrentam barreiras tecnológicas e culturais, assumem uma posição de hipervulnerabilidade. À vista disso, as plataformas digitais podem ser usadas como instrumentos para práticas de crimes por pessoas e por empresas, nas quais o consumidor, ao contratar um serviço ou produto, por exemplo, não tem seus dados totalmente protegidos, sendo muitas vezes obrigados a informar seus dados pessoais, como e-mail ou número de celular. Ademais, com esses dados, alguns sites utilizam meios indiretos, como anúncios e *links* de ofertas, para influenciar o consumo desses atores, criando, inclusive, alter egos digitais que permitem uma maior personalização dos anúncios e *links* de ofertas e, por conseguinte, uma maior manipulação desses consumidores. Com base nisso, a LGPD visa proteger os dados dos titulares de forma eficiente, tendo uma maior cautela no tratamento dos dados dos grupos mais vulneráveis, como idosos, consoante ao inciso XIX, do artigo 55-J, da LGPD, e ao Estatuto do Idoso. **Conclusão:** Em suma, a proteção do consumidor, sobretudo do consumidor idoso, logram a observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, uma vez que sua liberdade de escolha pode ser condicionada à captação e à manipulação de seus dados para fins econômicos.

Palavras-chave: LGPD. Consumidor Idoso. Hipervulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 18 de abr. 2021.

MCC-ENET. **Índice de Vendas Online - Brasil**. Disponível em: <https://www.mccenet.com.br/indice-de-vendas-online>. Acesso em: 27 dez. 2020.

SOUZA, Thaiane Almeida de *et al.* **A proteção ao consumidor no âmbito do comércio eletrônico: uma análise à luz do princípio da vulnerabilidade**. 2019. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/626/1/TCCTHAIANESOUZA.pdf>. Acesso em 06 abr. 2021.

ÉOLICA ENERGY: COMERCIALIZAÇÃO DE TURBINA ÉOLICA RESIDENCIAL NA CIDADE DE CAETITÉ-BA

OLIVEIRA, André Gonçalves; PIMENTA, Kaio Breno de Souza ¹; SILVA, Rodrigo Baleeiro.

¹Graduando em Engenharia Elétrica pelo UNIFIPMOC

²Mestre. Orientador e docente do UNIFIPMoc.

Resumo expandido apresentado à disciplina de TFG II como parte das atividades do semestre 01/2021 do curso de Engenharia Elétrica do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc).

Introdução

Segundo BERGER e INIEWSKI (2012), a natureza incerta das energias renováveis, como por exemplo, a solar e eólica na distribuição de energia elétrica torna a sua utilização um tanto quanto

desafiadora. Essa pesquisa apresenta os comparativos do sistema eólico em relação ao sistema fotovoltaico para o uso residencial na região de Caetité na Bahia, com isso, espera-se mostrar de forma objetiva que a geração eólica é a mais compensatória, tanto no sentido financeiro, quanto de continuidade de geração durante as 24 horas do dia.

De acordo com a SeplanBahia (2019), a região centro-sul da Bahia é uma das regiões mais propícias para o uso de aerogeradores como fonte geradora de energia elétrica, contendo ventos com velocidade de até 19,5 km/h à 10 metros de altura (Weather Spark, 2016). Com isso a região centro-sul Bahiana é composta por diversos parques Eólicos, como por exemplo, os parques Caetité 1, 2 e 3. O **Complexo Caetité** fica localizado no município de Caetité na Bahia. Possui capacidade instalada de 90MW no total, distribuída entre os três parques, que possuem 15 aerogeradores cada.

A radiação solar em Caetité medida em (W/m^2) de acordo com site da Embrapa (2020) varia de 200 a 220, o que demonstra ser um potencial bastante satisfatório para a geração fotovoltaica. De acordo com o site acheisudoeste (2014), a cidade de Caetité possui uma instalação fotovoltaica que gera 4,8 MW de energia elétrica. Ao contrário da geração eólica, a geração fotovoltaica faz parte de diversas residências em Caetité.

Segundo Becker (2014), na prática, a produção de energia eólica é maior no período noturno, quando a geração de energia solar é praticamente nula. Embora a região seja propícia para a geração eólica, as residências em Caetité, ainda optam por utilizar somente a geração fotovoltaica. Ainda é incerto o motivo da não utilização da geração eólica, se porventura, é devido à falta de empresa na região que ofereça esse tipo de serviço, se é por conta de um suposto alto investimento ou ainda algum outro motivo desconhecido.

O objetivo nesse trabalho é apresentar a maior viabilidade da geração eólica em relação à geração fotovoltaica, apresentando as características climáticas, o valor de investimento, o tempo de payback, a continuidade de geração tanto de dia quanto de noite para ambos os modelos de geração, podendo assim propor através da criação de uma empresa, a utilização da geração eólica por parte dos moradores da região de Caetité e

propondo meios pelo qual o serviço esteja ao alcance do maior número de pessoas possíveis.

Materiais e métodos

De acordo com as classes possíveis de pesquisa, esse trabalho é apresentado de forma descritiva com análise quantitativa. Para ser desenvolvida essa pesquisa, foi feita uma obtenção de dados através da aplicação de formulário para levantamento de informações e comprovação da necessidade deste estudo. Com relação aos procedimentos técnicos, será de caráter bibliográfico, por se dar a partir de um levantamento de referenciais teóricos já analisados e publicados, sendo também de caráter documental.

Neste trabalho foi utilizado como parâmetros para estudo, uma residência de tensão de 220 volts monofásico (fase/neutro) com potência nominal de 3000W de saída do inversor, com uma média de consumo de 350kw/h mensal. Para o dimensionamento do disjuntor geral, foi utilizado as normas técnicas da concessionária vigente na bahia, a COELBA(concessionária de energia elétrica da Bahia), mais especificamente a norma **NOR.DISTRIBU-ENGE-0021**.

Os equipamentos a serem utilizados para o estudo são : usina fotovoltaica composta por 7 módulos de 350Wp, modelo BYD solar, um inversor 3000 Wp da marca TESUP, estrutura de fixação dos

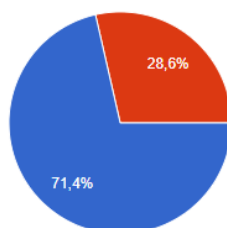
módulos da marca fotoFIX, stringbox completo da marca CLAMPER.

Os equipamentos a serem utilizados para a geração eólica será, um aerogerador modelo TESUP 2400, torre estrutural TESUP-MP, cabos conectores, controlador de carga TESUP.

Resultados e discussão

Para que o objetivo proposto nesse trabalho obtivesse uma resposta concreta, foi feito uma pesquisa através da plataforma Google Forms. Foram entrevistados 14 pessoas, os públicos alvos escolhidos para a entrevista foram pessoas estudantes de engenharia elétrica e pessoas que não tem conhecimentos na área da elétrica. Os resultados da pesquisa foram satisfatórios, no qual uma das perguntas apresentadas ao público alvo, se baseou em saber se na região onde o entrevistado mora, caso houvesse potencial para a instalação da energia eólica, o entrevistado investiria nesse tipo de geração de energia elétrica. De acordo com a figura I, onde mostra o gráfico da pesquisa, 71,4% dos entrevistados responderam que sim, que eles investiriam e 28,6% responderam que não investiriam. Esse resultado define que mais da metade do público alvo está disposto a investir na energia eólica.

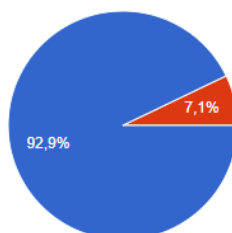
Figura I: Dados sobre o investimento na energia eólica.



Fonte: Google Forms.

Outro dado relevante que essa pesquisa apresentou foi sobre o custo benefício da usina eólica residencial. A pergunta se baseou em saber dos entrevistados, o quanto eles sabem acerca dos valores de investimento para aquisição da energia eólica, se esses valores são altos ou não. De acordo com a figura II, 92,9% dos entrevistados responderam que sim, que eles imaginam ser um investimento alto e 7,1% responderam que não, o investimento não é tão alto.

Figura II: Dados sobre o conhecimento do valor econômico da energia eólica.



Fonte: Google Forms.

De acordo com os dados apresentados acima, os entrevistados acham que o valor do investimento da energia eólica seria um alto valor. Através de pesquisas com fornecedores de energia eólica residencial e solar residencial mostraremos comparações econômicas da aquisição e instalação dessas duas fontes para uso residencial. A tabela I e II apresenta dados econômicos da energia eólica e o tempo de payback para o cliente e a tabela III e IV apresentam dados econômicos da energia fotovoltaica e o tempo de payback para o cliente.

Tabela I: Preços de aquisição e instalação da energia eólica com geração de 2,4 kW.

Componentes	Preço	Salário Mínimo R\$1.100,00
Inversor TESUP	R\$4.100,00	3,7272
Turbina Eólica TESUP2400	R\$4.200,00	3,8181
Eletricista	R\$200,00/dia	0,1818
Homologação	R\$350,00	0,3118
Poste de Montagem	R\$360,00	0,3237
Cabos Condutores	R\$100,00	0,0909
PREÇO TOTAL	R\$9.310,00	8,4636

FONTE: SETUP Brasil.

Tabela II: Tabela de Payback de usina eólica com consumo de 350kWh sem impostos.

Tarifa Convencional (Coelba)	Consumo em Reais	Payback(Meses)
R\$0,620	R\$217,00	42

Tabela 1:Fonte ANEEL.

Tabela III: Preços de aquisição e instalação da energia solar com geração de 2,4 kW.

Componentes	Preço	Salário Mínimo R\$1.100,00
Inversor TESUP	R\$4.100,00	3,7272
Módulos Solares 8x335W	R\$7.512,00	6,8290
Eletricista	R\$200,00/dia	0,1818
Montador	R\$100,00/dia	0,0909

Estrutura de Fixação	R\$300,00	0,2727
Cabos Condutores	R\$100,00	0,0909
String Box	R\$1.190,00	1,0818
PREÇO TOTAL	R\$13,502.00	12,2745

FONTE: SETUP Brasil e ALDO Solar.

Tabela IV: Tabela de Payback de usina solar com consumo de 350kWh sem impostos.

Tarifa Convencional (Coelba)	Consumo em Reais	Payback (Meses)
R\$0,620	R\$217,00	62

Tabela 4:Fonte ANEEL.

De acordo com a comparação entre as tabelas de custos e payback a energia eólica apresenta ser mais econômica do que a energia solar e fornece um payback mais rápido para consumidor, isso demonstra como a tecnologia eólica residencial não é muito conhecida. Essa pesquisa foi desenvolvida com intuito de criar uma empresa e disseminar a venda de usinas eólicas residenciais para a região de Caétite na Bahia.

As figuras III e IV esboçam um diagrama unifilar básico de uma usina solar e eólica. Os diagramas representados contêm a geração, controlador de carga, inversores, cabeamento, aterramento, barramento e DPS.

Figura III: Diagrama unifilar básico de uma usina solar.

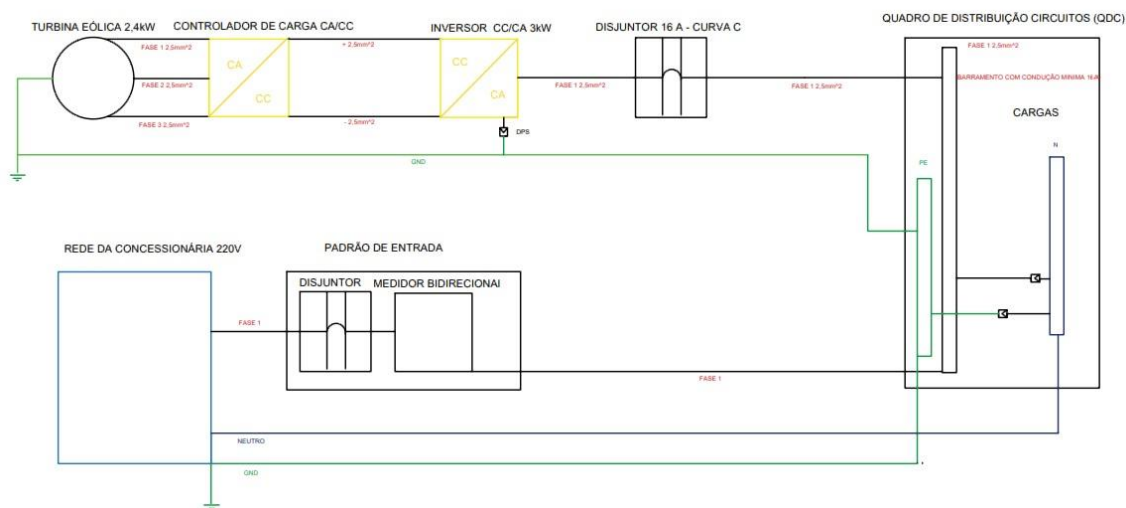
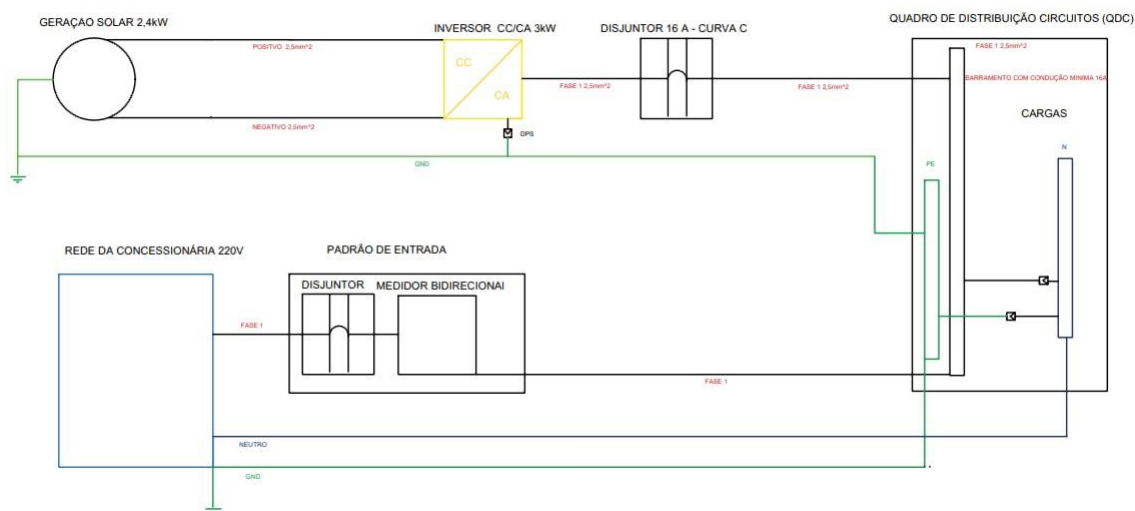


Figura: Autoria própria.

Figura IV: Diagrama unifilar básico de uma usina solar.



Fonte: Autoria própria.

Os diagramas unifilares de uma usina eólica e uma usina solar com 2,4 kW de geração apresentam algumas diferenças. O diagrama unifilar na figura III, referente a turbina eólica residencial, funciona com corrente alternada trifásica, que ao passar pelo contralador de carga é transformada em corrente contínua. A tensão nominal de saída (CC) do controlador de carga é invertida pelo inversor em corrente alternada monofásica com tensão nominal de 220V para ser injetada na rede.

O diagrama unifilar da figura número IV, referente a uma usina solar, tem uma tecnologia diferente, os módulos solares que fazem a geração da energia elétrica através de um material semicondutor chamado silício presente nos módulos, geram uma corrente contínua que ao chegar na entrada do inversor será transformada em corrente alternada monofásica com tensão nominal de 220V para ser injetada na rede.

Ambos os sistemas apresentam dispositivos de proteção, que são os disjuntores de proteção do inversor e os DPS's. O disjuntor de proteção do inversor é projetado de acordo com a corrente de saída do inversor e os DPS's é projetado de acordo com a tensão e de acordo com os níveis de incidências de surto que acontecem na região, quanto maior os níveis de incidências de surtos maior deve a ser a corrente de descarga suportada pelo DPS.

Para o cálculo do disjuntor foi usado a seguinte fórmula; $P = V \cdot I$, onde P é a potência de geração da usina, que nesse caso equivale a 2400W, o V é a tensão nominal, que equivale a 220V e I é corrente gerada, e para descobrir a corrente do disjuntor de proteção do inversor foi feito o seguinte cálculo $I = P/V$, onde a corrente máxima gerada pelas usinas são de 10,90 A. De acordo com esse cálculo o disjuntor de proteção do inversor escolhido será um disjuntor disponível no mercado com a corrente de proteção maior e mais próximo a corrente máxima gerada de 10,90 A. O disjuntor mais próximo no mercado é um disjuntor DIN de 16 A.

O disjuntor geral de proteção que se localiza no quadro de distribuição da residência é definido pelas normas técnicas da concessionária de energia elétrica, os valores de corrente do disjuntor geral pode variar de acordo com a tensão nominal fornecida pela rede e pela potência instalada na residência.

O medidor bidirecional tem a função de realizar a medição do consumo de energia elétrica consumido pela residência e para saber a potência injetada na rede pela usina instalada. Segundo a ANEEL(2016) a concessionária é responsável por adquirir e instalar o medidor bidirecional para o cliente sem apresentar custos para o mesmo.

Os risco e incertezas que apresentam essa pesquisa se deve em função da variação do preço do dólar, por se tratar de produtos importados e das condições climáticas variarem na geração de energia elétrica da turbina eólica.

Considerações Finais

Com base nos dados apresentados nessa pesquisa, pode-se concluir ser de grande potencial empreendedor a implantação de uma empresa instaladora de usina eólica residencial na região de Caetité, uma vez que, além do potencial climático para a geração, os potenciais usuários se interessam em adquirir o produto.

A geração eólica, por ser compatível com a geração solar, torna possível o uso de uma geração híbrida. Moradores que tenham instalado em suas residências energia solar, podem se tornar possíveis consumidores de geração eólica, o que torna mais viável ainda a implantação da mesma na região.

Conclui-se então que o objetivo de comprovar a viabilidade da instalação do sistema eólico residencial na cidade de Caetité-BA se mostrou satisfatório, mostrando ser rentável a criação de uma empresa de energia eólica residencial na região de Caetité na Bahia, devido o fator primordial pra essa tecnologia, o vento, atinge todos os requisitos necessários para a instalação da mesma.

Referências

ANEEL. **Caderno temático, micro e mini geração distribuída**, 2016. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/documents/656877/14913578/Caderno+tematico+Micro+e+Minigera%C3%A7%C3%A3o+Distribuida+-+2+edicao/716e8bb2-83b8-48e9-b4c8-a66d7f655161>>. Acesso em: 16 MAIO. 2021.

ANEEL. **Ranking das tarifas**. 2021. Disponível em: < <https://www.aneel.gov.br/ranking-das-tarifas>>. Acesso em: 16 MAIO. 2021.

ACHEISUDOESTE. **Bahia terá primeiro complexo de energia solar-eólica do Brasil**, 2014. Disponível em: < <http://www.acheisudoeste.com.br/noticias/5951-2014/05/28/caetite-bahia-tera-primeiro-complexo-de-energia-solar-eolica-do-brasil>> Acesso em: 21 ABR. 2021.

BECKER, Mathias. **Bahia terá primeiro complexo de energia solar-eólica do Brasil**, 2014. Disponível em: < <http://www.acheisudoeste.com.br/noticias/5951-2014/05/28/caetite-bahia-tera-primeiro-complexo-de-energia-solar-eolica-do-brasil>> Acesso em: 21 ABR. 2021.

BERGER, Lars Torsten; INIEWSKI, Krzysztof. **Redes Elétricas Inteligentes: Aplicações, Comunicação e Segurança**. 1. Ed. Cidade: LTC, 2016.

EMBRAPA. **Radiação solar(W/m²)- janeiro 2020**, 2020. Disponível em: <https://www.cnpma.embrapa.br/climapest/atlasdigital/radiacao_solar/2020/html/MED_RAD_SOL_AR_2020_A2_JAN.html> Acesso em: 21 ABR. 2021.

SEPLAN. **Bahia é o primeiro em energia eólica no Brasil**, 2019. Disponível em: <

<http://www.seplan.ba.gov.br/2019/04/799/bahia-e-o-primeiro-em-energia-eolica-no-pais.html>>
Acesso em: 21 ABR. 2021.

RODA DE CONERVA ONLINE: TROCA DE EXPERÊNCIAS E POSSIBILIDADES DE CUIDADO NA UNIVERSIDADE

GOMES, Júlia Jamylle Farias; MEDEIROS, Pâmela Alicy; TEIXEIRA, Tiago Alves¹;

DRUMOND, Patrícia Queiroz².

Introdução

O Ensino Superior, no Brasil, conta com um aumento significativo do contingente de alunos nas últimas décadas. Como apontado pelo censo da Educação Superior realizado em 2018 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o qual apontou que em 2008 havia 5.843.322 matriculados, já em 2018 havia 8.451.748 pessoas matriculadas, assim, percebeu-se um aumento de 44,6% no período em questão (BRASIL, 2019). Diante do aumento de ingressantes há de se pensar quais são os desafios vivenciados por estes estudantes e quais os modos de lidar com as dificuldades próprias desse contexto (BRASIL, 2019). Segundo Almeida e Soares (2003), o ingresso no ensino superior representa para grande parte dos jovens um momento de realização de um sonho, de euforia, entusiasmo e expectativas acerca do que os aguarda no desejado curso. Contudo, surgem dificuldades relacionadas ao novo contexto, novas regras se impõem, formas de avaliação diferentes das experimentadas nos ensinos anteriores, aparece a necessidade de se estabelecer novas relações interpessoais. Essas mudanças repercutem para além da vida acadêmica, uma vez que a experiência de cursar a universidade não se reduz às aulas e atividades estritamente acadêmicas. Envolvendo também a expectativa e o desenvolvimento psicossocial dos estudantes, que influenciará uma formação sociocultural mais ampla.

Assim, diante dos desafios do ingressar no curso superior, há a necessidade de ofertar escuta e acolhimento aos universitários, favorecendo o bem-estar e qualidade da experiência destes. Nesse sentido Farinha et al. (2019) aponta que a prática com grupos no contexto universitário é relevante, à medida que as dificuldades enfrentadas pelos acadêmicos podem resultar em prejuízos tanto para saúde como para a vida acadêmica. O autor cita como exemplo de prejuízos: o trancamento de matrícula por períodos longos; o abandono da vaga; e o desligamento da instituição. Desse modo, as intervenções com grupos podem favorecer a promoção da saúde dos estudantes.

O presente trabalho trata-se de práticas desenvolvidas por alunos de graduação em psicologia do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc, no cumprimento do estágio de Vivências Acadêmicas, e teve como público as turmas de acadêmicos do UNIFIPMoc, no município de Montes Claros-MG. O trabalho teve a escuta e o acolhimento como instrumentos de trabalho. A prática se deu de modo remoto, devido as medidas de distanciamento social (em combate à COVID-19) no município de Montes Claros. Dessa forma, durante o decorrer do primeiro semestre de 2021, de modo online, foram executados encontros com diferentes turmas da UNIFIPMoc, totalizando sete encontros de roda de conversa. Durante esses encontros foram usadas diferentes atividades desencadeadoras e presenciou-se a emergência de diferentes temas. Este trabalho tem como objetivos: 1) a construção de espaço de escuta e acolhimento para os estudantes, visando a promoção de saúde, integração entre os acadêmicos e fortalecimento de vínculos; 2) auxiliar no processo de aprendizagem

¹ Discentes do curso de Psicologia das UNIFIPMoc

² Supervisora de estágio de Psicologia das UNIFIPMoc.

dos estagiários, uma vez que possibilita práticas da psicologia que oferecem escuta e acolhimento aos acadêmicos, bem como pensar intervenções diante de demandas apresentadas pelas turmas.

Material e Métodos

Este estudo trata-se de um relato de experiência do estágio profissionalizante de Vivências Acadêmicas do curso de psicologia, tendo como base a escuta e acolhimentos dos estudantes por meio de roda de conversa online. A roda de conversa é um método de participação coletiva que gera uma conversa acerca de um tema determinado, possibilita o diálogo entre os participantes viabilizando que estes se expressem e escutem os demais presentes e a si mesmos, tem como objetivo a socialização dos saberes e troca de experiências entre os envolvidos (MOURA; LIMA, 2014). Para desencadeamento da conversa foram usados recursos disparadores: músicas; palavras; e imagens. Essas atividades foram usadas de modo que proporcionassem a fala dos participantes, sobre os diferentes temas do viver universitário. Buscando, assim, ofertar um lugar no qual os estudantes pudessem falar sobre seus desafios, sofrimentos, vitórias e superações. Houve práticas com os cursos de Direito, Arquitetura e Psicologia. As práticas aconteceram de modo online devido a pandemia da COVID-19. Usou-se as plataformas Google Meet e Zoom para a realização das práticas. O estágio foi realizado por três acadêmicos de psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc, sendo uma acadêmica do 9º e dois acadêmicos do 10º período. O trabalho foi orientado pela supervisora Patrícia Queiroz Drumond e aconteceu entre os meses de março e junho de 2021. Os estagiários trabalharam em equipe, os três, e executaram as práticas de modo que cada estagiário assumisse um papel diferente em cada encontro. Os papéis desempenhados foram de facilitador principal; facilitador auxiliar; e observador, de modo que esses papéis revezassem no decorrer das práticas. Os encontros aconteceram semanalmente, em diferentes horários, a depender do combinado com as diferentes turmas dos cursos que participaram. Desse modo, o estágio aconteceu na maioria das vezes fora do horário de aula das turmas, limitando-se a um encontro com uma turma diferente em horário de aula cedido pelo professor e coordenador do curso.

Assim, foi realizado, durante esse período, atividades enriquecedoras para o contexto acadêmico, para o bem-estar dos estudantes e para o crescimento profissional dos estagiários. Este tipo de experiência busca proporcionar um espaço de escuta e acolhimento para os alunos, bem como proporcionar trocas de experiências entre a turma, favorecendo integração entre os estudantes. Durante as práticas, foi acordado com os acadêmicos a questão do sigilo quanto ao que é dito pela turma, esse aspecto proporciona maior confiança da mesma e maior vínculo com a prática ofertada.

Desenvolvimento

Os problemas relativos à saúde mental são bastante comuns dentro das universidades. Nesse sentido, de acordo com Venturi e Goulart (2016), percebeu-se taxa de sofrimento mental mais elevada entre os estudantes universitários quando comparado a outros jovens da mesma idade que não cursam o ensino superior. Uma das causas que podem estar relacionadas a essa questão é o afastamento desses estudantes dos seus círculos sociais antes estabelecidos, como afastamento de suas casas. Diante de tal questão, a universidade precisa criar estratégias para intervir em um possível mal-estar advindo desses fatores, possibilitando a integração dos universitários ao novo contexto acadêmico e, conseqüentemente, aos novos círculos sociais. O acolhimento desses acadêmicos, pode ser uma medida de facilitação dessa adaptação e qualidade da vida universitária, principalmente quando ofertado a estudantes que estão no início da vida acadêmica, onde é mais comum

aparecer sofrimentos (VENTURINI; GOULART, 2016). Durante as práticas do estágio de Vivências Acadêmicas, esse foi um ponto bastante percebido, principalmente entre as turmas de primeiros períodos, que trouxeram durante os encontros questões relacionadas aos afastamentos de casa, as dificuldades de construção de novos vínculos, além da falta das práticas realizadas presencialmente pela instituição (momentos de confraternização realizados nos intervalos, por exemplo). O atual cenário pandêmico traz uma impossibilidade de um contato mais próximo com os colegas, professores e do próprio espaço da faculdade, o que dificulta a construção do vínculo com os novos colegas e o novo ambiente.

Segundo Branco e Pan (2016) ao ingressar na universidade os estudantes enfrentam dificuldades próprias desse nível de ensino, como adaptações e obstáculos que, na maioria das vezes são difíceis de ser conciliados com uma vida social ativa, principalmente entre os jovens devido as exigências de um alto desempenho acadêmico, o que pode gerar sofrimento psíquico durante a graduação. Essa sobrecarga de afazeres exigidas no ambiente universitário foi um ponto presente durante os encontros com a maioria das turmas. Nesse sentido, apareceram questões como a rotina cansativa de estudos; a vontade de fugir das responsabilidades; e a vida acadêmica vivida em um ritmo frenético, o que provoca esgotamento nos estudantes.

Com a emergência da pandemia, escolas e universidades precisaram se organizar para migrar para o ensino remoto. Esta migração gerou uma transposição de práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem, o que trouxe benefícios e malefícios para os estudantes, que antes estudavam de modo presencial. Alguns desses prejuízos se configuram no cansaço por ficar horas diante da tela do computador assistindo aulas e fazendo atividades; a perda de reforços positivos do contato físico e da interação social nas aulas presenciais. Alguns fatores positivos também podem ser citados com esse novo modo de aprender remotamente, como a comodidade e o conforto de casa para a rotina de estudos e a flexibilidade na conciliação da rotina de estudos com outras demandas pessoais (SOUZA, 2020). A questão dos pontos prejudiciais e positivos foram elementos recorrentes na prática realizada. Apareceram como benefícios a comodidade de estudar em casa, principalmente para quem precisa dividir o tempo entre estudo e trabalho; já sobre pontos negativos apareceram o acúmulo de tarefas; e a falta de interação e criação de vínculos mais sólidos com os colegas.

O estágio de Vivências Acadêmicas apresentado neste estudo proporcionou aos estudantes falarem sobre seus desafios, sofrimentos, vitórias e superações, aspectos que comumente não podem ser compartilhados no âmbito da universidade. Por meio das rodas de conversa os estudantes puderam compartilhar seus sentimentos, expectativas e frustrações, conseguindo perceber e se encontrar com mais colegas que vivem o mesmo momento. Proporcionou também uma possibilidade de compreensão de quais os fatores que mais produzem tensão no dia-a-dia universitário e, assim, pensar coletivamente em possíveis saídas para tais dificuldades. Desse modo, objetivou-se favorecer um espaço de cuidado, a partir do momento que os acadêmicos contaram com um espaço de fala, escuta e acolhimento, proporcionando também a formação de vínculos entre eles.

Conclusão

Diante do exposto, considera-se a prática realizada com os acadêmicos de grande relevância, pois possibilitou aos mesmos, espaços de fala, momentos de reflexão e de integração da turma, onde foi proporcionado a criação e fortalecimento de vínculos que foram fragilizados pela falta de interação presencial por conta da pandemia vivenciada. Foi identificado durante a prática benefícios e malefícios que o ensino remoto trouxe aos estudantes e, também, as dificuldades vividas pelos alunos advindas das novas rotinas e das obrigações dentro e fora das instituições. Destaca-se também que a prática auxiliou os estagiários do estágio de Vivências Acadêmicas no processo de aprendizagem ao permitir o acesso as práticas do profissional de psicologia, sendo colocados diante da escuta e do acolhimento como instrumentos principais de trabalho.

Referências

- ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In E. Mercuri & S. A. J. Polydoro (Eds.), **Estudante universitário: Características e experiências de formação**. 2003, p. 15-40. Taubaté, SP: Cabral Universitária.
- BRANCO, Patrícia Ingrisani; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Rodas de conversa: uma intervenção da psicologia educacional no curso de medicina. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 156-167, dez. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v18n3p156-167>.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.
- FARINHA, Marciana Gonçalves et al. Rodas de conversa com universitários: prevenção e promoção de saúde. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 11, n. 2, p. 19-38, ago. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.n02artigo51>.
- MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A REINVENÇÃO DA RODA: RODA DE CONVERSA: UM INSTRUMENTO METODOLÓGICO POSSÍVEL. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 98 - 106, jan./jun. 2014.
- SOUZA, Elma Pereira. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Caderno de Ciências Social Aplicadas**, Bahia, V. 17, nº. 30 jul./dez. 2020.
- VENTURINI, Ernesto; GOULART, Maria Stella Brandão. Universidade, solidão e saúde mental. - **Revista de Extensão da UFMG**, v. 4, n. 2, p.94-115, jul./dez. 2016.

TERAPIA COMUNITÁRIA, MODALIDADE DIANTE DE UMA REALIDADE VIRTUAL

ZUBA, Aila Santos¹; BARBOSA, Erik Alexandre¹; OLIVEIRA, Jade Santiago¹;
SANTANA, Júlia Maia Caldeira Brant¹; SILVA, Maria Cecília Alves¹; SARMENTO, Maria Clara Avelino e¹;
CONCEIÇÃO, Neila Fabrícia Alves¹; SILVA, Rafaela Maria Camelo¹; GUEDES, Victor Godinho¹; SANTAROSSA, Beatriz Lima².

¹ Acadêmicos do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: Em detrimento ao contexto pandêmico vivenciado, foi-nos sugerido, a partir da disciplina Psicologia de Grupos, o desenvolvimento de técnicas referentes às modalidades grupais, a qual foi designada ao referido grupo, Terapia Comunitária. Apesar das dificuldades enfrentadas inicialmente em decorrência da realidade virtual, tais como a restrição de contato físico, que é uma das características da roda de Terapia Comunitária, a proposta foi concluída com êxito quanto à discussão e fundamentação de ideias e também da técnica escolhida e empregada. A Terapia Comunitária, conforme Souza e Reis (2011), surgiu em 1986 a partir das ideias do Dr. Adalberto Barreto para atender as demandas de saúde da população, como ferramenta de cuidado acreditando na capacidade do outro, no fortalecimento de vínculos, estabelecendo relações harmônicas e horizontais que potencializam a capacidade de resiliência das pessoas. Dessa forma, foi sugerida uma dinâmica representativa de uma roda de Terapia Comunitária online durante a aula remota de Psicologia de Grupo, envolvendo um terapeuta mediador, duas auxiliares para acompanhar o chat, um coordenador de slides, duas condutoras de técnicas quebra-gelo e os demais membros da turma como integrantes da roda. A princípio foi solicitado um tema de livre escolha aos participantes da roda e “transição capilar” foi elencado como pauta, de forma que as pessoas expuseram

seus relatos de experiência partindo de suas vivências acerca da questão, relatando preconceitos vivenciados, dificuldades cotidianas, libertação proporcionada pela aceitação das próprias características, melhora da autoestima e bem-estar psíquico. O resultado da simulação da roda de Terapia Comunitária foi alcançado com êxito, uma vez que os participantes interagiram em todas as fases, cada um a seu modo, expondo suas dificuldades e soluções a partir da apresentação do problema pelo protagonista da roda e da colocação do mote, frase-chave que faz parte da estruturação da modalidade. A partir da partilha e das técnicas, houve o estabelecimento momentâneo de vínculos entre os participantes, o que condiz com a proposta de construção de redes de apoio comunitário a partir das rodas. Nesse sentido, portanto, todas as fases da roda de Terapia Comunitária foram contempladas na apresentação, de modo que o funcionamento da roda ocorreu de maneira bem estruturada e proporcionou resultados satisfatórios aos propostos pela modalidade.

SOUZA, M. O.; REIS, M. L. A. Terapia Comunitária: O Inédito Viável no Atendimento a Família em Comunidades. In: OSÓRIO, L. C.; VALLE, M. E. P. **Manual de Terapia Familiar**: Volume II. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Resumo oriundo de atividades da disciplina Psicologia de Grupos da UNIFIPMoc

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO USO DAS REDES SOCIAIS COMO MECANISMO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

BATISTA, Igor Fernandes; DOS SANTOS, Bianca Ramos; MEIRELES, Francielly Rocha; DE OLIVEIRA, Ludmila Ketlen Soares; MOURA, Maria Luisa Rodrigues; PEREIRA FILHO, Roberto Antônio Guimarães¹; OLIVEIRA, Renata Francine²

¹ Acadêmicos do curso de Odontologia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Odontologia da instituição UNIFIPMoc

Introdução: Perante as diversas transformações que a sociedade atual vem vivenciando, tem-se estabelecido uma necessidade em promover medidas adaptativas que possibilitem a continuidade de propagação de conhecimento à população. Dessa forma, Rodrigues *et al.* (2021) relatam que o uso das redes sociais ganharam um grande destaque e possibilitaram uma nova forma de propagação de conhecimento e divulgação de conteúdos e informações pertinentes através de plataformas como o *Instagram*. **Objetivo:** Relatar uma experiência através do uso das mídias sociais como mecanismo de educação em saúde na Odontologia. **Método:** Revisão da literatura sobre os impactos e consequências da má higiene oral por meio de estudos selecionados na base de dados eletrônica da Biblioteca Virtual em Saúde, PubMed e Scielo. Os critérios de inclusão foram estudos em português e espanhol, compreendidos no período de 2013 a 2021, que se tratavam das consequências provenientes da má higiene bucal e que estavam disponíveis na íntegra. Os critérios de exclusão foram estudos não relacionados à temática. Para a divulgação de postagens no *Instagram*, foi proposta a realização de três postagens por semana, abrangendo temas pertinentes sobre os impactos e consequências da má higiene oral. **Resultados:** Até o mês de junho de 2021 foi possível a realização de 24 publicações no *feed* envolvendo diversos assuntos relacionados à temática proposta e 66 publicações nos *stories*, sendo estas, enquetes e divulgações de novas publicações. Percebeu-se uma aceitação positiva do público pelas postagens, evidenciada por cerca de 165 visitas ao perfil nas primeiras semanas e houve um aumento progressivo no número de seguidores, alcançando 213 contas, sendo estes acadêmicos e profissionais da odontologia, bem como indivíduos leigos, que se interessaram no assunto proposto e nas

postagens realizadas. **Conclusão:** A criação do perfil na rede social permitiu a propagação de diversos temas da Odontologia, promovendo uma maior aquisição de conhecimento por parte dos seguidores e uma maior interação entre os administradores da página criada e seus seguidores. Contudo, por mais que tenha sido uma estratégia bastante eficaz para a divulgação de conhecimento, é válido ressaltar que o uso das mídias sociais é restrito a uma parcela da sociedade devido à necessidade de se ter acesso à internet, sendo, por isso, de extrema importância que as informações vinculadas por redes sociais estejam também associadas ao conhecimento convencional.

Referência:

RODRIGUES, Ana Áurea Alécio de Oliveira; MASCARENHAS, Aise Cleise Mota; CARVALHO, Bruna Mendes; DE OLIVEIRA, Izabelle Alves Mendes; MELO, Matheus de Araújo; DOS SANTOS, Maylanne Freitas. Disseminação de conhecimento durante a pandemia do Sars-cov-2 por meio de ações inovadoras e extensionistas do Pet odontologia uefs. *Expressa Extensão*, v. 26, n. 01, p. 620-626, 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

PLATAFORMAS DIGITAIS E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO RAMO CONSUMERISTA

COSTA, Cecilly Barbosa Caldeira ¹; ALMEIDA, Luma Alves de ¹; MENDES, Luna Cruzeiro ¹; CHAVES, Miriã

Nady Bandeira ¹; HONORATO, Thayna de Souza Lima ¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita ¹;

¹ Acadêmico do curso Direito da instituição Centro Universitário- UNIFIPMOC

² Professora do curso Direito da instituição Centro Universitário- UNIFIPMOC

Introdução: Como institui a Constituição Federal no *caput* do art. 5º, todo cidadão brasileiro é digno de tratamento isonômico, mas no que tange ao acesso efetivo à justiça, é nítido que não se efetiva aquilo que prevê a lei visto que, a morosidade na prestação jurisdicional e a ineficiência dos meios processuais desfavorecem os menos favorecidos. Em uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, através do mapeamento judicial constatou-se que o Poder Judiciário tem demorado em média de 4 (quatro) à 7 (sete) anos para realizar a execução da sentença, essa demora decorre da alta carga de processos que proporciona o congestionamento judicial. No que tange à adequação aos meios consensuais de solução de conflitos bem como sua forma virtual, é nítido que no Brasil essa ainda não se tornou uma alternativa preferível, visto que há no meio social falta de informação sobre sua eficácia. **Objetivo:** Analisar as formas de funcionamento e a eficácia dos meios de solução de conflitos virtual no ramo consumerista, bem como a efetividade da proteção da privacidade e dos dados respaldados pela Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD. **Método:** Trata-se de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para realização da pesquisa utilizou-se das técnicas de pesquisas bibliográfica e documental mediante análise de artigos, livros da legislação reitorias da matéria: Lei n.º 13.140/2015 (Lei de Mediação) e da Lei n.º 13.708/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). **Resultados:** Tendo em vista que o conflito é a oposição de interesses, visando proporcionar com agilidade a resolução de litígios, a Lei nº 13.140/15, em seu art. 46, institui que “a mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância, desde que as partes estejam de acordo” (BRASIL, 2015). Utilizando a tecnologia como uma forma facilitadora ao acesso à justiça, é necessário que os indivíduos litigantes se sintam seguros ao utilizar do espaço virtual para solucionar seus conflitos. Com isso, a proteção da privacidade e dos dados pessoais se encontram respaldados pela Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), o que consequentemente proporciona maior confiabilidade por parte dos usuários, possibilitando uma experiência segura dessas plataformas, sendo possível reduzir o excesso de demandas judiciais, diminuindo as custas processuais que normalmente seriam altas nas resoluções de litígios no Poder Judiciário. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que através de análises feitas, às formas de resolução de conflitos na modalidade online e autocompositivas, são importantes pois esses meios contribuem diretamente com o descongestionamento do Sistema Judiciário Brasileiro, proporcionando a obtenção de resultados de forma mais rápida e

eficaz. Ademais, para que seus resultados sejam potencializados faz-se necessária a ampla divulgação desses meios, popularizando-os. Por fim, enfatiza-se o atual cenário pandêmico em que o Brasil se encontra, e o isolamento social é recomendado a fim de evitar a transmissão do vírus Covid-19, fazendo com que os meios de Resolução de Conflitos supracitados tornem-se extremamente válidos e utilizados ainda que haja recessos forenses que impossibilitem as resoluções dos conflitos através do Poder Judiciário.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº **13.140**, de 26 de Junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Lei nº **13.709**, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 17 mar. 2021.

A MEDIAÇÃO ONLINE COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

LIMA, Livia Giovanna Pereira e¹

RAMOS, Isadora Tolentino²

RIBEIRO, Gabriela Rocha³

VELOSO, Cynara Silde Mesquita⁴

VIEIRA, João Vitor⁵

1. Discente do Curso de Direito da UNIMONTES; 2. Discente do Curso de Direito da UNIMONTES;
3. Discente do Curso de Direito da UNIMONTES; 4. Docente das UNIFIPMoc, UNIMONTES e FAVAG;
5. Discente do Curso de Direito da UNIMONTES.

Introdução: A Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020. Essa norma é responsável por compilar regras acerca do acesso, da transmissão, da modificação e do compartilhamento de dados pessoais no país, até então deficitários em matéria legislativa. Tal legislação é de sublime importância em vista do tratamento aplicado pelos agentes responsáveis pela resguarda dos dados pessoais até o momento de sua entrada em vigor, motivador de frequentes polêmicas de repercussão nacional a respeito do tema. Todavia, a aplicação desta inovação legislativa aponta para um aumento desmensurado da quantidade de processos judiciais a respeito do tema, contribuindo para o abarrotamento do Poder Judiciário, já caracterizado pela morosidade, tendo em vista a pluralidade de sujeitos que podem se envolver em algum conflito relacionado à proteção de dados. **Objetivo:** O propósito do presente trabalho é o estudo acerca da possibilidade de aumento de litígios processuais em resultado da vigência da LGPD e o apontamento da mediação por meios eletrônicos como maneira de solução de possíveis problemas. **Método:** O método de estudo desenvolvido ao longo da pesquisa foi o bibliográfico, por meio da análise de artigos científicos e doutrinas. A modalidade de pesquisa documental também foi aplicada por meio da análise da LGPD com vistas à compreensão do tema posto em debate. **Resultados:** Em matéria de resolução de conflitos a partir de meios extrajudiciais, têm-se os sistemas de mediação online, com a utilização de instrumentos de entes privados ou de entes públicos e das técnicas adequadas. Especialmente para os conflitos relacionados à proteção de dados, a mediação demonstra-se uma alternativa ideal, principalmente quando realizada por meios eletrônicos, uma vez que não contribui para a sobrecarregar os tribunais e não demandar grande espera das partes, que podem resolver o problema por meio de

mecanismos simplificados, estabelecendo a própria LGPD em seu art. 55-J que a criação desses meios – tanto físicos, como virtuais – é de competência da Autoridade de Proteção de Dados (Brasil, 2018). Além disso, a norma expressamente permite que entidades privadas, associadas ou não, estabeleçam seus próprios procedimentos, prevendo também o uso dessa resolução para os casos de vazamentos de dados pessoais ou de acessos não autorizados previamente pelo indivíduo, detalhando em seu art. 52, §7º (Brasil, 2018). **Conclusão:** Nesse contexto, entende-se que a LGPD representa um marco no ordenamento jurídico brasileiro ao tempo em que ocasiona em um imenso contingente de conflitos que não precisam ser, necessariamente, judicializados, visto que essa hipótese colaboraria para a morosidade do Poder Judiciário no Brasil. Assim, surge como alternativa os meios de mediação on-line, que podem ser realizados tanto por plataformas públicas, quanto por métodos de entes privados, desde que em respeito às determinações legais. Essa solução gera maior rapidez na resolução de conflitos por questões envolvendo dados pessoais, sendo mais adequada para o desafio de cuidar dos vazamentos de informações individuais atualmente.

LGPD: GARANTIA DE SEGURANÇA AOS TITULARES E DESAFIO PARA AS EMPRESAS

MACIEL, Beatriz Helena de Oliveira ¹; BORGES, Júlia Soares ¹; RODRIGUES, Júlia Simões ¹; CRUZ, Maria Eduarda Trindade ¹; DIAS, Pedro Eduardo Alves Ferreira¹; PIMENTA, Víctor Henrique Barros ¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques ²; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes ².

¹ Discentes do primeiro período do curso de Direito no Centro Universitário UNIFIPMoc .

² Orientadoras do curso de Direito no Centro Universitário UNIFIPMoc .

RESUMO: Desenvolvida durante os períodos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, a internet possibilitou significativos avanços tecnológicos em todo o mundo, permitindo que informações fossem facilmente disseminadas, tornando-se primordial à vida em sociedade. Entretanto, para além dos mecanismos facilitadores, também apresentou lacunas a serem preenchidas quanto à proteção dos seus usuários. Esta pesquisa objetivou relacionar a relevância da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18) para a preservação da intimidade dos titulares e para a manutenção de uma economia saudável com as dificuldades de adequação encontradas pelas empresas. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e analítico, de abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica e de estudo de casos. Percebe-se que a construção de uma sociedade informatizada e de uma economia baseada em transações virtuais aconteceu de maneira paulatina e, atualmente, irreversível. No entanto, as legislações vigentes ao redor do mundo não foram capazes de suprir, na prática, as demandas dessa nova fase devido à baixa regularização das empresas quanto à proteção de dados sensíveis que, de acordo com Fonseca (2021), são aqueles que carecem de mais proteção, uma vez que podem revelar informações íntimas do titular, tais quais preferências políticas e sexuais. Portanto, verifica-se que a LGPD é uma legislação importante, entretanto, pouco aplicada, o que dificulta a resolução dos impasses que os titulares dos dados precisam enfrentar quanto a sua exposição. Então, destaca-se a necessidade da ampliação de mão de obra qualificada dos setores tecnológicos e jurídicos, conhecidos como cientistas de dados, para alavancar as modificações dentro das empresas a fim de que ocorra um alinhamento com a normativa e, de forma gradativa, haja a minimização desses problemas.

Palavras-chave: Tecnologia. Exposição. Dados Sensíveis. Proteção.

Referências:

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 maio 2021.

FONSECA, Edson Pires da. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.** Salvador: JusPodivm, 2021.

SOBRECARGA DO JUDICIÁRIO E A IMPORTÂNCIA DO ESTÍMULO DE MEIOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS EM DISPUTAS SOBRE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

FROES, Gustavo Henrique Rodrigues; SILVA, Camila Alves da; CALDEIRA, Marcela de Abreu; SOUZA, Luiz Gustavo Alves; RIBEIRO, Luana dos Santos. ¹
VELOSO, Cynara Silde Mesquita. ²

¹ Acadêmicos do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc.

² Professora do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc.

Introdução: O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) registrou ao fim de 2019, cerca de 77 milhões de processos a espera de uma solução definitiva, fato que reflete uma sobrecarga no judiciário Brasileiro. Com a recente vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), faz-se necessário que, para não aumentar esse já demasiado número e obter maior efetividade na resolução de litígios sobre tratamento de dados pessoais, maneiras distintas da jurisdição sejam incentivadas e viabilizadas. **Objetivo:** Discutir a importância do uso de meios distintos da jurisdição na solução de conflitos no âmbito da proteção de dados para aliviar e aumentar a eficácia no sistema judiciário. **Método:** Através da análise bibliográfica e documental, realiza-se pesquisa qualitativa, com abordagem dedutiva. **Resultados:** Espera-se que no Brasil, após a vigência da LGPD, o número de processos relacionados a tratamento de dados aumente, assim como aconteceu na Irlanda, que passou de 2.642 processos em 2017, antes do *General Data Protection Regulation*, para 7.215 em 2019 após sua vigência. Assim, outros meios de solução de conflitos sobre tratamento de dados devem ser estimulados. A instituição da “Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário” pelo CNJ através da Resolução 125/2010, consolidou o Tribunal Multiportas, colocando o Estado como provedor de métodos variados de solução de conflitos, viabilizando maneiras distintas de tratamento de litígios no país pelo judiciário e valorizando mecanismos pacíficos como a negociação, a mediação e a conciliação. Ademais, a própria LGPD define em seu art. 55-J, que compete à Agência Nacional de Proteção de Dados a adoção de “mecanismos simplificados, inclusive por meio eletrônico, para o registro de reclamações sobre o tratamento de dados pessoais em desconformidade com esta lei”, possibilitando a criação de plataformas de *Online Dispute Resolution* para a solução consensual de conflitos, propiciando maior celeridade e eficácia. **Conclusão:** A sobrecarga do poder judiciário causa lentidão e ineficácia na resolução de litígios, por esse motivo, o Brasil necessita do uso de maneiras diversas para solução de conflitos. Tal cenário pode ser revertido, portanto, através da efetividade da resolução 125/2010 do CNJ, bem como da própria Lei Geral de Proteção de Dados no que tange à possibilidade de utilizar formas diversas e estimular a resolução de conflitos por meios distintos da jurisdição.

Palavras-chave: Sobrecarga do judiciário, Lei Geral de Proteção de Dados, Resolução de conflitos.

Referências:

BOTTINO, Celina; PERRONE, Christian; CARNEIRO, Giovana; HERINGER, Leonardo; VIOLA, Mario. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Resolução de Conflitos: Experiências internacionais e perspectivas para o Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, 2020. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2020/04/Relatorio_LGPDResolucaoConflitos.pdf>. Acesso em 19 de março de 2021.

TEIXEIRA, João Pedro Ferraz. A resolução de disputas online e a LGPD: **Uma análise sobre a aplicação de métodos adequados de solução de conflitos, por meio de tecnologia da informação, em contendas relacionadas ao tratamento de dados pessoais.** JusBrasil, 2020. Disponível em: <<https://joaopedrofteixeira.jusbrasil.com.br/artigos/863638520/a-resolucao-de-disputas-online-e-a-lgpd>>. Acesso em 18 de março de 2021.

Equipe Parceiro Legal | FCM. LGPD pode aumentar o número de demandas judiciais em face de operadores de dados. 27 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://parceirolegal.fcmlaw.com.br/lgpd/lgpd-pode->

[aumentar-o-numero-de-demandas-judiciais-em-face-de-operadores-de-dados/>](#). Acesso em 19 de março de 2021.

Apoio financeiro: FAPEMIG, CNPq.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

INCLUSÃO DIGITAL E A ALIENAÇÃO SOCIAL

MACIEL, Beatriz Helena de Oliveira ¹; BORGES, Júlia Soares ¹; RODRIGUES, Júlia Simões ¹; CRUZ, Maria Eduarda Trindade ¹; DIAS, Pedro Eduardo Alves Ferreira¹; PIMENTA, Víctor Henrique Barros ¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques ²; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas ².

¹ Discentes do primeiro período do curso de Direito no Centro Universitário UNIFIPMoc .

² Orientadoras do curso de Direito no Centro Universitário UNIFIPMoc.

RESUMO: Durante o período da Guerra Fria, na década de 60, a internet começou a ser usada com o intuito de facilitar a comunicação entre militares e ganhar vantagem sobre seus adversários. Desde então, passa por incessantes aprimoramentos e faz-se, atualmente, intrínseco à realidade social, entretanto, também acarretou a acentuação da exclusão das parcelas menos favorecidas de brasileiros. Essa pesquisa buscou analisar o impacto negativo da falta de inclusão digital na vida dos cidadãos que são colocados à margem de discussões políticas e sociais pela impossibilidade de acessarem redes online de comunicação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e analítico que se realizou a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. Entende-se, a partir destes estudos, que o sentido de inclusão digital cerceia o fato de o indivíduo ter livre acesso a um dispositivo para conexão (celular, computador, tablet, entre outros) a uma rede de internet e domínio teórico para utilizar todas as ferramentas (ROCHA,2018). A junção desses dispositivos torna possível que o cidadão se inteire de assuntos do seu interesse e participe, de forma efetiva, dos caminhos políticos e sociais que seu Estado percorre. Entretanto, tal pensamento beira a utopia ao referir-se a um país como o Brasil, onde a inclusão digital é substituída pela exclusão digital, que acentua desigualdade já existente. No entanto, é notório que, com o advento da internet, a propagação de informações deixou de ser unidirecional e vertical e tornou-se multidirecional e horizontal (GOLDSCHMIDT; REIS, 2019), possibilitando a análise de um mesmo assunto por diversas pessoas e segmentos possibilitando evitar a alienação. Todavia, há uma carência de mecanismos governamentais efetivos de inclusão digital para a grande massa, deixando exposto o questionamento do real interesse do Estado em formar uma sociedade com alto poder questionador, já que programas como “Sociedade de Informação” é apenas um paliativo para essa situação.

Palavras-chave: Internet. Inclusão digital. Estado. Informação.

Referências

GOLDSCHMIDT, Rodrigo; REIS, Beatriz de Felipe. **Democracia Digital:** o papel da tecnologia no restabelecimento dos vínculos sociedade-estado. v.18. Marília: Tempo, 2019.

DA ROCHA, Maria Célia Albino. A **Era Digital:** restrição à liberdade de expressão.

ESTUDO DE CASO: CONDENAÇÃO CYRELA E O ARMAZENAMENTO DE DADOS NA A LGPD

CRUZ, Blenda Boaventura¹; VIEIRA, Díacomo Guilherme Santos¹, Tiago Vinicius Ferreira Pessoa¹; Laura Nascimento Ferreira¹; Lorena Rocha Guimarães¹, GALVÃO, Luciana Gomes Marques²;

¹Discente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

²Docente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

Introdução: Na atualidade, em decorrência da revolução tecnológica, verifica-se a captação, disseminação e armazenamento de dados e informações pessoais na internet de maneira desenfreada, se tornando parte presente no cotidiano de cidadãos. A necessidade de tutela jurídica que objetive proteger os direitos ligados à privacidade e à proteção dos dados não surgem com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei 13709/2018, no entanto, a referida norma trouxe inovações e parâmetros principiológicos a esta nova seara do Direito. **Objetivo:** O presente artigo tem o escopo de analisar a decisão judicial e seus fundamentos no caso da Construtora Cyrela em face à LGPD. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa exploratória que se realizou através do estudo de caso Cyrela - Apelação Cível 1080233-94.2019.8.26.0100 - aliada a levantamento documental e bibliográfico. **Resultados:** Considerada pioneira no enfrentamento pelo judiciário brasileiro, a Cyrela foi condenada, por descumprir a LGPD, ao pagando uma indenização de R\$ 10 mil a um cliente que teve seus dados compartilhados sem autorização. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) entendeu que a empresa violou não somente a privacidade, mas, também, a dignidade do cliente, uma vez que repassou o telefone e dados pessoais referentes à compra do imóvel para empresas parceiras, sem que o cliente tenha sido informado. Verificou-se que a decisão funda-se na inviolabilidade da intimidade, aplicando princípios da finalidade e da transparência no tratamento, guarda e fornecimento de dados a terceiros. **Conclusão:** Em síntese, conclui-se que a violação de dispositivos da LGPD tais como os que tutelam a privacidade, a autodeterminação informativa e a inviolabilidade da intimidade são empregados como fundamento para a responsabilização do controlador dos dados. O estudo de caso revelou, pois, no caso Cyrela, que a ré violou normas de proteção à relação de consumo e direitos fundamentais como à imagem e à privacidade, previstos no artigo 5º inciso X da CRFB/88, além das previsões da LGPD.

Palavras-chaves: LGPD. Cyrela. Privacidade.

Referências:

FINKELSTEIN, Maria Eugenia; FINKELSTEIN, Claudio. Privacidade e lei geral de proteção de dados pessoais.

Revista de Direito Brasileira, Florianópolis, v. 23, n. 9, p. 284-301, mai./Ago, 2019.

RUARO, Regina Linden; RODRIGUEZ, Daniel Piñeiro; FINGER, Brunize. O direito à proteção de dados pessoais e a privacidade. **Revista da Faculdade de Direito**, Curitiba, n.53, p.0-000, 2011.

SÃO PAULO. **Tribunal de Justiça**. Processo Digital nº: 1080233-94.2019.8.26.0100. Procedimento Comum Cível – Indenização por Dano Moral. Fabricio Vilela Coelho versus Cyrela Brazil Realty S/A empreendimentos e participações. Relator: Maria do Carmo Honório. São Paulo, 29 de setembro de 2020. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/dl/compartilhar-dados-consumidor-terceiros.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2021.

DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR: UMA REVISÃO NARRATIVA

SALGADO, Gabrielly de Lima¹; SILVA, Victor Lucas Fagundes Alves¹; SILVA, Maria Eduarda¹; SANTOS, Gabriel Ribeiro¹; LOPES, Patrício Antunes¹; ROCHA, Joseane Santos Brant².

¹ Acadêmico do curso de Odontologia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Odontologia da instituição UNIFIPMoc

Introdução: Dentre as dores orofaciais, o segundo tipo de disfunção mais comumente encontrado são as desordens temporomandibulares. Com advento da pandemia, estresse, ansiedade e as drásticas mudanças tem evidenciado um aumento expressivo desta condição como maiores causas para atendimento odontológico. **Objetivo:** Descrever as principais características da disfunção temporomandibular considerando a etiologia, sinais, sintomas, tipos, epidemiologia, diagnósticos e tratamento. **Metodologia:** Revisão narrativa da literatura. A coleta de dados ocorreu por meio de buscas em bases de dados como o Scielo – Scientific Electronic Library Online, o Google Acadêmico e a Pub Med, por meio dos descritores Ciências da Saúde, a saber: Disfunção Temporomandibular, características clínicas, sinais e sintomas nos períodos de 2000 e 2021, os critérios de inclusão para seleção dos artigos foram serem artigos originais, revisões narrativas e sistemáticas, prevalência de DTM em diferentes faixas etárias, prevalência da Disfunção Temporomandibular em idosos, postura e Disfunção Temporomandibular. **Resultados/Discussão:** Encontrou-se 32 artigos, destes 29 cumpriram os critérios de inclusão. A etiologia da DTM é multifatorial sem existir um fator único de identificação dos distúrbios. Essa disfunção é caracterizada por 3 tipos distintos, sendo eles a disfunção articular, muscular e a mista que compõe grupos de sinais e sintomas como a dor a apalpação muscular, ruídos articulares, otalgia, zumbido, tontura e funções mandibulares diminuídas, esses sinais e sintomas são de difícil diagnóstico. A sua prevalência é maior em jovens e adultos (KÖHLER; MAGNUSSON, 2013). O diagnóstico pode ser feito com apalpação cuidadosa dos músculos da mastigação e do pescoço além de analisar a ATM por meio de uma ausculta. O tratamento é complexo devido a sua causa multifatorial (REZENDE *et al.*, 2009) e exigem de uma equipe de multiprofissionais com a presença de Cirurgiões Dentistas, Fonoaudiólogos, Neurologistas, Fisioterapeutas e clínicos da dor (DONNARUMMA, *et al.*, 2010). **Conclusão:** Conclui-se que esse estudo proporcionou maior conhecimento acerca das características da DTM para a graduação em odontologia visto que a Disfunção temporomandibular é muito comum em jovens, tem sua etiologia multifatorial o que dificulta no seu tratamento de forma a impactar negativamente na qualidade de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: Disfunção Temporomandibular, Articulação Temporomandibular, Distúrbios.

REFERÊNCIAS:

KÖHLER, A.A.H.A.; MAGNUSSON, T. Clinical signs indicative of temporomandibular disorders in adults: time trends and associated factors. *Swed Dent J.* 2013.

REZENDE, M.C.R.A.; et al. Estudo da prevalência de sintomatologia temporomandibular em universitários brasileiros em odontologia. *Revista Odontológica de Araçatuba*, 2009.

DONNARUMMA, Mariana Del Cistia et al. Temporomandibular Disorders: signs, symptoms and multidisciplinary approach. *Rev. CEFAC.*, v. 12, n. 5, p. 788-794, 2010.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

Produtividade Total dos Fatores de Minas Gerais: 2002 a 2016.

FERREIRA, Arilson Gomes ¹; AMARAL, Fábio Gonçalves do ²; ALMEIDA, Thyago Albuquerque de ³; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira ⁴

¹Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Unimontes ²Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Unimontes; ³Acadêmico do curso de Ciências Sociais da Unimontes; ⁴ Professora Dra. do Curso de Ciências Econômicas da Unimontes

Introdução: A Produtividade Total dos Fatores (PTF) é uma variável importante para investigar a evolução do crescimento econômico em determinados setores (município, região, estado, etc.), especificando a eficiência, bem como

o comportamento das variáveis da função de produção. Os díspares modelos de crescimento econômico foram desenvolvidos na teoria econômica, e visam propor um molde econômico que subsidiasse aos economistas explicar quais os fatores corroboram positivamente na economia, dentre eles temos: modelo Harrod-Domar, função Cobb – Douglas, modelo de Solow, modelo de crescimento endógeno de Lucas entre outros. **Objetivo:** Este artigo tem por objetivo analisar a Produtividade Total dos Fatores em Minas Gerais, para isso foi estimada uma função de produção agregada Cobb – Douglas aumentada com dados em painel para todos os municípios de Minas Gerais entre os anos de 2002 a 2016, devido à disponibilidade de dados no período da análise. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva de dados, através de técnicas econométricas por MQO (Mínimos Quadrados Ordinários). As variáveis utilizadas foram o Produto Interno Bruto- PIB da indústria como capital; número de empregados formais como trabalho; investimentos em educação como gasto com a educação; sendo coletados do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação João Pinheiro (FJP). **Resultados:** As descobertas da pesquisa apontam que o melhor exemplar para estimação dos dados é o modelo dos efeitos fixos. Os resultados demonstraram que aumento no fator de produção capital eleva o produto de Minas Gerais; um aumento no fator trabalho eleva o produto e um aumento nos gastos em educação também contribui para aumentar o produto mineiro, ou seja, todas as variáveis afetam positivamente a produção do Estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Produtividade Total dos Fatores. Função de produção Cobb-Douglas. Crescimento econômico. Dados em painel. Minas Gerais.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

INFLUÊNCIAS DA PANDEMIA NA REFLEXÃO DO PAPEL DO CAPSI

Kimelly Hanna G. Prates¹,
Sílvia Soares².

Introdução

Trabalho do 10º período noturno de Psicologia, como requisito parcial para aprovação na disciplina de estágio específico III de Saúde mental. Este relatório vem apresentar a prática de estágio das UNIFIPMoc, (Centro Universitário FIPMoc) que ocorreu no Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSI) Nessa perspectiva, o CAPSI opera nos territórios, compreendidos não apenas como espaços geográficos, mas territórios de pessoas, de instituições, dos cenários nos quais se desenvolvem a vida de usuários e de familiares e constituem -se como um “lugar” na comunidade. Dessa forma, é apresentada aos analistas a tarefa de encontrar nesses modelos condições para a ética que funda a clínica psicanalítica e que, resguardem, ao mesmo tempo, os princípios da atenção psicossocial. **Objetivo:** investigar as influências da pandemia na reflexão do papel do CAPSI. Os dados foram coletados através de pesquisa documental e observações de entrevistas semiestruturada realizadas no CAPS. **Resultados:** Contatou-se que o CAPSI tem vasta experiência tanto no bem-estar quanto a vida social dos usuários que foi afetada pela pandemia, usuários relataram perdas, medo da morte, insatisfações e mudanças de humor ao ponto de um usuário afirmar que não tem alegria na vida, pois tem medo de sair. Outros afirmaram que apesar da pandemia, saem bastante de casa. A necessidade de relacionar se fez presente, inclusive utilizando como recurso a tecnologia, muitos estuda pela internet. Validando a recíproca experiência acolhedora do CAPSI, os usuários relataram ainda a importância da convivência, afirmando que também aprendem cada dia mais e que apreciam essa convivência. **Conclusão:** As representações sociais dos CAPSI é positiva na relação com a maturidade e laços familiares e atividades sociais se fazem recursos terapêuticos, neste contexto, de forma que insistem em mantê-las. Evidencia-se pelos relatos, que experiência, humildade, paciência e compreensão são lições de vida, que o afeto é o que mais buscam e torna-os ainda mais propícios a contribuir e que tudo isso parte de seus papéis.

Palavras-chave: Pandemia, papel do CAPSI, representações sociais, trabalho analítico

Material e Métodos

O contexto pandêmico ressalta ainda mais as dificuldades já existentes no modo de enfrentamento do CAPS. Ao invés de eleger um lugar de pura crítica, o analista contribui na construção e qualificação. Ele se torna responsável por desenvolver, a partir do seu campo, alternativas de tratamento que respondam aos quadros clínicos recebidos nos CAPS, como as

psicoses, as toxicomanias, e os problemas graves relativos ao desenvolvimento infantil. Mais precisamente, entendemos que a psicanálise colabora quando se torna propositiva ao indicar uma operatividade clínica para este contexto, que leve em conta os aspectos relativos ao mesmo, como as noções de saúde, doença, normalidade, ideal e cura em articulação com a especificidade do tratamento analítico, isto é, o singular das adversidades de um sujeito na busca da satisfação pulsional.

Tendo em vista esse objetivo, ressaltamos que o trabalho analítico se faz guiado por algumas invariáveis consagradas no campo psicanalítico, designadas como fundamentos da clínica como transferência, repetição, inconsciente e pulsão, conjunto que funda um manejo particular com o sofrimento psíquico.

A justificativa para essa escolha é dada, por considerarmos que o trabalho efetivado nos CAPSI acolhe sujeitos cujas estruturas psíquicas diferenciam-se do quadro neurótico, com sintomas que interrogam a noção freudiana de solução de compromisso e do retorno do recalcado. No caso da ética, está se torna relevante quando consideramos que a prática do analista convive com a de outros profissionais que comparecem com propostas distintas a concepção freudiana de sujeito, fato que coloca o trabalho do analista sob outra perspectiva.

Desta forma, a prática de um analista na clínica institucional dos CAPSI pode ser viabilizada, independentemente da modalidade operatória da intervenção, a partir do balizamento destes conceitos, especificidades teóricas que incidem na clínica e no trato com o sujeito que se torna legível a partir do endereçamento ao analista que suporta recebê-lo, atualizando o gesto inaugural de Freud. A afirmação pressupõe que a lógica do sujeito a ser acolhido diz respeito ao inconsciente, ao desejo e ao circuito pulsional em intervenções denominadas psicanalíticas por se constituírem como operações de produção de saber acerca da falta, singularizadas no percurso de cada paciente.

O projeto consistiu em uma pesquisa bibliográfica e qualitativa que foi realizada por via de observações sucessivas, cujo fim foi verificar o papel do CAPSI na população, público-alvo do projeto, estabelecer uma comunicação que objetivou discutir sua adaptabilidade diante a situação pandêmica relacionando-a a reflexão do papel do CAPSI na sociedade.

Desenvolvimento

Nesta direção, o analista toma o sintoma como um elemento que faz o sujeito falar, na suposição de que a relação que sujeito e sintoma estabelecem é de sobre determinação e não de exclusão. Fica clara, que essa perspectiva diz respeito à inclusão do sintoma como manifestação relativa à existência do sujeito, articulação entremeada ao laço social, portando especificidade tanto quanto ao manejo, quanto como sinalizador de uma verdade sobre o sujeito. Por outro lado, a ética do analista surge como a sustentação desta evidência testemunhada pela presença de um analista nos diferentes dispositivos clínicos ofertados.

O projeto imprime os esforços de cada acadêmico, juntamente com a supervisora Silvia, em que pôde traçar suas finalidades dentro do contexto da psicologia no centro de atenção psicossocial no campo determinado. Os recursos serão avaliados para a realização de cada fase do projeto para que seja possível, através deste, relatar e pontuar as construções feitas. O objetivo não foi único, mas o intuito de dialogar com a psicologia dentro do contexto, o objetivo não apenas de termos reflexões em diferentes campos que se complementam, que viabilizaram o tempo todo o nosso projeto. O projeto imprimiu um modo de afetar as pessoas, de modo que é uma prática para além das práticas. Isso quer dizer que é algo que nos afeta, que nos marcam de modo significativo ao marcar outras vidas. A efetivação desse projeto se deu às etapas, contribuições mútuas e planejamentos, visto que, para que ocorresse era preciso isso. E assim se sucedeu de modo a afetar todos os envolvidos de formas distintas e significativas.

Considerações finais

De acordo com as didáticas vistas no desempenho em trabalhos coletivos, produção textual, entre outros. Acredito que os dados aqui registrados apresentam bem a realidade e a conquista da aprendizagem que é de extrema importância para os acadêmicos que passam por esse estágio, revelando todos os fatos e pontos de vista, além de mostrar bem um processo da disciplina em si nossa sugestão é que continue assim. Diante do exposto pude perceber a abrangência da psicologia CAPS e das atividades nela proposta percebi o olhar da abordagem e na atividade teórico prático grande e enriquecedor.

Nas práticas a preceptora Silvia não é insuficiente em nada viabiliza o conhecimento científico de forma prazerosa e abrange o estudo, a avaliação, a prevenção, o acompanhamento e o tratamento de fenômenos psicológicos que afetam ou possam vir a afetar a conduta de uma pessoa. Esse estágio cumpre bem a meta de ensino aprendizagem e o trabalho com os acadêmicos mostra os objetivos que de fato foi alcançado, e nos relatos de experiência ainda pode perceber pontos que foram sendo melhorados através de estudos e compreensão do trabalho proposto.

Diante do exposto percebemos a abrangência da psicologia na atividade proposta, de investigar os impactos da epidemia do coronavírus na vida e nas relações com CAPSI com embasamento teórico prático grande e enriquecedor viabiliza o conhecimento científico de forma prazerosa e abrange o estudo, a avaliação, a prevenção, o acompanhamento de fenômenos psicológicos que afetam ou possam vir a afetar a conduta dos sujeitos diante da pandemia.

Referências

Amarante, P. (2009). Loucos pela vida: **A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil** (2a ed.). Rio de Janeiro: SDE/ENSP.

Brasil. Ministério da Saúde. (2004). **Saúde mental no SUS: Os centros de atenção psicossocial**. Brasília.

Figueiredo, A. C. (2007). **A função da psicanálise (e do psicanalista) na Clínica de Atenção Psicossocial**. In E. Nascimento & R. C. Gonzales (Orgs.), *Psicanálise e os desafios da clínica na contemporaneidade* (Série Teoria da Clínica Psicanalítica, 2, pp. 81-87).

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; CAMPOS, Claudinei José Gomes; TURATO, Egberto Ribeiro. **Coleta de dados na pesquisa clínico-qualitativa: uso de entrevistas não-dirigidas de questões abertas por profissionais da saúde**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, [S.L.], v. 14, n. 5, p. 812-820, out. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-11692006000500025>.

Freud, S. (1976a). **Sobre a psicoterapia** (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas, Vol. 7, pp. 263-278). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905).

Hammerschmidt KS de A, Santana RF. **Saúde em tempos de pandemia Covid-19**. Cogitare enferm.[Internet]. 2020 [acesso em]; 25.

O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E O PROCESSO DE DECISÃO COMPRA

LOPES, Marcelo Vieira ¹; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira²

¹ Professor Dr. da Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes; ² Professora Dra. da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

Introdução: O estudo do comportamento do consumidor compreende a análise de como os indivíduos tomam decisões de gastar seus recursos disponíveis (tempo, dinheiro, esforço) em itens relacionados ao consumo. Trata-se de uma prática econômica que envolve um conjunto de ações que impactam diretamente na economia, indivíduos que usufruem dessa atividade são chamados consumidores. Por sua vez, o processo de decisão de compra não é independente, e nem sempre ocorre de forma simplificada uma vez que na maioria das vezes depende de vários fatores. **Objetivo:** Este artigo tem por objetivo fazer uma discussão teórica a respeito dos fatores econômicos e mercadológicos que são determinantes ao processo de compra do consumidor. Nesse sentido foram tratados pontos como o processo de decisão de compra por parte dos consumidores, como as necessidades e alternativas disponíveis, fazendo uma análise desde a teoria do consumidor até a influência do *marketing* sobre esse processo de decisão de compra. **Método:** Como metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e descritiva com consultas em diversas fontes primárias. **Resultados:** O resultado da pesquisa aponta que o comportamento do consumidor diante a decisão de comprar um bem ou serviço, pode variar devido diversos fatores, como sua preferência, cultura, aspectos sociais e psicológicos entre outros. Conhecer os fatores que levam os consumidores ao consumo é de vital importância para as organizações, pois envolvem informações necessárias para identificar os potenciais compradores. Através do estudo do comportamento do consumidor é possível identificar as necessidades e desejos e qual é a forma mais adequada para influenciá-lo e em seu processo de decisão de compra.

Palavras-chave: Comportamento consumidor. Decisão compra. Teoria do consumidor.

PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UMA REFLEXÃO DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS IDOSOS

LIMA, Andressa Fagundes Quadros¹; SILVEIRA, Breno Santos¹; FREITAS, Cláudio Lafetá de¹; BARBOSA, Laís de Souza Bernardes¹; JARDIM, Lucca Tibo Rocha Costa¹; VELLOSO, Maria Tereza Lopes¹; SANTANA, Mariana Barbosa¹; CARDOSO, Anamaria de Souza²

¹ Graduando em Psicologia do UNIFIPMoc.

² Doutora em Ciências Biológicas. Orientador e docente do UNIFIPMoc.

Introdução: Visando a problemática que é a pandemia da COVID-19 e a forma como o envelhecimento é visto pela sociedade, de maneira estereotipada e preconceituosa, o estudo buscou compreender as percepções sociais acerca do idoso e as percepções dos idosos sobre si mesmo. **Objetivo:** Investigar os impactos da pandemia do coronavírus na vida e nas relações com os idosos na sociedade atual, tendo como recorte a reflexão do papel do idoso na sociedade. **Metodologia:** Para a escrita de um estudo com abordagem quali-quantitativa, inicialmente foi utilizado recursos bibliográficos como base argumentativa e de investigação. Ademais, para coleta de dados, foi desenvolvido um questionário fechado, o qual teve 60 respostas de idosos (pessoas com 60 anos ou mais) e uma entrevista semi estruturada, feita com 5 dos idosos que responderam o questionário. **Resultados e discussão:** Percebe-se que apesar de existir uma construção social estereotipada de que os idosos são inválidos e dependentes, é notório a partir dos gráficos estatísticos produzidos que os idosos têm participação fundamental nas rendas familiares, estão inseridos tecnologicamente, participam de atividades em grupo fora de casa, e contribuem em diversas funções domésticas, até mesmo de cuidadores de outros idosos ou crianças. Além disso, considerando a entrevista desenvolvida, os idosos escutados pontuaram que é importante a interação do idoso e a sociedade, pois essa classe é, muitas vezes, desvalorizada. Os entrevistados também ressaltaram que há importante participação do idoso na questão histórica e financeira familiar, sendo pessoas que compartilham de significativos ensinamentos e experiências vividas, que tendem a serem passadas às gerações futuras. **Conclusão:** Portanto, concluímos que o idoso se apresenta de várias formas na sociedade, em diversas configurações familiares, econômicas, culturais e sociais e que, estereotipar suas características ou generalizar o seu papel é reduzir sua importância social bem como apagar sua diversidade.

Palavras-chave: Envelhecimento. Representação Social. COVID-19.

O USO DA GAMETERAPIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM AVE

JÚNIOR, Francisco Dias Cordeiro ¹; BORGES, João Victor Soares Marques Novais ¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira ²;

¹ Acadêmico do curso de Fisioterapia da UNIFIPMOC

² Professor do curso de Fisioterapia da UNIFIPMOC

RESUMO

Introdução: O acidente vascular encefálico (AVE) vem a ser dado a partir da obstrução da corrente sanguínea que leva as células ao cérebro causando com que haja uma perda de oxigênio nas mesmas, acarretando assim uma série de lesões. Tendo em vista ser a segunda maior causa de morte, e a principal causa de incapacidade no Mundo. A perda de movimento, dentre outras incapacidades torna com que seja propício independente da fase, uma reabilitação interativa, e com isso, novas tecnologias são formadas, um exemplo, a Gameterapia que além do psicológico, objetiva também os sistemas nervoso e musculoesquelético, fundamentais para uma reabilitação eficaz. **Objetivo:** Esse estudo tem como finalidade analisar os efeitos da Gameterapia no tratamento de pacientes com Acidente Vascular Encefálico. **Metodologia:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 19 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2015 a 2020, nos idiomas português e inglês através de bancos de dados como *PeDro*, *Scielo*, *PubMed*, *Google Acadêmico*, *Cochrane* e *LILACS*, empregando termos como, Gametherapy in stroke patients, Reality Virtual in stroke patients AVC, AVE, AVC isquêmico e hemorrágico, AVE em idosos e adultos jovens. **Resultados:** Ao comparar a Realidade Virtual com a fisioterapia convencional os estudos apontaram que não houve diferenças significativas entre as duas, porem demonstraram resultados satisfatórios e com os pacientes do grupo com Realidade Virtual apresentaram uma menor taxa de desistência da terapia. **Conclusão:** A reabilitação com a realidade virtual em pacientes com AVE apontou melhoras no ganho de força, tensão muscular, amplitude de movimento, marcha, equilíbrio dinâmico e estático, cinemática, aspectos cognitivos e emocionais, entre outros. Indicando que a Gameterapia é uma boa intervenção para o tratamento de pacientes com AVE.

Palavras-chave: Gameterapia. AVE. Realidade Virtual. Kinect. Ganho Funcional.

REFERÊNCIAS:

AMFT *et al.*, Effect of a four-week virtual reality-based training versus conventional therapy on upper limb motor function after stroke: A multicenter parallel group randomized trial, **PLOS ONE**, 2018.

KARASU *et al.*, EFFECTIVENESS OF WII-BASED REHABILITATION IN STROKE: A RANDOMIZED CONTROLLED STUDY, **Journal of Rehabilitation Medicine**, 2018.

LAVER *et al.*, Virtual reality for stroke rehabilitation (Review), **Cochrane Database of Systematic Reviews**, 2018.

AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL: REFLEXÃO E APONTAMENTOS

MADUREIRA, Patrícia Hellen Silva¹; RUAS, Camila Alves¹; SILVA, Carlos André Moreira da².

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

² Professor do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

RESUMO: Introdução: As comunidades terapêuticas (CTs) são instituições privadas, onde pessoas com transtornos provenientes do uso de substância psicoativa vem a ser internadas, no intuito de alcançar a reabilitação. A referida instituição faz parte e é complementar a rede de atenção psicossocial, e algumas atualmente até recebem recursos públicos, gerando a necessidade de se ter mais informações acerca das práticas ali desempenhadas. **Objetivo:** Analisar descritivamente as comunidades terapêuticas no Brasil verificando sua relevância social. **Método:** Trata-se de um estudo de caráter analítico descritivo, tendo como referência principal, além de outras encontradas na base eletrônica: SciELO, o Relatório de Inspeção Nacional em CTs. **Resultados e discussão:** De acordo com o Relatório de Inspeção Nacional em CTs, estas oferecem um modelo de tratamento contrário aos princípios da Reforma Psiquiátrica, reproduzindo algumas das piores práticas do modelo manicomial. Grande parte das CTs tem o isolamento ou a restrição do convívio social como eixo central do suposto tratamento oferecido. A Lei nº 10.216/2001, que instituiu a reforma psiquiátrica no Brasil, aponta que o atendimento a essa população deve priorizar a inserção na família, no trabalho e na comunidade. Em algumas CTs há a prática de retenção de documentos e outros pertences pessoais de usuários. Além do controle de ligações telefônicas, e a violação de correspondências, ferindo princípios garantidos pela Constituição Federal/88. É comum nas CTs práticas de castigo e punição a internos, bem como o isolamento por longos períodos, privação de sono, supressão de alimentação e uso irregular de contenção mecânica ou química— todas elas podem ser caracterizadas como práticas de tortura e tratamento cruel ou degradante. **Conclusão:** Desse modo, foi possível relacionar algumas as CTs à lógica manicomial, tendo em vista, as violações a direitos humanos, como por exemplo, o caráter asilar, a laborterapia, a adesivação a religião que orienta os trabalhos institucionais e a abstinência como estratégia central de funcionamento dessas instituições, o que põe a prova a eficácia e qualidade do serviço ali prestado. Havendo que se repensar sobre as práticas nas CTs, enquanto um dispositivo para o tratamento de saúde mental, pois acredita-se que elas podem ser viáveis no tratamento do sujeito que sofre pelo uso de álcool e outras drogas desde que em conformidade com os princípios da reforma psiquiátrica brasileira.

Referências:

Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (2010). Glossário de álcool e drogas. Disponível em: https://sgmd.nute.ufsc.br/content/sgmd-resources-conselheiros/ebook/medias/pdf/Glossario_alcool_drogas.compressed.pdf Acesso em: 07/02/2021.

FOSSI, Luciana Barcelos; GUARESCI, Neuza Maria de Fátima. **O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas confessionais na conformação do sujeito.** Estudos e pesquisas em psicologia. Rio de Janeiro. V. 15. pag. 94-115. 2015.

Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas - 2017 / Conselho Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão / Ministério Público Federal; – Brasília DF: CFP, 2018.

A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA

PIRES, Jucyeli Indianara Soares¹; ARAÚJO, Marianne Do Carmo¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹ Acadêmicas do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO

Introdução: O Transtorno Espectro Autista é uma disfunção que prejudica a capacidade de se comunicar e interagir. **Objetivo:** Analisar a importância da Fisioterapia no tratamento do transtorno do espectro autista, baseado nos métodos e técnicas abordados ao longo dos tempos. **Metodologia:** O presente estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 15 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2008 a 2020, nos idiomas português e inglês; sendo que 01 de origem internacional e 14 de origem nacional. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como Lilacs, Scielo e Medline, Google acadêmico, empregando termos como: Fisioterapia, espectro autista, benefícios. **Resultados:** Através desse estudo foi possível afirmar que a fisioterapia é benéfica a indivíduos com autismo, principalmente se foram tratadas de forma precoce, sendo destacadas a técnica de equoterapia e hidroterapia. **Conclusão:** O tratamento fisioterapêutico permite que o indivíduo com autismo se desenvolva de forma mais independente, o tornando mais capaz de executar tarefas do dia a dia.

Palavras chave: Autismo. Fisioterapia. Crianças. Desenvolvimento neuropsicomotor.

Referências

FERNADES, Cintia Regina *et al.* Influencia da fisioterapia no acompanhamento de Crianças Portadores do TEA (Transtorno Espectro Autista). **Rev. Das Ciências da Saúde e Ciências Aplicadas do Oeste Baiano-Higia**; 5(1): 52-69. 2020.

LOPES, Enzo Kaique da Silva. Transtorno do Espectro Autista: Benefícios dos Tratamentos Fisioterapêuticos. **Rev. Multidisciplinar De Educação e Meio Ambiente**, 1(2). 105. 2020.

PRATES, D. M.C. G.C.S *et al.*, Os benefícios da fisioterapia na independência funcional em crianças com transtorno do espectro autista. **As revistas eletrônicas do centro católico salesiano auxiliam-Araçatuba São Paulo ISSN 2526 - 1215 n°4 ano 2019.**

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

ESTUDO DE CASO SOBRE DOENÇAS MENTAIS DO TRABALHO – DIFERENÇA DE SUSCEPTIBILIDADE E VULNERABILIDADE.

Márcia Colares Leão Mota¹; Natália Ruas medeiros¹; Roberto Akira Uehara¹; Rodrigo Rocha de Souza¹; Washington Henrique Azevedo Santos¹; Anamaria de Souza Cardoso²

¹ Acadêmicos do curso Psicologia da instituição UNIFIPMoc

² Doutora e Professora do curso Psicologia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: Para Vasconcelos e Faria (2008), a organização do trabalho pode apresentar-se como fator de fragilização mental dos indivíduos. Tal pensamento se deve ao fato do trabalho exercer função primordial na vida do ser humano, sendo um meio de subsistência para o indivíduo. Uma vez que local de trabalho é um ambiente de interações sociais que propicia o estabelecimento de relações harmoniosas, conflitivas e amorosas. Foi devido à importância e das influências em torno das relações de trabalho, que surgiu a necessidade de se pesquisar a respeito das doenças mentais do trabalho – diferença de susceptibilidade e vulnerabilidade. Tendo sido optado, para tratar do assunto, a realização de um estudo de

caso, sendo a coleta de dados executado por meio de uma entrevista aberta, realizada em uma plataforma digital, respeitando as restrições sanitárias ocasionadas pela pandemia Covid-19. Para a pesquisa, foi entrevistada uma enfermeira que trabalha em um hospital referência da cidade de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, onde atua na linha de frente de combate ao coronavírus, no setor de pediatria para casos de Covid e não Covid. Através de seus relatos foi possível a coleta de dados para formalizar o estudo sobre as relações entre doenças mentais e trabalho, diferenciar susceptibilidade e vulnerabilidade, assim como as contradições nas estratégias organizacionais para a “promoção” da saúde mental do trabalhador. Há 14 anos na profissão, a entrevistada relatou os impactos das mudanças vividas a partir de 2020 com a eclosão do coronavírus. Apontou acontecimentos que a impactaram durante a pandemia Covid-19, tais como os sentimentos de medo, a falta dos insumos, o distanciamento familiar e social, a ansiedade, o retorno de problemas psiquiátricos, o uso de medicações, a dificuldade para lidar com falecimento dos colegas de trabalho, bem como o enfrentamento do luto. Tais elementos discriminados se mostraram relevantes na constituição da ansiedade e do sofrimento psíquico relatados por ela, demonstrando a importância de se aprofundar no tema pesquisado. Tal afirmação coaduna com o pensamento de Jacques (2007), quando diz que o “quadro atual demanda do psicólogo, nos seus diferentes campos de atuação, ressignificar a função do trabalho no processo de saúde/doença mental”, sendo assim faz-se necessária uma revisão na gestão organizacional vigente, de forma a apoiar a saúde psíquica daqueles que cuidam da saúde do outro, perante tantas adversidades e renúncias.

Referências Bibliográficas:

JACQUES, M.G. “O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, n. 19, Edição Especial 1: 112-119, 2007

VASCONCELOS, A; FARIA, J.H (2008), Saúde Mental no Trabalho: Contradições e Limites - **Revista Psicologia & Saúde**; n.20 p.453-464, 2008.

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA PROTEÇÃO DE DADOS E NO DIREITO À PRIVACIDADE NA LGPD

RIBEIRO, Ana Maria Faria Franco¹; FERNANDES, Carolina Oliveira²; ARAÚJO, Luiz Gustavo Almeida³; PEREIRA, Nadja de Vasconcelos⁴; VELOSO, Cynara Silde Mesquita⁵.

¹Acadêmica do 4º período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros; ² Acadêmica do 4º período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros; ³Acadêmico do 4º período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros; ⁴ Acadêmica do 4º período do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros; ⁵ Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros.

Introdução: A jurisdição é tradicionalmente o método de resolução de conflitos mais utilizado pelo sistema jurídico brasileiro. Todavia, a centralidade que esse método adquiriu e sua riqueza procedimental culminaram num Sistema Judiciário moroso e sobrecarregado. Portanto, com a expectativa de equilibrar essas demandas, têm-se estimulado a utilização de métodos alternativos na solução de litígios, quais sejam: a Mediação, a Conciliação e a Negociação.

Objetivo: Nesse sentido, o objetivo deste resumo é analisar os métodos alternativos de resolução de conflitos, frente aos direitos de proteção de dados e privacidade estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Métodos:** No presente trabalho, adotou-se um estudo reflexivo com conotação teórico-crítica sobre a busca pela utilização de métodos alternativos de solução de litígios e até quando tais resoluções são cabíveis, sem que viole os direitos abordados na LGPD. Quanto ao procedimento, fez-se uso do método monográfico, em que buscou-se compreender os fatores que influenciam no fenômeno acima descrito. Por fim, a técnica utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, por meio da qual, fez-se uso de legislações, artigos científicos, dentre outros recursos de leitura que abordam a referida temática. **Resultados:** A LGPD em seu texto estimula a autocomposição na forma de conciliação direta entre controlador e titular de dados, em casos de vazamentos individuais ou acessos não autorizados, mas não exclui, necessariamente, outros métodos. A Arbitragem, em regra, não é cabível nesses casos por se tratar de direitos da personalidade, todavia poderia ser utilizada se a disputa versar,

por algum motivo, sobre direitos patrimoniais disponíveis. A Negociação e a Mediação também têm possibilidade de aplicação nesse tipo de conflito, mesmo que uma das partes seja pessoa jurídica de direito público, como admite a Lei nº 13.140/2015 nos métodos de autocomposição. **Conclusão:** Ante o exposto, conclui-se que existe a necessidade de oferecer, através da LGPD, um retorno ágil e eficiente àqueles indivíduos que tiveram seus dados pessoais violados, haja vista que se tratam de direitos de primeira grandeza. Todavia, levando-se em conta a morosidade jurisdicional, isso só pode ser alcançado através do uso de métodos de resolução alternativos.

Palavras-chave: Métodos. Alternativos. LGPD. Conflitos. Direito.

REFERÊNCIAS:

BOTTINO, Celina. et al. Lei Geral de Proteção de Dados pessoais e resolução de conflitos: experiências internacionais e perspectivas para o Brasil. Disponível em: <https://itsrio.org/pt/publicacoes/lgpd-e-resolucao-de-conflitos/>. Acesso em: 14 de maio.

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: NA PERSPECTIVA DOS PRINCÍPIOS DE NECESSIDADE E FINALIDADE

CORDEIRO, Shirley Simone Cangussu Martins¹; FERNANDES, Jean Angellus Flores¹;

MOTA, Rachel Bragança de Carvalho¹; NASCIMENTO, Emilli Oliveira¹;

SILVEIRA, Luiza Catarina Pereira¹; VIEIRA, Vania Ereni Lima².

¹ Acadêmicos do curso de Direito da UNIFIPMoc

² Professora do curso de Direito da UNIFIPMoc

Introdução: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) incorporou ao arcabouço legal um conjunto de regras sobre proteção de dados com potencial de gerar profundas transformações no presente cenário jurídico brasileiro.

Objetivo: Analisar as formas de resolução de conflitos tradicionais e digitais relacionados ao tratamento de dados pessoais capazes de conferir efetividade à Lei de Proteção de Dados. **Metodologia:** Utiliza-se pesquisa de análise qualitativa e método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico e documental. **Resultados:** Compreende-se, que a legislação geral tratando especificamente da proteção de dados foi um avanço na atualidade, em que, aumenta-se de forma exponencial a judicialização dessa matéria. Teffé e Viola (2020), afirmam que a doutrina trata dos casos de determinados dados, podendo assim servir como elementos para o exercício de direitos em demandas, sendo esses armazenados, desde que havendo real necessidade e para finalidade objetiva. Entendendo-se que não seria razoável que uma parte ficasse privada de legitimamente de se defender, tendo que depender do consentimento da parte adversa para apresentar determinadas provas ou informações para a defesa de seus interesses. Protegendo-se, assim, a ampla defesa e o contraditório. No entanto, autores como Bioni e Dias (2020) tratam o conceito de *privacy by design*, previsto no artigo 46 da Lei, que prevê para os agentes de tratamento o dever de adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda,

alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. **Conclusão:** Concluiu-se que a LGPD em se tratando de processo civil estabelecendo em seu artigo 42, incisos I e II os requisitos de autoria solidária do operador pelos danos causados pelo tratamento dos dados quando este descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do controlador, hipótese em que o operador equipara-se ao controlador, salvo nos casos de exclusão previstos no art. 43 desta Lei. De modo que o juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, havendo hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

Palavras-chave: LGPD. Privacy by design. Princípio da Necessidade. Princípio da Finalidade.

Referências

BIONI, B.; DIAS, D. Responsabilidade civil na proteção de dados pessoais: construindo pontes entre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o Código de Defesa do Consumidor. **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, a. 9, n. 3, p. [1-18], 2020. Disponível em: <http://civilistica.com/responsabilidade-civil-na-protecao-de-dados-pessoais/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 8 mar. 2021.

TEFFÉ, C. S. de; VIOLA, M. Tratamento de dados pessoais na LGPD: estudo sobre as bases legais. **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, a. 9, n. 1, p. 1-38, 2020. Disponível em: <http://civilistica.com/tratamento-de-dados-pessoais-na-lgpd/>. Acesso em: 11 mar. 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 1010606 DO STF: ANÁLISE DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

CORDEIRO, Shirley Simone Cangussu Martins¹; FERNANDES, Jean Angellus Flores¹;

MOTA, Rachel Bragança de Carvalho¹; NASCIMENTO, Emilli Oliveira¹;

SILVEIRA, Luiza Catarina Pereira¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques²

¹ Acadêmico do curso de Direito da UNIFIPMoc

² Professora do curso de Direito da UNIFIPMoc

Introdução: O direito ao esquecimento refere-se à possibilidade de o titular dos dados impedir que fatos da sua vida pretérita, ainda que verídicos, sejam divulgados e revisitados através das mídias digitais. Sobre esse aspecto, a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/18, estabelece fundamentos norteadores para o tratamento dos dados pessoais como o respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem quando confrontados com o direito à liberdade de expressão, de informação e de comunicação sem trazer expressamente em seu texto tal direito. Nesse sentido, notória a decisão do Supremo Tribunal Federal firmando entendimento sobre os limites da disposição de informações no tempo-espaço digital, quanto a dados sensíveis ligados a fatos pretéritos do seu titular. **Objetivo:** Avaliar a aplicação da

tese firmada pelo STF na aplicabilidade do direito ao esquecimento contraposto à liberdade de expressão no Brasil.

Metodologia: Realizou-se pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória sobre documento jurisprudencial.

Resultados: Com o avanço tecnológico e maior acesso a informações disponibilizadas pela internet, o homem se viu inserido num contexto em que a sua vida privada se tornou o principal produto veiculado em rede. Diante dessa realidade, novas demandas irrompem no Poder Judiciário levando o STF, por ocasião do julgamento do RE Nº 1010606, a firmar entendimento sobre a disponibilização desses registros da internet. Em que pese a LGPD estabelecer fundamentos para a tutela do direito individual à privacidade, o direito à informação é igualmente disposto por essa nova lei, não havendo hierarquia entre tais princípios. Ademais, o artigo 18, IV e VI, da LGPD, confere ao titular o direito à eliminação dos dados tratados, passíveis de gerar constrangimentos, ainda que haja consentimento. Assim, a fim de dirimir o conflito instalado entre o interesse individual e o direito à informação, o STF, através de decisão, com repercussão geral reconhecida, em 11 de fevereiro de 2021, negou provimento ao RE Nº 1010606, interposto pelos familiares da vítima de um crime que buscavam reparação pela reconstituição do caso por um programa de televisão sem autorização (BRASIL, 2021). **Conclusão:** Concluiu-se que o julgado do STF não enfrenta propriamente o direito ao esquecimento de dados virtuais no Brasil, porém, firma o balizamento entre a liberdade de expressão e o direito à comunicação ressaltando a necessidade de cada caso ser analisado em concreto com observância do caráter público das informações, valores reforçados na LGPD, no sentido da mitigação dos riscos que pode gerar aos titulares.

Palavras-chave: LGPD. Direito ao Esquecimento. STF. Recurso Extraordinário Nº 1010606.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Dispõe sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 8 mar. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE/1010606:** Recurso Extraordinário. Brasília: STF, 2021. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=31&dataPublicacaoDj=19/02/2021&incidente=5091603&codCapitulo=2&numMateria=2&codMateria=4>. Acesso em: 21 mar. 2021.

OLIVEIRA, R. S. de; BARROS, B. M. C. de; PEREIRA, M. do N. O direito à privacidade na internet: desafios para a proteção da vida privada e o direito ao esquecimento. **Rev. Fac. Direito UFMG**, Belo Horizonte, n. 70, p. 561-594, jan./jun. 2017.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

A COMPOSIÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA E GÊNERO

LOPES, Tacyana Karoline Araújo¹; CRUZ, Blenda Boaventura²; DURÃES, Ana Paula Souza².

¹Docente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

²Discente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

Introdução: A construção do conceito de gênero constitui uma perspectiva hierárquica a partir da diferenciação binária entre o feminino e o masculino que fundamentam desigualdades na ordem social. No que se tange à composição da justiça, os impactos da dessa hierarquização social refletem numa representatividade desequilibrada na jurisdição brasileira. **Objetivo:** O presente resumo tem como escopo analisar o vínculo entre a desigualdade na composição da justiça e gênero, apontando sua existência nas diferentes instituições da justiça brasileira. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se realizou através da revisão do estudo de Joan Scott e Judith Butler, além de artigos eletrônicos disponibilizados na *internet*, e levantamento de dados secundários disponibilizados digitalmente. **Resultados:** Em primeiro lugar, entende-se que gênero é o produto das diferenciações histórica e cultural no meio coletivo, da distinção biológica sexual percebida entre homens e mulheres. Essa diferenciação gerou no meio social uma hierarquização do caráter masculino sob o feminino, e consequente, fomentou desigualdades que ditam a forma de construção e manutenção de poder na sociedade. Consiguente, o sistema de justiça, tal qual todos os aparelhos jurisdicionais por ela cercados, visto que encontram-se dentro de um corpo social inserido no sistema de gênero, propagam a desarmonia desde sua composição, e por consequência não alcançam a garantia constitucional de igualdade implementada pela Constituição Federativa de 1988. A estrutura judicial detém chamados “Tetos de vidros”, obstáculos que impedem mulheres ascenderem em altos cargos de poder e remuneração, devido aos fatores como a divisão sexual do trabalho e processos dinâmicos de dominação, o patriarcado, capitalismo e imperialismo. Não apenas, a justiça foi alicerçada sob o *ethos* masculino, de forma que a imagem do homem magistrado fosse o centro do sistema judicial, apontando para uma organização ineficaz e discriminatória. **Conclusão:** Em suma, conclui-se que a composição da justiça denuncia a manutenção de sistemas excludentes e marginalizantes em sociedade. Por se tratar de um fator decisivo na assimetria da propagação de poder dentro do corpo social, cabe a problematização sobre os a desconstrução das significação social do gênero tal qual sua performatividade em sociedade, afim estabelecer coerência e representatividade no dispositivo judicial.

Palavras-chaves: Composição da Justiça. Gênero. Hierarquização.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, C. H. Sistema de Justiça e Perspectiva de Gênero no Brasil: Avanços e Resistências. **Anais de Seminários: Gênero e Direito:** Desafios para a Despatriarcalização do Sistema de Justiça na América Latina, 2018

GRAÇA, R. Performatividade e política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos. **Revista Perspectiva Filosófica**, v. 43, n. 1, set. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230291/24499>. Acesso em: 09.jun. 2021.

SCOTT, J. W. O enigma da desigualdade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n.1, p. 11-20, jan./abr. 2005.

DIREITO E APLICAÇÃO DA LEI GERAL NO BRASIL DE PROTEÇÃO DE DADOS NAS IGREJAS E INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

SILVA. Daniel de Castro Mendes¹; RODRIGUES, Karollina Saraiva¹; BARBOSA. Clara Pontes; MAGALHÃES, Maria Estefânia Santos Leão¹; TELES, Tiago Alves¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques².

¹Academicos do curso de Direito da Instituição Unifpmoc.

²Professor do curso de Direito da Instituição Unifpmoc.

INTRODUÇÃO: A Lei nº 13.709, Lei Geral de Proteção de Dados, representa um marco histórico na regulamentação sobre o tratamento de dados pessoais no Brasil, tanto em meios físicos quanto em plataformas digitais, disciplinando a maneira como instituições coletam, armazenam e disponibilizam informações de usuários. A Lei é destinada a todas as pessoas físicas e jurídicas, portanto as igrejas e instituições religiosas, também devem se adequar, pois coletam inúmeras informações de seus frequentadores e prestadores de serviços. **OBJETIVO:** Analisar aplicação da LGPD por entidades e instituições religiosas. **MÉTODO:** Foi utilizado no desenvolvimento desta análise, o método dedutivo, mediante procedimento de pesquisa bibliográfica e documental. **RESULTADO:** É cultural que igrejas e instituições religiosas exercem influência e, para frequentar e manter esses espaços, são coletadas várias informações, para funcionamento e

participação nos ritos. Conforme disposto no artigo 3º, a LGPD aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados. A lei se aplica a todas as instituições e associações religiosas do Brasil, especialmente aquelas que mantêm registros de dados pessoais de seus membros e fiéis, para finalidades diversas, como recebimento de doações, livros de visitas, formulários físicos ou até cartões de conexão digital. Ademais, a lei ainda faz menção às organizações de caráter religioso quanto aos dados de convicção ou afiliação religiosa como dado pessoal sensível, assim só poderão ser tratados nas hipóteses previstas no artigo 11 da LGPD, quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas, cujo tratamento só será permitido para fins de interesse público. Referida previsão visa conferir especial proteção e segurança para o tratamento e compartilhamento das informações coletadas por essas entidades e associações. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que, as igrejas e instituições religiosas deverão igualmente se submeter às previsões da LGPD quanto aos dados de seus fiéis, justificando, assim, a necessidade da coleta e do tratamento dos dados pessoais, observando aos princípios da transparência e finalidade, especialmente em razão de obter e tratar dados sensíveis.

Palavras-chave: Igrejas. Instituições Religiosas. Dados pessoais. Proteção.

Referências:

BRASIL. Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 09 de abr. 2021.

GARCIA, Mario Henrique Baptista. Aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nas igrejas. **Jus Brasil**, 2019. Disponível em: <https://usuariomariohenriqueadv.jusbrasil.com.br/artigos/721036402/aplicacao-da-lei-geral-de-protecao-de-dados-nas-igrejas/amp>. Acesso em: 09 de abr. 2021.

PINHEIRO, Patricia Peck. **Proteção de Dados Pessoais**. Comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). 1. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Acesso em: 09 de abr. 2021.

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA PROTEÇÃO DE DADOS E NO DIREITO À PRIVACIDADE NA LGPD

¹RAMOS FILHO, Alfredo; ¹FIGUEREDO, Luiz Arthur de; ¹AGUIAR, Maria Eduarda Pereira; ¹RIBEIRO, Maria Luísa Teixeira; ¹SOUTO, Melissa Maria Pena

²VELOSO, Dra. Cynara Silde Mesquita

¹Discente do Curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC;

²Docente do Curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC, Doutora em Direito Processual pela PUC Minas, Mestre em Direito pela UFSC, Graduada em Direito pela UNIMONTES. Professora da UNIFIPMOC, UNIMONTES E FAVAG (cynara.veloso@professora.unifipmoc.edu.br)

Introdução: A Lei nº 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) é caracterizada pela regulamentação a política de proteção de dados pessoais e privacidade, transformando a maneira como empresas e órgãos públicos tratam a privacidade e a segurança das informações de usuários e clientes. A LGPD prevê a proteção integral da liberdade, privacidade e segurança. O direito a ter os dados protegidos tem fundamento genérico na Constituição da República Federativa de 1988. **Objetivo:** Dessa forma a presente pesquisa objetiva analisar os motivos que levaram a utilização de métodos alternativos de resolução de conflitos e no direito à privacidade na LGPD. **Método:** Empregou-se, no desenvolvimento dessa análise, uma abordagem metodológica exploratória e qualitativa por meio das técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Foram realizadas consultas em livros, artigos e na LGPD. **Resultados:** Verificou-se, por

meio das publicações científicas, uma complexidade no que se refere a proteção de dados e direito à privacidade, visto que a sua exposição vem crescendo gradativamente, principalmente no âmbito virtual. O crescimento dos conflitos relacionados a proteção de dados e privacidade, juntamente a facilidade de acesso à justiça propiciam um grande volume nos serviços do judiciário, posto isso, os casos são solucionados com lentidão. Diante disto, a aplicação da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) pode ocorrer através do Sistema Multiportas, que procura utilizar métodos alternativos de resolução de conflitos; estes podendo ou não ter intervenção de um terceiro. No que se discorre aos melhores e mais efetivos métodos, têm-se a mediação, que é um método por qual é possível resolver um conflito sem que seja necessária a interferência da Justiça, possui a participação de uma terceira figura imparcial, o mediador, que auxilia as partes no diálogo rumo ao acordo, a diferença entre ela e a conciliação é que na conciliação, tem uma participação mais efetiva das partes para solucionar o conflito. A negociação e a arbitragem, são autocompositivas, a negociação é caracterizada pela conversa direta entre os envolvidos sem qualquer intervenção de terceiro como facilitador, já a arbitragem é uma forma alternativa destinada a resolução de litígios onde as partes estabelecem em contrato ou simples acordo que vão utilizar do juízo arbitral, escolhidos pelas partes, para solucionar a adversidade. Sendo assim, a arbitragem pode ser uma forma de resolução de conflito para assuntos da LGPD, pelo fato de que ela também afeta Câmaras e todos os atores envolvidos no processo arbitral, quanto às bases legais de tratamento dos dados das partes. Com a crescente modernização na troca de informações, é necessária a blindagem dos dados de clientes, visando confidencializar um elemento atrativo da arbitragem, que é o sigilo de informações sensíveis. A solução para a adequação está na obtenção do consentimento, para que os dados pessoais, sejam tratados com a devida segurança. Todavia, o consentimento é apenas uma das bases legais de tratamento, que pode ser revogado pelo titular, existe assim também a livre pactuação das partes, por tratar de direitos disponíveis, apesar de ser de maneira voluntária, são encontradas limitações legais. A LGPD regulamenta todo o ciclo de tratamento, desde a sua origem até a extinção destes dados. **Conclusão:** Conclui-se que, vêm sendo cada dia mais necessária a agilidade e a atenção nos casos de vazamentos de dados e informações de usuários, onde tal situação pode afetar e gerar consequências significativas para a vida do cidadão; sejam elas financeiras, pessoais ou de qualquer âmbito. Busca-se, portanto, uma prioridade maior na resolução destes casos, com o avanço da tecnologia e do uso da internet

pela maioria da população. Assim, a justiça brasileira cada dia mais se sentindo pressionada e necessitada a explorar todos os métodos possíveis para não acarretar em demoras e congestionamentos a resolução de conflitos ligados à proteção de dados dos usuários.

Palavras-chave: Privacidade. Dados. Arbitragem.

CIDADANIA DIGITAL E OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

MACIEL, Beatriz Helena de Oliveira ¹; BORGES, Júlia Soares ¹; RODRIGUES, Júlia Simões ¹; CRUZ, Maria Eduarda Trindade ¹; DIAS, Pedro Eduardo Alves Ferreira¹; PIMENTA, Víctor Henrique Barros ¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques ²; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes²; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes².

¹ Discentes do primeiro período do curso de Direito no Centro Universitário UNIFIPMoc.

² Orientadoras do curso de Direito no Centro Universitário UNIFIPMoc.

RESUMO: Criada no fim do século XX, a *internet* tinha como principal função acelerar a transmissão de informações entre pesquisadores e facilitar a comunicação dos soldados em guerra com a base dos seus países. Com o passar dos anos, a ferramenta sofreu grandes inovações, fazendo-se indispensável às relações humanas. Porém, para além dos benefícios, também destacou novos percalços ao correto exercício da democracia. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou analisar a ambiguidade gerada pela *internet* no que tange aos limites da democracia digital, uma vez que seus usuários a exercem de forma exacerbada, ferindo a individualidade e intimidade alheias e ultrapassando o direito fundamental à liberdade de

expressão postulado pelo artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, com caráter exploratório e que se realizou a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. Entende-se, após o presente estudo, que a *internet* é um meio que, em sua essência, é capaz de democratizar informações e abrir margem para que uma mesma ideia seja analisada por diferentes ângulos, evitando a polarização extrema e a alienação (QUADRADO; FERREIRA, 2020). Entretanto, atualmente, os usuários vêm utilizando deste privilégio para proferir discursos de ódio e cercear os direitos a privacidade e intimidade de terceiros, confundindo o conceito de liberdade e libertinagem. Portanto, verifica-se que, mesmo existindo mecanismos legais que tratam dos direitos e deveres do cidadão em meios públicos e virtuais, a cidadania digital está cada vez mais limitada pela carência de instrumentos punitivos a atitudes divergentes à lei na prática. Tal situação faz com que o ambiente *on-line* reduza seu caráter inclusivo e passe a ser extremamente opressor e conflituoso.

Palavras-chave: Democracia. Cidadania. Liberdade. *Internet*.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: www.senado.leg.br. Acesso em: 30 maio 2021.

QUADRADO, Jaqueline Carvalho; FERREIRA, Ewerton da Silva. **Ódio e intolerância nas redes sociais digitais**. Florianópolis: Universidade Federal do Pampa, Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, 2020.

ABORDAGENS FISIOTERAPÊUTICAS EM PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

FERREIRA, Josiane Sousa¹; CARVALHO, Maria Aparecida Cardoso¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹ Acadêmicas do 9º período do curso de Fisioterapia / UNIFIPMoc

² Fisioterapeuta, Ms. Profª. do departamento de Fisioterapia / UNIFIPMoc

RESUMO

Introdução: A Doença de Parkinson (DP) corresponde a uma degeneração de neurônios que se remete mais no sexo masculino. É definida como uma doença neurodegenerativa levando a déficits neurológicos comprometendo o sistema musculoesquelético e cognitivo assim afetando a estabilidade e mobilidade postural, além da capacidade de locomoção. Consequentemente, causando, tremor em repouso, rigidez, bradicinesia e instabilidade postural. A intervenção dessa doença se fundamenta no propósito de levar uma boa qualidade de vida para os acometidos amenizando os sintomas.

Objetivo: Analisar as abordagens fisioterapêuticas em pacientes com Doença de Parkinson. **Metodologia:** O presente estudo foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 12 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2012 a 2021, por buscas informatizadas através de bancos de dados como *PEDro*, *SciELO*, *Pubmed* e *Google Acadêmico*, empregando termos como: Doença de Parkinson, Fisioterapia, Capacidade Funcional, Reabilitação. **Resultados:** Através desse estudo foi possível observar que existem várias abordagens fisioterapêuticas que mostraram resultados positivos para pessoas com Doença de Parkinson, tais como a acupuntura, a hidroterapia, pilates e cinesioterapia. **Conclusão:** Contudo, a fisioterapia é de suma importância para pacientes com Doença de Parkinson, em todos os estágios da doença, assim proporcionando independência, segurança e qualidade de vida. Nota-se a necessidade de novos estudos explorados na pesquisa para ampliar as evidências científicas sobre a efetividade nas abordagens.

Palavras chave: Doença de Parkinson. Fisioterapia. Capacidade Funcional. Reabilitação

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, M; SANTOS, M.V.D. Efeitos da hidroterapia no equilíbrio e na sensibilidade do pé em indivíduos com Doença de Parkinson. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 11, n. 3, 2019.

DORNELAS, L.F. Exercício físico em grupo para indivíduos com Doença de Parkinson: Revisão integrativa da literatura. **Conexão Ci**, Uberlândia- MG, v. 13, p. 69-78, 2018.

SILVA, A. L. B. D. *et al.* Acupuntura na doença de Parkinson. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, e45010212744, 2021.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

PLANTÃO PSICOLÓGICO EM CLÍNICA-ESCOLA: DIMENSÃO ACADÊMICA E SOCIAL

TEIXEIRA, Tiago Alves; ALMEIDA, Mariana Durães³;

Drumond, Patrícia Queiroz⁴

Introdução

O plantão psicológico constitui-se como serviço alternativo às psicoterapias tradicionais, no qual tem-se como foco do atendimento a pessoa, o cliente compreendido como um todo que se revela em suas formas características de expressão, atitudes e emoções, visando conferir-lhe autonomia e facilitar sua reflexão na busca de caminhos possíveis. O atendimento psicológico na perspectiva do plantão é a oferta de um atendimento emergencial, sem necessidade de agendamento e que privilegia a demanda imediata e espontânea do cliente que procura ajuda em questões de natureza emocional (MAHFOUD, 1999). Deste modo, o Plantão Psicológico é uma proposta de serviço potente para os desafios da contemporaneidade, capaz de atender às distintas camadas da sociedade e suas demandas, viabilizando possibilidades de mudanças em larga escala. Assim, o psicólogo plantonista busca oferecer um ambiente acolhedor para que o cliente expresse seus sentimentos e seja capaz de rever suas questões, com maior autonomia (TASSINARI; DURANGE, 2011). Tal modalidade se caracteriza pela escuta atenciosa, não diretiva, centrada no cliente, confiante na tendência ao desenvolvimento das potencialidades inerentes à pessoa e a possibilidade dessa tendência ser estimulada, mesmo que a partir de um único encontro com o profissional, desde que o plantonista possa oferecer sua presença inteira, através de sua congruência, capacidade de empatia e aceitação incondicional do cliente (MAHFOUD, 1999). Deste modo, esse trabalho foi realizado a partir das práticas de estágio de dois acadêmicos de psicologia na Clínica-Escola do Centro Universitário FIPMoc, no estágio de Plantão Psicológico. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência como plantonistas em uma clínica-escola onde os atendimentos psicológicos estavam alinhados as demandas da comunidade atendida, bem como voltados para a formação clínica dos acadêmicos, o que viabilizou uma relação interpessoal e o diálogo entre clientes-comunidade-estagiários. Assim, durante o primeiro semestre do ano de 2021, foram realizados atendimentos clínicos na perspectiva do plantão psicológico, visando contemplar as dimensões acadêmica e social. O objetivo deste trabalho pode ser pensado em duas dimensões: acadêmica e social. Na dimensão acadêmica, favoreceu o processo de desenvolvimento da identidade profissional dos estagiários e auxiliou o processo de aprendizagem a partir desse cuidado ofertado que se deu através do acolhimento, escuta e compreensão da queixa. Na dimensão social, ofertou atendimentos as demandas do público, a comunidade, facilitando as possibilidades de autodireção dos clientes, no momento exato em que apresentam tal dificuldade.

³ Discentes do curso de Psicologia das UNIFIPMoc

⁴ Supervisora de estágio de Psicologia das UNIFIPMoc.

Material e Métodos

Este trabalho acadêmico trata-se de um relato de experiência de dois estudantes matriculados no décimo período do curso de psicologia e estagiários do Plantão Psicológico no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes – NASPP, da Clínica-Escola do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc. Este estágio funciona no NASPP de segunda à sexta, das 8h às 12h e 14h às 18h. A prática aqui relatada ocorreu, semanalmente, em dois dias da semana: às segundas-feiras das 8h às 12h; e às quintas-feiras das 8h às 12h. Os estagiários estiveram sob a orientação da supervisora Patrícia Queiroz Drumond e a oferta de atendimento via plantão foi divulgado nas mídias sociais pela supervisora e estagiários, a fim de promover o serviço e esclarecer possíveis dúvidas. Os atendimentos tinham como possibilidade acontecer em um único encontro; desdobrar-se em outros encontros; e gerar encaminhamentos para psicoterapia, psicopedagogia e psiquiatria, a depender da necessidade e demanda do cliente que busca ajuda. A experiência de plantonistas na Clínica-Escola buscou uma interlocução que propiciasse um momento de escuta atenciosa dos clientes, facilitando a identificação de seus próprios sentimentos e possibilidades de autodireção no momento exato em que solicitam a ajuda psicológica. Todos os atendimentos pautaram-se pelo código de ética do profissional psicólogo, tendo o sigiloso resguardado, bem como se pautaram pelo compromisso social da profissão. Deste modo, o plantão psicológico visou auxiliar o processo de aprendizagem dos estagiários a partir dos atendimentos e supervisões teóricas/metodológicas, fortalecendo o vínculo com a comunidade através da disponibilidade de atendimento ao público, bem como viabilizar uma relação interpessoal e promover a autonomia dos usuários.

Desenvolvimento

O plantão psicológico é um serviço gratuito, funciona no NASPP de segunda a sexta, sem necessidade de agendamento prévio. Nesta modalidade de atendimento há a possibilidade de acontecer um único ou se desdobrar em retornos ao serviço. O Plantão é aberto à comunidade, estando disponível a quem dele precisar. Os usuários do plantão foram atendidos a partir de uma escuta atenciosa e acolhedora, centrada naquela pessoa que procurou ajuda, naquele momento do encontro e no seu mundo de significados. O serviço de Plantão funciona, comumente, como a “porta de entrada” do setor de psicologia no NASPP. A partir do Plantão pode haver, quando necessário, encaminhamentos a outros serviços da psicologia ou de outros setores. Portanto, no trabalho realizado o olhar se dirigiu a demanda apresentada pela pessoa, pensando em suas possibilidades de ser no mundo. Essa configuração de trabalho em Plantão psicológico vai ao encontro do indicado por Mahfoud (1999), quando este afirma que o serviço de Plantão Psicológico visa oferecer uma escuta atenciosa e transformadora, centrada no cliente, no momento do pedido de ajuda, não diretiva, confiante nas potencialidades inerentes à pessoa.

A prática de Plantão psicológico exige um posicionamento político e, necessariamente, ético. Pois, enquanto modalidade de clínica contemporânea, visa responder ao modo como as novas demandas psíquicas se configuram, considerando o horizonte histórico de sentido no qual o sujeito, que endereça seu pedido de ajuda, está inserido. Desse modo, no serviço de Plantão há o compromisso em acompanhar o acontecer psíquico, não mais assentado nos moldes dos consultórios particulares, mas sim preocupado com os novos desafios enfrentados pela Psicologia no contexto da saúde mental. Além de, no caso das clínica-escola, consolidar o papel fundamental da universidade de estabelecer diálogo junto à comunidade e um serviço voltado à saúde pública de qualidade (DANTAS et al., 2016). Desse modo, o trabalho de Plantão realizado buscou compreender os clientes que chegaram com suas demandas a partir do contexto social e histórico no qual estes sujeitos se localizam, assim, podendo acompanhar aquela pessoa na sua experiência de estar no mundo. Buscou-se, assim, acolher as demandas da comunidade, dos usuários, oferecendo um serviço de qualidade em psicologia. Tendo a participação na transformação qualitativa da realidade social, indo ao encontro dos valores de justiça social, democracia, respeito aos direitos da pessoa humana (MAHFOUD, 1999).

As pessoas que procuraram o serviço no NASPP, muitas vezes, apresentaram questões situacionais, as quais puderam ser atendidas e “resolvidas” no próprio Plantão, em um ou mais atendimentos. Outros casos, apresentaram demandas que necessitaram de outro tipo de serviço, como a psicoterapia ou outros serviços e especialidades do NASPP, e foram encaminhadas para os serviços ou especialidades correspondentes. Assim, o plantão se caracteriza como um movimento de ir aonde o cliente se encontra a fim de acompanhá-lo em seu processo de ampliação e contextualização de si e do mundo, em um ou mais atendimentos. Fazendo-se fundamental que o plantonista aceite manter-se junto ao cliente no momento presente, na demanda que emerge. Voltando a atenção para os sentidos que são construídos nesse encontro e não para o problema e/ou possível transtorno apresentado. Como apontado por Dantas et al. (2016) a eficácia do plantão psicológico não está relacionada à solução de problemas ou se resume a uma possível oferta de respostas que o cliente espera receber para eliminar suas dúvidas ou inquietações. Mas sim, está relacionado oferta de um espaço de acolhimento e escuta clínica, valorizando o encontro dialógico entre plantonista e cliente e, assim, promovendo a construção de outras possibilidades de sentido a partir da experiência vivida. Nesse sentido, o serviço de Plantão no NASPP buscou oferecer esse contato do cliente consigo mesmo, com suas questões, com seu mundo de significados.

Um ponto importante para o trabalho em Plantão foi a disponibilidade dos plantonistas em lidar com o não planejado, pois nunca se sabe, de antemão, quais serão as demandas apresentadas pelos clientes. Outro ponto, característico deste modelo de atendimento em Plantão, diferente da psicoterapia tradicional, é a possibilidade do processo acontecer em um único encontro. Desse modo, diante do lidar com o não planejado e com a perspectiva de um único encontro, no início dos atendimentos, os estagiários vivenciaram sentimentos ansiosos e inseguranças. Esses sentimentos vivenciados pelos estagiários estão em consonância com o apontado Viera e Anjos (2013) ao falarem da experiência de estagiários diante do início as práticas de Plantão, na qual os plantonistas também vivenciaram sentimentos de ansiedade e insegurança diante da nova prática e dos desafios do Plantão psicológico. Os autores relatam que essa ansiedade vivida pelos estudantes de psicologia no início do Plantão tem um caráter interessante, à medida que se revela na busca intensa por compreensão do cliente. Foi perceptível nas vivências dos estagiários, deste relato de experiência, os sentimentos de ansiedade e insegurança principalmente no início; contudo, à medida que foi se acumulando experiência e aprendizado esses sentimento deram lugar ao de satisfação com o trabalho realizado. Aspecto também apontados pelos autores citados acima.

O serviço de Plantão no NASPP buscou oferecer acolhimento aos clientes que o procuram com suas demandas. Proporcionou um espaço de escuta, no qual os clientes puderam expor suas questões, angústias, sofrimentos, desejos. Sendo ofertado um serviço que acolhe a demanda imediata do cliente, no aqui e agora. O Plantonista oferece sua presença inteira, através de sua própria congruência, capacidade de empatia e aceitação incondicional do outro. Pautando-se a partir do referencial do cliente, visando facilitar ao cliente uma visão mais clara de si mesmo e de sua perspectiva ante a demanda apresentada (MAHFOUD, 1987). Diante do exposto, pode-se caracterizar a vivência no Plantão Psicológico como de um grande desafio, pois coloca os estagiários diante de uma clínica atenta aos modos de sofrimento contemporâneo; com o ter de lidar com o não planejado e, às vezes, com um encontro único; com demandas diversas que emanam da comunidade; e com as dificuldades próprias dos estagiários que sem experiências anteriores enveredarem-se por uma prática tão desafiante e, ao mesmo, realizadora. Trata-se de uma prática de grande formação profissional, pois coloca o estagiário diante do sofrer contemporâneo. Portanto, o serviço apresentado, de plantão psicológico, voltado para o acolhimento emergencial e para uma escuta clínica dos diversos sentidos dados ao sofrimento psíquico se faz necessária. Contribuindo para a construção de uma clínica preocupada com sua dimensão social e seu compromisso político (DANTAS et al., 2016).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Esta experiência possibilitou aos estagiários entrarem em contato com o fazer do psicólogo no Plantão Psicológico, atendendo diversas demandas que chegaram ao serviço. O contato com várias demandas, exige capacidade de manejo e empenho dos graduandos. Deste contato emergiu inseguranças e ansiedades, que foram dando lugar ao sentimento de realização e satisfação com o trabalho executado. Essa vivência contribuiu para o processo de aprendizagem dos acadêmicos, favorecendo o processo de desenvolvimento da identidade profissional, ao mesmo que pôde ser ofertado à comunidade um serviço de qualidade em saúde mental e gratuito. Fortalecendo o papel da clínica-escola e da universidade junto ao social.

Referências

- DANTAS, J. B. et al. Plantão psicológico: ampliando possibilidades de escuta. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.7 n.1, p. 232-241, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/5597>. Acesso em 22 de maio 2021.
- MAHFOUD, Miguel (org.). **Plantão Psicológico: novos horizontes**. São Paulo: Editora C.I., 1999.
- MAHFOUD, M. A vivência de um desafio: plantão psicológico. In: ROSENBERG, R. L. (org.). **Aconselhamento psicológico centrado na pessoa**. São Paulo, SP: EPU, 1987. p. 75-83.
- TASSINARI, Marcia Alves; DURANGE, Wagner. Plantão psicológico e sua inserção na contemporaneidade. **Rev. NUFEN**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 41-64, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912011000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 jun. 2021.
- VIERA, E. M.; ANJOS, K. P. L. TORNAR-SE PLANTONISTA: o fluxo das atitudes facilitadoras a partir da experiência de plantonistas iniciantes. In: TASSINARI, M. A.; CORDEIRO, A. P. S.; DURANGE, W. T. **Revisitando o plantão psicológico centrado na pessoa**. Curitiba: CRV, 2013. p. 101-124.

IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA EM PACIENTES COM SÍNDROME DE DOWN

SILVA, Jennifer Tayná Rodrigues¹; FREITAS, Raíssa Raquel Ferreira¹ ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹ Acadêmicas do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO

Introdução: A síndrome de Down (SD) é uma alteração genética, que caracteriza-se por uma duplicação do cromossomo 21, sendo uma doença de causa genética, cujo diagnóstico baseia-se numa série de características, podendo ser elas: comprometimento intelectual, rosto arredondado, olhos puxados e orelhas pequenas, tônus muscular mais fracos, língua protusa e maior do que o normal. Estudos apontam que essa síndrome ocorre em um para cada 1000 nascidos vivos. **Objetivo:** Analisar a atuação da Fisioterapia em pacientes com Síndrome de Down. **Metodologia:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 9 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2009 a 2020, no idioma português, por buscas informatizadas através de bancos de dados como, *Scielo e Google Acadêmico*. **Conclusão:** Levando-se em considerações os aspectos abordados, é possível concluir que o tratamento fisioterápico em pacientes com Síndrome de Down, apresenta evoluções no equilíbrio estático e dinâmico, marcha e mudanças posturais com isso proporcionando uma melhora na qualidade de vida.

Palavras chave: Síndrome de Down. Fisioterapia. Tratamento. Desenvolvimento Neuropsicomotor.

REFERÊNCIAS

MATTOS B.; BELLANI; A importância da estimulação precoce em bebês portadores de síndrome de down: revisão de literatura. **Rev. bras. terap. e saúde.** vol. 1, n. 1, p. 51-63, 2010.

MELO B.; RAMALHO T; Uso da realidade virtual no tratamento fisioterapêutico de indivíduos com Síndrome de Down. **REV Neurocienc.** 2015.

ROMÃO A; Efeitos da hidrocinestoterapia no paciente portador de síndrome de down. **Corpus et Scientia**, vol. 5, n. 2, 2009.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

O AMBIENTE VIRTUAL DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E A LGPD

¹ MORAIS CARVALHO, Denilson; TORRES, Yury; VINÍCIUS, Marcos; MEDEIROS, Ingrid; PARRELA, Lucas.

² MARQUES GALVÃO, Luciana.² SILDE, Cynara.

¹ Acadêmicos do curso de DIREITO da instituição UNIFIPMoc.

² Professores do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc.

Resolução de conflitos virtuais e a segurança dos seus usuários são temas que estão em pauta com a entrada em vigor da Lei nº 13.709, denominada Lei Geral de Proteção de Dados. Objetiva analisar o ambiente virtual de resolução de conflitos relacionados ao direito à privacidade e a proteção de dados no âmbito da LGPD. Utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa cujas fontes baseiam-se em dados bibliográficos e documentais. Verificou-se que os meios virtuais de solução de conflitos já vêm sendo utilizados no Brasil. Em junho de 2016, o CNJ apresentou a primeira plataforma virtual de mediação, cujo lançamento já havia sido marcado na abertura do 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que acontece em Brasília (CNJ, 2017). O sistema denominado “sistema de mediação digital” é acessado pelo site do CNJ, que consiste na utilização da mediação como meio extrajudicial para resolução de conflitos, saiu dos meios físicos-reais para o meio digital. As leis brasileiras já trazem uma permissão “implícita” da utilização de novas plataformas digitais na resolução de conflitos, exemplo disso é o vigente CPC/2015, que não aborda nenhuma vedação legal ao uso desses meios de resolução de conflitos expandidos para a rede mundial de computadores. Essas plataformas são gerenciadas pelos mediadores ou conciliadores, o mediador atuará em casos que haja um vínculo sociológico entre as partes, um possível relacionamento das partes que está em jogo, já na conciliação o assunto é meramente “processual” onde a solução do fato é a única esperada pelas partes, vale ressaltar que ambos não decidem os conflitos. Não obstante, essas mesmas plataformas devem estar de acordo com a LGPD, uma vez que esses métodos de resolução de conflitos estão inseridos no meio digital, sendo assim, submetidos a essa legislação. Portanto, todos os métodos “E-ressolutions” que são os sistemas digitais de resolução de disputas estão condicionados à LGPD, devendo-os seguirem um dos fundamentos dessa lei, o respeito à privacidade das informações pessoais do usuário. Conclui-se que, com a evolução dos meios de resoluções de conflitos para o ambiente virtual e em virtude das profundas transformações pelas quais a sociedade tem passado, especialmente a partir da evolução tecnológica e da intensificação das relações virtuais, houve-se a necessidade da criação de leis que garantissem o direito de proteção dos dados fornecidos pelos usuários em plataformas digitais relacionadas à solução dos litígios.

Palavras-chave: Conflitos. Litígios. Meios digitais. LGPD. Solução.

Referencias:

ZANGALLI, Luciana. TRENTIN, Fernanda. E-resolutions: os meios virtuais de solução de conflitos. **Ambito Jurídico**, 01, novembro, 2017. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-166/e-resolutions-os-meios-virtuais-de-solucao-de-conflitos/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

IMPORTÂNCIA DO FISIOTERAPEUTA NA SALA DE PARTO

SILVA, Maria Clara Henriques¹; MENDES, Patrícia Souza¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹ Acadêmicas do curso de Fisioterapia UNIFIPMoc

² Fisioterapeuta, Ms. Profª. do departamento de Fisioterapia UNIFIPMoc

RESUMO

Introdução: Diante de uma gestação o acompanhamento multidisciplinar se torna de extrema relevância para prevenir e/ou detectar previamente disfunções maternas ou fetais, proporcionando o desenvolvimento adequado ao feto e garantindo o bem-estar, materno e neonatal. O acompanhamento da atuação do fisioterapeuta minimiza as complicações nas diversas fases da gestação, pré-parto, parto e pós-parto, garantindo uma maior qualidade de vida à mãe e ao neonato.

Objetivo: Analisar a importância da assistência fisioterapêutica à parturiente de baixo risco na sala de parto.

Metodologia: O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 34 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2010 a 2020, nos idiomas português e inglês; sendo que 08 de origem internacional e 26 de origem nacional. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como *Bireme*, *SciELO* e *Medline*, empregando termos como *gestação e fisioterapia*, *fisioterapia no parto*, no período de março de 2021 a maio de 2021. **Resultados:** Através desse estudo foi possível observar que, o fisioterapeuta pode contribuir positivamente para a analgesia da parturiente durante o trabalho de parto, com utilização de técnicas como o TENS, banhos quentes, exercícios na bola suíça e mobilização pélvica. **Conclusão:** A atuação fisioterapêutica mostrou-se eficaz na redução do tempo do trabalho de parto e melhora do quadro de dor.

Palavras-chave: Gestante. Parto. Uroginecologia. Fisioterapia. Gestação.

REFERÊNCIAS

ACOG Committee Opinion, Number 804. **Physical activity and exercise during pregnancy and the postpartum period: obstet Gynecol.** v. 135, n. 4, p. 178-188, 2020.

CASTRO, A. de S.; CASTRO, A. C. de; MENDONÇA, A. C. Abordagem fisioterapêutica no pré-parto: proposta de protocolo e avaliação da dor. **Fisioter. Pesqui.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 210-214, set. 2012.

DELGADO A., et al. Uso de bola de nascimento para mulheres em trabalho de parto: Revisão sistemática e meta-análise. **Complemente Ther Clin Pract.** V. 35, p. 92-101, maio 2019.

CONSTRUÇÃO DE ALVENARIA DE FECHAMENTO POR EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO).

RESUMO

A construção civil é uma das principais indústrias responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico do mundo, porém é uma das atividades antrópicas que mais consomem recursos naturais e geram impactos ambientais, considerando o processo de fabricação dos materiais até a realização da obra. Mas buscando amenizar tais impactos, idealizando a construção sustentável, a construção civil apresenta alternativas, advinda de conhecimentos de tecnologias inovadoras, que são os painéis monolíticos de poliestireno expandido (EPS). Esse sistema de painéis monolíticos de EPS é um conjunto integrado com argamassa, tela e treliça eletrossoldadas e grampos de aço galvanizado, que unidos constituem as paredes estruturais internas e externas da edificação. Essa tecnologia contrapõe as práticas amplamente utilizadas, mas é uma opção bastante interessante e que vem sendo usado na construção de edificações diversas, atendo as necessidades do mercado da construção civil. Partindo desse pensamento, o trabalho realizado através de pesquisas bibliográficas, tem por objetivo mostrar as vantagens e relevância que o sistema construtivo do tipo modular pode trazer com a utilização de painéis em poliestireno expandido – EPS, na construção de casas, edifícios, e edificações escolares, comerciais, etc., conforme o desenvolvimento de projetos com esse sistema construtivo, bem como sistema construtivo monolítico em EPS com objetivo de divulgar e difundir este novo material no mercado da construção civil na região norte de Minas Gerais. O trabalho resultou na proposta de analisar esse sistema construtivo, comparando-o com o método de alvenaria convencional, e assim quebrar paradigmas quanto à qualidade construtiva, o desempenho do sistema, as vantagens e benfeitorias.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema modular. EPS. Sustentabilidade. Tecnologia e eficiência

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável tem sido discutido em todos os seguimentos da sociedade, onde a busca por materiais e produtos com estratégias de produção que visem à diminuição de impactos gerados ao meio ambiente e a diminuição da utilização de recursos naturais tem sido cada vez maior. Neste contexto faz-se a necessidade de que o setor da construção civil adquira novos conceitos e soluções técnicas que visem à sustentabilidade neste campo.

Nos últimos anos, o mercado da construção de edifícios, em busca de métodos construtivos mais racionalizados, investe em novas tecnologias, adotando assim de capacidade de produtividade, construtividade, sustentabilidade e economicamente viável. A construção civil é um setor econômico brasileiro que está em constante crescimento e a cada dia que passa tem-se investido mais em inovações, novos métodos e técnicas construtivas para melhor atender o mercado (ALVES, 2015), e o sistema construtivo em painel de EPS (Poliestireno Expandido, conhecido como isopor) vem se fortalecendo no segmento e - se consolidando pela inovação, tecnologia e ecoeficiência.

A rapidez das modificações na economia e nos estilos de vida das sociedades urbanas tornou as exigências sobre o desempenho das construções e suas práticas de produção cada dia mais particularizadas e instáveis, divulgando a flexibilidade também como ideia para a sustentabilidade da arquitetura. (TRAMONTANO, 1993; REIS, 2002), e o sistema construtivo monolítico veio para substituir a alvenaria convencional, uma vez que apresenta vantagens construtivas e econômicas, e está ganhando cada vez mais espaço no mercado brasileiro. Por seu um material novo no mercado consumidor, as dúvidas são geradas quanto sua aplicação, utilização e desempenho, uma vez que o mercado da construção civil é bastante conservador.

Há alguns anos, o poliestireno expandido (EPS, Isopor) está no mercado atendendo a exigências normativas de conforto térmico, desempenho estrutural e de impermeabilidade. (OLIVEIRA, 2013) Todos os elementos de uma estrutura são responsáveis pelo conforto térmico da edificação, entretanto depois da cobertura, a parede é o elemento principal, responsável por absorver o calor que existe internamente na edificação. (FROTA; SCHIFFER, 1995)

O objetivo é apresentar esse novo processo construtivo no mercado consumidor da engenharia civil no norte de Minas, que a construção sistema construtivo de painéis monolíticos de poliestireno expandido (EPS), por ser inovador, eficiente, econômico e sustentável.

2. JUSTIFICATIVA

Grande parte dos resíduos poluentes, produzidos pela sociedade, pode ser reciclada, de modo a gerar novos materiais e atender à crescente demanda por tecnologias alternativas de construção, mais eficientes e econômicas (CORDEIRO, 2004). Devido ao grande apelo sustentável que o planeta necessita para sobrevivência, a matéria prima utilizada para fabricação foi justamente a utilização de resíduos de rochas ornamentais, uma vez que no Brasil destaca-se por seu um dos maiores produtores e consequentemente acaba gerando muitos resíduos e sendo de difícil estocagem. Em nosso trabalho será utilizado o calcário gerado por meio de cortes de rochas gerados na cidade de Montes Claros e circunvizinhas no Norte de Minas Gerais.

A norma técnica sobre desempenho de edificações habitacionais, ABNT NBR 15575-1:2013 – Edificações habitacionais - Desempenho, recomenda que a construção de empreendimentos ocorra mediante exploração e consumo racionalizado dos recursos naturais, buscando a menor degradação ambiental possível, com diminuição do consumo de água, de energia e de matérias-primas. Dessa forma, os painéis monolíticos de poliestireno expandido (EPS), surge como um elemento que busca atender à demanda de construção sustentável. Além de buscar minimizar os impactos ambientais, o uso e a redução de custos na construção civil. Desse modo, esse busca caminhos para promover uma visão ecológica, social e econômica, fundamental para o desenvolvimento sustentável.

O uso de painéis monolíticos de poliestireno expandido (EPS) apresentam vantagens como controle de perdas, baixo custo, segurança, produtividade, qualidade, funcionalidade e eficiência, dentre outros.

Sendo assim o presente trabalho apresenta o sistema de painéis monolíticos em EPS, comparando-o com outros sistema construtivo, principalmente o convencional.

3. OBJETIVO GERAL

Promover a satisfação plena dos nossos clientes, parceiros, colaboradores e a comunidade através da execução do sistema construtivo em painéis monolíticos de EPS, como vedação vertical, na região Norte de Minas no segmento da construção civil.

3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aumentar a representatividade do sistema construtivo em painéis monolíticos de EPS na região Norte de Minas;
- Destacar as vantagens do sistema monolíticos em painéis de EPS e os métodos construtivos em relação ao comparativo ambiental sustentável, refletindo diretamente no conceito de moradia, ambiente de trabalho, comunicação, consumo e lazer;
- Contrastar esse novo modelo construtivo com base na alvenaria convencional, evidenciando o baixo custo utilizado pelo cliente no volume de capital próprio empregado no empreendimento.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto aos procedimentos técnicos, será adotada uma pesquisa documental e bibliográfica, buscando informações publicadas nas mais variadas fontes, desde livros, revistas, sites, TCC e material publicado em congressos e seminários. Levando em consideração a abrangência e a forma dos diferentes métodos que podem ser utilizados para uma pesquisa, optou-se por uma investigação do tipo qualitativo. Conforme Creswell (CRESWELL, 1988, p 254-255) (...) numa qualitativa, o pesquisador se apoia nas percepções dos participantes e discute suas visões em um contexto no qual são desenvolvidas, indutivamente, as ideias do estudo. Esses tipos de abordagem geram dados qualitativos, com no mínimo de estrutura. O desenho de uma pesquisa qualitativa goza de certa flexibilidade com relações aos métodos de coletas de dados a serem empregados, ao qual será muito frequente, no decorrer da pesquisa.

Para desenvolvimento da pesquisa serão cumpridas as seguintes etapas:

- Elaboração do projeto de pesquisa;
- Revisão da literatura;
- Elaboração do cronograma;
- Pesquisa de campo;

Neste trabalho, o sistema com estrutura em Concreto Armado e fechamento em alvenaria, será chamado de “sistema convencional”.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1. IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO CIVIL

A construção civil é uma das principais indústrias responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico do mundo (SOARES 2017), porém é uma das atividades antrópicas que mais consomem recursos naturais e geram impactos ambientais, considerando o processo de fabricação dos materiais até a realização da obra (Augenbroe & Pearce 1998; Conselho Internacional da Construção 2002). Além da emissão de poluentes que causam danos também a saúde humana (SOARES 2017).

Como fonte de produção, a construção civil é uma grande geradora de resíduos. Em países como Alemanha, Austrália, Estados Unidos, Finlândia e Holanda, os resíduos sólidos gerados pela construção e demolição estão em torno de 13 a 29% do total (HORVATH 2004), já no Brasil está em torno de 50% (SPOSTO 2006), o volume de entulhos gerados é até duas vezes maiores que o volume de lixo sólido urbano (ÂNGULO *et al.* 2004). Estes altos índices de geração de resíduos envolvem problemas complexos que precisam ser incluídos em um plano de gestão para o monitoramento (ARAÚJO 2004).

5.2 SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Em 1972, o conceito de sustentabilidade foi discutido pela primeira vez, na primeira Conferência Internacional das Nações Unidas realizada em Estocolmo.

A preocupação com a sustentabilidade, ou melhor dizendo, o uso consciente dos recursos naturais, novas alternativas e ações em relação ao planeta e as implicações para o bem estar coletivo estão em evidência como nunca. O tempo distante, em que sofreríamos as desvantagens do uso irracional dos recursos naturais, já é algo concreto e não mais enredo de livros de ficção científica. Agora, a questão está presente em nosso cotidiano, escolas, organizações, empresas e nas ruas de nossas cidades.

A norma técnica ABNT NBR 15575-1:2003, sobre desempenho de edificações habitacionais prediz que a construção ocorra a partir da exploração e do consumo racional dos recursos naturais, em busca da menor degradação ambiental, com a diminuição do consumo de água, energia e matéria prima. A ideia de construção sustentável deve ser aplicada em todo o processo civil, desde a concepção até sua requalificação, desconstrução (CORRÊA 2009).

5.3 SISTEMA CONSTRUTIVO MONOLÍTICO COM PAREDES EM EPS

O sistema monolítico foi originado na Itália pelo o Instituto Giordianos na década de 80. O motivo para sua criação foi pela a necessidade de uma solução na construção civil, por causa das regiões que ocorrem terremotos. Então foi desenvolvido um projeto com o sistema monolítico em que a estrutura não desmoronasse ao sofrer este fenômeno da natureza. (ALVES, 2015).

O sistema construtivo monolite é um sistema que permite a construção de casas e edifícios dos mais simples aos mais complexos de ate quatro andares sem necessidade de pilares ou vigas, pois, o próprio método construtivo sustenta a edificação, transmitindo uniformemente as cargas para as fundações (ALVES, 2015). Esse sistema de painéis modulares pré-fabricados, tecnologia que garante maior produtividade, autoportante (dispensa vigas e pilares), reduzindo os prazos de execução, gerando economia de recursos e conferindo melhor qualidade ao cliente.

O sistema é produzido industrialmente, constituído por placas de poliestireno expandido (EPS) localizado no centro que possibilitam uma resistência ao fogo e isolamento térmico podendo ser de grandes dimensões, malhas de aço leves e de alta resistência, soldadas entre si interligadas por barras de aço, essas malhas tem a função estrutural, e após montagem e instalação uma camada de concreto ou argamassa deve ser aplicada sobre a estrutura para finalização (BERTOLDI, 2007).

5.4 SISTEMA MONOLÍTICO E SUA DIFICULDADE DE SER ACEITO NO MERCADO

Os sistemas construtivos industrializados desenvolveram-se junto com a indústria para atender as necessidades dos projetos arquitetônicos cada vez mais avançados. A introdução de novos modelos de construção é a melhor forma para se atingir a competitividade dos processos construtivos, assim como em produtos de melhor qualidade, em busca de maior competitividade para garantir sua sobrevivência no mercado. E como a evolução nunca parou as exigências por técnicas cada vez melhores são evidenciadas, e a escolha do método construtivo que melhor atende a necessidade de cada um é o fator determinante para a escolha do tipo de vedação (BERTOLDI, 2007).

“Durante muitos anos a construção civil fez a utilização de sistemas construtivos convencionais em habitações devido à disponibilidade no mercado, como blocos cerâmicos, tijolos prensados de argila e blocos de concreto” (VIANA; ALVES, 2013).

É um método construtivo simples onde se obtém a funcionalidade, a adequabilidade a diversos projetos, a rapidez executiva, a utilização mínima de mão de obra comparando-se ao método convencional, limpeza na obra e diminuição dos desperdícios de materiais aplicados (GARCIA, 2009). E segundo Lueble (2004) o sistema monolítico em painéis EPS apresenta grande potencialidade das construções racionalizadas somadas a possibilidade de redução de prazos na execução da obra, eliminação de desperdícios e aproveitamento efetivo de mão de obra.

Porém, mesmo diante de tantas vantagens apresentadas por esse método construtivo, e principalmente pelo uso do EPS, a inovação traz consigo muitas dúvidas em relação à qualidade e a eficiência do produto e na construção civil, uma vez que a tradição não só no mercado norte mineiro, o sistema adotado é o de alvenaria convencional, ou seja, um conjunto composto formado por tijolos, blocos ou peças sobrepostas coladas por uma argamassa, formando um elemento vertical. Estando apegados, clientes, engenheiros e construtoras a conceitos tradicionais, sendo necessário inovar e alavancar novas tecnologias para obter melhorias e soluções sustentáveis que garantam um futuro as novas gerações.

5.5. VANTAGENS DAS PAREDES EM EPS

Popularmente conhecido como Isopor, o EPS (Poliestireno Expandido) é produzido a partir de processos industriais modernos, com baixo índice ou sem desperdícios e onde tudo é reaproveitado/reciclado, os blocos de EPS apresentam inúmeras vantagens em relação a outros métodos construtivos que não gera esforço físico para os operários nem poluição ao meio ambiente. Outro ponto positivo são as eficiências térmica e acústica. Por manter a temperatura interna por mais tempo, o consumo de energia elétrica é menor, pelo menor uso de ar-condicionado, por exemplo. Outra contribuição ambiental é o fato de não contaminar o solo, a água e o ar, além do material ser 100% reciclável e reaproveitável. (UNIVERSIDADE TRISUL).

Os painéis em EPS apresentam diversas vantagens que o tornam uma solução sustentável. Sua utilização diminui em muito o uso de água e energia na construção. Para executar um metro quadrado de alvenaria, gasta-se muita água desde a fabricação das matérias-primas até a instalação, com uso de água para preparação da argamassa, limpeza, entre outros processos. Na fabricação do painel, a água não é utilizada e também não são necessários produtos auxiliares que dependem do líquido. Ou seja, com o uso do produto, a economia é de até 75% no consumo de água da obra. (UNIVERSIDADE TRISUL).

Além disso, a solução não gera resíduos, uma vez que todas as peças são projetadas e fabricadas sob medida para cada empreendimento. O projeto arquitetônico é enviado para as fábricas, onde é feita modulação desses projetos e as placas são montadas exatamente da maneira que foi especificado. Os painéis são entregues na medida para serem fixados na obra, minimizando e até eliminando 100% da perda de materiais, avaliam os especialistas. (UNIVERSIDADE TRISUL).

A Utilização da parede de EPS traz inúmeras vantagens como alta resistência mecânica e durabilidade, a sustentabilidade como citado já que o Poliestireno (EPS) é 100% reciclável (EPS BRASIL). De acordo com a executiva de Marketing da Sto, “além de contribuir com o isolamento térmico, ser leve e sustentável, a **parede de EPS** traz vantagens por ser livre de CO², mais econômica, prática para a decoração dos edifícios e utilizar menos água do que a argamassa”.

5.6 Materiais e suas funcionalidades.

O aço é uma liga metálica de ferro e carbono obtida pelo refinamento do ferro-gusa que pode conter outros elementos de acordo com sua finalidade (Dias 2006). O aço começou a ser utilizado como estrutura tecnológica na construção civil em meados do século XVIII e com o passar do tempo se tornou fundamental nas criações arquitetônicas (Bandeira 2008). O aço garante as dimensões, agilidade na obra e possui alta resistência, porém o aço apresenta alta suscetibilidade a corrosão (Pinheiro 2005).

O poliestireno expandido, mais conhecido como EPS, é obtido a partir da expansão do estireno polimerizado, sendo um material poroso, de estrutura celular fechada, onde 98% do seu volume é ar, e apenas 2% é poliestireno (Yazigi 2014). O EPS pode ser produzido em placas de diversas espessuras, blocos maciços ou vazados, podendo até mesmo ter formas especificadas e únicas para uma obra (Yazigi 2014). A utilização do EPS na construção civil iniciou-se no começo da década de 90, mas apenas nos últimos que ganhou força e espaço no mercado (Paiva 2011). Entre as vantagens do material estão: leveza, facilidade e rapidez de execução, isolamento térmico e acústico, redução dos desperdícios. Pode ser empregado no enchimento de lajes, utilizado como concreto leve, na aplicação de forros e pisos flutuantes sendo um produto extremamente econômico (Bauer 2012).

As primeiras argamassas, compostas basicamente de cal e areia, são de aproximadamente 10.000 atrás (Alvarez, Sequeira & Costa 2005). As misturas de argamassas prontas, dosadas industrialmente, surgiram na Europa e nos Estados Unidos no século XIX (Carasek 2007). Hoje no Brasil não existe estimativa do volume de argamassa consumida, sendo fundamental na construção civil (Nakakura 2003). A argamassa pode ser utilizada no assentamento estrutural, assentamento convencional, no acabamento, no chapisco e no emboço (Martinelli 1991). Apresentando propriedades de resistência mecânica, estabilidade volumétrica, aderência e capacidade de absorver deformações (Martinelli 1991)

6. REFERÊNCIAS

Agopyan, V. & John, V.M. **Reciclagem de resíduos da construção. Escola Politécnica.** Departamento de Engenharia Civil. Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 2001.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Edificações habitacionais - Desempenho - Parte 1: Requisitos gerais. NBR 15575-1. Rio de Janeiro – RJ. 2013.

Aurgenbroe, G. & Pearce, A.R. **Sustainable Construction in the United States of America: a perspective to the year 2010.** In: International Council for Research and innovation in Building and Construction. CIB-W82 Report, p32. 1998.

Brasil. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acessado em: 12 de março de 2019

Brasil. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acessado em: 12 de março de 2019

Brasil. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307> > Acessado em: 12 de março de 2019.

Corrêa, L. **Sustentabilidade na construção civil. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Construção Civil.** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Belo Horizonte – MG. 2009.

OS EFEITOS DO MÉTODO CANGURU EM PREMATUROS

XAVIER, Silva Dyovanna¹; MENDES, Almeida Karolaine ¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPmoc.

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPmoc.

RESUMO

Em países desenvolvidos determinam que há um número significativo de bebês que nascem antes do tempo com a idade gestacional menor que 37 semanas, que causam uma grande taxa de mortalidade e mobilidade (LOPES & SANTOS, 2019). O MC (método canguru) é considerado seguro e humanizado para o neonatal, sua eficácia a curto e médio prazo com a posição é bom para a estimulação tátil, sistema proprioceptivo, sistema vestibular (DINIZ *et al.*, 2020). O objetivo desse estudo é analisar os efeitos do método canguru em prematuros. Esse trabalho foi desenvolvido em forma de revisão bibliográfica descritiva, na qual foram utilizados 6 artigos científicos de origem internacional e nacional, através de bancos de dados como Scielo e Pudmed, BVS com *kangaroo method prematurity physiotherapy*. Em relação à amamentação é o MC foi criado para estimular as competências do Aleitamento Materno Exclusivo, ocasionando uma maior livre demanda da lactação, única fonte de nutrição e proteção nos primeiros seis meses de vida (SANTOS *et al.*, 2016). Referente ao tempo de hospitalização observou-se uma redução ao tempo de internação com a utilização do método dessa maneira diminuindo o risco de infecção hospitalar (ANDRADE & GUEDES, 2005). Com a aplicação do MC, acharam um aumento significativo controle térmico dos bebês, e apresentou também melhora da oxigenação tecidual,

evidenciada pelo aumento da SapO₂ após a realização do MC. Em função do RN estar calmo e confortável em contato com a mãe, o que provavelmente diminuiu o consumo de oxigênio. Mesmo com valores não significativos, a diminuição da frequência cardíaca pode estar associada com menos estresse, em relação a pressão arterial média, não há diferença significativa (ALMEIDA *et al.*, 2007). A posição Canguru conseguiu aumentar a atividade eletromiográfica do bíceps braquial e da mesma maneira a resposta foi observada no músculo isquiotibiais depois de 2h nessa posição. Observou também que tônus flexor desse bebê teve um aumento com o estímulo da Posição Canguru. O contato pele a pele proporciona vários estímulos sensoriais à criança, contribui para o ajuste tônico-postural (DINIZ *et al.*, 2020). Foi possível observar diversos benefícios com o método canguru em prematuros, na amamentação, temperatura, saturação, frequência respiratória, frequência cardíaca, pressão arterial, eficácia com relação à ligação entre mãe e filho, e na estimulação a resposta fisiológica da musculatura bíceps braquial e isquiotibiais.

Palavras chave: Método canguru. Prematuro. Fisioterapia. Terapia intensiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA. C. M.; ALMEIDA. A. F. N.; FORTI. E. M. P. Efeitos do método mãe canguru nos sinais vitais de recém-nascidos pré-termo de baixo peso. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. São Carlos, 2007.
- LOPES, T. R. G.; SANTOS, V. E. P.; CARVALHO, J. B. L. A presença do pai no método canguru. **Escola Anne Nery**. Natal, Rio Grande Do Norte. 2019.
- SANTOS. H. M., FILHO. A. M. F., *et al.*, Benefícios do método mãe canguru em recém-nascidos pré-termo ou baixo peso, **Universitas: Ciências da Saúde**, Brasília. 2016.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

A BUSCA DAS REDES SOCIAIS COMO UMA FERRAMENTA DE ENSINO E TRABALHO NA ÁREA DA ODONTOLOGIA NA PANDEMIA CAUSADA PELO VÍRUS SARS-COV-2.

RESUMO: Com o alerta de pandemia, foram suspensas as aulas presenciais de Odontologia, a paralisação de alguns profissionais e centro de especialização. Portanto, nesse cenário onde precisa levar em consideração as medidas de segurança, trouxeram algumas dificuldades e uma delas é o acesso à informações. Como forma de contornar a atual crise socioeconômica, os sites e aplicativos sociais têm sido a principal fonte de trabalho, educação e de propagação de informação para a população. O objetivo do trabalho é abordar os impactos causados pela pandemia na odontologia e a busca das redes sociais como um meio de comunicação. Elaborar um relato de experiência através do aplicativo TIKTOK. Trata-se de uma revisão de literatura com relato de experiência, realizada no período de fevereiro a junho de 2021. Utilizou-se as bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) via PubMed e Google Acadêmico. As tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), têm ganhado cada vez mais espaço e crédito na propagação de conteúdos, levando em consideração que grande parte da população possui acesso a esses meios. Apesar do cenário atípico causado pelo vírus SARS-COV-2, nota-se que o uso das redes sociais para a inserção de assuntos voltados para acadêmicos de odontologia com o intuito de promover conhecimento tem grande credibilidade, visto que por meio destas plataformas, as informações podem ser repassadas de maneira mais rápidas e direta para o público-alvo.

Referencias: 1. BARIN, Claudia; SILVA, Marcelo. **O uso do Tik Tok no contexto educacional. Tik Tok no contexto educacional**, Caçapava do Sul, v. 18, n. 2, p. 630-639, 2020.

2. OLIVEIRA, Eleilde de Sousa; FREITAS, Tatiane Cantanhede, SOUZA, Marliane Ribeiro; MENDES, Nilteane Conceição da Silva Gomes Mesquita; ALMEIDA, Tiago dos Reis; DIAS, Luciana Cutrim; FERREIRA, Aline Larissa Mota; FERREIRA, Ana Paula Mota. A educação a distância (EaD) como ferramenta democrática de acesso à educação superior: formação docente. In: Digitalização da educação: desafios e estratégias para a educação da geração conectada. Campo Grande: **Inovar**, p. 8-14, 2020.

3. RODRIGUES, Ana Áurea Alécio de Oliveira; MASCARENHAS, Aise Cleise Mota; CARVALHO Bruna Mendes; OLIVEIRA, Izabelle Alves Mendes de; MELO, Matheus de Araújo; SANTOS, Maylanne Freitas dos. Disseminação de conhecimento durante a pandemia do Sars-CoV-2 por meio de ações inovadoras e extensionistas do PET Odontologia UEFS. **Expressa Extensão**. ISSN 2358-8195, v. 26, n. 1, p. 620-626, janeiro/abril, 2021

MONOLITIKUS: PLATAFORMA ONLINE PARA OFERTA DE CONSTRUÇÕES UTILIZANDO SISTEMA MONOLITE

LEITE, Jhonata Moreira¹;

OLIVEIRA, Gilzirene Simone²; VIEIRA, Vânia Ereni Lima³;

¹Graduando em Engenharia Civil pelo UNIFIPMoc.

²Mestre em Ciência da Informação. Orientadora e docente do UNIFIPMoc.

³Mestre em Educação. Orientadora e docente do UNIFIPMoc.

INTRODUÇÃO

Com o crescente aumento populacional no mundo e consequentemente da demanda habitacional, o setor da construção civil vem se expandindo cada vez mais, tornando necessária a implementação de métodos inovadores, ágeis, econômicos e sustentáveis. Para Kato (2002), quando comparado a outros setores da economia, a indústria da construção civil não possui grande destaque, o que a limita são seus processos construtivos e produtos tradicionais que em países desenvolvidos já são ultrapassados. Nesse cenário e diante da preferência pelos métodos construtivos tradicionais com blocos cerâmicos ou de concreto no Brasil, faz-se relevante apresentar soluções construtivas alternativas que melhor atendam às exigências sociais e do mercado, garantindo aspectos de resistência iguais ou superiores aos tradicionais, proporcionando qualidade, durabilidade, rapidez na execução, economia de insumos, redução de resíduos e conforto. Diante disso, qual método construtivo melhor atende clientes que almejam uma obra realizada com eficiência e tempo reduzido, garantindo aspectos de resistência iguais ou superiores aos tradicionais?

Por conseguinte, o artigo tem como objetivo analisar a viabilidade da implementação do sistema *monolite* com alma de EPS, por meio de comparativos com outros métodos que possuem finalidades semelhantes e ofertar via *site* serviços de desenvolvimento de projetos e construções utilizando o sistema.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo propõe o desenvolvimento de um *site* para ofertar o sistema *monolite* com placas de EPS como alternativa aos métodos construtivos tradicionais. Por meio do trabalho, analisa-se o processo construtivo *monolite* com EPS e suas especificidades, seu caráter sustentável, o desempenho

termoacústico e vantagens de execução do método proposto.

Para fins de embasamento teórico realizou pesquisas bibliográficas e documentais, através das quais foram levantados dados a respeito dos sistemas construtivos analisados, também buscou-se inferir os custos dos métodos comparados a partir de pesquisas de mercado e em planilhas de referência de preço de abrangência estadual e nacional. A pesquisa realizada é de natureza dedutiva que, segundo Gil (2008), tem como base os conceitos já validados como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita por meio de deduções lógicas a proposição de novas conclusões.

Os objetivos metodológicos utilizados são exploratórios e explicativos. De acordo com Andrade (2010) a pesquisa exploratória é feita por meio de levantamento bibliográfico, entrevistas e consultas *online* de maneira que proporcione maiores informações sobre determinado assunto, delimitando o tema. Por outro lado, a pesquisa explicativa além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes, tendo por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade.

Utilizou-se do procedimento técnico bibliográfico e documental. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é aquela que faz o levantamento de dados publicados em artigos científicos, livros, *sites*. Entretanto a pesquisa documental utiliza como fonte de coleta dos dados normas técnicas, arquivos públicos, arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas (LAKATOS; MARCONI, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O sistema *monolite* com alma de EPS consiste na construção de paredes autoportantes compostas por placas de EPS com telas de aço, sendo revestidas com argamassa estrutural, reboco, pintura ou outro acabamento. Os painéis modulares são fabricados por indústrias especializadas, onde são integradas as malhas de aço eletrossoldadas em ambas as faces e interligadas, também com aço, formando uma estrutura treliçada que oferece a resistência ao bloco. A referida resistência varia conforme as dimensões das telas, diâmetro do aço, o tipo do EPS, sua espessura, densidade, comprimento e se possui faces onduladas ou planas (BERTOLDI, 2007).

Por conta do seu menor peso, o sistema proporciona economia e rapidez na execução das fundações, sendo radier o tipo mais utilizado. Realizada a regularização do terreno, deve-se executar as instalações hidrossanitárias, locação, montagem e concretagem da fundação. Logo depois, faz-se a marcação dos eixos das paredes e para que seja possível a união dos painéis à fundação, são inseridos, em ambos os lados, a cada 50 cm arranques com aço CA-50 de bitola 8,0 ou 10,0 mm, comprimento de 30 cm a 50 cm.

Entre os arranques monta-se os painéis modulares, que são unidos através da amarração das malhas de aço. Nos cantos de paredes e em torno de vãos de portas e janelas são fixados os reforços com malhas em “L”, “U” ou lisos, a fim de evitar acúmulo de tensões (BERTOLDI, 2007; SINAT, 2014; MUNDI EPS).

Após a montagem, alinhamento e aprumo de todas as paredes, são iniciadas as instalações de forma muito simples e rápida. Com o auxílio de um soprador térmico ou outra fonte de calor são abertos sulcos no EPS, através do seu encruamento, por onde são passadas as tubulações. Executadas as instalações, é importante averiguar a distância mínima de 50 mm da malha para o EPS a fim de garantir o cobrimento e aderência do revestimento. A próxima etapa é a projeção do concreto, microconcreto ou argamassa estrutural na espessura mínima de 3 cm, contado a partir da face exterior da malha de aço, a depender das especificações do projeto (BERTOLDI, 2007; SINAT, 2014; MUNDI EPS). Por fim, as etapas seguintes são comuns aos sistemas construtivos convencionais,

o reboco e acabamento com emassamento, lixamento e pintura de paredes ou aplicação de revestimentos.

Na tabela 1, em anexo, são demonstrados os custos para construção da etapa de estrutura e vedação de uma residência unifamiliar, padrão baixo, 1 pavimento, com 2 quartos, sala, banheiro, cozinha e área para tanque, tendo 45,00 m² de área construída, infere-se que o custo por metro quadrado para o sistema *monolite* é de R\$ 550,66, considerando os materiais e mão de obra para montagem dos painéis e projeção da argamassa, exclusiva fundação, instalações, acabamentos e cobertura.

Para a mesma residência, utilizando o sistema de alvenaria estrutural com blocos cerâmicos o valor é de R\$ 506,43 por m², sendo considerado o levante da alvenaria, grauteamento, vergas, contra vergas, cinta superior, chapisco e emboço. Já para o sistema de alvenaria convencional com estrutura de concreto armado o gasto por metro quadrado é de R\$ 576,47 levando em conta a execução de alvenaria, pilares e vigas superiores, vergas e contra vergas pré-moldadas, chapisco e reboco. Vale ressaltar que os preços foram coletados em período de alta para os materiais de construção civil, devido a pandemia.

Tabela 1: Comparativo de custos - Anexo 1.

SISTEMA MONOLITE COM EPS					
ITEM	UND	QTD	VALOR UNIT	TOTAL	FONTE
Painel - 70 X 1150 X 3000	m ²	130,20	R\$ 99,00	R\$ 12.890,10	MUNDI EPS*
Reforço tipo "L"	pg	80,00	R\$ 10,30	R\$ 824,00	MUNDI EPS*
Reforço tipo "Liso"	pg	40,00	R\$ 8,20	R\$ 328,00	MUNDI EPS*
Reforço tipo "U"	pg	50,00	R\$ 10,30	R\$ 515,00	MUNDI EPS*
Argamassa estrutural - (cimento, areia, brita 0, traço 1:2:1,5 A/C:0,35, com fibra de polipropileno (250g), aditivo plastificante (50ml))	m ²	130,20	R\$ 22,27	R\$ 2.899,55	DEPOSITO**
Projetor de argamassa	h	8,68	R\$ 14,53	R\$ 126,12	SINAPI***
Mão de obra Pedreiro	h	183,28	R\$ 22,09	R\$ 4.048,66	SINAPI***
Mão de obra Ajudante	h	191,39	R\$ 16,45	R\$ 3.148,37	SINAPI***
			TOTAL	R\$ 24.779,79	
			CUSTO/m²	R\$ 550,66	
ALVENARIA ESTRUTURAL COM BLOCOS CERÂMICOS					
ITEM	UND	QTD	VALOR UNIT	TOTAL	FONTE
Execução de alvenaria estrutural com blocos cerâmicos 14x19x39cm	m ²	130,20	R\$ 80,02	R\$ 10.418,84	SINAPI***
Execução de chapisco aplicado com colher de pedreiro, traço 1:3	m ²	260,40	R\$ 7,02	R\$ 1.828,01	SINAPI***
Execução de massa única aplicada com colher de pedreiro, traço 1:2:8, espessura 2 cm	m ²	260,40	R\$ 27,42	R\$ 7.140,17	SINAPI***
Execução de armação de verga e contraverga de alvenaria estrutural, diâmetro 8,0 mm	kg	50,60	R\$ 15,35	R\$ 776,71	SINAPI***
Grauteamento de cinta ou vergas em alvenaria estrutural	m ³	2,00	R\$ 650,42	R\$ 1.300,84	SINAPI***
Armação vertical de alvenaria estrutural, diâmetro 10,0 mm	kg	61,78	R\$ 11,80	R\$ 728,96	SINAPI***
Grauteamento vertical em alvenaria estrutural	m ³	0,88	R\$ 679,02	R\$ 596,04	SINAPI***
			TOTAL	R\$ 22.789,57	
			CUSTO/m²	R\$ 506,43	
ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO					
ITEM	UND	QTD	VALOR UNIT	TOTAL	FONTE
Execução de alvenaria de vedação com tijolos cerâmicos 11,5x19x19cm	m ²	130,20	R\$ 81,24	R\$ 10.577,69	SINAPI***
Execução de chapisco aplicado com colher de pedreiro, traço 1:3	m ²	260,40	R\$ 7,02	R\$ 1.828,01	SINAPI***
Execução de massa única aplicada com colher de pedreiro, traço 1:2:8, espessura 2 cm	m ²	260,40	R\$ 27,42	R\$ 7.140,17	SINAPI***
Corte, dobra e armação de aço CA-50 D <= 12,5 MM	kg	81,44	R\$ 12,76	R\$ 1.039,23	SETOP****
Corte, dobra e armação de aço CA-60	kg	19,65	R\$ 12,58	R\$ 247,20	SETOP****
Concreto FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2:3:2,7 incluso lançamento - Pilares	m ³	1,19	R\$ 519,54	R\$ 618,93	SINAPI***
Corte, dobra e armação de aço CA-50 D <= 12,5 MM	kg	69,28	R\$ 12,76	R\$ 884,05	SETOP****
Corte, dobra e armação de aço CA-60	kg	26,35	R\$ 12,58	R\$ 331,48	SETOP****
Concreto FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2:3:2,7 incluso lançamento - Vigas superiores	m ³	2,63	R\$ 519,54	R\$ 1.366,91	SINAPI***
Vergas e contravergas pré-moldadas	m	11,70	R\$ 46,48	R\$ 543,82	SINAPI***
Forma e desforma de tábuas e sarrafo para pilares e vigas	m ²	30,74	R\$ 44,36	R\$ 1.363,63	SETOP****
			TOTAL	R\$ 25.941,10	
			CUSTO/m²	R\$ 576,47	

(*) MUNDI EPS - Fornecedor de painéis de EPS com armação treliça de aço galvanizado.

(**) DEPOSITO - Foram orçados os materiais componentes da argamassa em depósito de material de construção na cidade de Salinas/MG.

(***) SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - Região Minas Gerais. Mês de referência Fevereiro/2021 (sem desoneração).

(****) SETOP - Planilha de Preço SETOP MG, Região Norte. Mês referência Janeiro/2021 (sem desoneração).

Fonte: Acervo próprio.

Apesar das vantagens construtivas já apresentadas, o uso do método na região do Norte de Minas Gerais ainda é incipiente. Com o intuito de divulgar o sistema estudado para o conhecimento da sociedade foi criada a plataforma *Monolitikus*, onde são apresentadas as características das construções monolíticas, suas vantagens, comparativos de custos, estudos científicos sobre o tema e solução de dúvidas. O uso das ferramentas de *chat*, formulários de inscrição e de contato possibilitará a implantação do empreendedorismo através da coleta de informações dos usuários.

Na página “Início” estão as principais informações sobre o sistema *monolite* para fomentar o interesse dos usuários, ao rolar a página o campo de *chat* acompanha o surgimento de novas informações e no final da página foram inseridos os formulários de contato e inscrição para que seja possível identificar possíveis clientes ou interessados no tema. A figura 1 ilustra a seção “Nossos serviços” existente na

página (O site pode ser acessado via link: <https://contatomonolitikus.wixsite.com/website>).

Figura 1: Seção “Nossos serviços” da plataforma.



Fonte: Disponível em: <https://contatomonolitikus.wixsite.com/website>.

A seção “Recursos” do site foi desenvolvida para que os usuários possam visualizar todos os serviços e recursos ofertados pela plataforma, descrição do sistema *monolite* e formulário para contato. Também foi criada a página “Blog” que contém vídeos explicativos sobre o método construtivo apresentado, nela também serão apresentadas novidades do setor da construção civil no país, artigos científicos, reportagens e diversos estudos sobre o tema.

Conclusão

Por ser considerado um método inovador no Brasil, ainda encontra resistência do mercado, que pode ser vencida com a capacitação de profissionais, criação de maior competitividade de fornecedores de materiais, normatização do sistema e difusão das suas vantagens.

Em síntese, concluiu-se que o sistema *monolite* com alma de EPS apresenta características que o torna viável para aplicação em construções residenciais, possuindo leveza, resistência estrutural, economia de tempo, não propaga chamas, é bom isolante térmico e sísmico resistente. Além de ser composto por materiais sustentáveis e 100% recicláveis, evitando o desmatamento de florestas e poluição do meio ambiente.

A criação do site *Monolitikus* possui característica empreendedora pois possibilita o contato com clientes e interessados no modelo de construção apresentado, auxilia na divulgação de sistemas construtivos sustentáveis e soluciona dúvidas e mitos sobre a utilização do sistema *monolite*.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010

BERTOLDI, R. H. **Caracterização de sistema construtivo com vedações constituídas por argamassa projetada revestindo núcleo composto de poliestireno expandido e telas de aço: dois estudos de caso em Florianópolis**. 2007. Dissertação (Pós Graduação em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

KATO, R. B. **Comparação entre o sistema construtivo convencional e o sistema construtivo em alvenaria estrutural segundo a teoria da construção enxuta**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. - 7 reimpr. - São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.

MUNDI EPS. **Análise do ciclo de vida (ACV) do Painei**. São Paulo.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÕES TÉCNICAS – SINAT. **Diretriz para avaliação de produtos – Nº 011**. Brasília, 2014.

IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NA COBERTURA VACINAL DO SARAMPO NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

FERREIRA, Matheus Mendes dos Santos¹; PEREIRA, Anna Julia Antunes¹; FERREIRA, Ana Luísa Guimarães Souza¹; GONZALEZ, Ana Teresa Torquato Y¹; REIS, Henrique de Castro¹; POLASTRI, Daniel Araújo Gomes¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹ Acadêmico do curso de medicina da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

² Professor do curso de medicina da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

Introdução: O sarampo é uma doença de etiologia viral altamente contagiosa e não apresenta tratamento específico. Ademais, esta doença é prevenível por vacinação e foi considerada erradicada do Brasil em 2016. Entretanto, a partir de 2019, observou-se um aumento nos casos de sarampo notificados, sobretudo na Região Norte, o que associa-se ao aumento da imigração venezuelana, ao movimento contra vacinação, ao isolamento geográfico e à desigualdade social. **Objetivo:** Desse modo, o objetivo desse estudo foi analisar a influência da pandemia do COVID-19 na cobertura vacinal da Região Norte do Brasil. **Metodologia:** Trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://sipni.datasus.gov.br>). **Resultados:** Observou-se que o ano de 2020 apresentou a menor cobertura vacinal para sarampo considerando o período analisado (54,75%), com queda de 22,86% em relação à cobertura vacinal de 2019, demonstrando uma redução deste índice durante a pandemia do COVID-19. Entre os estados da Região Norte, o Pará apresentou a menor cobertura vacinal (61,81%) entre 2016 e 2020, sendo este o estado que apresentou o maior número de casos de sarampo confirmados no Brasil em 2020 (1.272). Verificou-se que o mês e o ano em que foram aplicadas mais doses da vacina Tríplice Viral foi outubro de 2019 (269.080). Em contrapartida, o mês e o ano em que foi aplicado o menor número de doses foi maio de 2020 (55.210), podendo ser observada uma redução de 79,48% entre o total de doses aplicadas nos períodos descritos, evidenciando o impacto da pandemia sobre a vacinação. **Conclusão:** Os resultados do presente estudo revelaram, de forma geral, redução da cobertura vacinal do sarampo no ano de 2020, isto é, durante o período da pandemia do COVID-19. Ressalta-se a importância de subsidiar políticas que incentivam a vacinação, aumentando, assim, cada vez mais o número de indivíduos imunizados e diminuindo, consequentemente, o número de casos da doença.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

O CONSENTIMENTO COMO HIPÓTESE DE BASE LEGAL PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS ADMISSÍVEL NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

SILVA, Juliane Stefany¹; DURÃES, Ana Paula Souza¹; MEDEIROS, Anna Victória Santos¹; SILVA NETO, Juarez Pereira¹.
PERES, Anna Paula Lemos Santos².

¹Discente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

²Docente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

Introdução: No contexto do *Big Data*, considerando o progresso tecnológico, a propalação da captação e da manipulação dos dados pessoais e a ampla gama de atores envolvidos, publicou-se a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que prevê em seu texto normativo o consentimento como elemento essencial para o tratamento dos dados pessoais. **Objetivo:** A presente pesquisa objetiva analisar o consentimento como hipótese legal para o tratamento dos dados pessoais no que tange às relações de trabalho, em especial, a do menor aprendiz. **Método:** Utilizou-se o método de abordagem dedutivo e o procedimento exploratório, mediante pesquisa bibliográfica e documental, em uma abordagem qualitativa. **Resultados:** A LGPD, em seu artigo 5º, inciso XII, estabelece que o consentimento é a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular dos dados

pessoais concorda com o tratamento de seus dados para uma finalidade determinada, na presente pesquisa, para as relações de trabalho. Assim, faz-se necessário analisar os três adjetivos do consentimento. A primeira caracterização, consentimento livre, consiste na manifestação livre e consciente do titular dos dados pessoais, considerando o § 2º, do artigo 8º, da LGPD, que objetiva garantir que o consentimento foi obtido em conformidade com o disposto na referida lei. A segunda caracterização, consentimento informado, tendo em vista o princípio da transparência, previsto no artigo 6º da LGPD, diz respeito a informação, principalmente, simples. Dessa forma, vale destacar que as consequências sobre o não consentimento do tratamento de dados pessoais deve ser informado ao seu titular, requerendo um entendimento substancial sobre essas consequências. Sobre isso, ressalta-se sobre a contratação do menor aprendiz, tendo em vista que, no ordenamento jurídico brasileiro, esse não será considerado plenamente capaz, então, deverá ter o consentimento dos pais ou do responsável legal, sendo que o tratamento de seus dados pessoais deverá visar o seu melhor. A terceira caracterização, consentimento inequívoco, equivale ao consentimento por escrito ou por outro meio que demonstre a manifestação de vontade do autor, nos termos do artigo 8º da LGPD. No entanto, a LGPD prevê exceções para a exigibilidade do consentimento. No que tange as relações de trabalho, objetivo da presente pesquisa, o consentimento dá-se nas fases pré-contratual e contratual. Naquela dá-se por meio, por exemplo, dos currículos e das entrevistas; nesta, nos dados biométricos, no monitoramento interno e externo da empresa, entre outros. **Conclusão:** Em suma, o consentimento como hipótese de base legal para o tratamento de dados pessoais é admissível no âmbito das relações de trabalho, considerando a LGPD, salvo em hipóteses previstas em leis. Para isso, devem ser preservadas a intimidade e a privacidade dos indivíduos, resguardando os direitos dos titulares perante seus dados pessoais. Ademais, deve haver um consentimento livre, informado, e inequívoco, considerando os princípios da LGPD. O consentimento pode ser escrito ou por meio da manifestação de vontade do titular.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Consentimento. Relações de trabalho. Representação. Menor aprendiz.

REFERÊNCIAS

- ANDERMANN, Ágata Victória. **O tratamento de dados pessoais sem o consentimento do titular e a (im)possibilidade de vulneração do direito à intimidade.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/11243/TCC%20-%20Ágata.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 mai. 2021.
- CORRÊA, Ana Carolina Mariano. **Análise do consentimento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no Brasil e sua aplicação no mundo jurídico.** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/20150/ANA%20CAROLINA%20MARIANO%20CORREA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 mai. 2021.
- LUGATI, Lys Nunes. ALMEIDA, Juliana Evangelista de. Da evolução das legislações sobre proteção de dados: a necessidade de reavaliação do papel do consentimento como garantidor da autodeterminação informativa. **Revista de Direito**, Viçosa, v.12, n.02, p.1-33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/10597/5880>. Acesso em 10 mai. 2021.

ADESÃO A VACINAÇÃO CONTRA O HPV NO SEXO MASCULINO EM MINAS GERAIS

RODRIGUES, Ana Luiza de Brito¹; DOURADO, Beatriz Coutinho¹; MENDES, Camila Ferreira¹; SANTOS, Ítalo Luiz de Azevedo Santos¹; FILHO, Marcelo Rodrigues de Aguiar¹; CARMO, Thaynah Rocha do¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹Discente do curso de Medicina da UNIFIPMOC; ²Docente do curso de Medicina da UNIFIPMOC.

Introdução: O Papilomavírus Humano (HPV) possui cerca de 189 tipos, 40 destes possuem a capacidade afetar o homem e causar infecções na pele e nas mucosas pelo contato direto com a pele infectada. A infecção pelo vírus HPV é a infecção sexualmente transmissível de maior incidência no mundo, com cerca de 600 milhões de pessoas infectadas. E é responsável por 5,1% da carga de câncer, sendo encontrado em 88% dos tumores de ânus, 50% dos tumores penianos e 100% dos tumores cervicais. **Objetivo:** Avaliar a adesão da vacinação contra o HPV, referente ao registro de vacinados e doses administradas no sexo masculino em Minas Gerais. **Métodos:** Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quantitativa e de caráter exploratório, que teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SP-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS), referente ao registro de vacinados e doses administradas contra HPV no sexo masculino em Minas Gerais, no período de 2014 a 2020. **Resultados:** Em relação ao total de doses aplicadas em Minas Gerais no período de 2014 a 2020, observa-se no período de 2015 a 2016 queda da adesão à vacina em relação ao ano de 2014. As doses aplicadas da vacina HPV no sexo masculino só apresentaram aumento significativo no ano de 2017, três anos após a sua instituição no Programa Nacional de Imunizações, quando atingiu a marca de 382.826 doses aplicadas. Nos anos posteriores, nota-se um padrão decrescente desses números. Considerando o total de doses aplicadas por macrorregião em Minas Gerais de 2014 a 2020, nota-se que a macrorregião central de Minas Gerais foi a que mais aplicou doses da vacina para HPV no sexo masculino nesse período, foram 349.195 doses que representaram aproximadamente 30% do total de doses aplicadas. Analisando o total de doses aplicadas no sexo masculino de acordo com a faixa etária em Minas Gerais no período de 2014 a 2020 nota-se que indivíduos de 11, 12, 13 e 14 anos foram os que receberam maior número de doses, 399.332, 328.107, 221.786, 116.271 respectivamente. A idade em que foram aplicadas o menor número de doses nesse período foi de 19 anos, com apenas 1209 doses aplicadas, representando 0,1 % do total.

Palavras-chave: Papilomavírus Humano (HPV). Vacina. Adesão.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMOC

JUIZ DE GARANTIAS: ABANDONO DO SISTEMA INQUISITIVO, PROBLEMÁTICAS NA IMPLEMENTAÇÃO E SEUS IMPACTOS

SILVA, Alexandre Souza Silva¹; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes ²

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

² Professora do curso de Direito da instituição Centro Universitário UNIFIPMoc

A sistemática do juiz de garantias visa permitir que o devido processo legal ocorra sem que o magistrado sofra influências da fase preliminar no momento da sentença, sendo que a inserção do instituto no Código de Processo Penal de 1941 (CPP/41) tem sido apontada como um importante passo para o abandono do sistema inquisitivo e, em sentido contrário, para o fortalecimento do sistema acusatório. Sob essa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar a figura do juiz de garantias, a qual foi criada a partir da Lei n. 13.964/19 (Pacote Anticrime), de modo que se buscará discutir os aspectos centrais que envolvem o tema, tais como o fundamento, a finalidade e o motivo de suspensão do instituto. Para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa, tomando-se por base dados bibliográficos e documentais. Percebe-se que o instituto do juiz de garantias busca romper com os resquícios de inquisitorialidade que ainda perduraram no processo penal após a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), funcionando ainda como um mecanismo de fortalecimento de princípios constitucionais e processuais penais. Destacou-se, em todo caso, que, após a aprovação da Lei n. 13.964/19, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a eficácia do juiz das garantias em resposta às Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI's) 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, as quais apontam inconstitucionalidades materiais e formais presentes na lei impugnada, além da falta de estrutura física e financeira do judiciário para comportar as ampliações necessárias. Concluiu-se que, o instituto do juiz das garantias, embora proponha a salvaguarda de direitos individuais, necessita ser mais discutido e passar por significativa análise acerca da viabilidade de sua implementação no judiciário nacional.

Palavras-chave: Juiz de garantias. Imparcialidade. Lei n. 13.964/19.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.964**, de 24 de dezembro de 2019. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, 24 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Lei/L13964.htm>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.298 MC/DF**. Relator: Ministro Dias Toffoli. Brasília, DF, 15 de jan. 2020a. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 95B9-4603-D7C0-7EA3 e senha ADCB-519D-5233-E54F>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.298 MC/DF**. Relator: Ministro Luiz Fux. Brasília, DF, 22 jan. 2020b. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 0B51-E6AA-BE3E-5E1E e senha 9FDC-5704-5DA0-DAA6>. Acesso em: 10 abr. 2021.

INTERNAÇÕES POR DIABETES NA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS

ALMEIDA, Eva Vitória Freitas¹; GODINHO JUNIOR, Alexis Guimarães de Quadros¹; JARDIM, Aline Silva¹; MALHEIRO, Giovana Carneiro¹; OLIVEIRA, Laís Cristina Montenegro¹; ARAUJO, Lorhane Edvaelly Aguiar¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹Discente da UNIFIPMoc; ²Docente da UNIFIPMoc

Introdução: A Diabetes *Mellitus* é um grupo de doenças do sistema endócrino, na qual o corpo não produz o hormônio insulina ou o seu uso é ineficiente. **Objetivo:** O estudo teve como objetivo analisar o número de internações por Diabetes na região Norte de Minas Gerais, no período de 2011 a 2020. **Métodos:** Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente ao número de internações, gastos hospitalares e perfis dos pacientes. Os dados foram obtidos a partir do SIH/SUS, disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://www2.datasus.gov.br>). **Resultados:** No período de janeiro de 2011 a dezembro de 2020, foram registrados um total de 12.109 internações por Diabetes *Mellitus* no Norte de Minas Gerais. O número variou de 1.084 a 1.309, com média de 1.211 casos por ano. Observaram-se sucessivas alterações entre reduções e aumentos até o ano de 2018, tendo ocorrido a maior queda (10,26%) de 2015 para 2016, havendo, porém, estabilização subsequente em valores elevados, ficando em 1.306 em 2020. Quanto à taxa de mortalidade, evidenciou-se uma redução entre 2011 (5,4) e 2020 (3,87), obtendo-se a menor taxa em 2019 (3,13). Dentre as regiões de saúde, o maior número de internações ocorreu em Montes Claros (3.740) e Coração de Jesus ficou com o menor número (230). Todavia, a taxa de mortalidade apresentou-se mais elevada em Januária (9,3) e a menor taxa fora obtida em Francisco Sá (2,68). Conforme os dados socioepidemiológicos e clínicos dos pacientes, nota-se o predomínio da doença no sexo feminino (52,5%), na faixa etária entre 60 a 69 anos (22,0%) e na cor/raça parda (47,43%), com taxa de mortalidade mais alta em indivíduos com 80 anos ou mais (10,92). Em relação ao regime, 24,7% foram em hospitais privados, com a média de permanência de 5,4 dias. No que tange ao caráter de internações, a maioria foi por urgência (99,3%) e os gastos totais observados foram de 8.552.504,92 reais, dos quais 16,8% destinaram-se ao sistema público e 24,6% ao setor privado. **Conclusão:** Mediante a análise desses resultados, percebe-se que, a despeito da redução das taxas de mortalidade, os números de internações permaneceram altos, sendo imprescindível a promoção de maior abordagem sobre esses padrões de morbimortalidade, além da organização, gestão e avaliação dos serviços para o cuidado e profilaxia, com o fito de mitigar o avanço da Diabetes *Mellitus* no Norte de Minas Gerais.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Hospitalização. Perfil de Saúde.

UTILIZAÇÃO DE MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO DE DADOS

Tatiane Maicka Martins Leite¹; Maria Fernanda Oliveira Mourão²; Luana Pereira Santos³; Dra. Cynara Silde Mesquita Veloso⁴

¹ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

² Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

³ Acadêmica do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

⁴ Professora do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

RESUMO: Sales, Lima e Miranda (2006) propõem que “a revolução digital propiciada pela Internet contrapõe os valores de público e privado, fazendo com que repensemos as questões que envolvem a privacidade”. A discussão sobre público e privado, as relações desenvolvidas nessa esfera e a ruptura de tal dicotomia pela internet urge regulamentação pelo Direito e, consequentemente, dirimir tais conflitos de forma célere. Assim, é imprescindível analisar as legislações já existentes sobre o tema, bem como a possibilidade de resolução de tais questões por meios alternativos de resolução de conflitos. Dessa maneira, é essencial que tais problemáticas perpassem pelo campo das resoluções consensuais de conflito, pois essas demandas estão condicionadas pela rapidez das relações modernas, necessitando, assim, de meios modernos de resolução de conflitos, sendo essencial trabalhar com a questão da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD),

que tem uma enorme perspectiva de demandar o judiciário de forma exorbitante nas próximas décadas devido ao leque de direitos à segurança e privacidade passíveis de judicialização que traz em seu bojo. Todavia, há que se pontuar que não veda a utilização de resoluções alternativas dos conflitos. Conforme a Res. CNJ 125/2010 e o Código de Processo Civil de 2015, estabelece-se no Brasil o sistema de justiça multiportas. Verificando-se que a judicialização das questões relacionadas a LGPD é, muitas vezes, inviável devido ao volume de lides a serem judicializadas, bem como a necessidade de resoluções rápidas diante da dinamicidade exigida no ambiente digital, torna-se inviável o acesso limitado à via judicial sobrecarregada. A fim de suprir essa necessidade, a conciliação é indicada como o método mais adequado, a fim de garantir ao usuário uma utilização empoderada das redes e plataformas digitais e com a segurança e amparo jurídico cabível, além de atender a necessidade de respostas dentro da segurança jurídica necessária para aqueles que possuem seus dados violados na Internet. Dessa maneira, os dados e privacidades na Internet possuem necessidade de encontrar meios alternativos, sendo a via extrajudicial um importante meio para tal, sendo inclusive possibilitada pelos próprios meios de comunicação à distância, conforme o art. 46 da Lei nº 13.140/2015. Portanto, deve-se buscar um equilíbrio entre os casos concretos, sendo analisadas as melhores formas para garantir a proteção de dados em meio digital.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

Referências

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm.

Acesso em: 12/06/2021.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm Acesso em: 12/06/2021.

SALES, Fábio Augusto Cornazzani; LIMA, Gisele Truzzi de; MIRANDA, Rodrigo Barros de. **Privacidade e internet**. Revista dos direitos das novas tecnologias. v. 1, São Paulo: Informações Objetivas Publicações Jurídicas: Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática, 2006.

O PSICÓLOGO HOSPITALAR COMO MEDIADOR DOS CONFLITOS INTERNOS QUE ENVOLVEM O ADOECIMENTO E A HOSPITALIZAÇÃO

SOARES, Lauren Mariane Fernandes¹, PEREIRA, Newton Juneo Lopes¹, SOUZA, Letícia Preira¹, LOMBANO, Vitória Ramom Silva¹

Juliany Nunes Veloso Dias²

Acadêmicos do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc¹

Psicóloga/Orientadora de estágios da instituição UNIFIPMoc²

Introdução

O presente trabalho visa contemplar a experiência da prática de estágio profissionalizante em Psicologia Hospitalar. Traça-se como objetivo compreender a importância do profissional psicólogo no cenário do hospital. Este relato apresenta a prática vivenciada pelo grupo de acadêmicos e as implicações subjetivas da mesma. Obtém-se como atividade a corrida de leito pelos estudantes, contribuindo com a construção de conhecimentos acerca da referida temática. A prática possibilitou o acesso aos sujeitos internados que passam por situações de doença, na qual os mesmos apresentam uma absorção da experiência vivida de modo singular, ou seja, compreende-se a subjetividade do indivíduo e o que é colocado em jogo quando se defronta com a finitude e doença, identificando as multiplicidades de se equilibrar nas dificuldades encontradas. Há um movimento de compreensão da posição do sujeito diante o discurso apresentado, recolocando-o em consideração à sua doença. Segundo Mosimann e Lustosa (2011) a Psicologia entra neste contexto como possibilidade de ofertar uma escuta qualificada, de modo que o paciente consiga organizar e reduzir a ansiedade. Não se desvincula mente de corpo. Neste sentido, há na lógica da psicologia hospitalar uma busca em entender e tratar aspectos psicológicos em torno de toda e qualquer doença, tendo como objetivo a diminuição do sofrimento provocado pela internação, levando

em consideração a subjetividade do paciente. (SANTOS-SILVA, ALMEIDA, WANDERLEY, 2019). O estágio nos coloca diretamente como agente objetificado a se reduzir como função para que o paciente possa ressignificar e ampliar suas propostas e se sustentar naquilo que traz sentido de vida. Esse processo de tratar o internado envolve questões que contemplam diversos campos de saberes, ou seja, o trabalho multidisciplinar humanizado contribui para uma maior aceitação do processo de hospitalização e a confiança no que tange os cuidados de um modo geral. A partir disto, as experiências vivenciadas no hospital fazem jus aos objetivos dessa área, visto que, foi possível auxiliar o enfermo a lidar da melhor maneira com os desafios daquele momento difícil da vida junto ao sofrimento psíquico que advém dessa experiência que é marcante e consequentemente desencadeadora de quadros de desadaptação emocional. O contato com tal situação e o real cenário pandêmico que atravessa a realidade fez aparecer angústia não apenas nos pacientes, mas nos próprios acadêmicos que tinham que se sujeitar ao risco para atendimentos. Sustentando pela via do desejo, de modo a se posicionar a serviço dos pacientes, os atendimentos se concretizavam pelas intervenções e devolutivas aos mesmos.

Material e Métodos

As práticas ocorreram no hospital Aroldo Tourinho, supervisionado por Juliany Nunes, psicóloga. Inicialmente eram executadas de modo quinzenal, alterando para semanal, de modo a contemplar as oito idas a campo prevista para o estágio. Havia a supervisão na parte da manhã e as práticas no turno da tarde. Os acadêmicos do estágio foram divididos em dois subgrupos, um ia às terças e o outro às quintas. Neste contexto, as atividades eram atendimentos por corrida de leito, ou seja, acolhimento dos pacientes que se encontravam hospitalizados na clínica médica e cardiológica. Utilizou-se da ficha de triagem não só para anotação dos dados do paciente, mas também para registro da evolução do caso, o que viabilizou possíveis encaminhamentos, sendo esta retornada para a psicóloga responsável pelas clínicas onde houve as práticas. Assim, as supervisões promoviam sustento de intervenções pontuais para o cenário, através das contribuições advindas dos demais acadêmicos e seus atendimentos particulares. O estágio teve carga horário total de 80 horas.

Desenvolvimento

O movimento de escutar a demanda do sujeito e as implicações que esta pode provocar no processo de recuperação da enfermidade pode, em alguma medida, viabilizar a ampliação da perspectiva do paciente que sofre. Lange e Macena (2008) trazem contribuições acerca deste processo de hospitalização e o quanto o mesmo tende a afetar a vida subjetiva do sujeito. Para as autoras, procedimentos hospitalares afastam o paciente daquilo que o mesmo está

acostumado. Quando ocorre a hospitalização, o indivíduo vê-se privado de suas funções no emprego, de sua vida social e do afeto familiar. Ao ser colocado em uma enfermaria, passa a ser manuseado por vários profissionais na realização de procedimentos, passando a experimentar uma fase nova da vida, em que suas vontades ficam a mercê da equipe de saúde. (GOMES E FRAGA, 2017). Isto pode se tornar procedimentos invasivos para o sujeito, na qual o mesmo necessita de ajuda, atravessando sua privacidade e tornando-se ainda mais intenso nessa realidade do cenário pandêmico, uma vez que em alguns casos não é permitido a presença de acompanhante. Diante estas situações difíceis as angústias tendem a se acentuar e a provocar ainda mais sofrimento do indivíduo. A apreensão em relação à contração do vírus pode provocar uma resistência no que diz respeito ao processo de hospitalização. Para Faro et al (2020), o atual cenário vivenciado ocasiona perturbações psicológicas e sociais que afetam a capacidade de enfrentamento de toda a sociedade, em variados níveis de intensidade e propagação, ou seja, traz atona a barreira da vida que aflinge o ser humano. Este apontamento elucida ainda mais os defafios em estar internado. O sujeito que se encontra internado, se defronta com a possibilidade do fim da vida, ou seja, emerge sintomas emocionais que podem dificultar seu processo de cura e trazer sofrimento e angústia que estão além da doença física. Diante do medo que emerge da consciência de finitude adquirida pelo sujeito, é possível promover uma reflexão sobre o sentido do sofrimento. Existem elementos que podem sustentar e tornar mais possível esse processo, como, por exemplo, a permanência de acompanhantes neste período. É fundamental analisar a importância que o acompanhante tem nesse momento que o sujeito se encontra internado e o quanto esse momento proporciona reflexões acerca da vida. A visita contempla uma descontração para as tensões que estão sendo vividas, mas não só. Existe um lugar que esta ocupa na vida subjetiva do sujeito. (DIBAI, 2005). O acompanhamento, mesmo que de forma reduzida em decorrência da atual situação, elucida sentimentos de valorização para o usuário do serviço. Movimento de atenção e acolhimento. Estar fora de casa, não poder usar as próprias roupas, permanecer longe de familiares e amigos, interfere de maneira intensa na vida do indivíduo, que pode provocar a sensação de abandono e um distanciamento da sua identidade. (LANGE E MACENA, 2008). O acompanhante pode minimizar o sentimento da perda de identidade, uma vez que a presença de um ente tende a confortar e até promover força para o paciente enfrentar tal

situação, estando com alguém que é conhecido. Entretanto, as autoras ressaltam que a experiência da internação é única de cada um. Neste sentido, o que se pode compreender é que a relação com a doença, a forma como o sujeito lida com esta, está interligado nos registros que garantem recursos para lidarem com as frustrações, doenças, mortes, grosso modo, com as próprias angústias. O processo de intervenção para demanda do sujeito é validado pela identificação da posição do mesmo diante seu discurso. Gomes e Fraga (1997) tende a um movimento que diz da importância e consequências que a presença de acompanhante pode emergir na internação do indivíduo. A hospitalização apresenta uma nova realidade ao sujeito e a necessidade de se reinventar buscando recursos que viabilizem o caminhar e o enfrentamento da situação. A lógica internalista o obriga a se deslocar e posicionar como sujeito protagonista de sua vida e o responsabiliza pelas ações que perpetuam o sintoma e a vida como todo. De acordo com Mosimann e Lustosa (2011), o psicólogo se introduz neste momento como forma de acolher e identificar as demandas que vão além do estado físico do paciente. Esse trabalho permite o paciente se recolocar sobre sua vida. As bases da resiliência apresentam-se tanto constitucionais quanto ambientais, o que significa que não existe, por conseguinte, uma quantidade fixa de processos de resiliência em um indivíduo, e sim, que o modo saudável de enfrentar crises pode variar de acordo com as circunstâncias. Tais apontamentos remetem a importância do trabalho do profissional psicólogo dentro das instituições. Como já mencionado, a presença do acompanhante pode fortalecer o paciente, entretando, na atualidade nem sempre isso é possível, o que se concretiza ainda mais a necessidade do psicólogo neste momento. Além disso, o familiar que acompanha o internado pode se apresentar mais angustiado que o próprio, transferindo tais sofrimentos para a pessoa. O movimento de escutar do profissional viabiliza identificar aquilo que se apresenta como sentido, acolhendo não só o paciente, mas também o familiar. (MOSIMANN E LUSTOSA, 2011). Todo esse trabalho busca reduzir o sofrimento em relação a doença e internação, construindo recursos que possa trazer esperança para uma nova realidade de vida. A lógica não é de aprofundamento nas demandas emocionais, mas de compreender como o sofrimento e questões singulares do sujeito podem implicar no seu tratamento/melhora, sendo as intervenções pontuais e focais. Neste contexto, apresentam-se limites nessa atuação, ou seja, nem toda demanda e sintoma que se anuncia de vez em quando é trabalhado no hospital. Existem questões que precisam ser acompanhadas dentro de uma psicoterapia, por exemplo. O setting hospitalar é promotor de cuidados às demandas que estejam relacionadas e atravessadas pela doença ou pelo próprio procedimento hospitalar. (MEIADO E FADINI, 2014). A escuta qualifica viabiliza com isso, o reconhecimento de como é vivida a experiência da doença pelo paciente, uma vez que essa vivência é singular e cada um reagirá de uma forma diferente ao diagnóstico. É importante se atentar para o que o mesmo elege como âncora e recurso para enfrentamento da doença. Com isso, cabe ao profissional psicólogo se inscrever numa ideia de responsabilização do sujeito promovendo mudanças que possam contribuir com a prevenção de doenças e protagonizar o indivíduo dentro da sua vida, mostrando-o as partes que competem a ele, mas também elucidando aquilo que é do outro – seus limites. Isso evitará a conceituação da culpabilização e reduzir em grande medida o sofrimento que assola o momento vivenciado tanto pela família quanto para o paciente internado.

Considerações finais

As considerações deste trabalho abrangem o cuidado singular da escuta do psicólogo. É notório o lugar da fala em cada sujeito que se foi possível escutar. Alguns apresentavam a necessidade de se responsabilizar e tornar protagonista ativo de sua vida. As intervenções, no contexto do estágio, possibilitaram ao sujeito um espaço reflexivo e de fomento ao protagonismo diante situação vivenciada, tendo como principal objetivo reduzir as angústias e sofrimentos que a doença pode provocar no mesmo. O Psicólogo sustenta o lugar do acolhimento sem julgamentos e juízo moral, possibilitando a construção de novas perspectivas e recursos que podem funcionar como âncora no momento difícil. É nessa lógica que se concretiza a importância do trabalho psicológico neste campo, uma vez que mente e corpo se encontram atravessados pela via somática e de desejos. O estágio viabilizou um novo pensamento sobre a compreensão de sujeito. Diferente do espaço clínica, o diferente setting traz questões que vão além do físico. Alguns casos atendidos trouxeram sintomas que mereciam uma atenção espacial do departamento de psicologia do hospital e, em alguns casos, um encaminhamento para acompanhamento de outros profissionais. Foi possível identificar como os aspectos emocionais estão envolvidos de forma direta no processo de adoecer, adesão e recuperação do paciente.

Referências:

DIBAI, M. B. S. **O acompanhante na instituição hospitalar: relatos de uma experiência**. Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de pós graduação em atenção à saúde coletivo. Vitória, 2005.

FARO, André. et al. COVID-19 e saúde mental: **A emergência do cuidado**. 2020.

GOMES, L. C; FRAGA, M. N. O. **Doenças, hospitalização e ansiedade: uma abordagem em saúde mental**. R. Bras. Enferm. , Brasília, v. 50, n. 3, p. 425-440, jul .1set. , 1997

MACENA, C. S.; LANGE, E. S. N. A incidência de estresse em pacientes hospitalizados. **Psicol. hosp.** (São Paulo) vol.6 no.2 São Paulo jun. 2008

MEIADO, A. C.; FADINI, J. P. O papel do psicólogo hospitalar na atualidade: um estudo investigativo. **Recifija – Revista científica das Faculdades Integradas de Jaú – Jaú/SP V. 11 N1/2014.**

Mosimann, L. T. N.; Lustosa, M. A. A Psicologia hospitalar e o hospital. **Rev. SBPH vol.14 no.1 Rio de Janeiro jun. 2011.**

SANTOS-SILVA, Clayton dos; ALMEIDA, N. Augusta de; WANDERLEY, K. da Silva. Psicologia da Saúde e Psicologia Hospitalar. In: RODRIGUES, Avelino Luiz. **Psicologia da saúde- hospitalar: abordagem psicossomática.** Barueri, SP: Manole, 2020, p. 73-85.

PLATAFORMAS DIGITAIS E A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS DE PRIVACIDADE

AMORIM, Livia Santos¹; BRANT, Joelha Luiza Barros²; REIS, Samira Rodrigues dos³; SOARES, Maria Laura de Carvalho⁴; VELOSO, Cynara Silde Mesquita⁵

1 Discente da Universidade Estadual de Montes Claros; 2 Discente da Universidade Estadual de Montes Claros; 3 Discente da Universidade Estadual de Montes Claros; 4 Discente da Universidade Estadual de Montes Claros; 5 Docente da Universidade Estadual de Montes Claros.

RESUMO: A ascensão da internet ensejou o surgimento de novos conflitos na esfera jurídica, os chamados conflitos de privacidade, em razão do uso massivo de redes sociais e aplicativos. (FENALAW DIGITAL, 2020). O direito à privacidade possui escopo na Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, inciso X e art. 21 do Código Civil. Com o advento da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - um novo desafio surgiu no cenário jurídico, qual seja, a eminência de novas demandas relacionadas à privacidade. Com isso, é preciso cogitar a possibilidade de utilização de outros mecanismos, como plataformas digitais para enfrentar o novo panorama, porquanto o possível aumento de demandas impactarão negativamente o já sobrecarregado Poder Judiciário brasileiro (BOTTINO et al, 2020, p. 10). Assim, mecanismos de Online Dispute Resolution (ODR), que são sistemas online para resolver disputas mediante a aplicação de técnicas adequadas para a solução dos conflitos, podem ser bastante eficazes (TEIXEIRA, 2020). Destarte, a combinação de plataformas digitais com os métodos costumeiros de resolução de conflitos, como a conciliação, pode minimizar potencialmente as demandas na esfera judiciária e contribuir positivamente contra a morosidade processual. Nesse viés, é possível citar como exemplo a plataforma “consumidor.gov.br”. Ante ao exposto, resta evidente que as plataformas digitais são um meio adequado para a resolução de conflitos de privacidade, uma vez que independe de provocação do judiciário. Depreende-se da pesquisa que a implementação de plataformas digitais, em combinação com os métodos tradicionais de resolução de conflitos, pode possibilitar a diminuição de demandas judiciais e melhora na morosidade processual, tendo em vista que já restou comprovada a eficácia de mecanismos de resolução de conflitos online.

REFERÊNCIAS

BOTTINO, Celin; PERRONE, Christian ; CARNEIRO, Giovana; HERINGER, Leonardo; VIOLA, Mario. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e Resolução de Conflitos: Experiências internacionais e perspectivas para o Brasil.** Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, Rio de Janeiro, p. (1-55), abril, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Editora do Senado Federal, 2019.

TEIXEIRA, João Pedro Ferraz. **A Resolução de Disputas Online e a LGPD.** Disponível em: <https://joaopedrofeixeira.jusbrasil.com.br/artigos/863638520/a-resolucao-de-disputas-online-e-a-lgpd>. Acesso em: 02 de maio de 2021 às 20h40min

O MERCADO DE CRÉDITO COMO ESPAÇO PARA DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DA CIDADANIA DIGITAL

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Alves¹; FONSECA, Dirceu Lopes¹; SILVA, Enzo Alcântara¹; NOGUEIRA, João Lucas Gonçalves¹; SILVA, João Victor Mendes Silva¹; CASTILHO, Samuel Antônio Lima¹; LOPES, Luciana Marques²; FERNANDES, Ana Paula²

¹Discente das Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc; ²Docentes das Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc

Resumo: O Governo Federal brasileiro sancionou a Lei nº 12.414 em junho de 2011, que regulamenta a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplimento, destinando-se a pessoas naturais ou jurídicas a formação de um histórico de crédito. Esta regulação impactou e impactará o mercado de crédito e todos os setores adjacentes.: Objetiva-se analisar como a Lei de Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/2011) impactou de maneira direta o mercado de crédito e sua importância na promoção da cidadania na sociedade digital contemporânea. A pesquisa será pautada por intermédio de documentos e fontes bibliográficas, sendo ela de cunho qualitativo. A Lei nº 12.414/2011 foi sancionada com vistas a disciplinar e distinguir os bons pagadores dos maus pagadores e construir um histórico de crédito a partir daí. Verificou-se que nos últimos anos foi facilitado o acesso a dados financeiros através de novas estruturas de catalogação de adimplência, por vias materiais e ou virtuais, que passaram a ser disponibilizadas. Mediante análise dos documentos, constatou-se que a Lei referida fez-se necessária para a gestão e o desenvolvimento saudável do mercado de crédito, que representa fator crucial para o desenvolvimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. A pesquisa revelou que a nova legislação, ao limitar os contornos do uso e disposição dos dados, foi responsável por inserir cidadãos a um processo de democratização econômica, ao se considerar que os meios de integração dos indivíduos nas atividades econômicas envolvem o uso e o acesso de crédito, pois permitirá que informações que atualmente não são consideradas em uma avaliação de crédito, passem a ser consultadas, possibilitando uma avaliação de risco mais justa e individualizada. A economia do futuro é a aquela que se apresenta direcionada ao progresso tecnológico e científico, não é dispensável dizer que a economia global é uma nova realidade histórica, perfazendo-se por meio da globalização e da inclusão digital, que é a interconexão dos vários países em um todo unificado, mas também é a interconexão de cidadãos com as empresas, portando, as inovações trazidas pela citada lei do cadastro positivo beneficia os consumidores, permitindo a inclusão de diversos cidadãos no mercado de crédito através das estruturas de perfis de credenciamento, proporcionando como ponto central a democratização do acesso a esse serviço com as estruturas que foram permitidas a criação a partir desta legislação.

Palavras-chave: Mercado. Crédito. Cidadania.

REFERÊNCIAS

CARREGOSA, José Machado. **Economia política: mercado sustentável**. 1. ed. Rio de Janeiro: Seses, 2016.

COLCHER, Raul. **A globalização e a transformação digital**. 1. ed. São Paulo: Scortecci, 2019.

FRAZÃO, Ana; TAPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena. **A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

OLIVEIRA, Giuliano; WOLF, Paulo. **A dinâmica dos mercados de crédito no Brasil no período recente (2007-2015)**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2016.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

CUIDADOS COM A PESSOA QUE SOFRE: PREVENÇÃO DA DOENÇA E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA

FERREIRA, Kely Cristina Rodrigues; GOMES, Júlia Jamylle Farias; SANTOS, Débora Cristine Azevedo⁵;

Introdução

A Atenção Primária é considerada a principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo ela o primeiro nível de atenção e tem como característica atuações individuais e coletivas, que trabalha na promoção da saúde e prevenção da doença. Esta é de grande importância pois possibilita uma ação integrada de diferentes áreas, permitindo um maior acesso da população a reabilitação e prevenção de doenças, além de ações sociais que pensem no ser humano em constante interação com seu meio (CONTINI, 2001; FARIA, 1999; SAFORCADA, 2002; STARFIELD, 2002 apud RONZANI e RODRIGUES, 2006).

Faz-se importante apresentar a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990 que dispõe sobre as condições para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, onde é apresentado no Art. 2 a saúde como um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Segundo Ronzani e Rodrigues (2006) existem cinco princípios básicos da Atenção Primária sendo eles acessibilidade, abrangência, coordenação, continuidade e responsabilidade. Esses princípios devem se articular com questões sócio históricas da comunidade.

Pensando na saúde assim como propõe a Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, um estado de completo bem-estar físico, mental e social não sendo apenas ausência de doença e enfermidade, faz-se necessário um profissional psicólogo na equipe de referência que compõe a Atenção Primária. Sobre isso, Andrade e Araújo, (2003); Calatayud, (1999); Saforcada (2002) citado por Ronzani e Rodrigues (2006) apresentam o trabalho psicossocial não apenas pensando na facilitação da relação médico-paciente, mas pensando na integração da equipe com a comunidade e no ofertar das contribuições da psicologia para o atendimento a comunidade em que a Atenção Primária está inserida. Assim, diante da possibilidade de atuação do profissional de psicologia na rede de saúde pública, é apresentado, ainda em sua formação, teorias e práticas que auxiliem na preparação desse profissional para o mercado de trabalho, mais especificamente na atuação na Atenção Primária.

O presente trabalho trata-se de práticas desenvolvidas por alunos de graduação em psicologia do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc, no cumprimento do estágio de Atenção Primária, tendo como local de prática uma unidade de Estratégia Saúde da Família (ESF) no município de Montes Claros-MG. A prática teve a entrevista semiestruturada como instrumento de trabalho. Esta se deu de maneira presencial, respeitando as normas de distanciamento social, uso de máscaras e álcool gel (em combate à COVID-19) do município de Montes Claros. Dessa forma, durante o decorrer do primeiro semestre de 2021, de modo online, foram executados encontros com a supervisora do estágio Silvia Reis Soares, onde tivemos acesso a toda teoria do trabalho na Atenção Primária e a entrevista, realizada no dia 26 de abril de 2021, como possibilidade de conhecimento mais a fundo sobre o trabalho do profissional. Este trabalho tem como objetivo auxiliar no processo de aprendizagem dos estagiários, possibilitando o acesso as práticas da psicologia na saúde pública.

⁵ Discentes do curso de Psicologia das UNIFIPMoc

Material e Métodos

Trata-se de um estudo a partir do Estágio Específico II: Atenção Primária em Saúde do curso de Psicologia supervisionado por Silvia Reis Soares, tendo como principal meio discussões pautadas no fazer do psicólogo na atenção primária e no cuidado com a pessoa que sofre de forma próxima e longitudinal, utilizando também como recurso o método de pesquisa qualitativa exploratória, com a finalidade de avaliar, compreender e analisar a perspectiva dos profissionais da psicologia sobre a prática do Psicólogo na atenção primária. O psicólogo visando uma psicologia pautada nas questões sociais, pensando na exclusão social e no resgate da cidadania como um todo, não será apenas um especialista em saúde mental, mas sim, um profissional que soma os esforços para que tenha prevenção e promoção da saúde através do foco no restabelecimento do bem-estar de toda uma comunidade (RONZANI E RODRIGUES, 2006). Para a coleta de dados foi utilizado entrevistas semiestruturadas com os profissionais da psicologia que prestam serviço na atenção primária. E tem como objetivo “propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado.” (DUARTE, 2004, p. 216)

Utilizamos de textos base como referência para as discussões sobre os temas abordados em supervisão, para as atividades, casos clínicos apresentados, uma ida a campo na Unidade Básica de Saúde do bairro Edgar Pereira e uma entrevista com as profissionais psicólogas inseridas na atenção primária. Os encontros semanais aconteciam as quintas-feiras pela manhã. As supervisões foram realizadas pela plataforma do Google Meet para manter o distanciamento social perante a pandemia do COVID-19. O estágio foi orientado pela supervisora Silvia Reis Soares durante os meses de março e junho de 2021. A visita à campo e a entrevista foram feitas por equipes devidamente separadas pela supervisora com o intuito de proporcionar a nós estudantes entendimentos e novos conhecimentos acerca do trabalho do psicólogo na atenção primária.

Portanto, este estágio veio a favorecer uma análise que se move por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando a promoção à saúde e prevenindo o sofrimento, dando acessibilidade, abrangência e assumindo várias posições no decorrer do percurso, acabando por entrar em contato com a perspectiva dos profissionais da Psicologia sobre o contato com o sujeito que sofre a partir da atenção primária.

Desenvolvimento

Com o movimento da medicina preventiva foi proposto uma mudança da prática médica curativa, em que o cuidado era especificamente voltado para as enfermidades e doenças, tornando-se uma formação enfatizada na promoção a saúde e na prevenção de doenças, introduzindo nos estudos os fatores de riscos a doença e suas causalidades, sejam elas físicas, mentais, psicológicas e sociais (AROUCA, 1975; TORRES, 2002 apud CZERESNIA, 2003).

Contudo foram sendo desenvolvidos no sistema de saúde estratégias que suprimem as exigências do completo bem-estar populacional, fazendo da distribuição de recursos equânime, um dos métodos implantados, foram a expansão da ESF que contribuíram de maneira significativa com a redução de mortalidade infantil (MI). "Além da ampliação do acesso aos serviços de saúde, o aumento na cobertura do pré-natal, da vacinação, a melhoria das condições nutricionais e ambientais, a ampliação de políticas sociais, são também apontados como responsáveis por essa redução na MI". (MENDONÇA e MACINKO, 2018). A estruturação da atenção primária tem como objetivo suprir toda a população, entretanto devido à resistência da classe média optar por serviços privados, as unidades dedicam mais atenção a uma porção de municípios e/ou territórios de poder aquisitivo menor, que é de onde se apresentam as demandas e procura pelo serviço.

De acordo com Campos e Domitti (2007) o apoio matricial propõe-se a oferecer tanto uma retaguarda assistencial quanto suporte pedagógico às equipes de referência, objetivando ampliar as possibilidades de realizar clínica ampliada e integração dialógica entre distintas especialidades e profissões, promovendo uma boa interação entre as equipes de referência, usuários e especialistas. Visando uma aplicabilidade com eficiência ao trabalho em saúde e sempre investindo na construção da autonomia dos usuários. Com reuniões periódicas na construção de um projeto terapêutico integrado, que articula procedimentos de cuidado, com ações conjuntas como visita domiciliar a comunidade, oferecendo um apoio assistencial, favorecendo a troca de conhecimento, fortalecendo a participação da equipe integrada envolvida no processo e numa gestação eficiente, compartilhando conhecimento com uma comunicação ativa entre equipe e usuários. O que se percebe claramente na fala da entrevistada quando ela relata que a prática do psicólogo na atenção primária se dá a partir do matriciamento, pois, todo paciente para chegar ao setor de Psicologia tem que passar por outros profissionais para que assim seja discutido o caso por toda a equipe, mesmo que já venha com um encaminhamento definido é preciso passar por todo esse processo para saber se realmente ele se beneficia do recurso pedido. Mas, isso demanda um processo longo e em alguns momentos o seu sofrimento é atribuído a outros fatores e não ao adoecimento mental, podendo ser um fator social, por exemplo.

Quando Campos e Domitti (2007) afirmam que quando se propicia a construção de vínculos entre usuários e equipe, potencializa-se a atividade profissional no acolhimento e condução clínica, assim como na resolução e acompanhamento dos casos e problemas em saúde. Percebe-se uma ligação entre este trecho citado e a ideia passada pela entrevistada no momento em que ela afirma que, quando é preciso acessar um usuário que necessita de um tratamento específico, mas apresenta uma resistência ao tratamento, é necessário o vínculo, pois ele é a principal forma para ter acesso aos usuários. Geralmente, a equipe de referência é mais próxima a eles pois fazem as visitas domiciliares e já conhecem a todos, assim também, como pode-se buscar a família para contribuir nesse processo.

Conclusão

A partir dos resultados do estudo em supervisão e entrevista na prática de atenção básica, conclui-se que apesar de inúmeros desafios a atenção primária tem obtido êxito para a promoção e prevenção de doenças, conquistando vínculos com o sujeito que sofre em uma relação médico-paciente, na integração da equipe com a comunidade e no ofertar das contribuições da psicologia para o acolhimento. Como estagiários na prática clínica, observamos que os estudos teóricos na graduação de psicologia representam um embasamento teórico importante para a prática na atenção primária e que contribuem consideravelmente com a equipe multiprofissional, bem como com a ida a campo para a realização da entrevista, que agregou de maneira primordial para o auxílio no processo de aprendizagem.

Referências

BRASIL. Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm, e o Decreto 7508/11, de 28 de junho de 2011 que dispõe sobre a organização do SUS. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm. Acesso em 08/06/2021.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cadernos de saúde pública*, v. 23, n. 2, p. 399-407, 2007.

CZERESNIA, Dina. Ações de promoção à saúde e prevenção de doenças: O papel da ANS. In: Ministério da Saúde. *Documentos técnicos de apoio ao Fórum de Saúde Suplementar de 2003*. Rio de Janeiro: MS, 2004. v. 3, p. 211 - 240.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educare*, Curitiba, n. 24, p. 213 - 225, 2004.

MACINKO, James; MENDONÇA, Claunara Schilling. Estratégia Saúde da Família, um forte modelo de Atenção Primária à Saúde que traz resultados. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, p. 18 - 37, setembro 2018.

RONZANI, Telmo Mota; RODRIGUES, Marisa Cosenza. O Psicólogo na Atenção Primária à Saúde: Contribuições, Desafios e Redirecionamentos. *Psicologia Ciência e Profissão*, Juiz de Fora, v. 26, n. 1, p. 132 - 143, 2006.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: O ACOLHIMENTO E A SUA IMPORTÂNCIA COMO PRIMEIRA MEDIDA DE TRATAMENTO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL

BALBINO, Sabrina Souza; SOUZA. Numa Lorena Nogueira⁶
SOARES. Sílvia Reis⁷

Introdução

Os Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) foram dispositivos criados a partir de 2002 e, como as demais modalidades de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), configuram-se como serviços de base territorial, de natureza pública, que tem a função de ofertar atenção em saúde mental tendo em vista a integralidade do cuidado. O CAPSi organiza-se como um ambulatório diário voltado para crianças e adolescentes com transtornos mentais graves, incluindo decorrentes de uso de substâncias psicoativas e aqueles cuja problemática incida diretamente em prejuízos psicossociais severos, configurando-se como um modelo de atenção pautado em bases territoriais e comunitárias (MOREIRA; TORRENTÉ; JUCÁ, 2018).

Compreende-se que o acolhimento, além de ser uma ferramenta que modula a ordenação dos processos de trabalho em saúde mental, organiza-se como espaço privilegiado de expressão da diversidade de concepções e valores em torno da atenção à saúde mental, permitindo assim um espaço para conhecimento de como as construções morais operam nas percepções em torno do sofrimento dos usuários e das práticas de cuidado escolhidas. O acolhimento representa uma das principais diretrizes da Política Nacional de Humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) e pode ser considerado

⁶ Discentes do Centro Universitário FIPMoc.

⁷ Docente do Centro Universitário FIPMoc

como o primeiro contato com quem procura o serviço. Deve ser entendido como um dispositivo relacional que, articulado ao estabelecimento de vínculo entre trabalhadores, gestores e usuários, constrói as possibilidades de efetivação da humanização do cuidado, transversalizando toda ação terapêutica do serviço (MOREIRA; TORRENTÉ; JUCÁ, 2018). Segundo Scheibel e Ferreira (2011) o acolhimento pode ser compreendido como uma postura que pressupõe uma atitude por parte do trabalhador de receber, escutar e tratar de forma humanizada o usuário e suas demandas; é uma técnica que dá base para procedimentos e ações organizadas que visam facilitar o atendimento na escuta, na análise, na discriminação do risco e na oferta combinada de soluções ou alternativas aos problemas demandados; (re)orientado os processos de trabalho e pontuando problemas, oferecendo respostas a questões referentes à organização dos serviços de saúde. No âmbito da Saúde Pública, o acolhimento é considerado um dispositivo que colabora para a concretização do SUS, sendo percebido como ferramenta de intervenção na qualificação da escuta e na construção de vínculo, além de garantir, acesso com responsabilização e resolutividade. Sendo assim, o acolhimento propõe uma modificação do modelo de atenção à saúde os serviços de forma usuário-centrado, por meio de alguns princípios: atender todas as pessoas que procuram os serviços de saúde, garantindo a universalidade do acesso; reorganizar os processos de trabalho; e qualificar a relação entre trabalhador-usuário, que deve acontecer dentro dos parâmetros humanitários de solidariedade e cidadania. Diante disso, verifica-se que o acolhimento se apresenta como possibilidade de receber o sujeito em sofrimento mental em sua integralidade, indo além de uma lógica de avaliação e avançando para uma tentativa de compreensão do contexto vivencial como relacional e comunitário em que esse sofrimento se configura em sua especificidade (SCHEIBEL e FERREIRA, 2011).

Materiais e Métodos

O presente relato de experiência, trata-se de uma vivência dos acadêmicos do 9º e 10º período do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), no estágio curricular de saúde mental, realizado no CAPSi da cidade de Montes Claros. A ida ao campo era feita semanalmente e o grupo maior foi subdividido em trios ou quartetos, cada visita tinha em média a duração de 4 horas, e foram feitas em média de 5 a 6 visitas por subgrupo. O trabalho tem como objetivo discorrer sobre a importância do acolhimento como um dos princípios do SUS e sobre a diferença que essa atitude tem para com a criança, adolescente e a sua família.

Desenvolvimento

O acolhimento pode ser compreendido como uma postura que pressupõe atitude por parte do trabalhador de receber, escutar e tratar humanizadamente o usuário e suas demandas; técnica que instrumentaliza procedimentos e ações organizadas que facilitam o atendimento na escuta, na análise, na discriminação do risco e na oferta acordada de soluções ou alternativas aos problemas demandados (SCHEIBEL e FERREIRA, 2011).

Exposto isso, o acolhimento acontece a partir do momento em que o indivíduo procura o serviço de atendimento do CAPSi. As vias de acolhimento podem ocorrer tanto por encaminhamento por outro serviço, quanto após uma internação hospitalar ou por demanda espontânea, ou seja, a procura da própria família por atendimento na unidade. Ao chegar ao Capsi o primeiro procedimento feito é a escuta da criança ou do adolescente, para que se possa estabelecer um vínculo e também buscar compreender as possíveis demandas apresentadas pelo mesmo. Após essa escuta, os pais ou responsáveis são chamados para relatarem também sobre o caso para que se possa coletar um maior número de informações acerca da criança ou do adolescente. Em seguida, é possível se pensar em quais atendimentos serão necessários a partir da demanda subjetiva de cada caso acolhido e assim discutir o caso com o resto da equipe.

No acolhimento, ao se perguntar sobre o que o sujeito tem a dizer, estabelece-se um espaço em que se pode escutar o que o sujeito tem a falar sobre ele mesmo, sobre o porquê de estar ali e sobre o que causa um sofrimento psíquico ou outras questões que o levaram até o serviço. Essa priorização da fala se torna uma tentativa de comunicação e de autonomia para que o sujeito fale de si, e assim seja possível se estabelecer um vínculo e compreensão das queixas apresentadas.

A disponibilidade do diálogo com o usuário e seus familiares tem a necessidade de se intensificar na relação também com a equipe multiprofissional da unidade. A equipe possui uma diversidade de formações e experiências bem como diferentes possibilidades de contribuir para cada caso em especial. Partindo desta situação, é possível que o mesmo usuário seja redirecionado e passe por diferentes áreas do saber como psicólogos, pedagogos, assistente social, médicos, fonoaudiólogos e enfermeiro afim de que possua os atendimentos de acordo com as suas necessidades. Este movimento é possível a partir do acolhimento como porta de entrada e a escuta qualificada que permite que se debata e que se reconheça quais são as necessidades de atendimento e como poderão ser realizadas. Desta forma, cabe ressaltar que a

individualidade e subjetividade do sujeito é respeitada nesse processo e exclui a possibilidade de padronizar as situações e vivências de todos os usuários do Capsi.

Conclusão

A partir das vivências possibilitadas pelo estágio, foi possível compreender a lógica de funcionamento do serviço, de modo a se reconhecer a importância do acolhimento como primeira medida de tratamento, uma vez que é importante enaltecer que cada projeto terapêutico é único e que contempla a subjetividade e as necessidades daquele sujeito, sua família e os dispositivos que compõem sua rede de cuidados e assistência. Desta maneira, foi possível perceber que a escuta ativa, o espaço para que o usuário fale de si e de seu sofrimento desde o primeiro momento em que adentra no CAPSi, é extremamente relevante para a construção de um cuidado que lhe é necessário.

Referências

MOREIRA, Carolina Pinheiro; TORRENTÉ, Mônica de Oliveira Nunes de; JUCÁ, Vlândia Jamile dos Santos. Análise do processo de acolhimento em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil: considerações de uma investigação etnográfica. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 22, p. 1123-1134, 2018.

SCHEIBEL, Aline; FERREIRA, Lígia Hecker. Acolhimento no CAPS: reflexões acerca da assistência em saúde mental. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 35, n. 4, p. 966-966, 2011.

TÉCNICAS DA FISIOTERAPIA DERMATOFUNCIONAL NO PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIAS PLÁSTICAS

ARAÚJO, Gisele Oliveira de¹; FELICIO, Katheley Ramos ¹; ESCOBAR, Érika Veloso Ferreira²;

¹ Acadêmicas do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO

Introdução: O fisioterapeuta dermatofuncional, especialista no tecido tegumentar atua com diferentes técnicas e recursos terapêuticos capazes de minimizar complicações e resultados indesejados nos pacientes submetidos às cirurgias plásticas, contribuindo no objetivo de restaurar a funcionalidade e reabilitar o paciente de forma global. Algumas das complicações encontradas pelo fisioterapeuta dermatofuncional no pós-operatório de cirurgias estéticas são aderências, cicatrizes mal posicionadas, hematoma, seroma, cicatrizes hipertróficas e queloidianas, infecções, lesão sensorial e motora, depressão, alopecia, excessos cutâneos e deiscências das suturas, fibroses, edema intenso e equimose. As técnicas existentes são para restaurar e tratar não só apenas a estética, mas para o retorno da funcionalidade e da vida cotidiana do paciente. O resultado de uma cirurgia plástica não depende apenas do seu plano cirúrgico, mas também da atenção que deve ser dada no período pós-operatório. **Objetivo:** Analisar as principais técnicas da fisioterapia dermatofuncional no pós-operatório de cirurgias plásticas. **Metodologia:** Foi realizado uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 3 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2018 a 2021. A pesquisa foi feita através dos bancos de dados *Bireme*, *Scielo*, *Medline*, *Portal Regional da BVS* e *Google Acadêmico* no período de junho de 2021. **Resultado:** Através desse estudo é possível pontuar que as principais técnicas utilizadas pelo fisioterapeuta dermatofuncional no pós-operatório de cirurgias plásticas são a drenagem linfática manual, kinesiotaping, liberação miofascial e fotobiomodulação, utilizadas no tratamento de edema, fibrose, seroma, equimose e processos cicatriciais. As principais cirurgias plásticas encontradas

foram a abdominoplastia e lipoaspiração. **Conclusão:** É possível concluir que a fisioterapia dermatofuncional é de grande importância no pós-operatório de cirurgias plásticas, pois possui técnicas que ajudam a melhorar a aparência estética e a função da área afetada. A associação das técnicas é capaz de diminuir os sintomas apresentados pelos pacientes no pós-operatório de cirurgias plásticas.

Palavras-chave: Fisioterapia Dermatofuncional. Cirurgias plásticas. Pós-operatório.

REFERÊNCIAS:

CHI, A. et al. Prevenção e tratamento de equimose, edema e fibrose no pré, trans e pós-operatório de cirurgias plásticas. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**. V.33, n.3, p.343-354. 2018.

PEREIRA, D.S. et al. Efeito da liberação miofascial em fibrose no pós-operatório de lipoaspiração em abdome: um estudo piloto. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**. V.4, n.1, p.55-61. 2020.

SANTOS, E.P.; LIMA, M.S. Drenagem linfática no pós-operatório em lipoaspiração. **Medicus**. V.2, n.2, p.30-36. 2020.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

A COBERTURA VACINAL DA POLIOMIELITE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Anna Júlia Leles Mendes¹; Bruna Brito Silva Gonçalves¹; Eduardo Leite de Vasconcelos¹; Karen Gonçalves Pinto¹; Luís Gustavo Antunes Miranda¹; Marco Aurélio Silva Cardoso¹; Karina Prince²

¹Acadêmico do curso de Medicina do Centro Universitário FIPMOC

²Professor do curso de Medicina do Centro Universitário FIPMOC

Introdução: A Poliomielite é uma doença infectocontagiosa causada pelo poliovírus, capaz de infectar adultos e principalmente crianças menores de 5 anos de idade. Apresenta um aspecto clínico variável podendo deixar sequelas permanentes como a forma paralítica. A aplicação da vacina contra a poliomielite é realizada em crianças entre 2 meses e 5 anos de idade incompletos. **Objetivo:** Analisar a cobertura vacinal da poliomielite no estado de Minas Gerais. **Métodos:** Trata-se de um estudo epidemiológico retrospectivo. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI), disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://sipni.datasus.gov.br>). **Resultados:** De acordo com os dados analisados, o total de doses aplicadas da vacina de Poliomielite de 2011 a 2020 no estado de Minas Gerais foi de 9.292.758, sendo evidenciada uma queda nesses números com o passar dos anos, conferindo a 2020 o ano com menos doses aplicadas, e a 2011 e 2013 os anos com mais doses aplicadas. Em relação às diferentes macrorregiões do estado, observou-se variações, tendo a região central com mais aplicações (2.852.372) e a região do Jequitinhonha com menos aplicações (174.932) no período analisado. A cobertura vacinal foi maior no ano de 2013, com 103,24%, e a menor cobertura foi em 2017, com 87,07%, retratando a diminuição da vacinação contra poliomielite nos últimos anos. No que diz respeito aos tipos de imunizantes aplicados, vacina da poliomielite inativada (VIP) e a vacina oral da poliomielite (VOP), percebeu-se maior administração da VOP, com 5.061.057 doses, e menor aplicação da VIP, com 4.231.701 doses. Analisando as doses

aplicadas por faixa etária, houve maior aplicação de imunizantes em indivíduos menores de um ano (1.965.358), e menor imunização do segundo reforço na faixa etária dos 4 anos de idade, com 1.185.656 de aplicações. **Conclusão:** A partir desses resultados infere-se que houve uma diminuição da cobertura vacinal nos últimos anos contra a poliomielite, sobretudo no ano de 2017. Além disso, a região central foi o local com maior aplicação de doses do imunobiológico.

Palavras-Chaves: Poliomielite; Vacina; Cobertura; Doses.

CONTEXTO HISTÓRICO E ANÁLISE COMPARATIVA DAS LEIS DE PROTEÇÃO DE DADOS E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA DIGITAL E SEUS DESAFIOS

ROCHA, Frederico Gomes¹; VERASSANI, Marcos Vinicius Bruzinga¹; SANTOS, Maria Clara Ferreira¹; AGUIAR Carla Andressa Leite¹; SILVA, Igor Henrique Santos¹; SOARES, Isabella Ingrid Mendes¹;

GALVÃO, Luciana Gomes Marques²;

¹Discente das UNIFIP Moc; ²Docente das UNIFIP Moc.

Introdução: O *General Data Protection Regulation* (GDPR) é uma normativa de proteção de dados desenvolvida na União Europeia, que entrou em vigor em 2018. Com isso, para se adequar a este continente, o Brasil criou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que foi inspirada na lei europeia. Assim, ambas as legislações têm como princípio a necessidade garantir que os dados e os direitos fundamentais dos indivíduos não sejam violados, resguardando aspectos importantes da cidadania. Por outro lado, o regulamento brasileiro não tem por objetivo auxiliar as pessoas a exercerem a cidadania por meio de dispositivos digitais quando a finalidade é pessoal e não econômica. **Objetivo:** Compreender o contexto histórico das leis, o tratamento jurídico da proteção de dados pessoais e a possibilidade de participação popular para formação cidadania digital. **Método:** Foi utilizado uma pesquisa bibliográfica a fim de buscar compreender o contexto histórico do surgimento da LGPD em face de outras leis, como a GDPR. Ademais, foi utilizado uma pesquisa documental a fim de exemplificar o exercício da cidadania por meio da LGPD e dos meios digitais no Brasil. **Resultado:** A GDPR exige que o compartilhamento de dados coletados na Europa só podem ser feitos com países que possuem legislações de proteção de dados, no mínimo, equivalentes à europeia. Por este motivo, foi possível verificar o motivo pelo qual a norma brasileira é parecida com a norma europeia, sendo assim, ambas legislações têm como aspectos importantes, principalmente, o regramento dos dados pessoais e a busca de garantia dos direitos fundamentais, presentes no art. 2º da lei brasileira e o art. 8º da lei europeia. Prova disso, é que já existem 139 ações em tramitação na justiça do trabalho baseadas na LGPD a fim de garantir os direitos desses indivíduos. Sob o viés do exercício da cidadania digital, há na atualidade diversas formas de atuação, entretanto, segundo o art. 4º da LGPD, ela não está relacionada à cidadania e não é empregada quando os tratamentos de dados são feitos por uma pessoa física e para fins particulares e não econômicos. **Conclusão:** A normativa brasileira já está presente em diversas searas da sociedade brasileira, e tem a previsão de garantir os direitos essenciais dos indivíduos, tais como a privacidade e segurança, semelhante a normativa europeia. Por outro lado, pode não assegurar a proteção das pessoas que vão exercer a cidadania no meio digital, com a finalidade apresentada no art. 4º.

Palavras-chave: LGPD. Cidadania Digital. GDPR. Participação Social.

Referências:

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 14 maio 2021.

Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD) / Patricia Peck Pinheiro – 2. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

VALOR ECONÔMICO. Trabalhadores usam a LGPD para buscar direitos na justiça. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2021/01/20/trabalhadores-usam-a-lgpd-para-buscar-direitos-na-justica.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2021.

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESA DO SEGMENTO DE PANIFICAÇÃO MONTES CLAROS, MG

BARBOSA, Camylla Mendes¹; SANTOS, Catherine Leandro Silva ²; AMARAL, Gabriel Filpo; SANTOS, João Marcos Fernandes dos⁴; GONÇALVES, Mateus Campos⁵; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira ⁶

¹Acadêmico do curso de Administração da instituição UNIFipmoc; ²Acadêmico do curso de Administração da instituição UNIFipmoc; ³Acadêmico do curso de Administração da instituição UNIFipmoc; ⁴Acadêmico do curso de Administração da instituição UNIFipmoc; ⁵Acadêmico do curso de Administração da instituição UNIFipmoc; ⁶Professora Dra. do Curso de Administração do Centro Universitário UNIFIPMOC.

Introdução: Os processos operacionais transformam insumos em produtos para atender às necessidades de clientes internos ou externos, agregando valor para seu público e à própria organização, por isso a importância da padronização. Eles permitem a otimização da relação entre os chamados (*inputs*) e saídas (*outputs*), que representam os objetivos primários da gestão de processos. **Objetivo:** Esta pesquisa teve por objetivo identificar ferramentas administrativas de suporte à gestão de micro, pequenas e médias empresas na cidade de Montes Claros-MG. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem descritiva tendo como procedimento técnico a pesquisa ação, realizada por meio de um estudo de caso, por essa mostrar-se adequada ao estudo, pelo seu caráter participativo. A pesquisa objeto desse Projeto Interdisciplinar foi realizada em uma das unidades de uma rede de padarias e supermercados presente nesta cidade a mais de 25 anos, que oferta a seus clientes produtos selecionada e de excelente qualidade, sempre buscando inovação para os seus consumidores. **Resultados:** Durante a realização da pesquisa foram diagnosticados problemas relacionados à perda de produtos devido à má manipulação dos mesmos e também da falta de processo padronizado da organização das gôndolas, gerando perda no momento da manipulação quanto por causa da validade. Foi proposto ao gestor da empresa que seja elaborado um manual com Procedimento Operacional Padrão (POP) para que o processo de organização das gôndolas e manuseio dos produtos seja padronizado evitando erro e perdas, em paralelo a isso também foi sugerida que fosse aplicada aos funcionários uma reciclagem utilizando estes POP's com o propósito de manter os colaboradores de cada função em um mesmo alinhamento. Com isso a previsão é de que os as perdas sejam diminuídas, gerando a empresa maior lucratividade.

Palavras-chave: Padronização. Processos. Ferramentas Administrativas.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E OS CRIMES DE FURTO

SOUTO, Gabriel Guedes

Discente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

Professora orientadora Ana Paula Fernandes Teixeira

O princípio da insignificância trata-se de um desdobramento lógico do caráter fragmentário do direito penal, no sentido de que esse ramo da ciência jurídica somente deve incidir sobre as condutas que resultem em comprovada lesividade e inadequação social. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o princípio da insignificância a partir de sua aplicação no delito de furto, o qual se revela o crime em que mais comumente se tem a verificação da incidência ou não do postulado. Para tanto, utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa, mediante coleta de dados bibliográficos e documentais. Observou-se que, pelo princípio da insignificância, a ofensa ocorrida é mínima, de modo que não se atinge a tipicidade material necessária à tutela do bem jurídico, quando comparado com outros valores, em respeito ao princípio da proporcionalidade. Destacou-se que o reconhecimento da infração bagatela pressupõe que a conduta do agente não gerou tipicidade material, tendo em vista a ausência ou reduzido grau de reprovabilidade do comportamento. Os tribunais, para reconhecer o princípio, exigem que se tenha comprovado a mínima ofensividade da conduta; a ausência de periculosidade social da ação; o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e, por fim, a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Concluiu-se que, em se tratando do crime de furto, além da aplicação desses requisitos, também se analisa o *modus operandi* do agente, bem como o valor da res furtiva, de modo que, somente com a presença de todos esses parâmetros, se poderá decidir pelo reconhecimento da excludente supralegal de tipicidade, conforme é assim definido o princípio da insignificância.

Palavras-chave: Furto. Jurisprudência. Princípio da insignificância.

ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO DERIVADA DO ENTULHO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

JÚNIOR, Marcos Roberto Caires da Silva¹;

Graduando em Engenharia Civil pelo UNIFIPMOC

¹LOPES; Helder. Orientador e docente do UNIFIPMoc.

INTRODUÇÃO

Atualmente na construção civil é uma grande produtora de rejeito (entulho), devido a essa grande produção, acaba ocasionando o descarte inadequado desse material, que na maioria das vezes é descartado em locais inadequados, gerando assim um enorme impacto ambiental naquele ambiente de descarte.

O entulho são os resíduos de construção civil ou de demolição. Ou seja, são todos os fragmentos ou restos de tijolo, concreto, argamassa, aço, madeira etc. que são gerados na construção civil ou na demolição, de acordo com a Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção e Demolição (Abrecon). Todo resíduo gerado na construção, reforma, escavação ou demolição, é considerado como Resíduo da Construção de Demolição (RDC) ou Resíduo da Construção Civil (RCC). (TIBURZIO, 2019)

De acordo com Tiburzio (2019) a responsabilidade pelo gerenciamento e transporte do entulho, atendendo as leis para realizar o descarte desse material aplicando assim a Resolução 307 do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) e a lei 12.345/2010, que institui e dispõe sobre Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Segundo elas, a responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos da construção civil e dos geradores, transportadores e administradores municipais é de inteira responsabilidade do proprietário da construção civil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A natureza do projeto é quali-quantitativa, pois iniciaremos a pesquisa definindo a quantidade de resíduos gerados pela construção civil, e a partir desses rejeitos que são gerados, determinar uma melhor aplicação do mesmo. Para determinar a qualidade desse material deve-se efetuar uma análise, onde será obtido dados que comprovam a sua qualidade e, por fim a confecção do projeto final

Quanto ao tipo de pesquisa, apresentamos uma pesquisa de campo, que é uma das etapas da metodologia científica de pesquisa que corresponde à observação, coleta, análise e, interpretação de fatos e fenômenos dentro de seu próprio ambiente.

Será realizado também uma pesquisa laboratorial, onde nessa parte determinará a qualidade do material obtido, a resistência e muito mais. Tais pesquisas são realizadas em ambientes fechados ou ao ar livre, em ambientes artificiais ou reais, em todos os casos requerem um ambiente adequado previamente estabelecido e de acordo com o estudo a ser realizado.

A pesquisa experimental também entra nessa metodologia, pois esse tipo consiste em determinar um objeto de estudo, selecionando variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto.

Para a obtenção de dados temos a pesquisa exploratória, recuperando informações já existentes que se apliquem no objeto de estudo, de maneira que o conhecimento adquirido na prática em laboratório possa ser demonstrado e aplicados através da teoria. A utilização de livros e enciclopédias permite o uso de uma pesquisa bibliográfica, onde a partir dessa pesquisa, temos a obtenção de dados e procedimentos realizados por outra pessoa, utilizando assim esses dados a fim de enriquecer o meu conhecimento e a minha pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entulho

O entulho é um conjunto de materiais que juntos são utilizados com a finalidade de nivelar depressão de terreno, vala e muito mais, são compostos na maioria das vezes por Calça, pedregulhos, areia e muito mais. No Brasil, ele é tecnicamente conhecido como o Resíduo da Construção e Demolição (RCD) ou Resíduo da Construção Civil (RCC), resumidamente podemos dizer que grande parte do entulho é gerado pela construção civil.

Segundo a Abrecon (20??) o entulho de construção compõe-se, portanto, de restos e fragmentos de materiais, enquanto o de demolição é formado apenas por fragmentos, tendo por isso maior potencial qualitativo, comparativamente ao entulho de construção.

Para realizarmos um melhor aproveitamento do entulho, aconselha-se a separação desse material, em vários tipos, alguns agregados como o aço por exemplo, ele é vendido e reaproveitado, os agregados graúdos podem se triturar e obter um material composto por vários agregados com várias dimensões.

Atualmente no Brasil, é muito raro o reaproveitamento desse entulho, devido ao custo e falta de pesquisas nesse ramo.

De acordo com dados obtidos pela Abrecon (20??) com a aplicação desse método de reaproveitamento do resíduo sólido da construção civil na mesma, obtemos uma redução nas emissões de gases efeito estufa do setor. Segundo Green Building Concil Brasil, a construção civil é responsável por 1/3 dos gases lançados na atmosfera em todo o mundo. Em porcentagem, isto significa algo em torno de 25% a 30%, sendo assim, um dos setores que mais poluem no planeta.

Argamassa de Assentamento

A argamassa de assentamento é o composto que faz a ligação entre os tijolos ou blocos da alvenaria de vedação. Geralmente composta por cimento, cal, areia e água em proporções adequadas. Ela pode ser dosada em obra ou industrializada, cabe ao projetista avaliar o custo-benefício das opções para escolher.

Argamassa para assentamento dosada em obra

De acordo com Carvalho (2019) a argamassa dosada em obra deve ser composta por cimento, cal, areia, água e aditivo. Cada componente tem uma função específica, sendo o cimento responsável pela

resistência mecânica, a cal pela trabalhabilidade, a areia pela economia de cimento, a água pela reação com o cimento e trabalhabilidade, e aditivo variando de acordo com a necessidade.

O traço da argamassa de assentamento vai depender da sua função e local de aplicação. Segundo Carvalho (2019) é importante estar atento às proporções, pois exagerar na quantidade de qualquer um dos insumos pode comprometer a qualidade e segurança do projeto e causar patologias na alvenaria. O rendimento de argamassa vai variar de acordo com o traço adotado. De acordo com a SINAPI (2019), para o traço 1:2:8, o rendimento é aproximadamente 1m³ de argamassa para 100m² de alvenaria, ou 0,01m³ por m². Considerando apenas os materiais, o custo é de R\$3,05 por m² de alvenaria.

Argamassa industrializada

A argamassa industrializada elas são comercializadas prontas ou pré misturadas. A grande vantagem dela é que com esse tipo conseguimos uma maior rapidez e controle de qualidade. Além disso ela é dividida em dois tipos a argamassa cimentícia (convencional) e a argamassa polimérica.

De acordo com carvalho (2019) a dosagem da argamassa industrializada convencional é feita em fábrica e o produto é comercializada em pó, restando ao construtor apenas adicionar água obedecendo a relação água-cimento indicada no produto. Já as argamassas poliméricas são comercializadas em estado pastoso, prontas para uso.

Para a obtenção do rendimento da argamassa industrializada é bem mais simples, basta verificar o rendimento indicado na embalagem ou ficha técnica. Segundo carvalho (2019) a Argamassa Industrializada em Pó, o saco de 20kg por R\$8,99 com rendimento de 17kg por m² de alvenaria ou R\$7,64 por m². E a argamassa Industrializada Polimérica, a bisnaga de 3kg por R\$19,19 com rendimento de 1,5kg por m² de alvenaria ou R\$9,59 por m².

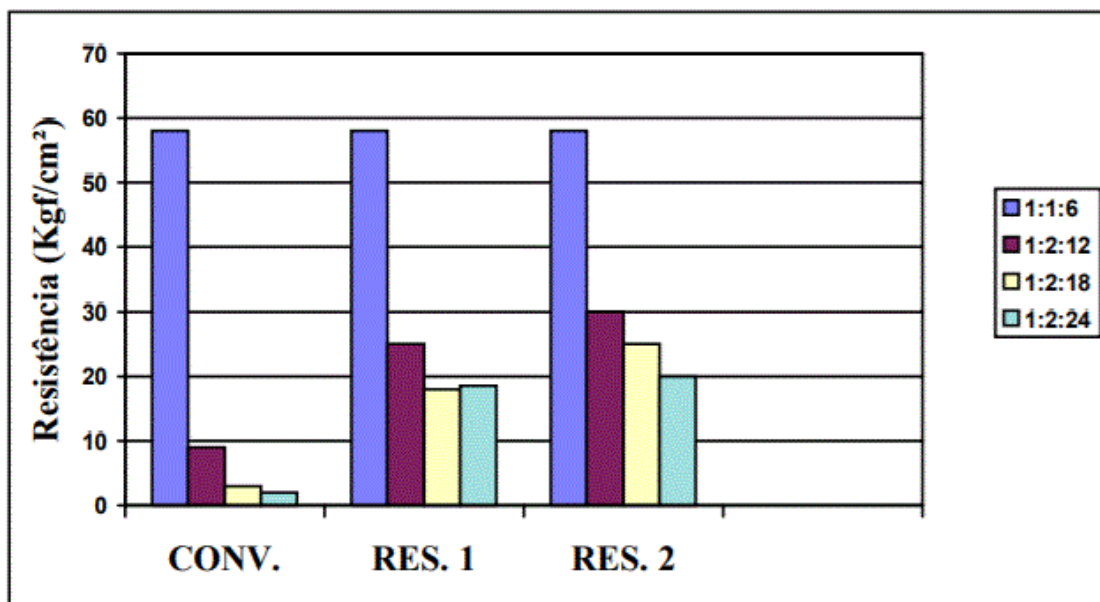
Argamassa constituída de entulho da construção civil

Segundo O que... (2018) estima-se que a construção civil seja responsável por cerca de 50% do uso dos recursos naturais consumidos pela sociedade. A produção dos resíduos da construção civil em grandes cidades é duas vezes maior que a produção do lixo urbano. Para diminuir os impactos ambientais, é importante que o setor cumpra com sua responsabilidade ambiental.

De acordo com O que... (2018), para realizar o reaproveitamento dos resíduos sólidos da construção civil, é necessário primeiramente, para que os resíduos sejam passíveis de serem reciclados e reaproveitáveis, estes devem estar os mais limpos possíveis. Entulhos que com gesso, asfalto, amianto, madeira, plástico, papel, ferragens e etc., dificultam o processamento nos britadores. Para isso é necessário a reciclagem, que é realizada através de instalações de equipamento de baixo custo. Ainda pode ser realizado a reciclagem ou o reaproveitamento na própria obra, eliminando também custos com a logística.

Segundo PINTO (1992), os resultados com materiais reciclados são bastante satisfatórios, em geral apresentam desempenho similar materiais convencionais, e, em alguns casos, como na produção de argamassas apresentam desempenho superior, como pode ser visto na figura.

Na figura abaixo representa a resistência a compressão aos 28 dias, com o uso de argamassa convencional e argamassa com a adição de resíduos sólidos da construção civil em sua composição.



Fonte: PINTO (1986)

CONV. – Agregado convencional

RES.1 – Agregados provenientes de resíduos de argamassa e concreto

RES.2 – Agregados provenientes de resíduos de argamassa e cerâmicas

Como foi falado por O que... (2018) os principais resultados são benefícios financeiros para o negócio e ainda traz benefícios ambientais, pois diminui a disposição desses materiais em locais inadequados e ainda minimiza a extração de matéria-prima, além de gerar uma maior economia para o construtor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas realizadas, nota-se que o projeto é possível sua realização, e que tem forte potencial de ser um produto rentável e de forte impacto na sociedade, as pesquisas apontam que o entulho ele possui diversos materiais nele presentes que através da britagem daria mais resistência para a argamassa de assentamento, então pode se dizer que o produto apresenta um mercado grande, e muita matéria prima que seria desperdiçada.

REFERÊNCIAS

ABRECON. **O que é entulho?** 20??. Disponível em: <https://www.abrecon.org.br/entulho/o-que-e-entulho/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

CARVALHO, Matheus. **Argamassa de Assentamento de Alvenaria – Guia Completo.** 2019. Disponível em: <https://www.carluc.com.br/projeto-arquitetonico/argamassa-de-assentamento/>. Acesso em: 01 jun. 2021.

O QUE fazer com os entulhos gerados na construção civil? 2018. Disponível em:
<https://www.vgresiduos.com.br/blog/o-que-fazer-com-os-entulhos-gerados-na-construcao-civil/>.
Acesso em: 03 jun. 2021.

PINTO, Tarcísio de Paulo. **Utilização de resíduos de construção estudo do uso em argamassas**.
São Paulo: Dissertação de Mestrado Universidade de São Carlos, 1986.

SINAPI. **Caderno técnico de composições para argamassas**. 2019. Disponível em:
https://www.caixa.gov.br/Downloads/sinapi-composicoes-aferidas-lote1-habitacao-fundacoes-estruturas/SINAPI_CT_MT1_ARGAMASSAS_v001.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

TIBURZIO, Tania. **Saiba o que fazer com o entulho gerado na construção civil!** 2019. Disponível em:
[https://www.entendaantes.com.br/entulho-da-construcao-civil/#:~:text=Entulho%20s%C3%A3o%20os%20res%C3%ADduos%20de,argamassa%2C%20a%C3%A7o%2C%20madeira%20etc.&text=Todo%20res%C3%ADduo%20gerado%20na%20constru%C3%A7%C3%A3o,da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20\(RCC\)..](https://www.entendaantes.com.br/entulho-da-construcao-civil/#:~:text=Entulho%20s%C3%A3o%20os%20res%C3%ADduos%20de,argamassa%2C%20a%C3%A7o%2C%20madeira%20etc.&text=Todo%20res%C3%ADduo%20gerado%20na%20constru%C3%A7%C3%A3o,da%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Civil%20(RCC)..) Acesso em: 24 maio 2021.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ETIOLOGIA, MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS, TRATAMENTO PRECOCE E ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR.

INTRODUÇÃO: O Transtorno do espectro autista compreende um distúrbio do neurodesenvolvimento, não degenerativo, caracterizado pela dificultosa interação social e/ou comprometimento na aprendizagem e comunicação, apresentando graus leves, moderados ou severos, com padrões clínicos de manifestação variados, e reúne outras síndromes. **OBJETIVO:** Analisar o espectro do autismo, considerando a epidemiologia, manifestações clínicas, importância do diagnóstico precoce e tratamento multiprofissional. **METODOLOGIA:** Trata-se de estudo de revisão narrativa com buscas nas bases de dados *Scielo*, *Lilacs*, *MEDLINE* e *Google Acadêmico*, no período de janeiro de 2002 até março 2021. Foram utilizados os descritores “Transtorno do espectro autista” “autismo” “manifestações clínicas do espectro autista” “aspectos sociais que envolvem o espectro autista” “tratamento multiprofissional em crianças com autismo”. **RESULTADOS/DISCUSSÃO:** Foram analisados 25 artigos. Evidenciou-se que a prevalência do transtorno é elevada e cresce continuamente, afetando cerca de uma a cada 160 crianças no Brasil e predominantemente no sexo masculino. Ademais, sinais como ausência do contato visual, sorriso social e não responsividade quando chamados pelo nome, ainda na primeira infância, chamam a atenção para o diagnóstico, apesar de que, cada portador apresenta características únicas de manifestações. Além disso, o diagnóstico e tratamento precoce permitem a estimulação infantil e assim ocorre a possibilidade do reajuste cerebral para atender as demandas sociais de maneira mais adequada, com o auxílio das diversas áreas da saúde como psicologia, fonoaudiologia e terapias ocupacionais. **CONCLUSÃO:** O presente estudo reforça a importância do tratamento multiprofissional e do diagnóstico precoce do transtorno do espectro autista (TEA) para melhores prognósticos dos portadores, pautado, principalmente, no princípio da neuroplasticidade. Entretanto, é indispensável que estudos sejam feitos com a finalidade de ampliar diagnósticos precoces e melhorar as terapias já oferecidas, para assim ser possível ofertar melhores qualidades de vida para portadores do TEA e seus familiares.

REFERÊNCIAS:

SILVA, Micheline; MULICK, James. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 116–131, ago, 2009.

MONTENEGRO, Maria Austa; CELERI, Eloisa Helena Rubello Valler; CASELLA, Erasmo Barbante. Transtorno do Espectro Autista-TEA. **Manual Prático de Diagnóstico e Tratamento**. Brasil: THIEME REVINTER, 2018.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMOC

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A MANIPULAÇÃO DE DADOS

COSTA, Cecilly Barbosa Caldeira ¹; ALMEIDA, Luma Alves de ¹; MENDES, Luna Cruzeiro ¹; CHAVES, Miriã

Nady Bandeira ¹; HONORATO, Thayna de Souza Lima ¹;

GALVÃO, Luciana Gomes Marques²;

¹ Acadêmico do curso Direito do Centro Universitário-UNIFIPMOC

² Professora do curso Direito do Centro Universitário- UNIFIPMOC

Introdução: A Inteligência Artificial (IA) é ramo da ciência da computação que se dedica ao desenvolvimento de sistemas, captações de algoritmos e simulações de decisões e ações mais aproximados à inteligência humana. As inteligências artificiais possuem um sistema de aprendizado por meio de programações e de funções com alto desempenho de análise, permitindo a inspeção de um grande volume de dados, e, por meio de seu cruzamento, gerar definições de padrões e previsibilidades. **Objetivo:** Analisar a importância da proteção dos dados no âmbito virtual face ao desenvolvimento da inteligência virtual. **Método:** Como método utiliza-se de pesquisa baseada em levantamento de dados bibliográficos e documentais. Utilizou-se de método dedutivo utilizando-se do levantamento de dados em artigos científicos. **Resultados:** A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou em vigor em 2018, como medida de regulamentar sobre o acesso e o tratamento de dados, com vistas a não violar a integridade dos mesmos, e, de modo que aumente a privacidade e a segurança. A inteligência artificial está cada vez mais presente e acessível, como se verifica nos smartphones, com os assistentes virtuais, como a Siri no Iphone, que registra e monitora os usuários. Outro exemplo é a Alexa, assistente virtual da Amazon, que monitoram conversas e pesquisas dos usuários. A obra 1984 de George Orwell (ano) retrata, de forma distópica, essa sociedade vigiada, denunciando totalitarismo e formas de dominação que, neste contexto, revela-se por meio de ações arbitrárias e invasivas para a coleta de dados pelas IAs. Nesta ordem global em que o avanço tecnológico acontece ao lado do econômico, ambos num processo de dominação, a tirania está camuflada. Na era digital, não se diferencia o consumo e a exigência dos dados dos usuários ficando cada vez mais evidente sua necessidade como forma de manipular seus interesses e necessidades. **Conclusão:** Portanto, conclui-se que a LGPD é essencial para evitar que as Inteligências Artificiais se utilizem de dados de forma invasiva, em detrimento aos interesses do titular. A LGPD tem como objetivo proteger a liberdade, a privacidade, além de garantir os direitos fundamentais, com base no consentimento, para que cada pessoa tenha segurança do seu perfil e seus dados, para que não se tornem apenas mais uma sombra digital manipulado pela tirania do consumo.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Tecnologia. Privacidade. Consumo.

REFERÊNCIAS:

ORWELL, George. 1984. São Paulo: IBEP, 2003.

TACCA, Adriano; ROCHA, Leonel Severo. Inteligência Artificial: reflexos no sistema do Direito. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC-NOMOS**, Fortaleza - Ceará, v. 38.2, p. 53-68. Dezembro, 2018.

COBERTURA VACINAL DO HPV EM MENINAS DE MINAS GERAIS

MARTUSCELLI, Amanda Rezende¹; LEÃO, João Augusto Freitas¹; QUINTINO, João Victor Soares¹;
ANTUNES, Lavínia Alves de Oliveira¹; MENEZES, Luíza Moura¹; GOMES, Maria Gabriela Gonzaga¹;
PRINCE, Karina Andrade de²

1 Discente do Centro Universitário UNIFIPMoc

2 Docente do Centro Universitário UNIFIPMoc

RESUMO: Introdução: O Papilomavírus Humano (HPV) é um DNA vírus altamente transmissível sexualmente, cujos sorotipos específicos possuem potencial carcinogênico. Sob esse viés, o índice de lesões cancerígenas atribuíveis ao HPV representa cerca de 4,5% de todos os casos de câncer registrados no mundo. A vacinação contra esse vírus mostrou eficácia na prevenção de infecções persistentes em aproximadamente 95% dos indivíduos vacinados, fato que reforça a relevância de uma cobertura vacinal ampla e eficiente. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi analisar a cobertura vacinal contra o HPV em meninas de Minas Gerais no período de 2014 a 2020, avaliando de acordo com as doses administradas, a faixa etária e as macrorregiões de saúde de Minas Gerais. **Metodologia:** Consiste em um estudo de investigação de caráter descritivo, retrospectivo e de delineamento quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS), disponível no (<http://www.datasus.gov.br>), englobando dados de janeiro de 2014 a dezembro de 2020. **Resultados e discussão:** No período analisado foram contabilizadas 2.784.094 doses da vacina HPV quadrivalente aplicadas em meninas de Minas Gerais, com uma média de 397.727 doses administradas por ano. A idade que mais foi contemplada durante o período estudado é a de 9 anos, tendo recebido 851.511 doses, o que representa cerca de 30,58% do total. Observou-se uma redução significativa do número total de doses desse imunógeno aplicadas desde o início das campanhas de vacinação em 2014, com destaque também para a diferença quantitativa inversamente proporcional ao aumento da idade até a faixa etária limite de aplicação. Dentre os fatores relacionados a esse decréscimo estão crenças familiares, indisposição dos responsáveis para conduzir as crianças até os centros de vacina e, principalmente, falta de informação acerca da importância da aplicação do imunobiológico na prevenção do câncer de colo uterino, vaginal, peniano e de orofaringe. **Conclusão:** Demonstra-se relevante a adequação das estratégias de vacinação por meio de políticas públicas de educação em saúde que visem ampliar a cobertura vacinal e conter a transmissão do vírus.

Palavras-chave: Neoplasias de Colo do Útero. Imunização. Papilomavírus Humano.

O BAMBU COMO ALTERNATIVA NA CONSTRUÇÃO CIVIL - UMA CONCEPÇÃO ECONÔMICA E SUSTENTÁVEL PARA PRODUÇÃO DE PLACAS PRÉ-MOLDADAS

RODRIGUES, Cleiton; CAMPOS, YURI

Graduando em Engenharia Civil pela UNIFIPMOC

Bruno Maia Malveira e Helder Lopes Oliveira da UNIFIPMoc

INTRODUÇÃO

Na construção civil são utilizados vários tipos de materiais construtivos, e cada vez mais, novos elementos têm sido adotados nas obras. Alguns deles são utilizados em larga escala, como é o caso do concreto, do aço, da madeira entre outros. As edificações consomem 34% do fornecimento mundial de água, 66% de toda a madeira extraída, e sua operação consome mais de 40% de toda a energia produzida no mundo (BELTRAME 2013).

Contudo existem outros materiais que vêm sendo pesquisados e explorados em estruturas pelo mundo, visto que os elementos usuais sofrem um processo de extração para o qual o gasto energético é muito alto ou a degradação do meio ambiente para sua obtenção é muito elevada, surge um pensamento ecológico preocupado com o futuro da construção civil mundial. A construção Civil é responsável por 54% das emissões de Carbono do mundo, torna-se evidente repensarmos as formas construtivas, o emprego dos materiais convencionais, além do impacto econômico e ambiental (JUNIOR 2009).

Dessa forma surge um novo pensamento sustentável, que se preocupa em como o que fazemos agora nos afetará no futuro, este com interesse por recursos renováveis que possam integrar as possibilidades de escolha na hora de se projetar uma estrutura. Torna-se evidente que os materiais ecológicos satisfazem alguns requerimentos fundamentais, tais como: minimização do consumo de energia, conservação dos recursos naturais, redução da poluição e manutenção de um ambiente saudável (GHAVAMI, 2001).

Seguindo esse pensamento sustentável, tem tornado possível através de pesquisas, chegar a um novo material de grande potencial capaz de substituir o aço, o bambu.

“O bambu é mais resistente que o aço no que diz respeito à resistência à tração. O aço tem uma resistência à tração de 23.000 libras por polegada quadrada. Mas o bambu supera o aço, com uma notável vantagem de 28.000 libras. Sua alta resistência à tração, capacidade de suportar a compressão e a propriedade de flexão o tornam um material muito promissor no campo da construção.” (RAMOS 2020).

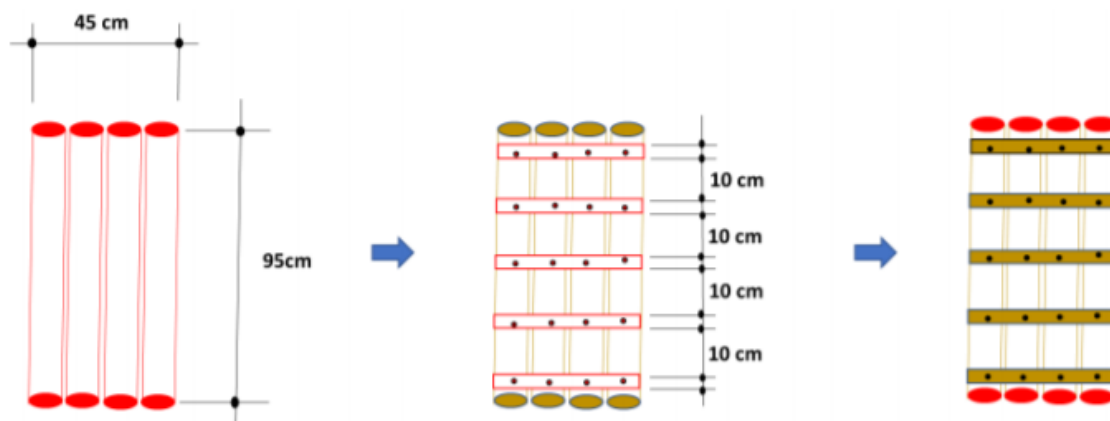
MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho serão baseados em estudos e interpretações bibliográficas e de vídeo, no objetivo de adequar um embasamento teórico sobre a prática. O processo de fabricação da placa tem início na colheita do bambu, que será feito na região de Buriti Seco município de Montes Claros (MG). Após a colheita, o bambu é devidamente tratado contra intempéries do clima e pragas, com creosoto, é o produto oleoso mais utilizado na preservação da madeira, podendo ser de origem vegetal ou mineral. Sendo oleoso, transmite repelência à água para o material tratado. Ele é eficaz contra fungos e ataque de insetos. Na sequência são feitas grelhas de bambu que são alocadas em uma forma de dimensões 1m x 50cm, entre duas camadas de uma mistura de cimento, cal, fibra de bambu e borracha moída de pneu usado que tem por finalidade substituir a brita na massa cimentícia, os mesmos apresentam maior leveza no produto final, além de melhor conforto térmico por parte da borracha e acústico pela fibra de bambu e também da borracha.

Materiais: 4 pedaços de bambu com medidas de 95 cm; 10 taliscas de bambu com 45 cm dispostas 5 de cada lado; pregos; 1 saco de cimento; 1 balde de cal; 1 balde de fibra de bambu e 1 balde de borracha moída de pneu usado.

Ferramentas e equipamentos: arco serra fixo para cortar o bambu; facão ou foice sem bico para o corte das taliscas de bambu; martelo; betoneira ou enxada para fazer a mistura da massa e forma com dimensões de 1m x 50cm.

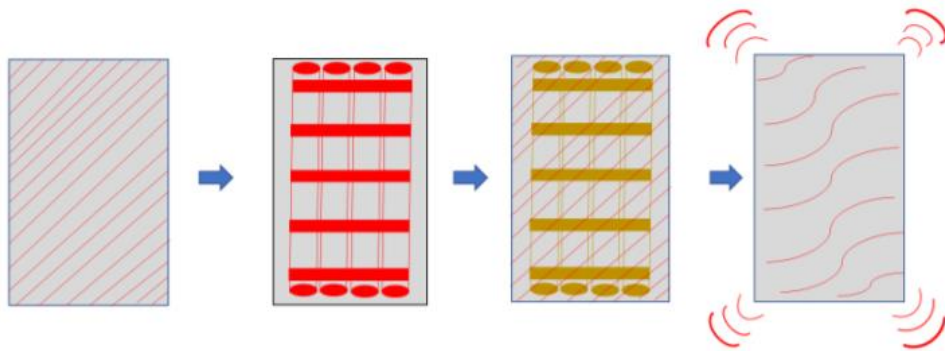
Montagem da placa: 1º montagem da grelha, colocar os 4 pedaços de bambu um ao lado do outro, pregar 5 taliscas na horizontal com distância de 10 cm cada em ambos os lados, para fixação dos 4 bambus e impermeabilização a partir do fechamento das aberturas dos bambus



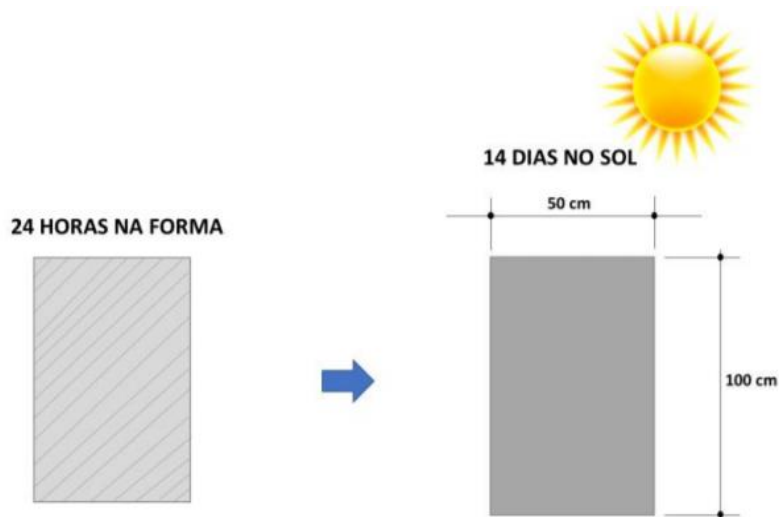
2º preparo da massa cimentícia: colocar a fibra de bambu na betoneira a borracha moída o cimento e o cal, misturar tudo.



3º colocar na forma: colocar uma parte da massa na forma, em seguida será feito a fixação da grelha de bambu, preenchendo-a depois com o restante vibrando a forma de 3 a 4 minutos



4º processo de cura: depois da vibração nas primeiras 24 horas a placa permanece na forma, após esse tempo é retirada da forma e colocada no sol por 14 dias para sofrer a cura.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O bambu possui células alinhadas e envolvidas por fibras de alta resistência à compressão e tração, podendo-se então utilizá-lo como reforço ao concreto.

Materiais: 4 pedaços de bambu com medidas de 95 cm; 10 taliscas de bambu com 45 cm dispostas 5 de cada lado; pregos; 1 saco de cimento; 1 balde de cal; 1 balde de fibra de bambu e 1 balde de borracha moída de pneu usado.

Ferramentas e equipamentos: arco serra fixo para cortar o bambu; facão ou foice sem bico para o corte das taliscas de bambu; martelo; betoneira ou enxada para fazer a mistura da massa e forma com dimensões de 1m x 50cm.

Montagem da placa: 1º montagem da grelha, colocar os 4 pedaços de bambu um ao lado do outro, pregar 5 taliscas na horizontal com distância de 10 cm cada em ambos os lados, para fixação dos 4 bambus e impermeabilização a partir do fechamento das aberturas dos bambus.

2º preparo da massa cimentícia: colocar a fibra de bambu na betoneira a borracha moída o cimento e o cal, misturar tudo.

3º colocar na forma: colocar uma parte da massa na forma, em seguida será feito a fixação da grelha de bambu, preenchendo-a depois com o restante vibrando a forma de 3 a 4 minutos.

4º processo de cura: depois da vibração nas primeiras 24 horas a placa permanece na forma, após esse tempo é retirada da forma e colocada no sol por 14 dias para sofrer a cura.

2 – Análise Financeira

pnbox			
← DRE			
Relatório Projeção Anual Gráfico			
1. Receita Total	▼	R\$ 15.000,00	100.00%
2. Custos Variáveis Totais	▼	R\$ 9.450,00	63.00%
3. Margem de Contribuição		R\$ 5.550,00	37.00%
4. Custos Fixos Totais	▼	R\$ 3.621,03	24.14%
5. Resultado Operacional		R\$ 1.928,97	12.86%

3 – Riscos e Incertezas

3.1 Verificar as formas de logística do material que serão utilizados do produto.

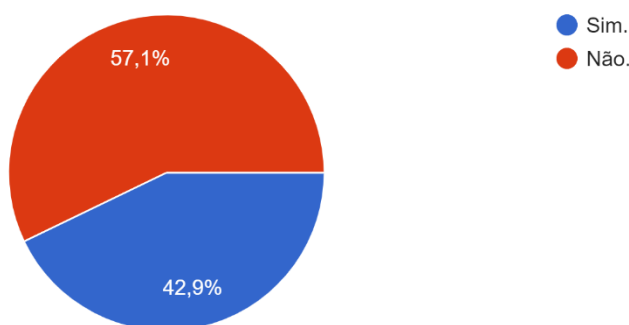
3.2 Saber se o produto vai ser aceito no mercado.

Através de pesquisa feita por um formulário tivemos um resultado positivo. A partir dos dados coletados o público alvo validou o problema através da pergunta “No seu entendimento a produção

do aço, da brita, do tijolo provoca muita poluição?” Com 68,6% das pessoas acreditam que sim essas matérias causam muita poluição. E vamos seguir com a ideia de substituir o aço pelo o bambu como alternativa na construção civil em uma concepção econômica e sustentável para produção de placas pré-moldadas.

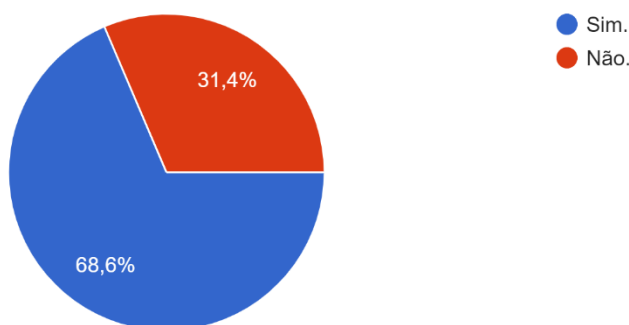
Na sua percepção seria possível construir uma casa sem utilizar o aço?

35 respostas



No seu entendimento a PRODUÇÃO do aço, da brita, do tijolo provoca muita poluição?

35 respostas



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começando por alguns dados sobre o consumo de energia para a produção de alguns materiais utilizados na construção civil, tem-se, como exemplo, o aço, material que para ser produzido utiliza-se altas temperaturas e é responsável pela emissão de uma série de gases poluentes do efeito estufa, que são responsáveis pelo possível aumento da temperatura média da terra em 1,5°C até 2040. Com base no exposto, é possível observar que a fabricação do aço provoca um grande impacto ambiental.

Os métodos construtivos com materiais industrializados produzem ainda enormes quantidades de entulhos (restos de construção), que são difíceis de serem reincorporados na natureza. Nesse contexto, o bambu surge como um importante alternativa construtiva, trata-se de um material facilmente renovável pela natureza, de crescimento rápido e baixo custo, além de possuir reduzido consumo energético para sua produção e despontar como o maior consumidor de gás carbônico do reino vegetal. O objetivo principal dos estudos realizados é comprovar que o uso do bambu na construção civil é viável, tanto economicamente quanto ecologicamente e que a substituição do aço é possível.

REFERÊNCIAS

BELTRAME, E. de S. Meio Ambiente na Construção Civil. 2013. Disponível em: <http://www.eduardo.floripa.com.br/download/Artigo_meio_ambiente.pdf>. Acesso em: 04 DE JUNHO 2021.

Disponível em<https://www.researchgate.net/publication/320208925_Bambu_como_Material_de_Engenharia>. Acesso em: 19 de maio.2021.

Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=75yBTlluO_w >.acesso em: 16 mar. 2020.
RAMOS, A. Disponível em: < <https://engenhariae.com.br/meio-ambiente/bambu-como-substituto-do-aco-entenda> >. Acesso em: 04 DE JUNHO 2021.

DRUMOND, Patrícia Maria; WEDIMAN, Guilherme. **Bambus no Brasil: da biologia à tecnologia**.1.Ed. Rio de Janeiro: ICH, 2017.

GHAVAMI, K. (1992). **Bambu... um material alternativo na engenharia**. In: Engenharia, n.492, p.23-27.

GHAVAMI, K. (1995). “**Propriedades dos Bambus e suas aplicações nas obras de Engenharia, Arquitetura e Desenho Industrial**”. Artigos Compilados do Autor. CTC/ PUCRIO. Jul. 201p.

GHAVAMI, K. (2001). “**Propriedades dos Bambus e suas aplicações nas obras de Engenharia, Arquitetura e Desenho Industrial**”. Artigos Compilados do Autor. CTC/ PUCRIO. Jul. 201p

HIDALGO; L. O. (1974). **Bambu, su cultivo y aplicaciones en: fabricacion de papel**, WWW.PROJETOBAMBU.COM Página 51 construccion, arquitectura, ingenieria, artesanía. Estudios Técnicos Colombianos. Cali - Colombia.

JUNIOR, Alfredo Baganha Teixeira; KENUPP, Leonardo Kozłowski; CAMPOS, Rodrigo de Queiroz. **Utilização de bambu na construção civil – Uma alternativa ao uso da madeira**. Revista Ciências do Ambiente,2009.

MARÇAL, V. H. S. (2008). “**Uso do Bambu na Construção Civil**” Monografia de Projeto Final 1 em Engenharia Civil e Ambiental, Universidade de Brasília Faculdade de Tecnologia Departamento de Engenharia Civil e Ambiental, 2008.

MOREIRA, L. E. (1991). **Desenvolvimento de estruturas treliçadas espaciais de bambu**. Departamento de Engenharia Civil. Pontifícia Universidade Católica do rio de Janeiro. Brasil.

PORTO, A. (2012). **Bambu Meio Ambiente, Características, Correta, Cultivo, Forma, Mudas, Plantio**. Artigo, 2012.

A CIDADANIA DIGITAL E O USO CONSCIENTE DA INTERNET

PEREIRA, Mariana Soares¹; FONSECA, Ana Cristina¹; ALMEIDA, Maria Fernanda¹; FONSECA, Charles Cardoso¹; SOUZA, Manoel Vitor¹; GALVÃO, Luciana Marques²; SANTOS, Rennê Flávio Lopes²

¹ Acadêmicos do curso de Direito da instituição UNIFIPMOC

² Docentes do curso de Direito das UNIFIPMOC

Introdução: A prática da cidadania digital diz respeito ao uso responsável da tecnologia no mundo virtual. Cidadania Digital é um conjunto de regras que devemos seguir para usar a internet com consciência, responsabilidade, ética e segurança. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo analisar o uso das tecnologias e sua relação com a cidadania. **Método:** Para tanto, utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa, mediante coleta de dados bibliográficos e documentais. **Resultado:** Como cidadãos digitais, tem-se o direito, como de privacidade, segurança dos dados, autoria das criações que divulgam. Da mesma forma, a obrigação de agir educadamente com os outros, evitar que sejam ridicularizados ou atacados por outros usuários da internet, respeitar os direitos autorais e não compartilhar notícias falsas. Compreende-se que, nas vivências cotidianas, a internet está presente em todos os lugares e contextos sociais em que é impossível negar o uso desta ferramenta nas ações diárias. Apesar de sua importância, o conceito de Cidadania Digital carece ainda da divulgação que merece. Para mudar essa situação, algumas instituições de ensino e professores adicionaram a educação para a cidadania digital aos currículos dos alunos, abordando temas como *cyberbullying*, segurança digital e uso adequado de redes sociais. **Conclusão:** Conclui-se que, a Cidadania digital ou cybercidadania pode ser entendida pelo direito de adquirir democraticamente as ferramentas tecnológicas em todas as circunstâncias possíveis, mas, ao mesmo tempo, respeitando os padrões adequados para o uso correto, justo e honesto de todos esses novos recursos, podendo caracterizar positivamente quando utilizada de forma responsável pelos cidadãos diante dos direitos e deveres no espaço virtual, facilitando em situações do cotidiano dos usuários. Deve-se levar em consideração que, no processo de evolução tecnológica, em um mundo globalizado em pleno vapor, não se permite mais pensar na estagnação ou modificação deste avanço tecnológico, vivemos a era da informatização onde tudo é online e conectado.

Palavras-Chave: Cidadania Digital. Espaço digital. Sociedade da informação.

Referências:

SILVA, Luanna Matias da; SILVA, Mariane Fagundes da; MORAES, Dulcimara Carvalho. **A internet como ferramenta tecnológica e as consequências de seu uso:** aspectos positivos e negativos. 2014. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/artigo_sobre_internet_corrigido_0.pdf. Acesso em: 01 de Jun. 2021.

Modalidade de Iniciação Científica na UNIFIPMoc: Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

IMPACTOS NA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS IDOSOS NA PANDEMIA

ARAÚJO, Ana Clara Silva Camargo de¹

MAIA, Emilly Lorena Oliveira¹

SOUZA, Isabela Silva¹

MOTTA, Nubia Cristina Brito Silva¹

CAIRES, Pollyana Souza¹

LEAL, Rhadassa Suzanne Ramos¹

CARDOSO, Anamaria de Souza²

Discentes do curso de Psicologia da UNIFIPMoc¹; Docente do curso de Psicologia da UNIFIPMoc²

Resumo: Hodiernamente, visando o cenário pandêmico, os idosos fazem parte do grupo mais afetado, devido a maior propensão em adquirir doenças infectocontagiosas, logo, o isolamento dessa população ocorre de forma mais intensa, gerando impactos na saúde mental e física desse público. O projeto buscou investigar os impactos da pandemia do coronavírus na vida e nas relações com os idosos na sociedade atual. Dessa forma, foi realizado um documentário, no qual obteve entrevistas com cinco idosos, a partir de perguntas preestabelecidas relacionadas aos objetivos específicos acerca da vivência desses indivíduos durante a pandemia. Com base nos resultados obtidos mediante as respostas dos idosos, identificou-se que todos estão efetuando as medidas de proteção contra a COVID-19, além de relatarem a necessidade de uma readaptação da rotina, dado que, apenas alguns salientaram dificuldades nesse processo. Ademais, todos estão tendo contato com os meios tecnológicos, a fim de facilitar a comunicação com parentes e amigos, apesar da maioria não saber manusear sem o auxílio de um conhecido, outrossim, a maior parte dos entrevistados pontuaram estar praticando exercícios físicos em casa. Além disso, todos expuseram que recebem apoio da família, contribuindo emocionalmente, nas atividades diárias e na locomoção, por fim, foi apresentado pelos idosos sentimentos de angústia, de medo, de ansiedade durante esse período pandêmico, contudo, eles acreditam que haverá uma melhora da situação atual. Em suma, tendo em vista os impactos na saúde física e mental dos idosos na pandemia, conclui-se que é fundamental a colaboração da sociedade, principalmente por parte dos familiares, com intuito de proporcionar o respeito, o cuidado e a liberdade para com esses indivíduos, em prol da saúde integral da terceira idade.

Palavras-chave: Envelhecimento. Coronavírus. Impacto social.

REFERÊNCIAS:

HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida; BONATELLI, Lisiane Capanema Silva; CARVALHO, Anderson Abreu de. Caminho da esperança nas relações envolvendo os idosos: Olhar da complexidade sobre pandemia da COVID-19. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 29, e20200132, 2020.

HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida.; SANTANA, Rosimere Ferreira. Saúde do idoso em tempos de pandemia COVID-19. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 25, e 72849, 2020.

ESTÁGIOS DE MUDANÇA DE COMPORTAMENTO RELACIONADOS À ATIVIDADE FÍSICA EM PROFISSIONAIS DA SAÚDE

Natália Fonseca Ribeiro ¹; Lucineia de Pinho ²

¹ Acadêmico do curso de Medicina da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Medicina da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: INTRODUÇÃO: A atividade física é um dos pilares para promoção de saúde e prevenção de enfermidades. Trabalhadores da saúde, embora conheçam os benefícios dessa prática, não o fazem de maneira satisfatória, o que evidencia a necessidade de rastreamento da autopercepção para esse comportamento. Examinar os próprios padrões de qualidade de vida contribui para mudanças saudáveis a partir da identificação do estágio de comportamento e fornecimento de meios para avançar e manter o objetivo de saúde traçado. **OBJETIVO:** Descrever os estágios de mudança de comportamento relacionado à atividade física em profissionais da Atenção Primária à Saúde. **MÉTODOS:** Pesquisa transversal e descritiva conduzida no ano de 2015 em Montes Claros, Minas Gerais. Participaram deste estudo os profissionais da Estratégia de Saúde da Família do município. Avaliou-se a frequência da prática de atividade física, considerada regular 150 minutos ou mais por semana, e os estágios de mudança de comportamento relacionados à atividade física por meio de questionário que contemplava as cinco fases: pré-contemplação, contemplação, preparação, ação e manutenção. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética, parecer nº 112937/2014. **RESULTADOS:** A população do estudo foi composta por 215 profissionais, sendo 58% deles agentes comunitários de saúde, 27% enfermeiros, 9% técnicos de enfermagem e 6% médicos. Observou-se que 50,7% desses trabalhadores não realiza atividade física regular. Considerando os estágios de mudança de comportamento, os profissionais foram classificados como inativos quando em pré-contemplação, contemplação ou preparação, e ativos quando em ação ou manutenção. O estágio de maior relevância foi o de preparação, com 79 casos (36,7%), seguido pelo de contemplação (19,1%) e de pré-contemplação (10,7%), totalizando 143 indivíduos inativos (66,5%). **CONCLUSÃO:** A maioria dos profissionais de saúde ainda não havia iniciado uma mudança no comportamento, existindo a intenção em futuro próximo, reforçando a importância da promoção de hábitos saudáveis nesta população.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 112937/2014

Modalidade de Iniciação Científica na UNIFIPMoc: bolsa FIPMoc

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA SUGESTÃO DE COMPRAS

CARVALHO, Kevin Matheus De Araújo¹; MENDES, Vitor Jader Marques¹; NASCIMENTO, Pedro Cândido do²

¹Graduando em Engenharia Produção pelo UNIFIPMOC

²Mestre. Orientador e docente do UNIFIPMoc.

INTRODUÇÃO

No período compreendido entre 1.950 e 2.000, ocorreram grandes transformações nos conceitos de gerenciamento das organizações. Com a chegada da qualidade total nas empresas e os programas de crescimento, houve também um avanço na qualidade e na produtividade (COOPER, 1997).

Nas últimas décadas, as empresas passaram a perseguir o objetivo de tentar reduzir os custos e melhorar a eficiência no atendimento ao cliente. Segundo Nazário (2000), tal meta constitui um verdadeiro desafio para estas organizações, pois não passa apenas por uma mudança estrutural, mas sim de concepções. Os processos desenvolvidos pelas empresas são interdependentes, segundo Ballou (2001), os fornecedores devem se apoiar mutuamente, superando obstáculos que emperram a evolução do método e da comunicação entre eles e tendo como ponto de referência as práticas exitosas do mercado.

Para Carvalho (2005), o grande achado do momento gira em torno da Gestão da Cadeia de Suprimentos (SCM), que, junto ao surgimento da qualidade total nas empresas, aos programas de crescimento e ao avanço na qualidade e na produtividade, constituem a base que sustenta as empresas num ambiente competitivo.

Paralelamente ao processo de transformação ocorrido no setor econômico, e até por causa disso, verificou-se o avanço da tecnologia que, sem sombra de dúvida, alterou significativamente os meios de produção de bens e/ou serviços.

Após a terceira Revolução Industrial ou Revolução Tecnológica na primeira metade do século XX, as inovações imprimiram um ritmo acelerado impulsionando a automação que assumiu função de destaque nos processos produtivos.

Com o advento da tecnologia, percebe-se investimento em softwares que facilitam a interação humana por meio da identificação de padrões que reduzirão os profissionais em atividades meramente burocráticas. Esses sistemas visam não só otimizar o setor como também garantir melhor qualidade de vida aos profissionais.

Segundo Santos (2021) A inteligência artificial é um ramo de pesquisa da ciência da computação que busca, através de símbolos computacionais, construir mecanismos e/ou dispositivos que simulem a capacidade do ser humano de pensar, resolver problemas, ou seja, de ser inteligente. Através da IA, são criados sistemas nos quais seus dispositivos conseguem rastrear, com inteligência e exatidão, o processo pelo qual passam as mercadorias, desde a compra até o momento da entrega.

Construir inteligência semelhante a do ser humano é uma busca constante do homem. Tal estudo tem sua origem na construção das Redes Neurais (NRs), que utiliza o complexo sistema nervoso do ser humano como base para fomentar a criação de uma estratégia inteligente, cujo objeto de estudo são os neurônios biológicos.

Para Barreto (2002), “redes neurais artificiais podem ser consideradas como metodologia de resolver problemas característicos da inteligência artificial.” Afirmar também que o estudo aprofundado das Redes Neurais contribui para o avanço das pesquisas sobre a contribuição da tecnologia para o homem e vice versa, pois, ao dissecar o sistema nervoso humano, são encontradas respostas as quais ainda não são do domínio das ciências.

Grande contribuição para a criação desses sistemas pode ser encontrada nas obras Python de Felipe Cruz e Treinamento em Linguagem de Victorine Viviane Mizrahi.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolvida é de natureza aplicada, que segundo Gil (2019, p.25), “tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. O presente trabalho se propôs a estudar o ambiente de compra, e aplicar as concepções acerca da gestão da qualidade total, inteligência artificial, gestão da cadeia de suprimentos e redes neurais no contexto analisado, a fim de propor soluções para o problema identificado e possibilitar melhorias para a empresa no que se refere à compra produtos.

Esse estudo é de caráter descritivo, nele, o pesquisador observa, registra, analisa, classifica e interpreta os fatos sem fazer qualquer interferência

(ANDRADE, 2012). Assim, este trabalho descreve de forma fidedigna, o ambiente pesquisado e sua operação. Ao final do diagnóstico, propõe ações que podem contribuir para elevar a qualidade, o poder de competitividade das empresas, caso sejam aplicados.

Neste sentido, propõe-se a criação de um Software capaz de analisar e trabalhar sugestões de compras de forma personalizada utilizando *Machine Learning* com uma rede neural com capacidade de aprender com as escolhas dos clientes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação do Software contará com Inteligência Artificial (AI) embarcada capaz de sugerir compras através de histórico de vendas, público alvo e alguns fatores externos, aumentando a assertividade e seus benefícios. A princípio será feita a análise do estoque inicial alimentando a ferramenta de forma satisfatória do ponto de partida, em seguida, procederá a criação de um sistema integrado e atualizado para obter um nível de assertividade de ponta para o cliente (quem irá adquirir o aplicativo), otimizar suas compras com precisão. Dando sequência, será criado um design de forma enxuta e intuitiva para o usuário não ter grandes dificuldades no manuseio do aplicativo e, por fim, deve-se acessar dados das empresas para auxiliar fornecedores na cadeia de distribuição.

Os recursos necessários para desenvolver a ferramenta compõe-se basicamente de um computador conectado à internet e a contribuição importante dos gerentes responsáveis pelo controle de estoque de cada empresa, os quais fornecerão dados que alimentarão o sistema. O investimento necessário

será o aluguel de uma hospedagem para manter o aplicativo online. Dessa forma, a empresa encontrará em equilíbrio nos seis primeiros, não irá faturar e tampouco ter prejuízos.

Como será utilizada a metodologia de IA, a qual encontra-se disponível nas máquinas utilizadas no dia a dia das empresas que já são atendidas com internet banda larga, o investimento, a princípio, será nulo. No entanto, após a

utilização do Software, as empresas poderão necessitar de investir em atendimento remoto para adequar aos avanços da tecnologia.

Atentando a todos os possíveis obstáculos na construção da ferramenta, ainda, assim, acredita-se na possibilidade de haver riscos para a sua plena utilização, tais como: cliente não adaptar com o Software; Software não atender à demanda e rede neural não praticar solução; Software não fazer análise do produto de forma precisa; programação ser complexa e extrapolar o tempo de entrega e/ou mudanças tecnológicas que podem defasar a ferramenta.

Como todo Software, ao ser pontualmente identificados os possíveis entraves para seu pleno funcionamento, a perspectiva é de que o mesmo será de grande utilidade para as empresas de modo geral. Portanto, acredita-se que o custo benefício é incontestavelmente positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a execução do trabalho proposto, poderão ser detectados outros problemas que também podem afetar diretamente a lucratividade e poder de competitividade das empresas. Assim como as instituições são interdependentes, realizando atividades em cadeia, os setores de uma determinada empresa também são interligados. Empecilhos que ocorrem em um departamento impactam significativamente o outro. Porém, a expectativa dos possíveis usuários é de que a intervenção ora sugerida, possa ser prontamente adaptada a outros setores. Sobre o objetivo proposto, houve manifestação das empresas de grande interesse em trabalhar com a ferramenta.

Por fim, pode-se concluir que a ausência de mecanismos que utilizem mais efetivamente a Inteligência Artificial comprometem a produtividade das empresas, traz a produção a um patamar abaixo de sua capacidade e gera, principalmente, perda de lucratividade para o negócio. Portanto, para se manter atuante no mercado e ter ganhos satisfatórios, as empresas em estudo precisam administrar melhor o estoque, elevar a qualidade e a produtividade através do uso de ferramentas e métodos da qualidade.

Vale ressaltar que as soluções propostas neste trabalho é o começo; implantada essa fase, as empresas deverão fazer novos avanços de forma evolutiva, com outras ferramentas e programas que, de certa forma, impactam também nos objetivos estratégicos da organização.

REFERÊNCIAS

MENEZES, Nilo Ney Coutinho. **Introdução à Programação com Python**: Algoritmos e Lógica de Programação para iniciantes. 3ª Edição. São Paulo: Novatec Editora, 2019.

CASTRO, Elizabeth; HYSLOP, Bruce. **HTML5 e CSS3**: Guia Prático e Visual. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. **Gestão da Cadeia de Suprimentos**: Estratégia, planejamento e operações. 6ª Edição. São Paulo: Pearson Universidades, 2015.

DUCKETT, Jon. **HTML e CSS**: projete e construa websites. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

MIZRAHI, Victorine Viviane. **Treinamento em Linguagem**. 2ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

RAMALHO, Luciano. **Python Fluente**: Programação Clara, Concisa e Eficiente. São Paulo: Novatec Editora, 2015.

SANTOS, Marco Aurélio da Silva. **"Inteligência Artificial"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/informatica/inteligencia-artificial.htm>. Acesso em 24 de maio de 2021.

RELATO DE UM CASO CLÍNICO DE ESQUIVA EXPERIENCIAL NO CONTEXTO TERAPÊUTICO

FONSECA, Bryan Alencar Soares¹; LOMBANO, Vitória Ramom Silva¹; LÉ SÉNÉCHAL-MACHADO, Vívica²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

² Professor do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

Introdução

O presente trabalho tem como foco o relato de caso de um atendimento psicoterápico, na abordagem Analítico Comportamental, no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP), do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC).

A Análise do Comportamento vê o comportamento como natural e variável, produto de um processo de seleção e variação que ocorre em três níveis: filogenético, ontogenético e cultural. Dessa forma, todo comportamento é funcional. A classificação de padrões comportamentais como patológicos é determinada por práticas culturais que estabelecem padrões socialmente aceitos ou não. O processo terapêutico busca novas formas de interação entre o indivíduo e seu meio com a intenção de minimizar estimulações aversivas presentes nas relações funcionais e aumentar estimulações reforçadoras, para assim diminuir o sofrimento do indivíduo (BORGES; CASSAS, 2012).

Borges e Cassas (2012) definem o controle aversivo ou coercitivo como as relações de reforçamento negativo e punição tanto positiva quanto negativa. Estas últimas por seu efeito supressor da resposta; e a primeira, pelo emprego de aversivos na relação, o que indica que os processos aversivos tem grande parte na formação do repertório comportamental dos indivíduos. Nesse sentido, se faz indispensável a compreensão desses processos para se entender o comportamento humano. De acordo com Del Prette e Del Prette (2010), levando em conta a classe geral das habilidades sociais, o comportamento social, é construído por meio das relações funcionais entre as respostas de duas ou mais pessoas, em interação, onde as respostas de uma delas são antecedentes ou consequentes para as da outra, de forma dinâmica e alternada no processo iterativo.

Considerando essa relação, o conceito de esquiva experiencial se faz relevante ao caso. De acordo com Hayes (1987) citado por Conte (2010), a esquiva experiencial é definida como tentativa de evitar, alterar e/ou fugir de eventos privados. Um exemplo dessa esquiva seria fugir de ambientes aversivos, suprimir pensamentos negativos e esquivar-se de emoções negativas. Dutra (2010) afirma que esse fenômeno acontece quando eventos privados, produtos de eventos traumáticos, são evitados para que não haja contato com esse trauma e isso pode produzir resultados paradoxais que aumentam o sofrimento humano. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar não só o relato de um caso clínico de um adulto com padrões de esquiva experiencial no contexto terapêutico, mas também descrever as principais intervenções utilizadas, mostrar as análises funcionais e os resultados obtidos.

Material e Métodos

Os atendimentos foram feitos de forma semanal, com duração de 50 minutos, em um total de 12 atendimentos até este momento, mas com o processo ainda em andamento.

O caso se trata de uma pessoa do sexo feminino, de 30 anos, atualmente desempregada e morando com a mãe e os dois irmãos mais velhos. A queixa inicial no início do processo terapêutico foi de se sentir sem caminho e sem motivação. Na situação de convívio da cliente com sua família se apresentam diversos conflitos, com um grande número de contingências aversivas, principalmente com relação à mãe, que critica vários de seus comportamentos e se encontra em um estado alcoolizado com certa frequência, aumentando o número dessas críticas.

De acordo com Moreira e Medeiros (2007) citados por Farias, Fonseca e Nery (2018), a análise de contingências ou análise funcional, como principal instrumento do terapeuta comportamental, visa a identificação das relações funcionais dos comportamentos do cliente e as variáveis ambientais que os afetam. Para Borges e Cassas (2012), essas avaliações funcionais procuram entender o desenvolvimento e manutenção de padrões comportamentais que causam sofrimento para depois intervir sobre eles.

No caso do presente caso, foram realizadas intervenções com objetivo de construção de um vínculo terapêutico e ampliação do repertório de autoconhecimento.

Desenvolvimento

A partir das análises funcionais, foi possível identificar um padrão comportamental de Esquiva Experiencial, no que se refere aos relatos na terapia (Tab. 1). Tomando o início da sessão, no início do processo terapêutico, como antecedente ao comportamento da cliente nas primeiras sessões da terapia, como resposta, ela chega dizendo que não quer falar, pedindo ao terapeuta que veja a ficha do plantão para saber do caso. Mostra-se aí uma esquiva experiencial. A consequência foi o terapeuta explicar como o processo psicoterápico é diferente do realizado no plantão, ou seja, que é necessário haver uma comunicação na terapia. Nesse momento, pode-se considerar a fala do terapeuta como uma punição do comportamento de se recusar a falar a fim de que possa continuar o processo terapêutico, fazendo com que a cliente comesse a falar. Após ocorrer a estimulação à fala e tomando isto como antecedente, houve a resposta da cliente em começar a falar sobre a situação vivenciada com a mãe mesmo que de forma vaga e para que isso continuasse, o terapeuta usou do reforço positivo como consequência com a escuta atenciosa aos relatos, favorecendo o vínculo terapêutico. Em outra ocasião, mesmo tendo como antecedente o terapeuta procurar entender as queixas de AP relacionadas ao seu contexto familiar, a resposta da cliente vai ao encontro com relatos de Esquiva Experiencial, quando ela afirma ser difícil falar sobre sua situação familiar, tendo como consequência evitar entrar em contato com respondentes aversivos. Para que o contexto terapêutico não se torne aversivo, o terapeuta opta por não muito pressionar por detalhes nestas situações, escolhendo mudar de assunto.

Com a proposta de cumprir os objetivos terapêuticos estabelecidos ao longo do processo terapêutico de AP, foram realizadas intervenções para ampliação do repertório de autoconhecimento. Para tal, durante as sessões, foi realizado e discutido o Exercício dos quadrantes (Fig. 1), com o objetivo de ampliar a descrição das contingências presentes na vida da cliente e tentar gerar um efeito de discriminação (FARIAS; FONSECA; NERY, 2018). A partir desse exercício e da discussão feita com ele junto da cliente, foi possível compreender um pouco melhor o ambiente em que ela se encontra e as relações aversivas e reforçadoras presentes nele. Durante as sessões iniciais, também foi trabalhando o desenvolvimento de um vínculo terapêutico de confiança através, principalmente, da postura do terapeuta como uma audiência não punitiva. De acordo com Borges e Cassas (2010), a audiência não punitiva é uma escuta diferenciada, que envolve observação atenta ao que o cliente diz, bem como expressão de respeito e compreensão em relação ao que é dito. Ela promove o fortalecimento do vínculo entre cliente e clínico; traz alívio de sofrimento, ao se sentir acolhido; promove autoconhecimento, ao atentar para as respostas que dá às questões feitas pelo clínico e engajamento no trabalho.

Durante o processo terapêutico AP chegava às sessões afirmando não querer falar muito sobre os assuntos que a incomodavam (esquiva experiencial), apenas falando deles de forma vaga após estimulação do terapeuta. No entanto, após o fim do relacionamento em que se encontrava, ela se mostrou mais aberta para falar, apesar de ainda ter dificuldade para elaborar seus relatos. De acordo com Conte (2010), Skinner afirma que, em qualquer modalidade de psicoterapia, se apresenta a ideia de cura e a presença de alguém que sofre, junto do terapeuta. Frente ao sofrimento do fim do namoro, a cliente se abre mais ao terapeuta na procura de uma cura para seu sofrimento. AP admite conseguir perceber que não fala em detalhes sobre seus relatos, mas justifica afirmando que é difícil falar disso. Apesar de estar ciente disso, continua a dar relatos vagos de seus comportamentos, sem elaborar como isso afeta seus comportamentos. Essas respostas não favorecem seu autoconhecimento uma vez explicitam, de forma vaga, as variáveis ambientais antecedentes, consequentes e motivacionais que afetam seus comportamentos.

Durante os atendimentos, também foi possível identificar outro padrão comportamental que causa prejuízos em suas relações interpessoais: a ausência de um repertório comportamental de assertividade e grande repertório de agressividade e passividade. Esse padrão comportamental ainda será foco de futuras intervenções.

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo descrever um caso de esquiva experiencial, algumas intervenções e resultados. A partir do que foi apresentado, nota-se que as respostas de esquiva experiencial, na maioria das vezes, em longo prazo, fortalecem o sofrimento, tanto pelo reforçamento negativo que as mantém, como por impedirem que o indivíduo se exponha às contingências que poderiam ajudar na extinção de seus respondentes condicionados (emoções desagradáveis). Além disso, não favorece a ampliação de um repertório interpessoal que produza maior contato com reforçadores positivos. No entanto, com o fim do relacionamento, a cliente começou a falar mais das situações aversivas que acontecem em casa, o que, junto com a construção do vínculo terapêutico, começou a quebrar esse padrão de esquiva experiencial, favorecendo a construção de um repertório de autoconhecimento que fez com que a cliente percebesse esse padrão comportamental, mesmo que ainda continue o realizando.

Referências

BORGES, Nicodemos Batista; CASSAS, Fernando Albregard & Col. **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2012.R

CONTE, Fátima Cristina de Souza. Reflexões sobre o sofrimento humano e a análise clínica comportamental. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 385-398, 2010.

DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. **Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades**. In: Perspectivas, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 104-115, 2010.

DUTRA, A. (2010). Esquiva Experiencial na Relação Terapêutica. In A. K. C. R. DE-FARIAS (Org.), **Análise Comportamental Clínica: Aspectos teóricos e estudos de caso** (pp. 201-214). Porto Alegre: Artmed.

FARIAS, Ana Karina C. R.; FONSECA, Flávia Nunes; NERY, Lorena Bezerra. **Teoria e formulação de casos em Análise Comportamental Clínica**. São Paulo: ARTMED, 2018.

GARCIA, Agnaldo; PEREIRA, Fábio Nogueira; OLIVEIRA, Mariana Sarro Pereira.(orgs). **Relações Interpessoais e Sociedade**. Vitória: UFES, 2013

MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

Gosto e Faço -Sair (sorveteria, restaurante) -Arrumar a casa -Cuidar das plantas -Moda	Gosto e Não Faço -Passear com frequência -Ir na academia -Ir na manicure -Cuidar do cabelo
Não Gosto e Faço -Arrumar bagunça dos outros -Lidar com cobrança	Não Gosto e Não Faço -Farra -Bebida e cigarro -Balada (Vícios)

Figura 1: Exercício dos quadrantes

Tabela 1: Análise funcional molecular dos comportamentos de esquiva experiencial de AP.

Antecedente	Resposta	Consequência	Processo	Efeito
Início da sessão de terapia.	ESQUIVA EXPERIENCIAL Operante: AP afirma não querer falar na sessão.	Terapeuta procura explicar como funciona o processo terapêutico e estimula a falar do que der conta.	Punição positiva.	Contribui para que o processo terapêutico tenha continuidade.

Sessão de terapia. Após estimulação a falar do terapeuta.	Operante: AP fala sobre a situação com sua mãe, mesmo que de forma vaga Respondente: Sentimento de desgaste após o relato.	Escuta acolhedora do terapeuta.	Reforço positivo.	Acolhimento.
				Contribui para o autoconhecimento .
Terapeuta procura entender melhor as queixas de AP relacionadas ao seu contexto familiar.	ESQUIVA EXPERIENCIAL Operante: AP afirma ser difícil falar sobre sua situação familiar, continua a falar de forma vaga e afirma não se lembrar ou saber falar de detalhes.	Terapeuta aceita e muda de assunto.	Reforço negativo.	Alívio.
				Comportamento não colabora para autoconhecimento ou uma análise funcional na terapia.
		AP evita de entrar em contato com respondentes aversivos criados pelos relatos.		Contexto da terapia não se torna punitivo favorecendo o vínculo terapêutico.

PSICODRAMA, MÉTODO DE AÇÃO DA ALMA

CAZUMBÁ, Ana Luiza Marques¹; DIAS, Polyane Pereira¹; ROCHA, Larissa Barbosa¹;

GUIMARÃES, Beatriz Santarossa Lopes²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: O Psicodrama é uma psicoterapia de grupo desenvolvida por J. L. Moreno, em que os pacientes desempenham papéis na dramatização de uma situação com forte carga emocional, o que dá ao terapeuta a oportunidade de apreender os sintomas que afloram na relação entre os participantes. Desse modo, essa modalidade utiliza o teatro e a dramatização como metodologia, principalmente em grupo. Ademais, o psicodrama surge como aprofundamento da psicologia de grupo, tendo o alicerce teórico a partir da teoria dos papéis, a tele, a empatia, o co-inconsciente, bem como, a matriz de identidade. Além disso, é um método de ação transformadora, que visa abranger as relações interpessoais, as ideologias pessoais e coletivas que sustentam os indivíduos. Assim, para a execução dessa técnica, o espaço é composto pelo palco,

o protagonista/ cliente, um diretor/ terapeuta, além deles, há também os egos auxiliares e o público/ plateia. Através do uso de técnicas como a inversão de papéis, as pessoas conseguem uma nova percepção de si, dos outros e do ambiente. Nesse contexto, o espaço é multidimensional e vivencial, por incluir o verbal, o corporal, gestual, a cultura, o jogo e a imaginação. Outro ponto importante é a espontaneidade, que possibilita que conteúdos inconscientes sejam percebidos pela consciência. Sendo assim, conclui-se que, o Psicodrama é importante para que o indivíduo se conecte com aspectos da sua vida que antes não conseguia identificar de forma explícita. Assim, o objetivo do seminário proposto pela disciplina Psicologia de Grupo, do 5º período matutino de psicologia da Unifipmoc, foi compreender de forma elaborada as diversas modalidades e técnicas de intervenção utilizadas na atuação do psicólogo. Nesse sentido, a partir desses conceitos teóricos, o Psicodrama foi apresentado de forma prática por meio virtual, tendo em vista o período pandêmico em que estamos vivenciando. A princípio, houve alguns minutos de música para relaxamento. Em seguida, foi apresentada a história de duas mulheres, uma história real, de uma colega da turma, e uma história fictícia, de modo que, a partir da técnica de troca de papéis, alguém da plateia, teria que mudar de lugar com uma das mulheres e continuar o discurso da mesma. Ao fim da dinâmica, ao discutir as questões apresentadas, pôde-se verificar uma identificação por parte de algumas pessoas da turma que se pronunciaram com as histórias das protagonistas e, a partir da vivência, foi possível refletir sobre as relações grupais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

MONTEIRO, Rodrigo Padrini. Psicodrama e o desenvolvimento de equipes de trabalho. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 22, n. 1, p. 78-84, 2014.

IUNES, Ana Luísa Silva; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Intervenção psicodramática em ato: ampliando as possibilidades. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 25, n. 2, p. 19-27, 2017.

DISCUSSÕES ACERCA DA SAÚDE MENTAL E FÍSICA DOS IDOSOS PERANTE AO COVID-19

ALMEIDA, Amanda Coutinho de¹; COSTA, Débora Gonçalves Dias¹; INÁCIO, Ester Prates Revert ¹; SOUZA, Giovanna Lopes de¹; OLIVEIRA, Giovanna Melo; SOUZA, Lara Gabriella Nunes de¹; MENDES, Maria Fernanda de Souza¹; CARDOSO, Anamaria de Souza².

¹Discentes do curso de Psicologia da UNIFIPMOC; ²Docentes da UNIFIPMOC

O distanciamento social causado pela Covid-19 tem afetado a saúde mental e física de diversas pessoas ao redor do mundo, principalmente a dos idosos, que tiveram que lidar com as mudanças drásticas em suas rotinas com a redução do contato físico e social com seus entes queridos. O presente estudo teve como objetivo analisar os idosos durante a Pandemia do COVID-19 e estudar os impactos da saúde mental e física dos mesmos diante ao isolamento social. A pesquisa em questão teve como método um evento *online* realizado via *Google Meet* no qual teve a presença de Psicólogo, Professor de dança, como também convidados nos quais relataram suas experiências e expectativas para o futuro pós pandemia. No início do evento, sucedeu uma palestra sobre saúde mental realizada pela psicóloga Valéria Volker, no qual explicitou a sua visão profissional dentro da pandemia, contando também com a participação de duas idosas que relataram sobre as suas experiências conforme o isolamento social. Por fim, ocorreu uma aula experimental de zumba como forma de incentivar os idosos a práticas esportivas a fim de reduzir o estresse e ansiedade durante a pandemia. O 1º Encontro da Feliz(Idade) teve o intuito de apresentar a saúde mental e física dos idosos na pandemia, além de abordar a inclusão desses ao meio tecnológico gerando bem estar e acolhimento para este público. Portanto, o objetivo proposto pelos acadêmicos foi alcançado e que o trabalho incentive a sociedade a desenvolver projetos inclusivos para pessoas da terceira idade.

Palavras-chave: idosos, saúde mental e física, pandemia

Referências: Hammerschmidt KS de A, Santana RF. Saúde do idoso em tempos de pandemia Covid-19. Cogitare enferm. [Internet]. 2020 [acesso em 15 de maio de 2021];25. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72849>.

Hammerschmidt KSA, Bonatelli LCS, Carvalho AA. Caminho da esperança nas relações envolvendo os idosos: olhar da complexidade sobre pandemia da COVID-19. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2020 [acesso em 15 de maio de 2021]; 29:e20200132. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2020-0132>

A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E SUA INCIDÊNCIA

BARBOSA, Maria Fernanda Ferreira¹; BONFIM, Luiz Eduardo Gusmão²; MIRANDA, Pedro Henrique David³; GUIMARÃES, Thiago Vasconcelos⁴

GALVÃO, Luciana Gomes Marques¹; FERNANDES, Ana Paula².

¹Acadêmicos do curso Direito na instituição UniFipMoc

²Professoras do curso de Direito Centro Universitário UNIFIPMoc

Introdução: O artigo 5º, inciso X da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 (CRFB/88), tem o fito de garantir a privacidade dos indivíduos, tornando inviolável a intimidade, a vida privada e a imagem. Entretanto, com o avanço da tecnologia nos dias atuais, se fez necessário a criação de uma lei para proteção dos dados pessoais que assegurasse a privacidade em âmbito digital. **Objetivo:** Analisar a incidência da Lei Geral da Proteção Dados (LGPD) sobre as pessoas jurídicas e suas penalidades. **Método:** Utiliza o método da pesquisa bibliográfica, de caráter exploratório. **Resultados:** Verifica a necessidade de empresas privadas se adaptarem quanto ao uso e tratamento de dados de seus funcionários, fornecedores e clientes. A LGPD tem como seu maior objetivo resguardar o titular de dados quanto ao seu uso e tratamento de dados pelas pessoas físicas e jurídicas, com o fito de garantir o direito a privacidade previstas no artigo 5º da CRFB/88. A Lei prevê uma advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, a multa para as organizações que descumpram a lei é de até 2% (dois por cento) do faturamento no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. A LGPD foi aprovada em agosto de 2018, por entender a necessidade das empresas que trabalharam com esses dados, em ter uma base de segurança de informação de qualidade. **Conclusão:** A LGPD está destinada a proteger o direito inviolável da privacidade do indivíduo que, por muitas vezes, são lesados pelas empresas, devido a falta de uma estrutura para lidar com os dados pessoais. Nesse sentido, a multa pesada visa, justamente, punir o financeiro das empresas e melhorar o sistema de segurança, consequentemente, protegendo a privacidade do usuário.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados. Inviolável. Empresarial. Privacidade.

Referências

- ANDRADE, Geraldo. **Direito à Privacidade:** intimidade, vida privada e imagem. JusBrasil, 14 mai. 2015 [?]. Disponível em <https://quantasol.jusbrasil.com.br/artigos/214374415/direito-a-privacidade-intimidade-vida-privada-e-imagem> . Acesso em: 14 mai. 2021.
- BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado. Brasília, 2018. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm . Acesso em 14 mai. 2021.
- FINKELSTEIN, Maria Eugenia. **PRIVACIDADE e LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**. v. 23. Florianópolis: Direito Brasileira, 2019. p. 284-301.

A EXPERIÊNCIA REMOTA DA TERAPIA GRUPAL

CASTRO, Sara França ¹; QUEIROZ, Emanuel Ribeiro de ¹; NOGUEIRA, Maria Clara Fagundes ¹; VIEIRA, Luciana Santos ¹; LEITE, Mariana de Jesus ¹; GUIMARÃES, Beatriz Santarossa Lopes ²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido se trata de um relato de experiência com acadêmicos do 5º período de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). A matéria de Psicologia de Grupos: Modalidades de Intervenção é uma disciplina obrigatória da grade do curso, sendo complementar a disciplina de Introdução à Psicologia de Grupos.

A partir dos conceitos teóricos percorridos em sala de aula, montaram-se grupos responsáveis por debater e elaborar uma apresentação referente a uma modalidade de intervenção e depois realizar uma prática exemplificando o funcionamento da mesma, com o objetivo de apresentar a fundamentação teórica da intervenção e suas possíveis aplicações. Dessa forma, os autores desse resumo ficaram responsáveis pela apresentação da modalidade de Grupos Terapêuticos e pela elaboração de uma atividade de intervenção, que foi realizada no dia 19 de março de 2021.

O preparo e execução da técnica dos grupos terapêuticos permitiu a associação entre teoria e prática, já que as atividades práticas são uma forma de fomento à observação, reflexão e senso crítico. Nesse sentido, o presente resumo expandido tem como objetivo relatar e descrever a experiência da técnica realizada feita pelos autores do resumo em sala de aula.

Material e Métodos

O trabalho ocorreu em duas etapas realizadas pela plataforma de transmissão educacional Zoom, disponibilizada pela faculdade Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Os participantes foram alunos do 5º período do curso de Psicologia, na disciplina de Psicologia de Grupos: Modalidades de Intervenção, lecionada pela professora Beatriz Santarossa.

Em decorrência de ser uma matéria ministrada de forma remota, os materiais necessários foram referentes à tecnologia, como notebooks, computadores, celulares, todos com acesso à internet e com disponibilidade de imagem e áudio.

Em um primeiro momento, a apresentação foi realizada por meio de slides explicando como surgiram, como funcionam e qual é a importância dos grupos terapêuticos. Posteriormente, foi pedido para os alunos que separassem fotos de sua

infância, com o intuito de colaborar para uma atividade que aconteceria no próximo encontro. O grupo optou por utilizar alguns comandos pré-definidos para guiar a execução da prática, com questões abertas, que incentivaram também o debate não estruturado.

Para a realização da atividade prática, a sala foi dividida em grupos, pensando em possibilitar um espaço de fala para todos os alunos presentes, com um ou dois integrantes da equipe responsável pela condução do processo a fim de realizar as intervenções necessárias. Primeiramente, os participantes deveriam apresentar a criança da foto, dizendo suas características, e em seguida compartilhar quais eram os seus sonhos e como aquela criança se sentiria em relação ao adulto que se tornou.

Desenvolvimento

O encontro teórico foi realizado de forma remota, e se deu com a apresentação conceitual da grupoterapia, em sua definição e raízes etimológicas. Assim, apresentou-se sobre o trabalho feito com mais de três pessoas, que é mediado por profissionais responsáveis por auxiliar no processo de troca de experiências e da catarse emocional, ambos possibilitados pela escuta ativa (BECHELLI; SANTOS, 2004). A experiência também foi um convite para deixar os participantes mais desinibidos e mais abertos, fato que os motivou a ligar a câmera e o microfone à vontade.

Dessa maneira, os relatos que surgiram no trabalho de terapia grupal proporcionaram aos participantes uma melhor compreensão de suas histórias de vida e de possíveis dificuldades que eles estariam vivenciando. Em um dos grupos, um participante ao mostrar sua foto da infância, recordou o quanto gostava de brincar com certos brinquedos e o quanto as brincadeiras da época, citadas por ele como queimadas, pega-pega e afins. Essas atividades serviram para ajudar a melhorar sua timidez e promover uma maior interação dele com o meio social onde vivia.

Ao apresentar em detalhes os fragmentos da sua história, o relato do participante gerou um estímulo nos demais que ali estavam, proporcionando um ambiente confortável para que outras pessoas também comessem a relatar suas experiências, e assim seguir a proposta da prática. Tal fenômeno vivenciado é comum dentro da experiência da grupoterapia, visto que com a movimentação de um integrante e com seu posicionamento dentro de suas condições, outros podem seguir o exemplo e compartilhar seus sentimentos (BECHELLI; SANTOS, 2004).

Em outros grupos, abordar a infância foi uma experiência tocante. Diante da recordação das memórias infantis, dos sonhos e dos projetos da época, alguns alunos se emocionaram. Isso ofereceu ainda mais espaço para a fala: comentar sobre as dificuldades atuais e compará-las com aquelas da infância forneceu um momento catártico. A mediação e a participação dos acadêmicos responsáveis pela prática abriram ainda mais oportunidades para o diálogo diante dos assuntos que emergiram. Esse é um processo muito comum às terapias grupais, visto que diante do trabalho em coletivo, as dimensões intersubjetivas se manifestam e os indivíduos são capazes de repensar e expor suas experiências de forma aberta (NUNES; SILVA, 2011 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2013).

Similarmente, demais participantes compartilharam como o retorno às memórias infantis fornecendo uma fonte de inspiração para trabalhos criativos. Em grande parte, escutar as experiências positivas e o diálogo acolhedor acerca da infância pôde conclamar os outros alunos a ressignificar eventos anteriores, com um olhar mais amadurecido. Essa estratégia de trabalho, notória ao trabalho grupal, incentiva a reconstrução e ressignificação dos saberes. Diante desse processo, os integrantes da prática são contemplados com mudança de pensamentos e também de comportamentos; em consequência, como aprendizado, podem passar a ter um olhar mais acolhedor quanto aos processos subjetivos, valores e sentimentos (ZERBETTO *et al.*, 2011 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2013).

Ademais, as vivências, as histórias e as lembranças estimularam a abertura de sentimentos e emoções entre os participantes, e esse ponto atingiu a proposta teórica da grupoterapia. No final, ao serem questionados sobre os aprendizados da prática desenvolvida, uma boa parte dos alunos respondeu sobre a necessidade de “zelar pela essência de quem são, independente do lugar onde possam ir”. Isso evidencia uma conexão que foi restabelecida com a “criança interior” por meio da prática, que levou os integrantes a concluir que “não podem esquecer de quem são e pelo que sonharam”. Pode-se enfatizar que as metas do trabalho foram alcançadas, e que o potencial evidenciado teoricamente quanto aos efeitos positivos da terapia grupal também se mostraram presentes nessa prática: a identidade (seja coletiva ou individual) foi estimulada por meio do processo de introspecção (OLIVEIRA *et al.*, 2009 *apud* GONÇALVES *et al.*, 2013), e foi potenciado diante da sensibilização na presença do outro.

Considerações finais

Apesar das dificuldades do momento vigente, a adaptação do trabalho se deu de forma bem-sucedida, pois alcançou seus objetivos. Portanto, diante das vivências da prática nos grupos, foi perceptível que o trabalho compreensivo desenvolvido, junto do auxílio e do amparo entre os integrantes da prática, forneceu uma experiência gratificante. O ato de estar em contato com o outro estimula um ciclo empático, que gera grandes benefícios ao longo do trabalho.

Essa articulação se fez importante ainda mais diante das vivências atuais e do cenário pandêmico que, inevitavelmente, afetam o emocional dos alunos. Os participantes deixaram seus medos de lado e, através do conhecimento da história de vida do outro, puderam ser abertos a também expor suas fraquezas e vulnerabilidades.

Referências

BECHELLI, Luiz Paulo de C.; SANTOS, Manoel Antônio dos. Psicoterapia de grupo: como surgiu e evoluiu. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [online]. 2004, v. 12, n. 2. Acessado em 1 de junho de 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692004000200014>>.

GONÇALVES, Jurema Ribeiro Luiz; SOARES, Pollyana Pagliaro Borges; SILVA, Camila Morena Margato; OLIVEIRA, Mariana Silva; GONÇALVES, Amanda Ribeiro; SANTOS, Érica Aparecida dos. SIGNIFICADO DE VIVENCIAR UM GRUPO TERAPÊUTICO JUNTO A UM PROJETO DE EXTENSÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA *Revista de enfermagem e atenção à saúde*. 2013, v. 2, n. 3. Acessado em 9 de junho de 2021. Disponível em: <<http://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/enfer/article/view/243>>.

A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO UMA METODOLOGIA DE TRABALHO COM O PÚBLICO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Victória Caroline Santos Marques ¹; Iara Cordeiro Barroso ¹; Natália Xavier Reis ¹; Júlia Mendonça Almeida ¹; Maria Eduarda Veloso R. Martha ¹; João Victor Martins Nunes ¹; Renata Francine Rodrigues Lima ².

¹ Acadêmico do curso de Odontologia da instituição Centro Universitário FIPMoc

² Professor do curso de Odontologia da instituição Centro Universitário FIPMoc

Introdução

As mídias sociais são utilizadas como ferramentas na disseminação de mensagens de utilidade pública, facilitando o processo comunicativo já que são fáceis de acessar e possibilitam a interação, participação social e o mais importante, aquisição de conhecimento de várias pessoas ao redor do globo. Para os estudantes, principalmente de saúde, as mídias sociais, vem sendo essenciais para ampliar suas possibilidades de exercer a liberdade e a autonomia na tomada de decisões em diferentes momentos do processo que vivenciam, preparando-se para o exercício profissional futuro. Considerando que o processo aprendizagem deve dialogar com as particularidades socioculturais de cada época, o uso das redes sociais para educação em saúde é uma estratégia que demonstra avanços, pois é um forte meio de comunicação, que desperta o interesse dos mais jovens, público mais engajado com o uso dessas redes, dispondo o conhecimento adquirido para situações futuras (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017). Esse trabalho foi desenvolvido com o objetivo de que as mídias sociais possam ser vistas como uma metodologia de trabalho e também instrumento de estudo para o público voltado para educação em saúde bucal, como incentivo no processo de ensino e com melhoria para o conhecimento.

Material e Métodos

Estudo não epidemiológico do tipo relato de experiência e revisão de literatura, realizado no período de março a junho de 2021. Em primeiro momento foi utilizando o Instagram como uma ferramenta de ensino, para repassar informações acerca da cirurgia bucomaxilofacial para acadêmicos de odontologia, em que foram realizadas postagens diariamente que se tratava de diversos assuntos voltados para a cirurgia oral, além de alguns quiz de perguntas, em que na maioria das vezes as postagens foram extraídas do livro Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea dos autores Myron R. HUPP, James R., ELLIS III, Edward, TUKER e do livro Cirurgia Bucomaxilofacial: Diagnóstico e Tratamento dos autores Roberto Prado e Martha Salim. Essas postagens foram construídas e editadas no aplicativo Canvas. Além disso, foi feita a revisão de literatura ao final, onde se utilizou base de dados como Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Google Acadêmico, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e para a seleção dos estudos foram utilizados os Descritores em Saúde (DeCs): educação em saúde, saúde bucal, mídias digitais, tecnologia.

Desenvolvimento

A experiência vivenciada ao criar uma página em uma rede social trouxe diversas dificuldades e aprendizados. Inicialmente houve desafios quanto à elaboração da arte das publicações, devido à falta de domínio dos aplicativos de edição, e dificuldade em manter a constância das publicações, entretanto esse problema foi resolvido com um planejamento que delegava a função de cada integrante do grupo. Em 30 dias, foram alcançadas 373 contas por meio das publicações feitas e houve 159 interações. Por consequência, foi avaliado que a interação do público foi de extrema importância para estabelecer uma relação criativa, baseada em compartilhar conhecimento. Em suma, a página estava com um total 133 seguidores, 20 publicações no feed e 15 nos destaques, sendo que todas as publicações abordam a temática da cirurgia oral de maneira ampla. Pode-se observar a partir dos resultados das enquetes realizadas na página que houve uma boa aceitação dos acadêmicos em relação aos assuntos abordados nesse período.

Conclusão

Conclui-se que as ferramentas digitais são relevantes para a educação dos estudantes, principalmente com resumos e macetes facilitando o processo de aprendizagem, podendo ser fortes aliadas para as práticas pedagógicas em saúde, além do amplo espectro de pessoas que podem ser alcançadas.

Referência

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda Leila Santos; MARTINS, Silvana Neumann. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, v. 14, n. 1, 2017.

OS EFEITOS DA FISIOTERAPIA NA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE INCAPACIDADES FUNCIONAIS NO IDOSO

LOYOLA, Leonardo Silva¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc.

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc.

RESUMO

Introdução: O envelhecimento da população é um fenômeno mundial, organizações internacionais preveem que até em 2025 possa existir aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas com mais de 60 anos, sendo que os idosos mais velhos continuarão em um grupo etário de expressiva importância numérica. Um fator que deve ser mencionado é o envelhecimento da população e o aumento da expectativa de vida da população mundial e brasileira, contudo contradiz com o estilo de vida dessa mesma população que tem como característica ser cada vez mais sedentário, não havendo a prática de hábitos que acrescentem no cotidiano do idoso, práticas preventivas que são capazes de evitar a progressão ou corrigir as disfunções instituídas por doenças. **Objetivo:** Analisar os efeitos e benefícios que a Fisioterapia Gerontológica provém aos idosos na promoção e prevenção da saúde. **Metodologia:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva. Foram analisados artigos das plataformas *Scielo*, *Scholar Google*, *Revistas Uningá*, *Revistas PUCSP* e *Seer PUCGoias*. Com o assunto abordado e usando as palavras chaves, assim foram selecionados 13 artigos mais relevantes, do ano de 2007 até 2019, no qual foram utilizados na construção desta revisão de literatura. **Resultados:** De acordo com os achados presentes neste estudo, foi verificado diversos efeitos benéficos que as práticas fisioterapêuticas podem promover à saúde geral no idoso. **Conclusão:** Através desse estudo foi possível comprovar que a fisioterapia dispõe de diversos meios exclusivos para a reabilitação, prevenção e promoção da saúde na população idosa.

Palavras chave: Benefícios. Idoso. Gerontologia. Fisioterapia.

REFERÊNCIAS:

ACIOLE, Giovanni Gurgel; BATISTA, Lucia Helena. Promoção da saúde e prevenção de incapacidades funcionais dos idosos na estratégia de saúde da família: a contribuição da fisioterapia. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 10-19, Mar. 2013.

AVEIRO, Mariana Chaves et al. Perspectivas da participação do fisioterapeuta no Programa Saúde da Família na atenção à saúde do idoso. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, p. 1467-1478, 2011.

Barreto, M.da S., Carreira, L., & Marcon, S.S. (2015, janeiro-março). Envelhecimento populacional e doenças crônicas: Reflexões sobre os desafios para o Sistema de Saúde Pública. *Revista Kairós Gerontologia*, 18(1), pp. 325-339. ISSN 1516-2567. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

BENEDETTI, Tânia R Bertoldo et al. Atividade física e estado de saúde mental de idosos. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 302-307, Apr. 2008.

DE JESUS, Ruan Luiz Rodrigues; et al., Análise de parâmetros cardiopulmonares após exercícios de facilitação neuromuscular proprioceptiva em idosos Capa > v. 18, n. 3 (2015) > Jesus

DE OLIVEIRA, Danielle Cunha; DOS SANTOS, Lorena Carvalho: EFEITOS DE UM PROGRAMA DE FISIOTERAPIA PREVENTIVA NA AUTOESTIMA E CAPACIDADE FUNCIONAL DE MULHERES ACIMA DE 50 ANOS. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 24, especial, p. 47-54, nov. 2014.

DE OLIVEIRA, JULIANA MARIA et al. BENEFÍCIOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS NAS ALTERAÇÕES POSTURAIS DOS IDOSOS. **REVISTA UNINGÁ**, [S.l.], v. 44, n. 1, jun. 2015. ISSN 2318-0579.

FROTA, Raissa Silva et al., A Interferência do Sedentarismo em Idosos com doenças Crônicas não transmissíveis *Brazilian Journal of health Review*, Braz. J. Hea. Rev., Curitiba, v. 3, n. 4, p. 10518-10529 jul./aug. 2020. DOI:10.34119/bjhrv3n4-316

LUSTOSA, Lygia Paccini et al. Efeito de um programa de treinamento funcional no equilíbrio postural de idosos da comunidade. **Fisioter. Pesqui.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 153-156, June 2010.

MALACHIAS, MVB et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial: Capítulo 1 - Conceituação, Epidemiologia e Prevenção Primária. **Arq. Bras. Cardiol.**, São Paulo, v. 107, n. 3, supl. 3, p. 1-6, Sept. 2016.

RIBEIRO, Antonio et al., Estratégia Nacional para o envelhecimento ativo e saudável 2017-2025, Serviço Nacional de Saúde. República Portuguesa.

SILVA, Francisco Luis Cunha; SANTANA, Wilson Ribeiro de; RODRIGUES, Tatyane Silva. Envelhecimento ativo: o papel da fisioterapia na melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa: revisão integrativa. **Revista Uningá**, [S.l.], v. 56, n. S4, p. 134-144, abr. 2019. ISSN 2318-0579.

TAVARES, Renata Evangelista et al., Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos: uma revisão integrativa. **Rev. bras. geriatr. gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 878-889, Dec. 2017.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

O FENÔMENO DA PSICOSSOMÁTICA SOB A ÓPTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

RAMOS, Bianca Guedes Silva¹; FONSECA, Bryan Alencar Soares¹; DAS NEVES, Maria Carlota Coutinho Gonçalves¹; MADUREIRA, Patrícia Hellen Silva¹; LOMBANO, Vitória Ramom Silva¹; LÉ SÉNÉCHAL-MACHADO, Vívica².

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

² Professor do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

RESUMO: Introdução: O conceito de Psicossomática é muito utilizado pelo senso comum, sendo, este, um fenômeno que atribui uma origem psicológica aos adoecimentos e às manifestações somáticas. Entretanto, a Análise do Comportamento possui um olhar monista para o sujeito, compreendendo que não existe uma separação entre corpo e “mente”. Nesse sentido, este estudo pretende dissertar sobre a concepção de Psicossomática à luz da Análise do Comportamento. **Objetivo:** Analisar o fenômeno da psicossomática sob a óptica da Análise do Comportamento. **Método:** Foi realizada uma pesquisa bibliográfica. **Resultados e discussão:** O fenômeno da Psicossomática é discutido por anos, e vem, tradicionalmente, sendo entendido por uma perspectiva dualista, em que há uma influência da mente sobre o corpo. A Análise do Comportamento, entretanto, compreende que os comportamentos não surgem em decorrência de sentimentos ou ideias, uma vez que estes também são comportamentos, e que, para entendê-los, deve-se direcionar o olhar para fora do organismo e para a interação do sujeito com o ambiente. Assim, como os sintomas são considerados instâncias comportamentais que produzem consequências, deve-se investigar quais fatores ambientais fizeram com que eles aparecessem, pois, ao interagir com o ambiente e ser influenciado, o sujeito sofre transformações e responde emocionalmente com alterações comportamentais que podem desencadear em um sofrimento. A partir de uma perspectiva analítico-comportamental, entende-se que as contingências aversivas fazem parte da vida do sujeito, todavia, quando não é possível livrar-se dessas contingências ou de contra controlá-las, as doenças psicossomáticas podem emergir. **Conclusão:** Considerando que, para Skinner, o comportamento público e o comportamento privado se encontram na mesma dimensão natural, a concepção popular de Psicossomática se torna inaplicável para a Análise do Comportamento. Logo, é possível pensar em uma releitura desse conceito, visto que toda manifestação comportamental deve ter suas causas buscadas na interação do sujeito com o mundo. Isto é, o analista do comportamento deve verificar, e, consequentemente, constatar, quais eventos ambientais, históricos e atuais, que levam o sujeito a apresentar os sintomas sem etiologia fisiológica, e que tem uma função na vida deste, tendo sido verificada a pertinência de intervenções voltadas para análises funcionais da função operante do sintoma como positiva na remissão deste.

Referências:

ABBUD, Gabriella; GRANDI, Paula. Um olhar analítico-comportamental às doenças psicossomáticas: uma introdução. **BEHAVIORS: CIÊNCIA BÁSICA, CIÊNCIA APLICADA**, São Paulo, VOLUME 18, p. 71-77, Nov. 2014.

MEDEIROS, C. A. de. Psicoterapia comportamental pragmática aplicada a um caso de dores de cabeça psicossomáticas. In: DE-FARIAS, A. K. C. R.; FONSECA, F. N.; NERY, L. B. (org). **Teoria e Formulação de Casos em Análise Comportamental Clínica**. Porto Alegre: ARTMED, 2018, p. 683-713.

NUNES, Juliana Pereira; ALMEIDA, Lorranny Guedes de; NUNES, Andrea Loss. Psicossomático: a concepção apresentada pela psicanálise, análise do comportamento e fenomenologia-existencial. **REVISTA CIENTÍFICA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS**, v. 1, n. 1, p. 74-94, jan/jul 2016.

LETRAMENTO: UMA ANÁLISE DA LEITURA E DA ESCRITA NO AMBIENTE ACADÊMICO DA UNIFIPMOC

SANTOS, Rennê Flávio Lopes

Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise da leitura e da escrita no domínio discursivo acadêmico da Unifipmoc. Para tanto, lançou-se mão dos seguintes objetivos: compreender como se dá o incentivo ao letramento acadêmico nas práticas de leitura e de escrita realizadas dentro da instituição, analisar a percepção do termo letramento no que tange às atividades de leitura e escrita propostas e fazer um paralelo do conceito de letramento com as realidades vividas na prática docente. Segundo os estudos na área de linguagem e alfabetização, letramento é a capacidade do indivíduo saber usar socialmente a leitura, a escrita ou mesmo a fala. É importante que as instituições de ensino superior busquem fomentar o letramento dos estudantes, para que, ao serem solicitados nas mais variadas situações de comunicação, possam desempenhar bem a leitura e a escrita. Soares (2004a) afirma que os estudos em letramento são recentes e seu surgimento se deve ao fato de que há uma necessidade fundamental não só de dar à pessoa a aquisição dos códigos linguísticos, que permeiam o conceito de alfabetização, mas também de capacitar o ser humano a usar a leitura e a escrita socialmente, o que corresponde à base das reflexões educacionais em letramento. A pesquisa, a priori, é de natureza bibliográfica e qualitativa tendo os princípios do letramento acadêmico como sua base epistemológica. Busca-se, com este trabalho, contribuir para que práticas e eventos de letramento acadêmico possam ser construídos junto aos discentes dos diferentes cursos da Unifipmoc, tendo como recorte de pesquisa as práticas de leitura e de escrita realizadas dentro do curso de Direito a partir do projeto interdisciplinar.

Palavras-chave: Leitura. Letramento Acadêmico. Escrita.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

Referências

SOARES, Magda. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pátio**, Porto Alegre, v.14, n.29, p. 96-10, fev. 2004a. Disponível em: < <https://acervodigital.unesp.br/bitstream> >._ Acesso em: 14 de outubro. 2019.

PLATAFORMA DE APRENDIZAGEM PARA A ENGENHARIA: “ENGENHARIA ACADEMY”.

PEREIRA, Alan Correia¹; OLIVEIRA, Luiz Henrique Aguiar¹; CRUZ, Matheus José Pereira¹; CARVALHO, Robson Felipe Santos¹; ALMEIDA, Ruy Kennedy¹; RODRIGUES, Welisson Matheus leite ¹; SILVA Rodrigo Baleeiro².

¹Discente do UNIFIPMoc; ²Docente do UNIFIPMoc

Introdução – Devido as rápidas transformações pelas quais a educação vem passando observa-se algumas alterações significativas no contexto aprendizagem, especificamente as que se referem ao estudo a distância. As faculdades estão vivenciando diversas modificações ao longo destes últimos anos, principalmente nesta pandemia global, tanto na sua estrutura organizacional quanto na ampliação de possibilidades de aprendizagem, como a possibilidade de trabalhar com novos recursos, especialmente na virtual. Diante a estas questões, surge a necessidade de se desenvolver uma plataforma de estudos para atender as demandas dos estudantes de engenharia. Então, para solucionar o problema desenvolvemos como produto um aplicativo para promover e facilitar a aprendizagem de engenharia, facilitando o acesso a matérias e métodos de ensino de maneira fácil e simples. Assim, através do desenvolvimento desta plataforma, tem-se a facilitação dos estudantes de Engenharia na aprendizagem online, possibilitando aos estudantes uma aprendizagem consistente e tecnológica. **Objetivo** – Desenvolver um aplicativo mobile eficiente e prático, que possa abranger toda a população, com a finalidade de promover e facilitar o acesso a materiais e métodos de ensino com um ambiente tático e teórico. **Métodos** – O aplicativo foi produzido com auxílio do sistema App Inventor, que foi inicialmente desenvolvido pelo professor Hal Abeson e uma equipe do Google Education, que consiste em uma plataforma de programação de aplicativos que permite de maneira simples a confecção de aplicativos por qualquer pessoa sem necessitar do conhecimento na área. Para a utilização dessa plataforma foi necessário apenas um computador com acesso à internet, e um dispositivo Android para a realização de testes; acompanhando a sua produção desenvolveu uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa investigativa para o produto final. **Resultados e discussão** – Para o desenvolvimento deste projeto, utilizou-se um percurso metodológico, com situação problema aferida de modo quantitativo, com análise embasada em dados, e seu objetivo é exploratório. Ao final da pesquisa se entregou um aplicativo denominado “Engenharia Academy”. O produto desenvolvido teve uma ótima aceitação dos profissionais, demonstrando que a produção e o funcionamento do mesmo é algo viável e necessário. **Considerações finais** – A aplicação mobile desenvolvida atingiu seu alcance proposto, conseguindo promover a facilitação da aprendizagem na engenharia.

Descritores: Aplicativo “Engenharia Academy”; Facilitar a aprendizagem; Engenharia.

ENSINO-APRENDIZAGEM NO CURSO DE MEDICINA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Gabriel Brito Silva Lana ¹; Isabella Lidório Pires Silva ¹; Karoline Stephany de Campos Gandra ¹; Luís Henrique Castro Fonseca Coelho ¹; Maria Eduarda Veloso Amaral ¹; Tales Cangussu Fonseca ¹; Marcos Vinícius Macedo de Oliveira ².

¹ Acadêmico do curso de medicina da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de medicina da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: Com a pandemia da COVID-19 e a adoção do distanciamento social, as instituições de ensino vivenciam novas experiências educacionais, com a necessidade de adequação das atividades, antes presenciais, para a realidade virtual. A implementação do ensino remoto emergencial, por meio de ambientes de aprendizagem virtuais e videoconferências, tornou viável o ensino dos conteúdos teóricos do curso de medicina durante a pandemia. Apesar disso, também trouxe consigo obstáculos, como docentes não preparados para a metodologia virtual, déficit ao acesso às tecnologias e ambientes de estudo desfavoráveis. Nesse contexto, surgiram concepções e opiniões nos cursos de medicina com relação às novas formas de aprendizado, desempenho e avaliação acadêmica. Assim, o objetivo desse estudo é apresentar evidências, por meio da fundamentação teórica baseada na literatura, sobre o processo ensino-aprendizagem nos cursos médicos durante a pandemia da COVID-19. Trata-se de uma revisão integrativa, de caráter teórico e descritivo. Foram incluídos no estudo artigos originais, quantitativos e qualitativos, publicados entre janeiro de 2020 a junho de 2021. Os artigos foram selecionados através das bases de dados PubMed, Periódicos CAPES e LILACS. Foram utilizados

os descritores ensino remoto, COVID-19, processo ensino-aprendizagem, medicina, e seus correspondentes na língua inglesa. Obteve-se inicialmente 22 publicações, sendo 8 artigos selecionados ao final para construção da revisão integrativa. Foi possível observar que o processo ensino-aprendizagem nos cursos médicos durante a pandemia foi marcado pelo desafio docente, que passaram a enfrentar algumas dificuldades, como garantia de aprendizagem, métodos avaliativos e o próprio modelo de home office. Além disso, a falta de infraestrutura adequada pode se tornar uma limitação na educação médica, devido à deficiência de acesso universal e igualitária à internet e desigualdades sociais importantes. Tal fator reforça ainda mais a reprodução da educação elitizada através da tecnologia, que desconsidera as realidades minoritárias – grupo populacional historicamente excluído da formação médica. Conclui-se também que ainda são necessários mais estudos que avaliem a perspectiva dos acadêmicos de medicina quanto à efetividade do ensino remoto emergencial, visto que ainda é um tema recente e escasso na comunidade científica, além de que essa metodologia de ensino pode fazer parte de um futuro promissor no ambiente acadêmico.

ABORDAGENS FISIOTERAPÊUTICAS NA PARALISIA CEREBRAL

SILVA, Sônia Carolina Nunes¹; JESUS, Marineide Pereira¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

¹ Acadêmicas do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC

² Professora do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMOC

RESUMO

Introdução: A Paralisia Cerebral (PC) é caracterizada por mudanças no movimento, controle ou postura do paciente que aparece na primeira infância, causada por lesão, dano ou disfunção do sistema nervoso central. Essa lesão pode ocorrer no período pré-natal, período peri natal e pós-parto. **Objetivo:** Analisar as abordagens fisioterapêuticas na paralisia cerebral. **Metodologia:** Foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 24 artigos científicos, correspondentes ao intervalo do ano de 2003 a 2020, nos idiomas português e inglês, sendo 12 deles revisões de literatura e 12 de estudo de caso. **Resultados:** Através do estudo foi possível observar que existem várias técnicas empregadas na utilização para os pacientes com paralisia cerebral e que Hidroterapia, Equoterapia, Bobath e FNP mostraram-se muito eficazes nas abordagens fisioterapêuticas nas disfunções. **Conclusão:** As abordagens fisioterapêuticas são fundamentais utilizando todos os recursos desde que haja estímulo da função cognitiva, melhora da força muscular, ganho e/ou manutenção da amplitude de movimento, aumento da flexibilidade, propriocepção e habilidades motoras em geral. Neste sentido, pode-se concluir que o objetivo do tratamento fisioterapêutico é oferecer oportunidades e possibilidades adequadas para o paciente aprender a interagir e a explorar o ambiente com mais funcionalidade e independência.

Palavras chave: Paralisia Cerebral. Fisioterapia. Desenvolvimento motor. Reabilitação.

REFERÊNCIAS

- NERI, L. L. O.; SILVA, D. F. S.; SILVA, J. M. *et al.* Uso de um protocolo do método PediaSuit no tratamento de crianças com paralisia cerebral: relato de caso. **Ciências da Saúde: Campo Promissor em Pesquisa**, nº7, cap.19, 2020.
- SOUZA, A. S. MEJIA, D. P. M.; A Utilização do Método Bobath no Tratamento Fisioterapêutico em Paciente com Paralisia Cerebral. Manaus, 2019.

TSIFTZOGLU, K.; MELLO, E. M. C. L.; LANDO, A. A. *et al.* Evidências em equoterapia na paralisia cerebral: uma revisão de literatura a partir da base PEDro. **Cad. Pós-Grad. Distúrb. Desenvolv.** São Paulo jan./jun, 2019.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

INCLUSÃO DIGITAL DOS IDOSOS NA PANDEMIA DA COVID-19

MESQUITA, Emilly Victória Lourenço¹; FREITAS, Gabriela Andréa Petrone¹; LOPES, Heitor Machado do Nascimento¹; RIBEIRO, Josiane Soares¹; QUEIRÓZ, Maria Alice Paiva¹; SANTOS, Maria Verônica Navarro¹; ROSA, Mariana Costa Santa¹; CARDOSO, Anamaria de Souza²

¹Dicentes do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

²Docente do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

RESUMO: É possível constatar a necessidade de atenção na inclusão de idosos nos meios digitais, pois, o mundo contemporâneo e globalizado é cercado por recursos tecnológicos que tem como objetivo promover e facilitar o acesso a esse meio. O tema do trabalho foi intitulado inclusão digital de idosos na pandemia da Covid-19. O objetivo geral foi investigar os impactos da pandemia na vida e nas relações com os idosos na sociedade atual. Foi criado um perfil na rede social *Instagram* <https://www.instagram.com/idososepandemia/> com o propósito de alcançar os idosos e indivíduos que mantêm relações com eles, possibilitando a interação com a comunidade. A população desta pesquisa foram os idosos, a partir de 60 anos. Um roteiro de perguntas foi utilizado para as entrevistas, para obtenção de depoimentos com os idosos que utilizam a internet no contexto de pandemia. Participaram profissionais da saúde que gravaram depoimento e permitiram a divulgação em nosso perfil a respeito dos cuidados com a saúde dos idosos na pandemia. Através dos resultados obtidos percebe-se que é importante que os idosos permaneçam em isolamento social, mas que não fiquem totalmente sozinhos, a tecnologia tem auxiliado nesse sentido para facilitar o contato com amigos e familiares. Conclui-se que a tecnologia atua como uma facilitadora social para o cotidiano dos idosos, porém é necessário o auxílio de pessoas próximas para que haja uma real inclusão do grupo nesse meio, visando o aprendizado a manusear meios digitais.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS DIGITAIS RELACIONADOS À PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS E O

DIREITO À PRIVACIDADE NA LGPD

RIBAS, Ane Caroline Pereira¹; RABELO, Bárbara Beatriz Andrade¹; DURÃES, Matheus Aguiar¹; SANTOS, Pollyana Mendes dos¹; SOUZA, Verônica Tamara Ramos¹

VELOSO, Cynara Silde Mesquita²

¹Discentes das UNIFIPMoc; ² Docente das UNIFIPMoc.

Introdução: Os meios digitais transformaram-se em ferramentas de interação social e de progresso das nações em escala mundial. No entanto, tal tecnologia trouxe consigo diversas falhas no que tange aos dados dos usuários. Nesse viés, tornam-se passíveis de identificação situações em que os utilizadores das mídias digitais têm sua privacidade invadida, ocasionando exposição de documentos, endereços, senhas de agências financeiras e imagens pessoais, o que viola princípios constitucionais e demais legislações ativas no meio social como a LGPD. **Objetivo:** Analisar as formas alternativas de resolução dos conflitos digitais no tratamento de dados pessoais e do direito à privacidade no âmbito da LGPD. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa e exploratória com levantamento de dados obtidos por meio de pesquisa bibliográfica realizada em livros e artigos no formato eletrônico e pesquisa documental através da análise da Lei Geral de Proteção de Dados. **Resultado:** Nessa perspectiva, baseado na lei nº 13.709/18 (LGPD), torna-se perceptível, em alguns casos, a ineficácia da segurança e dos tratamentos dos dados nas condutas das empresas para com a sociedade. Portanto, nota-se que o aumento da acessibilidade e os incontáveis serviços e ferramentas de aquisição de bens de consumo disponíveis no mercado tecnológico, tem possibilitado uma alta demanda de exposição e circulação das informações pessoais de um indivíduo sem o seu consentimento, ocasionando assim, um aumento da busca por resolução dos conflitos digitais. Em decorrência do aumento da litigiosidade, cabe ao órgão regulador ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) no cumprimento de suas competências, facilitar a efetivação dos direitos, para que não haja o impedimento do acesso à justiça, por intermédio de outros métodos de resolução de conflitos; como a negociação, a conciliação e os meios tecnológicos, além de ampliarem o acesso aos meios que possibilitam a consolidação dos direitos previstos na constituição e em demais legislações através de plataformas digitais e pontos físicos de atendimento que possa conferir celeridade e qualidade na satisfação dos direitos dos titulares no que tange os conflitos oriundos da aplicação da LGPD. **Conclusão:** Portanto, é inegável a necessidade de medidas para efetivação da LGPD referente a proteção dos dados e do direito à privacidade, tais como plataformas digitais e pontos físicos de atendimento, para suporte de titulares, a fim de alcançar maior proporcionalidade do mesmo.

Palavras Chave: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Direito à privacidade. Métodos alternativos. Conflitos Digitais.

Referências:

FINDELSTEIN, Maria Eugenia; FINKELSTEIN, Claudio. Privacidade e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Revista de Direito Brasileiro. 2019. 18f. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5343>. Acesso em: 19 maio. 2021.

GARCEL, Adriane; MORO, Sergio Fernando; SOUZA NETTO, José Laurindo de; HIPPERTT, Karen Paiva. Lei geral de proteção de dados: diretrizes e implicações para uma sociedade pandêmica. Coletâneas de artigos jurídicos: em homenagem ao Professor José Laurindo de Souza Netto1. ed, Curitiba: Clássica Editora, 2020 pg 319-344. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/18319/47149551/42.+Artigo+Lei+Geral+de+Prote%C3%A7%C3%A3o+de+Dados.pdf/f4e4281e-2318-9799-39a8-f394a68230b3>. Acesso em: 20 maio. 2021.

ZANGALLI, Luciana; TRENTIN, Fernanda. E-resolutions: os meios virtuais de solução de conflitos. Revista Âmbito Jurídico, Santa Catarina, ed. 166. 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-166/e-resolutions-os-meios-virtuais-de-solucao-de-conflitos/>. Acesso em: 20 maio. 2021.

A PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS PARA EFETIVAÇÃO DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

COUTINHO, Analu Tolentino¹; RIEBEIRO, Hevelyn Conceição¹; OLIVEIRA, Laura Gabrielly Soares¹; COSTA, Maria Eduarda Guimarães¹; MACHADO, Neuza Gonçalves dos Santos¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques²

¹ Acadêmicas do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

Dado pessoal é conceituado como todo elemento ou informação que torna a pessoa identificada ou ao menos identificável. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/18, tem como finalidade proteger os dados pessoais de modo a tutelar os seus titulares quanto aos direitos de não discriminação e isonomia do indivíduo, principalmente no que se trata de dados pessoais sensíveis. Este trabalho visa compreender a proteção de dados sensíveis como direito fundamental especialmente em face ao princípio da não discriminação, através das bases legais para o tratamento e armazenamento garantindo a efetivação da proteção dos titulares dos dados pessoais sensíveis. A pesquisa será realizada com objetivo exploratório e explicativo, com a utilização de fontes de dados bibliográficos, por meio da pesquisa documental. Verificou-se que os direitos fundamentais são um conjunto de direitos inerentes aos indivíduos e cujo fundamento está na tutela à dignidade da pessoa humana, incluindo a privacidade, liberdade e personalidade. Os dados sensíveis, por sua vez, são dados do indivíduo que concernem às suas opções religiosas e políticas, origens étnicas e raciais, e ainda dados relacionados a saúde, ou seja, são aqueles mais suscetíveis a discriminação ou perseguições à pessoa do titular e se encontram previstos na referida lei. Porém, é necessário salientar que, dados sensíveis são todos aqueles que, se aplicados a determinada situação, podem ter efeito discriminatório, considerando-se ilegal o tratamento desses dados, por oferecer maior vulnerabilidade em relação ao seu conteúdo. O tratamento de dados pessoais sensíveis deve atender ao princípio da não discriminação, presente no rol de princípios da LGPD, e coaduna-se ao tratamento isonômico entre os indivíduos que se encontram na mesma situação. Princípio, esse, que corrobora com a efetivação das garantias fundamentais, previstas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Conclui-se que a partir da vigência da LGPD, para a realização do tratamento, armazenamento e coleta de dados considerados sensíveis é imprescindível o consentimento expresso do titular, estando este ciente quanto a finalidade, a adequação e a transparência quanto aos dados, com consentimento claro e específico. Ademais, é importante salientar que o tratamento dos dados deve ser realizado de forma rigorosa, para evitar vazamentos ou quaisquer incidentes, em observância aos direitos fundamentais, especialmente em face ao princípio da não discriminação.

Palavras-chaves: Dados Sensíveis. Discriminação. Liberdade. Privacidade.

Referências:

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/13709.htm. Acesso em: 16 de maio. 2021.

BURKART, Daniela Vicenzi Villares. Proteção de dados e o estudo da LGPD. Dissertação (Mestrado) –Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Bauru-SP, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204091/burkart_dvv_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acessado em 27/03/2021.

MULHOLLAND, Caitlin. Dados Pessoais Sensíveis e consentimento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 39, n. 144, p. 47-52, nov. 2019. Disponível em: https://aplicacao.aasp.org.br/aasp/servicos/revista_advogado/paginaveis/144/2/index.html. Acessado em: 05 de abr. 2021

CUIDADOS NECESSÁRIOS AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DO TELETRABALHADOR

COUTINHO, Analu Tolentino¹; RIEBEIRO, Hevelyn Conceição¹; OLIVEIRA, Laura Gabrielly Soares¹; COSTA, Maria Eduarda Guimarães¹; MACHADO, Neuza Gonçalves dos Santos¹; PERES, Anna Paula Lemos Santos²

¹ Acadêmicas do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

Resumo: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), foi criada com o intuito de proteger a intimidade e a privacidade do cidadão em diversos aspectos das relações diárias, tendo fortes impactos nas relações de consumo e trabalhistas, que versam sobre tratamento de dados, sejam eles em meio físico ou digital. Neste viés o teletrabalho é a prestação de serviço pelo empregado, realizado fora das dependências da empresa, através de meios tecnológicos, digitais e de comunicação. Este trabalho analisa os cuidados que devem ser tomados para evitar conflitos digitais nos tratamentos de dados pessoais na modalidade do teletrabalho, mediante compreensão dos dados pessoais como direito fundamental do trabalhador. Utilizou-se o método dedutivo, com base na pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório. Verificou-se que o teletrabalho é uma recente modalidade de trabalho adicionada à CLT, a partir da reforma do Decreto Lei 5.542/2017 através do Capítulo II A, se tornando cada vez mais comum através do avanço tecnológico. A partir da vigência da LGPD, se observou a importância dos cuidados, como revisão de documentos internos; treinamento dos teletrabalhadores; termo de responsabilidade; bloqueio de conteúdo e compartilhamento de dados com terceiros, que devem ser adotados com o manuseio dos dados do teletrabalhador, visto que, nesta modalidade há um contato maior com os meios tecnológicos de informação, estando os dados mais vulneráveis a ataques cibernéticos e a vazamentos. No entanto, deve-se atentar para o consentimento de tratamento de dados e ainda a facilitação de alteração destes, pelo teletrabalhador, previstos na referida lei. Ademais, vale ressaltar que o empregador deve se limitar, no que tange a flexibilização das exigências trabalhistas, em relação ao monitoramento de seus teletrabalhadores. Conclui-se que, com a vigência da LGPD, os empregadores devem se limitar quanto ao controle empresarial dos dados de seus teletrabalhadores no que concerne ao tratamento de dados pessoais e sua devida adequação, devendo estes, ainda, proporcionarem aos seus teletrabalhadores tutoriais e treinamentos, para que os teletrabalhadores saibam lidar com a nova lei em relação a equipamentos próprios, e-mails, comunicações de dados que devem ser priorizados em relação a empresa para melhor tratamento, controle e manuseio, evitando vazamentos de dados.

Palavras-chaves: Lei Geral de Proteção de Dados. Teletrabalho. Tecnologia de informação. Vulnerabilidade de dados.

Referências:

MASSARO, Rubens Luiz Schmidt Rodrigues. Teletrabalho: Desafios ao Direito do Trabalho Contemporâneo e as Modificações Trazidas com a Reforma Trabalhista. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/23186/2/Rubens%20Luiz%20Schmidt%20Rodrigues%20Massaro.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

PAMPLONA, Rodolfo Filho; CONI, Vicente Vasconcelos Junior. A Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais E Seus Impactos No Direito Do Trabalho. **Revista Unifacs**, nº249, 2021. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/7108>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

ROCHA, Cláudio Jannotti; PONTINI, Milena Souza. Compliance trabalhista: Impacto Da Lei Geral De Proteção De Dados (LGPD) No Direito Do Trabalho. **RJLB**, nº 2, Ano 7 (2021). Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2021/2/2021_02_0407_0427.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2021.

O OLHAR DA PSICOLOGIA QUANTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DURANTE A PANDEMIA

ZUBA, Aila Santos¹; OLIVEIRA, Jade Santiago¹;
SANTANA, Júlia Maia Caldeira Brant¹; SARMENTO, Maria Clara Avelino e¹; SILVA, Rafaela Maria Camelo¹; SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira de²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: Crianças e adolescentes são sujeitos concretos, caracterizados por sua condição social, histórica e de pertencimento a produção de cultura e conhecimento, de forma que a atuação do psicólogo deve ocorrer de forma a ressignificar as relações e experiências vividas como mantenedoras de exploração e exclusão, buscando mudar qualitativamente a vida das camadas populares, acompanhando e analisando suas queixas (CONTINI, 2009). Tendo isso em vista e também o hodierno contexto pandêmico, o tema “a atuação da psicologia com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia” foi pesquisado a partir do método exploratório, empregando entrevista semiestruturada com psicólogos que atuam com esse público para coleta de dados, e realizada através da plataforma digital Google Meet, mantendo os cuidados para evitar a propagação da COVID-19. A pesquisa foi conduzida de forma qualitativa, buscando estreitar e explicitar o fundamental papel do psicólogo durante esse momento histórico especialmente na cidade de Montes Claros–MG. Outrossim, foi possível perceber que o trabalho com serviços essenciais continuaram atuantes na pandemia, a fim de atender às demandas especialmente da população mais vulnerável, por exemplo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que busca promover proteção e garantia de direitos. A atuação dos psicólogos, nesse âmbito, deve ocorrer conforme as resoluções, que tem como finalidade o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas, as quais orientam o funcionamento do Centro de Referência de Assistência Social, por exemplo, designando as tarefas de cada componente da equipe multiprofissional. Vale ressaltar que o cenário atual traz prejuízos às crianças e adolescentes, visto que houve aumento da ansiedade, obesidade, depressão, violência sexual, psicológica, diminuição de renda, entre outros, além de que o limite e a resiliência foram ressaltados como itens necessários nesse período. Por fim, Freitas, Moura e Monteiro (2016), apontam que as experiências vivenciadas pelas pessoas modificam-se no cotidiano conforme reconhecimento das condições e pessoas no entorno, de forma que a entrevistada aponta mudanças em sua vivência, especialmente a falta de contato físico, sendo necessário adaptar-se. Logo, o trabalho dos psicólogos com este público alvo é de enorme relevância, especialmente em contexto pandêmico quando as vulnerabilidades estão ainda mais acentuadas.

CONTINI, M. L. J. Psicologia e a construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis.. In: Bock, Ana Maria Mercês. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v. 1, p. 295-312.

FREITAS, Rodrigo Jacob Moreira de; MOURA, Natana Abreu de; MONTEIRO, Ana Ruth Macêdo. Violência contra crianças/adolescentes em sofrimento psíquico e cuidado de enfermagem: reflexões da fenomenologia social. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, vol.37, n.1, pág. 1-4, 2016.

Aprovação Comitê de Ética: CEP 4.742.485/2021

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

OFICINAS TERAPÊUTICAS: POSSIBILIDADES DE ACESSOS E INTERVENÇÕES EM UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL (CAPSi)

BOAS, Madison H.¹; FERREIRA, Marya F. da S.¹; MOREIRA, Fernanda C.¹; SOARES, Sílvia R.².

1 – Discentes do Curso de Psicologia das UNIFIPMoc

2 – Supervisora de estágio do Curso de Psicologia das UNIFIPMoc

Introdução

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em suas diferentes categorias são estratégicos pontos de acolhimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que oferecem serviços de caráter aberto às comunidades por meio de equipes multiprofissionais que atuam com visão interdisciplinar e realiza, sobretudo, atendimentos às pessoas com algum tipo de sofrimento ou transtorno mental, inclusive aquelas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, em sua área territorial, seja em situação de crise ou nos processos de reabilitação psicossocial (BRASIL, 2011 *apud* BRASIL, 2015).

Sendo assim, um dos principais objetivos deste tipo de atenção seria favorecer a estruturação e fortalecimento de um modelo de rede de assistência e atenção psicossocial, que enfatize a reabilitação e reinserção social dos sujeitos, alicerçada em dispositivos comunitários, ligados ao meio cultural, integrados à rede de saúde mental e aos princípios de um serviço substitutivo aos modelos manicomiais estabelecidos a partir da reforma psiquiátrica no Brasil (AZEVEDO; MIRANDA, 2010).

No que diz respeito a categoria que volta seu atendimento para crianças e adolescentes existe o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), qualificados para promover atendimentos à crianças e adolescentes com graves comprometimentos mentais. São espaços fundamentais para atender sujeitos com demandas em saúde mental, implantados considerando um mínimo habitantes nas comunidades, a saber, 150 mil pessoas (BRASIL, 2011 *apud* FERNANDES; MATSUKURA, 2016).

Ao discorrerem sobre a importância de se pensar a ambiência de crianças e adolescentes no CAPSi, no que diz respeito aos aspectos primordiais capazes de ligar os usuários ao serviço, Ronchi e Avellar (2013, p. 1052) vão dizer que são oferecidas a estes, diversas atividades, tais como “atendimento individual, em grupos e oficinas. Em alguns momentos também são disponibilizados materiais como papel, lápis, tinta, bola, fantoches, instrumentos musicais, brinquedos e fantasias”. Sobre as oficinas, as autoras ainda acrescentam que podem ser: “de culinária, de artes, de histórias e de criatividade, além de grupos de expressão e grupos com adolescentes” (p. 1053). É possível dizer que muitas vezes, as atividades lúdicas podem oferecer um espaço adequado que atenda às particularidades de crianças e adolescentes. Mas é importante pensar que estes pacientes apresentam formas únicas de se comunicarem no que diz respeito ao sofrimento psíquico que enfrentam. O que leva a ideia de que nem sempre a intervenção verbal será eficiente (AVELLAR, 2004 *apud* RONCHI; AVELLAR, 2013). Para as autoras, “o trabalho com crianças requer do analista uma disponibilidade lúdica, permitindo que o material do paciente surja de forma espontânea, baseado na relação de confiança que se estabelece em função dos cuidados oferecidos pelo analista e dos objetos disponíveis no ambiente” (p.1053).

Material e Métodos

O presente estudo aborda uma prática de estágio em Saúde Mental, com acadêmicos do 9º e 10º períodos do curso de Psicologia. O estágio se deu de março a junho de 2021, no CAPSi da cidade de Montes Claros - MG, em turnos de 4 horas semanais. A prática, que foi supervisionada, contou com um grupo inicial com 8 integrantes, que foram divididos em subgrupos de 3, em escala de rodízio, para atender as exigências de circulação no CAPSi definidas pelo município.

Partimos, inicialmente, dos objetivos gerais do estágio que dizem respeito à formação acadêmica, ou seja, possibilitar que os estudantes, a partir das práticas em campo, entrem em contato com a realidade profissional de forma que possam associá-la e confrontá-la com aquilo que é discutido em sala a partir das teorias e suas aplicabilidades. Outro importante aspecto é a viabilização do desenvolvimento de habilidades relacionadas com o campo de atuação profissional. De modo mais específico, podemos dizer que o objetivo foi possibilitar aos acadêmicos contribuir com a promoção de espaço de fala e escuta entre os profissionais do CAPSi e os adolescentes, a fim de observar e intervir nos aspectos relacionados ao sofrimento mental.

Sobre as atividades realizadas pudemos participar de acolhimentos de pacientes e familiares que procuraram o serviço; bem como organizar e acompanhar as atividades e oficinas terapêuticas, que seriam desempenhadas com os adolescentes frequentes (este último ganha destaque nesta prática, uma vez que, apenas um número pequeno de estagiários teve a oportunidade de assistir pessoalmente algum acolhimento, uma vez que o serviço funciona sob a lógica de demanda espontânea, portanto, sem agendamentos). Tudo isto, a fim de proporcionar um espaço de fala, que viabilizasse a possibilidade de integração social, fortalecimento de vínculos, e para que os adolescentes pudessem entrar em contato com as próprias experiências e subjetividades, no sentido de novas construções de “modos de fazer”, que resultassem em melhorias na qualidade de vida.

Desenvolvimento

Já no primeiro encontro com os adolescentes no CAPSi, foi possível perceber como se dá a chegada e distribuição dos adolescentes neste campo. No espaço destinado ao tempo de permanência, o grupo de adolescentes é acolhido e, desde o início, estimulado e convidado à fala. A princípio, a profissional condutora deste espaço e das oficinas sempre pergunta como foi o final de semana de cada um. De modo geral, foi possível escutar o que sempre pareceu um distanciamento a partir de respostas como: “não me lembro”; “foi normal”; “não sei”. O que nos permite recorrer novamente a ideia supracitada de Avellar (2004) citado por Ronchi e Avellar (2013), no que diz respeito às particularidades dos modos de lidar com o sofrimento psíquico e das dificuldades em se recolher, nas intervenções verbais, resultados efetivos com os adolescentes.

Ainda sobre o primeiro encontro, foi desenvolvida uma oficina terapêutica que explorava assuntos relacionados ao mercado de trabalho e as profissões que cada um julgava melhor se encaixar. Foram disponibilizados papel e lápis e cada um deveria colocar três profissões ou áreas que gostaria de seguir e dizer o porquê. A princípio, nem todos do grupo aderiram, mas na medida em que as respostas apareciam, todos foram dando contribuições. Foi possível escutar respostas tais como: “quero ser necropsista, pois logo será meu corpo que passará por isso”; “exterminador de criminosos, os fazendo sofrer e os tirando da sociedade”; “vendedor de órgão humanos”. A oficina, mobilizou um espaço que deu indícios de promoção de críticas e reflexões entre os adolescentes, que se posicionaram, sobretudo, às voltas de questões relacionadas à agressividade.

Segundo Lacan (1948-1998) citado por Rocha (2016), a agressividade é típica dos seres humanos e se manifesta a partir de uma vivência subjetiva, já que faz parte da formação do eu. Esta agressividade pode aparecer como uma tendência ou uma intenção. Guerra *et al* (2015) citado por Rocha (2016), vão dizer que a

intenção agressiva se dá toda vez que se toca na incidência despedaçadora. É o que aparece para os sujeitos quando eles têm a impressão de que seus padrões simbólicos, a imagem que ele tem de si diante do outro foi atingida. Logo ele se sente perdido, tem a sensação de que seu corpo fica despedaçado, não se reconhece em si mesmo. E isso está associado ao encontro com o que o outro espera dele. Lacan pensa que a intenção agressiva está associada a uma intenção de querer dizer alguma coisa que o sujeito não consegue dizer ao outro. Sendo assim, a direção de trabalho, quando identificada a intenção agressiva, seria de tentar ajudar o sujeito a decifrar o que ele quer dizer. Dessa forma, tivemos aqui, nesta oficina com os adolescentes, uma possibilidade de leitura e intervenção.

Em outro encontro, ancorada no dia da Luta Antimanicomial, 18 de maio, a temática da oficina foi baseada na pergunta “O que é loucura”, e o que os adolescentes tinham a dizer sobre isto. Não houve exceções sobre o não conhecimento da data entre os adolescentes. Após uma rápida introdução sobre o que foi o tratamento da loucura por via da medicalização e do enclausuramento nos hospitais psiquiátricos, os adolescentes deram respostas como: “louco é quem prende as pessoas”; “loucura é não poder ser quem a gente é”; “loucura é não poder falar o que a gente pensa”; “loucura é ser o que os outros querem que a gente seja”. Esta oficina pareceu abrir uma possibilidade de fala e reflexão acerca do que se entende por loucura e dos movimentos de cura que vão ao encontro da privação de liberdade física e de expressão.

Soma-se a isto, um terceiro momento que se destaca durante os encontros no CAPSi. Tratou-se de uma oficina, aonde foi utilizada a letra da música “Auto Estima”, da Banda Calypso. A partir da exploração dos termos abordados pela canção, tais como, tristeza, depressão, sofrimento, amor, valorização, reconstrução, recomeço e auto cuidado, os adolescentes foram convidados a falarem sobre quais seriam, para eles, os elementos que mais se destacam na música e porquê. Em seguida algumas perguntas, pré-elaboradas, lhes foram feitas. Questionou-se, por exemplo, o que para eles seria “auto estima”. Pergunta esta que tomou tempo considerável para se fazer esclarecer e para se obter respostas. Grosso modo, as respostas pareceram se apontar para aspectos ligados a auto cuidado, auto valorização, amor próprio, não submissão às vontades de outras pessoas em prol das próprias vontade e egoísmo. Importa dizer que, a cada nova resposta, era perguntado aos adolescentes se eles faziam aquilo que apresentavam, mas no lugar de um “sim”, ou um “não”, o que aparecia era sempre um silêncio que só era quebrado pela condutora da oficina ou pelos estagiários.

Nesse sentido, Coutinho e Rocha (2007) citados por Cazanatto, Martta e Bisol (2016, p. 488) vão dizer que, “o trabalho com a palavra, ou mais especificamente, com uma fala endereçada, permite que questões emergentes possam ser desdobradas e arejadas, abrindo possibilidades de intervenção e de investigação”. O que evidencia, mais uma vez, a importância e eficácia das oficinas terapêuticas no CAPSi que podem fazer surgir, por via de uma condução interessada e bem elaborada, questões subjacentes que demandam escuta e uma possível intervenção.

Conclusão

Concluimos que a prática no CAPSi oferece desafios que nos colocam em posição de questionamentos frente ao nosso desejo de ocupar este campo de trabalho, uma vez que, apresenta uma realidade no campo da saúde mental que exige do profissional psicólogo um preparo teórico e prático, mas que seja, antes de tudo, ético para lidar e manejar aquilo que crianças e adolescentes apresentam, no que diz respeito ao sofrimento mental e como conseguem lidar com isto por via do silêncio, da agressividade, da tristeza e do isolamento. O que nos possibilita dizer que atingimos o propósito inicial que foi entrar em contato com a realidade profissional, extraindo desta experiência a noção de quais são as principais características e competências exigidas para lidar com ela de forma efetiva.

Foi possível concluir também que o CAPSi, no que tange a sua contribuição psicossocial, se apresenta como um eficiente meio de oferecer a usuários e familiares um espaço que proporciona muito mais do que um recurso para o tratamento do sofrimento mental. O CAPSi é capaz de oferecer, por meio de um espaço que favorece a

fala, uma escuta especializada e a possibilidade de construção de vínculos sociais, de acessos a direitos, incluindo a cidadania e o contato com a própria história. Cabe dizer que, uma forma que tem sido eficiente para chegar a isto, são as oficinas terapêuticas que, por meio de uma elaboração criteriosa e considerando as particularidades de cada sujeito, possibilita que a fala seja usada como ponte entre o que se apresenta e o que é possível escutar e intervir.

Referências

AZEVEDO, Dulcian Medeiros de; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de. **PRÁTICAS PROFISSIONAIS E TRATAMENTO OFERTADO NOS CAPS DO MUNICÍPIO DE NATAL-RN: com a palavra a família.** Esc. Anna Nery Ver. *Enfermagem* 2010 jan. Mar; 14 (1): 56-63 – Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v14n1/v14n1a09.pdf>. Acesso em 06/06/2021

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios: orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 44 pag.

CAZANATTO, Elenice; MARTTA, Margareth Kuhn; BISOL, Claudia Alquati. A escuta clínica psicanalítica em uma instituição pública: construindo espaços. **Psicologia: Ciência e Profissão** Abr/Jun. 2016 v. 36 n°2, 486-496. Disponível em: [file:///C:/Users/Administrador/Desktop/download%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Administrador/Desktop/download%20(1).pdf). Acessado em 06/06/2021

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi; MATSUKURA, Thelma Simões. ADOLESCENTES INSERIDOS EM UM CAPS: ALCANCES E LIMITES DESTES DISPOSITIVO NA SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia** – 2016, Vol. 24, n° 3, 977-990. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v24n3/v24n3a11.pdf>. Acessado em: 06/06/2021

ROCHA, Paula Saraiva. **ADOLESCÊNCIA, ATO E MEDIDA: O que a jovem tem a dizer.** Belo Horizonte – MG, 2016. Tese de mestrado.

RONCHI, Juliana Peterle; AVELLAR, Luziane Zacché. AMBIÊNCIA NA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL: UM ESTUDO NO CAPS. **Saúde Soc.** São Paulo, v.22, n.4, p.1045-1058, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CCLZfQcMxzfjRG3Nst9WSM/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 06/06/

MINICURSO GRATUITO SOBRE EMPREENDEDORISMO

Alan Cezar Lancuna

Jhonatan Moreira Gomes

Leonardo Neves

Lucas Medeiros

Vinícius De Moraes Amaral

Resumo

O intuito deste artigo é aconselhar adolescentes que estão entrando pela primeira vez no mundo do empreendedorismo. Podendo assim realçar a importância dos jovens terem uma ideia do que é empreender e como funciona o processo de formação de uma empresa. Para esta pesquisa tiramos todos os dados da internet, professores e também profissionais da área. Esse estudo contribui para a compreensão mais ampla do conhecimento de adolescentes sobre como contribuir para si mesmo com o empreendedorismo, e o que ele fará assim que terminar o ensino médio. Trazendo assim uma reflexão crítica para o aluno, sobre o que ele quer ser, ou o que quer fazer. E dessa forma validando a subjetividade de cada sujeito.

RELATO DE EXPÊRIENCIA

Introdução

O objetivo deste artigo é aconselhar os jovens que estão entrando no mundo empresarial pela primeira vez. Portanto, ressaltar-se a importância das ideias dos jovens sobre o que é ser empreendedor e como funciona o processo de constituição de uma empresa. Para esta pesquisa, obtivemos todos os dados da Internet, professores e profissionais da área. Esta pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla de como os jovens contribuem para seu empreendedorismo e o que farão após concluir o ensino médio. Isso trará reflexões críticas ao aluno sobre o que ele quer ser ou o que deseja fazer. Para verificar a subjetividade de cada tema. Este minicurso é 100% gratuito e tem como único objetivo ajudar os jovens a se tornarem empreendedores. Dessa forma, o projeto contribui para o desenvolvimento da educação no Brasil, formando jovens responsáveis e inteligentes que possam trabalhar por conta própria e passar esse conhecimento para a próxima geração.

Diante da atual crise econômica no Brasil, a equipe determinou a possibilidade de aproveitar grandes questões com base em princípios de gestão e abriu a primeira empresa Longe do desconhecimento do País. Da agenda da educação escolar, o tema está no mercado. Há uma lacuna na localização e aplicação dos fundos que circulam todos os dias, especialmente para os jovens, que na maioria dos casos não têm muita responsabilidade e costumam sacar dinheiro de maneiras não lucrativas. Nesse sentido, considerando a relevância da educação no plano de negócios, pois pode alcançar independência, melhor qualidade de vida e mais uso do próprio dinheiro abrindo uma empresa, a equipe pensou em ingressar na disseminação do conhecimento sobre o assunto. Desta forma, os adolescentes podem entender a formação de planos de negócios, planos financeiros e planos de marketing, levando em consideração a praticidade de expandir o conhecimento por meio da mídia digital.

Para se tornar um empresário de sucesso, qualquer atividade deve ter um bom projeto, plano de negócios de investimento e plano. Abaixo, listamos algumas dicas que podem ajudar quem deseja fazer isso. Carlos Wizard Martins começou do zero e se tornou um dos principais empresários do Brasil. O empresário fundou o Grupo Multi Holding, dono da Akatus e Vale Presente, divisão ecológica líder mundial de produtos naturais, orgânicos e saudáveis na América Latina, e serviços de pagamento online. Definição da atividade Em qual segmento de mercado você deseja fazer negócios, tem semelhanças ou sabe mais sobre o mercado. A primeira habilidade de um empresário é analisar as necessidades dos consumidores e entender o que é uma boa oportunidade. Evite investir em um determinado negócio por causa da moda, a tendência pode acabar e você terá que arcar com o custo do investimento. Diferenciação Fornece diferenciação. O cliente deve estar motivado para escolher o negócio, não a motivação do concorrente. “Quando comecei a dar aulas, concentrei-me nas necessidades dos alunos em aprender a falar inglês rapidamente. Por isso iniciei o chamado Fale Inglês 24 Horas“. O empresário disse que essa chamada simples e poderosa está atraindo milhares de Pessoas. A diferença necessária para dezenas de milhares de alunos.

Material e Métodos

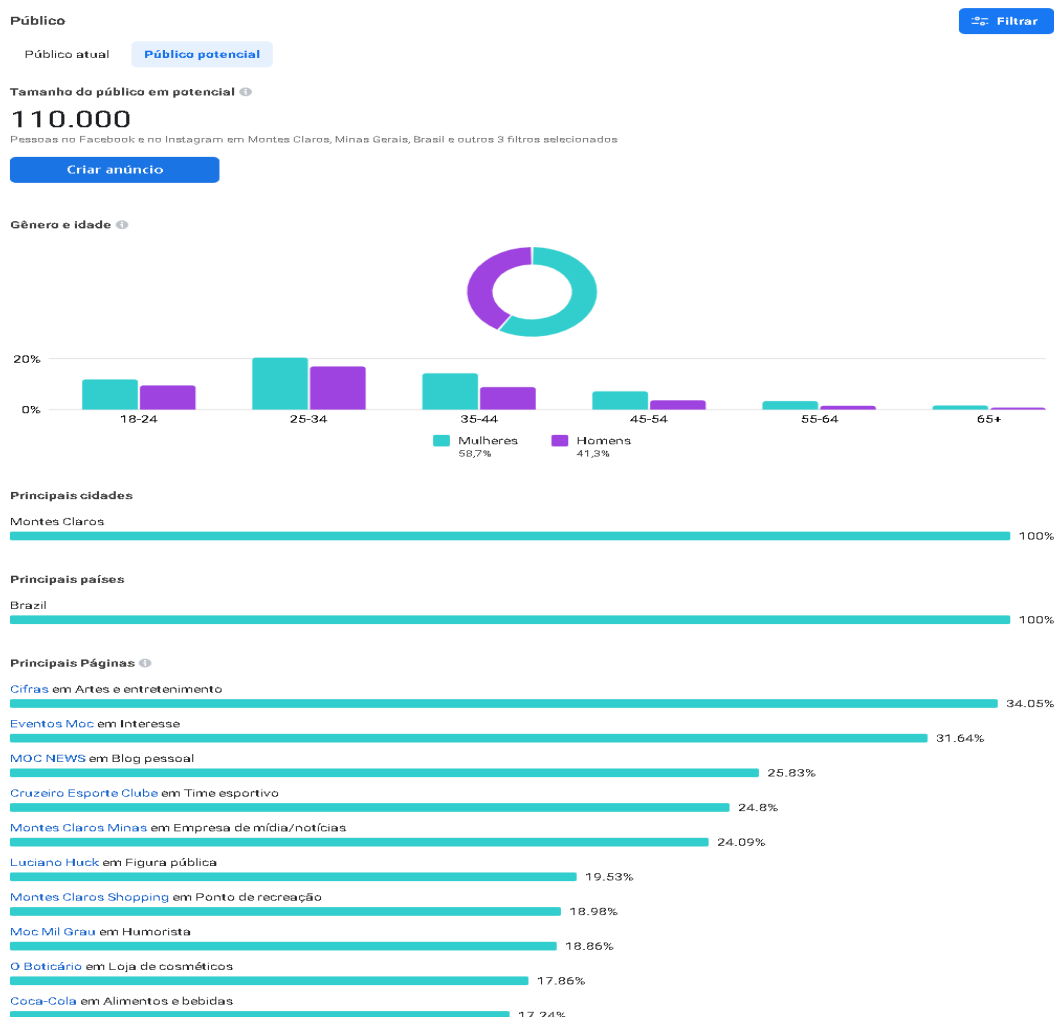
O vigente trabalho feito pelos alunos do quinto período de administração teve como intuito um mini curso direcionado para os adolescentes que estão perto de acabar o ensino médio, e começar uma vida como adultos, porém não sabem o que fazer ao começarem essa nova etapa de suas vidas, e também para adultos que tem vontade de empreender mas não sabem como fazer, ou por onde começar. Este projeto foi totalmente gratuito e digital. Com a duração mediante a 5 (cinco) meses, foram desenvolvido vídeos, imagens, e materiais dinâmicos, materiais esses que foram usados para responder dúvidas dos nossos alunos que nos acompanhavam até então. Para esse projeto foi usada a mídia social “Instagram” para postar os vídeos e imagens diariamente.

Desenvolvimento

Durante o período do curso de Administração, com a ajuda dos professores e profissionais da área, conseguimos criar conteúdos e elaborar estratégias onde poderíamos levar a informação e o conhecimento de maneira acessível, pratica e rápida para os jovens que tenham o sonho e a curiosidade de empreender ,e que estão a terminando o terceiro ano do

ensino médio. Mas devido à pandemia que a Covid-19 causou não possível realizar este processo. Sendo assim, tivemos algumas alterações nos processos de aprendizagem. Com a ajuda da tecnologia e plataformas de mídias sociais, estamos levando o conhecimento e o conteúdo para onde os jovens tem mais presença, ou seja, levamos para plataformas digitais (Instagram e Facebook), com postagens em imagem, vídeos, Lives (vídeos ao vivo), posts dinâmicos nos quais respondemos perguntas e tiramos dúvidas de nossos seguidores. Mesmo com as alterações por causa da Covid-19, conseguimos levar o conhecimento sobre empreender para um grupo de pessoas maiores, sendo esse um grupo que constitui adultos, adolescentes e até idosos.

(Retirado
do
Facebook
Bussines)





(Retirado do Instagram)

Conclusão

Considerando tudo que foi exposto no presente artigo, pode-se concluir que o projeto cumpriu com o seu objetivo que foi ensinar, impulsionar, motivar, atentar ao público sobre como começar um negócio da estaca zero e notar os principais pontos a serem observados no momento de abrir uma organização, levando em consideração tudo que foi apresentado pelo minicurso exposto na plataforma do Instagram, acreditamos que os jovens visam contruir um futuro com grandes expectativas e para isso uma boa educação é essencial para diminuir o máximo possível de falhas.

Agradecimentos

Agradecemos primeiramente a Deus que foi nossa maior força para continuarmos a seguir este projeto e o curso de Administração. Agradecemos nossos professores por terem sido uma fonte de inspiração e motivação, e também pela ajuda que os mesmos deram.

UMA ANÁLISE ACERCA DOS PRINCÍPIOS E REQUISITOS NORTEADORES DO CONTRATO À LUZ DA SÉRIE LA CASA DE PAPEL

Introdução: Os contratos são um tipo de negócio jurídico bilateral que visam a criação, extinção ou mudança de direitos e deveres em uma dimensão patrimonial, conforme aponta a doutrina majoritária, uma vez que, o Código Civil de 2002 não traz a sua definição conceitual. Diante disso, torna-se necessário a análise de requisitos que são o plano de existência, validade e eficácia e dos princípios norteadores dos contratos, de modo, a verificar na obra cinematográfica La Casa de Papel, os efeitos da não observância de tais elementos contratuais. **Objetivo:** Analisar os requisitos necessários para a formação do contrato, bem com seus princípios norteadores, à luz da Série La Casa de Papel. **Método:** Utilizou-se a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, mediante técnica de pesquisa bibliográfica. **Resultado e Discussões:** O contrato por ser uma espécie do gênero negócio jurídico, necessita preencher os mesmos requisitos que se encontram determinados na Escada Ponteara. Assim, torna-se imprescindível verificar os elementos do plano da existência, da validade, e de eficácia do contrato. No entanto, nota-se que estes foram inobservados na Série La Casa de Papel, uma vez que o objeto do contrato era ilícito, por se tratar de um roubo, o que ocasionou uma sucessão de desconformidades jurídicas. Além disso, é indispensável pontuar acerca dos princípios contratuais, que tem por finalidade garantir a segurança jurídica às partes e a terceiros, uma vez que, sua inobservância poderá acarretar a nulidade ou anulabilidade contratual. Dessa forma, as partes realizam acordos de vontades para que produza efeitos jurídicos de obrigações mútuas, sendo este o princípio do consensualismo. E no que se refere a escolha de quem contratar ou no estabelecimento do conteúdo negocial, as partes podem valer do princípio da autonomia privada. Ademais, os contratos possuem efeito *Erga Omnes*, de modo que, pelo o princípio da função social terão a eficácia subjetiva e transubjetiva (GONÇALVES, 2012). **Conclusão:** Conclui-se que, o contrato é definido pela autonomia da vontade privada das partes, no qual deverá ser observado os elementos constitutivos do negócio jurídico e orientar-se-á sob a ótica dos princípios a ele inerentes, a fim de garantir segurança jurídica entre as partes e terceiros, de modo que quando tais normas não são observadas, como ocorre na Série La Casa de Papel, ocorre uma série de desconformidades com o contexto social e desrespeito às normas de ordem pública.

Palavras-Chave: Contrato. Requisitos. Princípios contratuais. Código Civil de 2002.

Referências:

- TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais**. 9. Ed. v.3. São Paulo: Saraiva, 2012.

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO: UM ESTUDO EM EMPRESA DO RAMO DE FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE MEDIDA EM MONTES CLAROS - MG

SILVA, Kamila Rodrigues 1; SILVA, Fabrícia Lopes da2; SANTOS, Matheus Jefth Dias 3; CARDOSO, Geisa Adrielle Campos; 4; CARVALHO, Maria Fernanda Guedes de 5; DIAS, Fredy Manoel 7; DIAS, Diego Luiz Gonçalves 8; LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira 9;

1. Acadêmico do curso de Administração da UNIFipmoc ;
2. Acadêmico do curso de Administração da UNIFipmoc
3. Acadêmico do curso de Administração da UNIFipmoc
4. Acadêmico do curso de Administração da UNIFipmoc
5. Acadêmico do curso de Administração da UNIFipmoc
6. Acadêmico do curso de Administração da UNIFipmoc
7. Acadêmico do curso de Administração da UNIFipmoc
8. Acadêmico do curso de Administração da UNIFipmoc
9. Professora Dra. do curso de Administração da UNIFipmoc

Introdução: As transformações enfrentadas nos ambientes organizacionais e as constantes mudanças do mercado demandam cada vez mais que as empresas e colaboradores "pensem fora da caixa" na resolução de algum problema ou evolução de processo, produto, receitas, etc. As Ferramentas Administrativas de Suporte ao Gerenciamento de uma empresa tem o propósito de facilitar e atingir o ápice que a organização pode alcançar através de melhorias e até mesmo soluções para problemas existentes dentro da mesma. Considerando as ferramentas administrativas de suporte e gerenciamento como recursos de apoio, o mesmo pode ser utilizado para facilitar processos de manuseio com mão de obra humana na agilidade e levantamento de dados que possam apontar resultados mais eficazes permitindo a implementação de planos eficazes na resolução de resultados negativos. **Objetivo:** O artigo teve por objetivo identificar os possíveis problemas apresentados na organização em análise procurando também, uma solução para cada um deles. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, descritiva tendo como procedimento técnico a pesquisa ação por essa mostrar-se adequada ao estudo, pelo seu caráter participativo. Sustenta-se por uma pesquisa de campo descritiva, sendo o *briefing* usado como técnica primordial para levantamento de informações e dados com entrevistas feitas com cada chefe dos departamentos da empresa. **Resultados:** Através do levantamento percebeu -se alguns pontos que poderiam ser melhorados através de ferramentas operacionais na busca de uma solução para o possível obstáculo, por exemplo em um dos insumos, que não havia custo específico e desta forma foi criada uma planilha dentro de uma ferramenta conhecida que é o Excel para controle de compra, uso, demonstração de custo dentro da receita, etc.

Palavras-chave: Ferramenta. Operacional. Custo. Solução. Problema.

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

MAGALHÃES, Ádila Maria Antunes¹, MENEZES, Poliane de Azevedo¹, NEVES, Maria Carlota Coutinho Gonçalves¹, OLIVEIRA, Danielle Márjorie Chaves Rocha e¹; RAMOS, Bianca Guedes Silva¹, VIANA, Vanessa Miranda¹, SOARES, Silvia Reis².

¹ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC).

² Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC).

Introdução

As políticas de humanização do Sistema Único de Saúde (SUS) somadas às demandas sociais emergentes, exigem constante atualização no olhar para o processo de adoecimento. Esse cenário se caracteriza por tentativas de alcançar propostas mais eficazes junto à comunidade, integrando-as na participação popular do SUS, bem como na capacitação dos profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), para a realização do trabalho de acordo com a lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990, que regula a oferta do serviço em saúde (BRASIL, 1990).

A Política Nacional de Atenção Básica tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para expansão e consolidação da Atenção Básica. A qualificação da ESF e de outras estratégias de organização da Atenção Básica deverão seguir as diretrizes da Atenção Básica e do SUS configurando um processo progressivo e singular que considera e inclui as especificidades locais e regionais (BRASIL, 2013). A ESF é reconhecida como uma política pertinente no processo de validação ao modelo de atenção à saúde no Brasil, ratificando os caminhos necessários para a efetivação do SUS na promoção de novas práticas de cuidado à saúde que fogem da lógica do modelo tradicional (NEPOMUCENO; BRANDÃO, 2011).

O trabalho do psicólogo na ESF, como de outros profissionais inseridos recentemente, apresenta-se como diverso pela necessidade de adequação ao contexto local e de abrangência dos serviços. As possibilidades apontam uma atuação direta, como porta de entrada, junto a usuários e comunidades, como membro de equipe multiprofissional de uma área de pequena abrangência territorial ou em uma atuação de equipe de apoio matricial, responsável por uma área abrangente, instrumentalizando diversas equipes da ESF para melhor atender as demandas sociais (NEPOMUCENO; BRANDÃO, 2011).

O profissional da psicologia está referenciado para a atuação no nível terciário de atenção, prestando suporte matricial às equipes de saúde, sendo solicitado, em alguns casos, para a atuação em nível primário. Neste nível de atuação, o psicólogo pode exercer um trabalho voltado de forma mais específica para a comunidade, efetivando práticas de prevenção e empoderamento social, contribuindo para a integralidade no cuidado prestado aos usuários (GIACOMOZZI, 2012).

O presente estudo busca por meio da prática investigativa referir as possibilidades da psicologia no contexto da Atenção Primária com enfoque na estratégia da saúde da família, tornando-se possível através de entrevistas apurar os fazeres do(a) psicólogo(a). Diante das falas dos(as) psicólogos(as) atuantes na ESF, foi possível perceber as nuances que circulam o ambiente, explicitando as possibilidades da psicologia e seus enfrentamentos diante os desafios a serem vencidos.

Este relato de experiência tem como principal objetivo analisar a atuação do profissional psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. Como objetivos específicos, foram definidos: identificar as possibilidades de atuação do profissional psicólogo dentro da ESF; compreender a relevância do profissional de Psicologia no contexto da ESF; identificar os desafios do psicólogo para desenvolver o trabalho na ESF; compreender a interação entre o profissional da Psicologia e os demais profissionais da equipe de Saúde da Família (eSF); e

investigar, na prática dos profissionais da equipe interdisciplinar da ESF, a aplicabilidade do conceito de apoio matricial.

Material e Métodos

Para a realização deste trabalho foram utilizadas, como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas com quatro psicólogas que atuam em Estratégias da Saúde da Família (ESFs) na cidade de Montes Claros-MG. As entrevistas foram realizadas por estagiárias do Estágio de Atenção Primária do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Foi realizado, previamente, um questionário com dez perguntas acerca da atuação do psicólogo na ESF, e, para este relato, selecionamos alguns dados pertinentes ao nosso estudo.

As entrevistas semiestruturadas, conforme Boni e Quaresma (2005), fazem uma associação de perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a liberdade de dissertar acerca da temática apresentada. O entrevistador possui um roteiro de perguntas para seguir, estabelecido anteriormente, contudo, há uma flexibilização para novos questionamentos, similar a um diálogo informal. Nesse sentido, utilizou-se esse instrumento para explorar amplamente a atuação do profissional psicólogo na ESF.

Desenvolvimento

Durante a entrevista, quando questionado acerca dos principais desafios para desenvolver o trabalho dentro da ESF, foi relatado sobre as dificuldades no que diz respeito ao trabalho coletivo, uma vez que há uma resistência, por parte dos outros profissionais, de aceitar o psicólogo dentro da equipe. Foi explicado, ainda, que há profissionais que não reconhecem a relevância da saúde mental na vida do sujeito, muitas vezes concentrando os pacientes na equipe de referência, os encaminhando ao psicólogo somente após passar pelo médico. Essas questões sugerem uma relação com a literatura de Campos e Domitti (2007), uma vez que estes autores falam sobre a concentração de poder sob os médicos e especialistas, tendo obstáculos na comunicação entre os profissionais nas organizações de saúde, fazendo com que a circulação de informações e a preocupação de uma intervenção integrativa de saúde e doença sejam raras neste meio. Porém, para que se haja um funcionamento efetivo do método de apoio matricial e até mesmo das equipes de referência, faz-se necessário que esse sistema de saúde se aproxime cada vez mais de uma lógica de co-gestão, no qual se divide o poder entre distintos profissionais componentes de uma equipe e estes com outros especialistas.

Ainda sobre a resposta dos desafios vivenciados na ESF, a psicóloga enfatiza a importância do conhecimento de todos os princípios do SUS, uma vez que é através deles que se concretiza uma prática coletiva. Diante do exposto, os autores Nepomuceno e Brandão (2011) destacam que, para a superação do modelo tradicional e das lacunas na interface da Psicologia e do SUS, faz-se necessário uma mudança no processo de formação e atuação dos psicólogos, no qual precisa ser construído um trabalho preocupado com as políticas públicas do cidadão para o desenvolvimento da promoção de saúde e um novo olhar e posicionamento sobre as questões sociais. É consolidar, então, uma concepção ampliada de saúde, no qual considera a saúde “como direito de todos e dever do Estado, através da conquista de um sistema de saúde universal, pautado na integralidade e na equidade da atenção e do cuidado articulando os princípios de integralidade e equidade no cuidado” (NEPOMUCENO; BRANDÃO, 2011).

Ao serem questionadas sobre o apoio matricial, estas relatam que a prática enriquece e aprimora a forma de atuar de cada profissional componente da equipe, através de trocas, compartilhamentos de saberes e discussão de casos. De acordo com Campos e Domitti (2011), o apoio matricial objetiva construir na atuação dos especialistas das equipes uma prática baseada na clínica ampliada e na integração de uma comunicação de saberes entre distintas especialidades e profissões, fortalecendo o vínculo entre profissionais e usuários, promovendo maior eficiência no serviço de saúde e propiciando maior autonomia dos usuários.

Além disso, foi mencionada também como desafio a falta de recursos, tendo em vista que, muitas

vezes, não há verba para a compra de brinquedos, jogos, livros e atividades para entreter o público infantil. Sendo assim, cabe ao profissional ter a criatividade de elaborar elementos lúdicos com os recursos já disponíveis. Esse dado parece indicar uma semelhança com o que é descrito por Campos e Domitti (2007). Mesmo com a falta de recursos, a maioria desse sistema de saúde funciona dessa forma há décadas, uma vez que a administração sanitária tem se utilizado de vários instrumentos para amenizar os efeitos negativos desses obstáculos estruturais e reconhece também que todos os recursos oferecidos pelo SUS poderiam ter um uso mais adequado e racional, entre os arranjos oferecidos pelos profissionais, também o apoio matricial poder ser relevante para racionalizar o acesso e o uso de recursos especializados, alterando-se ainda a ordenação predominantemente multidisciplinar do sistema para uma outra mais adequada com a interdisciplinaridade. Esse arranjo permite um uso racional de recursos, quando cria oportunidade para integrar os trabalhos do profissional com a equipe de referência.

Foi falado também sobre a questão de não existir uma sala fixa para o atendimento, acontecendo de, às vezes, ser necessário atender os pacientes em uma sala de ginecologia, o que não é confortável para muitas pessoas e pode prejudicar a formação do vínculo, que é de extrema importância no atendimento psicológico. Sugere-se uma similaridade à teoria de Cunha e Campos (2011) que evidencia que alguns problemas estruturais na ESF como a escassez de serviços especializados, induzem sua utilização equivocada de forma substitutiva empobrecendo o atendimento e dificultando a compreensão da sua função, fazendo um obstáculo estrutural de uma clínica ampliada, assim, como do trabalho interdisciplinar.

Considerações finais

Por meio deste estudo, constata-se que a atuação do psicólogo na ESF é de suma importância, haja visto que propicia aos indivíduos da comunidade um espaço de acolhimento e de uma escuta de qualidade. Isto posto, são diversas as possibilidades de atuação do profissional psicólogo na ESF, desde cuidados quanto a prevenção de doenças até uma atuação que contempla a psicoeducação, que podem ser feitos através de atendimentos individuais, em grupos ou domiciliares. Ademais, o psicólogo da ESF desenvolve ações de cuidado para promoção da saúde, age como mediador de conflitos e facilitador de relações e promove a formação de vínculos que colaboram para a continuidade do tratamento dos indivíduos. Contudo, algumas dificuldades se apresentam para concretização da função, como resistências na realização do trabalho em equipe, que muitas das vezes perpassa por uma exclusão ao trabalho do psicólogo, bem como recursos e serviços escassos, que exigem desses profissionais criatividade e agilidade para bem atender os pacientes. Sendo assim, é preciso produzir estratégias para uma comunicação mais eficiente, uma vez que boas relações se fazem necessárias para a execução efetiva dos objetivos. Para mais práticas que visem uma clínica ampliada, passando a olhar o sujeito como um todo diante de suas perspectivas, para que o tratamento possa ser transformado, assim como transmitir aos demais profissionais da ESF sua importância, para que possam ser reconhecedores da relevância da saúde mental na vida do sujeito.

Referências

- CAMPOS, G. W. S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 23(2):399-407, fev, 2007.
- BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2 nº 1 (3), p.68-80, 2005.
- BRASIL. Lei nº 8.080, 19 de setembro de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, 19 de setembro de 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, nº34, 2013. Saúde Mental, *Diário Oficial da União*, Brasília, 2011.
- CUNHA, G.T.; CAMPOS, G.W.S. Atenção matricial e atenção primária em saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 4, p.:961-970, 2011.
- GIACOMOZZI, A.I. A inserção do psicólogo na estratégia de saúde da família e a transição de paradigma em saúde. *Psico*, Florianópolis, SC, v. 43, n. 3, p. 298-308, jul/set, 2012.
- NEPOMUCENO, L.B; BRANDÃO, I.R. Psicólogos na Estratégia Saúde da Família: Caminhos Percorridos e Desafios a Superar. *PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO*, 2011, 31 (4), 762-777.

O VÍNCULO E A CORRESPONSABILIZAÇÃO COMO MÉTODOS FACILITADORES DO PROCESSO DE CUIDADOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

BICALHO, Maria Cecília Moura; BOK, Maria Thereza Fonseca; LOMBANO, Vitória Ramom Silva; SOARES, Lauren Mariane Fernandes⁸; SOARES, Sílvia Reis.⁹

Introdução

O presente trabalho trata-se de um resumo teórico crítico realizado pelo grupo de acadêmicos do 9º período de psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Este resumo visa promover uma maior discussão acerca do vínculo e da corresponsabilização entre os usuários e os profissionais da atenção básica, tendo como base o estágio profissionalizante da atenção primária. Tem-se como objetivo compreender a importância do vínculo no que tange os cuidados em saúde na atenção primária, identificando o lugar do mesmo em um atendimento que contemple o sujeito de forma integral. Uma vez que não foi possível a ida a campo, obtém-se como trabalho realizado a discussão teórica sobre as diretrizes, normas, funcionamento, discussão de casos, ocorridas nas supervisões. Segundo Viegas e Penna (2012) para contemplar determinados territórios, localiza-se ali uma equipe de Saúde da Família (eSF) composta por médico, enfermeiro, psicólogo, agentes comunitários, entre outros, que passam a ser a equipe de referência daquela população inserida no território. Identifica-se uma extrema importância do vínculo e do trabalho da eSF. As estratégias funcionam como porta de entrada para a rede de atenção psicossocial. Neste sentido, encontra-se a importância da criação do vínculo, para permitir que o sujeito se autorize a receber esses cuidados proporcionados pela unidade, viabilizado pela confiança entre paciente e profissional. (BARBOSA E BOSI, 2017). A partir disto, o conceito de vínculo passa por uma relação interpessoal construída ao longo do tempo entre o usuário e o profissional de saúde, tendo como base a confiança e corresponsabilidade, assim, tanto a equipe quanto o usuário dos serviços possuem suas responsabilidades acerca do cuidado à saúde. A corresponsabilidade se caracteriza pela implicação do sujeito, fator que fortalece e facilita a ação de cuidado. Este aspecto garante um movimento que parte do próprio usuário sobre seu bem-estar, ou seja, a função de cuidar não se restringe ao médico, enfermeiro ou outro profissional da equipe, o indivíduo também é agente responsável neste processo. Gelinsky (2011) trabalha esse método como algo que permite aos envolvidos ter autonomia sobre seu papel no cuidado, uma responsabilização compartilhada, na qual todos têm uma função fundamental e particular, dentro do mesmo projeto terapêutico.

Material e Métodos

O atravessamento da pandemia impossibilitou as práticas iniciais, entretanto, a condução das supervisões que ocorriam de modo semanal pelo Google Meet, viabilizou discussões acerca do tema que se fazem fundamentais para o campo. Dentre o período do estágio foi possível dividir os acadêmicos em subgrupos e assim efetuar entrevistas com os psicólogos que atuam em eSF's. Com essa entrevista, identificamos a importância do trabalho sustentado pelo vínculo e a diretriz da responsabilização da equipe e dos usuários. As pautas teóricas trabalhadas em supervisão contemplavam este movimento das estratégias, ou seja, o modo de funcionamento das mesmas. Temas que se estendiam, por exemplo, ao projeto terapêutico singular que era mobilizado pela construção do vínculo e seu fortalecimento, de modo a garantir a continuidade do acompanhamento do usuário.

Desenvolvimento

O significado de vínculo é polissêmico, ele passa por diversos âmbitos das ciências sociais e da saúde com caráter e metodologias múltiplas como diretrizes, objetivo, estratégia, relação, dimensão e tecnologia. O vínculo funda-se num forte laço entre o profissional e usuário, promovendo segurança que envolve o atendimento de suas necessidades.

⁸ Discentes das UNIFIPMoc.

⁹ Docente das UNIFIPMoc.

O sujeito relaciona-se com aquele território da eSF, crê e acha que ao chegar ao serviço no seu domicílio receberá atenção de algum profissional responsável por seu território. Isso pode ser visto como algo simples, essa formação do vínculo exige de ambos, profissional e usuário, ocasiões de escuta, conversa, trocas, acolhimento, responsabilização, no que circunscreve o problema enfrentado e posteriormente gerará o vínculo. (SANTOS e MIRANDA, 2016). Com o estabelecimento do vínculo entre profissionais e usuários, entra uma outra ação importante na atuação da Atenção Primária: a corresponsabilização. Posterior ao vínculo, se faz importante a designação dos papéis para os usuários e profissionais, pois, apesar da relevância do papel dos profissionais, os usuários também precisam saber e se haver de suas possíveis funções, como, por exemplo, tomar uma medicação nos dias e horários corretos que foram prescritos; comparecer aos atendimentos combinados, sempre se atentando que nenhum deve assumir responsabilidades do outro. É muito importante que todos estejam cientes do significado da relação de corresponsabilidade, sendo necessário que os trabalhadores socializem, troquem experiências, compartilhem informações, orientações, para que os usuários e familiares se sintam empoderados e capazes de desenvolver autocuidado, autonomia e a corresponsabilidade pela sua própria vida e saúde.

Segundo Monteiro, Figueiredo e Machado (2009), a configuração do vínculo entre o usuário e a eSF gera laços de confiança e corresponsabilidade no fazer dos profissionais junto ao usuário. É visto como uma relação que o profissional desenvolve com a comunidade, desejando uma confiança do usuário na pessoa do profissional. A noção de vínculo faz pensar sobre a responsabilidade e compromisso, implicando nas relações de proximidade com clareza, que sensibiliza com o sofrimento do outro, sendo responsável pela vida e pelos cuidados em saúde do paciente, viabilizando uma intervenção nem burocrática nem impessoal. Torna-se importante o saber ouvir as queixas, fazendo com que o usuário se sinta importante, potencializando assim, a formação do vínculo, além de gerar um atendimento de qualidade, garantindo ao sujeito o respeito e a seguridade dos seus direitos do cidadão.

A formação do vínculo é um elemento necessário na relação de usuários e profissionais, o que indica a necessidade de organização das equipes e a qualificação dos profissionais, sendo assim, o usuário aproxima-se mais do serviço, sentindo-se acolhido, respeitado e mais ativo na participação das ações em sociedade. Com essa estratégia, o vínculo possibilita a desconstrução da hierarquia do profissional sobre o usuário ao facilitar uma maior aproximação entre ambas as partes por intermédio de momentos de escuta, conversação e trocas de conhecimentos (SANTOS e MIRANDA, 2016).

Conclusão

Em suma, podemos dizer que o vínculo entre usuários e profissionais se faz de suma importância para a atuação na atenção primária, auxiliando e aprimorando o contato entre usuários e profissionais, e, por conseguinte, a corresponsabilização surge para afirmar esse vínculo e mostrar em que medida são as funções dos profissionais e as funções dos usuários e seus familiares. Ambas contribuem ativamente para o melhor funcionamento da atenção básica e para alcançar os objetivos propostos.

Referências

- BARBOSA, M. I. S.; BOSI, M. L. M. Vínculo: um conceito problemático. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 27 [4]: 1003-1022, 2017
- GELINSKY, C. R. O. G. A questão da co-responsabilidade prevista na estratégia de saúde da família. **Política & Sociedade** - Florianópolis - volume 10 - Nº 19, p. 97-114, 2011.
- MONTEIRO, Michele Mota; FIGUEIREDO, Virgínia Paiva; MACHADO, Maria de Fátima Antero Sousa. Formação do vínculo na implantação do Programa Saúde da Família numa Unidade Básica de Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 2009.
- SANTOS, Raionara Cristina de Araújo; MIRANDA, Francisco Amoldo Nunes de. Importância do Vínculo entre Profissional-Usuário na Estratégia de Saúde da Família. **Revista de Enfermagem da UFSM**, vol 6, n. 3, 2016.
- VIEGAS, Selma M. da Fonseca; PENNA, Cláudia M. de Mattos. O vínculo como diretriz para a construção da integralidade na estratégia saúde da família. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, vol. 13, n. 2, 2012, pp. 375-385 Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Brasil

MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA PROTEÇÃO DE DADOS

ABREU, André Maia Castro¹; TOLENTINO, Brenner Gonçalves²; COSTA, Carla Moreira Lima³,
GALVÃO, Luciana Gomes Marques; GABRICH, Lara Maia
Discentes do curso de Direito Centro Universitário UNIFIPMoc.
Docentes do curso de Direito Centro Universitário UNIFIPMoc.

Introdução: A judicialização da matéria sobre proteção de dados acena como cenário esperado ante a publicação da Lei n.º 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados. Essa lei entra em vigor no momento em que houve a maximização das relações virtuais, diante da crise epidemiológica da COVID-19 que, com o isolamento social, exigiu um novo perfil nas relações sociais, culturais, trabalhistas, comerciais e econômicas. Com o aumento do consumo virtual, espera-se insurgência de conflitos e de demandas judiciais acautelando-se sob um rol de direitos e garantias conferidas aos titulares dos dados. **Objetivo:** Analisar o emprego de métodos autocompositivos para a resolução de conflitos decorrentes da LGPD. **Material e Métodos:** Trata-se de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para realização do trabalho, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, com base em levantamento bibliográfico e documental realizadas em artigos, livros e na LGPD. **Resultados:** A morosidade histórica no Judiciário brasileiro incentivou a criação de vias e alternativas para a composição dos litígios de forma mais célere, e que permitissem mais eficiência e rapidez frente a solução dos conflitos. Os métodos *Alternative Dispute Resolution* (ADR) - meios alternativos de resolução de conflitos, e os *Online Dispute Resolution* (ODR) - resolução de conflitos online apresentam como modalidades a conciliação, mediação, negociação e arbitragem, regulamentos pelas Leis 13.140/15 e 13.129/15. O emprego desses métodos é previsto no artigo 52, § 7º, da LGPD, criando expressa possibilidade para a solução do conflito, como a conciliação direta entre controlador e titular. Como ferramenta de ODR, a plataforma de negociação do Ministério da Justiça apresenta resultados significativos nas demandas auferidas, principalmente, na seara das relações consumeristas, além de ser um serviço gratuito. Na categoria de ADR, as câmaras privadas de conciliação e mediação são entidades públicas e privadas aptas a utilizar métodos consensuais de solução de conflitos. Em Montes Claros, a Câmara de Arbitragem, Mediação e Conciliação (CAMOC), inaugurada em maio de 2021, oferece os serviços privados de conciliação e mediação, dentre outros. Dessa forma, os meios alternativos de solução de conflitos permitem que resultados sejam obtidos de forma mais célere, visando economia de tempo e custo na solução do conflito, fornecendo resultados as demandas, como saída a não judicialização em massa. **Conclusão:** Os métodos alternativos à judicialização são fontes garantidoras do direito ao acesso à justiça, com validade de decisão judicial, previstos na Lei 13.140. Os métodos de ODR e ADR já apresentam resultados de sua eficácia e é apontado pela doutrina como via para composição de demandas na esfera consumerista ou quando se tratar de direito patrimonial disponível, e poderá ser de grande aliada nas demandas originárias da LGPD.

Palavras-chave: Resolução de conflitos. Proteção de Dados. LGPD. Métodos alternativos de solução de conflitos.

Referências:

A RESOLUÇÃO de disputas online e a LGPD. **Valor Econômico**, São Paulo, 08 de Jun. de 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/a-resolucao-dedisputas-on-line-e-a-lgpd.ghml> Acesso em: 14/05/2021

PINHEIRO, P. P. **Proteção de dados pessoais:** comentários à Lei n.13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

PRISÃO APÓS CONDENAÇÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

ALVES, Ian Emanuel Silva ¹; FERNANDES, Ana Paula ²;

¹ Acadêmico do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

² Professor do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

No Brasil existem diversos princípios constitucionais que garantem a dignidade da pessoa humana. Dentre esses princípios, está o princípio da inocência ou da não culpabilidade, segundo o qual o réu não deverá ser considerado culpado até que haja uma sentença penal condenatória transitada em julgado. Isso significa que, em regra, o réu só deverá iniciar o cumprimento da pena após estar esgotados todos os graus de jurisdição possíveis para se propor um recurso. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a prisão após condenação em segunda instância e o conflito dessa modalidade de prisão com o princípio da presunção de inocência. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de natureza qualitativa, aplicando-se o método de abordagem dedutivo e a técnica documental e bibliográfica para obtenção de dados através de livros, jurisprudenciais e da própria lei. Como resultados, foi possível verificar que no ordenamento jurídico brasileiro existem exceções à regra da prisão apenas após a sentença penal condenatória transitada em julgado e do princípio da presunção de inocência, por exemplo, a prisão preventiva e a prisão em flagrante. Após análise da matéria no Supremo Tribunal Federal (STF), também foi possível verificar que a prisão após condenação em segunda instância também seguia a regra do princípio da inocência, portanto, essa modalidade de prisão era considerada ilegal. No entanto, após negar um pedido de liberdade de um réu condenado em segunda instância pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), em 2016, o STF mudou o entendimento e a prisão em segunda instância passou a ser possível, mesmo estando em confronto com o texto constitucional. Após muita repercussão, em 2019, o STF voltou atrás e declarou a prisão em segunda instância inconstitucional, porém, o poder judiciário já tinha praticado o ativismo judicial, ou seja, foi além da sua função de julgar e acabou alterando uma norma jurídica. De todo modo, conclui-se que a prisão em segunda instância é inconstitucional, pois fere o artigo 5º, LVII, da CRFB/88.

Palavras-Chave: Prisão. Condenação em segunda instância. Trânsito em julgado. Presunção de inocência.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

Referências

BARROSO, Luiz Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. **Código de Processo Penal**, de 3 de outubro de 1941. Brasília, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm. Acesso em: 07 dez. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 out. 2020.

O DIREITO PATRIMONIAL E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE CONJUGAL

SANTOS, Andrezza Laurianny¹; SANTOS, Dyego de Oliveira¹; DE FREITAS, Gustavo Moreira¹; CARDOSO, Ramone Núbia Veloso¹; SANTOS, Stephany Borges Soares dos¹; PEREIRA, Edson².

¹⁻ Acadêmicos do curso de Direito da instituição Centro Universitário FipMoc;
²⁻ Professor do curso de Direito da instituição Centro Universitário FipMoc
³⁻

Introdução: Os direitos patrimoniais dos cônjuges estão disciplinados nos artigos 1.639 a 1.722 do Código Civil de 2002 (CC/02), determinando as regras que norteiam os bens pertencentes a cada um dos nubentes após contrair o casamento ante ao pacto antenupcial realizado para a escolha dos regimes de bens. **Objetivo:** Analisar o direito patrimonial e seus reflexos na sociedade conjugal. **Método:** Utilizou-se a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, mediante técnica de pesquisa bibliográfica. **Resultado e Discussões:** O pacto antenupcial realizado entre os nubentes firma o direito patrimonial dos contraentes, uma vez que define como o patrimônio será analisado durante a constância do casamento. Este pacto é realizado no processo de habilitação e por meio dele é escolhido qual regime de bens será adotado. O CC/02 apresenta uma variedade de regime de bens, os quais são a comunhão universal, comunhão parcial, separação total e participação de aquestos. Assim, os nubentes poderão optar por um ou mesclar os regimes de acordo com a autonomia da vontade das partes (TARTUCE, 2020). Na comunhão universal, todos os bens adquiridos antes e depois da constância do casamento pertencem aos cônjuges igualmente, por sua vez, na comunhão parcial, os bens recebidos a título gratuito e os advindos antes do casamento serão excluídos da partilha de bens. Já no regime de separação total de bens, os bens pertencentes aos cônjuges não irão se comunicar, sendo cada indivíduo proprietário absoluto de seus bens. Por outro lado, na participação de aquestos cada parte será proprietária de seus bens e somente aqueles adquiridos durante o matrimônio de forma onerosa serão partilhados após a dissolução da sociedade conjugal, mesclando a separação total com a comunhão parcial de bens (AZEVEDO, 2019). Após a escolha do regime de bens que será adotado no matrimônio pelos nubentes, o CC/02 em seu artigo 1.639, §2º, possibilita a sua alteração, desde que os cônjuges permaneçam em sociedade conjugal, sendo necessário uma ação judicial com a manifestação de vontade de ambas as partes, bem como deve-se observar os direitos de terceiros, se existirem. **Conclusão:** Conclui-se que, o CC/02 apresenta as modalidades de regime de bens que irá determinar o direito patrimonial dos nubentes após contraírem a sociedade conjugal, sendo que cada regime possui sua particularidade, o que resulta em diferentes formas de separação de bens, tendo por fim proteger os cônjuges acerca de seus bens e direitos.

Palavras-chave: Direito Patrimonial. Regime de Bens. Sociedade Conjugal.

Referências:

TARTUCE, Flávio. **Manual de direito civil: volume único**. 10 ed. São Paulo: MÉTODO, 2020.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Curso de direito civil: direito de família**. 2 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BRASIL. Lei n. 10.406, 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

CONSEQUÊNCIAS E PREVENÇÃO DA INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM GESTANTES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

PESSOA, Letícia Gomes Viana¹; FERREIRA, Emanuela Silva¹; MARTINS, Lorena Lima¹; NOGUEIRA, Natanael Vítor da Silva¹; SANTANA, Cristiane Beatriz Silva¹; SANTOS, Layara Kelly de Oliveira¹; TANAJURA, Alberto Ramon Oliveira¹; AMORIM, Josiane dos Santos².

¹Acadêmico do curso de medicina da instituição FIPGuanambi

²Professora do curso de medicina da instituição FIPGuanambi

RESUMO: O Ministério da Saúde reconhece que as Infecções do Trato Urinário (ITUs) são umas das mais comuns entre a população, principalmente em mulheres gestantes e causam uma série de intercorrências que acometem tanto a mãe quanto o feto. O processo infeccioso envolve várias estruturas como os rins, os ureteres e a uretra e se caracteriza pela presença de bacteriúria, além disso, pode-se apresentar sintomática e assintomática. Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo fazer uma revisão de literatura para compreender a importância do acompanhamento médico durante todo o período gestacional, enfatizando as complicações clínicas das ITUs em gestantes e em recém-nascidos, dando destaque aos métodos de prevenção. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa, tendo como banco de dados online: Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Diretrizes do Ministério da Saúde e Literaturas. Foram selecionados materiais publicados entre o período de 2002 e 2015. As palavras-chaves utilizadas foram “infecção urinária” e “gestantes”. Foi possível identificar que existe uma quantidade significativa de mulheres que contraem ITUs durante o período gestacional e evoluem com complicações, isso acontece porque durante a gestação o corpo e a fisiologia feminina modificam-se, causando uma maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de doenças, dentre elas as ITUs. Sendo assim, é necessário que haja devidos cuidados relacionados à higiene apropriada, ao acompanhamento correto das consultas de pré-natal, uma vez que a infecção pode se agravar e resultar em significativas complicações. Portanto, fica evidente, que dentre as possíveis complicações, podem ocorrer dificuldades no trabalho de parto, ruptura prematura de membranas amnióticas, retardo mental e óbito perinatal, etc. Devido a esses diversos acometimentos, a prevenção deve ser realizada inicialmente com a solicitação de urocultura, a fim de rastrear bacteriúrias, além de tratar como pré-natal de alto risco e modificar os hábitos alimentares da gestante. A partir disso, evita-se futuras complicações, partos pré-termos e mortalidade fetal.

Modalidade de Iniciação Científica na UNIFIPMoc:

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da FIPGuanambi

NEGLIGÊNCIA FAMILIAR E SOFRIMENTO MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

OLIVEIRA, Bruna Simões de; RUAS, Camila Alves; SANTOS, Flaviane Ribeiro; SANTOS, Mariana Castro e; ROCHA, Isabelly Mendes; RODRIGUES, Loren Camila Barbosa; RODRIGUES, Ludmila Guimarães; DAS NEVES, Maria Carlota Coutinho; DIAS, Monique Dayanne Santos de Sá; MADUREIRA, Patrícia Hellen Silva¹⁰; SOARES, Silvia Reis¹¹

Introdução

¹⁰ Discentes do Centro Universitário FIPMoc.

¹¹ Docente do Centro Universitário FIPMoc.

A equipe de referência do Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) acompanhou um caso que foi encaminhado de uma internação em um hospital da cidade de Montes Claros/MG. Trata-se de uma adolescente que chegou em crise no CAPSi e que se apresentava em estado de alerta, ofegante, coceira contínua e choro. A adolescente chegou com a mãe e esta apresentou um discurso confuso, mas relatou que a filha estava reclamando que tinha bichos em sua pele e que os bichos a estavam perseguindo. A mãe relata que não é a primeira vez que a filha apresenta uma crise, que ela já teve outras vezes, mas não tão intensa como dessa vez. Foi descoberto então, que a adolescente já tinha passado pelo CAPSi e que já possuía um diagnóstico de esquizofrenia. Entende-se a esquizofrenia como a principal forma de psicose, caracterizada como um desequilíbrio interno do funcionamento mental e o rompimento do contato com a realidade, devendo em cada caso ser observada e acompanhada a evolução da doença e dos sintomas negativos, positivos, de desorganização, psicomotores/catatonia, cognitivos e de humor. As síndromes psicóticas dizem de uma condição em sua grande maioria grave, de extrema perturbação e modificações no viver do sujeito e de pessoas com quem convive, sendo entendido pela psiquiatria clínica como a presença de sintomas psicóticos, podendo apresentar alucinações, delírios, desorganização marcante de pensamento e/ou comportamento (DALGALARRONDO, 2019). Porém, no laudo da adolescente constava um diagnóstico de T74.2, referente a um abuso sexual, conforme a Classificação Internacional de Doenças (CID-10). A mãe, entretanto, falou que não sabia de nada e, a partir dessa situação, a equipe de referência acionou o Conselho Tutelar, ocasionando a descoberta de mais uma denúncia de negligência contra a mãe na criação da filha.

A negligência, considerada por Silva e Faria (2016) é considerada como uma violência intrafamiliar, causando efeitos adversos no desenvolvimento físico, social, emocional, cognitivo e comportamental na vida da vítima. A partir do estudo de Glaser (2000 apud PARSIAN et al., 2013), constata-se que os danos da negligência podem atingir até o cérebro da criança ou adolescente, a partir de observação em crianças negligenciadas as quais apresentaram uma redução da massa cerebral e mudanças bioquímicas, funcionais e de estrutura cerebral. Perante este contexto, o presente trabalho tem como objetivo mostrar através da literatura e da prática os efeitos da negligência vivenciada por adolescentes acerca das circunstâncias em que são apresentadas, que como o caso acima, é considerado como um processo de desenvolvimento psicossocial. A negligência expõe o adolescente a situações de perigo que interferem em seu processo de desenvolvimento global. Deste modo, o presente trabalho mostra a urgência na criação de medidas preventivas e de proteção aos mais variados âmbitos do seu contexto sociocultural. Perante a esse contexto, o presente trabalho tem como objetivo mostrar através da literatura e da prática, os efeitos da negligência vivenciada por adolescentes acerca das circunstâncias em que são apresentadas, que como o caso acima, é considerado como um processo de desenvolvimento psicossocial. A negligência expõe o adolescente a situações de perigo que interferem em seu processo de desenvolvimento global. Deste modo, o presente trabalho mostra a urgência na criação de medidas preventivas e de proteção aos mais variados âmbitos do seu contexto sociocultural. Este trabalho se faz importante no campo acadêmico que desenvolve um papel para pesquisas referentes ao contexto infanto-juvenil e no campo prático com possíveis formas de detectar esse tipo de violência como também preveni-la e reduzir seus impactos psicossociais.

Material e Métodos

O relato de experiência aborda sobre a prática de estágio supervisionado, realizado no 1º semestre de 2021, pelos acadêmicos do 9º e 10º período de Psicologia, do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), praticado no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi), localizado na cidade de Montes Claros/MG, o qual é voltado para atendimento de crianças e adolescentes portadoras de transtornos mentais e/ou dependentes de álcool e outras drogas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto, a fim de agregar o conhecimento teórico para a prática, sendo que esta foi realizada ao longo de dois meses. Em cada encontro foi abordado uma temática e metodologia diferente, como rodas de conversa, oficinas manuais terapêuticas e o atendimento multidisciplinar, envolvendo o profissional psiquiatra, psicólogo, enfermeiro e assistente social.

Desenvolvimento

Quando estudamos o fenômeno da violência contra criança e adolescentes, geralmente encontramos a palavra maus-tratos empregada no sentido de discriminar os cinco principais tipos de violência contra o menor: maus-tratos psicológicos, físicos, negligência, ofensa sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes. Segundo Prado e Carneiro (2005) empregamos esses termos sem minimizar os danos, que podem ser extremamente dolorosos física e psicologicamente a quem os sofreu. No caso relatado, nos deparamos com uma história que expressa os traumas provocados por maus tratos advindos tanto de ofensa sexual com exploração, quanto de uma negligência parental. Chamamos aqui de negligência pois a família referida se omite em prover as necessidades físicas e emocionais básicas para o desenvolvimento saudável, se abstendo tanto desses cuidados quanto da proteção dessa adolescente. E no que diz

respeito à ofensa sexual seguida de exploração, foi fundada pela obtenção de vantagens ou proveito a partir do uso (abuso) do corpo dessa adolescente.

A adolescente, diante da notificação do abuso sexual, vivencia uma posição paradoxal por ser, ao mesmo tempo, vítima e testemunha de um crime. “É um crime onde a vítima é a testemunha, pela situação do segredo” (WERNER, 2010, p. 117). Como já mencionado anteriormente, a adolescente possui um laudo onde consta descrito o CID 10 T74.2, referente a um abuso sexual. A mãe relata que não sabia de nada, apesar de não expressar nenhuma surpresa ao escutar o diagnóstico que estava no laudo. A partir do que a equipe de referência percebeu, decidiram acionar o Conselho Tutelar. Cabe ao Conselho Tutelar, diante de um cenário de violência sexual, aplicar medidas de proteção e de responsabilização previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), além de ser um articulador entre as instituições e os programas sociais destinados a recompor vínculos, restituir a dignidade e promover as mudanças necessárias no funcionamento dessa família (CFP, 2009).

A equipe de referência, ao acionar o Conselho Tutelar, descobre que já havia uma denúncia contra a mãe, uma vez que a mesma já realizou uma troca da paciente por uma garrafa de bebida. Descobre-se que a adolescente fazia uso de medicamento, mas houve uma desassistência dessa medicação, o que desencadeou a crise. Por causa da denúncia acerca da troca da adolescente pela garrafa de bebida, houve uma medida protetiva de afastamento entre filha e mãe. Uma tia ficou com a guarda da adolescente. No entanto, a mesma não quis ficar com a tia, fez greve de fome e negou ingerir os medicamentos, o que culminou na sua volta para a casa da mãe. A partir do momento em que a paciente foi acolhida no CAPSi, a equipe se mobilizou para que a paciente tivesse um acompanhamento diário no serviço, o que está previsto em seu Projeto Terapêutico Singular. Além disso, o caso também está sendo acompanhado pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e pelo Conselho Tutelar. A partir dessa intervenção, a desconexão apresentada pela paciente referida poderia ser tratada. Salim (2005) descreve o conceito de desconexão como um movimento reflexo da vítima de um trauma físico e/ou psíquico em busca do seu estado inicial, em busca pelo próprio corpo que não reconhece mais como seu, o que o torna ausente de si mesmo desamparado, só e vazio, que impede o sono tranquilo e prolongado como descrito no caso. Os sintomas psicóticos aparecem como expressão do estado de desamparo em busca de proteção.

Considerações finais

É preciso que o CAPSi garanta o acesso e o acolhimento dos usuários, assim como nas demais modalidades de atendimento ao sofrimento psíquico. Isso porque, trata-se de um direito de todos e mais do que uma oferta de serviços. Então, esse atendimento se configura como um modo de acolher, ouvir e responder a cada um e a cada situação que vive. O trabalho no CAPSi deve se pautar sempre pela atenção humanizada e centrada nas necessidades da criança e do adolescente. Além disso, devem ser desenvolvidas atividades no território que busquem favorecer a inclusão social destes, sempre buscando a promoção de autonomia e exercício da cidadania, combatendo estigmas e preconceitos. Para que isso ocorra, o serviço deve ofertar um cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar. Por isso, para se falar em saúde mental, devemos sempre mencionar essa interlocução de vários saberes que se unem em um caso. Nesse modelo de atenção em saúde mental, a proposta é que o cuidado em saúde mental infantojuvenil se desenvolva em diversos serviços de saúde, implicando, de modo indissociável, o território, a intersetorialidade e a rede de cuidado, que deveriam atuar de maneira articulada e colaborativa a fim de expandir o acesso e qualificar o cuidado. Desse modo, se faz importante que os CAPSi's trabalhem de maneira integrada para que sejam compartilhadas as responsabilidades das demandas, assumindo, assim, maior resolutividade ao atendimento das situações que tratam do sofrimento psíquico (MACEDO, 2013 apud KANTORSKI, 2017).

Diante do exposto, é possível compreender que o acolhimento não é restrito a uma etapa do processo, mas trata-se de uma ação que deve ser mantida presente no contexto dos serviços de saúde. Assim, o acolhimento, visto como diretriz operacional, busca impulsionar uma nova forma de promover saúde, entendendo como fundamental, o protagonismo dos sujeitos, a abertura ao encontro do usuário e sua rede social, sendo essa articulação muito importante para o fazer em saúde, a sistematização do serviço acerca dos processos de trabalho, criando espaço para a intervenção da equipe multiprofissional, e a elaboração de projetos terapêuticos singulares e coletivos, dentre outros aspectos (BRASIL, 2010 apud BARBÉRIO, 2016). Sendo assim, é possível concluir que no caso relatado, o acolhimento se deu através de uma escuta qualificada, que é uma das ferramentas que se destaca nesse serviço. Tanto o acolhimento e a interdisciplinaridade foram processos que contribuíram na evolução do caso. No ato de acolher e escutar, foi possível colocar o sofrimento psíquico em tratamento, sendo a singularidade da adolescente, a principal característica a ser considerada. Já a interdisciplinaridade possibilitou um conhecimento acerca do histórico da adolescente, em todos os âmbitos da sua vida, através de um olhar biopsicossocial.

Referências

- ALMEIDA-PRADO, Maria do Carmo Cintra de; FERES-CARNEIRO, Terezinha. **Abuso sexual e traumatismo psíquico. Interações**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 11-34, dez. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072005000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 jun. 2021.
- BARBÉRIO, Milena Camargo. **Acolhimento e escuta dos sujeitos em sofrimento psíquico nos serviços de saúde: A singularidade em questão**. Trabalho de conclusão de curso (Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Coletiva) - Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2016, 31 p.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo / Conselho Federal de Psicologia**. - Brasília: CFP, 2009. 92 p.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2019.
- SILVA, Joseane Fernanda da; FÁRIA, Jeovane Gomes de. **A influência da negligência familiar na infância**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Especialização)- Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, realizada com bolsa integral concedida pela FUMDES, 2016.
- KANTORSKI, Luciane Prado; COIMBRA, Valéria Cristina Christello; OLIVEIRA, Naiana Alves; NUNES, Cristiane Kenes; PAVANI, Fabiane Machado; SPERB, Lillian Cruz Souto de Oliveira. **Atenção psicossocial infantojuvenil: interfaces com a rede de saúde pelo sistema de referência e contrarreferência**. Texto & Contexto - Enfermagem [online]. 2017, v. 26, n. 3.
- PASIAN, Mara Silvia; FALEIROS, Juliana Martins; BAZON, Marina Rezende e LACHARITE, Carl. **Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos**. *Pensando fam.* [online]. 2013, vol. 17, n. 2, p. 61-70.
- SALIM, S. A. **Desenvolvimento na teoria e na técnica Psicanalista: uma contribuição**. Psicanálise. Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre. v. 7, n. 1, p. 199-216, 2005.
- WERNER, M. C. M. **Família e direito: reflexões terapêuticas e jurídicas sobre a infância e adolescência**. Rio de Janeiro: Booklink, 2007.

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NAS EMPRESAS AÉREAS NO BRASIL E NA RELAÇÃO DELAS COM OS SEUS PASSAGEIROS

MÁRCIO ROBERTO DA SILVA,
PEDRO IVO SOUZA MELO
LINDON JONHSON DIAS DA SILVA

RESUMO: Este trabalho tem como finalidade analisar os efeitos da pandemia da COVID-19 no funcionamento e rotina das empresas aéreas no Brasil. Consiste numa revisão bibliográfica, em especial artigos publicados nos sites especializados, como por exemplo, AeroMagazine e Anac, e, também, como é de se esperar, em textos legais que tratam da referida temática, a título de exemplo, a Medida provisória nº 1.024/20 e a Lei nº 14.034/20. O propósito é repercutir um problema de inquestionável grandeza que alterou significativamente a realidade, não só dos brasileiros, como do mundo inteiro. Além das lamentáveis perdas de centenas de milhares de vidas humanas, a economia e, por conseguinte, os direitos dos consumidores também foram afetados e por que não dizer redefinidos em função do novo coronavírus. A ordem argumentativa passa primeiro pela demonstração do quadro econômico/contábil das empresas aéreas com inequívoca mostra dos prejuízos sofridos nesse contexto pandêmico. Em seguida, tem-se uma abordagem baseada em documentos legais das mudanças que se fizeram necessárias para observar e satisfazer os direitos dos consumidores no âmbito das viagens aéreas. A pandemia do novo coronavírus causou um prejuízo econômico expressivo às empresas aéreas no Brasil. Isso é demonstrado pelos documentos contábeis no site da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil). Em 2020, as três maiores companhias do setor aéreo, sejam elas: Gol, Latam e Azul — sofreram um prejuízo líquido na ordem de R\$ 3,9 bilhões. Fato nunca antes ocorrido. Quanto a situação dos passageiros/consumidores, em 31 de dezembro de 2020, foi publicada no DOU (Diário Oficial da União), a Medida Provisória nº 1.024, que alterou a Lei nº 14.034, de 05 de agosto de 2020 para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19. No art. 3º tratou-se das possíveis penalidades contratuais e do reembolso, no prazo de 12 meses, do valor corrigido e atualizado da passagem aérea devido ao consumidor que precisou cancelar voo no período compreendido entre 19 de março de 2020 e 31 de outubro de 2021. Fato é que a pandemia da COVID-19 forçou uma mudança de rota

das empresas aéreas no sentido de buscar alternativas mitigadoras dos prejuízos econômicos sofridos e de satisfação dos direitos dos usuários dos serviços aéreos.

Referências bibliográficas:

BENEVIDES, Gabriel. Setor aéreo debate os impactos da pandemia e oferece ideias ao governo. **AeroMagazine**, 2021. Disponível em: <https://aeromagazine.uol.com.br/artigo/setor-aereo-debate-os-impactos-da-pandemia-e-oferece-ideias-ao-governo_6595.html> Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Medida provisória nº 1.024, de 31 de dezembro de 2020: Altera a Lei nº 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da covid-19. **Câmara dos Deputados**, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2268417>> Acesso em: 19 maio 2021.

BRASIL. Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016: Dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte Aéreo. **Anac**, 2016. Disponível em: <https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/resolucoes/resolucoes-2016/resolucao-no-400-13-12-2016/@@display-file/arquivo_norma/RA2016-0400%20-%20Compilado%20at%C3%A9%20RA2017-0434.pdf> Acesso em: 12 maio 2021.

SAÚDE MENTAL NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Stefanir Emanuele Pereira Campos ¹; Elizabete Almeida Ferreira Oliveira ¹; Jorlândia Pereira dos Santos ¹; Stefanny Carlos Alves da Mota ¹; Rosana Mesquita Mendes Pereira ¹; Valéria Costa Dias ¹; Anamaria de Souza Cardoso ²;

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição UNI FIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da instituição UNI FIPMoc

RESUMO: Conforme Araújo et al. (2020), o trabalho docente foi impactado com a chegada da pandemia, por razões óbvias: havia a necessidade de dar seguimento ao ano letivo e os professores universitários precisaram se adaptar lecionando dentro de suas residências, mesmo considerando que sua formação não contempla o uso de tecnologias digitais. Segundo Lima e Júnior (2006), há pontos que contribuem para a existência de uma relação que torna favorável o aparecimento de transtornos mentais e as atividades laborais. O objetivo do estudo foi verificar o cenário das doenças mentais no trabalho e sua relação com o adoecimento psíquico. Mais especificamente considerando o ensino remoto e as mudanças repentinas na modalidade de ensino, verificar até que ponto influenciou na saúde mental desses profissionais nos anos de 2020 e 2021. Foi produzido um questionário em formulário da plataforma Google com perguntas sobre a experiência dos docentes universitários da rede particular e pública nesse período de isolamento social. Desenvolveu-se cinco entrevistas com perguntas abertas e diretas, que possibilitou aos professores convidados relatarem, opinarem e expressarem os seus sentimentos diante da súbita mudança das aulas presenciais para aula on-line no contexto incerto que se estabelecia com a pandemia. Concederam entrevistas 4 professores dos 63 que responderam ao questionário além da coordenadora do curso de Psicologia. Como produto final do estudo foi produzido um documentário com trechos das entrevistas, citações dos artigos estudados e gráficos oriundos da pesquisa. Foi criado um canal no YouTube, especialmente para divulgar o estudo. Ao serem perguntados sobre como enfrentaram as dificuldades dessa mudança: 71,1% alegaram que buscaram ajuda da instituição, enquanto 27,9% buscaram ajuda de familiares. As respostas mostram que o quadro de saúde foi alterado, 57,8 % apresentaram ansiedade; 17,8 % dificuldade de concentração, 6,7 % esquecimentos, 4,4% depressão, 2,2% sem um diagnóstico efetivo, mas suspeitam de síndrome de Burnout, 2,2 % declaram falta de atenção e 2,2 % queixaram das muitas horas de aulas além das oito horas estabelecidas. Concluímos que houve alteração na saúde mental dos docentes, e que há uma relação com as mudanças ocorridas pela dificuldade da nova modalidade de ensino durante a pandemia no ano 2020 e 2021.

Palavras – chaves: Adoecimento psíquico. Professor. Trabalho.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, et al. Saúde mental de docentes universitários em tempo de pandemia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. SciELO Saúde Pública 2020. Disponível em: <<https://scielosp.org/article/physis/2020.v30n2/e300216/#>> Acesso em: 25. mar. 2021.

JACQUES, M. O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a Psicologia. *Psicologia e sociedade*. v. 19, Edição Especial. p. 112-119, 2007.

LIMA, M. JÚNIOR, M. A relação entre transtorno mental e trabalho - um diagnóstico no setor siderúrgico. *Temas de Psicologia e Administração*. Goulart, I.B. Ed. Casa do Psicólogo. 2006.

PLANTÃO PSICOLÓGICO: IMPLICAÇÕES ACADÊMICAS E SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

INTRODUÇÃO

O plantão psicológico trata-se de uma modalidade de atendimento, oferecida de modo constante e estável, que se configura como um espaço de acolhimento e escuta dos sujeitos em sofrimento urgente. Em encontros únicos, os plantonistas objetivam junto com o usuário em crise clarificar a demanda deste. Segundo Risczick, Strassburg, Fernandes (2020) apud Cury (2012), esse modelo de acolhimento psicológico é inspirado nas walk-in clinics americanas, que chegaram ao Brasil mais conhecidos como serviço de Pronto Atendimento Psicológico. Essa modalidade de atendimento de caráter emergencial tem como característica principal compreender a demanda emocional imediata do/a usuário que busca ajuda para lidar com suas dificuldades e sofrimento, diminuindo o nível de ansiedade e viabilizando o surgimento de recursos pessoais para a busca de soluções para a demanda apresentada. O plantão psicológico é, fundamentalmente, espaço de acolhimento, disponibilidade e cuidado. Apresenta-se, na verdade, como um desses espaços, onde o profissional precisa estar disponível para se deparar com o não-planejado, deixando-se, afetar pela singularidade de cada existência e de cada encontro (DANTAS et al., 2016 apud FERREIRA NETO, 2006). Esse trabalho destinou-se a registrar as atividades realizadas no estágio do plantão psicológico realizado no NASPP (Núcleo de atenção a Saúde e Práticas Profissionalizantes), através de dados numéricos e qualitativos o atendimento do público que ali chegou com sua urgência e as possibilidades de encaminhamento utilizadas.

Material e Métodos

Esse trabalho originou-se das atividades realizadas no estágio de Plantão Psicológico realizado no setor da psicologia do NASPP. A prática efetivou-se no primeiro semestre de 2021, entre fevereiro a junho, alinhado ao calendário escolar, sendo executado uma vez por semana, as segundas-feiras, com carga horária de quatro horas semanais, sempre no horário das 14:00 às 18:00 horas. O público que utilizou desse serviço é composto principalmente pelas pessoas que não podem pagar pelos serviços no cuidado à saúde mental, sendo tanto de demandas espontâneas quanto de encaminhamentos vindos de outros serviços. A supervisão do estágio foi realizado pela professora Patrícia Queiroz Drumond semanalmente, de forma virtual, para discussão dos casos realizados dentro da semana. A prática estava relacionada ao atendimento prestado pelo plantonista, a partir de sua abordagem orientadora, ao público que buscava auxílio para sua urgência, sem marcação de data ou horário. Essa prática profissionalizante foi conduzida na perspectiva da abordagem da psicanálise. Nesse sentido, as sessões com os pacientes foram realizadas sobre as premissas epistemológicas desse campo do conhecimento, com suas referências clássicas e também mais contemporâneas.

Desenvolvimento

Em termos quantitativos, os atendimentos apresentaram-se de forma distinta tanto no tocante ao atendimento mensal como em termos de gênero, como observado na tab. 1. O mês com maior número de atendimentos foi maio, seguido de abril e março, respectivamente. Em termos de gênero, houve prevalência do número de mulheres em relação ao número de homens atendidos, conforme o fig. 1. Considerando esse aspecto, DANTAS et. al., (2016) também observou a prevalência das mulheres nos atendimentos quando comparado ao número de homens. No tocante a faixa etária, observou-se que o público mais frequente nesses atendimentos esteve na faixa dos 50 a 59 anos de idade, seguido da faixa concentrada na faixa de 40 a 49 anos, conforme especificado no fig. 2. Quando se considerou as demandas observadas ao longo do período de atendimentos, verificou-se que a demanda prevalente foi a dificuldade de relacionamento familiar, seguido da segunda maior demanda que foi apresentação de queixas somáticas. Em relação aos encaminhamentos adotados perante as demandas, observou-se que o retorno ao plantão foi a possibilidade mais utilizada seguido da opção de encaminhamento à psicoterapia, conforme especificado no fig. 3. Esse aspecto dos encaminhamentos distanciou-se dos resultados de DANTAS et. al., (2016), que observou o encontro único como encaminhamento mais recorrente. A definição quanto aos encaminhamentos esteve relacionado aos movimentos terapêuticos realizados pelo paciente, ou seja, se essa pessoa trazia uma demanda bem delimitada ou não. Caso o paciente apresentasse uma demanda clara quanto a sua urgência poderia ser encaminhado à psicoterapia, psicopedagogia ou mesmo ter sua demanda resolvida naquela mesma sessão, se assim fosse pertinente ao paciente em cada situação. Caso contrário, na possibilidade de uma demanda que ainda necessitasse de clareza, esse paciente seria convidado a retornar ao plantão, no horário compatível às suas possibilidades. Esses dados contribuíram para o entendimento de que o público atendido trazia consigo a urgência e suas poucas possibilidades de elaboração em um primeiro momento. E, entendo a oferta de cuidado em saúde mental, no momento em que ela se faz necessária, mesmo sem uma elaboração dessa demanda, os dados corroboraram esse comportamento do público, uma vez que o retorno ao plantão foi o encaminhamento mais frequente. As pessoas atendidas tiveram em momentos posteriores, nesse mesmo serviço, a clarificação de sua urgência e a possibilidade de um encaminhamento mais assertivo, na ocasião em que continuaram a serem atendidas.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

O plantão psicológico proporciona um aprendizado muito importante tanto do ponto de vista acadêmico como social e profissional. A prática em si já traz em sua constituição o desafio de lidar com o inesperado, a urgência e principalmente a diversidade. Outra possibilidade interessante proporcionada pelo plantão esteve relacionada às demandas sociais que se inter cruzam com as questões da contemporaneidade. São atravessamentos, em certos momentos, de tamanha complexidade, que exigem para além de estudos que contemplassem a epistemologia própria de cada abordagem, um estudo da contemporaneidade e suas implicações na sociedade

e no ser humano como indivíduo. Dessa forma, considerando a dificuldade de entendimento das necessidades em saúde mental trazida pelo público, foi importante considerar o retorno do paciente ao serviço como uma possibilidade de clarificação e respeito as suas urgências. Nesse sentido, o plantão abarca uma noção de aproximação com a realidade tanto do ponto de vista social quanto profissional considerando a sua dinâmica de funcionamento e principalmente quanto a suas exigências práticas e éticas.

Referências

- DANTAS, J. B.; DUTRA, A. B.; ALVES, A. C.; BENIGNO, G. G. F.; BRITO, L. DE S.; BARRETO, R. E. M. Plantão psicológico: ampliando possibilidades de escuta. **Revista de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 232-241, 30 jul. 2016.
- MANTOVANELLI ORTOLAN, M. L.; BONAFÉ SEI, M. Avaliação do plantão psicológico de um serviço-escola de Psicologia. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 23, n. 2, aug. 2019. ISSN 1981-8076. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/56248>>. Acesso em: 06 june 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v23i02.56248>.
- RISCZIK, J. A.; STRASSBURG, S. C. B.; FERNANDES, A. V. Reflexões sobre o plantão de atendimento psicológico a partir da caracterização de usuários/as e demandas. **Revista Em Extensão**, v. 18, n. 2, p. 03-18, 22 jan. 2020.

Tabela 1. Descrição do número de atendimentos realizados por mês e por gênero

Número de atendimentos por mês		Gênero	
		Homem	Mulher
Fevereiro	2	1	1
Março	6	2	4
Abril	10	4	6
Maio	13	3	10
Junho	3	0	3
Total de atendimentos	31	10	24

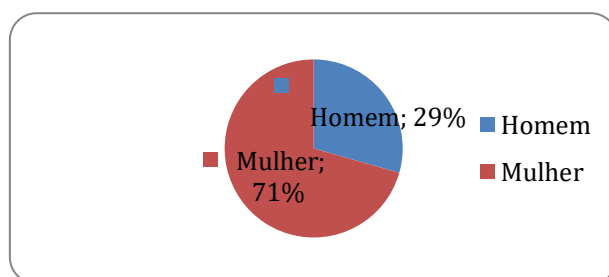


Figura 1. Percentual de atendimentos realizados por gênero

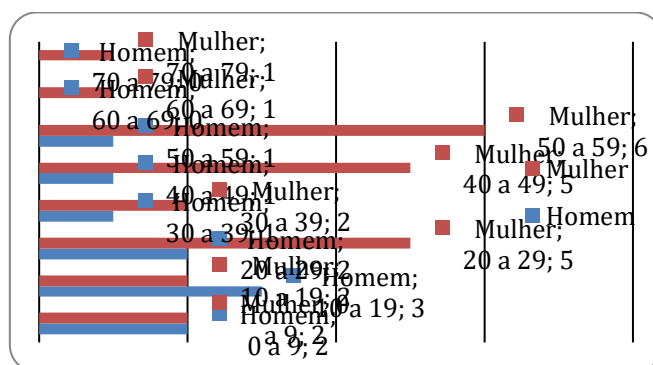


Figura 2. Distribuição da faixa etária do público atendido no plantão psicológico

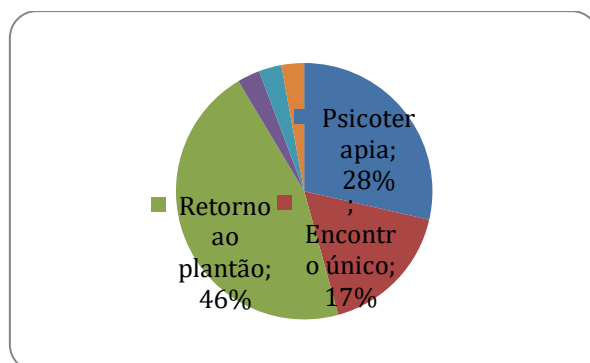


Figura 3. Percentual e principais tipos de encaminhamentos realizados

Análise da cobertura vacinal do HPV na região Sudeste do Brasil

COSTA, Anna Luiza Rocha¹; OLIVEIRA, Hállysson Cássio Mendes¹; SILVA, Mariana Fernanda Pereira Martins¹; BORBOREMA, Vitória Souza Revert¹; NUNES, Cecília Costa Brito Nunes¹; GODOI, Artur Teixeira¹; RIBEIRO, Artur Pimenta¹; PRINCE, Karina Andrade de².

¹Discente da UNIFIPMoc; ²Docente da UNIFIPMoc e FUNORTE

Introdução: O papiloma vírus humano (HPV) causa uma das doenças sexualmente transmissíveis mais prevalentes do mundo. Pela gravidade da infecção e pela impossibilidade de cura da doença, a vacina é a melhor saída para diminuir a prevalência de tal comorbidade. **Objetivo:** O estudo baseia-se em analisar o HPV, tendo enfoque na cobertura vacinal na região Sudeste. **Métodos:** Foi feito um estudo retrospectivo, transversal de caráter quantitativo e exploratório. Os dados foram obtidos no Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (PNI), acessado através do site: sipni.datasus.gov.br, sendo que estes se referiram à cobertura vacinal contra o HPV na região Sudeste do Brasil. Os aspectos considerados foram: sexo, número de vacinados, doses recebidas e estados contemplados na região Sudeste. **Resultados:** De 2014 a 2021, registrou-se 207.580.019 vacinações na região sudeste em ambos os sexos, sendo os estados de São Paulo (111.788.847) e Minas Gerais (48.387.584) os com maiores números de doses aplicadas. O ano de 2014 marcou o início da vacinação contra o HPV pelo SUS e obteve o maior número de vacinas, 33.252.907 doses, seguido de uma leve redução das aplicações nos anos seguintes, principalmente no ano de 2016 (24.755.932) e 2020 (26.274.653). Verificou-se uma queda em relação as doses aplicadas, em que a 1ª dose é a que possui maior número (105.891.140), e a 2ª dose (72.917.004) e a 3ª dose e com menor valor registrado (28.771.875). O valor total de doses aplicadas na população do sexo feminino foi de 11.014.835, e no sexo masculino foi de 4.225.681. Observou-se uma redução expressiva na quantidade de doses aplicadas em relação a faixa etária (9 aos 14), sendo 9 anos (3.075.245) a idade com mais doses e 14 anos (340.975) com menos. **Conclusão:** Foi notável as disparidades das taxas de vacinação de um estado para o outro na região Sudeste e também a necessidade de ampliar a cobertura vacinal assim como manter taxas de vacinação nas doses consequentes semelhante à primeira dose, visando adquirir a imunidade necessária para prevenção dessa doença.

Palavras-chave: HPV, vacina, Sudeste.

DIREITO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS EM MEIO A INTERNET

RIBAS, Ane Caroline Pereira¹; RABELO, Bárbara Beatriz Andrade¹; SANTOS, Pollyana Mendes dos¹;
SOUZA, Verônica Tamara Ramos¹

GALVÃO, Luciana Gomes Marques ²

¹Discentes do Curso de Direito das UNIFIPMOC;

²Docente do Curso de Direito das UNIFIPMOC.

Introdução: Debate-se, na atualidade, o alto índice de condutas de tratamento ilegal de dados pessoais subtraídos por meio dos aplicativos digitais disponíveis na internet. A prática dessas condutas consiste na exposição de informações sensíveis e confidenciais de uma determinada pessoa sem a sua autorização, coletados através de mecanismos de invasões. Esses dados são, hoje, matéria prima de monetização pelas plataformas que detêm o domínio da tecnologia da informação.

Objetivo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar os desafios à implementação da segurança digital a ser enfrentado pela LGPD. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa qualitativa e com abordagem exploratória. Realizou-se levantamento de dados e artigos publicados em periódicos científicos. **Resultado:** Torna-se notório o crescimento do número de casos de violações de dados pessoais, sejam eles em plataformas digitais, ou por meio de vazamento de seguranças. É o que se verifica nos índices registrados pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), o qual constatou-se que, no Brasil, houve um aumento de 493% dos vazamentos de dados no mês de fevereiro de 2021. Nesse viés, afim de oferecer uma regulamentação no que tange a essa temática, entrou em vigor em 2020, a nova legislação de proteção de dados, Lei nº 13.709/20, que tem por finalidade a proteção aos dados em tutela a liberdade e a privacidade do cidadão, resguardando e controlando os processos de armazenamento e de coleta de dados. Desse modo, considerando que a exposição indevida de dados pessoais fere a direitos fundamentais do indivíduo, como a privacidade, verifica-se que a lei em estudo buscou dispor sobre a forma e os limites de tratamento dos dados, assegurando aos titulares que as empresas ou qualquer ente que obtenham seus dados sejam transparentes em relação aos dados usados. Além disso, a norma prevê que agentes de tratamento têm dever de explicitar as razões pelas quais se estão sendo coletados e a forma como os mesmos serão utilizados, sob pena de até 50 milhões por infração. **Conclusão:** Dessa forma, mediante tais levantamentos, nota-se que a falta de conhecimento da Lei Geral de Proteção de Dados e a ausência de transparência aos titulares sobre o processo de tratamento de dados constituem-se como desafios à implementação da segurança digital pela LGPD, uma vez que o desconhecimento desta e a escassa transparência dos procedimentos culminam no aumento não só de vazamentos de dados, mas no abarrotamento judicial.

Palavras chave: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Dever de segurança. Direito à privacidade. Desafios.

Referências:

FINDELSTEIN, Maria Eugenia; FINDELSTEIN, Claudio. Privacidade e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Revista de Direito Brasileiro. 2019. 18f. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5343>. Acesso em: 11 maio. 2021.

RUARO, Regina Linden; RODRIGUEZ, Daniel Piñeiro; FINGER, Brunize. O Direito à Proteção de Dados Pessoais e a Privacidade. Curitiba: UFRP, 2001. 22f. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br>>. Acesso em: 12 maio. 2021.

CARVALHO, Victor Miguel Barros de; GUIMARÃES, Patricia Borba Vilar; OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de. A monetização de dados pessoais como alternativa a períodos de crise: análise jurídica a partir do marco civil da internet. Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 10/2017. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_monetizacao_de_dados_pessoais_como_alternativa_a.pdf. Acesso em: 12 maio. 2021.

INSTITUTO IGARAPÉ. Existe um direito a explicação na Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil, Rio de Janeiro, v.39, n. 1, p. 1-5, 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Existe-um-direito-a-explicacao-na-Lei-Geral-de-Protecao-de-Dados-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2021.

SINTOMA INFANTIL NA PSICANÁLISE: RESPOSTA AO QUE HÁ DE SINTOMÁTICO NA ESTRUTURA FAMILIAR?

Introdução

Partindo da experiência clínica, percebem-se as mais variadas manifestações do inconsciente que permeiam a análise de cada criança. Cada criança é única na sua forma de sentir e expressar-se. Contudo, sabe-se que o analista apenas consegue interpretar na transferência. E só nesse espaço transferencial que pode interferir e ajudar a criança a traduzir suas dificuldades e potencialidades (Motta; Silva e Castro, 2010). Falar sobre psicanálise da criança remete ao tema da sexualidade infantil no seu sentido mais amplo. Isto significa apontar para o desenvolvimento psíquico e as suas fixações libidinais. Frente às frustrações da vida, o psiquismo humano tende a regredir para alguma fase anterior quando obteve alguma satisfação, bloqueando assim, a plasticidade e a flexibilidade para aprender a lidar com as diversidades e as mudanças da vida. Neste sentido, a criança fala dos seus desejos e das suas defesas através dos seus sintomas. Os sintomas, então, anunciam que algo não vai bem não apenas com a criança, mas também com o casal parental ou com um dos pais (Motta; Silva e Castro, 2010). Em 1969, Lacan vai dizer, "Em Nota Sobre a Criança", que o sintoma da criança se encontra em posição de responder ao que há de sintomático na estrutura familiar. A estrutura familiar de que fala a psicanálise é a estrutura mítica edípica, aquela que organiza a relação entre a mãe, a criança e a função paterna, fundamento da constituição do sujeito e da transmissão da castração. É justamente a isso que escapa na transmissão da castração pela estrutura familiar, a esse ponto de real que escapa a simbolização, que o sintoma vem responder (Ferreira, 1999). Martine Lerude Flechét (1989) apud Ferreira (1999) afirma que os sintomas da criança são radicalmente distintos dos sintomas do adulto na medida em que seu enunciado não pertence a criança, mas àqueles que encaram para ela os Outros reais-frequentemente os pais (Ferreira, 1999). No entanto, na medida em que a criança oferta o seu sintoma como resposta ao que há de sintomático na estrutura familiar, o sintoma da criança não é considerado apenas como um mero efeito do discurso dos pais. Se a criança coloca-se nessa estrutura fantasmática, podemos considerar sua implicação subjetiva como forma de responder ao desejo do Outro (Azevedo; Féres-Carneiros e Lins, 2014). O objetivo desse trabalho foi discutir o acompanhamento psicoterápico, em seus tópicos preponderantes, fruto do estágio em clínica psicanalítica, a uma criança de 3 anos de idade, sob as premissas epistemológicas da psicanálise, com queixa de gagueira, trazida pelo seu responsável ao serviço de psicologia do Núcleo de atenção a Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP).

Material e Métodos

Os atendimentos à criança e foram realizados no NASPP como prática do estágio da clínica psicanalítica no período de 30 de março até os dias atuais. As sessões ocorrerem semanalmente. Para que houvesse possibilidade de associações livres com a criança, foi utilizado da via lúdica, ofertando brinquedos e brincadeiras dentro das possibilidades da criança e deixando-a livre para a escolha das mesmas. Nesse sentido foram ofertados jogos, brinquedos, materiais para desenho e modelagem. Também foram escutados, além da criança e do responsável direto, outros familiares da criança.

Desenvolvimento

As sessões ocorreram semanalmente e atenderam a criança e um de seus responsáveis, de forma alternada, na tentativa de ampliar as informações a cerca da história da criança e compreender melhor seu modo de subjetivação. Além disso, alguns outros familiares foram convidados a serem escutados nas sessões subsequentes. No tocante ao desenvolvimento das sessões com a criança foram utilizadas opções lúdicas que viabilizaram a associação livre. Sob esse aspecto Motta, Silva e Castro (2010), discutem que o lúdico, na sessão de análise da criança, ocupa uma função referencial no processo psíquico. Em outras palavras, é uma via de acesso privilegiada do trabalho de simbolização e de apropriação da experiência subjetiva. Ainda para esses autores, o brincar auxilia no processo de simbolização da criança como um instrumento intermediador que doa a sua realidade à fantasia, possibilitando-lhe falar da sua realidade psíquica. Considerando as possibilidades lúdicas utilizadas, os jogos, os desenhos e a modelagem são outras formas de a criança falar sobre o que está acontecendo com ela. O desenho e a modelagem são instrumentos cruciais para possibilitar à criança outra via de expressão quando elas não sabem o que dizer (Motta; Silva e Castro, 2010). Contudo, vale ressaltar em Ferreira (1999 apud ROZA 1993), que o brincar não é uma formação do inconsciente e nele permanece a prevalência da elaboração secundária na medida em que são roteiros coerentes, havendo consciência da irrealidade da trama, ao contrário do sonho em que o sonhador não exerce nenhum domínio consciente sobre o material. Considerando as brincadeiras durante as sessões, foi possível conversar com a criança, mesmo tendo um repertório limitado de palavras aliado ao sintoma da gagueira. Segundo Ferreira (1999 apud KLEIN, 1981), no emprego dessa técnica, (as brincadeiras), logo verifica-se que as crianças produzem associações com os diferentes aspectos de seus jogos, em número não inferior às que fazem os adultos com elementos de seus sonhos. Os detalhes do jogo indicam o caminho para o observador atento; e, entretanto, a criança conta toda a sorte de coisas às quais se deve dar o devido valor como associações. A criança, inicialmente, explorou bem os brinquedos. No entanto, com o passar das sessões, deteu-se na brincadeira com o dominó e massa de modelar de forma repetitiva, comportamento também observado por (MOTTA; SILVA E CASTRO, 2010) com jogos reduzidos à mera repetição e que fechavam espaço para novas formas de relações. O avançar das sessões possibilitou a hipotetização do sintoma como resposta ao que há de sintomático na estrutura familiar, quando se considerou, principalmente, a escuta de seu responsável direto e os rumos tomados do processo psicoterápico. A literatura sobre a clínica da gagueira aponta para a unanimidade dos autores em considerar que, embora essa disfluência seja um problema de linguagem sem etiologia esclarecida, os aspectos subjetivos determinam os progressos nos tratamentos (TASSARINE, 2009). De forma ampla, a gagueira é discutida há muito tempo. Van Riper (1971) lembra que não há uma só gagueira, mas um espectro tão variado que nenhuma teoria sozinha poderia dar conta do fenômeno. De maneira geral, pode ser definida como um distúrbio da prosódia; com ritmo da fala alterado, com bloqueios, hesitações ou prolongamentos – podendo ocorrer movimentos corporais associados (torcer as mãos, balançar a cabeça), etc (GOMES-KELLY, 2002). Segundo o autor supracitado, o sintoma é uma solução, então, boa como qualquer outra. Como boa solução deve ser encarada, principalmente, como a solução do sujeito. Sabe-se que o sintoma é portador de uma enunciação e ela é a assinatura do sujeito do inconsciente (FERREIRA, 1999). Também foi observado, nesse acompanhamento psicoterápico, que além da criança, outras pessoas da família também apresentaram o sintoma da gagueira.

Considerações finais

O acompanhamento com a criança sob a perspectiva psicanalítica tem validado a teoria Lacaniana do sintoma como reposta ao que há de sintomático no par parental. Nesse caso específico, como sintoma relacionado a um dos responsáveis pela criança. Em relação ao repertório reduzido de palavras e comportamento mais detido em termos de brincadeiras parecem sugerir pouca estimulação verbal e motora em seu ambiente familiar, o que também pode relacionar-se com o sintoma por ela produzida, a gagueira. No momento, as considerações ainda referem-se a dados parciais, em função da continuidade do acompanhamento.

Referências

AZEVEDO, Luciana Jaramillo Caruso de; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; LINS, Samuel Lincoln Bezerra. Sintoma infantil: efeito da transmissão psíquica? **Cad. Psicanál.-CPRJ**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 31, p. 169-186, jul./dez. 2014

FERREIRA, Tânia. A escrita da clínica: psicanálise com crianças. 3 ed. ver e ampl. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

GOMES-KELLY, Roberta Ecilde de Oliveira. Fluir ou disfluir: eis a questão! Uma discussão sobre a gagueira e a psicanálise.. In: COLOQUIO DO LEPSI IP/FE-USP, 4., 2002, São Paulo. **Proceedings online** Available from: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000032002000400021&lng=en&nrm=abn>. Acesso: 11 June. 2021.

LACAN, JACQUES. Outros Escritos. Rio de Janeiro. Jorge Zahar ed. 1901-1981.

MOTTA, Claudia dos Reis; SILVA, Luciana Rodrigues, CASTRO, Hélio de. A psicanálise da criança – um estudo de caso. 2010 Revista de Ciências Médicas e Biológicas

TASSINARI, Maria Inês. Mal-estar na linguagem: questões sobre Édipo e transferência na clínica da gagueira. 2009. 222 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO DE PLANTÃO PSICOLÓGICO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

OLIVEIRA, Danielle Márjorie Chaves Rocha e¹; RAMOS, Bianca Guedes Silva¹, DRUMOND, Patrícia Queiroz².

¹ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC).

² Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC).

Introdução

O atendimento em plantão psicológico caracteriza-se pelo acolhimento do sujeito no momento de angústia. O plantonista acompanha a pessoa na compreensão do seu sofrimento e na busca de sentidos na própria experiência. Para tanto, faz-se necessária uma disposição mental e afetiva, bem como preparo acadêmico, para lidar com o não planejado, com a possibilidade de encontros únicos e de tentar responder à demanda daquele que procura o serviço no momento específico (DOESCHER; HENRIQUES, 2012).

Diferentemente do processo psicoterápico, em que há a necessidade de agendamento prévio e, muitas vezes, o sujeito precisa esperar bastante tempo para ser atendido – e, quando chamado, pode acontecer de ele nem estar com aquela demanda ou urgência mais –, o plantão psicológico busca acolher o cliente de forma imediata, no momento preciso em que aquelas questões se apresentam. Esse serviço possui um caráter mais breve e focal, o que é extremamente relevante pensando que nem todo cliente que procura ajuda psicológica deseja – e necessita – de um atendimento prolongado como a tradicional psicoterapia (CURY, 1999).

Essa modalidade de atendimento visa possibilitar ao cliente maior percepção acerca das suas experiências e do contexto em que este está inserido, facilitar o processo de tomada de decisão do indivíduo e viabilizar o desenvolvimento das suas potencialidades. O plantonista é um facilitador nessa relação, por meio de uma escuta empática e de uma postura ativa e congruente, ele buscará favorecer a promoção do desenvolvimento pessoal do indivíduo (MAHFOUD *et al*, 1999).

A pandemia devido à COVID-19 é uma emergência que trouxe consequências à humanidade. Por um lado, traz a angústia de viver em um cenário de incertezas, medo constante de contaminação própria e de entes queridos, o que tem aumentado os níveis de estresse, ansiedade, depressão e agravamento de quadros diagnosticados antes da pandemia (BRITO, 2020). Por outro, a imposição do “fique em casa” favoreceu a reflexão sobre o modo de ser e estar no mundo, fazendo com que o questionamento acerca de valores pessoais, qualidade das relações e o sentido da vida emergisse (BARCELLOS *et al.*, 2020).

Tendo em vista o momento que urge na humanidade, o plantão psicológico é uma ferramenta de cuidado pontual e eficaz, que pode auxiliar o sujeito a encontrar saídas criativas, autênticas e mais saudáveis diante do sofrimento vivenciado. No encontro psicológico, o indivíduo pode entrar em contato com emoções reprimidas, dando vazão e significado a sua dor. Dessa forma, poderá explorar suas questões, compreender o seu posicionamento frente aos conflitos e se sentir mais confiante para fazer escolhas (DOESCHER; HENRIQUES, 2012). Sendo assim, o plantão psicológico torna-se relevante por possibilitar o acolhimento do sofrimento e transformá-lo em potencialidade para o indivíduo.

O objetivo principal deste relato de experiência é analisar a relevância do plantão psicológico durante a pandemia de COVID-19. Como objetivos específicos, foram definidos: descrever a experiência no atendimento em plantão psicológico; identificar os impactos na saúde mental advindos das contingências do cenário pandêmico; e compreender as potencialidades do serviço de plantão psicológico no contexto emergencial.

Material e Métodos

A experiência foi desenvolvida no atendimento de Plantão Psicológico no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP), vinculado ao Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC), localizado na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. O NASPP, além de se configurar como um espaço de prática para os acadêmicos da área de saúde, também proporciona um serviço de extrema importância para a população do Norte de Minas Gerais, oferecendo atendimentos psicológicos, odontológicos, médicos, fisioterapêuticos, entre outras áreas.

O serviço de plantão psicológico no NASPP se caracteriza pelo acolhimento gratuito e pontual de demandas espontâneas ou encaminhadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e, por ser uma modalidade de atendimento que não necessita de agendamento prévio, o acolhimento é feito por ordem de chegada. Para isso, acadêmicos voluntários, previamente aprovados em uma prova específica para o estágio, colocam-se à disposição em atendimentos semanais realizados de segunda à sexta-feira nos períodos matutino, vespertino e noturno. Diante do quadro pandêmico, foi necessário fazer adaptações para viabilizar a oferta do serviço de forma segura para os acadêmicos e para os clientes, como, a partir da utilização da máscara N95 (PFF2) e da face shield, do uso constante de álcool em gel e da higienização contínua das salas de atendimento. Além disso, devido aos decretos municipais, foi preciso reajustar os horários, uma vez que foi decretado um limite de horário para a circulação de pessoas à noite, reduzindo o período noturno.

O estágio se configura a partir de uma carga horária de 80 horas. A equipe de plantonistas é formada por 15 (quinze) acadêmicos de psicologia que cursam a ênfase de saúde. Este relato é produto das vivências de duas acadêmicas que tiveram a oportunidade de realizar os atendimentos semanais em um turno e dia previamente definidos. Semanalmente eram realizadas supervisões de estágio, divididas em dois grupos, e com a duração de uma hora e meia, a fim de viabilizar a fala de todos os participantes. Nesses encontros, eram relatados os casos, discutidos entre os participantes e orientados pela supervisora, que sanava as dúvidas e instruía quanto às intervenções necessárias. A perspectiva teórica que fundamenta a atuação no plantão psicológico advém da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), uma vez que ela possibilita a escuta empática, não diretiva e centrada no cliente. Os pressupostos dessa abordagem teórica possibilitam ao sujeito o contato com as próprias questões, diálogo de sentimentos e possibilidades únicas de sua realidade. Essa perspectiva favorece a oferta do atendimento psicológico breve, sem que seja sistemático e prolongado (BARCELOS et al, 2020).

Desenvolvimento

A pandemia da COVID-19 se configura como uma das maiores adversidades na saúde pública vivenciada no Brasil e no mundo nos últimos tempos, e, nesse sentido, traz implicações no que diz respeito à saúde mental dos indivíduos (FIOCRUZ, 2020 *apud* PEREIRA et al., 2020). Nos atendimentos realizados nesse período, foi possível observar impactos diversos na vida dos sujeitos, que, por vezes, chegavam com queixas diretamente ligadas ao contexto pandêmico e outros que eram decorrentes de processos favorecidos pelo cenário atual.

O aumento da ansiedade foi uma queixa recorrente nos atendimentos. Esse fator muitas vezes estava relacionado com a dificuldade na maneira de agir e reagir às situações, associado a fatores estressores, como problemas financeiros, conflito nos relacionamentos interpessoais, insegurança quanto ao futuro, insônia e aumento ou perda de apetite. Na teoria da Gestalt, de acordo com Brito (2020), com a finalidade de organização psíquica, o ser humano cria um padrão de continuidade que o auxilia na compreensão do sentido das coisas, no significado das suas vivências e na construção de uma rotina. Brito (2020) ressalta que, com o advento da pandemia, ocorreu uma quebra em diversas dessas continuidades, pois regras nas quais as pessoas se pautavam outrora não trazem mais a segurança, o que potencializa as queixas supracitadas. Desse modo, o plantão se apresenta como um ambiente em que essas questões podem ser manifestadas e trabalhadas.

A convivência constante em casa ocasionou aumento dos conflitos familiares, das tensões e dos impasses nos relacionamentos que, em alguns casos, já estavam em situações delicadas. Essa condição gerou angústia nos sujeitos, impactos afetivos e a sensação de não saber o que fazer, por não conseguirem identificar formas de lidar com o problema, gerando forte tensão pessoal (CARDOSO, 2020). Foi relatado, por diversos clientes, o sentimento de alívio ao ter um

espaço para fala e escuta, enxergando o plantão como um local de acolhimento e de atenuação do sofrimento psíquico. De acordo com a proposta de Doescher e Henriques (2012), o atendimento psicológico funciona como o momento de explorar essas emoções, ampliando a visão do sujeito sobre o conflito, favorecendo a investigação pessoal das saídas que poderiam ser encontradas para atenuar o próprio sofrimento. Considerando o caráter imediato e breve do plantão, nota-se a relevância desse serviço no momento atual.

O luto foi uma experiência desafiadora para pessoas que perderam entes queridos devido à COVID-19. Em alguns casos, essa perda levou a um choque inesperado, sensação de desamparo e solidão, bem como a necessidade do rearranjo do modo de vida, por não ter ao lado uma pessoa que fazia parte do cotidiano. Essa vivência pôde ser observada tanto no atendimento a adultos quanto no de crianças, que demonstravam, ao seu modo, a tentativa de organizar psiquicamente a perda tão inesperada e dolorosa. Nesses casos, o apoio psicológico serviu de continente da angústia, acompanhando a pessoa na elaboração dessa perda, facilitando a tomada de uma atitude nova e de menos sofrimento diante da ausência do outro (MAHFOUD *et al*, 1999).

Outra demanda recorrente nos atendimentos foi ideação ou tentativa de suicídio. De acordo com a cartilha Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19, elaborada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em 2020, é essencial que existam estratégias de prevenção em um cenário de exposição a eventos extremos, haja vista que as estatísticas indicam um aumento de tentativas de suicídio e de suicídios consumados. Além disso, evidencia-se a necessidade de um acompanhamento durante e após essa experiência aversiva. Considerando os diversos impactos que a pandemia de COVID-19 pode trazer, o plantão psicológico se mostra como uma possibilidade de acolhimento, em que o psicólogo não se encontra no serviço para trazer a solução dos problemas do cliente, mas para escutá-lo e auxiliá-lo a se mobilizar diante das suas questões (MAHFOUD *et al*, 1999).

No que tange à procura de atendimento para o público infanto-juvenil, pode-se constatar que houve uma busca significativa. Muitos foram trazidos pelos familiares para realizarem uma consulta psicológica, pois estes se encontravam preocupados com a saúde mental das crianças e/ou dos adolescentes. Conforme discutido por Linhares e Enumo (2020), observa-se que, diante à pandemia de COVID-19, emergem importantes reflexões acerca dos possíveis efeitos desse contexto para o desenvolvimento das crianças. Apesar das pesquisas atuais apontarem que a saúde física das crianças é menos afetada que a dos adultos, nota-se a necessidade de se atentar à saúde psicológica do público infantil, considerando, principalmente, as consequências que o distanciamento e o isolamento poderão trazer a esses indivíduos. Ainda, uma temática que se apresentou recorrentemente, no que diz respeito a esse público, foi em relação às dificuldades escolares, sendo uma demanda que, segundo os familiares dos clientes, se intensificou durante o período pandêmico. Esses dados apontam uma semelhança com a literatura de Linhares e Enumo (2020), uma vez que elas trazem que, durante a pandemia, há uma grande perda em relação ao processo de aprendizagem dos alunos e à ausência de socialização, sendo fatores que podem, inclusive, afetar o desenvolvimento desses sujeitos.

Considerações finais

Em suma, as vivências decorrentes de uma mudança brusca nos modos de vida da população trazem diversas consequências à saúde mental dos indivíduos. O confronto com condições que ameaçam a segurança, a quebra de continuidade da rotina e dos significados construídos anteriormente exigem uma reorganização pessoal que favoreceu o aumento de sentimentos de angústia, ansiedade, conflitos interpessoais, perdas inesperadas, impactos no desenvolvimento infanto-juvenil, de forma que alguns sujeitos tiveram dificuldade em encontrar saídas saudáveis e pessoais para lidar com essas questões. Desse modo, o atendimento psicológico de urgência atua como facilitador nesse processo, auxiliando os clientes em suas demandas e possibilitando o encontro com potencialidades pessoais e saudáveis diante dos conflitos.

Considerando as demandas que emergiram nos atendimentos de plantão psicológico e o contexto pandêmico atual, pode-se constatar a importância desse serviço para a comunidade. Como o plantão, de forma divergente da psicoterapia, visa acolher o sujeito no momento de sua emergência, os clientes não precisam esperar para serem atendidos, o que traz um alívio e um conforto importantes. Esse caráter imediato do serviço é fundamental durante uma pandemia, uma vez que, por existirem diversos fatores estressores, as pessoas sentem uma maior necessidade de serem acolhidas naquele exato instante. Conclui-se que, como este relato trouxe a descrição da experiência de forma ampla, as principais queixas dos clientes, as consequências do cenário pandêmico na saúde mental das pessoas e as potencialidades do serviço de plantão psicológico no contexto atual, considera-se que os objetivos traçados foram alcançados.

Referências

- BARCELLOS, A. A. C. G. et al. Plantão Psicológico Online em Tempos de Pandemia: Um Relato de Experiência. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 22, n. 2, p. 1-15, jul./dez. 2020.
- BRITO, M. A. Q. de. REFLEXÕES GESTÁLTICAS SOBRE TRAUMAS EM TEMPOS DE PANDEMIA. In: Associação Brasileira de Gestalt-terapia e Abordagem Gestáltica (org.). **VOZES EM LETRAS: Olhares da Gestalt-terapia para a situação de pandemia**. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 15-28.
- CARDOSO, C.L. REFLEXÕES GESTÁLTICAS SOBRE TRAUMAS EM TEMPOS DE PANDEMIA. In: Associação Brasileira de Gestalt-terapia e Abordagem Gestáltica (org.). **VOZES EM LETRAS: Olhares da Gestalt-terapia para a situação de pandemia**. Curitiba: Editora CRV, 2020, p. 15-28.
- CURY, V. E. Plantão psicológico em clínica-escola. In: MAHFOUD, M; DRUMMOND, D.M; WOOD, J.K; BRANDÃO, J.M; ROSENTHAL, R.W; SILVA, R.O; CURY, V.E e CAUTELLA JUNIOR, W. **Plantão psicológico: novos horizontes**. São Paulo, Companhia Ilimitada, 1999, p. 115-134.
- DOESCHER, A. M. L.; HENRIQUES, W. M. Plantão psicológico: um encontro com o outro na urgência. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 4, p. 717-723, out./dez. 2012.
- FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Cartilha Saúde Mental e Atenção Psicossocial – Suicídio na Pandemia COVID-19**. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilha_prevencaosuicidio.pdf Acesso em 01 de Junho de 2021.
- LINHARES, M. B. M.; ENUMO, S. R. F. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia**. Campinas. 2020.
- MAHFOUD, M. et al. Plantão psicológico na escola: presença que mobiliza. In: MAHFOUD, M; DRUMMOND, D.M; WOOD, J.K; BRANDÃO, J.M; ROSENTHAL, R.W; SILVA, R.O; CURY, V.E e CAUTELLA JUNIOR, W. **Plantão psicológico: novos horizontes**. São Paulo, Companhia Ilimitada, 1999, p. 49-80.
- PEREIRA, M. D.; OLIVEIRA, L. C. de; COSTA, C. F. T.; BEZERRA, C. M. O.; PEREIRA, M. D.; SANTOS, C. K. A.; DANTAS, E. H. M.. The COVID-19 pandemic, social isolation, consequences on mental health and coping strategies: an integrative review. **Research, Society and Development**, v. 9, nº 7, p. 1-35, 2020.

TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE E SUAS REPERCUSSÕES NEUROLÓGICAS, PSÍQUICAS E SOCIAIS NA CRIANÇA

MARTINS, Tainá Reis¹ ; MELO, Nikole Oliveira¹ ; ALVES, Gabriel França¹ ;
GUERRA, Gustavo Vieira¹ ; SILVA, Luiz Gabriel Quaresma Lemos da¹ ;
MUNDIM, Mariana Guimarães¹; ROCHA, Josiane Santos Brant ².

¹ Acadêmico do curso de Medicina da UNIFIPMoc e

² Professor do curso de Medicina da UNIFIPMoc¹

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, que possui relação à causas genéticas, que usualmente surge durante o período infantil e tende a acompanhar o indivíduo durante a sua vida. **OBJETIVO:** Analisar as repercussões neurológicas, psíquicas e sociais prevalentes em crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa. A busca na literatura foi realizada nas seguintes bases de dados: SciELO, PubMed/Medline, Google Acadêmico e complementada por uma revisão manual em livros de Neurologia. Foram usados os descritores: TDAH, diagnóstico e complicações, acrescidos dos termos: infantil, social, neurológica, psicológica, epidemiologia, manifestações, clínica, comportamentais e neurologia. O período de abrangência foi entre abril de 1999 a abril de 2019. **RESULTADOS/ DISCUSSÃO:** Foram utilizados 15 artigos e 4 livros que tratam sobre as características do TDAH, essas que, de acordo com Couto (2010), são consequências de alterações no processo de transmissão dopaminérgica no lobo pré-frontal, nas regiões límbicas e, também, subcorticais do cérebro. Nesse estudo, foi enfatizada a importância e a necessidade de um diagnóstico precoce, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e efetivar uma maior inclusão dessas crianças nos meios escolar, familiar e social. Desse modo, a oferta de auxílio realizado por uma equipe multiprofissional é de importância explícita para uma melhor adequação do indivíduo, em sua vida cotidiana, à tríade sintomatológica característica do distúrbio, que segundo descreve Rohde (2000), é constituída por desatenção, hiperatividade e impulsividade. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o estudo reforça a importância do tratamento multiprofissional para o TDAH, favorecendo não só o desenvolvimento neuro-psico-social, através da identificação das características e do tratamento precoces, como também evitando as consequências nas esferas sociais, para que o indivíduo consiga se inserir e participar de forma ativa do meio no qual se insere.

PALAVRAS-CHAVE: TDAH. Criança. Neurologia. Sinais e Sintomas.

REFERÊNCIAS

COUTO, Taciana de Souza. DE MELO-JUNIOR, Mario Ribeiro. GOMES, Cláudia Roberta de Araújo. Aspectos neurobiológicos do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH): uma revisão. *Ciências & Cognição*, Recife, v. 15, n. 1, p. 241-51, 2010. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/202>. Acesso em: 09 mar. 2021.

ROHDE, Luis Augusto; BARBOSA, Genário; TRAMONTINA, Silzã e POLANCZYK, Guilherm. Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 22, supl. 2, p. 07-11, Dezembro. 2000.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

COBERTURA VACINAL DA BCG EM MINAS GERAIS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

NETO, Ademario da Rocha Ribeiro¹; MOURA, Cecília Maria Soares¹; GASPERAZZO, Gustavo Caires¹; PORTO, Isabela Mendes¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹Acadêmico de Medicina da UNIFIPMoc

²Professor de Medicina da UNIFIPMoc

Introdução: A vacina da BCG tem como objetivo imunizar os recém nascidos contra a tuberculose, uma doença infecciosa e transmissível que afeta prioritariamente os pulmões, embora possa acometer outros órgãos e/ou sistemas, sendo assim de extrema importância para a saúde dos neonatos. **Objetivo:** Dessa forma, o estudo possui o objetivo de analisar o número de doses totais aplicadas e a cobertura vacinal no estado de Minas Geraís, bem como em suas macrorregiões. **Métodos:** Teve como objeto de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI), no período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2020. Os dados foram obtidos através do SI-PNI disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://sipni.datasus.gov.br/>). **Resultados:** De acordo com os dados obtidos, em Minas Gerais, no período de 2011 a 2020 foram aplicadas 2.510.132 doses de BCG. Analisando-se especificamente, nota-se que houve uma variação maior de aplicações entre o ano inicial (2011) e o ano final (2020), visto que a pandemia do Sars-Cov-2 influenciou diretamente no plano de imunização. Dentre o território em questão, sabe-se que a macrorregião central obteve maiores índices de aplicação (784.564), estabelecendo um paralelo extremo com o Vale do Jequitinhonha (45.440). Por fim, tornou-se evidente também a discrepância entre as doses aplicadas nos períodos antecedentes a Pandemia, refletindo os prejuízos que está trouxe consigo. Tal fato pode ser evidenciado através da cobertura vacinal, que nos anos iniciais variavam entre 104,06% a 103,34%, enquanto em períodos atuais variam entre 88,76% a 81,49%. **Conclusão:** Dessa forma, conclui-se que a pandemia foi responsável por alterações significativas relacionadas a cobertura vacinal de BCG. Tais alterações se alternam entre disponibilidade de insumos, mão de obra e critérios distributivos. Ressaltasse a importância de uma maior fiscalização governamental para que não haja danos a população como um todo, fortalecendo-se inicialmente em âmbito primário.

Palavras-chave: BCG. Vacinação. Minas Gerais.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc.

INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA REABILITAÇÃO FUNCIONAL DA ENTORSE LATERAL DE TORNOZELO EM ATLETAS

Sabrina Macedo Veríssimo e Santos ¹; Adriana Caldeira Jorge ².

¹ Acadêmico do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc.

² Professor do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc.

RESUMO: A entorse de tornozelo é caracterizada por um movimento brusco atingindo a região do retropé, afetando diretamente os ligamentos. Os indivíduos que sofreram entorses lateral do tornozelo tendem apresentar alterações no equilíbrio dinâmico e estático, redução da força e funcionalidade nas articulações do tornozelo e que tais alterações são, provavelmente, decorrentes a redução da capacidade de processamento de informações neurosensoriais. A abordagem terapêutica nas entorses de tornozelo deve compreender na fase aguda respeitando o processo de cicatrização e na fase crônica teve enfatizar a capacidade funcional da articulação. Analisaremos nesse estudo a intervenção fisioterapêutica na reabilitação funcional de entorse lateral de tornozelo em atletas. Foi realizado uma revisão de literatura nos principais bancos de dados (BIREME, SCIELO, PEDRO E MEDLINE), usando as palavras chaves entorse, ligamento, reabilitação, fisioterapia, atletas, no período compreendido entre os dias 08 de setembro de 2020 a 06 de junho de 2021, com os descritivos dados da literatura em que relacionava o treinamento proprioceptivo como protocolos de tratamento e prevenção de entorse de tornozelo em atletas; crioterapia; *Kinesio Taping*; *Transcutaneous Electrical Nerve Stimulation* e terapia manipulativa. Com o seguinte estudo foi encontrado que além do treino proprioceptivo e exercícios de fortalecimento muscular, existe outras condutas terapêuticas que podem intensificar o tempo de cura para as entorses de tornozelo como o protocolo PRICE-MMMS, *Transcutaneous Electrical Nerve Stimulation* e terapia manipulativa para o alívio da dor e edema local, além da *Kinesio Taping* que garante auxiliar na estabilidade articular do tornozelo. Conclui-se que o treino proprioceptivo é o método de tratamento mais eficaz para entorse de tornozelo, demonstrando respostas neurofisiológicas no equilíbrio dinâmico e estático do tornozelo, além de melhorar na capacidade funcional e prevenir recidivas de entorse. Outras intervenções como a *Kinesio Taping*, protocolo PRICE-MMMS, *Transcutaneous Electrical Nerve Stimulation*, terapia manipulativa e os exercícios de fortalecimento muscular garantem intensificar o tratamento e reduzir o tempo de cura nas entorses de tornozelo.

REFERÊNCIAS:

1. ALAHMARI K. A; SILVIAN P; AHMAD I; REDDY R. S; TEDLA J. S; KAKARAPARTHI V. N; RENGARAMANUJAM K. Effectiveness of Low-Frequency Stimulation in Proprioceptive Neuromuscular Facilitation Techniques for Post Ankle Sprain Balance and Proprioception in Adults: A Randomized Controlled Trial. BioMed Research International, 2020.
2. SILVA R. F; SOUZA G. L; BATISTA O. C. P; VASCONCELOS NETO E. C; PRESTES Y. A; CAMPOS H. L. M. Cinesioterapia aplicada a entorse de tornozelo: estudo de qualidade metodológica. Revista Fisioterapia Brasil. Amazonas - AM, 2020.
3. TITTLE J; HÉBERT L. J; ROY J. S. Should ice application be replaced with neurocryostimulation for the treatment of acute lateral ankle sprains? A randomized clinical trial. Journal of Foot and Ankle Research, 2020.

JUNIOR, Alan Greison Ramos Silva¹; FREIRE, Júlia Assunção¹; VILAÇA, Laura Mendes¹; DUTRA, Luiza Brito¹; LOPES, Maria Luiza Silveira¹; ROCHA, Josiane Santos Brant²

¹Acadêmico do curso de Medicina da instituição UNIFIPMoc

²Professor do curso de Medicina da instituição UNIFIPMoc

INTRODUÇÃO: O transtorno depressivo é uma doença de caráter multifatorial, sendo a mais prevalente nos transtornos psíquicos, impactando as relações sociais o que reflete diretamente nas condições socioeconômicas dos indivíduos acometidos, fazendo-se necessário analisar tal temática a fim de se garantir uma melhor qualidade de vida desses pacientes. **OBJETIVO:** Descrever as alterações fisiopatológicas, sintomas, fatores desencadeantes e agravantes, características epidemiológicas, bem como os principais impactos sociais, emocionais e psíquicas da depressão. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, na qual as bases eletrônicas pesquisadas foram Pubmed, Google Acadêmico, Scielo, Scienced Direct, Artmed, Uptodate e Lilacs (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências de Saúde), entre 2002 a 2021. Utilizaram-se os descritores: depressão; fatores agravantes e desencadeantes; depressão unipolar; e, para especificar a busca, foram utilizados os seguintes termos: classificação; epidemiologia; fisiopatologia; social; psíquico; emocional; sintomas; fatores; faces da depressão no suicídio. **RESULTADO/DISCUSSÃO:** Foram analisados 18 artigos, o qual evidenciou-se que a depressão é um transtorno multifatorial, caracterizado por tristeza, isolamento, desinteresse, sensação de vazio e ausência de sentimento ou desejo de viver, fato que interfere negativamente na funcionalidade da pessoa, não apenas psicologicamente, como também na questão física e comportamental, apresentando isolamento progressivo, acarretando, em alguns casos, no suicídio, segundo Oliveira e Gonçalves (2020). Dessa forma, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPS, 2018), a depressão constitui a principal causa de incapacidade do mundo, além de ser o segundo maior problema mundial de saúde. Ademais, a depressão é resultado de insatisfações socioeconômicas, físicas e familiares, as quais por sua vez, constituem como fatores agravantes de quadros já instalados. **CONCLUSÃO:** Os resultados contribuem para o entendimento dos impactos sociais, emocionais, psíquicos e financeiros advindos da depressão, o que possibilita direcionar intervenções para o enfrentamento da alta prevalência dessa doença e, consequentemente, garantir a melhor qualidade de vida à população assistida. Dessa forma, o estudo presente, faz-se necessário para que possa entender a patologia e portanto tratá-la de forma eficaz.

Palavras chave: Depressão; Agravantes; Características epidemiológicas.

REFERÊNCIAS:

OLIVEIRA, Larissa de; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Depressão em idosos institucionalizados: uma revisão de literatura. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 3, n. 6, p. 110-122, 2020.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. (2018). Folha informativa: Depressão. Brasília, DF: OPS. Disponível em: < https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5635:folha-informativa-depressao&Itemid=1095 > Acesso em 07 de junho de 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

OS IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19 NA POPULAÇÃO IDOSA

NOBRE, Anne Caroline Mendes, NASCIMENTO, Bruna Cantuária, SILVA, Karen Evelyn Lopo Lima e, NAVARRO, Laura Víctor Paraíso, SOUZA, Rhaniel Agapito Rabelo de, BRITO, Samilly Lorraine Mendes, TORQUATO, Tamara da Silva¹,
CARDOSO, Anamaria de Souza².

¹Acadêmicos do curso Psicologia da instituição Centro Universitário UNIFIPMOC

Docente da UNIFIPMOC, Bióloga, Doutora em Ciências Biológicas (UFOP)².

Introdução: Em 31 de dezembro de 2019, os primeiros casos de infecção pelo novo coronavírus foram registrados em Wuhan, na China. A doença por ele provocada, foi intitulada como COVID-19. Por promover infecção respiratória aguda, e ser altamente contagiosa, declarou-se a pandemia Mundial no dia 11 de março de 2020. Devido ao reconhecimento da vulnerabilidade dos idosos, profissionais da saúde recomendaram que estes mantivessem o distanciamento e o isolamento social como medida de proteção. Porém, pouco se ouviu falar sobre os cuidados a respeito da saúde mental dessas pessoas. **Objetivo Geral:** A esperança e expectativa trazidas pela chegada da vacina. **Método:** Os dados compostos na pesquisa foram coletados por meio de vídeos, em decorrência do distanciamento social, nos quais idosos voluntários relataram a experiência de vida durante a pandemia da COVID-19. Neste projeto houve o uso da pesquisa qualitativa, além de se utilizar o perfil “Frasco de Esperança” na rede social Instagram, como ferramenta de coleta de dados. **Resultados:** Após a realização das análises, foi possível perceber que a maioria dos idosos demonstraram grande preocupação com a própria saúde, assim como com a de seus familiares e amigos. Além disso, eles relataram que se sentem tristes e com medo, em virtude das exigências sanitárias e dos noticiários de mortes por conta desse vírus. Apesar disso, se mostraram bastante interessados na vacinação. **Conclusão:** Portanto, este projeto foi construído com a finalidade de compreender os efeitos sociais e psicológicos gerados por essa pandemia na vida dos idosos. A partir da perspectiva de cada um dos participantes, foi possível captar relatos de suas rotinas, seus sentimentos em relação ao momento atual e as expectativas com a chegada das vacinas. O grande interesse por essa imunização os mantém esperançosos para voltarem a se relacionar com as pessoas ao seu redor, com a mesma frequência e da mesma forma que anteriormente.

Palavras-chave: idosos, pandemia, vacina, isolamento social.

CONTRUFAST - APLICATIVO DELIVERY DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

CARVALHO, Fabricio Cordeiro; SILVA, Gustavo Cunha. ¹

¹Graduando em Engenharia Civil pelo UNIFIPMOC

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa versa sobre o desenvolvimento de um aplicativo mobile delivery para materiais de construção. Visando o crescimento do delivery em tempos de pandemia, vem sendo cada vez maior o número de clientes buscando uma maneira rápida, prática e online para fazer suas compras de materiais e ferramentas para a construção civil. Os clientes mais do que nunca querem ser ouvidos e se sentir importantes nesse processo de troca, garantindo satisfação mútua e, conseqüentemente, um relacionamento duradouro (MOTA, 2014).

O marketing digital modificou de maneira rápida e instantânea a relação entre as mídias com seus públicos. As informações passaram a circular fora de ambientes específicos com o advento das redes sem fio, que hoje se fazem presentes a todo instante na vida das pessoas. A interação passou a ser comum no cotidiano dos consumidores, pois, com apenas um toque no celular, as pessoas podem ter acesso a vídeos, textos e áudios com rapidez e facilidade. A internet criou a possibilidade de as empresas ampliarem seus negócios. Na era digital, as pessoas estão exercendo poder sobre as empresas através das redes sociais expondo opiniões, criticando, mas também elogiando em busca de um relacionamento consistente com as empresas. Hoje, diversas empresas, possuem lojas virtuais, muitas já consagradas e outras que anunciam seus produtos em diversas páginas. Nesse ambiente diferente e inovador, é necessário utilizar-se de novas formas para conhecer e atender o cliente, de modo que se destaque entre a concorrência. Dentro desse contexto emerge uma nova forma de se fazer marketing que vem ao encontro do consumidor da era digital.

O mercado online tem, ano após ano, retirado vendas às lojas físicas pelas suas características no processo de compra, o que leva a que mais e mais consumidores prefiram comprar no conforto do sofá, pelo facto de as lojas online terem stocks que em lojas físicas seria fisicamente impossível albergar (Sahoo, Dellarocas, & Srinivasan, 2018).

O fecho das lojas físicas provocou nas lojas online um crescimento de vendas de cerca de 200% (Cardoso, 2020), o que implicou alterações à forma como os retalhistas trabalham.

Muitos tiveram de se reinventar. Apesar de algumas empresas já terem o canal de vendas online a funcionar em pleno e com um grande volume de vendas, tiveram de o reformular para suportarem o enorme aumento de vendas, o mesmo aconteceu com a área logística.

Atualmente a construção civil, principalmente em pequenas e médias empresas, ainda possuem muitos dos seus processos de modo manual, para realizar suas compras, orçamentos de ferramentas e matérias de construção. Buscando cada vez mais por preço e rapidez na entrega, pois os atrasos nas obras por falta de material as vezes pode custar muito caro. Com avanço da pandemia COVID-19 o mercado de peças, equipamentos e materiais não conseguiram produzir em escala suficiente para atender tamanha demanda. Com o CONSTRUFAST a facilidade de realizar orçamento e compras vai ser bem atrativo para as empresas e clientes pois os clientes estão cada vez mais em busca de aplicativos para facilitar os processos de compra. Com essa nova startup os clientes vão ter acesso as melhores lojas de matérias de construção, podendo fazer simultâneos orçamentos e compras de maneira rápida e online garantindo conforto e rapidez na entrega.

Desta forma, surge a problemática de como conseguir fazer orçamentos, comprar ferramentas e matérias de construção de forma prática e inovadora obtendo maior rapidez na entrega?

O objetivo desse projeto é desenvolver um aplicativo que traga agilidade e rapidez na construção civil além de contribuir de forma sustentável com o meio ambiente, uma vez que não se faz necessário impressão de orçamentos. Proporcionando que o cliente faça compras com um simples aplicativo no

celular ou smartfone sem precisar sair de casa no modelo Delivery. Ressaltar a praticidade em pesquisar em várias lojas simultaneamente, além de receber o produto com rapidez.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi feita uma obtenção de dados através da aplicação de formulário para levantamento de informações e comprovação da necessidade deste estudo. A respeito dos procedimentos técnicos, será de cunho bibliográfico, por ser feito a partir de um levantamento de referenciais teóricos já analisados e publicados, sendo também de cunho documental.

Essa pesquisa caracteriza-se pelo seu método de abordagem como sendo dedutiva na qual de acordo com Alexandre (2014) é definida como o uso de uma informação teórica com o raciocínio lógico, no qual baseadas nas deduções feitas chega ao resultado final.

Uma vez que é impossível obter dados pessoalmente para estudar a aceitação em geral do aplicativo delivery de materiais de construção por parte do público, devido a pandemia, foi utilizado o Google forms, serviço gratuito oferecido pelo Google na obtenção dos dados. A plataforma permite a criação de tabelas com as principais características do projeto, proporcionando ao público a possibilidade de expressar sua opinião sobre a viabilidade do projeto.

O público alvo da pesquisa foram pessoas com idades entre 26 a 40 anos, dessas pessoas 89,7% compraram alguma vez ferramentas e/ou matérias de construção e conseguem ter um senso crítico a respeito das experiências que tiveram em lojas físicas.

A Perspectiva de investimento para o aplicativo é no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil), visando a expansão do aplicativo. Esperamos um retorno em 12 meses após a implantação do aplicativo.

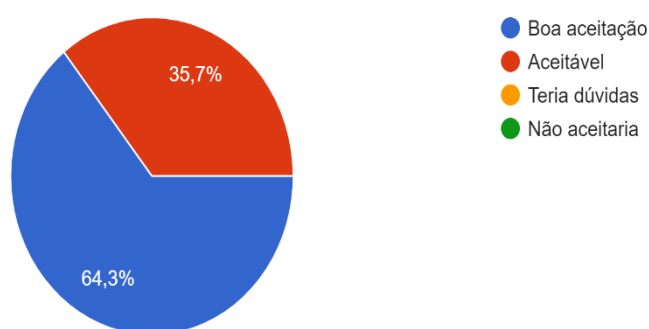
RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a gráfico 1, na pergunta “Como realiza suas compras de ferramentas e matérias de construção?” Obtivemos um resultado favorável ao nosso produto, pois 86.2% dos participantes da pesquisa fazem compras de ferramentas e materiais de construção em lojas físicas. Com base nesse percentual alto de compras em lojas físicas, foi analisado a necessidade de criar um produto que traz agilidade e conforto em comprar sem sair de casa.

Gráfico 1: Como realiza suas compras de ferramentas e matérias de construção?

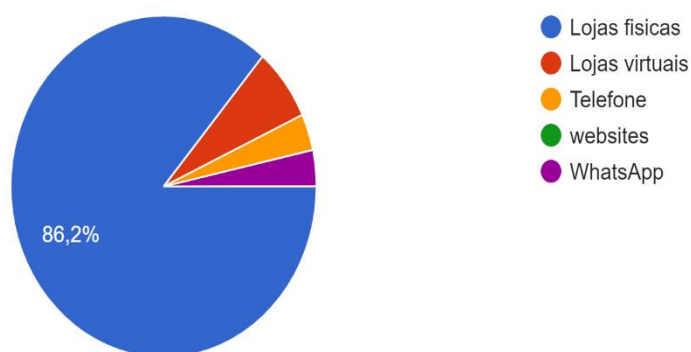
Se existisse um aplicativo para fazer orçamentos e compras online desses materiais, qual seu grau de aceitação?

28 respostas



Como realiza suas compras de ferramentas e materiais de construção ?

29 respostas



Fonte: Google Forms

Gráfico 2: Se existisse um aplicativo para fazer orçamento e compras online desses matérias, qual seu grão de aceitação?

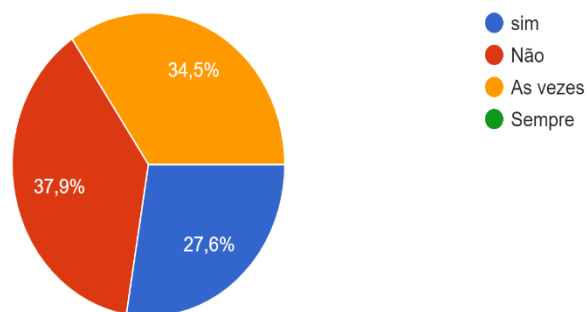
Fonte: Google Forms

No gráfico 2 percebe-se que 64,3% dos entrevistados tiveram boa aceitação quanto ao produto, comprovando a necessidade de se adaptar à nova realidade que a pandemia trouxe. A praticidade de

se fazer compras na palma da mão em qualquer lugar, surge como principal ferramenta do aplicativo.

Gráfico 3: Teve dificuldade em fazer orçamentos de ferramentas e matérias de construção?

Teve dificuldade em fazer orçamentos de ferramentas e matérias de construção ?
29 respostas



Fonte: Google Forms

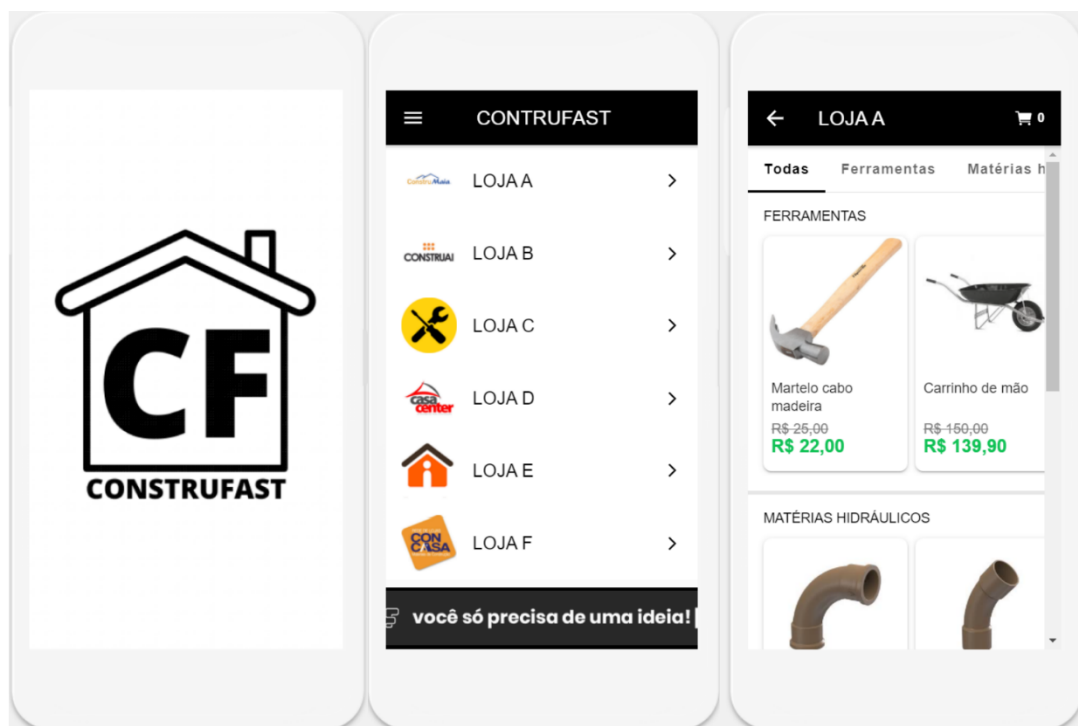
No gráfico 3 é possível identificar que a maioria dos entrevistados teve alguma dificuldade em fazer orçamentos de ferramentas e materiais de construção. Com isso, nosso produto surge para solucionar esse problema. Fazer orçamentos no aplicativo CONSTRUFAST é bem simples e rápido, podendo visualizar o material desejado em várias lojas simultaneamente, garantindo comodidade e rapidez.

Imagem 01: Interface Aplicativo CONSTRUFAST

Fonte: Autoria Própria

Diante dos resultados apresentados viu-se a necessidade da integração do sistema de compras para ferramentas e materiais de construção, contribuindo com as inovações tecnológicas, visando otimização de tempo e garantindo assertividade do processo.

Nosso aplicativo traz como destaque um sistema moderno e bem fácil de navegar, sendo acessível para todos os públicos de modo geral. Na página inicial o cliente tem a opção de escolher lojas mais próximas de sua localização, ou também ter acesso a todas as lojas cadastradas no aplicativo. Ao final da compra as lojas podem ser avaliadas pelos seus usuários, garantindo maior segurança na hora de efetuar a compra. Ao escolher uma loja, o usuário será direcionado a uma aba com seus respectivos produtos sendo dividida em setores, como ferramentas, matérias hidráulicos, materiais elétricos, dentre outros produtos oferecido pelas lojas parceiras. Após fazer a escolha dos produtos será direcionado para o carrinho, onde escolherá a forma de pagamento e respectivo endereço de entrega.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados apresentados acima, é notória a necessidade da junção de rapidez e agilidade. Diante disso, surge uma nova ferramenta tecnológica para o processo de orçamentos, compras de ferramentas e matérias de construção. Onde nosso aplicativo CONSTRUFAST leva o usuário até as lojas em questão de segundos no modo delivery. Tendo em vista que o mercado de aplicativos tem se destacado na pandemia proporcionando a seus usuários conforto, segurança e qualidade em realizar suas compras. Sendo necessário apenas conexão com internet e ter baixado nosso aplicativo no seu celular, smartphone ou tablet.

O aplicativo proposto tem o objetivo, proporcionar uma busca rápida de ferramentas e matérias de construção, visto que no mercado ainda falta esse tipo de serviço, onde utilizando o nosso aplicativo haveria uma grande otimização de tempo e custos. Além disso, a pandemia trouxe essa necessidade de se reinventar, pois comprando em nosso aplicativo o cliente evita aglomerações e consequentemente o contato com outras pessoas. Em pesquisa onde 79,3% do público entrevistado afirma que utilizaria nosso aplicativo para fazer compras online, mostra grande aceitação de mercado.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Rafael. **Método indutivo, dedutivo e analógico**, 2014. Disponível em: <<https://rafaellalexandree.jusbrasil.com.br/noticias/149209798/metodo-indutivo-dedutivo-analogico>> Acesso em: 01 Nov. 2020.
- CÂNDIDO, G.A.; ABREU, A. F. **O processo de implantação de novas tecnologias e a busca da sinergia entre indivíduo e organização**. Revista de Ciências da Administração. V.4, n.8, pag. 1-13, jul/dez. 2002.
- CARDOSO, M. (2020). Covid -19. Como vai o consumo? Com mais compras online e menos promoções. Consultado a 27 de April, 2020, de <https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-22-Covid--19.-Como-vai-o-consumo--Com-mais-compras-online-e-menos-promocoes>
- COSTA, Francisco José Carvalho; NERI, Marcos Antonio Lima. PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DE UMA APLICAÇÃO MOBILE PARA SERVIÇOS DE DELIVERY ALIMENTÍCIO E IMPACTOS DA COMPUTAÇÃO MÓVEL NO MERCADO GASTRONÔMICO. 2019. Disponível
- FONSECA. **Inovações Tecnológicas na Construção Civil**, 2015. Disponível em: <http://www.gpsustentavel.ufba.br/downloads/Inovacao_na_Construcao_Raisa_Fonseca.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2020.em:<<https://sol.sbc.org.br/index.php/ercas/article/view/9045/8947>>. Acesso em 15 ago. 2020.
- Gustavo; DA PACIÊNCIA, Bruno Luiz. Aplicativos de Delivery: entrar ou não nesta modalidade? Um estudo no segmento de foodservice voltado para jovens em uma região universitária do interior paulista. Produto & Produção, v. 21, n. 2, 2020.SOUSA, Raísa
- HENRIQUE, Daniel Christian; DE OLIVEIRA TINCANI, Gustavo; DA PACIÊNCIA, Bruno Luiz. Aplicativos de Delivery: entrar ou não nesta modalidade? Um estudo no segmento de foodservice voltado para jovens em uma região universitária do interior paulista. Produto & Produção, v. 21, n. 2, 2020.HENRIQUE, Daniel Christian; DE OLIVEIRA TINCANI,
- PIZONI, Renata; SILVA, Lucia Ghizoni Pereira; PALADINI, Edson Pacheco. Economia compartilhada: Gestão da qualidade aplicado a uma empresa do ramo de delivery de comida. Revista Pretexto, p. 66-75, 2018.

IMUNIZAÇÃO CONTRA POLIOMELITE NO SUDESDE BRASILEIRO ENTRE O PERÍODO DE 2011 A 2020

Ana Clara Noleto Tolentino¹; André Rodrigues de Senna Batista Filho¹; Angélica Thaís de Freitas Santos¹; Lincoln Lamec Rodrigues Rocha¹; Marina de Pádua Pires¹; João Victor Maciel Paes Landim¹; Karina Andrade Prince²

¹ Acadêmico do curso de Medicina do Centro Universitário FIPMOC - UNIFIPMOC

² Professor do curso de Medicina do Centro Universitário FIPMOC – UNIFIPMOC

Introdução: A poliomielite é uma doença infectocontagiosa causada pelo poliovírus. Sua transmissão ocorre pelo contato direto de pessoa para pessoa, podendo ser por secreções, via fecal-oral ou através de objetos e alimentos contaminados. Apresenta um amplo espectro de sintomas, variando desde de uma síndrome febril a formas paralíticas flácidas assimétricas e hiporreflexas. Não há tratamento específico para a polio, sendo possível apenas preveni-la por vacinação, sendo elas a de poliovírus inativada (VIP) e a viva atenuada de poliovírus oral (VOP). **Objetivo:** Analisar a cobertura vacinal da poliomielite na região sudeste do Brasil, no período de 2011 a 2020. **Métodos:** Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa, que teve como população os indivíduos vacinados contra poliomielite na região Sudeste do Brasil, no período de 2011 a 2020. Para realização da pesquisa, foi utilizada a base de dados do PNI, referente ao registro de vacinas disponibilizado pelo DATASUS, no endereço eletrônico (<http://www.datasus.gov.br>). **Resultados:** O ano de 2011, no Rio de Janeiro, foi o que apresentou maior cobertura vacinal (112,15), sendo, em 2020, o estado com a menor cobertura vacinal da região sudeste (54,74). Foi evidenciada uma diminuição significativa da cobertura vacinal em todos os estados entre os anos de 2015 a 2016. Analisando o número de doses aplicadas de VIP e VOP de maneira combinada e separadamente, ocorreu redução no valor total de aplicações entre os anos 2011 a 2014, ocorrendo, no mesmo período, diminuição da quantidade de imunizações pela VOP. Além disso, ocorreu ascensão das aplicações da VIP a partir de 2015, ficando predominantes até 2020. O estado de São Paulo teve, em 2011, a maior quantidade de doses aplicadas perante os estados da região. Por fim, evidenciado o predomínio de aplicações da primeira, segunda e terceira doses na idade menor que um ano. **Conclusão:** As imunizações no Sudeste brasileiro variam consideravelmente entre os estados, demandando um planejamento estratégico, considerando as especificidades de cada localidade, com o intuito de ampliar a cobertura vacinal e minimizar as perdas de doses. Contudo, são necessários novos estudos acerca da temática com objetivo de compreender com mais detalhes os fatores associados à essas quedas de cobertura vacinal.

Palavras-chave: Poliomielite; Programas de Imunização; Vacinas contra Poliovírus.

ANÁLISE FUNCIONAL DA QUEIXA INICIAL NA TERAPIA ANALÍTICO-COMPORTAMENTAL INFANTIL

MADUREIRA, Patrícia Hellen Silva¹²; LÉ SÉNÉCHAL-MACHADO, V.¹³,

Introdução

A presente análise funcional da queixa inicial foi realizada por uma acadêmica do curso de psicologia do Centro Universitário FIPMOC – UNIFIPMOC, quando estava no 8º e 9º período, com base na experiência do estágio profissionalizante em clínica analítico-comportamental, que aconteceu no Núcleo de Atenção a Saúde e Práticas Profissionalizantes – NASPP, na cidade de Montes Claros/MG. A cliente Y apresentou queixa compatível com o diagnóstico de episódio de ansiedade, sendo aqui enfatizada a visão analítico-comportamental acerca dos transtornos de ansiedade. Segundo Dalgalarondo (2019), quando trata-se de episódio é algo mais genérico, estando relacionado a algum/alguns sintomas apresentados por dias ou semanas, não especificando a natureza do fenômeno, portanto, diz de

¹² Discentes do curso de Psicologia das UNIFIPMOC

¹³ Supervisora de estágio de Psicologia das UNIFIPMOC.

uma denominação relacionada ao aspecto temporal dele. Neste sentido, o autor referido acima entende os sintomas ansiosos como topografias puras ou próximas de transtornos de ansiedade ou aqueles em que a ansiedade tem uma importância significativa, tendo demonstrado como sintomas frequentes neste quadro a insônia, dificuldade em relaxar, angústia constante, irritabilidade aumentada, dificuldade em concentrar-se, cefaléias, dores musculares, dores ou queimação no estômago, taquicardia, tontura, formigamento, sudorese fria e náusea (DALGALARRONDO, 2019). Já a Análise do Comportamento, que é fundamentada na filosofia Behaviorismo Radical, entende a ansiedade como algo complexo, estando inserida no denominado controle aversivo, que nada mais é do que o controle do comportamento por contingências de reforço negativo e punição (positiva e negativa) (FARIAS, FONSECA e NERY, 2018). A análise do comportamento entende a ansiedade sob dois pontos de vista principais, sendo que o primeiro tem como foco as relações operantes não verbais e o segundo, as relações verbais e possíveis relações indiretas entre estímulos (FARIAS, FONSECA e NERY, 2018). A definição de Skinner acerca da ansiedade abarca o primeiro ponto de vista citado acima e traz como foco a ideia de que a apresentação de um estímulo ocorra sistematicamente antes de uma consequência aversiva, que, consequentemente vai exercer um controle sobre a probabilidade de um comportamento condicionado devido à redução de ameaças semelhantes e pela eliciação de respostas emocionais, sendo este nomeado de estímulo pré-aversivo (FARIAS, FONSECA e NERY, 2018). Esse estímulo pré-aversivo vai modificar a probabilidade de várias respostas, dentre elas, a diminuição de ocorrência de comportamento reforçado positivamente e um aumento na ocorrência de comportamento reforçado negativamente. Assim sendo, o comportamento operante sempre é afetado (FARIAS, FONSECA e NERY, 2018). Por outro lado, a ansiedade também é vista como um estado emocional perturbador, estando relacionada não a ocorrências futuras, mas a estímulos presentes que no passado tinham função aversiva (FARIAS, FONSECA e NERY, 2018). Em se tratando de criança o desenvolvimento de um transtorno de ansiedade é multifatorial, podendo estar relacionado a fatores como a genética, temperamento, histórico de condicionamento ao longo da vida, processos de formação dos padrões de apego e etc (TEIXEIRA e ALVARENGA, 2016). Neste sentido, entende-se que variáveis independentes (ambientais) como, por exemplo, a relação familiar, a interação entre os pais e a criança ou entre criança e irmãos, práticas educativas ou de socialização parental, aparentemente desempenham um papel importante na ocorrência de sintomas ansiosos na infância (TEIXEIRA e ALVARENGA, 2016). O presente trabalho, então, teve como objetivo apresentar a análise funcional de uma queixa de ansiedade, sob a ótica da Análise do Comportamento. Para tal, realizou-se a operacionalização dessa queixa em termos funcionais.

Material e Métodos

Este estudo refere-se a um relato de experiência do estágio profissionalizante de clínica analítico-comportamental, do curso de graduação em psicologia, tendo como fundamento o desenvolvimento de prática de psicoterapia pautada na abordagem análise do comportamento que tem por filosofia o Behaviorismo Radical. Além da parte prática com atendimento psicoterápico em clínica escola, também tem a parte teórico-prática que ocorre em supervisões semanais de 2 (duas) horas. A prática clínica ocorreu em sessões semanais, de 50 (cinquenta) minutos cada, que tinha como participantes a acadêmica de psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc, a cliente (criança de 11 anos) e em alguns momentos a mãe da cliente. O estágio ocorreu no Núcleo de Atenção a Saúde e Práticas Profissionalizantes – NASPP, na cidade de Montes Claros/MG. O trabalho foi orientado pela supervisora Vívica Le Senechal Machado e ocorreu quando a acadêmica estava no 8º e 9º período do curso já mencionado, 2º semestre de 2020 e 1º semestre de 2021 respectivamente. O método de análise utilizado foi a análise funcional, que tem um rigor experimental e é pautada na manipulação e controle de variáveis. A análise funcional visa identificar qual tipo de relação entre a resposta e a consequência que encontra-se em operação (FARIAS, FONSECA e NERY, 2018). Assim sendo, é possível verificar qual a função do comportamento de determinado indivíduo, em qual contingência iniciou, se instalou e se manteve, e a partir daí, levantar hipóteses e possíveis intervenções (FARIAS, FONSECA e NERY, 2018).

Desenvolvimento

A cliente atendida foi a criança Y, de 11 anos, que mora em uma casa com o pai, a mãe, avó materna e irmão mais novo (7 anos). O pai e a mãe são casados e ambos trabalham fora de casa. A mãe trabalha das 12:00 às 20:00 horas e o pai sai de casa às 06:00 e volta do trabalho às 16:00 horas. A queixa inicial relatada foram crises de ansiedade, problema interpessoal com o irmão e com a melhor amiga. O primeiro contato com a cliente iniciou com a presença da mãe, que apresentou a queixa do ponto de vista dela. Segundo a mãe, Y tinha crises de ansiedade, tendo a criança sido levada pela 4ª vez em uma clínica de pediatria devido à manifestação de diversos sintomas como enjôo e vômitos, tendo até que tomar soro na veia. O encaminhamento de Y partiu do pediatra da mesma, que após realizar exame clínico e fazer pedido de exames de sangue, disse que a cliente não tem nenhum problema físico, e que acredita serem crises de ansiedade. A mãe relatou que essas crises ocorrem sempre que a mesma vai ganhar algo que quer muito ou vai fazer algo que quer, ou

mesmo algo importante. Disse que a filha sempre apresentou essas crises, tendo recordado sobre a presença desses sintomas desde os três anos de idade. Esta queixa inicial pode ser observada na análise funcional molecular do comportamento de Y que consta na Tab. 1. Ao atender só a cliente Y, a mesma me disse a queixa sob sua ótica, tendo dito em diversos encontros iniciais sobre seus problemas de convivência com o irmão e de um problema com sua melhor amiga, demonstrando não saber lidar com isso. Segundo Y, desde o início da pandemia, sua rotina se resume a acordar por volta das 10:00 ou 11:00 horas da manhã, geralmente não toma café, pois diz não ter muito apetite. Às vezes, quando a avó pede, ela ajuda em algum afazer doméstico, mas diz não gostar. Ainda, a cliente informou ficar sozinha quase o dia todo no quarto da mãe ou no seu quarto. A mãe sempre está ocupada com suas coisas em casa ou está trabalhando. O pai sai cedo para trabalhar e só volta à noite ou quando está em casa fica na porta da casa de olho na rua e nunca com ela e o irmão. Diz que o irmão a irrita o tempo todo. Que a sua melhor amiga foi um dia na sua casa e ao dizer algo que a amiga não gostou elas nunca mais se viram e nem conversaram. A cliente praticamente não tem saído de casa durante a pandemia, só tendo saído uma semana para ficar na casa da tia e brincar com a prima durante este período. Ao ser realizada a operacionalização da queixa, demonstrada na tab. 2, foi possível caracterizar os objetivos iniciais do processo terapêutico, que foram extinguir ou amenizar os sintomas apresentados na queixa inicial, pois, a cliente disse querer ficar bem; melhorar na relação interpessoal com o irmão; e a relação com sua melhor amiga com quem não estava falando. Ao ser levantado e observado o repertório comportamental e contingências da cliente no início da terapia, percebeu-se que a sua rotina se resume a falta de interação com os pais, com a avó, pedidos da avó que ela não pode negar e que não gosta de fazer, vários conflitos com o irmão ao longo de todo o dia, ou seja, muitos reforçadores negativos e punições. Ainda, Y tem como característica pessoal ser tímida e não gostar de desagradar ninguém. Diante do exposto, foi possível levantar que a cliente está inserida em um ambiente aversivo, repleto de reforços negativos e punições e quase nunca tem contato com reforçadores positivos.

Conclusões

A clínica analítico-comportamental entende a avaliação funcional como uma ferramenta imprescindível para a interpretação da dinâmica de funcionamento do cliente. Por meio dela foi possível a identificação das relações de dependência entre as respostas da cliente, o contexto em que ocorrem (antecedentes), seus efeitos no mundo (consequentes) e as operações motivadoras em vigor (BORGES, et al, 2012). Neste sentido, foi de extrema relevância a análise funcional da queixa inicial, pois permitiu demonstrar que o ambiente em que Y estava inserida é marcado por um controle aversivo do seu comportamento, tendo em vista o seu dia a dia ser repleto de reforçadores negativos e punições (negativas e positivas). Apesar da mãe de Y ter demonstrado nas sessões que tive com ela uma vontade de ser ativa no processo psicoterápico da filha, ela e o marido, não se implicam na relação de afeto e apego com os filhos. A mãe tenta suprir a falta de tempo e atenção com os filhos os enchendo de presente e deixando-os livres para fazerem o que querem. Através da operacionalização da queixa inicial foi possível identificar que os sintomas relatados não estavam ligados à ansiedade, mas sim, como uma forma da cliente ter a atenção e carinho da mãe, avó e pai, devido às contingências aversivas as quais estava submetida. Dessa forma, através da operacionalização da queixa inicial foi possível identificar a demanda, com consequente delimitação dos objetivos terapêuticos.

Referências

- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.
- FARIAS, Ana Karina C. R. de e colaboradores. **Análise Comportamental Clínica: aspectos teóricos e estudos de caso**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FARIAS, Ana Karina C. R. de; FONSECA, Flávia Nunes; NERY, Lorena Bezerra. **Teoria e formulação de casos em Análise Comportamental Clínica**. São Paulo: Artmed, 2018.
- MOREIRA, Márcio Borges; MEDEIROS, Carlos Augusto de. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Porto Alegre : Artmed, 2007.
- TEIXEIRA, Janaina Nascimento; ALVARENGA, Patrícia. **Relações entre controle psicológico e comportamental materno e ansiedade infantil**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, vol. 3, num. 68, dezembro, 2016, pp. 145-160. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil.

Tabela 1. Análise funcional molecular do comportamento de Y, relacionado a queixa inicial, apresentada por ela e pela mãe .

Antecedentes	Respostas	Consequências	Processos	Efeitos
Saber que vai ganhar algo da avó e o que quer (ex.: quarto novo, celular e livro); Evento importante (aniversário, prova para mudança de escola);	Se sentir mal ao acordar (enjôo, dor na região do pescoço, diarreia, tontura e etc).	Preocupação/atenção da mãe e da avó.	Reforço positivo	Se sente bem e amada.

Tabela 2. Operacionalização funcional da queixa.

Antecedentes	Respostas	Consequências	Processos	Efeitos
Saber que vai ganhar algo da avó e o que quer (ex.:quarto novo, celular e livro); Evento importante (aniversário, prova para mudança de escola);	Se sentir mal ao acordar (enjôo, dor na região do pescoço, diarreia, tontura e etc).	Preocupação/atenção da mãe e da avó.	Reforço positivo	Se sente bem e amada.
Irmão chama e insiati para brincar com o jogo que ele quer brincar.	Fala que não quer, se irrita com o irmão, fica chateada, mas cede ao que o irmão quer.	O irmão pára de insistir.	Reforço negativo	Alívio e insatisfação.
Irmão mexe nos objetos pessoais da cliente.	Fica irritada e ameaça ele com um jogo que ele gosta.	O irmão pára de mexer.	Reforço negativo	Alívio e insatisfação.
Irmão não a deixa quieta como gosta de ficar.	Fica irritada e chateada, mas faz o que ele quer.	O irmão para de incomodá-la.	Reforço negativo.	Alívio e insatisfação.
Amiga vai na sua casa para brincar.	Brigou com a amiga.	Amiga vai embora. Perde o contato com a amiga.	Punição negativa.	Tristeza.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA INTERNET

¹RAMOS FILHO, Alfredo; ¹FIGUEREDO, Luiz Arthur de; ¹AGUIAR, Maria Eduarda Pereira; ¹RIBEIRO, Maria Luísa Teixeira; ¹SOUTO, Melissa Maria Pena

²Galvão, Luciana Gomes Marques

¹Discente do Curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC; ²Docente do Curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMOC

INTRODUÇÃO: A Lei nº 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, regulamenta a política de proteção de dados pessoais e privacidade, transformando a maneira como empresas e órgãos públicos tratam a segurança das informações de usuários e clientes. O direito a ter os dados protegidos tem fundamento na garantia à privacidade prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A ausência de informações claras e do esclarecido consentimento fazem com que titulares de dados, por vezes, estejam vulneráveis aos perigos do mundo virtual, como por exemplo, as políticas de privacidade. **OBJETIVO:** Analisar as políticas de privacidade no contexto dos riscos presentes nas plataformas virtuais visando proteger os dados pessoais. **MÉTODO:** O método de pesquisa utilizado foi o qualitativo, através de buscas em artigos científicos de periódicos virtuais e na análise documental. **RESULTADOS:** Ao longo dos anos, presencia-se uma global transformação tecnológica e o avanço do uso da internet, por sua vez, alcança a grande parte da população e aumenta cada vez mais o percentual de indivíduos que têm acesso a essa rede. A Lei Geral de proteção de dados se deu necessária a medida que o uso da internet se popularizou, sem restrições, limites e proibições, é evidente o alto risco que os usuários enfrentam. Com o surgimento da LGPD, faz-se necessário que os sites e redes sociais aumentem sua atenção quanto ao vazamento e cuidado com dados pessoais dos usuários, adotando medidas com maior segurança, protegendo a sua privacidade, como consta na Lei 13.709, no Art 2, “o respeito a privacidade”, “a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.”, dentre outras afirmações. Com a era digital se faz necessário um cuidado com a navegação em redes e buscas em sites, buscando não clicar em abas sem real entendimento do que está abrindo, não fornecer autorização para sites não desejados e usufruir sempre com responsabilidade e atenção. A LGPD busca proteger as informações destes usuários e reduzir complicações que ocorrem na Internet. **CONCLUSÃO:** Sendo assim, a LGPD busca através de diversos instrumentos legais auxiliar na proteção de dados dos usuários. Dessa forma, as empresas

precisam estar em conformidade com a LGPD com o desenvolvimento de ferramentas e métodos que atendam as regras de transparência e consentimento para a coleta de dados criando uma relação de confiança.

Palavras-chave: Privacidade. Dados. Lei Geral de Proteção de Dados. Cookies.

Referências:

BRASIL. Lei nº Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>.

Acesso em: 13 maio. 2021.

MALDONADO, Viviane Nobrega; OPICE BLUM, Renato (Coord.). LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados comentada. São Paulo: Revista dos Tribunais, Thomson Reuters Brasil, 2019.

A INTERVENÇÃO DA FISIOTERAPIA NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DOENÇA DE ALZHEIMER

PINTO, Larissa Santos¹; MENDES, Maria Eduarda Nunes¹BARROS, Carla Andreia Caldeira de²

¹Acadêmicas do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO

Introdução: A doença de Alzheimer é progressiva, neurológica, degenerativa, irreversível e de forma lenta, apresentando um período de em média 8 anos com uma variação de 2 a 20 anos, e pode ocorrer tardiamente por volta dos 60 anos ou precocemente por volta dos 40 anos de idade, especialmente em casos de histórico familiar. A doença de Alzheimer mostra confusões demenciais, como ausência de memória que prejudica a vida diária, confusão no tempo ou espaço, mau julgamento e capacidade de tomada de decisão, mudanças no humor e na personalidade, abandono do trabalho e atividades sociais e dificuldade em completar as tarefas da vida diária, marcha lenta, desatenção, perda de peso, insônia.

Objetivo: Analisar a intervenção da fisioterapia no tratamento de pacientes com doença de Alzheimer.

Metodologia: O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, na qual foram utilizados 12 artigos científicos e 01 livro correspondente ao intervalo do ano 2013 a 2020, no idioma português e inglês por buscas informatizadas através de bancos de dados como, *Scielo e Lilacs*.

Discussão: Através desse estudo foi possível observar que, a fisioterapia junto com outros programas de reabilitação apresentam resultados positivos, os exercícios físicos mostraram mais eficiência na melhora das atividades de vida diária e como estratégia preventiva.

Conclusão: Portanto é possível concluir que o tratamento fisioterápico em pacientes com a doença de Alzheimer mostrou benefícios como aumento do controle motor e da capacidade funcional, melhora no desempenho cognitivo e consequentemente melhora na qualidade de vida, além ser uma estratégia preventiva, visto que é importante para manter o equilíbrio e a força das pessoas com DA.

Palavras-chave: Fisioterapia. Tratamento. Doença de Alzheimer

Referências:

BITENCOURT, E. M.; KUERTEN, C.M.X.; BUDNY J.; TUON, T. Doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos, qualidade de vida, estratégias terapêuticas da fisioterapia e biomedicina. **Revista Inova Saúde, Criciúma**, vol. 8, n. 2, jul. 2018.

GUIMARÃES, C. H. S.; MALENA, L. M. A.; FILHO, M. L., *etal.* Demência e a doença de Alzheimer no processo de envelhecimento: fisiopatologia e abordagem terapêutica. **Revista Saúde em Foco**, edição nº 10. 2018.

LIMA, A. M. A.; SOUSA, L. B.; SOUZA, M. T. W.; SIQUEIRA, T. D. A. O papel da fisioterapia no tratamento da doença de Alzheimer: uma revisão de literatura. **BIUSn**.º 1 vol. 7, 2016.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

DOENÇAS MENTAIS NO TRABALHO: REFLEXOS NO TRABALHO A PARTIR DO ADOECIMENTO PSÍQUICO

Aline Fonseca Reis¹; Anna Gabrielle Souza Brandão¹; Júlia Cantídio Dias¹, Luana da Silva França¹; Wagner Eduardo Dias¹, Anamaria de Souza Cardoso².

¹ Discentes do quarto período de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc).

² Docente do projeto interdisciplinar do quarto período de Psicologia UNIFIPMoc.

RESUMO: A presente pesquisa aborda o projeto interdisciplinar do quarto período de Psicologia noturno, da instituição de ensino UNIFIPMoc. Pretendeu-se então, em conformidade ao objetivo geral definido, discutir aspectos das doenças mentais no trabalho, sendo este, um tema de extrema importância no contexto de sociedade, com o intuito de gerar reflexão e conhecimento sobre o caso. Portanto, para realizar tal pesquisa, utilizou-se como procedimento técnico de coleta de dados, a roda de conversa on-line via Google Meet, que contou com a presença de convidados, Cleiton Rezende, psicólogo clínico, Patrícia Roberta da Silva, profissional com histórico de adoecimento psíquico, os autores da pesquisa e acadêmicos da instituição. A roda de conversa teve caráter exploratório, reunindo experiências práticas pessoais, conhecimentos profissionais e científicos, capaz de estimular a compressão de fenômenos relacionados à saúde e doença no trabalho. Desta forma, a partir da realização de uma análise teórica, buscaram-se elementos que esclarecessem o que as organizações oferecem ou não para a saúde do trabalhador. Conclui-se então, a importância e a utilidade do tema nos dias atuais, como também os desafios que a problemática oferece tanto para os trabalhadores, quantos para as organizações, o mercado de trabalho e para a sociedade de um modo geral.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº/2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

IMPASSES, ADAPTAÇÕES E VIVÊNCIAS ENFRENTADOS POR PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL DIANTE UM CONTEXTO DE CRISE PANDÊMICA

BARBOSA¹, Erik Alexandre; CAZUMBÁ¹, Ana Luiza Marques; CONCEIÇÃO¹, Neila Fabrícia Alves; DIAS¹, Polyane Pereira; GUEDES¹, Victor Godinho; SILVA¹, Maria Cecília Alves; SOUZA JUNIOR², Sidney

¹ Acadêmicos do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

RESUMO: A infância e, posteriormente, a adolescência são etapas de grande significância do desenvolvimento humano, sobretudo no que tange ao processo de educação e aprendizagem. Além disso, esses períodos são marcados por grandes impactos sociais, fisiológicos e emocionais, advindos de indagações do próprio sujeito diante da sua realidade. Sabe-se que um desenvolvimento infantojuvenil vai além do vivenciado nas escolas e no meio educacional. De acordo com Contini (2002), a situação de vulnerabilidade social é fruto de uma política excludente e concentradora de renda que tende a um crescimento nos últimos anos e por meio dessa fragilidade, a vivência de crianças e adolescentes torna-se um fator que gerencia inúmeros impasses, principalmente quando se pensa na realidade desses indivíduos ligados à educação. Paralelo a isso, a pandemia desencadeada pelo vírus da Covid-19 não só assola a todos, mas afeta de maneira mais intensa alguns indivíduos, a saber aqueles que não têm acesso a determinados suprimentos que favorecem a auto preservação, desde a possibilidade de manter-se em isolamento social até o acesso a bens básicos para sobrevivência. Assim, esta pesquisa visa elucidar alguns aspectos acerca da assistência a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social no atual contexto, o que contribui para o enriquecimento do debate acadêmico e social, visto que ainda há escassez de trabalhos que abordem esse assunto. Diante disso, a pesquisa é qualitativa de caráter exploratório e optou-se como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada e realizada com psicólogos de Montes Claros - MG. Devido a atual situação da saúde no país e na cidade, as entrevistas foram realizadas de forma online, através da plataforma do Google Meet e analisadas a partir do objetivo específico de cada disciplina.. Em concordância, uma das entrevistadas que atua no serviço discorre sobre sua prática considerando ao período atual de pandemia, no qual, é dito sobre a adaptação do serviço através de ligações telefônicas e contatos virtuais, assim como, quando preciso, é realizado visitas de porta da casa dos assistidos, sempre tomando os cuidados necessários. Em consonância a isso, explicita-se que o trabalho do psicólogo seja fortalecido amplamente em acordo com as conjunturas de assistência social, permeando um trabalho resolutivo, de modo que o suporte às crianças e aos adolescentes sejam favorecidos e viabilizados para atender às diversas demandas.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 39408-007/2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

Referências

CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. **Psicologia e a construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis.** São Paulo: Cortez, 2002.

A LGPD E A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

¹MENDONÇA, Joyce Maria Batista Mendonça; PRATES, Luís Gustavo Ávila Prates; ROCHA, Raissa de Vasconcelos Rocha; VELOSO, Enzo Vieira Veloso; BARBOSA, Laiza Fabiana Alves Barbosa;

²VELOSO, Cynara Silde Mesquita Veloso; GALVÃO, Luciana Gomes Marques

¹Discentes do curso de Direito Centro Universitário UNIFIPMoc.

²Docentes do curso de Direito Centro Universitário UNIFIPMoc.

Introdução: O tratamento e uso de dados pessoais é tema que requer ainda mais atenção e cuidado no que tange à titulação de dados por crianças e adolescentes, atendendo à sua condição jurídica de vulnerabilidade e aos riscos que provêm de sua exposição na internet. Por este motivo, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/18, se dedicou a dispor tratamento especial para estas pessoas, fundada no princípio da proteção integral. **Objetivo:** Analisar como a LGPD atua na proteção e segurança dos dados pessoais vulneráveis de crianças e adolescentes. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e orientação analítico-descritiva de informações a partir de artigos e texto da lei. **Resultados:** O tratamento de dados pessoais, em especial no que se refere à crianças e adolescentes, deve ser

compreendido à luz de sua vulnerabilidade. Verificou-se que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direito que recebem tutela específica, fundada no princípio da proteção integral, por se encontrarem em processo de desenvolvimento, inclusive, considerando seu discernimento e a capacidade de tomada de decisões. Nesse aspecto, na perspectiva da vulnerabilidade destes sujeitos e no dever da lei de protegê-los, o artigo 14 da LGPD determina que dados pessoais de crianças e de adolescentes deverão ser tratados com vistas ao atendimento de seu melhor interesse. Entretanto, a LGPD não incluiu, expressamente, os adolescentes na dependência do poder familiar, no §1º do artigo 14, o que traz o entendimento de que a lei tenha sido omissa à possibilidade de vulnerabilidade destes. Além de que, na tentativa de proteger as crianças, o único aspecto previsto como proteção é quanto ao consentimento dos pais, o que recebe críticas por sua fragilidade na efetiva proteção. Isso porque, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/90) assegura que, qualquer orientação ou decisão envolvendo tais sujeitos de direito, deve levar em conta o que é mais adequado para a satisfação dos seus interesses, podendo estes se sobrepor, inclusive, aos interesses dos pais. Neste sentido, entende-se que a interpretação da LGPD deve ser orientado ao alcance do melhor interesse da criança. **Conclusão:** Compreende-se importante e válida a preocupação da LGPD que, coerente com a sistemática protetiva, deve ser aplicada no sentido de proteger as crianças e adolescentes, dada a sua condição de vulnerabilidade pressuposta pelas normas minoristas. As lacunas existentes na LGPD devem ser consideradas, pois, no sentido de ampliar a esfera da proteção.

Palavras-chave: Proteção de Dados. Crianças. Adolescentes. ECA.

Referências:

BRASIL. Lei nº 13.709, de **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em 12 de Maio de 2021.

GRUPO DE ESTUDOS DIREITO DIGITAL. **Crianças e Adolescentes LGPD (Brasil)**. São Paulo. 28 set. 2020. instagram: @direitodigitalfaap. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CFsqOuUDR2j/?igshid=pj0hy56yv0y>>. Acesso em: 30 de mar. 2021.

A IMPORTÂNCIA DO MANEJO DOS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS DA ASMA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE SEUS PORTADORES

CELESTINO, Anna Lhorena Brant¹; BOA SORTE, Bianca Fernandes¹; PEREIRA, Caliane Luisa¹; DIAS, Igor Rafael Fonseca¹; NORMANHA, Rodrigo Alcantara¹; ROCHA, Vitor Luiz Porto Rego Laranjeira¹; PRADO, Jany Rodrigues²

¹Acadêmicos de Medicina das FIP-Guanambi

² Professora de Medicina das FIP-Guanambi

RESUMO: A asma é uma doença inflamatória crônica caracterizada por episódios recorrentes de hiper-responsividade, inflamação e obstrução das vias aéreas. Este estudo tem por objetivo justificar o manejo correto dos sinais e sintomas clínicos da asma para proporcionar uma melhoria na qualidade de vida dos portadores. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados SciELO e livros pertinentes ao tema. Foram selecionados os artigos publicados em português, no período entre 2006 a 2021, com os descritores: Asma, crise asmática, manejo. A asma é bastante comum em nosso meio, na maioria dos casos com início após os 25 anos de idade. Os fatores desencadeantes (substâncias químicas, poeiras e pelos de animais de estimação) promovem uma resposta imunológica exacerbada e uma intensa inflamação das vias aéreas levando à obstrução dos brônquios e o surgimento da patologia. O contato com esses fatores

faz surgir manifestações clínicas que comprometem a qualidade de vida dos pacientes asmáticos. O quadro clínico em geral é: dispneia, tosse crônica, sibilância e desconforto torácico, com remissão desses espontaneamente ou após o manejo adequado dos pacientes. Posterior ao diagnóstico, realizado principalmente através da anamnese, exame físico e exames complementares como: espirometria, pico de fluxo expiratório e testes alérgenos, deve-se classificar a gravidade da doença através da realização da função pulmonar, por meio da avaliação da tolerância ao exercício, medicações necessárias para amenizar os sintomas, número de visitas ao médico e devidas hospitalizações relacionadas à asma, bem como se o paciente está em uso de corticosteroides sistêmicos e se necessita de ventilação mecânica. A maioria dos casos são persistentes, intermitentes leves, moderados ou graves. O tratamento abrange meios preventivos e medicamentosos. A prevenção ocorre através da restrição do paciente ao contato com alérgenos desencadeadores da asma e o método medicamentoso refere-se ao uso de broncodilatadores (beta-adrenérgicos de curta duração) para alívio sintomático ao promover o relaxamento da musculatura brônquica, e os controladores (corticoides inalatórios, antileucotrienos e beta-adrenérgicos de longa duração) que inibem a resposta inflamatória presente na asma. Com o correto manejo dos portadores da asma, é possível melhorar a qualidade de vida desses pacientes, possibilitando-lhes um melhor convívio social e diminuição da preocupação decorrente das crises asmáticas recorrentes.

BASES LEGAIS DA LGPD E O ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA

SILVA, Maria Eduarda Aguiar¹; PEREIRA, Anna Marina Dias Queiroz¹; SÁ, Mariana Oliva¹; DOMINGUES, Nicolly Rocha¹; GALVÃO, Luciana Marques²

¹Discente do Curso de Direito do Centro Universitário UNIFIMoc;

²Docente do Curso de Direito do Centro Universitário UNIFIMoc.

Os algoritmos são ferramentas essenciais para a realização de ações e a tomada de decisões por empresas e pelo Estado. Eles podem embutir dados imprecisos, mas, o motivo que desperta preocupação é que, por vezes, podem levar a uma tradução considerada discriminatória. Desse modo, objetiva-se analisar as bases legais instituídas na LGPD no enfrentamento à discriminação algorítmica. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa. Contém como fonte de dados a pesquisa bibliográfica e o procedimento de coleta utilizado foi a pesquisa documental. Como resultados, verificou-se que a Lei nº 13.709/2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tem como principal objetivo a garantia da proteção dos dados pessoais dos titulares e estabelece parâmetros quanto a coleta e ao tratamento dos dados pessoais. A LGPD entra em vigor em um contexto onde as debilidades ou o mal emprego das tecnologias possuem o condão de afrontar direitos fundamentais dos indivíduos. Dentre essas afrontas, o uso indevido da Inteligência Artificial pode levar à discriminação algorítmica, que se trata de tradução discriminatória de dados gerada pelos algoritmos, fruto de um preconceito inerente à sociedade. O preconceito é uma problemática enraizada no corpo social, advindo do processo segregacionista. A segregação social decorre na resposta dada à desigualdade entre os povos, fomentada na adoção de estereótipos, conjunto de crenças e ideologias agregadas a um certo tipo de grupo, que produz efeito discriminatório. Dentre os fatores apontados a esta ocorrência está a coleta ineficiente, dispensável ou exacerbada de dados de seus titulares, sem informação ou correlação com os fins, permitindo que o tratamento de dados se realize sem um filtramento eficaz e ético dessas informações. Dessa forma, observa-se temerária essa prática por parte das IAs, podendo perseverar concepções discriminatórias já presente na sociedade e afrontar aos direitos de igualdade assegurada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Em face disso, a LGPD, no enfrentamento à perpetuação de situações discriminatórias, institui em sua base legal o legítimo interesse para tratamento de dados, fundado no princípio da não discriminação, no artigo 6º, inciso IX, apontando-se a impossibilidade da utilização de dados para fins ilícitos, abusivos ou discriminatórios, a fim de proteger os titulares de possíveis violações aos seus direitos. Consequente, há também a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados), o órgão regulamentador da LGPD, órgão que tem papel fundamental na verificação e exame de possíveis aspectos discriminatórios no tratamento automatizado de dados pessoais que possam vir a gerar algoritmos discriminatórios. Conclui-se que é primordial que os instrumentos legais instituídos na LGPD sejam utilizados de forma a orientar decisões mais éticas, legítimas e não-discriminatórias. Ademais, que se

fomente os valores sociais inerentes ao preâmbulo constitucional, a fim de promover o respeito e a igualdade tanto na sociedade, quanto no mundo virtual.

Palavras-chave: Discriminação Algorítmica. LGPD. Direitos. Igualdade.

Referências:

BABO, Gustavo Schainberg S. Discriminação algorítmica: origens, conceitos e perspectivas regulatórias. **Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs**. Disponível em: <https://ab2l.org.br/discriminacao-algoritmica-origens-conceitos-e-perspectivas-regulatorias-parte-1/> Acesso em: 30 abril 2021

CALABRICH, Bruno Freire de Carvalho. Discriminação algorítmica e transparência na Lei Geral de Proteção de Dados. **Revista dos Tribunais online**. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/38411/1/Bruno%20Freire%20de%20Carvalho%20Calabrich.pdf> Acesso em 30 abril 2021.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 20 de Julho de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, publicado em 21 de Julho de 2010. p. 1, col. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Lei/L12288.htm#. Acesso em: 16 maio 2021.

O FENÔMENO DA MEDICALIZAÇÃO NA INFÂNCIA: UM CASO CLÍNICO

RAMOS, Bianca Guedes Silva¹; LÉ SÉNÉCHAL-MACHADO, Vívica².

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC)

² Professor do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC)

INTRODUÇÃO

O termo medicalização diz respeito a um processo de tornar aspectos sociais e políticos em eventos médicos, sendo, este fenômeno, marcado pelo uso da medicação de forma indiscriminada, e que vem ocorrendo com frequência nos dias atuais. Crianças que apresentam comportamentos considerados inadequados e dificuldades no processo de aprendizagem estão sendo, muitas vezes, diagnosticadas com algum distúrbio e, conseqüentemente, medicadas. Os educadores, com certa frequência, ao perceberem que não estão sendo efetivos no processo de aprendizagem, se sentem impotentes, buscando como solução o encaminhamento médico (LEONARDO; SUZUKI, 2016).

O processo de medicalização está relacionado também à sociedade capitalista hodierna, que exige um modelo ideal de aluno, tornando o medicamento uma forma de controle social que visa alcançar um determinado padrão. Todavia, esse método pode proporcionar a construção de rótulos e estigmas, resultando na exclusão da criança e comprometendo a sua infância (LEONARDO; SUZUKI, 2016).

Considerando que a experiência refere-se a um atendimento infantil, a queixa inicial provém dos cuidadores do cliente, que relataram comportamentos de ansiedade e agitação exacerbados e o diagnóstico, feito por um neurologista, de Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Durante o processo psicoterápico, outras demandas, além da inicial, emergiram. Entretanto, a fim de focar na temática estabelecida para este relato de experiência, serão mencionados os resultados e as intervenções voltados para esse objeto.

Na Análise do Comportamento, considera-se como modelo de causalidade o modelo de seleção por consequências, que consiste na concepção de que o comportamento humano é multideterminado e inter-relacionado, e é selecionado a partir de três níveis: filogenético, ontogenético e cultural. Sob essa óptica, entende-se que é preciso, inicialmente, investigar a história do cliente e as possíveis relações com os comportamentos de agitação, ansiedade e concentração, considerar o componente genético (investigando, por exemplo, o histórico familiar de TDAH) e observar a relação do indivíduo com a cultura em que ele está inserido. Nesse sentido, considera-se necessário, não apenas averiguar as variáveis independentes – históricas ou atuais – que estão selecionando os comportamentos apresentados como queixa pelos cuidadores, mas, sobretudo, identificar, a partir de observações e análises, a demanda que o próprio sujeito apresenta (BORGES; CASSAS, 2014).

Foram traçados, como objetivos para este relato de experiência: analisar o fenômeno da medicalização na infância em um caso clínico; apresentar o relato de um caso clínico infantil fundamentado na abordagem analítico-comportamental; apresentar a aplicabilidade de conceitos da Análise do Comportamento, bem como a utilização de técnicas, desenhos e análises funcionais; descrever as principais intervenções e os principais resultados do caso clínico.

Material e Métodos

Este relato de experiência advém do estágio de Psicoterapia do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMOC), em que a estagiária optou pela abordagem analítico-comportamental para fundamentar as suas práticas. O estágio foi realizado no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP), vinculado ao UNIFIPMOC e localizado na cidade de Montes Claros, Minas Gerais. O estágio é dividido em atendimentos semanais com os clientes, com a duração de 50 minutos, e em supervisões com os demais estagiários e com a supervisora de estágio, com a duração de duas horas semanais. O atendimento com este cliente se iniciou em setembro de 2020 e se encontra em andamento no final do primeiro semestre de 2021. As sessões ocorrem às segundas feiras, às 18h40, entretanto, quando o cliente possui alguma dificuldade para comparecer no horário agendado, é realizada uma reposição da sessão em outro dia da semana. Foram realizadas, até o momento, quinze sessões com o cliente e duas sessões com os seus familiares.

Para a fundamentação dos atendimentos foi usada, como abordagem teórica, a Análise do Comportamento. Objetivando compreender os controles comportamentais que englobam o indivíduo, foi utilizado, durante o processo terapêutico, um instrumento fundamental para a clínica analítico-comportamental: a análise funcional. A partir de análises funcionais são levantados os dados necessários para a compreensão da rotina, da história escolar, familiar e psicológica da criança. Desse modo, as análises funcionais tornam possível controlar as variáveis que favorecem a extinção de comportamentos cujas consequências são aversivas para o cliente e também controlar para que aqueles comportamentos que produzem consequências reforçadoras para o sujeito entrem ou cresçam no seu repertório comportamental (BORGES; CASSAS, 2014).

Considerando que as crianças possuem uma dificuldade de se expressar verbalmente, pois ainda não adquiriram um repertório suficiente, tem-se o desenho como uma alternativa para se compreender o que não é falado. O desenho, além de ser um recurso proveitoso para a captação de dados que provavelmente não serão verbalizados pela criança, é também uma atividade lúdica que, na maioria das vezes, a atrai, sendo algo reforçador dentro do processo terapêutico (DE-FARIAS; FONSECA; NERY, 2018).

Desenvolvimento

O caso clínico se refere a uma criança, de nove anos de idade, estudante do ensino fundamental de uma escola particular, filho único e que mora com o pai, que trabalha viajando durante a semana, e com a mãe, que trabalha em uma empresa diariamente. Os pais do cliente, por perceberem um comportamento de ansiedade e agitação exacerbado, e que se intensificou durante a pandemia, levaram-no ao neurologista, quatro meses antes do início do processo terapêutico. O neurologista, com apenas uma sessão, diagnosticou o cliente com TDAH e prescreveu o uso diário de dois comprimidos do medicamento Ritalina para ele, um durante o período matutino, e outro durante o período vespertino. O neurologista recomendou que o cliente – que nunca fez psicoterapia antes – procurasse um psicólogo da abordagem analítico-comportamental.

O cliente estudava em uma escola pública até o ano de 2019. Em 2020, ele se mudou para uma escola particular, pois, segundo a mãe, o ambiente é mais exigente e ela quer o melhor para o futuro dele. O cliente nunca apresentou dificuldades escolares, e, as professoras, além de nunca terem emitido alguma reclamação, o veem como um aluno atento e observador a tudo que acontece a sua volta. Quando o cliente recebeu o diagnóstico, a mãe dele procurou a escola para pedir a opinião da professora, e ela relatou que acha muito difícil ele ter TDAH.

Além de ser filho único, ele foi, por muito tempo, o único neto e o único sobrinho da família. Os pais relatam que a família sempre fez as vontades dele, porém, após o nascimento da prima, eles dizem que essa dinâmica mudou um pouco, mas

os avós permanecem fornecendo a ele tudo o que ele quer. O cliente relata que, desde que a sua prima nasceu, os avós dão presentes bem melhores para ela. Os pais alegam que, devido ao fato de ele ter sido muito mimado pela família, ele se tornou muito competitivo e não sabe perder quando está jogando ou brincando com alguém.

A família tem um primo distante que tem diagnóstico de TDAH. Os cuidadores, diversas vezes, explicam os padrões de comportamento da criança como resultado da genética, pois há semelhanças com os padrões comportamentais da família. A mãe do cliente relata que a família inteira é ansiosa e agitada, e que, segundo ela, isso pode ter sido passado para ele.

A mãe do cliente trabalha de manhã e à tarde na empresa da família. Nesse local, trabalham também outros integrantes da família. Devido ao período pandêmico, o cliente está indo todos os dias para a empresa e assistindo às aulas virtuais lá. A mãe do cliente relata que chega exausta do trabalho e que, por isso, muitas vezes não tem paciência com o filho e não brinca com ele como gostaria. O pai, como trabalha viajando durante a semana, só se encontra na cidade nos finais de semana. A mãe do cliente relata que quando ele era mais novo e o pai viajava, ele tinha febres muito fortes. O cliente relata que os pais não têm tempo para brincar com ele e que se ele sente muito solitário, dizendo, ainda, que gostaria de ter um irmão para brincar com ele. Segundo a mãe do cliente, a família a pressiona muito para ter mais filhos, mas ela alega que não quer, pois não tem nem tempo, nem dinheiro para mais um filho.

A mãe do cliente fica, na maior parte do tempo, com a responsabilidade de mandá-lo fazer as atividades escolares, cumprir exigências, colocá-lo de castigo quando faz algo errado. Já o pai, quando está na cidade, fala com a mãe para ter mais paciência com o filho, dá dinheiro escondido para ele, raramente o repreende por ter feito algo de errado. Nota-se, na terapia, que a presença do pai é extremamente reforçadora para o cliente. Quando o pai o acompanha na sessão, ele se encontra mais animado e alegre, enquanto na presença da mãe, ele fica mais retraído, o que parece acontecer devido às punições de comportamentos verbais do cliente (BORGES; CASSAS, 2012).

Durante o processo terapêutico, foram utilizados jogos e desenhos para identificar se a queixa apresentada, pelos cuidadores e pelo médico, era percebida pelo cliente, e, também, pela estagiária. Nesse sentido, foi trabalhada a noção de ansiedade para o cliente, e, pôde-se notar que as falas dele eram meras repetições do que era dito pelos pais. Por meio dos recursos lúdicos, tornou-se possível compreender o que não era expresso verbalmente e, assim, compreender amplamente as demandas que o cliente apresentava, como, por exemplo: autoconhecimento, autoimagem, autoestima, expressão dos sentimentos, competitividade, entre outros. A partir dos questionamentos reflexivos, do uso de reforçamento diferencial e da utilização de cartas e de desenhos, o cliente pôde estabelecer uma melhoria na comunicação aos cuidadores sobre como se sente. Também foi pedido para o cliente realizar uma análise funcional dos seus comportamentos, de uma forma recreativa, e isso favoreceu a reflexão e o autoconhecimento. Através de dinâmicas e jogos como dominó e dama, foi trabalhada a questão da autoestima, da autoimagem e da competitividade (DE-FARIAS; FONSECA; NERY, 2018).

Em relação à queixa inicial dos cuidadores, não foi identificada, pela estagiária, nenhuma manifestação de ansiedade, de agitação e de falta de atenção incomum ou patológica. Pôde-se ver que a mãe do cliente atribui a ele características que, por ela falar com tanta frequência, o cliente parece agir dessa forma. Quando ela diz que o cliente é ansioso e distraído, ele começa a olhar para o teto, mexer nas coisas, desviar o olhar, todavia, foi possível notar que ele continua atento a tudo que foi falado. Essas questões parecem apontar para o conceito de operante intraverbal, em que, considera-se como hipótese de que o cliente está sob controle de estímulos antecedentes verbais, como a fala da mãe e de outros familiares sobre ele ser ansioso e distraído (BORGES; CASSAS, 2012).

Além disso, o comportamento nomeado pelos cuidadores de “agitação” parece ter sido aprendido por modelo, uma vez que os pais do cliente possuem uma rotina extremamente acelerada e a mãe se intitula como agitada. Ademais, o cliente possui uma rotina de muitos compromissos, e se encontra exausto de tantas tarefas. Ele também não está brincando com os amigos na mesma frequência de antes devido ao contexto pandêmico, o que sugere uma rotina de poucos reforçadores e de contingências aversivas ao cliente. Esse contexto pode fazer com que ele demonstre aos cuidadores a vontade de estar fazendo outra coisa, e é interpretado como agitação e ansiedade, mas parece que ele apenas quer brincar e descansar como toda criança. Dessa forma, o comportamento de “agitação” e de “ansiedade” parece ter sido também modelado pelas contingências (BORGES; CASSAS, 2012).

No atendimento de devolutiva aos pais, foram provocadas reflexões acerca de algumas questões, como: o diagnóstico de TDAH e o uso de um medicamento forte; a quantidade de atividades e compromissos que o cliente tem em sua rotina; a rotina acelerada que os pais possuem; as atividades que os pais poderiam fazer com o filho, entre outros. Como resultado dessas intervenções, foi possível perceber que os pais ficaram reflexivos acerca do diagnóstico de TDAH e do uso do medicamento, e buscaram outro médico para reavaliá-lo e rever a ação medicamentosa. No momento, o cliente está sendo avaliado por um novo médico, que, além de ter indicado a realização de exames para verificar a ação do medicamento no cérebro do cliente, reduziu o uso do medicamento, pois, segundo ele, estava alto sem necessidade. Este contexto remete ao fenômeno da medicalização e aponta para a literatura de Leonardo e Suzuki (2016), em que as autoras falam de um processo de culpabilização da criança, que é vista, frequentemente, de forma isolada e organicista, sem considerar os aspectos sociais, históricos e culturais daquele indivíduo.

Outro ponto foi que, ao conversar com os pais acerca da importância de tentar não impor rótulos ao filho, eles buscaram se atentar a essa questão. É fundamental refletir, conforme Caponi (2010, p. 140) citado por Garcia, Borges e Antoneli (2015, p. 544), que as classificações humanas produzem efeitos nos indivíduos. Cada diagnóstico e cada tipificação humana transforma a maneira como o sujeito se expressa, modificando, conseqüentemente, a construção desse indivíduo no mundo.

Considerações finais

Considerando o caso apresentado e as intervenções realizadas, é pertinente dizer que, ao longo dos atendimentos com o cliente e com os seus pais, está sendo possível explorar a queixa inicial e levantar a hipótese de que houve um diagnóstico precipitado e de que o uso do medicamento deve ser repensado. Além disso, observa-se que a partir das técnicas utilizadas, o cliente está aumentando o seu repertório de autoconhecimento e aprendendo sobre como se expressar e se comunicar sobre os seus sentimentos. Conclui-se que os objetivos traçados para este relato de experiência foram alcançados, uma vez que, através do caso clínico exposto, pode-se compreender sobre o fenômeno da medicalização e as suas consequências na vida infantil. Além disso, o relato traz a descrição do caso baseando-se nos conceitos da abordagem analítico-comportamental, demonstrando a importância do uso de técnicas e desenhos nesse atendimento e apresentando as intervenções e os resultados no atendimento.

Referências

BORGES, Nicodemos Batista; CASSAS, Fernando Albregard (Org). **Clínica analítico-comportamental: aspectos teóricos e práticos**. Porto Alegre: Artmed, 2014.
DE-FARIAS, A. K.; FONSECA, F. N.; NERY, L. B. **Teoria e formulação de casos em análise comportamental clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2018.
GARCIA, Marcos Roberto Vieira; BORGES, Lenna Nascimento; ANTONELI, Patrícia de Paulo. A medicalização na escola a partir da perspectiva de professores de educação infantil: um estudo na região de Sorocaba-SP. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], v.9, n.3, p.536-560, Mar/2015.
LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; SUZUKI, Mariana Akemi. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal, Ver. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 46-54, Abr. 2016.

O PLANEJAMENTO FAMILIAR E AS AÇÕES OFERECIDAS PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

BÔAS, Mádisson Henrique; CARDOSO, Anelice Nunes; FONSECA, Rosemary Santos; GALIZA, Vitória Prates;
GUSMÃO, Maria Alice Rodrigues¹;

SOARES, Sílvia Reis².

Introdução

A atenção primária se caracteriza como a porta de entrada dos serviços em saúde ofertados aos usuários; baseada nos princípios da equidade e solidariedade social e busca atender a todos com eficiência, de forma integral, promovendo cuidados em saúde que vão desde promoção e proteção até a cura; reabilitação; cuidados paliativos entre outros, levando em consideração o sujeito, ou seja, cuidando das pessoas e não apenas das doenças ou condições específicas. Esses serviços contam com o trabalho de vários tipos de profissionais da área de saúde, capacitados, que assumem o compromisso de promover e garantir o direito à saúde e bem-estar de todos.

O trabalho do psicólogo na atenção primária envolve desde práticas relacionadas a acolhimento; atendimentos clínicos; orientação aos sujeitos em relação a cuidados em saúde; planejamento familiar entre outras. Nesse estudo, mais especificamente iremos falar sobre o planejamento familiar. O planejamento familiar se trata de um direito de homens, mulheres e casais e está pautado e sustentado pela Constituição Federal no artigo 226, parágrafo 7º e pela lei 9.263 de 1996, cabendo ao Estado disponibilizar recursos com relação à educação e tecnologias para que esse direito seja exercido, assim como profissionais capacitados para o desenvolvimento de práticas de concepção e/ou anticoncepção.

Conforme Pierre e Clapis (2010) o sujeito tem o direito de ser bem-informado sobre o funcionamento das ações do planejamento familiar para assim fazer escolhas com autonomia. As autoras ainda ressaltam que essas práticas devem incluir orientações sobre métodos contraceptivos; saúde sexual e reprodutiva e métodos para controle da fecundidade. Além disso, as escolhas dos métodos vão em direção à promoção de uma ampliação das opções dos métodos anticoncepcionais para que os sujeitos tenham mais liberdade nas suas escolhas de uma forma mais segura e confiável; e assim optar pelo método mais conveniente em relação às diferentes fases de sua vida reprodutiva e seu histórico de saúde e adequação.

Nesse sentido é fundamental o acompanhamento psicológico oferecido pela rede na atenção primária quando o sujeito toma a decisão. Pierre e Clapis (2010) dizem sobre as dificuldades em alguns municípios para realização da prática do planejamento familiar devido à falta de informações sobre o assunto e principalmente do fornecimento dos métodos como anticoncepcionais, dispositivo intrauterino (DIU), procedimento cirúrgico como vasectomia e laqueadura entre outros, que devem ser disponibilizados pela rede e desenvolvidos na atenção básica através da Estratégia de Saúde Familiar (ESF), onde contam com a participação efetiva do profissional psicólogo para orientar os usuários nas suas decisões de acordo com suas necessidades e escolhas em relação às expectativas em saúde reprodutiva.

Material e Métodos

O objetivo desse estudo é abordar a prática de estágio na Atenção Primária, mais especificamente no Planejamento Familiar, com acadêmicos do 9º e 10º períodos do curso de Psicologia. O estágio iniciou-se em março e foi até junho de 2021. As práticas ocorreram nas cidades de Coração de Jesus, Lontra e Olhos D'Água. As práticas eram supervisionadas e os acadêmicos iniciaram suas práticas nas unidades básicas de saúde de seus respectivos municípios, cada estagiário seguiu as exigências de horas e acatou o melhor dia pelos responsáveis técnicos de cada unidade de saúde.

Seguimos, primeiramente, os objetivos gerais do estágio que dizem respeito à formação acadêmica, possibilitando que os estudantes, a partir de suas práticas em campo, estejam em contato com a realidade profissional de forma que possam associá-la e confrontá-la com aquilo que é discutido em sala a partir das teorias e suas aplicabilidades. Outro importante aspecto é a viabilização do desenvolvimento de habilidades relacionadas com o campo de atuação profissional. Sendo assim, podemos dizer que o objetivo foi possibilitar aos acadêmicos contribuir com o Planejamento Familiar das Unidades de Saúde de cada município.

Sendo o Planejamento Familiar trata-se de um conjunto de ações em que são oferecidos todos os recursos para a concepção e anticoncepção que, por sua vez, devem ser cientificamente aceitos e não colocar a vida e a saúde das pessoas em risco, com garantia e liberdade de escolha, assim as práticas orientaram-se por atividades educativas, preventivas e clínicas, e pela garantia de acesso igualitário a informações, meios e métodos disponíveis para a concepção e anticoncepção. Diante a procura do serviço de saúde em busca de métodos anticoncepcionais, o usuário era devidamente informado sobre todos os aspectos da sexualidade, além disso, realizava o cadastro no programa de Planejamento Familiar, onde poderia sanar todas as dúvidas e saber de todos os métodos de concepção e anticoncepção, suas vantagens e desvantagens, e a partir disso escolher livremente quais desejaria adotar para si.

¹ Discentes do Centro Universitário FipMoc (UNIFIPMoc).

² Docente do Centro Universitário FipMoc (UNIFIPMoc).

Desenvolvimento

Inicialmente, foi realizada a leitura do artigo “Apoio Matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde” (CAMPOS; DOMITTI, 2007), um artigo que conceitua o apoio matricial e a equipe de referência dentro da reforma das organizações e do trabalho em saúde. O texto expõe conceitos e teorias que contribuem para essa metodologia de trabalho, os autores refazem uma teoria conceitual sobre a gestão do trabalho em saúde com base na atuação das equipes de referência e de apoio matricial. A equipe de referência procura coincidir o poder de gestão com a equipe interdisciplinar, já o apoio matricial, segundo Campos e Domitti (2007), altera as relações dos níveis hierárquicos nos sistemas de saúde, ou seja, o especialista integra-se à diversas equipes que demandam o seu trabalho, proporcionando um espaço em que ocorra uma troca de conhecimentos entre os mais diferentes profissionais, nas mais diversas especialidades, também são apontados no artigo, obstáculos ao desenvolvimento desse tipo de trabalho na área da saúde, como barreiras culturais, estruturais, éticas, políticas e subjetivas.

Logo após o estudo e discussão desse artigo, os acadêmicos começaram suas práticas, cada um em sua respectiva cidade e local designado. Devido ao fato de estarmos em um momento de pandemia, infelizmente não foi possível conhecer de maneira prática todas as ações que a atenção primária tem a oferecer. Entretanto, foram realizadas diferentes ações por cada integrante, como, atendimentos clínicos com pacientes referenciados pela Estratégia Saúde da Família (ESF), reunião para a supervisão dos casos atendidos, discussões sobre os serviços da atenção primária, assim como discussões sobre o papel do psicólogo na rede dos cuidados em saúde. As ações desenvolvidas no dia a dia dos serviços de atenção à saúde, dedicando-se a preservar e a aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como base para isso, concepções como a descentralização, regionalização, integralidade e equidade, assim, fazendo com que o modelo de atenção à saúde consiga ser compatível à realidade de cada município (FERMINO et al; 2009).

Dentre as diversas discussões realizadas, uma delas foi sobre o planejamento familiar, que diz de uma prática que viabiliza informações que levam em conta o papel sexual, história de vida e valores do sujeito, assim como, também é abordado nesse planejamento os diferentes tipos de contraceptivos. Segundo Costa et al (2013) com a diversidade de métodos contraceptivos existentes hoje em dia, a mulher ou o casal escolhe entre os seguintes métodos de concepção: naturais, hormonais, métodos de barreira, dispositivo intrauterino (DIU), que pode ser tanto de cobre como com hormônios; contracepção de emergência e métodos definitivos, como a ligação de trompas (laqueadura) e a vasectomia. Em relação à laqueadura, a mulher ao apresentar vontade de realizar esse procedimento, passará por quatro reuniões, pelo médico da ESF, a enfermeira da ESF, o assistente social da atenção primária e o psicólogo da atenção primária. Para que esse procedimento seja realizado é necessário que a mulher tenha 25 anos ou mais e dois filhos. O psicólogo da atenção primária então, conversa com a paciente sobre este ser realmente o desejo dela, apresentando a ela outros métodos contraceptivos que talvez sejam viáveis, pois essa cirurgia é irreversível e a mulher necessita estar consciente de todos os riscos que advém da laqueadura. Com isso, após conversar com a psicóloga, a paciente decide se realmente vai fazer a cirurgia e a partir da resposta dela, a psicóloga emitirá o laudo.

Isto posto, o Programa de Planejamento Familiar concebido pelo SUS tem como base informar as pessoas, por meio de ações, atitudes clínicas e práticas em saúde, assim como informar sobre a anticoncepção, oferecendo liberdade de escolha a todos os usuários, sem distinção, para que esses possam escolher, de forma segura e adequada, o momento que considerem mais pertinente para a concepção.

Considerações finais

Devido o contexto de pandemia, diversas práticas foram prejudicadas não podendo haver um livre contato social, devido ao risco de propagação do vírus, fazendo assim com que grande parte dos estudos ocorressem de maneira mais teórica. Porém, com várias reuniões dos estagiários justamente com os psicólogos das ESF's, com supervisões e ainda estudo dos

artigos referenciados foi possível obter o entendimento acerca dessas ações, com enfoque na prática do profissional psicólogo.

Dado o exposto, a realização deste estágio objetivou compreender e conhecer os serviços de saúde da atenção primária, a partir do qual foi possível observar que esta área se encontra no primeiro nível dos cuidados à saúde, sendo ela base para todos os outros cuidados que perpassam a vida do sujeito, como por exemplo, o que foi objeto de estudo deste trabalho, o planejamento familiar, ação essa encontrada dentro da atenção básica e que diz de um planejamento que é promovido pelos serviços de atenção primária na ESF, onde são levadas informações aos usuários dos serviços como mulheres, adolescentes e casais, sobre aspectos da vida sexual, métodos contraceptivos, quais serviços desse contexto são ofertados pelo SUS e quais se têm acesso em determinadas unidades de saúde, assim como também é informado aos usuários, os tratamentos disponíveis em seu município.

Elucida-se a importância da compreensão que cada sujeito necessitar ter diante sua vida sexual e as consequências advindas dessas ações, assim mostra-se essencial os serviços ofertados pela atenção primária, que oferece a esses indivíduos acesso às informações sobre métodos contraceptivos, quais funcionariam de maneira mais eficaz e qual escolha seria mais viável, levando em conta as particularidades de cada um (MOREIRA, 2011). Esta atenção diante as consequências desejadas, ou aquelas não desejadas, pode promover uma maior conscientização, fazendo com que em circunstâncias complexas, como por exemplo, em casos de doenças sexualmente transmissíveis (DST's), ou uma possível gravidez não planejada, a situação possa ser evitada.

Conclui-se que as práticas realizadas associadas aos estudos permitiram compreender como funciona a orientação familiar dentro do sistema da atenção primária, assim como, entender a ação do psicólogo nessa área, os campos de atuação existentes e o trabalho primordial que é exercido em conjunto com toda a equipe de apoio as famílias e aos sujeitos.

Referências

- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para a gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, ano 2007, 23 fev. 2007. Saúde Pública, p. 1-4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/VkBG59Yh4g3t6n8ydyjMRCQj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- COSTA, Alcione; ROSADO, Lilian; FLORÊNCIO, Alexandre; XAVIER, Edleide. História do planejamento familiar e sua relação com os métodos contraceptivos. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Bahia, ano 2013, 13 dez. 2013. **Revista Baiana de Saúde Pública**, p. 74-86. Disponível em: <https://www.rbasp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/173/357>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- FERMINO, Juliana M.; PATRÍCIO, Zuleica M.; KRAWULSKI, Edite; SISSON, Maristela C. Atuação de psicólogos no Programa de Saúde da Família: o cotidiano de trabalho oportunizando a formação e as práticas profissionais. **Aletheia**, Santa Catarina, ano 2009, p. 113-128, 30 dez. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n30/n30a10.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- MOREIRA, Lília Maria de Azevedo. **Métodos contraceptivos e suas características**. Scielo, Bahia, ano 2015, 21 jul. 2015. SciELO Livros, p. 125-137. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7z56d/pdf/moreira-9788523211578-12.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2021.
- PIERRE, Luzia Aparecida dos Santos; CLAPIS, Maria José. Planejamento familiar em unidade de Saúde da Família. **Revistas USP**, São Paulo, ano 2011, 24 jan. 2011. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, p. 1-8. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/4271/5405>. Acesso em: 8 jun. 2021.

OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DE SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA EM UM CONTEXTO DE PANDEMIA

LOPES, Caio Nunes ¹; SILVA, Cristiane Oliveira¹; SILVA, Millene Samara Vieira¹; CAMPOS, Nayhane de Jesus ¹; MEDEIROS, Pâmela Alicy¹; JORDÃO, Valdecir Vieira¹; SOARES, Sílvia Reis ²

¹ Acadêmico do curso Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc

² Professor do curso Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc

Introdução

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência do estágio profissionalizante na Atenção Primária em Saúde (APS) do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc. A prática buscou viabilizar uma aproximação com o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo este o sistema de saúde pública que abrange todo território nacional, atendendo a milhões de brasileiros. A porta de entrada desse serviço é a Atenção Primária em Saúde (APS) que tem como objetivo “desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades” (BRASIL, 2013, p. 19). As Unidades Básicas de Saúde estão distribuídas por diversos territórios em toda a cidade, sendo que, na Estratégia de Saúde da Família (ESF) existe uma equipe multiprofissional, cujo responsável pelo matriciamento pode ser o psicólogo. Desse modo, tomamos contato com profissionais da área que atuam na atenção primária, com objetivo de conhecer as atividades que são atribuídas ao psicólogo e pensar nos desafios e particularidades da promoção de saúde à comunidade, levando em consideração o contexto de pandemia pelo vírus da COVID -19.

Material e Métodos

O estágio foi realizado por acadêmicos do 9º período de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc) e orientado pela supervisora Sílvia Reis Soares. As práticas aconteceram entre os meses de fevereiro e junho de 2021 de forma remota com encontros semanais via Google Meet, pautados no sigilo, aprendizado de conteúdos referentes ao estágio e orientações com duas práticas à campo, sendo elas em duas unidades da Estratégia Saúde da família (ESF) nos bairros Maracanã e João Botelho da cidade de Montes Claros, com o intuito de pesquisar sobre os desafios da promoção de saúde às comunidades na atenção básica. Os estagiários foram divididos em trios de trabalho e realizaram entrevistas com os profissionais psicólogos atuantes nas unidades citadas acima. Foram elaboradas entrevistas semiestruturadas, tendo como base a ação educativa desenvolvida por meio de estudos, pesquisas, observações, escuta e acolhimento. Assim, foram realizadas durante esse período, atividades significativas e enriquecedoras para o contexto acadêmico e para o crescimento profissional dos estagiários.

Este tipo de experiência proporciona conhecimento sobre a rotina dos profissionais da psicologia nas unidades da Estratégia Saúde da Família (ESF), permite entender as dificuldades da promoção de saúde à comunidade na atenção básica e também conhecer as práticas desenvolvidas interdisciplinarmente pelo profissional da psicologia com os demais profissionais da área, bem como o trabalho com os usuários das unidades, auxiliando no processo de aprendizagem dos estagiários, uma vez que permite a inserção destes no contexto no qual ocorre a prática do acolhimento, observação e escuta e pesquisar sobre ele.

Desenvolvimento

A atuação dos psicólogos na atenção básica os desafia a manter e a batalhar para que haja uma unidade entre saúde mental e as concepções da saúde em geral, além do desenvolvimento conjunto de estratégias nos cuidados e promoção de saúde. Isto posto, no percurso do estágio, através das entrevistas com os psicólogos, desafiados a manterem os atendimentos na promoção de saúde neste o contexto pandêmico, foi possível constatar um aumento no número de demandas, com queixas das mais diversas. Alguns exemplos transcritos de demandas relatadas foram os transtornos de ansiedade e depressão, havendo também o agravamento de outras patologias, como as psicoses, os transtornos bipolares, e um aumento considerável de conflitos familiares, como pais sob estresse, agravado pelas aulas online dos seus filhos, adolescentes praticando automutilação e pessoas com dependência química. De acordo com o Caderno 34 de Saúde Mental produzido pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2013), as demandas citadas corroboram com o perfil epidemiológico que aparecem na APS, caracterizado pela diversidade de pessoas que, por algum motivo, sofrem sem apresentar uma enfermidade física muitas vezes, mas o seu adoecimento está ligado a outros determinantes e condicionantes, fazendo-se necessário promover um cuidado que corresponda à demanda daqueles que procuram atendimento.

Com o aumento dessas demandas no contexto de pandemia, houve a sobrecarga das equipes multidisciplinares e, ao mesmo tempo, as limitações de estratégias que viabilizam um melhor trabalho, como o trabalho em grupo, que pela pandemia não pode ser realizado devido necessidade de manter o distanciamento social. Foi pontuado também por um dos profissionais entrevistados a falta de suporte por parte do governo, que se encontra em um momento de crise na área da saúde, sem uma organização adequada desde o nível federal, refletindo esse impacto na ponta final, no nível regional. Apesar disso, as estratégias adotadas e adaptadas pelos psicólogos na atenção básica envolveram desde o acolhimento, ouvir os casos, até a discussão com as equipes, estando disponíveis para quaisquer tipos de intervenção. Dessa forma, os profissionais demarcam como sendo um dos impasses que encontram no serviço à comunidade, o fluxo muito grande de pessoas que precisam ser atendidas e acompanhadas no território, corroborando assim com as discussões suscitadas por Campos e Domitti (2007), quando dizem dos obstáculos decorrentes do excesso de demanda e da carência de recursos, mostrando a insuficiência do serviço em estabelecer um trabalho no território que consiga atingir toda a população necessitada.

Ademais, percebe-se o investimento em capacitações com foco no cuidado e na ampliação dos olhares, tanto na prevenção do adoecimento da própria equipe, quanto na identificação do adoecimento e sofrimento psíquico da população no contexto de pandemia. Nesse ponto, os entrevistados destacam a prática de uma escuta ativa e conhecimento dos casos, além da necessidade de realizar o matriciamento com outros profissionais e visitas compartilhadas. Desse modo, é possível verificar que a perspectiva interdisciplinar favorece a integração dos profissionais envolvidos na ampliação de possibilidades na atenção básica (BRASIL, 2009).

Considerando que as equipes multiprofissionais têm como função promover, em parceria, estratégias de intervenção e compartilhamento da responsabilidade, os entrevistados relataram os desafios de sustentar este trabalho. Ainda se faz necessário combater os preconceitos na atuação do psicólogo e os estigmas em relação à saúde mental. Para superação desses impasses, é necessário a conscientização constante para a desmistificação da profissão, bem como o compartilhamento dos saberes da psicologia, pois, quando expostos, são acolhidos pelos profissionais da equipe. Vale ressaltar o impacto da pandemia nesse aspecto, uma vez que a pandemia colocou a população diante de um contexto de potencial adoecimento, para além de contrair a doença ou não, de morrer e viver, tem sido importante considerar o impacto da pandemia na saúde mental da população, para que assim seja ofertado um cuidado de forma integral (NABUCO; OLIVEIRA; AFONSO, 2020).

Considerações finais

Através das entrevistas e atividades das equipes nos trabalhos de supervisão do estágio de atenção básica ficou claro como ocorrem os atendimentos prestados à população em unidades de saúde em Montes Claros e as adaptações atuais num contexto pandêmico, cercado por medos, inseguranças e muitas incertezas na atuação em promoção de saúde. O trabalho do profissional psicólogo, em geral, envolve uma série de adaptações que

ocorrem enquanto seu objeto de trabalho, o ser humano e toda a sua subjetividade, história e contexto, se desenvolve e se transforma através do tempo. O compromisso com a humanização dos serviços de saúde e com a bioética, fazendo o bem sem causar o mal, deve ser a base desse trabalho que, apesar das grandes conquistas que teve até agora, ainda necessita ser aperfeiçoado, fortalecido e defendido, principalmente a conscientização acerca da atuação do psicólogo e os paradigmas da saúde mental.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p.: il. – (Série E. Legislação em Saúde)

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cadernos de saúde pública**, v. 23, n. 2, p. 399-407, 2007

NABUCO, G.; PIRES DE OLIVEIRA, M. H. P.; AFONSO, M. P. D. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, p. 2532, 2020.

SAÚDE MENTAL EM UM PRISMA PANDÊMICO: REVELAÇÕES SOCIAIS E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS

ALVES, Breno de Cássio Lafetá¹; LEITE, Joyce Emanuely Gonçalves¹; MARTINS, Júlia Almeida¹; MEDEIROS, Anna Ester de¹; MORAIS, Ana Luisa Alves¹; SILVA, Pedro Henrique Souza e¹; ROTA JÚNIOR, César²; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de²

¹ Acadêmicos do curso de psicologia do Centro Universitário FIPMoc

² Professores do curso de psicologia do Centro Universitário FIPMoc

RESUMO: Em 2019 identificou-se o novo Coronavírus (COVID-19) na China, causando infecções respiratórias. No decorrer dos meses o vírus se expandiu de forma agressiva, tornando-se uma pandemia e sendo recomendado o isolamento social. Expondo impactos, provindos pela mesma, na saúde mental (WHO, 2020a *et al.* FARO *et al.*, 2020). Com enfoque no Brasil, vale ressaltar a crise econômica, social e o negacionismo por parte do governo que ao entrar em conflito com as medidas estabelecidas pela OMS (CAPONI, 2020), geram uma fragmentação social, contribuindo para propagação do vírus e, conseqüentemente, sobrecarregando o sistema de saúde. Apesar de poucas informações acerca da influência do isolamento na saúde psíquica, é possível notar a presença de efeitos negativos. Uma vez que, estudos relativos a surtos anteriores apontam sequelas desfavoráveis para indivíduos em geral e especialistas da saúde (JIANG *et al.*, 2020; TAYLOR, 2019 *apud* SCHMIDT *et al.*, 2020). Sendo de extrema importância que a saúde emocional seja tratada como prioridade, assim como os cuidados primários de saúde (DOUGLAS, DOUGLAS, & DOUGLAS, 2009; PARK & PARK, 2020; STEVENSON *et al.*, 2009 *apud* FARO *et al.*, 2020). O estudo possui grande potencial de discussão por ser uma

adversidade vigente, que provoca debates e pesquisas, com a finalidade de enfatizar e esclarecer a população, sobre a necessidade de inserir a temática: saúde mental. Possuindo como objetivo geral a identificação dos impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental do Brasil. Escolheu-se a pesquisa qualitativa de abordagem exploratória e tipologia bibliográfica, utilizando a técnica análise de conteúdo. Observou-se que o número de pessoas com sequelas psicológicas aumentou, hipotetizando a contribuição do isolamento social na crise da subjetividade privatizada, em um momento onde tudo é novo e incerto a aparição de emoções negativas e desesperança se revela, ou se expande. Conclui-se que mesmo ao mergulhar em uma nova realidade onde o contato social deve ser o mínimo e as formas do “fazer-se presente” são renovadas, pela adesão do atendimento *on-line*, nota-se uma alta na procura por profissionais que tem como objetivo prezar pelo bem-estar psicológico do sujeito, com intermédio de evitar possíveis consequências advindas da pandemia, e dessa forma ganhando notoriedade em uma sociedade onde o cuidado com a saúde mental não é tão recorrente.

Palavras-chave: Pandemia. COVID-19. Saúde Mental.

REFERÊNCIAS:

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, 2020, 34.99: 209-224.

FARO, A. *et al.* COVID-19 e a saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudo de psicologia Campinas**, Campinas, v. 37, n. 200074, p. 2-14, jun./2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074> . Acesso em: 10 mar. 2021.

SCHMIDT, B. *et al.* Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). **Estudo de psicologia Campinas**, Campinas, v. 37, n. 200063, p. 1-26, mai. /2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 26 mar. 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIOS ALTERNATIVOS

NÓBREGA, Marcella Rocha Machado.¹; CUNHA, Daniel Castro Fonseca.²; DUARTE, Thaís Oliveira Rosa.³; PRATES, Ana Cecília Dutra.⁴; SILVA, Heitor Parrela.⁵; GALVÃO, Luciana Gomes Marques.⁶.

¹Centro Universitário FipMoc; Discente do curso de Direito;

²Centro Universitário FipMoc; Discente do curso de Direito;

³Centro Universitário FipMoc; Discente do curso de Direito;

⁴Centro Universitário FipMoc; Discente do curso de Direito;

⁵Centro Universitário FipMoc; Discente do curso de Direito;

⁶Centro Universitário FipMoc; Docente do curso de Direito.

Introdução: Após o advento e a evolução da tecnologia, além de múltiplos benefícios, por outro lado, surgiram os conflitos acerca da disposição e uso de dados, resultando em um debate sobre a privacidade e liberdade dos indivíduos. Nesse viés, foi adotada, no Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados, que ampliou os direitos dos cidadãos ao buscarem soluções judiciais de embates relacionados ao âmbito digital, sendo uma realização importante para a concretização da cidadania e segurança privada. Entretanto, deve-se enfatizar que, com a vigência da lei citada, há uma tendência do aumento nas demandas judiciais e a consequente sobrecarga do Poder Judiciário, esse, que já possui um déficit na

disposição para atender a procura exacerbada. Considerando a problemática apresentada, é substancial que se discuta acerca de métodos alternativos de resolução de conflitos em conjunto com a legislação de proteção de dados vigente no ordenamento jurídico, ressaltando, nesse caso em específico, os mecanismos virtuais de resolução de conflitos (E-resolutions). **Material e Métodos:** A pesquisa em vigor, tem caráter qualitativo, por expor fatos, argumentos e informações de acordo com percepções observadas no dia a dia, baseada em artigos e leis equivalentes ao tema. **Objetivo:** Tem como objetivo analisar a importância da Lei Geral de Proteção de Dados nas soluções alternativas de impasses relacionados à dados pessoais. **Resultados e Discussão:** Verifica-se que, os métodos resolutivos que são aplicáveis em conflitos envolvendo a proteção de dados, podem ser desenvolvidos a partir dos recursos tecnológicos disponíveis, tratando de cada caso com o meio mais adequado para a situação. Exemplos de meios eletrônicos e alternativos de soluções das adversidades envolvendo dados, são as plataformas ODR, que, já fazem efeito de forma positiva na sociedade brasileira, atendendo as necessidades consensuais dos usufrutuários desses métodos, amenizando a dependência do desempenho judicial, porém, garantindo a segurança jurídica essencial em todo o processo. Além da redução da pressão do âmbito jurídico, os métodos alternativos de solução de conflitos oferecem maior clareza no acordo das contrariedades a respeito da proteção de dados, também, sendo algo mais plausível e ágil quanto a resolução. **Conclusão:** Diante da realidade tecnológica que se perdura, de quebra de privacidade e dispersão dos dados individuais, é indispensável a adoção de um ordenamento jurídico de proteção desses, bem como, é válido considerar os recursos disponíveis para um acordo quanto aos conflitos gerados por essa temática, frisando a ação dos meios virtuais alternativos, ainda, aferindo que, a Lei Geral de Proteção de Dados é substancial na participação do processo de solução de conflitos, já que atua no regulamento das plataformas resolutivas, sem, necessariamente, assoberbar o Poder Judiciário com processos de simples deliberação.

Palavras-chave: LGPD, Métodos Alternativos, Dados, Privacidade.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lgpd). Brasília, DF, 15 ago. 2018.

ZANGALLI, Luciana; TRENTIN, Fernanda. E-resolutions: os meios virtuais de solução de conflitos. 2017. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-166/e-resolutions-os-meios-virtuais-de-solucao-de-conflitos/>. Acesso em: 18 maio 2021.

FINKELSTEIN, Maria Eugenia; FINKELSTEIN, Claudio. PRIVACIDADE e LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS. Revista de Direito Brasileira, Florianópolis, p. 284-301, maio 2019.

CONTRUFAS - APLICATIVO DELIVERY DE MATERIAIS DE

CARVALHO, Fabricio Cordeiro; SILVA, Gustavo Cunha. ¹

¹Graduando em Engenharia Civil pelo UNIFIPMOC

¹Titulação. Orientador e docente do UNIFIPMoc

RESUMO: Essa pesquisa versa sobre o desenvolvimento de um aplicativo mobile delivery para materiais de construção. Visando o crescimento do delivery em tempos de pandemia, vem sendo cada vez maior o número de clientes buscando uma maneira rápida, prática e online para fazer suas compras de materiais e ferramentas para a construção civil. Atualmente a construção civil, principalmente em pequenas e médias empresas, ainda possuem muitos dos seus processos de modo manual, para realizar suas compras, orçamentos de ferramentas e matérias de construção. Buscando cada vez mais por preço e rapidez na entrega, pois os atrasos nas obras por falta de material as vezes pode custar muito caro. Com

avanço da pandemia COVID-19 o mercado de peças, equipamentos e materiais não conseguiram produzir em escala suficiente para atender tamanha demanda. Com o CONSTRUFAST a facilidade de realizar orçamentos e compras vai ser bem atrativo para as empresas e clientes, pois os clientes estão cada vez mais em busca de aplicativos para facilitar os processos de compra. Com essa nova startup os clientes vão ter acesso as melhores lojas de matérias de construção, podendo fazer simultâneos orçamentos e compras de maneira rápida e online garantindo conforto e rapidez na entrega. O aplicativo traz como destaque um sistema moderno e bem fácil de navegar, sendo acessível para todos os públicos de modo geral. O aplicativo proposto tem o objetivo, proporcionar uma busca rápida de ferramentas e matérias de construção, visto que no mercado ainda falta esse tipo de serviço, onde utilizando o aplicativo haveria uma grande otimização de tempo e custos. Além disso, a pandemia trouxe essa necessidade de se reinventar, pois comprando o aplicativo o cliente evita aglomerações e consequentemente o contato com outras pessoas.

CAMINHOS PARA COMPREENSÃO DA ANGÚSTIA DE IDOSOS EM MOMENTO DE PANDEMIA

Brian Alencar¹; Bruno Coelho¹; Hildeberto Arcanjo Filho¹; Marvick Dias¹; Silvia Reis²

1Discentes da UNIFIPMOC; 2Docentes da UNIFIPMoc

Introdução

O presente trabalho tem como foco a demanda apresentada por agentes comunitários de saúde (ACS's) da Unidade Básica de Saúde (UBS) Walquíria Pereira, localizada no bairro Edgar Pereira em Montes Claros, Minas Gerais. Em visita ao campo realizada no mês de junho de 2021, os estudantes de psicologia do estágio de Atenção Primária à Saúde (APS) do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc) puderam ouvir de uma demanda referente a angústia apresentada por idosos durante a situação da pandemia.

A Atenção Primária à Saúde procura possibilitar o primeiro acesso da população ao sistema de Saúde, o que inclui cuidados em saúde mental. As ações realizadas neste ponto de atenção são desenvolvidas em um território geograficamente conhecido, o que possibilita aos profissionais da saúde a criação de vínculos e conhecimento da história de vida dos moradores desse território. O cuidado em saúde mental na APS se faz estratégico pela facilidade de acesso que tanto os usuários quanto a equipe podem ter uns aos outros, fazendo com que profissionais de saúde encontrem a todo momento pacientes em situação de sofrimento mental (BRASIL, 2013).

Böing e Crepaldi (2010) trazem sobre a importância do trabalho interdisciplinar no desenvolvimento da atenção integral à saúde presente na Atenção Primária, que precisa abranger a complexidade do processo saúde e doença. A prática entre profissionais aparece nesse contexto para promover um trabalho entre as diferentes áreas de conhecimento criando um trabalho amplo e contextualizado que considera as implicações sociais criadas pelas práticas. Nesse contexto o psicólogo, tem importante função na compreensão contextualizada e integral do indivíduo, das famílias e da comunidade. As autoras trazem como há uma dificuldade de saída do modelo clínico predominante na profissão, e como o psicólogo muitas vezes é tomado como especialista na atenção primária com função de apoio matricial para a equipe de saúde, mas trazem também sobre a proposta de inclusão do profissional de Psicologia na equipe de saúde da família que desempenha ações conjuntas e específicas na promoção de saúde e prevenção de doenças; realiza atenção curativa, focando na família e na comunidade; pode atuar como mediador e auxiliar no acompanhamento de serviços de níveis secundário e terciário de saúde. Assim o psicólogo atua junto a outros profissionais não só na saúde mental, mas em uma

perspectiva interdisciplinar que pode colaborar com diálogos na construção de uma atenção à saúde realmente integral.

Com relação a demanda que os agentes comunitários de saúde da UBS sobre os idosos se faz relevante o que Wichmann *et al* (2013) falam sobre o envelhecimento saudável, que requer uma capacidade de aceitar as mudanças que aparecem com a idade assim como a presença do bem-estar subjetivo que ultrapassa a objetividade da saúde física. Considerando o papel do psicólogo e o trabalho sobre a saúde mental na atenção básica, este trabalho procura esclarecer as demandas apresentadas por agentes comunitários na Unidade Básica de Saúde do Edgar Pereira referentes ao sofrimento dos idosos na pandemia.

Material e Métodos

O estágio Supervisionado aconteceu na UBS Edgar Pereira - USF/ESF Walquíria Pereira, sua estrutura centrada na assistência básica integral, possui uma equipe multidisciplinar das mais variadas áreas da saúde como médico, dentista e psicólogos com práticas voltadas para promoção da saúde do indivíduo, utilizando como instrumento de ação integral as visitas domiciliares, acolhimento, escuta e se organizando em volta das especificidades de cada grupo familiar. Funções essas viabilizadas pelas estratégias de saúde da família (ESF), uma vez que se estrutura através de rede utilizando como coordenador central a atenção primária à saúde (APS), gerenciando recursos e recombinação como forma de atender melhor as demandas (MENDES, 2009; p.163 apud Dias et al, 2010, p.34).

Para a coleta de informações optamos pela pesquisa de cunho bibliográfico, como forma de levantamento de dados através de referências teóricas com o mesmo tema já abordado, como afirma Fonseca (2002, p.32 apud GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p.37), a pesquisa bibliográfica permite o pesquisador explorar artigos e livros como forma de se compreender um assunto já conhecido, com o propósito de coletar informações.

Para compreender a dinâmica de atuação nas unidades básicas de saúde a pesquisa é voltada no âmbito qualitativo, o que viabilizou as interações com os agentes de saúde e fez suscitar o objetivo de nossa pesquisa a respeito do sofrimento dos idosos, como destaca Gerhardt e Silveira (2009, p.37 apud FONSECA, 1997, p.34), a pesquisa qualitativa se destaca por permitir uma melhor compreensão e aprofundamento no assunto selecionado, ocasionando uma melhor coleta de dados.

Desenvolvimento

Ao recebermos as demandas apresentadas pelas ACS's buscamos esclarecer possíveis motivos que estivessem associados ao relato de angústia dos idosos acompanhados, possibilitando criar uma base de informações que facilitasse a elaboração de um caminho para acessar e compreender melhor as vivências dos idosos quando apresentadas. Nos foi relatado que uma parte significativa das demandas apresentadas por esses idosos é constantemente se sentirem angustiados. Relatam sobre o medo de se expor ao vírus Covid-19, os impossibilitando de fazer atividades que antes estavam acostumados, além de impossibilitar o convívio com outras pessoas, esses muitas vezes sendo até parentes que antes frequentavam suas casas.

Wichmann *et al* (2013) desenvolveram um estudo referente ao grau de satisfação dos idosos que participavam de grupos de convivência e os benefícios que para eles foram possíveis perceber e alcançar. No início do trabalho apresentado por elas já é apontada a lógica de um bem-estar que deve ser pensado a partir da lógica biopsicossocial, isso significa que o bem estar quando bem compreendido de ser visto e pensado não como a ausência de doenças, mas sim um bem-estar físico, mental e social. Ainda, por essas mesmas autoras, é apresentado que o avançar da idade e a chegada da aposentadoria é para muito mobilizadora, já que a chegada desse momento permite aos idosos explorarem seus desejos, reavaliar projetos (alguns desses projetos que foram adormecidos no passado) e socializar sem pressa com vista a compartilhar seus saberes e vivências. Levando em consideração as demandas apresentadas e os medos relatados pelos idosos às agentes, já possível identificar que alguns dos pontos essenciais para o bem-estar se encontram limitados, sendo esses

impossibilidade de socializar com outros, da forma que estavam acostumados, além da ameaça a saúde física que gera consequentemente o adoecimento psíquico.

Ainda no trabalho realizado por Wichmann *et al* (2013) é visto que ao chegar a aposentadoria os idosos adquirem uma possibilidade de "liberdade", essa liberdade que está associada a se distanciar um pouco de algumas tarefas do cotidiano, como cuidar da casa e de filhos e netos, para dar mais ênfase no experienciar a vida. Nos estudos realizados por elas, muitos idosos que participavam dos grupos de convivência alegaram que uma das razões da participação era sair da solidão, além da companhia nesses grupos ser por pessoas da mesma fase da vida, possibilitando a formação de novos laços de amizade, permitindo um diálogo horizontal que dava sentido à vida desses idosos. Quando Wichmann *et al* (2013) falam sobre a possibilidade de "liberdade" que é ofertada a esses idosos ao chegarem à aposentadoria, nós acadêmicos, ao lembrarmos das demandas dos idosos apresentadas pelas agentes comunitárias da Unidade Básica de Saúde Edgar Pereira logo associamos ao atual momento mundial, mas principalmente brasileiro, em que Covid-19 ainda se faz presente, e a liberdade desses idosos se encontra ainda mais limitada.

Fechando as contribuições escolhidas por nós da pesquisa realizada por Wichmann *et al* (2013) temos um ponto importante pautado por essas autoras que ressalta a visão dos idosos com relação à saúde. A saúde para os idosos, da pesquisa dita anteriormente, não é percebida como ausência total de enfermidades, ou a partir de um padrão pré-estabelecido de saúde, mas sim associada a “uma avaliação ligada a expectativas sobre o que esperar da velhice. A autoavaliação da saúde, com o passar dos anos, não se deteriora porque os idosos avaliam a saúde como boa quando ela é suficiente para viver”. (WICHMANN, *et al.* 2013, p.827)

A partir do trecho anterior, é possível perceber que para os idosos da pesquisa de Wichmann *et al* (2013), o que é saúde não é uma questão de sentir menos dores ou tomar menos remédios, o que é mais relevante é se há na forma em que se encontram, a garantia de estar bem para viver o que a velhice guarda para eles como possibilidade. Tendo isso em vista, e trazendo para o que nos foi apresentado como demanda, é compreensível a angústia dos idosos, pois, a Covid-19 é um vírus relativamente novo, que muitas pessoas ainda não compreendem ao ponto de se sentirem seguras com relação aos cuidados e tratamentos existentes, e buscando segurança se garantem no isolamento, isolamento esse utilizado como forma de se resguardar do vírus traz grandes consequência para o bem estar destes idosos.

Considerações finais

A partir das demandas apresentadas e do levantamento bibliográfico, foi possível identificar uma bases de informações que facilitou o entendimento de pontos importantes sobre o que poderia ser o bem estar para os idosos, apesar da compreensão biopsicossocial já ser uma visão bem disseminada entre os acadêmicos e profissionais da Psicologia, compreender que o ponto essencial para os idosos é a busca por uma qualidade de vida que os permitam continuar na busca pelo o que a velhice tem para os oferecer, e não uma luta para adiar a morte. Porém, no momento enfrentamos uma dificuldade mundial, que infelizmente no Brasil se tornou ainda mais ameaçadora para esses idosos, e essa ameaça pode ser um dos motivos causadores da angústia desses idosos, por estar afetando diretamente a lógica de bem-estar biopsicossocial. Esse vírus resultou no afastamento social, principalmente das pessoas que estão inseridas nos grupos de risco (estando incluso os idosos e os idosos com comorbidades), trazendo junto um cuidado ainda maior com relação à própria saúde devido ao grande risco de morte por Covid-19 nesse grupo, isso culminando em medo e angústia, devido a incerteza do futuro e da incerteza da chance tão importante de acessar as “possibilidades do que a velhice guarda”.

Ainda foi possível perceber o quanto a aproximação dos idosos com outros idosos faz bem para essa faixa etária, e que após esse momento de pandemia, será de grande importância investir nessa aproximação novamente (quando for possível reunir esse público com segurança). Será importante para que eles superem os medos de sair de casa, para que tenham acesso aos cuidados e informações, refaçam suas rotinas em busca do que será o mais próximo do antigo comum, além de compartilhar experiências e sentimentos desse momento difícil de pandemia, em que muitos idosos estão isolados, alguns possivelmente vivendo extrema solidão.

Referências

- BRASIL MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Caderno de Atenção Básica Nº 34.** Saúde Mental, Brasília, 2013.
- BÖING, Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida. O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2010, v. 30, n. 3
- DIAS, E. C. et al. **Desenvolvimento de ações de Saúde do Trabalhador na Atenção Primária à Saúde: aspectos históricos, Conceituais, normativos e diretrizes.** Belo Horizonte, 2010.
- GERHARDT, T E; SILVEIRA, D T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- WICHMANN, F. M. A. ; COUTO, A. N.; AREOSA, S. V. C. ; MONTAÑÉS, M. C. M. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia** , Rio de Janeiro, v. 16, ed. 4, p. 821-832, 16 jul. 2013.

MÉTODOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS PARA A EFETIVAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

LIMA, Ana Clara Abílio ¹; SOUZA, Katiele Alessandra Batista ¹; NÓBREGA, Laura Andrade da ¹; OLIVEIRA, Polyana Mikaelly Teixeira de ¹; LAERT, Victória Eduarda Araújo ¹; VIEIRA, Vânia Ereni Lima ².

¹ Acadêmicas do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso de Direito da instituição UNIFIPMoc

Introdução: O poder judiciário encontra-se superlotado, gerando atrasos na efetivação da Lei de Proteção de Dados, sendo necessário que o titular dos dados busque outras formas de resolução de conflitos, sejam elas tradicionais ou digitais. Dentre elas existe a Resolução de Disputas Online (ODR) e a arbitragem, mas ambas não são passíveis de acesso a todos os cidadãos, ademais tem-se a negociação, a conciliação e a mediação, estes que são métodos autocompositivos que tendem a serem mais ágeis na solução dos conflitos. **Objetivo:** Analisar as formas de resolução de conflitos tradicionais e digitais relacionadas ao tratamento de dados pessoais capazes de conferir efetividade à Lei de Proteção de Dados. **Método:** Diante o proposto, empregou-se da técnica de pesquisas bibliográficas, a partir de livros e textos acadêmicos referentes ao tema, mediante exploração sistemática da equipe. Resultados: Verificou-se que através da Resolução 125, foi consolidado no Brasil o Tribunal Multiportas, que disponibilizou alternativas aos cidadãos na busca da resolução de conflitos, não restringindo-os apenas ao judiciário. A Lei nº 13.709/18 (Lei de Proteção de Dados) tem como objetivo resguardar a privacidade e liberdade dos indivíduos, através da proteção de seus dados, em que para serem compartilhados, é necessário o consentimento do titular dos dados. A Resolução de Disputas Online (ODR) é uma forma de resolução de conflito digital com o objetivo de facilitar o processo de solução de conflito, no qual existe um incentivo no direito brasileiro ao método da ODR, mas devido desigualdade no Brasil, não é de acesso a todos, por ser online. As

formas tradicionais de conflitos como negociação, conciliação e mediação, são necessárias devido a rapidez da solução do litígio, pois, na negociação as partes unem-se com o intuito do benefício de ambas, na conciliação há um terceiro que busca a solução do caso, e na mediação, as partes unem-se a um terceiro que ajuda a filtrar o diálogo, na arbitragem necessita-se de um juiz privado, não sendo uma forma de solução do conflito capaz de conferir efetividade a LGPD, tendo custos que poderão impedir a acessibilidade. **Conclusão:** Conclui-se que com a Lei Geral de Proteção de Dados em vigor, irá ocasionar um grande impacto no Poder Judiciário Brasileiro, com tendência de gerar uma sobrecarga. Entende-se, portanto, que esta pesquisa apresenta outros métodos extrajudiciais que também são capazes de solucionar tais conflitos de maneira a efetivar a LGPD, de forma mais célere e eficaz, visando assegurar os direitos de privacidade e liberdade do indivíduo.

Palavras-chave: LGPD. Métodos extrajudiciais de solução de conflitos; Resolução de Disputas Online. Tribunal Multiportas.

Referências:

Bottino Celina, *et al.* Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e resolução de Conflitos: Experiências internacionais e perspectivas para o Brasil. **Instituto de tecnologia & Sociedade do Rio**. Rio de Janeiro, abr. 2020. Disponível em: https://itsrio.org/wpcontent/uploads/2020/04/Relatorio_LGPDResolucaoConflitos.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº125, de 29 de novembro de 2010**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2014/04/resolucao_125_29112010_23042014190818.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021

BRASIL. **Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 24 mar. 2021.

TEORIA E PRÁTICA NO ESTÁGIO DE ARQUITETURA E URBANISMO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PROJETO EM AMBIENTE HOSPITALAR

INTRODUÇÃO

Este relatório trata da descrição das atividades desenvolvidas pelo curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc) particularizadamente acerca da matéria Estágio I, realizado internamente pelo Centro de Práticas em Engenharia, Arquitetura e Gestão (CEPEAGE), sob orientação da Arq. Lívia Freire. O relato que segue faz referência às atividades acadêmicas realizadas pelos alunos durante o 7º período cursado em 1/2021. Desta forma, organiza e apresenta as pesquisas e resultados realizados acerca de todas as etapas de um projeto de arquitetura.

Em parceria do CEPEAGE e a instituição de saúde “Hospital Aroldo Tourinho”, baseado em suas novas obras e reformas viu-se a necessidade de um novo local dentro do hospital. Após estudos e análises levantadas pelos alunos estagiários, finalizaram em uma proposta projetual do referido espaço.

Material e Métodos

O início do estágio interno foi marcado pelas fases do processo de um projeto arquitetônico, planejando e definindo todos os aspectos que incluem questões técnicas e estruturais. Começando por entender o objetivo do cliente, no caso o Hospital Aroldo Tourinho, localizado no bairro Edgar Pereira (Montes Claros – MG), e da responsável técnica Arq. Anne Caroline Almeida. Assim compreendendo as necessidades e traçando os objetivos do projeto com as primeiras anotações e esboços

baseados nas referências dadas. Seguindo o planejamento, realizando um levantamento do local da obra para uma melhor percepção do espaço, além de analisar a planta original de onde será implantado o projeto. Após, foram desenvolvidos estudos preliminares gerando os resultados com as plantas layouts e 3DS.

A proposta entregue teve como objetivo apresentar um projeto seguindo orientações técnicas, NBRs e o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde (RDC-50).

Desenvolvimento

O estudo da arquitetura hospitalar ressaltou que há diferentes maneiras de tratar a saúde e uma delas é a idealização dos espaços para que os mesmos se tornem local de acolhida e tratamento. Acerca do objetivo proposto e na experiência, foi possível compreender as demandas e as normas de uma instituição hospitalar.

Segundo Carvalho (2014), em relação à arquitetura de estabelecimentos de saúde, importantes questões geográficas, urbanas, epidemiológicas, de detalhamentos, inerentes à própria complexidade do setor envolvido, devem ser levantadas, o que, inevitavelmente, enriquecerá a formação de qualquer planejador de espaços.

Nenhum projeto de arquitetura para a saúde, por mais simples que seja, prescinde da atuação de grande variedade de profissionais, sob pena de diminuição da qualidade e aumento de custo do produto. O estudo da arquitetura de estabelecimentos de saúde, dessa forma, se impõe como uma obrigação, não somente na fase final de definição dos espaços e ambientes, mas durante todo seu planejamento. Aparece, portanto, na dimensão geográfico-regional, no planejamento de saúde, nos aspectos de programação arquitetônica, urbanos, ambientais, no projeto e detalhamento, sem esquecer as suas interfaces com os chamados projetos complementares – estruturais, de instalações, paisagísticos, decorativos e de comunicação visual (**CARVALHO, 2014**).

O estudo arquitetônico num projeto de edifício de saúde engloba todos os trabalhos de fundamentação do programa arquitetônico que não se constitui apenas numa relação de espaços ou atividades, mas de um complexo estudo que tornam claras as condicionantes funcionais e estéticas entre esses espaços e funções. Deste modo analisamos que o projeto arquitetônico de um estabelecimento assistencial de saúde deve atender, principalmente, três fatores: funcionalidade, flexibilidade e expansibilidade. Isto posto no resultado do projeto arquitetônico que consiste em um espaço aberto de uma área de convívio integrado com uma lanchonete, destinado a todos os usuários do local (profissionais, pacientes, acompanhantes, etc).

Considerações Finais

A partir do que foi trabalhado conclui-se que o papel do arquiteto em um projeto de um estabelecimento assistencial de saúde é primordial para idealizar os espaços. Desta forma ele precisa ter conhecimentos sobre a arquitetura hospitalar em sua forma mais abrangente e completa, compreendendo suas condicionantes funcionais e, principalmente, metodológicas, criando-se espaços adaptados a uma realidade integrada.

É possível perceber que a arquitetura hospitalar influencia diretamente na saúde e bem-estar de pacientes, familiares e colaboradores da instituição, ajudando na recuperação, qualidade de vida e promoção à saúde. Por esse motivo, é essencial que o ambiente siga estes conceitos com a finalidade de evitar agravos ao quadro do paciente e boa recuperação.

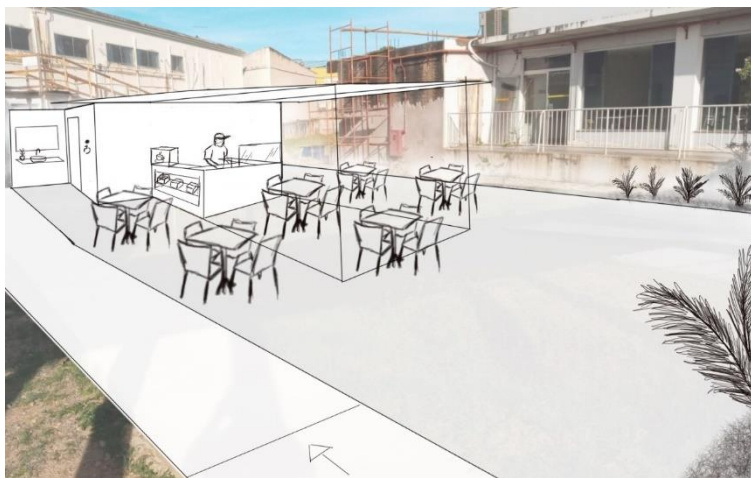
Referências

ANTUNES, J. L. **Hospital: Instituição e História Social**. Letras & Letras. São Paulo, 1991.

COSTEIRA, E. M. A.. O hospital do futuro: uma nova abordagem para projetos de ambientes de saúde. In SANTOS, M.; BURSZTYN, I. (orgs.). **Saúde e Arquitetura- Caminhos para a humanização dos ambientes hospitalares**. SENAC Rio, Rio de Janeiro, 2004.

PEVSNER, N. **Historia de las Tipologias Arquitectonicas**, Gustavo Gilli, Barcelona, 1980.

Figura 1.

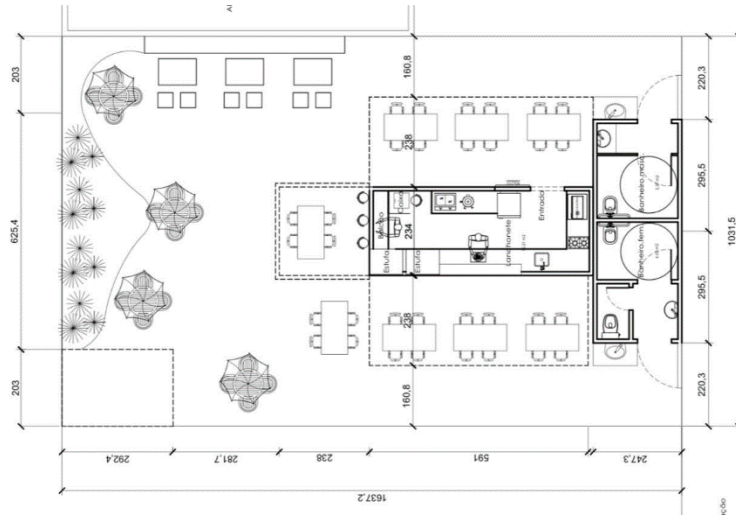


Primeiro croqui realizado no programa SketchBook.

Desenho colocado adentro do espaço de obra para melhor percepção da ideia projetual.

Fonte: Autoria própria dos alunos

Figura 2.



Planta layout do espaço projetado - Área de convívio integrado com uma lanchonete.

Fonte: Autoria própria dos alunos

Figura 3.



3D do espaço projetado

Fonte: Autoria própria dos alunos

Figura 4.



3D do espaço projetado

Fonte: Autoria própria dos alunos

ADOLESCENTES, TOXICOMANIA E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

CASTRO, Sara França¹; LEITE, Mariana de Jesus ¹; NOGUEIRA, Maria Clara Fagundes ¹; PIMENTA, Luana Freitas Vieira¹; QUEIRÓZ, Emanuel Ribeiro¹; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira ²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

RESUMO: O uso de substâncias psicoativas passou a ser uma forma de alívio de um determinado desconforto, solução temporária para problemas pessoais e sociais, e foi apenas uma questão de tempo para que elas chegassem até os jovens e começassem a ser uma nova problemática social a ser analisada (NOTO; SILVA, 2012). No entanto, é necessário que não se refira ao padrão do uso de drogas apenas pelas suas propriedades farmacológicas, mas pelo seu conjunto de fatores intrínsecos, bem como a droga, o sujeito e o meio social (SODELLI, 2010). Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi investigar a atuação da Psicologia com adolescentes em situação de dependência química, além disso foi proposto objetivos específicos de acordo com os estudos vigentes do 5º período de Psicologia. A pesquisa caracteriza-se em sua abordagem qualitativa, exploratória, a partir de revisão bibliográfica e análise de dados na plataforma da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) com descritores de artigos incluindo “Dependência Química”; “Toxicomania”; “Adolescente”; Adolescência; “Psicologia” e os critérios de exclusão foram estabelecidos artigos repetidos e artigos que não abordem a temática. Dessa forma, observa-se que a tarefa de tratar um adolescente envolvido com drogas é complexa, e as diferentes escolas psicoterápicas têm apresentado resultados modestos, nenhuma delas sendo capaz de atender os diferentes problemas impostos, sugerindo tratamentos sequenciais ou combinados. Essa proposta é de difícil consecução e muitas vezes, pode ser mais indicado um trabalho com uma equipe de diferentes profissionais da área da saúde, que possa tratar esses problemas em conjunto. Nesse sentido, a perspectiva psicodinâmica surge como um meio útil para a conceituação dos dependentes químicos, já que auxilia na formulação de estratégias comportamentais efetivas e no aperfeiçoamento da qualidade da recuperação desses pacientes, prevenindo recaídas (KESSLER *et al*, p. 39, 2003). Portanto, foi possível certificar os fenômenos que se descortinam nas frestas do cotidiano e trazem dependência do uso de drogas na vida dos adolescentes, marcando sobretudo a psique em formação. Logo, a Psicologia como ciência humana, traz a reflexão dos sujeitos dependentes químicos, estabelecendo formas de auxílio de convívio com o uso dessas substâncias, para uma possível base para autonomia, da integridade e resultando em prática para a construção de uma vida saudável.

Referências

KESSLER, Felix; DIEMEN, Lisa Von; SEGANFREDO, Ana Carolina; BRANDÃO, Iverson; SAIBRO, Patrícia; SCHEIDT, Bruno; GRILLO, Rodrigo; RAMOS, Sérgio de Paula. Psicodinâmica do adolescente envolvido com drogas. **Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul**, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 33-41, Apr. 2003.

NOTO, Ana Regina; SILVA, Eroy Aparecida. Dependência química, adolescência e família. In: BARROS, M. N. S.; CONTINI, M.L.J.; KOLLER, S.H. **Adolescência e Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 92-98.

SODELLI, Marcelo. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. **Ciênc. saúde coletiva [online]**. 2010, vol.15, n.3, pp.637-644. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000300005&lng=en&nrm=iso>.

O uso do Instagram para prevenção à saúde oral da população leiga.

CELIO, Anísio Wallace Barbosa; EVANGELISTA, José Vítor Alves; MEDEIROS, Luna Gabrielle; PEREIRA, Méllany Vitória¹ OLIVEIRA, Renata Francine²

¹ Acadêmico do curso de Odontologia Centro universitário UNIFIPMOC

² Professor do curso de Odontologia Centro universitário UNIFIPMOC

RESUMO: Antes mesmo da pandemia, a sociedade já passava por transformações e adaptações na utilização de tecnologias como instrumento de ensino. Diante disso, associar os recursos tecnológicos a novas práticas educativas em saúde é uma estratégia que não pode ser negligenciada. (DE LIMA, 2021). Tendo em vista que a sociedade vem aderindo cada dia mais às ferramentas virtuais, aplicativos como WhatsApp, Instagram e Facebook tornaram-se um método de comunicação e difusão de conhecimento acessível e rápido. (RODRIGUES et al., 2020). E, portanto, essas ferramentas foram fundamentais para aproximar o cirurgião dentista dos seus pacientes. **Objetivo:** promover um relato de experiência a respeito da criação, desenvolvimento e alcance que uma página na plataforma social Instagram resulta considerando uma periodicidade abordando temas sobre prevenção em saúde bucal. **Metodologia:** A pesquisa para revisão de literatura foi executada na plataforma Google Acadêmico, usando os descritores impacto na população leiga, Mídias Sociais, Odontologia, Covid-19. Utilizando os filtros texto disponível e artigos em português à partir de 2020, obtiveram 176 artigos selecionando 3 pois este após análise de título, e leitura da introdução se identificou com o estudo proposto. **Revisão de literatura:** A integralidade é um dos princípios do Sistema Único de Saúde, trata da atenção integral à saúde em todos os âmbitos do sistema, incluindo os saberes, as práticas e as vivências de espaços de cuidados. Portanto, torna-se necessário o desenvolvimento de ações de práticas educativas em saúde pelos profissionais de forma criativa, participativa e que contribuam para o empoderamento dos usuários, melhorando assim processo de saúde-doença. Com o isolamento social físico imposto pelas medidas de segurança contra a infecção pelo novo corona vírus, a disseminação de conhecimento teve que aderir um novo formato, que respeitasse o distanciamento social. Diante disso, a maneira que a população passou a obter a maior parte do seu conhecimento foi através da internet. (RODRIGUES, 2020). **Discussão:** O desenvolvimento de uma tecnologia educativa é uma importante ferramenta de promoção de saúde, haja vista que abrange um grande público levando acesso a informações de qualidade e fidelidade. (MONTANDON, 2020). **Considerações finais:** portanto neste trabalho conclui-se que a tecnologia contribui no envolvimento da educação leiga e destaca-se como ferramenta fundamental no crescimento do conhecimento leigo.

PALAVRAS CHAVE: Impacto na população leiga. Mídias Sociais. Odontologia. Covid-19.

Referencias

DE LIMA, Maria Andressa Gome; MENDES, Livia Sayuri Félix; MACHADO, Ana Luiza Linhares Beserra; DE FREITAS, Milena Cordeiro; DOS SANTOS, Thaisnara Rocha; BEZERRA, Antônio Diego Costa; GOMES, Francisco Taynã Balbino; FEITOSA, Karine da Cruz da Silva; DO NASCIMENTO, Cidianna Emanuely Melo; MARÇAL, Maria Eduarda Almeida; DA SILVA, Victoria Caroline; DA SILVA FILHO, Luciano Santos. Impacto das mídias sociais nas ações de educação em saúde voltadas à população. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 10, ed. 2, 2021. RODRIGUES, Ana Áurea Alécio de Oliveira; MASCARENHAS, Aise Cleise Mota; CARVALHO, Bruna Mendes; DE OLIVEIRA, Izabelle Alves Mendes; MELO, Matheus de Araújo; DOS SANTOS, Maylanne Freitas. Disseminação do Conhecimento Durante a Pandemia do Sars-Cov-19 Por Meio de Ações Transformadoras e Extensionistas do PET de Odontologia da UEFS. **Expressa Extensão**, Faria de Santana, 2020.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

A CLÍNICA ANALÍTICO COMPORTAMENTAL EM UMA PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM E MANUTENÇÃO DE COMPORTAMENTOS NA INFÂNCIA

GUSMÃO, Maria Alice Rodrigues¹; SOARES, Letícia Beatriz Ribeiro¹; LÉ SÉNÉCHAL-MACHADO, V².

1 Acadêmico do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

2 Professor do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

Introdução

O presente Relato de Experiência trata-se de um caso específico acompanhado durante o estágio de clínica da abordagem Analítico Comportamental, no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP). Segundo Marçal (2010), a Análise do Comportamento se baseia na concepção Behaviorista Radical, que defende que o comportamento atual é derivado de propriedades genéticas únicas, de uma história pessoal de reforçamento e do vínculo de cada um com o ambiente atual e práticas culturais da comunidade que está inserido. Skinner (1974) relacionou o comportamento agressivo a contingências de sobrevivência e reforço em função do ambiente. A terapia analítico-comportamental infantil (TACI) consiste em uma medida psicoterápica que visa investigar o comportamento verbal infantil e eventos privados, a relação da criança com o processo psicoterápico e influir sobre contingências amplas, de acordo com a viabilização de mudanças em variados comportamentos-alvo concomitantemente, se apoiando a utilização de recursos lúdicos (DE-FARIAS; FONSECA; NERY, 2018). O objetivo deste relato é trazer, a partir da compreensão do caso, possíveis causadores dos comportamentos relatados pela mãe como queixa em relação à criança, constatando a perspectiva Behaviorista Radical sobre os comportamentos serem mantidos ou não a partir das consequências que estes produzem.

Material e Métodos

A experiência a ser relatada ocorreu no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP), durante aproximadamente dois meses e meio, divididos semanalmente, ocorrendo nas sextas-feiras, durante cinquenta minutos, a partir das dezesseis e vinte até as dezessete e dez. Esse processo terapêutico envolveu a estagiária do nono período, a paciente de sete anos e a mãe da criança que se dispôs a participar de algumas sessões. As sessões eram divididas entre atividades propostas pela criança e depois atividades propostas pela estagiária. Todas as atividades possuíam objetivos, além de permitirem e propiciarem a fala da criança. A partir de De- Farias, Nery e Fonseca (2018), a terapia com crianças tem características específicas, como a importância do trabalho lúdico, o início da terapia decidido pelos pais.

Com relação ao método utilizado, de acordo com Delliti (2001), Moura, Grossi e Hirata, (2009) e Silvares (2004) citado por Fonseca e Pacheco (2010), na abordagem comportamental, a análise funcional se apresenta como a principal ferramenta para um processo de avaliação e de terapia de modificação do repertório de comportamentos, sendo um dos instrumentos mais valiosos para a prática clínica. De acordo com Delliti (2001) citado por Nery e Fonseca (2018), a análise funcional favorece o levantamento dos dados necessários para o desenvolvimento do processo terapêutico, e, a partir dela, é possível descobrir a função do comportamento, em que contingências se instalou e em quais se manteve, bem como planejar a construção de novos padrões comportamentais.

Desenvolvimento

Durante o processo, a criança e a mãe apresentaram diversos comportamentos passíveis de análise funcional. Em Análise do Comportamento, comportamentos são, de acordo com De- Farias, Nery e Fonseca (2018), indícios de processos que ocorrem dentro da pessoa, sendo processos neurológicos, fisiológicos ou mentais que se dão como manifestação de acontecimentos internos, ou seja, desejos, expectativas, sentimentos. Podemos definir o comportamento também como interações entre organismo e ambiente. Sendo assim, são considerados comportamentos todas as respostas emitidas pelo sujeito, sejam elas de cunho privado/encoberto, como pensamentos, sentimentos e emoções, como também respostas publicamente observáveis. Silvares (2004) citado por Fonseca e Pacheco (2010), menciona que a forma de conduzir a análise funcional no contexto da psicoterapia infantil muda de acordo com a idade do cliente, mas os objetivos de buscar as relações funcionais não sofrem modificações. Sendo assim, a análise funcional do comportamento infantil requer a compreensão das relações funcionais entre o comportamento queixado e as consequências comportamentais dos pais, professores e do próprio terapeuta comportamental.

Para realizar as análises funcionais do presente caso, é necessário compreender um pouco mais sobre o contexto em que a paciente está inserida e que será descrito. Com relação às contingências no local em que a criança mora atualmente, sabemos que ela vive na casa dos avós, juntamente com a mãe, a tia e dois primos. O relacionamento entre a tia e a criança não é descrito como sendo algo positivo nem pela mãe nem pela própria criança. Além disso, a relação com os primos que também são crianças, gera muitos conflitos. Uma das razões dos conflitos encontra-se no fato dos primos a irritarem, por vezes, a chamando de doida pelo fato da tia dizer aos filhos que a paciente faz uso de remédios controlados, em outras vezes, os primos criticam o cabelo da criança e outros de seus aspectos físicos, gerando brigas e consequente punição, pois a tia costuma se manifestar a favor dos filhos e agredir com um tapa a sobrinha, em casos assim. Ademais, nas situações em que a criança se encontra irritada pelos primos, a postura da mãe é de retirá-la de perto de outras pessoas, relatando até mesmo que deixa a filha dentro do quarto o dia inteiro para evitar conflitos entre os primos e a criança. Dessa maneira, as punições recebidas pela criança se apresentam como contingências aversivas que a cada vez mais estabelecem um padrão comportamental de fuga, esquiva e agressividade. Isso porque ao se deparar com uma situação considerada desconfortável para ela, a criança passa a emitir um comportamento agressivo para ter como consequência o afastamento de todos, ficando isolada em algum local da casa em que vive.

Esse padrão comportamental é mantido por reforçamento negativo. O reforçamento é definido, de acordo com De-Farias, Nery e Fonseca (2018), quando a probabilidade de ocorrência de uma resposta aumenta ou é mantida. Nesse caso, por ser um reforço negativo, essa probabilidade é aumentada devido à retirada de uma estímulo aversivo/punitivo. Para exemplificar esse padrão, podemos utilizar como exemplo a situação do Tablet. A criança mexia em um tablet quando um de seus primos começou a deixá-la irritada. Ela então quebrou o objeto na cabeça dele. Como resultado foi punida pela tia e retirada de perto dos primos pela mãe. Nesse caso, podemos perceber que a contingência causou irritação na criança e a fez emitir também uma resposta de agressividade que teve como consequência seu isolamento. Da mesma forma acontece com relação às queixas da mãe sobre a criança não realizar atividades na escola. A criança se mostra irritada e se opõe a realizar algumas atividades ao se deparar com uma situação diante da qual é exigido dela algo que ela ainda não sabe como, por exemplo em momentos em que precisaria realizar atividades com o uso de letra cursiva, uma

vez que ainda escreve com letra de forma, ou em situações em que teria de realizar alguma leitura e ela ainda não sabe ler. Situações em que ela teria de realizar algo que não gostaria apareceram também nas sessões, momentos em que ela se deparou com a necessidade de escrever ou propôs alguma competição de desenhos e percebeu que o seu não estava tão elaborado, emitindo assim a resposta de se irritar, mudar de local no consultório e realizar outra atividade. Com relação a isso, Silva (2016) diz que pessoas com baixa tolerância à frustração apresentam comportamentos agressivos diante de indivíduos ou situações que as frustram, ou seja, diante de eventos que não são reforçadores para seus comportamentos. Para a Análise do Comportamento, a frustração é vista como qualquer comportamento que pode ser modelado, aprendido e mantido (Figueiredo, 2009 citado por Silva, 2016).

A criança e a mãe tem um bom relacionamento. Os momentos de conflito ocorrem quando a filha quer algo e a mãe não cede, algo que irrita a criança e ela se isola brava. Em casos assim, a mãe apenas a deixa quieta, semelhante ao que acontece nos dias em que a criança já acorda dizendo que não está bem, está irritada e pede para não mexerem com ela e assim a mãe faz. Da mesma maneira acontece na escola. A professora se queixa de que nos dias em que a criança decide que não quer fazer nada, ela rola no chão, pede para que a deixem quieta e assim acontece. A mãe chegou a mencionar que a criança não tem muitos amigos porque não a deixa muito solta, em razão do medo da reação da filha com os outros, receio da criança ser agressiva. Sobre isso, Silva (2016) diz que as primeiras experiências de frustração de uma criança são fundamentais para seu desenvolvimento, sendo pontos de partida para as relações sociais e tendo grande relevância para aceitação das regras sociais e limites das relações interpessoais.

O uso de recursos lúdicos se mostrou importante para que a criança contasse os acontecimentos do ponto de vista dela. O uso de recursos lúdicos de acordo com Conte e Regra (2000) citado por De-Farias, Nery e Fonseca (2018) ajudam no estabelecimento do vínculo terapêutico, na avaliação do grau de desenvolvimento da criança e na identificação de características de interações estabelecidas entre a criança e pessoas significativas. Possibilitando, até mesmo a observação desse padrão refratário, agressivo da criança em algumas sessões, propiciando o aparecimento das emoções.

A partir da compreensão do caso, podemos dizer que o comportamento da criança é mantido pelas consequências de se distanciar do que se mostra aversivo pra ela, uma vez que sua irritação a afasta de todos e evita que realize determinadas atividades. A conduta da mãe, diante da situação, reforça negativamente o padrão explosivo e agressivo da criança, que ao se irritar é retirada de perto de todos, causando nela a noção de que se comportando daquela maneira, evitará situações aversivas, como por exemplo, ter de construir novas maneiras de lidar com a irritabilidade que os primos provocam, realizar as atividades escolares, dentre outras situações. Desse modo, podemos dizer que a partir de Catania (1999), Chiesa (1994/2006), Marçal (2010), Skinner (1981), Todorov (1989) De-Farias, Nery e Fonseca (2018), a probabilidade de ocorrência do comportamento no futuro é determinada pelas condições contextuais e consequências produzidas por este comportamento. Assim, as relações de dependências são bidirecionais, de maneira que o comportamento do indivíduo modifica os eventos ambientais que alteram a probabilidade de ocorrência futura do comportamento.

De acordo com De-Farias, Nery e Fonseca (2018), a análise funcional permite a elaboração de hipóteses a respeito da aquisição e manutenção de repertório comportamentais e possibilita a programação de intervenções. O presente caso se encontra em andamento, por isso, algumas intervenções ainda vão acontecer visando trabalhar junto a criança alternativas a esse padrão de agressividade.

Conclusão

Portanto, concluímos, a partir do exposto, que houve um avanço em relação ao caso, visto que foi possível intervir não só com a criança, mas também com a mãe, permitindo que identificassem quando ocorrem determinados comportamentos e o que os mantém. As análises funcionais contribuíram para a ampliação do repertório comportamental da cliente, viabilizando futuras mudanças de conduta da família com ela, por exemplo. Compreendeu-se a presença dos comportamentos agressivos e quais as contingências de reforçamento que os mantinham, além de outros comportamentos não trazidos na queixa.

De acordo com a perspectiva analítico-comportamental, mesmo que um comportamento seja dito como inadequado e reprovado socialmente, deve-se procurar compreender a sua função no repertório de quem emite e quais as consequências que os selecionaram. Através do acesso a dados da história do cliente, das contingências atuais e da relação terapêutica, o terapeuta busca constatar em quais contingências o comportamento se instalou e se mantém (DE-FARIAS; FONSECA; NERY, 2018).

Referências

- DE-FARIAS, Ana Karina C. R.; FONSECA, Flávia Nunes; NERY, Lorena Bezerra. Análises Funcionais moleculares e molares: um passo a passo. In: DE-FARIAS, Ana Karina C. R.; FONSECA, Flávia Nunes; NERY, Lorena Bezerra. **Teoria e Formulação de Casos em Análise Comportamental Clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2018. p. 22- 54.
- FIGUEIREDO, Cíntia; NAVES, Ana Rita Coutinho Xavier. O uso do desenho na avaliação de repertórios comportamentais de crianças. In: DE-FARIAS, Ana Karina C. R.; FONSECA, Flávia Nunes; NERY, Lorena Bezerra. **Teoria e Formulação de Casos em Análise Comportamental Clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2018. p. 214 – 237.
- FONSECA, Rochele Paz; PACHECO, Janaína Thaís Barbosa. **Análise funcional do comportamento na avaliação e terapia com crianças**. *Rev. bras. ter. comport. cogn.* vol.12 no.1-2 São Paulo jun. 2010.
- MARÇAL, J. V. S. (2010). **Behaviorismo Radical e prática clínica**. In. A. K. C. R. de-Farias (Org), *Análise Comportamental Clínica: Aspectos teóricos e estudos de casos* (p. 30-48). Porto Alegre: Artmed.
- SKINNER, B. F. (1974/1982) **Sobre o behaviorismo**. (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Cultrix..

SILVA, Tanise Caroline. **Jogos como ferramenta terapêutica Manual de jogos**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://ibac.com.br/wp-content/uploads/2017/08/monografia_Tanise-Caroline-Silva.pdf> Acesso em: 13 jun. de 2021.

CONVERSAÇÃO COMO FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

ARAÚJO, Thais Queiroz de¹; DURÃES, Ísis Morais¹; GRAÇA, Maria Eduarda Dias Tupinambá ¹; LOPES, Brisa Dias ¹; MAIA, Maria Eduarda Melo¹; NASCIMENTO, Maria Fernanda Santos¹; OLIVEIRA, Júlia Maria Mendes de¹; PRATES, Lucas de Quadros Lopes e¹; SOUSA, Lorena Macedo de¹; GUIMARÃES, Beatriz Santarossa Lopes²

¹ Acadêmico do curso de psicologia da instituição UniFIPMoc

² Professor do curso psicologia da instituição UniFIPMoc

RESUMO: A conversação é um dispositivo da psicanálise clínica, criado por Miller em meados da década de 1990, e tem como suporte teórico a psicanálise, já que permite abordar a questão com base na singularidade do sujeito e de suas determinações inconscientes. Logo, esse dispositivo proporciona a experiência com a palavra, sendo ofertada a fala, recolhendo, assim, o não sabido vindo do próprio indivíduo. Com isso, a conversação mobiliza o sujeito de formas diferenciadas para suportar e saber lidar, dizer sobre esse mal-estar, esse oculto. O presente trabalho teve como objetivo servir como um relato de experiência obtido através de uma apresentação acerca das modalidades de intervenção de psicologia de grupo, tendo como base a conversação em sua prática e teoria. Visto isso, foi realizado um seminário on-line através da plataforma Zoom durante a aula da disciplina de psicologia de grupos do 5º período matutino na instituição UniFIPMoc, no dia 09/04/2021 das 07:38 até 10:39. Nesse sentido, no seminário foi apresentada a teoria acerca da modalidade e em seguida foi realizada uma técnica de intervenção, na qual, por meio do aplicativo Jamboard, uma ferramenta interativa, realizou-se uma atividade que tinha como tema: sonhos. Desse modo, a técnica seguiu-se em dois momentos, o primeiro decorreu a partir de suposições acerca da concepção de sonho dos integrantes do grupo, havendo a conversação sobre o que representa os sonhos e o seu significado para cada um, e o segundo momento desencadeou-se em meio a um jogo de adivinhações, no qual os integrantes escreveram anonimamente os seus sonhos em um quadro branco do próprio aplicativo e, posteriormente, tentaram adivinhar a quem pertencia os sonhos em evidência. Destarte, através da conversação, foi viabilizado ao grupo o compartilhamento de idéias, a oferta da palavra e o fortalecimento dos vínculos entre os seus integrantes, relacionando-a à proposta do trabalho.

MARCOS, C. M.; MENDONÇA, R. L. A pesquisa-intervenção psicanalítica com adolescentes: o que elas nos dizem sobre gravidez e maternidade a partir da conversação. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 707-727, ago. 2017.

PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO, SELETIVIDADE E AS DESIGUALDADES DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

BRITO, Julliany Fagundes¹

¹Discente do Centro Universitário UNIFIPMoc

TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes²

²Professora do Centro Universitário UNIFIPMoc

RESUMO: Com as construções teóricas da criminologia crítica, a criminalidade passa a ser entendida como um adjetivo atribuído de maneira seletiva a indivíduos específicos, não sendo mais vista como uma qualidade ontológica de determinados comportamentos e de determinadas pessoas. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar a desigualdade do sistema penal brasileiro, destacando-se o processo de criminalização, seletividade e estigmatização dos sujeitos vulneráveis pelo sistema repressivo do Estado, isso tendo como base teórica, a criminologia crítica. Para tanto, realiza-se uma pesquisa qualitativa, do tipo exploratório. O procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica e documental, inclusive, a partir dos dados coletados pelo Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN). Verificou-se que, conforme a teoria do *labelling approach*, o crime e a criminalização ocorrem através de um processo de etiquetamento, manifesto na estigmatização de alguns indivíduos específicos que praticaram condutas consideradas como crime. Essas condutas são definidas através dos processos de criminalização primária e secundária, por meio dos quais a minoria, que tem o poder para criminalizar, seleciona as condutas consideradas como desvio e as tipificam como crime. Então, o sistema penal é uma realidade socialmente construída através de um complexo processo de criminalização seletivo, do qual participam legislativo, executivo e judiciário. Assim, são escolhidos os que se entende serem merecedores da punição penal, quais sejam, aqueles pertencentes às classes sociais exploradas. Concluiu-se, desse modo, que a seletividade se constrói através de um processo de estigmatização e punição daqueles mais vulneráveis, ao passo que é dispensado um tratamento diferenciado às classes privilegiadas, o que demonstra a contradição no discurso de que o direito penal existe para garantir o bem comum, já que, diante desse cenário, o sistema punitivo reproduz e legitima as desigualdades sociais e econômicas.

Palavras-chave: Processo de criminalização primária e secundária. Classes sociais. Seletividade penal. Desigualdades do sistema penal.

“Efeito Batom”: avaliação entre a crise e o consumo

LOPES, Vânia Silva Vilas Bôas Vieira¹

LOPES, Marcelo Vieira²

¹Professora Dra. do Centro Universitário UNIFIPMOC e da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

²Professor Dr. dos Cursos de Economia e Administração da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Introdução: A Ciência Econômica, em seus postulados, apresenta que as crises econômicas são inerentes ao sistema capitalista gerando períodos recessivos. Ao longo do século XX e no século atual, várias crises têm sido vivenciadas, sendo a última, a que estamos vivenciando desde 2020 aos dias atuais, fundamentada na pandemia da Covid-19. Como consequência, as recessões provocam, em sua maioria, aumento da inflação, do desemprego, do endividamento e queda no consumo em grande parte dos setores da economia. Tais aspectos influenciam o chamado comportamento de compra do consumidor que consiste em uma atividade diretamente envolvida em obter, consumir e dispor de produtos e serviços, incluindo os processos decisórios que antecedem e sucedem estas ações, conforme Engel, Blackwell e Miniard (2000). Quando esse cenário não implica em quedas nas vendas no setor de cosméticos e embelezamento, a literatura denomina a ocorrência do chamado “efeito batom”. **Objetivo:** verificar se houve incremento nas vendas no setor de cosméticos embelezadores brasileiro durante a pandemia do Coronavírus no ano de 2020. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, descritiva, com ampla consulta em base de dados publicados pelo Painel de Dados de Mercado da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC). Resultados: Os resultados da pesquisa apontam que mesmo com a pandemia do novo Coronavírus, o setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos cresceu no acumulado de janeiro a outubro de 2020, 6% em vendas *ex-factory*, quando comparado com o mesmo período de 2019 sendo registrado aumento de 5% em higiene pessoal; 9,3% em perfumaria. Pode-se inferir que os hábitos de higiene impostos como prevenção ao contágio da COVID como também o fato das pessoas estarem passando mais tempo em casa tenham refletido no nos hábitos de consumo por este tipo de produtos. Devido à relevância do assunto e dada à escassez de estudos relacionados ao Efeito Batom no Brasil sugere-se o aprofundamento no tema em novas pesquisas.

Palavras-chave: Comportamento do Consumidor. Efeito Batom. Crise Econômica

Referência:

ENGEL, J. F.; BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W. Comportamento do consumidor. 8. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2000.

IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES DE CONCRETO ARMADO PARA EVITAR A OCORRÊNCIA DE PATOLOGIAS A CURTO PRAZO

RIBEIRO, Luiz André Oliveira; RUAS, Nelson Alexandre¹; OLIVEIRA, Gilzirene Simone²; VIEIRA, Vânia Ereni Lima³; ¹Graduandos em Engenharia Civil pelo UNIFIPMOC

²Mestre em Ciência da Informação. Orientadora e docente do UNIFIPMoc.

³Mestranda em Educação. Orientadora e docente do UNIFIPMoc.

INTRODUÇÃO

A área da construção civil está em constante busca de melhores técnicas e materiais para aprimorar os processos construtivos. As pesquisas desenvolvidas nessa perspectiva devem considerar os fatores de segurança, durabilidade, economia e peculiaridades de cada método, local de implantação e objetivo da construção.

Atualmente, a maioria das novas construções utilizam como cobertura as lajes de concreto armado devido à facilidade de execução pela mão de obra e eficácia do sistema. Porém, enfrentam um obstáculo com a pouca impermeabilização do concreto, exigindo a aplicação de aditivos, mantas e outros produtos que aumentam o custo das obras e não são considerados relevantes pelos donos das construções e acabam não sendo aplicados, facilitando a infiltração. Diante disso, qual método de impermeabilização é mais eficaz e econômico, levando em consideração a região do norte do estado de Minas Gerais, e que possa evitar a incidência de patologias?

Isso posto, o presente estudo tem como objetivo analisar a viabilidade técnica, operacional e econômica da inserção de impermeabilizantes na execução de lajes de concreto armado afim de evitar o surgimento de patologias em construções da região do norte de MinasGerais, visto que os efeitos do intemperismo físico e químico se potencializam em razão das elevadas temperaturas climáticas.

A impermeabilização de estrutura de concreto armado, conforme a NBR 15575-1 (2013) é um sistema que impossibilita a penetração de líquidos ou umidade proveniente do solo e direcionamento de águas na sua estrutura.

A NBR 9575 (2010) define que impermeabilização é um conjunto de técnicas utilizadas para proteger as construções contra os efeitos de infiltração e umidade excessiva, podendo ter várias camadas ou apenas uma a depender do tipo do produto. A falta desse serviço implica em problemas na estrutura da edificação, provocando infiltrações, proliferação de fungos e bactérias em razão da umidade acumulada, além de prejuízos nos objetos guardados no interior da construção, até o comprometimento estrutural levando-a à condenação pelos órgãos fiscalizadores de prevenção e controle.

O custo com a etapa de impermeabilização em novas obras, quando realizadas de forma correta e no tempo adequado, representa apenas 1% a 3% dos gastos totais. Porém, caso seja necessária a reaplicação dos produtos ou correções de patologias após a finalização da construção o custo varia de 5% a 10% do custo da obra, devido a necessidade de demolição e recomposição de pisos (SILVA *et al*, 2003).

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado a partir do método dedutivo, e abordagem qualitativa. Em relação aos procedimentos para coleta de dados, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, tendo como premissa objetivos gerais e específicos de cunho exploratórios e explicativos.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto” (LAKATOS; MARCONI, 2013, p. 56).

A documental se baseia em documentos escritos ou não, como arquivos públicos, particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas (GIL, 2008).

Em relação à pesquisa qualitativa é entendida como “expressão genérica”, que significa compreensão das atividades ou investigação que pode ser denominada específica. A pesquisa qualitativa tem cinco características básicas que envolvem esse tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Gil (2008) o caráter exploratório é definido pelo desenvolvimento e modificação de conceitos visando a fundamentação de problemas ou hipóteses que serão utilizados em estudos futuros. Já o explicativo tem o objetivo de “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. (GIL, 2008, p. 28).

Nesse cenário, considerando-se o processo de deterioração pelo qual passam as estruturas de laje de concreto armado ao serem expostas às elevadas temperaturas e aos efeitos químicos e físicos, buscou-se analisar a viabilidade de substituir o telhado pela impermeabilização como técnica de proteção da estrutura da laje.

Assim, o presente estudo, além da observação da necessidade de proteção da estrutura da laje, valeu-

se de pesquisa bibliográfica acerca das técnicas de proteção, bem como de análise mercadológica dos insumos necessários em cada processo, para ao final relativizar a viabilidade de sua utilização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em construções onde utiliza-se de lajes de concreto armado sem cobertura comtelhado, a estrutura está mais sujeita às intempéries físicas e químicas. O intemperismoquímico gera alterações nos minerais que compõe a estrutura por agentes como o calor, a água e o ar, já o físico provoca a fragmentação sem que haja alteração da sua composição química. (SILVA, 2006, p.13). Observou-se que o intemperismo físico age sem alterar a estrutura química da laje, fazendo com que através da dilatação e contração ocorram as trincas ou fissuras facilitando a penetração de elementos químicos como o CO₂ no interior da estrutura do concreto armado, a partir do contato do desses elementos com o aço pode-se ocorrer corrosão, fragilizando a estrutura (MONTEIRO, 2002).

A ação dos fenômenos de intemperismo, quando potencializados, pode acarretar na deterioração da estrutura da laje de concreto armado, impondo, portanto, que medidas preventivas sejam tomadas desde a elaboração do projeto estrutural. Com vista a diminuir esses efeitos utiliza-se de métodos de impermeabilização, definidos pela NBR 15575-1 (2013) como os sistemas que impossibilitam a penetração de líquidos ou umidade proveniente do solo e direcionamento de águas na estrutura, seja parede, piso ou laje.

Righi (2009) classifica diversos tipos de impermeabilizações, dentre os quais os mais utilizados para proteção de lajes de cobertura são argamassa impermeável com aditivo hidrófugo, membranas asfálticas líquidas e em mantas.

A argamassa ou o concreto impermeável podem ser produzidos na obra nos traços necessários para a demanda do projeto e adição de líquidos hidrófugos industrializados, garantem a redução da permeabilidade e absorção capilar das estruturas. O consumo dos aditivos varia conforme indicações dos fabricantes e forma de utilização, como é fornecido no estado líquido, faz-se necessária a redução de água no traço para atingir a correta relação água/cimento da mistura (DENVER, 2014).

De acordo com Sabbatini (2006) as membranas asfálticas são divididas conforme o tipo de asfalto utilizado na sua fabricação, podendo ser: emulsão asfáltica, que é o resultado da dispersão do asfalto em água com a utilização de emulsificantes, são mais baratos e fáceis de utilizar; asfalto oxidado, é um produto proveniente de alterações das características físico-químicas do cimento asfáltico que é estruturado e aplicado à quente.

As membranas são fornecidas na forma líquida ou em manta e após a sua aplicação é preciso realizar a sua proteção mecânica para evitar danos à sua estrutura e prejudicar o processo de impermeabilização. Quando líquidas são aplicadas com diversas demãos do produto com brochas em sentido cruzado e os rodapés também devem ser impermeabilizados. No caso das mantas, elas são aplicadas à quente com a utilização de lança-chamas, geralmente

necessitam do preparo da superfície com emulsão primer para garantir a sua fixação. O consumo dos produtos também varia conforme fabricantes (VEDACIT, 2021).

A fim de comparar o tipo que possui o melhor custo-benefício, realizou-se pesquisa de mercado para definir o gasto necessário para impermeabilizar 01 metro quadrado de laje. No caso da argamassa/concreto com aditivo hidrófugo utilizou-se do consumo de cimento mínimo de 350 quilos por metro cúbico de concreto e que a laje possui 10 centímetros de espessura, portanto o consumo de cimento por metro quadrado será de aproximadamente 35 quilos, para efeitos de cálculo foi considerado 1 litro de aditivo por metro quadrado de laje.

No cálculo das membranas asfálticas líquidas e mantas, considerou-se o consumo fornecido pelos fabricantes e a execução de contrapiso desempenado, traço 1:3, acima da última camada para proteção mecânica. Conforme a planilha SETOP de referência de preços do mês de janeiro de 2021 o custo para o metro quadrado de contrapiso é de R\$ 27,27. Os gastos com frete não foram somados, os resultados são apresentados na tabela 1.

Tabela 1: Custos por tipos de impermeabilização.

Descrição	Consumo	Valor	Valor com proteção mecânica
Aditivo hidrófugo para argamassa/concreto DENVERIMPER 1*	1 litro por saco de 50kg de cimento	R\$ 3,99	R\$ 3,99
Membrana asfáltica líquida VEDACIT PRO**	1,3 Kg/m ²	R\$ 20,79	R\$ 48,06
Manta asfáltica VEDACTI**	1,15 metro por m ²	R\$ 39,08	R\$ 66,35

* Valor conforme site fastobra.com

** Valor conforme site tellianorte.com

Fonte: Acervo próprio.

Na tabela 1 é possível identificar que a adição de aditivo impermeabilizante no concreto durante a execução das estruturas tem o custo menor, principalmente, devido a necessidade de construção de camada protetora acima das membranas ou mantas asfálticas.

Em consulta à planilha de referência de preço do SETOP do mês de janeiro de 2021, o gasto com a execução de telhado utilizando telhas onduladas de fibrocimento, espessura de 6mm, e estrutura em madeira é de R\$ 103,87 o metro quadrado, considerando mão de obra e materiais.

CONCLUSÃO

Por conseguinte, constatou-se a necessidade de proteger as lajes de concreto armado com vista à sua conservação e para evitar a deterioração. Ainda, observou-se que a impermeabilização é suficientemente eficaz para a proteção da referida estrutura garantindo o mesmo efeito de proteção que o telhado.

Diante do exposto, constatou-se que o uso da impermeabilização tem um custo por metro quadrado inferior a construção de telhado com telhas de fibrocimento, gerando economia no custo final da edificação. Vale ressaltar que a impermeabilização exige menor tempo para sua manutenção e mesmo considerando os gastos com reparos ainda se apresenta mais viável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR: 9575: Impermeabilização – seleção e projeto. Rio de Janeiro, RJ. 2010

BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR: 15575-1: Edificações habitacionais – desempenho. Rio de Janeiro, RJ. 2013

COSTA, R. L. **O intemperismo físico e químico sobre as rochas e a formação do solo contextualização e práticas no ensino de geografia.** Disponível em: <http://lsie.unb.br/ugb/sinageo/6/11/471.pdf>. Acesso em 14 de nov. de 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. - 7 reimpr. - São Paulo: Atlas, 2013. 277 p.

MORAES, Cláudio Roberto Klein de. **Impermeabilização em lajes de cobertura:** levantamento dos principais fatores envolvidos na ocorrência de problemas na cidade de Porto de Alegre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2002.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011. 72 p.

RIGHI, Geovane Venturine. **Estudo dos sistemas de impermeabilização:** patologias, prevenções e correções – análise de caso. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2009.

SABBATINI, F. et al. **Impermeabilização sistemas e execução.** São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.feb.unesp.br/pbastos/concreto4/Muros%20Arrimo/Imperm%20Sistemas.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

SANTOS, Maurício Ruas Gouthier dos. **Deterioração das estruturas de concreto armado – estudo de caso.** Monografia apresentada ao Curso de Engenharia de Materiais e Construção da Escola de Engenharia da UFMG, Belo Horizonte - MG, 2012.

SILVA, Maria Carolina Rodrigues et al. Aplicação de mantas asfálticas na impermeabilização de lajes de coberturas. **IV Encontro Tecnológico da Engenharia Civil e Arquitetura**, 8 ed,p. 190-197, 2003.

VITÓRIO, Afonso. **Fundamento da patologia das estruturas nas perícias de engenharia.** Recife, PE, 2003.

VEDACIT. **Vedacit pra membrana asfáltica impermeabilizante.** 2021. Disponível em: <https://www.vedacit.com.br/content/vedacit/vedacit-pro/produtos-e-solucoes/impermeabilizantes/vedacit-pro-membrana-asfaltica-impermeabilizante.convert.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

ANSIEDADE: UM CASO CLÍNICO SOB A ÓTICA DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

DAS NEVES, Maria Carlota Coutinho Gonçalves¹; MEDEIROS, Pâmela Alicy¹; LÉSENÉCHAL-MACHADO, V².

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

² Professor do curso de Psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc)

Introdução

O presente relato se trata de uma experiência no estágio de Psicoterapia, no Centro Universitário (UNIFIPMoc), no qual se usou a Análise do Comportamento como abordagem para compreensão e intervenção no processo terapêutico com a cliente.

De acordo Borges e Cassas (2012), para a Análise do Comportamento, um comportamento, seja ele externo ou interno, pode ser explicado através de três níveis: o filogenético, definido por características fisiológicas, inatas e anatômicas; o ontogenético, caracterizado pela história individual do sujeito e o cultural, que são práticas culturais que são selecionadas por suas consequências para o grupo como um todo. A queixa da cliente é referente a sintomas de ansiedade, portanto a análise se faz através da investigação da história individual do sujeito a partir da interação desses três níveis.

A ansiedade, para a Análise do Comportamento, está diretamente ligada ao controle aversivo, ou seja, com o reforço negativo, a punição positiva e punição negativa. O reforço negativo se apresenta como a retirada de um estímulo aversivo e esse estímulo aversivo reforça o comportamento que os retirou, fazendo parte desse processo repertórios de fuga e esquiva. A punição positiva e negativa, por sua vez, são consequências que diminuem a probabilidade de um comportamento acontecer novamente, sendo a positiva o acréscimo de um estímulo aversivo e a negativa a retirada de um estímulo reforçador. A ansiedade é associada a um estímulo aversivo que possa vir a acontecer no futuro. No entanto, um estímulo que não ocorreu não pode ter função causal, tendo necessidade de buscar qual é a variável presente que explique esse fenômeno. Essa ideia de antecipação é uma reação causada por alguma variável presente no ambiente que, no passado, foi seguida de um estímulo aversivo. Os respondentes eliciados pelo estímulo pré-aversivo se tornam, eles mesmos, aversivos para o sujeito, sendo respostas emocionais nos quais o sujeito começa a se comportar a fim de evitá-los. (DE-FARIAS; FONSECA; NERY, 2018).

O presente resumo tem como objetivo apresentar o relato de um caso clínico de uma adolescente, tendo a Análise do Comportamento como abordagem teórica na compreensão das contingências que envolve o sofrimento da cliente e no acolhimento dessa demanda através de uma escuta ativa e um olhar terapêutico relacionado à ansiedade, bem como demonstrar as técnicas que podem ser utilizadas para que haja uma intervenção eficaz na vida do cliente.

Material e Métodos

O estágio de Psicoterapia da UNIFIPMoc faz parte do curso de Psicologia e ocorre no Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes (NASPP). A aluna envolvida no relato experienciado começou a atender a cliente A. no segundo semestre de 2020, no 8º período, e continua o processo neste primeiro semestre de 2021, no 9º período. O atendimento ocorre nas quartas-feiras, às 10h30 da manhã, com ressalvas dos dias em que a cliente não pôde ir, ou teve que ir em outro horário, totalizando 11 encontros. Os alunos que realizam a

prática, escolhem uma abordagem para aplicar na clínica e possuem supervisão com o professor da respectiva abordagem escolhida. A aluna é orientada pela supervisora da abordagem de Análise do Comportamento.

O caso clínico se refere a uma adolescente de 16 anos de idade, do sexo feminino, que mora atualmente com a mãe e o irmão e será mencionada neste resumo como cliente A. A queixa inicial de A. corresponde a uma crise de ansiedade que havia ocorrido pela primeira vez no ano de 2020, em agosto.

A análise funcional é o instrumento de análise que norteia o terapeuta analítico-comportamental. Este tem como objetivo investigar as contingências atuais e históricas do comportamento dos clientes, através da escuta e observação clínica, com o objetivo de identificar os padrões comportamentais, como estes foram selecionados e como são mantidos e fortalecidos pelos eventos antecedentes e consequentes (DE-FARIAS; FONSECA e NERY, 2018).

Desenvolvimento

Os pais da cliente se separaram há 6 anos por causa de uma traição por parte do pai e desde então, A. mora somente com a mãe e o irmão. A. relata que a relação com o pai era melhor quando ele morava em casa, mas mesmo assim, sempre foi fechada com ele, pois o pai sempre fica nervoso muito fácil. A. também relata que o pai ficava fora de casa trabalhando o dia inteiro durante a semana e ela e o irmão o esperavam na madrugada para terem um momento de brincadeira. No final de semana, ele sempre saía, raramente levava a mãe e quando fazia algum churrasco em casa, ficava pouco tempo para “cumprir seu papel na família” e saía de novo.

Recentemente, A. começou a namorar e contou ao pai, tendo deixado escondido este namoro durante um tempo. A cliente fala que o namoro é muito tranquilo e saudável, considerando o namorado como melhor amigo. A. teve a crise de ansiedade um pouco antes do início da psicoterapia e após essa crise também começou a ter tiques, descritos por ela como estralar os dedos, assoviar, bater na cabeça, entre outros comportamentos. A. relata que sempre foi uma pessoa tímida que aguenta muita coisa calada e que essa crise foi como um estouro.

A cliente conta um episódio na infância em que o pai pegou o diário dela escondido para ler e depois queria bater nela, mas que a mãe fingiu que estava passando mal para ele não bater. Falou que ele nunca aceitou esse tipo de situação, que no diário falava que ela gostava de um coleguinha e o pai não entendia que isso era normal, o que também corrobora com a citação de Farias, Fonseca e Nery (2018) sobre a ansiedade estar associada a um estímulo que possa vir a ocorrer no futuro, que no presente foi causada por alguma variável presente no ambiente que, no passado, foi seguida de um estímulo aversivo, como ao acontecimento do diário e da descoberta do namoro. A. fala que, hoje acha bom os pais terem se separado, uma vez que quando ele estava lá, a mãe e o pai brigavam constantemente e ficavam sem se falar durante meses. A. também relata que o pai traiu a mãe mais de uma vez, e que na época da separação, a mãe chorava muito.

No presente caso, pode-se identificar, em uma análise funcional molecular, o evento antecedente em que o pai da cliente a enxerga como uma criança e é muito ciumento e nervoso, o que influencia sua resposta de esconder o namoro do pai, tendo como consequência evitar discussões ou reprovação do mesmo. Tal comportamento é mantido pelo reforço negativo. Outro exemplo é quando o pai vê a mensagem no telefone de A. do contato escrito “amor” também se configura com evento antecedente para a resposta de justificativa de A. de dizer que é “só uma mensagem”. Esse comportamento tem como consequência uma punição negativa, pois o pai vai embora e fica duas semanas sem falar com a cliente. O evento antecedente em que o pai de A. fica ausente por causa da descoberta do namoro, faz com que ela emita o comportamento de mandar mensagens e expor seus sentimentos, tendo como consequência punitiva a falta de compreensão do pai, que diz não acreditar na mensagem de A. (punição positiva). O evento antecedente do pai de A. de perguntar sobre o

namoro de A. e a resposta da cliente de contar sobre o namoro, faz com que ela consiga sair com o namorado sem precisar esconder do pai, tendo como consequência o Reforço positivo R+ (**Tabela 1.**)

No caso de A., nota-se essas consequências de controle aversivo presentes em sua vida nas situações em que envolve o pai. Segundo a cliente, o fato de ter assumido o namoro para o pai pode ter gerado essa crise de ansiedade, pois, mesmo com o pai fora de casa, ele ainda quer ter domínio sobre os comportamentos dela, além de vê-la ainda como criança.

A cliente também disse que quase não sai com o pai e quando sai é para ver jogo. Nunca é para um parque ou caminhar juntos e quando se veem na semana, é rápido. O comportamento de esconder o namoro do pai era mantido pelo reforço negativo, uma vez que evitava de A. entrar em contato com discussões e reprovações do pai. O jeito que A. assumiu o namoro foi caracterizado por consequências aversivas, pois o pai rejeitou a ideia de início, mas após assumir oficialmente o namoro para o pai, A. relata se sentir mais aliviada. As situações em que teve punições ao comportamento de A. foi na tentativa de dialogar com o pai sobre a situação o que explica o fato de A. não ter contato para o pai sobre o namoro antes, já que em sessão ela relata experiências anteriores em que o pai emitiu comportamentos agressivos e controladores.

Uma das estratégias de intervenção utilizadas pela estagiária envolvida no atendimento foi o uso do questionamento reflexivo, que se caracteriza por perguntas abertas por parte do terapeuta que auxiliam o indivíduo a refletir e elaborar verbalmente sobre as questões trazidas em sessão (DE-FARIAS; FONSECA e NERY, 2018). O questionamento reflexivo tem como objetivo fazer com que a cliente realizasse auto-observações, começando a identificar e descrever variáveis ambientais histórias e atuais que estão funcionalmente relacionados com os seus comportamentos (sentimentos, ações e pensamentos). A partir da auto-observação, o autoconhecimento começa a ser produzido. Na primeira sessão, A. fala que sempre aguentou muita coisa calada, demonstrou ser uma pessoa tímida e que a crise foi um estouro disso tudo. Na terceira sessão, ela já detalha o relato, fala que sente esses sintomas de ansiedade há tempos e que tinha começado a ficar assim depois que o pai saiu de casa. Ela relata que teve fases na vida em que essa ansiedade foi aumentando. A cliente ao começar a ter os tiques na sessão, relatou que é só falar da separação dos pais que começa a ter os tiques. O comportamento de analisar foi reforçado. No processo da psicoterapia, observa-se, então, melhoras em alguns comportamentos. Ao longo do acompanhamento terapêutico é necessário que haja uma análise das intervenções, observando se essas novas relações comportamentais se manterão na vida da cliente (BORGES; CASSAS, 2012).

O reforçamento diferencial, que consiste em um procedimento de reforçamento e extinção de comportamentos utilizados simultaneamente também foi utilizado quando a cliente toma um posicionamento diante do pai, analisa seus próprios comportamentos, entendendo a função de tais e quando consegue se expressar na sessão, o que coloca em extinção o comportamento de A. de “aguentar tudo calada” ou se posicionar de forma passiva frente as imposições do pai e reforça o comportamento de autonomia e de considerar sua opinião, assim como os sentimentos na relação com o pai. Os comportamentos auto descritivos dentro da sessão foram reforçados positivamente.

Considerações finais

Foi possível notar, ao longo do processo terapêutico, que a cliente se apresenta, a cada sessão, mais disposta a aprofundar e conversar sobre suas questões, considerando a terapia como um espaço reforçador para a mesma falar abertamente sobre seus sentimentos, o que diminuiu a tensão do que nos primeiros encontros ela traz como característica pessoal, ser tímida e aguentar quase tudo calada. Além disso, a mesma relata estar mais tranquila e que as reações emocionais da ansiedade também diminuíram. Ela também vem apresentando análises funcionais dos seus próprios comportamentos, desenvolvendo e explorando o autoconhecimento. De acordo Borges e Cassas (2012), na terapia, o terapeuta tem como objetivo estabelecer um relacionamento de escuta não punitiva, que permita a livre expressão do cliente, onde ele possa falar abertamente sobre seus

comportamentos e sentimentos, e fazer reflexões acerca das suas questões, provocando assim, mudanças significativas em seu repertório comportamental, como no caso de A.

Dessa forma, o plano de intervenção no caso de A. envolveu a investigação dos eventos que compõem a vida da cliente, tanto passados quanto presentes, incluindo aqueles que faziam parte da queixa e também os que não faziam, organizando essas informações em análises funcionais, a partir do embasamento teórico da Análise do Comportamento, considerando os comportamentos operantes, seus eventos antecedentes e consequentes, e comportamentos respondentes (BORGES; CASSAS, 2012).

Referências

- BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. Clínica Analítico-Comportamental: aspectos teóricos e práticos. 1. ed., São Paulo: Artmed Editora, 2012, p. 1-310.
- DE-FARIAS, A. K. C. R.; FONSECA, F. N.; NERY, L. B. Teoria e Formulação de Casos em Análise Comportamental Clínica. 1. ed., São Paulo: Artmed Editora, 2018, p. 1-753.

Tabela 1. Análises funcionais moleculares

Antecedente	Resposta	Consequência	Processo comportamental	Efeito emocional
- Pai a vê como criança, é ciumento/nervoso. - Mensagem aparece no celular de A. do contato “amor” e pai vê. - Pai ausente. - Pai pergunta sobre o namoro de A.	- A. esconde namoro. - A. fala que é só uma mensagem - A. manda mensagem para o pai, expõe seus sentimentos. - A. conta sobre o namoro	- Evita discussões e a reprovação do pai. - Pai vai embora e fica duas semanas sem falar com A. -Pai fala que não acredita. - Pai conversa sobre o namoro com ela dizendo que ela não precisa mais sair escondido.	- Reforço negativo. - Punição negativa. -Punição positiva. - Reforço positivo.	- Alívio, tristeza. - Tristeza, angústia - Frustração, tristeza. - Satisfação, Felicidade.

ANÁLISE DE PRESCRIÇÕES DE PSICOTRÓPICOS NAS DROGARIAS DA REDE PRIVADA EM IPATINGA/MG

Analina Furtado Valadão ¹; Patrícia Gonçalves da Motta ¹

¹ Professora do curso de medicina da instituição UNIVAÇO

RESUMO: Psicotrópicos são substâncias que atuam sobre o SNC, provocando alterações comportamentais, humorais e cognitivas. São classificados pelo Sistema ATC em anestésicos, analgésicos, antiepiléticos, antiparkinsonianos, antipsicóticos, ansiolíticos, hipnóticos, sedativos, antidepressivos e psicoestimulantes. Devido à alta prevalência do uso dessas substâncias e pelo fato de elas apresentarem alta capacidade de afetar o organismo, podendo causar dependência e outros eventos adversos, a dispensação desses medicamentos passou a ser normatizada em receituários de controle especial pela Portaria 344/98. Objetivo: Conhecer, a partir de levantamento feito nas drogarias da rede privada de Ipatinga-MG, o perfil das prescrições de psicotrópicos dispensadas, assim como investigar a adequação das notificações de receitas dos psicotrópicos compreendidos nas listas A3, B1, B2 e C1 às normas da Portaria nº 344/98 – SVS/MS. Método: Trata-se de um estudo de natureza descritiva, exploratória e transversal, realizado por meio da análise de dados coletados e registrados em prescrições de psicotrópicos retidas no mês de janeiro de 2019 em seis drogarias particulares no município de Ipatinga – MG. Resultados: Foram coletadas 7.521 prescrições, sendo 66,5% delas destinadas ao sexo feminino. A psiquiatria foi a especialidade que mais prescreveu (46,5%), e a classe de antidepressivos foi a mais prevalente, apesar de o clonazepam ser o fármaco mais prescrito. Quanto às inadequações, pode-se perceber erros em 98,24% das amostras. Conclusão: As prescrições de psicotrópicos no município de Ipatinga – MG são predominantemente para o gênero feminino e feitas por psiquiatras. Há um alto percentual de inadequações no preenchimento das receitas, com destaque para a ausência de dados acerca da identificação do paciente. É importante que as receitas médicas sejam devidamente preenchidas, a fim de alcançar uma terapêutica adequada para o paciente. Uma proposta para a minimização das inconformidades apontadas por este estudo é a implantação de receituários eletrônicos nas redes de saúde, que possam ser impressos após o preenchimento de campos obrigatórios, assim evitando erros frequentes de dispensação. Palavras-chave: Psicotrópicos. Prescrições. Erros de prescrição. Perfil de usuários.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº/2018. CAAE: 02951518.1.0000.5095

Modalidade de Iniciação Científica na UNIVAÇO

CANDIDÍASE VULVOVAGINAL: FATORES PREDISPONENTES E INFLUÊNCIA DO HOSPEDEIRO NAS MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

OLIVEIRA, Géssica Thaís Nascimento¹; KAUSS, Laila Rosa¹; FONSECA, Maria Luiza de Azevêdo Feitosa¹; CABRAL, Neiva Renata Soares¹; BARROS, Samille Alves Donato¹; MORAES, Vinícius Saraiva¹; SANTOS, Pamera da Silva².

¹ Discente da FIP-GBI; ²Docente da FIP-GBI

INTRODUÇÃO: As infecções ginecológicas estão entre os principais motivos que levam mulheres a buscarem ajuda médica, dentre elas a candidíase. A candidíase vulvovaginal acarreta em uma inflamação que propicia alterações na saúde vaginal e na qualidade de vida das mulheres. **OBJETIVOS:** Ampliar os conhecimentos sobre a candidíase vulvovaginal, esclarecer os fatores predisponentes para seu desenvolvimento e demonstrar a influência do hospedeiro nas manifestações clínicas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica. As buscas foram feitas nas bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Google Acadêmico e Literatura Latino-Americana e do Caribe de Ciência da Saúde (Lilacs). Os descritores utilizados foram “candidíase vulvovaginal” e “cândida albicans”, considerando apenas artigos escritos a partir de 2017. Foram selecionados 440 artigos pelo título, posteriormente sete pelo resumo e três foram elegidos pela leitura do artigo. **RESULTADOS:** A cândida albicans é a principal causa da candidíase vulvovaginal, sendo um patógeno oportunista. Sua etiologia é caracterizada pelo desbalanço da flora vaginal normal ou redução da atividade do sistema imune do hospedeiro, tendo como fatores de risco o uso de antibióticos, corticoterapias, estrogênoterapia, doenças imunossupressoras, diabetes mellitus e gestação. A manifestação clínica mais comum é o prurido de intensidade variável associado ou não à presença de corrimento branco (grumoso e inodoro), dispareunia, hiperemia e outros. O diagnóstico é basicamente clínico, porém métodos de identificação do fungo podem auxiliar. O tratamento consiste na utilização de antifúngicos da classe dos azóis. Não é necessário tratar parceiros assintomáticos. **CONCLUSÃO:** A candidíase vulvovaginal é um problema ginecológico comum que afeta fisicamente e psicologicamente inúmeras mulheres. Portanto, é importante que estas saibam acerca dos fatores predisponentes para o desenvolvimento da cândida, assim como os sinais e sintomas.

Palavras-chave: Candidíase vulvovaginal. Candida albicans.

A VISITA DOMICILIAR COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

JORGE, Ketney Pollyanne Oliveira¹; MENEZES, Laíssa Lopes de¹; ALVES, Rebeca Tatiane de Oliveira¹; SOARES, Sílvia Reis²

Introdução

O presente trabalho é um relato de experiência que tem o objetivo apresentar a visita domiciliar realizada em estágio profissionalizante do curso de Psicologia e caracterizar o modo de ação dessa prática disponibilizada aos usuários da Atenção Primária à Saúde que, por meio do suporte de profissionais matriciadores, se ocupam da assistência e cuidado aos usuários, de modo a promover saúde e prevenir doenças e agravos. O apoio matricial é um recurso teórico-metodológico que se caracteriza pela integração de equipes

de Saúde da Família (eSF) e profissionais especialistas, de modo a ampliar as possibilidades de atuação e promover ações em saúde através da troca de saberes entre os profissionais para elaboração de projetos e intervenções em um dado território (BRASIL, 2016).

As ações em saúde realizadas no Sistema Único de Saúde (SUS) iniciam-se na Atenção Básica, e, dentre as várias realizadas, a visita domiciliar é uma delas. A necessidade de realização destas é previamente analisada entre os profissionais responsáveis pelo território onde o usuário reside. É um recurso que se espera ser utilizado pelas equipes de saúde de ação territorial, no cumprimento do atendimento para os pacientes em razões específicas que não podem ser assistidos nas unidades básicas de saúde (CHIAVERINI, 2011). A apresentação da experiência em visita domiciliar tem a finalidade de expor aspectos importantes dessa ação, como o acolhimento, a importância da disposição em compreender a saúde mental com um olhar diferente da formação clássica, a escuta ativa do paciente buscando promover a autonomia do sujeito e elaboração de estratégias favoráveis para as necessidades de acordo a demanda, visando valer as possibilidades que o encontro proporciona dentro da práxis para além da teoria do curso de Psicologia.

Material e Métodos

Este resumo apresenta caráter qualitativo, o que, segundo Minayo (2002), se refere à pesquisa que se destina a explorar um espaço mais profundo das relações e dos fenômenos que não se reduzem a instrumentalização de variáveis quantitativas, ela trabalha com uma vasta gama de significados, motivações, crenças, valores e atitudes. Sendo assim, o estágio em atenção primária do curso de psicologia do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc, aconteceu de forma extraordinária - devido a nova logística imposta pela pandemia - no primeiro semestre do corrente ano. A prática presencial em uma unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF) na cidade de Montes Claros foi realizada uma vez por grupo de prática de estágio, totalizando quatro horas in loco. Os grupos foram formados por três acadêmicos, que, sob condução da supervisora Sílvia Soares, foram a campo para conhecer a unidade, os espaços, os profissionais, o arcabouço de atendimentos prestados ao território, os recursos e tecnologias de trabalho em saúde utilizadas, as atividades laborais que estão sendo realizadas no momento, bem como para atuar na prática, no atendimento às demandas específicas da saúde mental do território da ESF. Dessa forma, recebemos a demanda de uma senhora, que aqui chamaremos de Laura, de 94 anos, que pertence ao território, é atendida e acompanhada pela equipe de saúde.

Desenvolvimento

Segundo Campos e Domitti (2007), o apoio matricial é uma metodologia de gestão do cuidado que almeja oferecer retaguarda assistencial ao usuário e suporte técnico-pedagógico às equipes de referência da ESF, que, por sua vez, são formadas por profissionais considerados essenciais para a direção de problemas de saúde dentro das áreas de conhecimento. Com o objetivo de garantir um cuidado integral ao usuário, o apoio matricial e a equipe de referência desenvolvem em conjunto possibilidades de elaboração da clínica ampliada e integração de diálogo dinâmico e interativo entre as diferentes especialidades.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010), a expressão “apoio” remete à compreensão de uma competência de gestão nomeada “apoio matricial”, tema central na proposta do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF. O processo de trabalho em “equipes de referência” remete-se à Equipe da Saúde da Família, porta de entrada do serviço e referência de saúde para determinada população na Atenção Primária à Saúde - APS. O NASF é constituído por uma equipe na qual profissionais de diferentes áreas de conhecimento atuam em conjunto para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao paradigma da Saúde da Família, compartilhando e apoiando as práticas em saúde nos territórios sob responsabilidade das ESF.

O NASF deve organizar seu processo de trabalho com foco nos territórios, sua responsabilidade conjunta com as equipes de saúde da família, priorizam as intervenções específicas com os usuários e/ou famílias, com discussão e negociação a priori com os profissionais da ESF responsáveis pelo caso, de maneira que o atendimento individualizado se dê apenas em situações excepcionais, e quando ocorrer, permanecer o contato

com a ESF, que não se descompromete com o caso, contudo redireciona um padrão de seguimento complementar e compatível ao cuidado oferecido pelo NASF diretamente ao usuário, a família ou à comunidade (BRASIL, 2010).

Acerca da visita domiciliar em questão, a filha de dona Laura (94 anos) fez o contato com a equipe de referência da eSF, relatando que a mãe se encontrava muito triste devido a perda de seu filho mais velho, de 68 anos, vítima da COVID-19. Sendo assim, a enfermeira que integra a equipe de referência do território, programou a visita domiciliar para Dona Laura. De acordo com Chiaverini (2011) existe uma vasta gama de situações que são assistidas pelas visitas domiciliares, a maior quantidade se dá para os pacientes idosos, acamados e/ou com necessidades especiais, sendo essa a circunstância em questão. Seguiu-se um protocolo combinado previamente entre a supervisora e as alunas de não entrar na residência sem ser convidado, realizar uma escuta ativa, com foco no acolhimento da paciente, priorizando a escuta do seu relato na busca de investigar e amparar sua queixa, nas quais estratégias poderiam ser realizadas de acordo com a sua demanda. Entende-se que o acolhimento, como postura e prática nas ações de atenção, é um ato de estar perto, de investimento e inclusão, o que favorece a construção do vínculo de confiança e compromisso dos usuários para com o serviço (BRASIL, 2010).

Durante a visita domiciliar Dona Laura relatou estar muito triste com a perda do seu filho, não entende o motivo de seus familiares não irem visitá-la em seu luto e mesmo antes deste; disse que não tem vontade de comer ou cozinhar, atividade que expõe apreciar antes do referido ocorrido; gosta de escutar música e cuidar das plantas de sua casa e expressa não haver mais ânimo para tais afazeres. Pode-se perceber que essa é uma solicitação da área de atuação da Psicologia, que busca identificar, acolher e atender às demandas de saúde mental do território, em seus variados graus de severidade. Os pacientes devem ter acesso ao cuidado em saúde mental o mais próximo possível do seu local de moradia, de seus laços sociais e familiares (BRASIL, 2010). Foi possível notar também, a parceria entre a família e o serviço no processo do cuidado e correponsabilidade à saúde de Dona Laura - pelo fato do contato da filha com o serviço para expor a situação via telefone e disponibilidade para o agendamento da visita.

Enquanto acontecia a conversa com a senhora, a família participou de alguns detalhes importantes para a observação do quadro de Dona Laura, explicando questões de medicamentos, a rotina atual, aspectos relacionados à dinâmica familiar, a relação com a perda do filho e o luto. Em um dado momento, a idosa expôs que não se conforma com a perda e, principalmente, com o fato de seu filho morrer antes dela, disse que a velhice proporcionou a impossibilidade de executar as tarefas como fazia antes, como ela expressa: “aqui é um tal de depois, pra mim sempre foi tudo no agora”. As perdas na terceira idade associam-se à morte de pessoas próximas, ao corpo, à beleza juvenil, à memória e possivelmente ao status alcançado por meio das atividades profissionais, como menciona a filha de dona Laura, “ela era uma contadora exímia”, além da perda do convívio com colegas e companheiros de trabalho.

Segundo Cocentino e Viana (2011), há ainda a inversão de papéis no âmbito familiar e social, que podem desencadear o processo de luto nessa fase do desenvolvimento do sujeito, são aspectos de perdas físicas e sociais vividos na velhice de modo concomitantemente. Dona Laura conta, com pesar, dos amigos que deixou em Belo Horizonte e sua vida ativa na capital, relata que nada mais é como antes e que perdera tudo, inclusive sua liberdade. Para o autor supramencionado, trata-se de perdas verdadeiramente experimentadas pelo sujeito que envelhece, e costuma ter consciência de tais faltas. A morte está intrínseca nas transformações que o envelhecimento determina ao ser humano, essa presença se dá no real, mas também na esfera simbólica e finda no processo de luto, que se dá pela perda de um objeto amado.

A família de Dona Laura relatou que após a morte de seu filho ela começou a esquecer muitas coisas, e a senhora expõe que preferia não estar consciente para viver essa perda, diz que gostaria de tirar esse sofrimento de dentro dela, porém conclui com a frase: “mas não tem remédio que cure essa dor, né”. Dentre as sucessões de perdas reais, físicas e das capacidades, o idoso se confronta com a sua atual situação psicossocial de ser idoso, o que é sentido como falta e fragiliza os seus recursos internos construídos ao longo de toda uma vida (MELO, 2020).

Por fim, a partir do acolhimento das demandas de Dona Laura e da escuta do seu relato de vida, expressado através da fala, das pausas e das lágrimas, dotadas de sofrimento, angústia e falta real do seu filho, foi permitido para a mesma elaborar um pouco da sua vivência atual, relembrar momentos felizes, épocas passadas, vislumbrar um pouco de esperança frente a sua nova realidade, reagir, cultivar e se apropriar das coisas boas que permanecem em sua vida, sendo portanto, o ato de falar, terapêutico. Conforme Correa e Justo (2010), apossar-se da memória de modo ativo, transmitir os patrimônios culturais que ela possui, é dar novas possibilidades ao passado e reconstruí-lo. É também atuar no presente, transformá-lo, é uma arte da união do que já passou com o que é atual, do encontro com o comparecimento das ausências, com as distintas gerações, é o local que é possível se elaborar e transformar uma(s) realidade(s). Com isso, é apenas através do presente que se pode falar sobre o passado, e é implicado no hoje e enlaçado com o futuro que se faz jus ao passado - um passado sempre a se recriar no presente.

Considerações finais

A visita domiciliar é uma ferramenta de trabalho importante que possibilita o acesso ao usuário restrito ao domicílio e permite que o vínculo seja mantido e a assistência e cuidados em saúde sejam realizados. Assim, foi possível explanar o modo de funcionamento do apoio matricial feito pelo profissional psicólogo aos usuários da rede pela via da visita domiciliar. Através da utilização de tecnologias do cuidado e técnicas psicológicas, como o acolhimento, a escuta qualificada e promoção de saúde mental, foi possível que a idosa expressasse o seu sofrimento, que relatasse a sua vivência e experiências atuais, bem como enxertou esperança, evocou boas memórias do passado e a fez refletir sobre como agir perante a dor, de modo a ver que há um caminho possível a percorrer mesmo diante do sofrimento enfrentado.

Referências

- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família** – Brasília, 2010. 152 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Caderno de Atenção Básica, n. 27.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde** – Brasília: 2. ed. Editora do Ministério da Saúde, 2010. 44 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Autoavaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica** – Amaq. 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 180 p.
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(2):399-407, fev, 2007.
- CHIAVERINI, Dulce Helena. et. al. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. 236 p.
- COCENTINO, Jamille Mamed Bomfim; VIANA, Terezinha de Camargo. A Velhice e a Morte: reflexões sobre o processo de luto. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 2011; 14(3):591-600.
- CORREA, Mariele Rodrigues e JUSTO, José Sterza; Memória e experiência narrativa com idosos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 249-256, dez. 2010.
- MELO, Daniela C. Rufatto de. Luto na terceira idade: como podemos dialogar sobre a morte para melhor elaboração do luto. **Psicologia Viva**. 25 de maio de 2020.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

A LGPD E A SUA INFLUÊNCIA NOS APLICATIVOS DE DELIVERY

LELIS, Anderson José¹; OLIVEIRA, Gabriel Benito Teixeira de¹; ANDRADE, Hemyli Oliveira¹; AZEVEDO, Raphael Alves¹; GOMES, Maria Tereza Santos; SOUSA, Marconi Pereira¹;

MARQUES, Luciana Gomes²

¹Discentes das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: O Brasil se encontra entre os países que mais fazem uso de apps no dia a dia, tendo destaque os aplicativos de delivery, que fazem parte do uso diário de mais de 17,3 milhões de brasileiros. **Objetivo(s):** Desse modo, objetiva analisar a luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) os aplicativos de Delivery, buscando assim um maior entendimento a cerca da participação desses apps na vida dos Brasileiros e elucidar o tema, a importância das leis que regulam o ambiente virtual, garantindo uma maior segurança para os usuários. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa com análise de informações obtidas de livros e pesquisas em formato eletrônico. **Resultados:** Evidencia que os aplicativos de delivery buscam gerar maior conforto na vida das pessoas, como conseguir pedir comida em casa sem a necessidade de ligações, com maior segurança no pagamento, maior poder de escolha, e a capacidade de filtrar quais são as melhores alternativas, otimizando todo o processo. Portanto, nota-se a importância de haver a LGPD, visando manter uma segurança maior na proteção de dados no ambiente cibernético. **Conclusões:** Conclui-se a importância da Lei Geral de Proteção de Dados nos aplicativos de Delivery reiterando que a proteção é para a relação de confiança estabelecida entre o titular dos dados e a pessoa que os recebe e é imprescindível realizar um mapeamento de dados e definir a matriz de riscos para poder criar medidas para evitar que incidentes digitais aconteça e ter um protocolo de medidas caso aconteça. Prevenir é a melhor solução, só tendo protocolos já prontos para um eventual imprevisto a solução será efetivamente ágil e assertiva.

Palavras-chave: LGPD. Proteção de dados. Apps. Delivery. Leis.

Referências:

BRASIL. Lei nº 12.965. Brasília, DF, 2014. Disponível em: < <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/lei-geral-de-protecao-de-dados-pessoais-lgpd> > . Acesso em: 30 de março de 2021.

BOAVENTURA, Daniel. 5 Falhas De Gestão De Dados Pessoais Que Não Podem Mais Acontecer Com A LGPD. 21 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.datagoal.com.br/5-falhas-de-gestao-de-dados-pessoais-que-nao-podem-mais-acontecer-com-a-lgpd/>> . Acesso em: 30 de março de 2021

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei nº 13.709. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm> . Acesso em: 30 de março de 2021.

O USO DO PORTIFÓLIO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO SERVIÇO DE FISIOTERAPIA NA CLÍNICA-ESCOLA DA UNIFIPMOC

Maria Eduarda Nunes Mendes ¹; Maria Clara Henriques e Silva ¹; Elisa Maia Velloso Caldeira ²;

¹ Acadêmicas do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

INTRODUÇÃO

A aprendizagem significativa refere que uma nova informação se relaciona com os conhecimentos preexistentes, perpassando pela reorganização do saber e novas potencialidades. A utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) está presente no ensino superior, e as informações estão acessíveis para os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem - os alunos e os professores, tornando-se necessário que seja envolvente e dinâmico. Nesse sentido, a utilização do e-portfólio surge como alternativa pedagógica para proporcionar o engajamento e envolvimento, bem como uma interessante ferramenta para o ensino remoto. Sendo assim, o presente relato de experiência refere-se à utilização do e-portfólio em dois momentos do processo de ensino-aprendizagem, o primeiro durante a natureza teórica da disciplina de fisioterapia dermatofuncional do curso de fisioterapia das UNIFIPMoc e, no segundo momento, da utilização deste mesmo e-portfólio na prática dos alunos na clínica-escola do referido curso. Desta maneira, pode-se entender a relevância do uso do e-portfólio no ambiente pedagógico, bem como suas contribuições e obstáculos enfrentados.

MATERIAIS E MÉTODOS

O relato de experiência é uma ferramenta da pesquisa descritiva que apresenta uma reflexão sobre uma ação ou um conjunto de ações que abordam uma situação vivenciada no âmbito profissional de interesse da comunidade científica. Sendo assim, esta pesquisa consistiu em um relato de experiência que descreve os aspectos vivenciados pelas autoras, acadêmicas do 9º período do curso de fisioterapia, na oportunidade da inserção do e-portfólio na prática da clínica-escola das UNIFIPMoc no estágio curricular na área da fisioterapia dermatofuncional, no período de abril a maio de 2021. Desta maneira, este estudo consiste na descrição tanto da utilização do e-portfólio durante os atendimentos na prática na clínica-escola; como a exposição da elaboração do e-portfólio realizado pelas próprias alunas durante a disciplina teórica de fisioterapia dermatofuncional, realizado durante o 5º período do mesmo curso.

DESENVOLVIMENTO

A utilização de portfólios no ensino superior, tem com objetivo de promover uma aprendizagem crítica, contextualizada e potencializadora de autonomia, onde a inquietação e a curiosidade são o caminho da formação em métodos ativos de aprendizagem. Orlandi *et al.* (2018) refere que é urgente a que sejam adotadas novas estratégias que tragam inovação ao ensino aplicado nas Instituições de Ensino Superior, considerando os ambientes presenciais e virtuais de aprendizagem.

Nesse contexto, o portfólio é uma coleção das produções do aluno, organizadas e escolhidas pelo mesmo, as quais apresentam as evidências de sua aprendizagem, onde para Arter e Spandel (1992) essa coleção deve incluir a participação do aluno na seleção do conteúdo do portfólio, evidenciando sobretudo uma autorreflexão do aluno no seu processo de aprendizagem. Desta maneira, o portfólio foi elaborado na disciplina da fisioterapia dermatofuncional durante o conteúdo teórico, no 5º período do curso, onde os alunos foram construindo individualmente cada portfólio, abordando os assuntos que eles julgavam mais pertinentes, porém com o auxílio da professora, entendendo como uma mediadora desse instrumento.

Neste viés, a tecnologia digital vem sendo incorporada ao cotidiano e as mudanças tecnológicas passaram a ocorrer de maneira mais intensa (JESUS, 2019). Assim, o uso intensivo de tecnologias digitais propicia transformações sociais, econômicas e culturais em tempo real. As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), entendida como um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de maneira integrada, proporcionou a integração do ambiente virtual ao

da educação. Conrad e Openo (2019) referem que a mudança para a aprendizagem *online* na educação superior criou um ambiente fértil para a sinergia entre a autenticidade e avaliação, onde o uso de e-portfólios, que são portfólios não mais baseados em papel, mas criados *online* será uma forma de promover essa referida conciliação.

Assim, foi utilizada a plataforma gratuita *Padlet* para a elaboração do e-portfólio (Fig.1A e 1B), onde essa ferramenta online que permite criar murais ou quadros virtuais, dinâmicos e interativos, para registrar, compartilhar e organizar conteúdo multimídia (FILATRO, 2020).

Posteriormente, no estágio na clínica-escola, esse portfólio foi utilizado pelas alunas com o objetivo de ser uma ferramenta auxiliar nos atendimentos, uma vez que suas anotações realizadas no contexto teórico seriam pertinentes neste momento para a realização dos atendimentos dos pacientes (Fig.2A e 2B). Deste modo, as alunas levaram seus portfólios impresso para o estágio, onde faziam consultas e anotações que julgavam necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a pesquisa realizada, a utilização do e-portfólio permite aos alunos acumular, construir e refletir sobre suas experiências de aprendizagem, fazendo observações e conexões entre essas experiências num determinado período. Esse entendimento, vem de encontro as observações encontradas pelas acadêmicas do presente estudo, onde relatam que o e-portfólio (*Padlet*) utilizado serviu como uma ferramenta relevante para o atendimento, sendo como um guia momento da atuação na prática da clínica-escola. A elaboração do e-portfólio também foi considerado como um importante recurso para fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o aluno pode lançar mão de imagens, *links* e o próprio conteúdo estudado para promover a aprendizagem significativa.

Nesse contexto de prática na clínica-escola de fisioterapia, as acadêmicas referem que a programação dos equipamentos utilizados poderia ter sido melhor elucidado por elas em seus e-portfólio. Porém, como a ferramenta fica disponível online, as acadêmicas podem alterar o conteúdo do seu e-portfólio, mostrando-se com uma flexibilidade para alterar, modificar e acrescentar conteúdos que se fizerem necessários. Conclui-se, desta maneira, que a construção do e-portfólio em seu momento teórico vem de encontro ao auxílio da prática pelos acadêmicos colaborando para a aprendizagem significativa e, consequentemente, na excelência do serviço prestado.

REFERÊNCIAS

- ARTER, J.A. e SPANDEL, V. **Using portfolios of student work in instruction and assessment**. Education measurement: Issues and practice, pp. 36-44, 1992.
- CONRAD, Dianne; OPENO, Jasson. **Estratégias de Avaliação para a Aprendizagem Online**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2019.
- FILATRO, Andrea; Loureiro, Ana Cláudia. **Novos produtos e serviços na Educação 5.0**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2020.
- JESUS, J. S. **Educação 4.0: uma proposta de aprendizagem para o futuro**. Congresso Internacional de Educação e Geotecnologias, 2019. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Downloads/6815-Texto%20do%20artigo-17821-2-10-20190721.pdf>>. Acesso em: 26 de setembro de 2020.
- ORLANDI, T. R.C; DUQUE, C.G.; MORI, A.M.; ORLANDI, M.T. A.L. **Gamificação: uma nova abordagem multimodal para a educação**. Bblios N° 70, 2018. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Desktop/Mestrado%20Educa%C3%A7%C3%A3o/Gamifica%C3%A7%C3%A3o%20nova%20modalidade%20multimodal.pdf>>. Acesso em: 26 de setembro de 2020.

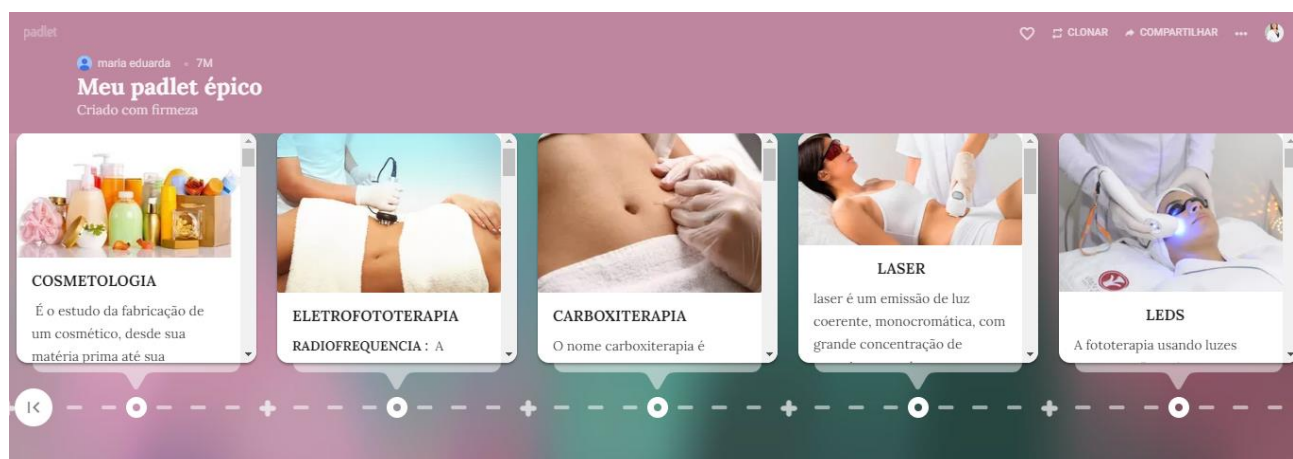


Figura 1 A – E-portfólio elaborado pela autora na plataforma Padlet.

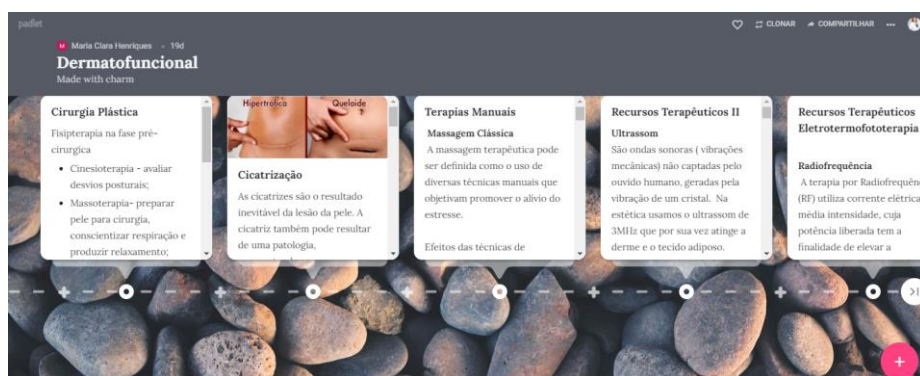


Figura 1 B – E-portfólio elaborado pela autora na plataforma Padlet.



Figura 2 A – Uso do e-portfólio na prática clínica.



Figura 2 B – Uso do e-portfólio na prática clínica.

VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA NOS IDOSOS DE IPATINGA-MG ENTRE 2013 E 2018

Analina Furtado Valadão ¹; Éder Samuel Bonfim Esteves Oliveira¹

¹ Professor do curso de medicina da instituição UNIVAÇO

RESUMO: a influenza é uma patologia viral aguda do trato respiratório, com alta taxa de transmissibilidade. O vírus possui elevada variabilidade genética e capacidade de mutação, o que justifica as epidemias anuais recorrentes e o acometimento de quase todas as faixas etárias, em um curto espaço de tempo. A vacina contra a Influenza constitui a melhor estratégia de prevenção disponível. No entanto, a cobertura é ainda insatisfatória, em especial pela população idosa. Tornam-se fundamentais, portanto, a realização de estudos e a análise de dados sobre a cobertura vacinal desse grupo. Objetivo: identificar e descrever as características da cobertura vacinal contra influenza na população idosa da cidade de Ipatinga – Minas Gerais. Método: pesquisa descritiva com delineamento transversal, utilizando dados de 38.373 prontuários de idosos cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde do município de Ipatinga – MG, fornecidos pela Secretaria Municipal da Saúde, entre o período de 2013 a 2018. Resultados: no período analisado, a cobertura vacinal em Ipatinga – MG não atingiu a meta do Ministério da Saúde, alcançando frequência média entre os idosos, no período compreendido entre 2013 e 2018, de 63,1%. Quanto maior a idade, melhor o percentual de cobertura; já a faixa etária compreendida entre 60 e 70 anos, com maior representatividade populacional entre os idosos (o que corresponde a 65,7%), foi a que apresentou menor cobertura vacinal, com margem de 57,9%. A análise anual revelou queda vertiginosa na cobertura da vacina, que alcançou 78% em 2013, caindo para 50% em 2018. Das 21 Unidades Básicas de Saúde do município, 12 apresentaram variação com pouca significância no período e nove delas apresentaram queda significativa na cobertura. Conclusão: há, segundo o estudo, evidente queda do alcance das campanhas de vacinação, mais especificamente do grupo populacional idoso que, pela pesquisa, mostra baixa cobertura, que diminui ao longo dos anos. Indica-se, assim, a importância de aprofundar os estudos e reorganizar o programa e as políticas de vacinação, de forma a fomentar a capacidade dos profissionais em relação a educação para a promoção da saúde e melhoria da comunicação e o acesso à saúde, estimulando, por conseguinte, os idosos a aderirem às campanhas de vacinação.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº/2019. CAAE: 26504419.6.0000.5095

Modalidade de Iniciação Científica na UNIVAÇO

**ESTÁGIO NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA (NPJ) DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO UNIFIPMOC NO PERÍODO PANDÊMICO SOB A ÓTICA
DO ACADÊMICO (A) DO PROJETO INOVADOR - “NPJ JÚNIOR” 1º AO 6º
PERÍODO.**

SOARES, Sara Ludmila Silva¹
SANTOS, André Luiz Antunes dos²

¹Discente do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

²**Orientador do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário UNIFIPMoc.**

Introdução: Em decorrência da crise sanitária ocasionada pela Covid-19, houve a necessidade da modificação do estágio presencial, ocorrido no Núcleo de Prática Jurídica em Montes Claros(NPJ), para a transmissão remota, das atividades e práticas necessárias ao exercício profissional. O NPJ possibilita aos discentes do curso de Direito da UNIFIPMoc o desenvolvimento de capacidades,que transcendem o ensino teórico ministrado nas aulas e oferta atividades práticas, através da assistência jurídica gratuita à comunidade carente do Município de Montes Claros-MG.Contudo,ante a resignificação do ensino e aprendizado de orientandos e orientadores, algumas dificuldades puderam ser percebidas diante da adaptabilidade das práticas pedagógicas. **Objetivo:** O presente trabalho propôs-se a abordar a experiências dos discentes no NPJ, considerando o período de fevereiro a junho de 2021.**Método:**Para alcançar o objetivo empregou-se procedimento qualitativo, exploratório e método dedutivo.**Resultados:** A Portaria nº 544 do Ministério da Educação(MEC), de 16 de junho de 2020 que revogou as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020, autorizou a utilização de recursos digitais para a execução das atividades letivas. A princípio, as atividades no NPJ foram realizadas de forma híbrida e remota através do aplicativo Google Meet e, posteriormente, foi viabilizado o retorno aos atendimentos com os equipamentos de segurança recomendados pelas autoridades de saúde, considerando as peculiaridades do período excepcional.À vista disso, imensas dificuldades de adaptação foram vivenciadas pelos discentes, tendo em vista a ausência do contato direto com a comunidade e orientador. Desse modo, apesar da interação pelo aplicativo, com atividades síncronas, a dimensão do ensino foi exígua, em comparação com períodos anteriores à pandemia. Apesar disso, há que se ressaltar alguns benefícios da implementação do ensino remoto, na qual possibilitou alguns aprendizados, tais como:o acompanhamento processual, audiências efetivadas pelos professores orientadores, orientações jurídicas, preenchimento da triagem, reunião de documentos e digitalização, elaboração da petição inicial,cadastramento e distribuição de ações no Processo Judicial Eletrônico(PJe) que foram de suma importância para o desenvolvimento dos discentes. Com a alternância do estágio de forma presencial e remota, foi possível complementar o ensino ministrado remotamente,com a prática dos serviços jurídicos no Núcleo, com a devida organização, e dessa forma, viabilizando o efetivo acesso à justiça à comunidade.**Conclusão:** Destarte, é notório que as atividades realizadas no Núcleo de Prática Jurídica ensinam o aperfeiçoamento pessoal e profissional dos acadêmicos do curso de Direito da UNIFIPMoc,e,em que pese o atual quadro pandêmico, que trouxe à tona desafios de adaptação dos orientandos e orientadores, a construção do conhecimento pôde ser articulada e registrada pelos discentes.

Palavras-chave: Estágio. NPJ. Pandemia.

OFICINAS GRUPAIS COM PACIENTES ONCOLÓGICOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

BRITO, João Alves¹, MENEZES, Laíssa Lopes¹, SOARES, Rodrigo Gonçalves¹

Juliany Nunes Veloso Dias²

Acadêmicos do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc¹

Psicóloga/Orientadora de estágios da instituição UNIFIPMoc²

INTRODUÇÃO

Este trabalho relata as experiências vivenciadas por acadêmicos do curso de Psicologia na Casa de Apoio Santa Bernadete, sendo esta uma entidade filantrópica que acolhe jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social com diagnóstico de câncer e em tratamento ambulatorial de radioterapia e/ou quimioterapia. A casa oferece assistência para o norte de Minas Gerais e o sul da Bahia, viabilizando o tratamento para sujeitos que buscam melhor atendimento em saúde e cura na cidade de Montes Claros. Tais encontros foram realizados uma vez por semana e tinham como metodologia a

realização de dinâmicas em grupo com temas reflexivos, visando criar um espaço de expressão, acolhimento e reflexão. Os temas escolhidos para o trabalho contemplam aspectos apontados pela literatura como pertinentes à situação vivenciada, tais como: adesão ao tratamento, autoconhecimento, troca de experiências, ressignificação do adoecimento, flexibilidade, morte, espiritualidade, entre outros. A psicologia vem contribuir nesse contexto em dar a assistência ao paciente visando integrar as várias dimensões do ser, onde também inclui o aspecto espiritual, demonstrado por Fornazi & Ferreira (2010) como uma fonte de conforto, fé e suporte para o enfrentamento da doença tornando um fator de contribuição na adesão ao tratamento (*apud* FERREIRA, LOPES e MELO 2011).

Tais atividades objetivaram proporcionar uma escuta ativa dos pacientes, reflexões perante a vida, acolhimento, fortalecimento de vínculos entre o grupo, expressão das emoções e sentimento, motivação aos usuários em tratamento e seus acompanhantes e a autonomia dos sujeitos em seu processo de tratamento e cura do câncer.

MATERIAL E MÉTODOS

Este resumo apresenta caráter qualitativo, o que, segundo Minayo (2002), se refere à pesquisa que se destina a explorar um espaço mais profundo das relações e dos fenômenos que não se reduzem a instrumentalização de variáveis quantitativas, ela trabalha com uma vasta gama de significados, motivações, crenças, valores e atitudes.

Sendo assim, o estágio em cuidados em saúde do curso de psicologia do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc, aconteceu de forma extraordinária - devido a nova logística imposta pela pandemia - no primeiro semestre do corrente ano. Foram desenvolvidas na Casa de Apoio Santa Bernadete em Montes Claros - Minas Gerais, que possui 17 leitos, 40 voluntários, 12 funcionários, 02 prestadores de serviço, 500 atendimentos por ano e 81 municípios norte mineiros assistidos. As práticas ocorreram uma vez por semana, com supervisão e orientações ministradas via Google Meet. O grupo era formado por três acadêmicos, sob condução da supervisora Juliany Nunes. O estágio foi realizado através de dinâmicas reflexivas em grupo, utilizando recursos como: cartolina, pincéis, tecnologias audiovisuais, fotografias, músicas e rodas de conversa e folha A4.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente, o convívio com o câncer é algo comum no seio de diversas famílias, uma vez considerada a segunda doença que mais causa mortes no Brasil. Com isso, surge a demanda da reorganização social, sobretudo no que diz respeito ao apoio aos familiares, pessoas que vivem diretamente com a doença e que não possuem condições sócio-econômicas de amparar a nova dinâmica imposta ao paciente (FERREIRA *et al.*, 2015). Dentro das possibilidades de amparo para os pacientes em tratamento, a casa de apoio é percebida como um local acolhedor, ao qual pretende-se proporcionar um espaço semelhante ao lar dos usuários, resguardando-os para que não precisem retornar para suas casas durante a semana de tratamento oncológico. (DOSSENA; PEREZ, 2017).

As dinâmicas propostas nos estágios com os pacientes trouxeram a elucidação de aspectos importantes que perpassam a doença, como a adesão ao tratamento, que se configura pelo grau de concordância e comprometimento às orientações do profissional de saúde (SOUZA *et al.*, 2013). Podemos ver tal aspecto quando os estagiários levaram músicas com a dinâmica “Músicas para refletir” e propuseram aos participantes que escutassem e comentassem quais foram as partes que mais lhe interessaram e remeteram à lembranças. Após tocar a canção “Enquanto houver sol - Titãs”, um paciente disse que o fez recordar de um senhor que estava em tratamento na casa de apoio e aparentava estar angustiado e sem esperanças. Relatou que o questionou sobre permanecer sempre deitado e a resposta foi que estava muito mal devido ao tratamento e perante o diagnóstico, o devolveu a resposta com a pergunta “você também ficou mal com seu tratamento?” e ele respondeu que havia estado em um quadro muito pior que o dele. Para além do diagnóstico correto, a adesão ao tratamento é de suma importância aos pacientes oncológicos, principalmente deprimidos, em razão de tal condição que resulta em comprometimento físico e emocional, com a diminuição da prática do autocuidado, levando a piora do quadro prognóstico. (SOUZA *et al.*, 2013).

O paciente expôs que buscou encorajar o companheiro de quarto até retomar suas esperanças, conclui “hoje em dia esse amigo está recuperado em casa e me liga sempre para dizer que é agradecido pelo que fiz por ele”. Como cita Frizzo (2020) um vínculo de valor é aquele em que você se sente seguro e pode ser você mesmo, com todos os seus medos e fraquezas. Por isso toda a rede de apoio que é revelada e sólida, a partir da notícia do câncer, importa. Esta rede compõe-se daqueles que amam e acolhem. São pessoas em que o paciente pode apoiar-se e que contribuem para a adesão ao tratamento, podendo vir de qualquer pessoa que participa e favorece a expressão emocional e confiança para tráfegar firme no andamento das dificuldades do diagnóstico e em direção à cura. Para Leonidas (2012 *apud* FRIZZO, 2020) existem dois tipos de rede, a rede social e o apoio social, o primeiro refere-se à dimensão estrutural, como família, vizinhos, amigos, organizações religiosas, sistema de saúde. Já o apoio social são os vínculos afetivos próximos, que

corresponde com o caso de Pedro para seu amigo. São apoios oferecidos pela teia, que podem gerar efeitos físicos, emocionais e comportamentais para o sujeito, tornando-se então uma relação de troca e de comprometimento entre quem fornece o apoio e quem o recebe. (LEONIDAS, 2012 *apud* FRIZZO, 2020).

No decorrer da dinâmica "Reconhecendo minhas qualidades", em que os participantes escolhiam uma qualidade para se definir e justificar-se o porquê de elegê-la para o caracterizar, um participante se descreveu como "alegre", explica-se dizendo "eu gosto de levar alegria para as pessoas, não gosto de ver ninguém triste", expôs que busca se comunicar com todos da casa e que possui a característica de levar alegria entretendo as pessoas, procura ser proativo, já que ele não vê motivos para permanecer desanimado, mesmo com as dificuldades da vivência com o câncer, busca a fé e segue a vida com confiança na crença. Segundo Lorencetti e Simonetti (2005) por uma das estratégias de enfrentamento diante da doença e do tratamento é a espiritualidade, os pacientes criam meios para amenizar o sofrimento e lidar com a situação em que se está diante (*apud* SILVA; AQUINO; SANTOS, 2008). Pode-se considerar que a religiosidade é usada, de acordo com Linard *et al.* (2002) como suporte para a convivência com a doença, podendo representar amparo e conforto para muitas pessoas durante um período de angústia e fragilidade, possibilitando uma maior estabilidade perante os obstáculos que a doença apresenta. (*apud* SILVA; AQUINO; SANTOS, 2008).

De acordo com Moreira-Almeida, Lotufo-Neto e Koenig (2006) a religiosidade tem sido cada vez mais investigada na ligação à saúde dos pacientes, já que as evidências têm apontado para uma relação frequentemente positiva entre a espiritualidade e a saúde mental (*apud* FORNAZARI e FERREIRA, 2010). Pôde-se perceber que a religiosidade para os pacientes na Casa de Apoio Santa Bernadete tem importância, ao final da prática pediram para que fosse feita uma oração. A maioria do grupo revela na fala a sua crença individual. Conforme Fornazari e Ferreira (2010) a religiosidade tem apresentado contribuição à adesão ao tratamento, no enfrentamento das adversidades, na diminuição do estresse e ansiedade, e na busca de significado e reflexão voltada para a situação. Respeitar a crença do sujeito e considerá-la contribui para um melhor vínculo entre equipe profissional-paciente.

No decurso da dinâmica "flexibilizações da vida" o outro paciente relatou que no presente momento estava acompanhando seu amigo no tratamento do câncer, já que havia experiência devido ao seu pai apresentar um caso de câncer avançado em 2013, vindo a falecer na mesma casa de apoio em que se encontrara. Ele narra tal história expondo que a doença é traiçoeira e está acometendo muitas pessoas atualmente, o acompanhante prossegue o discurso dizendo que seu pai veio a óbito devido à resistência ao tratamento precoce, e conclui "as mulheres aderem melhor ao tratamento das doenças, talvez por isso vivam mais". Conforme Toneli e Muller (2011) em uma sociedade marcada pelas discriminações e desigualdades de gênero, como a brasileira, o exercício do cuidado ainda encontra-se fortemente associado à figura das mulheres. Por outro lado, os homens ainda apresentam a valorização do risco, o perigo e a força física, passando a ser representados como sujeitos de um não-cuidado (*apud* MARTINS *et al.*, 2013).

Para Oliveira (2004) apesar das constantes renovações no contexto atual de igualdade de gênero, os homens ainda possuem tendência a provar a sua hombridade e virilidade socialmente, afastando-os assim do que é considerado pertencente ao âmbito feminino, como por exemplo, o cuidado à saúde (*apud* MARTINS *et al.*, 2013). Por conseguinte, torna-se necessário discutir sobre o tema da saúde masculina nos serviços de oncologia, no qual há possibilidade de serem realizadas reflexões críticas sobre o investimento em serviços que ofereçam e favoreçam a promoção da saúde masculina e o reconhecimento das fragilidades sob o olhar de cuidado para essa demanda.

Para além das dinâmicas, os acadêmicos proporcionaram um momento musical com saxofone no início de cada prática, com o objetivo de proporcionar uma melhor possibilidade de vínculo com os pacientes, e também anunciar a chegada na Casa de Apoio, chamando a atenção dos pacientes para as atividades que ali seriam realizadas. Segundo Silva, Baran e Mercês (2016), o uso da música tem significância quando utilizada de forma terapêutica com a finalidade de diminuir os níveis de estresse, ansiedade e desconfortos, principalmente em ambientes com pacientes em tratamento à saúde, por fatores extenuantes gerados e vivenciados nessas condições. A aplicação da música como estratégia de cuidado e recurso terapêutico proporciona estímulos cognitivos, auxiliando pacientes no enfrentamento e no processo curativo. A música em suas expressões facilita os momentos de relaxamento e alegria, amenizando a dor e sofrimento do sujeito em tratamento. (SILVA; BARAN; MERCÊS, 2016).

CONCLUSÃO

Em suma, podemos compreender a necessidade de ações e atividades voltadas para os sujeitos em tratamento com o câncer nas casas de apoio como a Santa Bernadete. Entende-se que o câncer é estigmatizado (morte), causando

sofrimentos psíquicos e limitações que agravam o quadro do paciente em consequência do seu estado emocional. Portanto, foi possível explicar e verificar o exercício da prática profissional da Psicologia dentro desse espaço, que possibilitou a percepção da necessidade de atuação em proporcionar a escuta ativa com dinâmicas, o acolhimento, a elaboração de reflexões para as experiências diante da vida, contemplar as vivências para além da perspectiva da doença e a relevância em evidenciar autonomia e possibilidades dos sujeitos em tratamentos oncológicos.

REFERÊNCIAS

- DOSSENA, D.T; PEREZ, K. V. **Importância da Casa de Acolhida para pessoas com diagnóstico de câncer**. 2017.
- MARTINS, A. M.; GAZZINELLI, A. P.; ALMEIDA, S. S. L.; MODENA, C. M. **A assistência psicológica aos homens com câncer: reflexões na perspectiva de gênero**. Rio de Janeiro. Rev. SBPH. Vol.16 no.1. 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- FERREIRA, A; LOPES, L; MELO, M. **O papel do psicólogo na equipe de cuidados paliativos junto ao paciente com câncer**. Rev. SBPH vol.14 no.2, Rio de Janeiro-Jul/Dez - 2011.
- FERREIRA, P. C.; WAKIUCHI, J.; ANTONIASSE, V. D.; SALES, C. A. **Sentimentos existenciais expressos por usuários da casa de apoio para pessoas com câncer**. Rev. de Enfermagem. Universidade Estadual de Maringá. Maringá - PR. 2015.
- FORNAZARI, S. A; FERREIRA, R. E. R. **Religiosidade/Espiritualidade em Pacientes Oncológicos: Qualidade de Vida e Saúde**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2010, vol.26, n.2, p. 265-272.
- FRIZZO, Natalia Schopf. **A influência da rede de apoio no enfrentamento do câncer**. Oncotratat:Psicologia. 2020.
- SILVA, L. A. G. P.; BARAN, Fátima Denise Padilha; MERCÊS, Nen Nalú Alves das. **A música no cuidado às crianças e adolescentes com câncer: Revisão integrativa**. Contexto Enferm, 2016.
- SILVA, S. S.; AQUINO, T. A. A.; SANTOS, R. M. **O paciente com câncer: cognições e emoções a partir do diagnóstico**. Rev. bras.ter. cogn. 2008, vol.4, n.2, p. 73-89.
- SOUZA, B. F et al. **Pacientes em uso de quimioterápicos: depressão e adesão ao tratamento**. Rev. esc. enferm. USP 47 (1).São Paulo. Fev 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342013000100008>

A UTILIZAÇÃO DA OZONIOTERAPIA PARA PACIENTES COM EFLÚVIO TELÓGENO APÓS O COVID-19

Gabriela Pereira Leite ¹; Hillary Isa Pereira Prates ¹; Elisa Maia Velloso Caldeira ²

¹ Acadêmicas do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

² Professora do curso de Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: O cabelo é um atributo físico que mais influência na autoestima dos indivíduos de diversas faixas etárias e, consequentemente, a queda dessa estrutura pode atingir a sua qualidade de vida. Neste contexto, o Eflúvio Telógeno é estabelecido pela perda dos fios de cabelo provocados por vários fatores endógenos e exógenos, como o puerpério, desnutrição proteica, uso de medicamentos, estresse prolongados e, atualmente, a Covid-19 é um forte concorrente a entrar nesta lista. Pesquisas apontam que cerca de 1/3 dos indivíduos que receberam o diagnóstico positivo para a Covid-19, queixaram-se de queda de cabelo. Diante disso, a Fisioterapia Dermatofuncional lança mão de vários recursos terapêuticos para combater a queda de cabelo, dentre esses destaca-se a ozonioterapia muito utilizada no cenário atual. O

presente resumo literário, tem o objetivo de propor através da ozonioterapia capilar um tratamento para indivíduos que enfrentam a queda de cabelo como resultado do pós- Covid-19. Ao longo dos tempos, a busca de novos recursos terapêuticos visando a promoção e melhora da saúde tem se tornado uma constante nas diversas áreas da saúde. Neste contexto, a ozonioterapia é uma técnica que utiliza o ozônio como agente terapêutico para diversas doenças e a aplicação médica é uma mistura de no máximo 5% de ozônio e 95% de oxigênio, oferecendo propriedades analgésicas, anti-inflamatórias, antissépticas e angiogênicas, melhorando a oxigenação e circulação sanguínea dos tecidos, concedendo um fortalecimento do sistema imunológico trazendo inúmeros benefícios. Estudos apontam que a queda de cabelo pós-Covid-19 pode estar relacionada aos picos febris e ao estresse físico sofrido pelo paciente, sendo que essa condição pode ainda ser associada a outros fatores agressores como os maus hábitos de higienização capilar. Para o tratamento utilizando-se a ozonioterapia pode ser realizada através da aplicação por meio tópico, vapor de ozônio diretamente aplicado nos fios ou sob forma de bag (sacola). Sua ação é na superfície do couro cabeludo, auxiliando a circulação sanguínea, oferecendo um aumento do volume capilar, estimulando o crescimento dos fios, nutrido e reconstruindo o couro cabeludo e fios, entre outros. É possível concluir, que as queixas de queda capilar pós-Covid podem ser minimizadas com o uso da ozonioterapia capilar, visto que pode melhorar o aspecto do couro cabeludo, fortalecendo e nutrido os fios, além de ajudar na autoestima.

PALAVRAS-CHAVE: Ozonioterapia. Eflúvio Telógeno. Covid-19.

REFERÊNCIAS:

- ROCHA, Cristiane Farias. **A importância das terapias capilares nos centros de embelezamento e estética com ênfase no tratamento de óleos essenciais com vapor de ozônio.** 2017. 14 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação em Tricologia) - Faculdade Faserra, [S. l.], 2017.
- IZUMI, Marcella de Oliveira; BRANDÃO, Byron José Figueiredo. Tratamento do Eflúvio Telógeno Pós-Covid 19. **BWS Journal**, [s. l.], v. 4, p. 1-8, 13 maio 2021.
- PIEREZAN, Allana Camargo *et al.* **Consequências do novo Coronavírus: Queda capilar, Um efeito secundário do Covid-19?** XXV Seminário Interinstitucional de Ensino, Pesquisa e Extensão, [s. l.], 24 nov. 2020.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

DEPENDÊNCIA MEDICAMENTOSA EM CASOS DE CEFALEIA E SEUS PREDISPONENTES BIOPSISSOCIAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

BOTELHO, Ana Caroline Rodrigues¹; LOPES, Larissa Cateriny¹; MENEZES, Livia Matos de¹; SANTOS, Pedro Henrique Silva¹; MENEZES, Samara Emanuelle Vieira de¹; SILVA, Sandoval Gabriel Reis¹; AMORIM, Josiane Santos².

1 Acadêmicos do curso de Medicina da Faculdades Integradas Padrão Guanambi.

2 Professora do curso de Medicina da Faculdades Integradas Padrão Guanambi.

RESUMO: Quadros de cefaleia podem impactar na qualidade de vida do indivíduo, principalmente aqueles que seguem rotinas diárias intensas de trabalho. Com isso, acabam se automedicando, o que leva à piora do quadro clínico devido ao excesso de medicação sem acompanhamento médico. Tal prática, em se tratando de analgésicos não prescritos, quando contínua, desenvolve ciclo vicioso, favorecendo o retorno da dor após o efeito medicamentoso, resultando no frequente uso da substância. Tendo em vista o preocupante número de pessoas que se enquadram nessa situação, a pesquisa teve como objetivo fazer uma revisão de literatura a fim de relacionar a dependência analgésica e suas complicações em quadros de cefaleia com predisposição aos fatores biopsicossociais. O método utilizado foi uma pesquisa qualitativa,

tendo como banco de dados on-line: *Google acadêmico* e *PubMed*, priorizando as publicações entre os anos de 2011 e 2021 e excluindo todos os artigos cujos títulos e resumos não se enquadravam dentro do tema na leitura inicial. Utilizou-se as palavras-chave: “cefaleia”; “analgésicos” e “dependência”. A cefaleia tensional e enxaqueca estão entre as principais razões para o exercício da automedicação, a qual se associa com práticas culturais, de herança familiar; aspectos psicoemocionais ligados à pressão social, principalmente entre acadêmicos e profissionais da saúde, e fatores genéticos ligados à polimorfismos enzimáticos. Portanto, é fundamental que os profissionais da saúde, como médicos e farmacêuticos, alertem a população sobre os riscos desse ato e suas consequências para a qualidade de vida.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar das FIPGBI

RELATO DE EXPERIÊNCIA ESTÁGIO BÁSICO I: A ESCUTA DO IDOSO

Introdução

Até meados do século XX, a visão acerca das últimas fases da vida humana era reducionista e enxergava esse período da vida como, puramente, de prejuízos e declínios inevitáveis, o que contribuiu para uma homogeneização dessa parte da população (RIBEIRO, 2015). No entanto, apesar da complexidade que envolve essa fase da vida, é importante destacar o conceito de envelhecimento ativo, definido como o processo de otimização das oportunidades de saúde, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas (WHO, 2005 *apud* RIBEIRO, 2015).

Como determinantes para esse processo de envelhecimento ativo estão: a cultura, o gênero, hábitos de vida saudáveis, o apoio social, a educação e fatores econômicos e de trabalho, além da promoção da saúde física e mental (RIBEIRO, 2015). Por outro lado, essa busca de superação de uma posição de passividade e incapacidade é um caminho percorrido pelo idoso mas nem sempre facilitado. As construções sociais estigmatizam e limitam esse ser independente. Mas, essa superação faz-se necessária e proporciona uma importante melhoria para a vida na terceira idade.

Neste sentido, vale ressaltar a importância do psicólogo para a promoção da saúde mental dos idosos. No trabalho desse profissional com os idosos é fundamental uma escuta atenta, estando presente, no sentido de estar inteiramente disponível para o outro naquele momento, podendo ouvir sem a interferência de questões pessoais. Ou seja, para estar presente e poder ouvir o outro, o psicólogo deve ser capaz de isolar outras preocupações e, momentaneamente, focalizar sua atenção no paciente/cliente (ALMEIDA, 2004).

Segundo Lima (2005 *apud* DOURADO et. al., 2016), o escutar, ao contrário do ouvir, não se baseia apenas na coleta de sons que chegam aos ouvidos. O escutar perpassa por uma abertura e envolvimento com o outro que fala, ou melhor, diz. Neste caso, ouvir realmente o sujeito é ouvir o que ele diz e quis dizer e não apenas o que ele fala. Segundo Amatuozzi (2008), se o aparelho auditivo estiver em ordem, qualquer pessoa pode ouvir, mas não escutar, ou não ouvir realmente, pois para ouvir realmente é preciso atravessar os sons e ir até o significado que emerge do conteúdo da pessoa que fala.

Contudo, a partir das competências acima abordadas e levando em consideração o momento de pandemia de COVID 19 que acomete o mundo atual, o psicólogo deve estar ciente da importância do seu trabalho na promoção da saúde mental dos idosos e, ao levar em consideração as vulnerabilidades dessa etapa

da vida, deverá atuar com sensibilidade exercendo a escuta de forma atenta. Visto que, muitas vezes essa escuta diferenciada, por si só, já é considerada um elemento terapêutico (CORDIOLI, 1993 *apud* ALMEIDA, 2004). Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência da escuta do idoso do Estágio Básico I, do terceiro período do curso de Psicologia.

Material e Métodos

O Estágio Básico I se desenvolveu através de discussões a partir de textos norteadores, das supervisões, discussões teóricas e técnicas que muito contribuíram para que os alunos realizassem reflexões a respeito do processo de escuta. Após isso, as entrevistas realizadas em duplas tinham sua condução discutida em aula o que permitiu grande aprendizado. Quanto a entrevista realizada pelas autoras, devido a impossibilidade de atendimento presencial, a plataforma digital Google Meet foi utilizada. A entrevistada, por sua vez, recebeu auxílio de terceiros. A entrevista foi iniciada com o consentimento da entrevistada para gravação da entrevista.

Trata-se de um estudo qualitativo, sendo utilizada como técnica uma entrevista aberta que permitiu abertura com o propósito de que, conforme Merton (1967, *apud* FONTANELLA, CAMPOS e TURATO, 2006), os entrevistados digam sobre os significados que atribuem a suas experiências. Dessa forma, procurou-se abordar assuntos trazidos pela própria entrevistada como, a sua rotina diária, sua história de vida, como é estruturada a sua família e perdas de pessoas queridas. O encerramento se deu por volta de 50 minutos de conversa, após escutar dois incômodos principais, luto e separação, e também os assuntos diversos como vida social, espiritualidade, saúde e rotina na pandemia.

Desenvolvimento

Durante o percurso no Estágio Básico I, foi possível observar que em determinados momentos os idosos não consideravam o seu próprio valor, diminuindo-se, muitas vezes, através de falas que demonstravam autodesvalorização. Conforme dito pela idosa M de 75 anos: “... aposto que falei tudo errado”, “Eu não sou ninguém na vida não”, “Se valeu alguma coisa...”. Tal fato possibilita uma reflexão a respeito do processo de constituição da identidade dos idosos. Este processo pode ser entendido como uma construção da consciência de si, através das interações subjetivas, da linguagem e das experiências sociais e históricas de cada indivíduo (LANE, 2006).

Assim, a identidade está relacionada com um desenvolvimento ativo, afetivo e cognitivo de representação de si no ambiente em que está envolvido. Neste sentido, destaca-se que as construções sociais que acompanham o sujeito em seu processo de envelhecimento propõem, muitas vezes, a essa população a visão reducionista de que essa fase da vida possui apenas prejuízos e declínios físicos e mentais inevitáveis (RIBEIRO, 2015).

No que diz respeito a Pandemia de COVID 19, destaca-se que, as medidas de controle adotadas diante desse contexto afetam a população idosa em muitas dimensões das condições de vida e de saúde e, entre elas, de forma significativa, o componente de saúde mental (BARROS et al. 2020). Através da escuta, foi possível compreender que os idosos foram muito impactados, ocuparam-se de muitos afazeres domésticos e utilizaram as ligações por telefone como principal forma de comunicação com as pessoas com as quais não podiam se encontrar. Eliminaram de sua rotina viagens e visitas. Em casos específicos, perderam pessoas queridas.

Assim, o desenvolvimento das entrevistas proporcionou aos entrevistados expressar emoções relacionadas ao luto, perdas, separação e medo da morte. Diante disso, foi possível acolher esses sentimentos. Silêncios e dores foram escutados ali. Para Rogers (1983) citado por AmatuZZi (1990), o ouvir é contato, é enriquecimento de vida, é mais importante que apenas observar, é estar em relação. Ainda segundo estes autores, ouvir a pessoa é mais que ouvir suas palavras, e quando o profissional demonstra ouvir os significados

pessoais e íntimos, muitas coisas acontecem, há um olhar agradecido, ela se sente aliviada, quer falar mais sobre seu mundo, sente-se impelida a um novo sentido de liberdade.

Uma dificuldade encontrada durante a entrevista com a idosa diz respeito à forma de conduzir o momento do atendimento em que perguntas pessoais são feitas pela entrevistada para as entrevistadoras. Segundo Benjamin (1998), esse tipo de pergunta (invertida) deve ser ouvida com sensibilidade e com atenção respeitosa, e geralmente merecem uma reação pessoal por parte do entrevistador, embora nem sempre necessitem de uma resposta. Nessa entrevista, essas perguntas foram respondidas rapidamente e, logo em seguida, a entrevista seguiu para outros temas.

Outro tema bastante explorado, foi a espiritualidade, que se fez presente em vários momentos, ora para elencar os “propósitos divinos”, ora como recurso de esperança e conforto quando diz “eu me acalmo” se referindo a rezar. Esse momento também foi desafiador para as entrevistadoras, pois foi, também, um momento de perguntas investidas. Pode-se ressaltar algumas de suas falas: “Eu vivo mais eu acho que é por causa da fé.; “Isso aí é coisa de Deus, viu? Vocês podem ver na bíblia...” “Essa corona é coisa bíblica”; “Como vocês percebem isso?”

Segundo Benjamin (1998), embora, perguntas invertidas nem sempre necessitem de resposta, o entrevistador não deve temer expor os seus valores como também não deve temer se expor aos valores do entrevistado. Visto que, é assim que o entrevistado aprende a não recear expor seus valores ou expor-se aos valores do entrevistador, pois saberá que não está sendo ameaçado.

Considerações finais

Foi possível compreender que os idosos entrevistados foram muito impactados pela pandemia, mas, ocuparam-se de muitas atividades domésticas e utilizaram as ligações por telefone como principal forma de comunicação com as pessoas com as quais não podiam se encontrar. Intensificaram as ligações telefônicas em detrimento a viagens e visitas, as quais quer retomar após esse momento pandêmico, pois as considera um tipo de prazer.

Dessa forma, foi possível realizar escuta e o acolhimento pretendido, a entrevistada se sentiu acolhida e à vontade para expressar sentimentos, dúvidas, dores e a falar sobre si e seus relacionamentos como um todo. A representação social do idoso abrange valores como contribuição e ensinamentos através de experiências relatadas. Atividades e contatos sociais são recursos terapêuticos para eles, assim como os laços familiares, e, por isso, os idosos tanto os valorizam.

Referências

- ALMEIDA, Nemésio Vieira. A entrevista psicológica como um processo dinâmico e criativo. *Psic*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 34-39, jun. 2004.
- AMATUZZI, M. M. O que é ouvir. *Estudos de Psicologia*. v. 7, n. 2, p. 86-97. 1990.
- AMATUZZI, M. M. Por uma psicologia humana. São Paulo: Editora Alínea. 2008.
- BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [online]. v. 29, n. 4. 2020.
- DOURADO, Aíla; ALVES, Cristiane; LIMA, Virginia; MACEDO, Shirley. Experiências de Estudantes de Psicologia em Oficinas de Desenvolvimento da Escuta. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies* [online]. XXII(2): 209-218 2016.
- RIBEIRO, Pricila Cristina Correa. A psicologia frente aos desafios do envelhecimento populacional. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Juiz de fora, v. 8, n. spe, p. 269-283, 2015.
- LANE, Silva S. T. M. (1981). *O Que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE COLO DE ÚTERO: REVISÃO NARRATIVA

RESUMO: O diagnóstico precoce do câncer de colo uterino (CCU), assim como a maioria das neoplasias, influência consideravelmente no prognóstico da doença. Diante disso, exames de rastreio e prevenção realizados de maneira efetiva, são essenciais para a diminuição de incidência e mortalidade dessa neoplasia. Analisar a importância da prevenção e rastreio do CCU. Revisão de literatura com busca de dados nas bases Scielo, BVS, edições do ministério da saúde e do INCA. Foram selecionadas publicações, tendo como período de referência os últimos 12 anos, dentre eles, 29 acervos científicos foram utilizados. A principal forma de prevenção do câncer de colo de útero é a redução da infecção pelo HPV, juntamente com a efetividade dos exames de rastreio como o Papanicolau. Nesse contexto, fica notório a importância das medidas preventivas e detecção precoce desta infecção, juntamente com o tratamento de lesões precursoras, uma vez que o HPV por si só, não desencadeia de CCU. Além disso, a partir da análise sociodemográfica das pacientes portadoras desse câncer, fica evidente a relação do maior o grau de instrução da população com a maior compreensão e adesão ao Papanicolau. Conclusão: Existem diversas formas de prevenção que são capazes de rastrear tanto a infecção pelo HPV, quanto o CCU em estágio inicial, além de maneiras de evitar diretamente a infecção, como vacina e uso de preservativo. Porém, a alta incidência no Brasil comprova a falta de eficácia das medidas já realizadas, sendo necessário, desse modo, a implementação de medidas mais satisfatórias. **Palavras-chave:** Câncer de Colo do Útero; Fatores de Risco; Prevenção; Prognóstico.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E SUA EFICÁCIA NA CIDADANIA DIGITAL

Introdução: A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709/2018, dispõe sobre a promoção da segurança dos usuários dos meios digitais, assim, essa proteção jurídica deve estar em constante evolução para acompanhar o desenvolvimento do *cyber* espaço. **Objetivo:** O trabalho tem como objetivo discorrer acerca da segurança dos usuários no que tange aos dados pessoais, por meio da proteção jurídica no contexto de cidadania digital. **Método:** Para tanto, utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa, mediante coleta de dados bibliográficos e documentais. **Resultados:** Como resultado, verificou-se a grande influência da União Europeia, que se preocupou com a proteção de dados de suas empresas criando a RGPD. Dentre as principais características da LGPD, destaca-se a normatização do direito fundamental de proteção de dados pessoais, em prol dos direitos individuais e a grande relevância quanto a proteção de bens imateriais, uma vez que a expansão tecnológica atual vem rompendo fronteiras, graças à facilidade que a internet proporciona a seus usuários para obtenção

de informações. Por isso, seu papel é fundamental para conter ilegalidades que envolvam os dados pessoais, incluindo o meio digital. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que, para uma maior segurança dos usuários, nos meios digitais, é imprescindível um controle maior nos dados pessoais, por meio do auxílio e de uma fiscalização mais intensa da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), de modo que a lei seja cumprida e os dados, preservados.

Palavras-chave: Proteção. Cidadania Digital. Privacidade.

Referências:

ALVES, André Azevedo; MOREIRA, José Manuel. **Cidadania digital e democratização eletrônica**. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação, 2004.

PANEK, Lin Cristina Tung. **Lei Geral de Proteção de Dados Nº 13.709/2018: uma análise dos principais aspectos e do conceito privacidade na sociedade informacional**. 2019. 33f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

IDOSOS E PANDEMIA; ADAPTAÇÕES NA VIDA DOS IDOSOS DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

PEIXOTO, Amanda de Sales Silva¹; SILVA, Claudia Miére Brito¹; SILVA, Elaine Ferreira¹; CARDOSO, Isabella Veloso e¹; CUNHA, Maria Clara Barbosa¹; CALDEIRA, Thais Lorrane Ribeiro¹; CARDOSO, Anamaria de Souza².

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia da UNIFIPMOC.

² Professor do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMOC.

Introdução: Em virtude da pandemia do COVID-19, foi implantado algumas medidas de segurança para evitar a proliferação do vírus, e uma delas foi o distanciamento social. Sabe-se que essa medida teve impacto expressivo em diversas pessoas, principalmente nos idosos, que são considerados grupo de risco. Sendo assim, por serem o grupo de risco mais vulnerável, os idosos eram isolados por todos, no início era visto vários idosos nas ruas, acostumados com suas rotinas de ir a bancos, médicos, farmácias e supermercados, tudo isso teve que ser alterado devido a pandemia que o mundo vem enfrentando até os dias atuais. Considerando a visão das famílias Brasileiras, muitos que estavam em grupo de risco, convivem com filhos, netos, cuidadores e isso se tornou mais uma preocupação, devido ao potencial que essa classe tem de transmitir o vírus. **Objetivo:** Identificar as adaptações na vida dos idosos durante a pandemia do COVID-19. **Método:** O estudo realizado consistiu em uma pesquisa participante, que é aquela que se caracteriza pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas (FONSECA, 2002). Esse projeto apresentou as adaptações que os idosos tiveram que se submeter durante a pandemia. A coleta de dados foi feita através de um telejornal, que se realizou por meio de gravações com os anciões no Mercado Municipal e em algumas casas na cidade de Brasília de Minas. **Resultados e Discussões:** Na presente pesquisa, foi identificado que cada idosa viveu a pandemia de forma singular, mas todas relataram que apesar do distanciamento, mantém contato com seus familiares e estão com uma boa saúde. Outras, por serem feirantes, sentiram um impacto maior, principalmente financeiramente, pois dependem da abertura do comércio para comercializarem os seus produtos. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que as adaptações na vida dos idosos durante a pandemia do COVID-19, ficou evidente que a pandemia trouxe preocupações e incertezas, mas ainda se encontram expectantes com a chegada da vacina.

REFERÊNCIA:

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

INFLUÊNCIAS DA PANDEMIA E A REFLEXÃO DO PAPEL DO IDOSO NA ATUALIDADE

NOBRE, Ivânia Rosa Soares¹; AGUILAR, Ingrid Barbosa Carvalho¹; FONSECA, Letícia Cordeiro¹; GONZAGA, Mariane Silva¹; MENDES, Sabrina Luísa Ferreira¹; MIRANDA, Mariana Pormann¹; MOURA, Fabio Natan Leal¹; PRATES, Kimelly Hanna Guimarães¹; ²Anamaria de Souza Cardoso; ¹Graduando em Psicologia pelo UNIFIPMoc; ²Orientador UNIFIPMoc.

RESUMO: O ser idoso configura-se complexo, envolve angústias do envelhecer e seus efeitos, problemas de saúde física, mental, preconceito no meio social e sentimentos nas relações sociais, especialmente em tempos de pandemia. Somado a isso, a busca de superação de uma posição de passividade e incapacidade. Como objetivo, investigar as influências da pandemia na reflexão do papel do idoso na sociedade. Estudo qualitativo do Projeto Interdisciplinar e dados coletados por entrevista semiestruturada no evento “Chá das Cinco”, com 7 idosos, on-line na plataforma Google Meet. Constatou-se que os idosos concordam que a experiência e sabedoria são fatores positivos do envelhecer e que este traz como desvantagens a limitação física e dependência. Acerca do ser idoso e sentir-se idoso, alguns afirmaram que não se sentem idosos, justificando pelo estado mental e atividades que realizam, como se associassem o conceito de velhice a inatividade. Sobre os seus papéis na sociedade, falaram de maternidade, profissão, casamento e viuvez. Relataram afetos com seus familiares, amigos, entretenimento, espiritualidade e solidão, contrapondo ao não estar sozinho. Tanto o bem-estar quanto a vida social deles foi afetada pela pandemia, relataram perdas, medo da morte, insatisfações e mudanças de humor ao ponto de um deles afirmar que não tem alegria na vida, pois tem medo de sair. Outros afirmaram que apesar da pandemia, saem bastante de casa. A necessidade de relacionar se fez presente, inclusive utilizando como recurso a tecnologia, uma das idosas estuda pela internet, outra faz reuniões on-line para desenvolver projeto social, atendendo ao seu valor de contribuição. Outra faz parte de grupo, chamado Vicentino, que também é em prol social. Outra disse ter repartido bens por necessidade material dos filhos. Validando a recíproca experiência acolhedora do chá das cinco, os idosos relataram ainda a importância da convivência das gerações, pois disseram que aprendem com os jovens e apreciam essa convivência. A representação social do idoso, associada ao conceito de velhice, segundo os entrevistados, é positiva na relação com a maturidade e é negativa ao relacionarem velhice com inatividade. Laços familiares, atividades e contatos sociais se fazem recursos terapêuticos, de forma que os idosos insistem em mantê-los. Gostam de contribuir, alguns são provedores e desejam veementemente nos ensinar, percebem isso como um papel. O afeto e os laços são buscas e também fazem parte de seus papéis.

Palavras-chave: Coronavírus, envelhecimento, representações sociais

SAÚDE MENTAL EM ESTUDANDES UNIVERSITÁRIOS

GUEDES, Yasmim Oliveira Agapito¹; SALES, Isabela Morais Machado¹; BRAGA, Isabela Vieira¹; BESSA, Ana Clara Nobre¹; OLIVEIRA, Ana Paula¹; ROCHA, Josiane Santos Brant²

¹ Acadêmico do curso de Medicina da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de Medicina da instituição UNIFIPMoc

INTRODUÇÃO: A definição de saúde vai muito além da ausência de doença, devendo ser considerado o indivíduo de maneira integral, em seu bem-estar físico, social e mental. Os problemas mentais: depressão, ansiedade e estresse são muito comuns na população mundial e afetam significativamente a capacidade desses indivíduos de exercerem suas atividades. Com o atual contexto de pandemia do COVID-19, uma série de medidas preventivas foram adotadas e muito se questiona acerca de seus impactos sobre a população, devido às mudanças de vida sofridas, principalmente no grupo dos universitários, que se viram frente a uma nova realidade de ensino, associado com prejuízos e com novos desafios à saúde mental. Com base nessas considerações, torna-se necessário a realização deste estudo. **OBJETIVO:** Estimar a prevalência do estresse, da depressão e da ansiedade e os fatores associados em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), nos universitários matriculados nas instituições públicas e privadas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo transversal e analítico que foi realizado no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, Brasil. A coleta de dados ocorreu em uma população de universitários matriculados nas instituições de ensino superior de Montes Claros, com idade igual ou superior a 18 anos. Os instrumentos do estudo foram um questionário e uma escala com a finalidade de avaliar o comportamento sedentário, a prática de atividades físicas e a saúde mental. O comportamento sedentário e a prática de atividade física foram avaliados pelo Questionário Internacional de Atividade Física versão longa (IPAQ), a saúde mental foi analisada pela Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, de forma virtual, através do formulário *Informes Google Docs*. Serão realizadas análises descritivas das variáveis investigadas. Posteriormente, serão realizados testes estatísticos a fim de verificar possíveis associações entre os dados obtidos. **RESULTADOS ESPERADOS:** Espera-se que os resultados apresentados neste estudo contribuam para melhorias na saúde dos universitários das instituições públicas e privadas, através da relação entre a saúde mental e os fatores associados que afetam a qualidade de vida dessa população em decorrência do COVID-19, a fim de impactar de forma benéfica no bem-estar dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Estudantes Universitários; Saúde Mental; COVID-19;

REFERÊNCIAS:

World Health Organization. **Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates**. Geneva: 2017. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/254610/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14abr. 2021

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Saúde mental**. 2016. Disponível em: https://www.who.int/topics/mental_health/es/. Acesso em maio de 2021

VASCONCELOS, C.S. S; FEITOSA, I. O.; MEDRADO, P. L. R.; BRITO, A.P. B. O novo coronavírus e os impactos psicológicos da quarentena. **Revista Desafios**, v. 7, 2020

Aprovação Comitê de Ética: 4.040.766/2020.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc.

ECOBLOCO PRODUZIDO COM RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD's)

OLIVEIRA, Fábio Barbosa¹; OLIVEIRA, Ildo Kennedy¹; SILVA, Herbert Souza²

¹Graduando em Engenharia Civil pelo UNIFIPMOC

²Professor e Mestre Eng. Minas. Orientador e docente do UNIFIPMoc.

INTRODUÇÃO

A urbanização acelerada tem provocado problemas para a destinação do grande volume de resíduos gerados em atividades de construção, renovação e demolição de edificações e infraestrutura urbana, causando impactos socioambientais cada vez maiores e cada vez menos alternativas de dispersão. Mas com o tempo passou a ser realizado um condicionamento aos gestores públicos e privados para adotarem soluções mais eficazes acerca dos resíduos sólidos (PINTO, 1999).

Entulho, gerados em obras da construção civil ou na demolição de edificações, representam um grande volume de materiais sólidos sendo assim um dos principais problemas para as cidades e seus aterros. No entanto, apesar de todos os avanços tecnológicos existentes, ainda não foi desenvolvida uma tecnologia ou uma solução eficaz para a redução dos impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos da construção civil (CABRAL E MOREIRA 2011).

A reciclagem de RCD no Brasil, se compararmos a países de primeiro mundo ainda é bastante tímida, porém possui um enorme potencial de ampliação. Esse atraso em relação a outros países se dá por diversos fatores. Um deles é que a questão ambiental no Brasil ainda é vista como um problema de preservação da natureza, focado principalmente nas florestas e animais em extinção, deposição de materiais em aterros controlados e controle da poluição do ar, com o estado exercendo o papel de polícia. A Lei Federal de Crimes Ambientais de 1998 é uma prova disso, revela um estado muito mais preocupado com punições a transgressões, em vez de trabalhar os diversos agentes na promoção da redução do impacto ambiental das atividades através da reciclagem por exemplo (JOHN, 2000). Desta forma, este estudo tem como objetivo principal a fabricação de Ecoblocos para alvenaria estrutural, utilizando rejeitos da construção civil, que atendam as normas técnicas brasileiras vigentes e contribuindo como uma solução mais econômica e ambientalmente amigável.

MATERIAIS E MÉTODOS

Os ensaios desenvolvidos foram realizados no Centro Universitário FIPMoc - Centro de Práticas em Engenharia, Arquitetura e Gestão (CEPEAGE). O laboratório forneceu a maioria dos materiais necessários à execução dos corpos de prova (exceto os rejeitos da construção civil). Foram confeccionados 4 corpos de provas, utilizando resíduos sólidos da construção civil (entulho). Mas é importante avaliar que o mesmo atende as especificações técnicas normativas que são estabelecidas quanto a tolerâncias de resistência à compressão do produto. Utilizando-se preceitos da ABNT NBR 6136, referente a Blocos vazados de concreto simples para alvenaria.

Inicialmente, para se iniciar a análise granulométrica, foi realizado a coleta dos resíduos sólidos provenientes da construção civil, como vestígios de blocos de concreto, cerâmico, solo, concreto, argamassas. Para a trituração desse material foi usado o britador de mandíbula com uma

granulometria com dimensão de agregado miúdo, cujos grãos passam pela peneira ABNT de 4,8 mm e ficam retidos na peneira ABNT 0,075 mm.

O ensaio granulométrico ocorreu conforme os procedimentos da NBR 7181 (ABNT NBR 7181:2016 Versão Corrigida 2:2018). O material foi passado nas peneiras de 50, 38, 25, 19, 9,5, 4,8 e 2,0 mm, tomando-se a precaução de retirar todos os torrões eventualmente na malha.

Assim, foi feita a determinação da umidade do solo para provar como a quantidade de água pode provocar modificações nas propriedades dos solos, como:

- A plasticidade das argilas;
- A diminuição da resistência ao cisalhamento, por saturação;
- A contração, por secagem;
- A facilidade de compactação.

Convencionou-se denominar "teor de umidade" a relação, expressa em percentagem, entre o peso da água existente numa certa massa de solo e o peso das partículas sólidas.

Para determinar esse teor de umidade foi realizado o teste de Limite de Liquidez (LL), que é o valor de umidade no qual o solo passa do estado líquido para o estado plástico. Esse limite é determinado com auxílio do aparelho de Casagrande no qual se determina o teor de umidade que, com 25 golpes, une os bordos inferiores de uma canelura (um centímetro de comprimento) aberta, na massa de solo, por um cinzel de dimensões padronizadas.

O método de Casagrande é a maneira mais rápida de determinar a liquidez do solo, pois nele a medida de um ponto de umidade. Para realização do teste foi feito a calibração do aparelho no método padrão de acordo com a ABNT NBR 6459:2016 - Solo – Determinação do Limite de Liquidez.

Número de golpes para 5 testes com diferentes umidades no solo:

1. Capsula – 21 golpes – 25,64g.
2. Capsula – 22 golpes – 27,98g.
3. Capsula – 25 golpes – 27,92g.
4. Capsula – 27 golpes – 26,02g.
5. Capsula – 26 golpes – 27,23g.

Foi realizado também o teste de Limite de Plasticidade (LP), que é o valor de umidade na qual o solo passa do estado plástico para o estado semi-sólido. É o limite no qual o solo começa a se quebrar em pequenas peças, quando enrolado em bastões de 3 mm de diâmetro. Ou seja, é o menor teor de umidade em que o solo se comporta plasticamente.

Estes ensaios permitem determinar os limites de consistência do solo. O termo consistência é usado para descrever um estado físico, isto é, o grau de ligação entre as partículas das substâncias. Quando aplicado aos solos finos ou coesivos, a consistência está ligada à quantidade de água existente no solo, ou seja, ao teor de umidade.

Posteriormente foi realizado a compactação do solo para fabricação dos corpos de provas, onde a **compactação de solos** consiste no procedimento de melhorar as propriedades do terreno através de processos manuais ou mecânicos. A compactação é um processo que visa melhorar as propriedades do solo através da redução dos seus vazios pela aplicação de pressão, impacto ou vibração, segundo a NBR 7182. Nesse processo o solo se torna mais homogêneo. Com a diminuição dos vazios do solo, espera-se uma redução da variação dos teores de umidade, da compressibilidade e da permeabilidade e ocorrendo um aumento da resistência ao cisalhamento e à erosão. Durante o **processo de compactação dos solos**, o teor em água no solo mantém-se praticamente constante, sendo esta característica frequentemente referida como a principal diferença entre a compactação e a consolidação de solos. Consiste em se compactar uma amostra dentro de um recipiente cilíndrico,

com aproximadamente 1.000 cm^3 , em 3 camadas sucessivas, sob a ação de 26 golpes de um soquete pesando 2,5 kg, caindo de 30,5 cm de altura. (ENGENHARIA, 2019).

Foram realizados 2 traços diferentes para a produção de 4 corpos de provas, onde o primeiro traço foi composto por 6% de cimento, 4% de cal e 90% de rejeito. Já o segundo traço foi composto por 10% de cimento, 6% de cal e 84% de rejeito. Esses traços foram desenvolvidos tentando buscar uma resistência mínima de 4MPa, que é a resistência mínima para blocos vazados destinados a execução de alvenaria estrutural, segundo a NBR 6136.

Após destorroar e peneirar 2500g de solo coletado, de acordo com a NBR 5734, com o objetivo de chegar próximo do teor de umidade ótima do solo, foi adicionado a ele 22% de água destilada, sendo assim, 550 ml de água destilada com o auxílio de uma proveta de 500ml em seguida foi homogeneizada a mistura. Após a completa homogeneização da amostra, procedeu a compactação do solo com o auxílio do soquete.

A compactação do solo foi feita de acordo com a tabela de Energia de compactação da NBR 7182, essa energia varia conforme o número de camadas compactadas e com o peso utilizado para a realização do ensaio, como a energia desejada foi a normal para o cilindro de Proctor pequeno foi feito 3 camadas de 26 golpes cada uma para obtermos a energia normal. Para o preparo do Cilindro para recebimento do solo foi utilizado uma folha de Papel filtro para evitar a aderência do solo compactado com a superfície metálica da base e durante o processo de preenchimento do cilindro, os golpes do soquete foram aplicados perpendicularmente a estrutura e de forma mais uniforme possível sobre a superfície de cada camada como demonstrado da Figura 1.

Após a compactação da última camada, foi retirado o cilindro complementar, depois escarificado o material em contato com a parede do mesmo, com o auxílio da espátula. O excesso de material foi removido com o auxílio da régua biselada.

Com o auxílio do extrator como demonstrado na Figura 2, retiramos o corpo-de-prova e assim obtivemos nossa primeira amostra. Repetimos os procedimentos 4 vezes, sendo elas prova e contra prova.

Figura 1 - Compactação do corpo de Prova com o Soquete.



Fonte: Própria(2019)

Figura 2- Retirada do corpo de Prova com o auxílio do extrator



Fonte: Própria(2019)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a fabricação do bloco é feita uma separação do resíduo, depois direcionado para o britador e classificado em uma peneira de grãos miúdos e graúdos de acordo com a tabela de granulometria. O tempo de cura desse ecobloco é de 24 horas e atinge a resistência de 4 MPA que é determinada pela NBR 6136, esse bloco é utilizado como bloco estrutural. Após todo esse processo e colocado em um traço pré-determinado para obter a resistência necessária, foi rompido e obtido os dados fornecidos nas imagens 3 e 4, assim como nas tabelas abaixo.

Figura 3 – Ruptura do Corpo de Prova 1



Fonte: Própria(2019)

Figura 4 - Ruptura do Corpo de Prova 3



Fonte: Própria(2019)

Tabela 1 – Dimensões do Corpo de Prova

Corpo de Prova - CP	
Altura(cm)	12,5
Diâmetro(cm)	10
Área (A0) (cm³)	78,54

Fonte: Própria(2019)

Tabela 2 – Dados para o calculo da massa aparente do solo seco

Corpo de Prova	1	2	3	4
Peso do Solo + Molde [g]	4,150	4,150	4,170	4,240
Teor de Umidade w (%)	22%	22%	22%	22%
Quantidade de Água (ml)	550	550	550	550
Peso do Solo [g]	2,250	2,250	2,100	2,100
Peso do Cimento [g]	150	150	250	250
Peso da Cal [g]	100	100	150	150

Fonte: Própria(2019)

Tabela 3 – Dados da Ruptura dos Corpos de Prova de acordo com suas respectivas Porcentagens de umidade.

Amostra	1	2	3	4
Teor de Umidade w(%)	22%	22%	22%	22%
Mpa	4,2	4,9	8,5	8,9

Fonte: Própria(2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma forma viável de diminuir o impacto dos resíduos no meio ambiente é reutiliza-lo na própria construção, o transformando em agregado ou em um elemento construtivo. A partir daí desenvolvemos o Ecobloco, que é produzido a partir de resíduos. Nos testes realizados em laboratórios, este bloco apresentou excelente resistência para uso em alvenaria, e mostrou ser uma saída econômica e socialmente vantajosa para todos, já que diminui o impacto no meio ambiente e gera lucro/economia no setor.

Em relação as vantagens, o Ecobloco apresenta produção ecológica, a beleza estética é imediata, isolamento acústico natural, Isolamento térmico natural, economia considerável no custo final da obra, mais resistente que o bloco comum, podendo ser utilizado na parte estrutural.

REFERÊNCIAS

- JOHN, Vanderley M; AGOPYAN, Vahan. **Reciclagem de resíduos da construção**. 2016. 14 f. Usp, São Paulo, 2016.
- CABRAL, Antonio Eduardo Bezerra; MOREIRA, Kelvya Maria de Vasconcelos. **Manual sobre os Resíduos Sólidos da Construção Civil**. Fortaleza: Sinduscon, 2011. 44 p.
- PINTO, Tarcísio de Paula. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. São Paulo, 1999. 189p
- (1986) ABNT NBR 7182: **SOLO – Ensaio de Compactação**. Rio de Janeiro/RJ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
- (2014) ABNT NBR 6136: **Blocos vazados de concreto simples para alvenaria**. Rio de Janeiro/RJ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
- (1989) ABNT NBR 5734: **Peneiras para ensaio telas de tecido metálico**. Rio de Janeiro/RJ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
- (1984, 2016) ABNT NBR 6459: **SOLO – Determinação do limite de liquidez**. Rio de Janeiro/RJ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.
- (1984) ABNT NBR 7181: **SOLO – Análise granulométrica**. Rio de Janeiro/RJ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

CONTRIBUIÇÕES DO DIREITO E DA PSICOLOGIA RELATIVO À SAÚDE MENTAL NO TRABALHO

¹FIGUEIREDO, Maria Isabel Mendes Barbosa; ²LOMBANO, Vitória Ramom Silva; ³ROTA Jr, César.

¹Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário FIP –MOC (UNIFIPMOC),
mariaisabelbarbosa86@gmail.com

²Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário FIP –MOC (UNIFIPMOC),
lombanovitoria@gmail.com

³Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário FIP –MOC (UNIFIPMOC), cesarota@yahoo.com.br

RESUMO: Introdução: É cultivada na sociedade a ideia de que o trabalho, como função social, é garantidor de uma dignidade humana. Porém, em alguns casos, há diversas situações degradantes de trabalho, como metas inalcançáveis, pressão, assédio moral, baixo salário e até mesmo agressão verbal, passando a ser uma ideia utópica em uma sociedade capitalista. Com isso, as pessoas acabam tendo que aprender a lidar com a enorme carga emocional exigida e com o estresse diário de uma rotina que não sofre modificação, até que a pessoa adoça mentalmente. **Objetivo:** Analisar os direitos e a saúde psíquica dos colaboradores nas instituições. **Método:** Utilizou-se na pesquisa o método qualitativo, com procedimento exploratório na bibliografia pertinente à referida temática. **Resultados e discussão:** Nos últimos anos, aumentou significativamente o número de pessoas afetadas com doenças psíquicas em decorrência do ambiente de trabalho. O defeito crônico de uma vida mental sem saída, mantido pela organização do trabalho, tem provavelmente um efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas. A partir disso e tendo a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social o ambiente de trabalho que não apresenta condições adequadas para o trabalhador pode oferecer perigo não apenas físico, mas também psíquico. Destaca-se a importância do psicólogo organizacional dentro dos ambientes de trabalho, uma vez que atuam na prevenção e promoção da saúde do trabalhador, visto que o artigo 3 da Lei 8.080 de 1990, versa sobre a integração da saúde mental como fator importante para a saúde do trabalhador e impacta no desempenho do mesmo dentro do ambiente laboral. A Constituição de 1988 versa, no artigo 196, que é direito de todos e dever do Estado garantir a saúde digna, o que não acontece em muitas organizações, com destaque às de telemarketing, sendo um ambiente majoritariamente aversivo, que desencadeia alto nível de estresse e ansiedade pela pressão relativa a metas. Portanto, a garantia da dignidade humana está atrelada à oferta de um ambiente não prejudicial à saúde física e emocional dos colaboradores. **Conclusão:** Dessa forma, nota-se que se tornou mais fácil para o empregador se preocupar com os riscos físicos que podem vir a afetar o trabalhador, por ser mais fácil a comprovação, visualização e por estar expresso na lei de forma direta, em detrimento da saúde psíquica, tão pouco valorizada.

Referências:

DEJOURS, C. A loucura do trabalho. São Paulo: Cortez, 1992.

MARQUES, Monique Alves. O direito à saúde mental e sua eficácia na relação empregatícia. Conteúdo Jurídico, 2015.

Disponível em: <<http://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/44097/o-direito-a-saude-mental-e-sua-eficacia-na-relacao-empregaticia>>. Acesso em 27 de mar. 2021.

Organização Mundial da Saúde (1946/2014). Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%B Ade/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>>. Acesso em 27 de mar. 2021.

DISSEMINAÇÃO DE *FAKE NEWS* E SUAS AMEAÇAS À DEMOCRACIA E O SISTEMA ELEITORAL

SILVA, Anne Karolyne Marinho; FREIRE, Alicia Caroline Mendes; OLIVEIRA, Christina Gomes de; FAGUNDES, Melyssa Campos;

Acadêmicos do curso de Direito da instituição FIP MOC;

Luciana Gomes Marques Galvão;

Introdução: Essa velocidade da circulação da informação aliada à possibilidade de qualquer pessoa ser um emissor dessa informação e a falta de comprometimento com as fontes cria um cenário propício para o surgimento das *fake news*. **Objetivo:** O trabalho busca mostrar como a manipulação de dados e a disseminação de *fake news* interferem ou ameaçam a democracia e o sistema eleitoral de Direito. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem quantitativa, onde foi feita uma coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas científicas. **Resultados:** Com o avanço da globalização a internet se tornou palco do acesso fácil dos meios de comunicação e, consequentemente, da expressão de ideias de forma abrangente e instantânea, o que contribuiu para a concretização do estado Democrático de Direito e da cidadania digital. Outrossim, as mídias sociais, por vezes, sustentam-se na manipulação de dados e na disseminação de *fake news* e, por meio delas, têm exercido o controle social, tornando o usuário cada vez mais vulnerável. A fim de conduzir a opinião pública, as *fake news* revelam-se como notícias falsas transmitidas, sobretudo, nas redes sociais como se fossem informações verdadeiras, e, devido a sua facilidade de espalhar-se rapidamente, as informações falsas podem causar: linchamento de inocentes, homofobia, preconceito, legitimação da violência, etc. As *fake news* se transformaram, em escala industrial e organizada, no instrumento político de alta eficácia para que determinados grupos ascendam, mantenham-se no poder e influenciem atos e pensamentos de milhões de pessoas. Torna-se responsabilidade do Estado fiscalizar o cumprimento da lei para que consolide e assegure observância de valores democráticos, como a liberdade da informação, o direito a obter informações de fontes seguras e o direito de livremente emitir opinião, expressar ideias e posicionamentos, entre outros. **Conclusão:** Para o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), com a regulamentação atual, a dificuldade de se punir os criminosos que espalham notícias falsas é imensa. Com o objetivo de facilitar a identificação dos disseminadores de conteúdos falsos e responsabilizá-los criminalmente, o senador apresentou um projeto (PL 2.630/2020) que dispõe sobre a criação da Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Concluiu-se, através deste estudo, que a manipulação de dados e a disseminação de *fake news* influencia, portanto, as decisões políticas em massa, além de, alienar uma grande parcela da sociedade. Dessa forma a democracia se encontraria ameaçada.

Palavras-chave: Manipulação de dados. *Fake news*. Democracia

Referências:

FAUSTINO, André. *Fake News, A Liberdade de Expressão nas Redes Sociais na sociedade da informação*. São Paulo: Lura, 2019.

CARVALHO, Jesiel. **Para combater as fake news é preciso identificar autores, diz Alessandro Vieira.** Agência Senado, 05 de Jun de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/06/para-combater-as-fake-news-e-preciso-identificar-autores-diz-alessandro-vieira>. Acesso em 02 de jun de 2021.

SOUZA, Carlos Alexandre de. Fake news são uma praga e ameaça real à democracia brasileira. Correio Braziliense, 1 ago. 2020. Acervo. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/08/01/interna_politica,877450/fake-news-sao-uma-praga-e-ameaca-real-a-democracia-brasileira.shtml. Acesso em: 2 ago. 2021.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: PROPOSTA DE METODOLOGIA TERAPÊUTICA NA FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIOS DE DECORAÇÃO

Introdução

A proposta realizada refere-se ao processo de ideais desenvolvidas na disciplina de estágio I, referente ao sétimo período de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMOC, realizado sob orientação da arquiteta Lívia Freire que esteve supervisionando o processo de aprendizado. O projeto do semestre contemplava, inicialmente, o desenvolvimento de uma área de convivência dentro do Hospital Aroldo Tourinho, entretanto, visto a necessidade da humanização em alguns espaços de passagem próximos a esta área, surgiu, paralelamente a elaboração de um projeto que atendesse de maneira efetiva todos os requisitos apresentados. A escolha da metodologia *How To* se fez de maneira bastante assertiva, levando em consideração as dinâmicas e os resultados que atividades artesanais podem suscitar.

Material e Métodos

O estudo foi realizado a partir da demanda por uma ideia de humanização de corredores dispostos no hospital. Após uma troca de ideias, percebeu-se que seria possível ir além e entendeu-se que o processo do “Faça você mesmo” possibilitaria uma maior interação. Para que os artesanatos pudessem ser realizados, foi desenvolvida uma proposta de mobiliário e caderno técnico utilizando os *softwares* Revit e Photoshop e o site Canva, proporcionando uma identidade visual aos produtos. Além disso, buscaram-se atividades que pudessem ser desenvolvidas de maneira fácil, nesse sentido, foram utilizados vídeos tutoriais no youtube.

Desenvolvimento

Buscando a humanização destes locais de passagem, pensou-se em deixar o espaço livre de obstáculos, nesse sentido, elementos suspensos encaixam-se muito bem. Frisando o paisagismo bem como a iluminação, a utilização de vasos com

plantas e luminárias se faz bastante interessante para a composição do ambiente. Tendo em vista o que será utilizado, propõem-se a metodologia How To, em que os próprios utilizadores do espaço poderiam, artesanalmente, construir o design do local, perpassando por um processo terapêutico e manual. Amadurecendo esta ideia percebemos a necessidade de um local especializado para confecção, bem como para a armazenagem de materiais, e assim surgiu a ideia de mobiliários inteligentes que compuseram o espaço. Um ponto interessante a ser ressaltado é as diversas possibilidades proporcionadas pelo caderno técnico, que além de diversas atividades, é composto por imagens e QR codes que direcionam o usuário para vídeos explicativos. De acordo com (Santos, 2019 apud Berbel, 2016) “Definir metodologias ativas como forma de desenvolver o processo de aprender, utilizando situações reais ou simulados, visando solucionar os desafios advindos essencialmente da prática Social, em seus diferentes contextos.”

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A partir dos conhecimentos adquiridos, levou-se em conta o processo de aprendizagem que suscitou o projeto por completo. Entendeu-se que muito mais do que inferir propostas para os espaços, poderíamos ir além, levando em consideração todo o clima presente naquele local. Além do exercício de conhecimentos no processo de produção projetual, o mais importante parece ter sido a possibilidade de contribuir de uma maneira mais humanizada e real.

Referências

Entrevista concedida por Anne Caroline à alunos da disciplina estágio III do Centro Universitário FIPMoc. 10 de maio de 2021. Montes Claros Acesso em: 04 junho 2021

NEUFERT, P. Arte de Projetar em Arquitetura 17ª ed. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2008

SANTOS, T.. CARTILHA METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM. ., [S. l.], p. ., 6 mar. 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/565843/2/CARTILHA%20METODOLOGIAS%20ATIVAS%20DE%20ENSINO-APRENDIZAGEM.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.



Figura 1. Proposta de caderno técnico para utilização dos usuários do hospital.



Figura 2. Proposta de mobiliário para prática de artesanato.

HANSENÍASE: PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES NO BRASIL

Diandra De Sá Almeida¹; Gabriel De Oliveira Cangussu¹; Luis Ricardo Santos Rodrigues¹; Nayara Cristina Cavalcanti Teixeira¹; Yasmin Stefania Fernandes Carneiro¹; Marcos Vinicius Macedo de Oliveira².

¹ Acadêmico do curso de Medicina da UNIFIPMOC

² Professor do curso Medicina da UNIFIPMOC

RESUMO: INTRODUÇÃO: A hanseníase é uma grave doença infectocontagiosa com mais de 200 mil novos casos relatados anualmente, sendo o Brasil um dos países mais endêmicos. É uma enfermidade que possui diversos fatores de risco biológicos e genéticos. A apresentação clínica pode variar entre até cinco lesões, chamada de hanseníase paucibacilar, e mais de cinco lesões, chamada de hanseníase multibacilar. Ainda pode variar entre os tipos indeterminada, tuberculoide, dimorfa e virchowiana. Apesar de apresentar diagnóstico e tratamento já bem estabelecidos, no Brasil, a hanseníase ainda é um problema de saúde pública, o qual está associado principalmente ao diagnóstico tardio e suas complicações, como deformidades físicas, internações e óbito. **OBJETIVOS:** Descrever o perfil clínico e epidemiológico da hanseníase no Brasil entre o período de janeiro 2001 a dezembro de 2020; analisar o perfil sociodemográfico e clínico dos pacientes com hanseníase no Brasil; avaliar o número de internações de acordo com o ano e a região de notificação; descrever o índice de mortalidade pela doença de acordo com o ano e a região de notificação; avaliar os gastos hospitalares com a doença. **METODOLOGIA:** O projeto de pesquisa é de caráter ecológico, observacional, retrospectivo e quantitativo, englobando toda a população brasileira. Será realizado por meio de dados disponíveis no Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) vinculado ao Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Serão avaliados os indicadores: sexo, idade, escolaridade, cor/raça, número de internações, prevalência das internações de acordo com as regiões, valor total das internações segundo o regime, óbitos, taxa de mortalidade, classificação das lesões cutâneas e gastos hospitalares. Será realizada análise descritiva das variáveis, com frequência, porcentagem e a média do número de casos registrados. Os valores observados serão dispostos em gráficos e tabelas. Serão calculadas prevalências, porcentagens e realizada a comparação dos resultados do país em sua totalidade, assim como de cada região e ano. Para o gerenciamento e análise dos dados, será utilizado o software Excel (Microsoft Office® 2019). **RESULTADOS ESPERADOS:** Desenvolvimento de artigo em revista indexada e publicações de resumos em congressos científicos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde: volume único.** Brasília, DF. 2019.
- MONTALVÃO, L. M.; MARQUES, G. L.; MARQUES, D. L.; CREPALDI, A. A.; SANT'ANA, A. P.; DA SILVA, L. M. Diagnóstico e tratamento da hanseníase. **Revista Faipe**, v. 8, n. 1, p. 72-84, 2018.
- NERY, J. S.; RAMOND, A.; PESCARINI, J.M.; ALVES, A.; STRINA, A.; ICHIHARA, M.Y.T.; PENNA, M.L.F.; SMEETH, L.; RODRIGUES, L.C.; BARRETO, M.L.; BRICKLEY, E.B.; PENNA, G.O. Socioeconomic determinants of leprosy new case detection in the 100 Million Brazilian Cohort: a population-based linkage study. **The Lancet Global Health**, v. 7, n. 9, p. 1227-1228, 2019.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA

RODRIGUES, Loren Camila Barbosa; FONSECA, Thalita Alves da; PEREIRA, Newton Junio Lopes; RIBEIRO, Letícia Beatriz¹⁴
SOARES, Sílvia Reis¹⁵

Introdução

Com o advento da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) em 2006, que apresenta a Saúde da Família (SF) como modelo preferencial da atenção primária, a atenção básica passa a ser definida como um conjunto de ações desenvolvidas em âmbito individual e coletivo, abrangendo a promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. Tais ações são desenvolvidas por uma equipe multidisciplinar, em um território demarcado por uma posição geográfica, e com a sua população respectiva. Sendo assim, torna-se o primeiro ponto de contato da população, a porta de entrada do sistema de saúde.

Em 20 de março de 2020, declarou-se a existência da transmissão comunitária em todo o território nacional da COVID-19 no Brasil e a partir daí, o sistema de saúde brasileiro passou a enfrentar grandes desafios. Medidas de isolamento de casos e contatos e distanciamento social da população geral foram as principais estratégias em busca de retardar a expansão da COVID-19 e possibilitar a adequação dos sistemas de saúde ao abrupto aumento da demanda por leitos de internação, principalmente nos casos de terapia intensiva, evitar um possível colapso da assistência hospitalar. Diante disso, nos últimos 15 meses, foi possível verificar a necessidade da atuação efetiva da Atenção Primária em Saúde (APS) nesse contexto pandêmico. Isso porque, segundo Farias et al (2020), a capilaridade das equipes de Estratégia da Família (ESF) demonstrou-se como uma vantagem do Brasil no enfrentamento contra a COVID-19. Isso se deve ao fato de a APS possibilitar a descentralização dos atendimentos, a testagem de um maior número casos suspeitos, a busca ativa de novos casos e o acompanhamento de casos confirmados, além do encaminhamento de casos graves para unidades mais bem aparelhadas. Ademais, o ideal de promoção de saúde e prevenção de doenças que as ESF desenvolvem se faz fundamental para o controle da pandemia, cabendo principalmente aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que já possuem um vínculo maior com a população, o papel importante de conscientização e incentivo às medidas de prevenção de contágio, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, distanciamento social e isolamento domiciliar de casos suspeitos ou confirmados (FARIAS et al, 2020). Todavia, como anteriormente afirmado, a pandemia do novo coronavírus se configurou como um desafio de proporções desoladoras no país. Diante disso, o objetivo do presente trabalho consiste em verificar e evidenciar os principais desafios da Atenção Primária à Saúde no contexto da pandemia da COVID-19.

Material e Métodos

Tendo em vista o atual contexto pandêmico e o Decreto da Onda Roxa na região de Montes Claros - MG, o estágio de Atenção Primária ocorreu de maneira virtual pela plataforma Google Meet, às terças-feiras pela manhã, para os estagiários do 9º e 10º períodos do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). Uma vez que o estágio aconteceu em sua maior parte de maneira remota, por aproximadamente quatro meses, grande parte do aproveitamento do estágio se deu por meio da leitura de textos, apresentação de seminários, estudo e discussão de casos. Além disso, no decorrer do estágio ocorreram entrevistas semiestruturadas, com no mínimo cinco perguntas elaboradas por subgrupos. A proposta era que os estagiários entrevistassem profissionais psicólogos de várias Estratégias de Saúde da Família (ESF) da cidade de Montes Claros. A partir de Aguiar e Medeiros (2009), sabe-se que existem diversos métodos de coleta de dados na pesquisa social, a entrevista é uma das vias que permite uma maior interação entre o pesquisador e o pesquisado,

¹⁴ Discentes do Centro Universitário FIPMoc.

¹⁵ Docente do Centro Universitário FIPMoc.

considerando as entrevistas estruturadas, semiestruturadas e não estruturadas. A entrevista semiestruturada, de acordo com May (2004, p. 149) citado por Aguiar e Medeiros (2009), possui um caráter aberto, sendo assim, o entrevistado responde às perguntas dentro de sua concepção, entretanto, o pesquisador não deve perder de vista o seu foco. Dessa forma, para realizar a entrevista há um questionário que serve como roteiro com perguntas que serão feitas para a entrevistada e são elaboradas com o intuito que a pessoa fale livremente dentro do tema em questão. As perguntas visavam sanar as dúvidas que os estagiários possuíam a respeito da prática nas Estratégias de Saúde da Família (ESF). Para a finalização do estágio ocorrerá ainda um encontro presencial planejado para o dia primeiro de julho de 2021, na Unidade Básica de Saúde (UBS) que está situada no bairro Edgar Pereira em Montes Claros.

Desenvolvimento

Os desafios vivenciados por todos os profissionais, nas mais diversas áreas dos sistemas de saúde, apontaram forças e fraquezas no atendimento e no combate à pandemia de COVID-19. No que se refere ao Sistema Único de Saúde (SUS) foi possível perceber que muito foi feito a fim de se propiciar condições mínimas para os profissionais que atuam na linha de frente, sobretudo nos serviços hospitalares, desvelando assim a pouca ou quase nenhuma relevância da Atenção Primária à Saúde (APS) para o poder público. No Brasil, e em diversos países do mundo, a resposta sanitária tem sido centrada nos serviços hospitalares, com ações para a ampliação do número de leitos, especialmente, de unidades de tratamento intensivo e respiradores pulmonares. Sem retirar a importância da adequada estruturação da atenção especializada voltada aos casos mais graves da COVID-19, é preciso alertar que, no âmbito da atenção primária à saúde APS, muito pode e precisa ser feito (MEDINA et al, 2020).

Com estrutura de trabalho defasada, colaboradores exaustos e cada vez mais exigidos, a APS necessitou se reinventar no acolhimento das demandas durante a Pandemia de COVID-19. Um fator dificultador importante neste contexto foi o isolamento social, que foi, desde o início indicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como fundamental para a não propagação do vírus. Entretanto, os efeitos do isolamento social provocaram também uma dificuldade maior dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) em acessar as demandas dos pacientes de seus respectivos territórios de atuação. Braga (2001) traz contribuições importantes acerca do papel dos ACS no contexto da atenção básica. Para o autor, as atribuições dos ACS se destacam pelo desenvolvimento de ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à Estratégia Saúde da Família (ESF), envolvendo o processo de estar em contato permanente com as famílias desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe. É através do Agente Comunitário de Saúde que se obtém informações sobre os usuários. Eles realizam o levantamento dos problemas de saúde e as situações de risco das famílias.

Neste sentido, os ACS impossibilitados de realizar as visitas desenvolveram trabalhos voltados apenas aos públicos prioritários, como idosos e hipertensos. Muitos auxiliaram também numa perspectiva assistencialista às famílias afetadas, coletando e distribuindo doações de alimentos àquelas que se encontravam em situação de vulnerabilidade extrema. Na organização do trabalho em equipe, na ampliação do acesso aos serviços de saúde e na comunicação entre a comunidade e os profissionais de saúde a interação desta dupla inserção do ACS é exercitada a cada dia de trabalho, na medida em que este profissional consegue consolidar seu espaço na equipe de saúde e na comunidade. (CARDOSO; NASCIMENTO, 2007, p. 2).

À medida que a epidemia avança, o risco de infecção em unidades de saúde aumenta, o que justifica a expansão do uso de EPI e de medidas de controle de infecção para diversas situações e áreas de atendimento. A implantação das normas de biossegurança através da criação de polos de atenção à COVID-19, destinados a atender os casos suspeitos, de ferramentas de teleatendimento, distribuição de EPI's, implantação de estruturas como tendas para atendimento externo, veículos para apoiar a atenção domiciliar, telefones celulares e internet de boa qualidade passam a gerar muitos custos para uma área que já é subfinanciada e sofre diariamente com a falta de recursos. Além disso, a insuficiência de leitos destinados à COVID-19 gera uma sobrecarga nas Unidades de Atenção Básica, passando a comprometer de forma grave a capacidade destas unidades assistenciais de promover os cuidados de saúde aos pacientes portadores de outras doenças, elevando os riscos de transmissão (DAUMAS et al., 2020).

Além da dificuldade na antecipação do cuidado às famílias, as equipes multidisciplinares das ESF sofrem com a falta de recursos e materiais para realização de atendimentos, sobretudo no que se refere ao atendimento infantil. No que concerne ao trabalho do Profissional Psicólogo nas ESF foi possível identificar e acrescentar às dificuldades enfrentadas, realidades de não engajamento junto às equipes multiprofissionais. Falta de clareza na transmissão das informações, dificuldade de

adesão de alguns profissionais à metodologia de trabalho proposta pelo Psicólogo(a), bem como a deficiência cultural que limita e muitas vezes impossibilita o olhar para o sujeito da doença e não a doença do sujeito. A Psicologia da Saúde é a aplicação dos conhecimentos e das técnicas psicológicas à saúde, às doenças e aos cuidados de saúde, visando a promoção e manutenção da saúde e a prevenção da doença.

A finalidade principal da Psicologia da Saúde é compreender como é possível, através de intervenções psicológicas, contribuir para a melhoria do bem-estar dos indivíduos e das comunidades (TEIXEIRA, 2004). Acessar as demandas com uma escuta qualificada e propor intervenções a partir do matriciamento, confirmam a importância do Profissional Psicólogo em uma equipe multidisciplinar, e sobretudo, apontam para a necessidade do acolhimento deste profissional, quebrando assim paradigmas e preconceitos que inviabilizam uma maior eficiência dos resultados juntos às famílias acompanhadas pelas ESF. O matriciamento ou apoio matricial é um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica. Essa proposta visa integrar os profissionais da equipe de saúde da família com profissionais especialistas de forma que os primeiros tenham um suporte para a discussão de casos e intervenções terapêuticas. O matriciamento visa transformar a lógica tradicional dos sistemas de saúde: encaminhamentos, referências e contrarreferências, protocolos e centros de regulação, por meio de ações mais horizontais que integrem os componentes e seus saberes nos diferentes níveis de assistência (CHIAVERINI, 2011).

Considerações finais

Considerando o que foi exposto no desenvolvimento deste trabalho, o que foi percebido no decorrer do estágio, as práticas realizadas ou a falta delas, devido às dificuldades impostas pelo contexto, e as entrevistas executadas pelos estagiários, é possível perceber que existem desafios expressivos na prática da Atenção Primária em tempos de pandemia.

Uma vez que o objetivo do presente trabalho está relacionado a evidenciar esses desafios, podemos dizer que o objetivo foi atingido na medida em que se mostram descritas dificuldades como a falta de relevância dada à Atenção Primária à Saúde (APS) pelo poder público, perceptível a partir da concentração das respostas sanitárias nos serviços hospitalares, e na falta de recursos diante da necessidade de funcionar como suporte durante a sobrecarga do sistema de saúde. As dificuldades enfrentadas pelos ACS, devido a necessidade do isolamento social na pandemia, tornando mais difícil acessar as demandas dos pacientes de cada território de atuação, consequentemente dificultando a prevenção de doenças e promoção de saúde. Além disso, a partir das entrevistas, percebeu-se a dificuldade de adesão de alguns profissionais às propostas do psicólogo nas ESF's, expondo uma dificuldade de engajamento junto às equipes multiprofissionais devido a uma hierarquização. E, por fim, a limitação de um olhar voltado para a doença, desconsiderando o sujeito biopsicossocial que ali se apresenta.

Torna-se relevante, nesse contexto, pensar a Atenção Básica como o pilar central do SUS em que se alicerça um ideal de cuidado integral em saúde, através de uma prática interdisciplinar, revelando-se que muito pode e precisa ser feito pela APS, seja por meio de um maior investimento de recursos, ou na defesa desse sistema de saúde, inclusive pelos próprios profissionais.

Referências

AGUIAR, Victor Rafael Laurenciano; MEDEIROS, Claudio Melquiades. **Entrevistas na Pesquisa Social: O relato de um grupo de foco nas licenciaturas**. 2009. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3041_1475.pdf>. Acesso em 10 jun. de 2021.

CARDOSO, Andréa dos Santos; NASCIMENTO, Marilene Cabral do. **Comunicação no Programa de Saúde da Família: O Agente Comunitário de Saúde como Elo integrador entre a equipe e a comunidade**. Rev eletrônica Ciência e Saúde Coletiva para a sociedade. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=1958. Acesso em: 28 de abril de 2010

CHIAVERINI, Dulce Helena (Org); GONÇALVES, Daniel Almeida; BALLESTER, Dinarte; TÓFOLI, Luís Fernando; CHAZAN, Luiz Fernando; ALMEIDA, Nali; FORTES, Sandra. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011, 236 p.

DAUMAS, Regina Paiva; SILVA, Gulnar Azevedo e; TASCA, Renato; LEITE, Iuri da Costa; BRASIL, Patrícia; GRECO, Dirceu B.; GRABOIS, Victor; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde no Brasil: limites e possibilidades no enfrentamento da COVID-19**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 36, n. 6, 2020. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n6/e00104120/#>>. Acesso em 09 de junho de 2021.

FARIAS, Luis Arthur Brasil Gadelha; COLARES, Matheus Pessoa; BARRETOTI, Francisca Kalline de Almeida; CAVALCANTI, Luciano Pamplona de Góes. **O papel da atenção primária no combate ao Covid-19: impacto na saúde pública e perspectivas futuras.** Rev Bras Med Fam Comunidade, Rio de Janeiro, v. 15, n. 42, maio, 2020. Disponível em: <<https://www.rbmfcc.org.br/rbmfcc>>. Acesso em 09/06/2021.

FRAGA, O. D. S (2001). **Agente Comunitário De Saúde: Elo entre a Comunidade e a Equipe da ESF?** Governador Valadares, MG.

MEDINA m, GIOVANELLA I, BOUSQUAT a, MENDONÇA m, AQUINO r. Atenção Primária à Saúde em tempos de Covid-19: O que fazer? **Cad Saúde Pública.** No prelo. 2020.

TEIXEIRA, J. A. C. (2004). **Psicologia da Saúde.** Análise Psicológica [online], 3 (XXII), 441-448.

O CAMINHO À CIDADANIA DIGITAL ATRAVÉS DA INCLUSÃO DIGITAL

COLARES, André Matheus Brandão¹; MÁRCICO, Felipe Mendes¹; MARTINS, Lincoln Luiz Pereira¹; OLIVEIRA, Nicolle Mendes de¹; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes²; GALVÃO, Luciana Gomes Marques²; SANTOS, Rennê Flávio Lopes. ²

¹Discente das UNIFIPMoc; ²Docente das UNIFIPMoc

Introdução: Inúmeros são os desafios para se concretizar a inclusão digital, sendo um expoente que leva o país mais próximo à cidadania digital, no qual o Estado deve ter responsabilidade majoritária para garantir a inclusão dos indivíduos nesse meio, através de políticas públicas. Portanto, se analisa cidadania e inclusão digital como uma forma de combater as desigualdades sociais que se estendem ao ambiente virtual. **Objetivo:** Analisar a inclusão digital como um caminho para a cidadania digital. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. Os dados foram obtidos a partir de artigos disponibilizados em meio eletrônico. **Resultados:** Constatou-se que, a inclusão digital, isto é, a democratização do acesso ao ambiente virtual, para que toda a sociedade seja incluída nesse meio, ainda não é satisfatória no Brasil. Como ressalta Martini (2005), a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano. Sendo assim, é viável a responsabilização do Estado, pois assim, será possível obter resultados satisfatórios ao sanar dificuldades relacionadas à tal exclusão e seus adjacentes, afinal, essa interfere na efetiva modernização das políticas públicas, além de contribuir para a desigualdade social. Dessa forma, o Estado priorizará a inclusão de todos no meio digital, oferecendo suporte à privacidade e à segurança, e, por conseguinte, encaminhando o país à cidadania digital. Também cabe a esse, deixar de se omitir em relação aos problemas existentes na sociedade, reconhecendo-os e agindo com novas políticas públicas eficazes. Segundo Andrade e Acioli (2014), uma das possíveis soluções para o problema pode ser buscar a responsabilização civil extracontratual do Estado, fundada na omissão em prestar as políticas necessárias. Este que há de ser responsabilizado, para que haja efetividade ao estabelecer a inclusão digital como uma forma de se instituir a cidadania digital. Além do que, segundo Alves e Moreira (2004), não bastam apenas leis para solucionar o problema, mas sim a adoção de boas práticas que contribuam para o bom funcionamento da nação, neste caso, na esfera tecnológica. **Conclusão:** Pode-se afirmar que apesar de ainda haver discussões no tocante à inclusão de indivíduos no meio digital, observa-se que apenas a parceria Estado-sociedade pode promover a inserção de grande parte da população brasileira nesse meio, através de políticas públicas eficazes, contribuindo assim, para concretizar a cidadania digital.

Palavras-chave: Cidadania. Inclusão. Digital.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, F. S. de; ACIOLI, C. G. A inclusão digital no Brasil e a responsabilidade civil estatal por omissão. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 14, n. 2, p. 231-266, 1 abr. 2014. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/378> . Acesso em: 26 maio 2021.

ALVES, A.A.; MOREIRA, J.M. **Cidadania digital e democratização eletrônica.** Sociedade Portuguesa de Inovação, p. 87. Porto, 2004. Disponível em: https://spi.pt/documents/books/inovacao_autarquia/docs/Manual_IV.pdf . Acesso em: 26 maio 2021.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. **Inclusão Social**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1501/1685> . Acesso em: 26 maio 2021.

A IMPORTÂNCIA DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Ana Cláudia Reis Magalhães ¹; Ana Júlia Marques Oliveira ¹

Bibiana Dutra Lima ¹; Felipe Moreira Rodrigues Benedito ¹

Fernando Otávio Lemos Cardoso ¹; Wagner Porto Rego Junior ¹

Jany Rodrigues Prado ²

¹ Acadêmico do curso de Medicina da instituição FIP Guanambi

² Professora do curso de Medicina da instituição FIP Guanambi

RESUMO: A Higienização das Mãos (HM) é uma norma de biossegurança básica necessária para evitar a disseminação das Infecções Relacionadas à Saúde (IRAS). Todavia, a realização da HM antes e após os procedimentos nas unidades de saúde encontra resistência na adesão dos profissionais. Assim, as IRAS ainda são umas das principais causas de mortalidade dentro dos centros de saúde, por isso, é necessário aprofundar a discussão acerca da importância da HM e adesão da prática pelos profissionais. O objetivo dessa revisão de literatura foi justificar a importância da higienização das mãos nas Unidades Básicas de Saúde. A revisão de literatura foi feita a partir dos bancos de dados Scielo, Lilacs e PubMed com o descritor “Higienização das mãos”. Foram encontrados alguns artigos e, após os filtros e a seleção dos relevantes, 13 foram considerados elegíveis. Dentre as principais evidências trazidas pelos estudos, identificamos a negligência e o desconhecimento dos profissionais em relação à técnica adequada dessa prática e a insegurança dos pacientes pelos altos índices de mortalidade. Ademais, a carência de insumos e a falta de fiscalização intensificam a problemática. Portanto, o conhecimento sobre os riscos e malefícios que a higienização das mãos inadequada pode causar na vida dos pacientes é primordial, principalmente em virtude do período pandêmico que estamos e nos mostra como a higienização adequada das mãos é necessária na prevenção da transmissão. Conclui-se que, para garantia do bem-estar dos pacientes e profissionais de saúde, é imprescindível o desenvolvimento de estratégias que visem promover a constância e qualidade na realização dessa higienização.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da FIPGuanambi

A PROTEÇÃO DE DADOS EM FACE ÀS PREVISÕES DA LGPD

¹ Acadêmico do curso de Direito da instituição FIPMoc

² Professores do curso de Direito da instituição FIPMoc

Introdução: O contexto atual revela um cenário em que a sociedade tem se comunicado e se desenvolvido através dos meios virtuais. Cidadania digital é o uso da tecnologia de forma responsável, tornando o indivíduo um cidadão digital que tem direito à privacidade, à segurança dos dados pessoais e à autoria de trabalhos criados, também haverá deveres que são: agir de forma educada com outras pessoas, de não expor o outro ao ridículo ou ao ataque de outros internautas, de

respeitar seus direitos autorais, de não compartilhar notícias falsas, entre outros. **Objetivo:** Analisar o papel da proteção de dados no aprimoramento de uma cidadania digital. **Metodologia:** Será utilizado o método dedutivo contando como uma pesquisa qualitativa aplicada e exploratória, no qual as informações coletadas se darão por pesquisas bibliográficas e estudos de caso. **Resultados:** É fundamental que haja cada vez mais informações sobre o mundo digital tanto no contexto escolar como em veículos de comunicação, para que o uso da tecnologia se torne mais fácil, seguro e acessível para todos os cidadãos. Na internet, somos quase quatro bilhões de pessoas conectadas e compartilhando informações, 83% dos estudantes das escolas urbanas têm acesso à internet e desse total, 93% já usou a rede para fazer pesquisas escolares. **Conclusão:** Podemos dizer, então, que a cidadania digital está presente na vida de cada uma das pessoas dentro da sociedade. Principalmente na dos jovens que são influenciados pelos meios virtuais, por se tratar de normas que devemos seguir para utilizarmos a internet com responsabilidade.

Palavras-chave: Segurança. Sociedade. Responsabilidade.

REFERÊNCIA:

Você sabe o que é cidadania digital? Entenda como ela funciona. **Stefanini**, 2020. Disponível em: <https://stefanini.com/pt-br/trends/artigos/cidadania-digital>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

Cidadania digital: O que é e qual seu papel na educação. **Ecycle**, [2020?]. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/8661-cidadania-digital>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

O que é essa tal de cidadania digital. **Novaescola**, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12617/o-que-e-essa-tal-de-cidadania-digital>. Acesso em: 26 de maio de 2021.

DEFICIÊNCIA DE VITAMINA A NO BRASIL

Introdução: a hipovitaminose A é uma comorbidade que afeta a população que se apresenta em situação de desigualdade socioeconômica, gerando diversas complicações que, ao agravarem, levam a necessidade de internação. **Objetivo:** analisar as variáveis acerca das internações decorrentes de hipovitaminose A no Brasil, no período de 2011 a 2020. **Metodologia:** Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo, quantitativo e de base documental com procedimento comparativo-estatístico. Os dados foram obtidos do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS). **Resultados:** no período avaliado, registrou-se 145 casos de internações por hipovitaminose A no Brasil. As regiões nordeste (49,65%) e sudeste (31,72%) são as mais afetadas por essa condição. Contudo, as regiões norte (38,73%) e sul (33,20%) apresentam as maiores mortalidades decorrentes de complicações do caso. Nessas circunstâncias, as internações se mostram mais frequentes em mulheres (57,69%) que em homens, sendo que, dentre as mulheres, idosas entre 60 e 69 anos são mais acometidas (25,12%). Quanto ao sexo masculino, a hipovitaminose apenas aparece a partir dos 70 anos (100,00%). **Conclusão:** a hipovitaminose A e, consequentemente, as internações decorrentes do caso são mais proeminentes no sexo feminino e na população idosa em geral, devendo ser investigado o motivo dessa problemática, para mitigar as intercorrências, seja por adoção de dieta mais balanceada ou por uso de suplementação.

Palavras-Chave: Deficiência de Vitamina A, Hospitalização, Morbimortalidade.

Referências

DINIZ, A. S.; SANTOS, L. M. P. Epidemiologia da hipovitaminose A e xerofthalmia. **SciELO Books**, p.338, 2007.

KOPECKÝ, A.; BENDA F.; NEMCANSKY J. Xerosis in Patient with Vitamin A Deficiency. Cesk Slov Oftalmol, Praga, v. 73, n. 5-6, pág. 222-224, primavera, 2018.

SCHMIDT, T. J. Biochemistry of Hormones. In: DEVLIN, T. M. Textbook of Biochemistry with Clinical Correlations. Hoboken: John Wiley & Sons, 2011.

Aprovação Comitê de Ética: não necessário por se tratar de estudo com base de dados pública (TABNET).

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da Unifipmoc

ACESSO DEMOCRÁTICO À RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO MUNDO DIGITAL

ALMEIDA, Camila da Silva¹; ANDRADE, Ana Caroline Porto ¹; OLIVEIRA, Alessandra Victoria Dias ¹; SANTOS, Érica Samara Pereira dos¹; SOUTO, Virgínia Azevedo¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita

¹Discentes do curso de Direito das UNIFIPMoc; Docente do Curso de Direito das UNIFIPMoc

Introdução: Com as novas tecnologias surge a necessidade de proteger os cidadãos que estão cada vez mais inseridos no ambiente virtual, e é a partir dessa perspectiva que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem como objetivo regularizar o uso devido dos dados pessoais nos meios digitais, a fim de assegurar direitos fundamentais como a liberdade e a privacidade. **Objetivo:** Analisar como a Política Nacional de tratamento adequado dos conflitos e o Tribunal Multiportas pode auxiliar no tratamento de conflitos advindos do não tratamento adequado dos dados pessoais no mundo digital. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Na realização da pesquisa utilizou-se o método dedutivo e das técnicas de pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros e artigos e a documental pela análise da Lei n.º 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Resultados:** Os estudos apontam que na sociedade os dados passaram a ser vistos como um produto de muito valor e a quantidade de informação que se tem acesso acerca de uma pessoa ou de um determinado público influencia diretamente nas vidas desses indivíduos. Partindo desse pressuposto, observa-se que o mundo digital, que é dinâmico e inovador, pode ser nocivo quando se trata de dados pessoais e a LGPD surge como uma resposta do Estado à necessidade de proteger os direitos dos cidadãos. É dever do Sistema Jurídico Brasileiro, então, se adaptar as necessidades sociais do país e buscar alternativas que consigam democratizar os métodos de resolução de conflitos como uma forma de combater a morosidade e a grande demanda do método tradicional: o Poder Judiciário. O Tribunal Multiportas oferece uma solução ao apresentar as alternativas de resolução pacífica, como a mediação, a conciliação e a arbitragem, por meio de atendimentos propiciados por ouvidorias, conselhos de bairro, negociação e acordos que são abordagens necessárias para tornar mais acessível e viável a busca pela justiça do cidadão brasileiro. Ressalta-se que independentemente do método, para que o acesso à justiça seja justo ele deve ser célere e com igualdade de defesa entre as partes. **Conclusão:** Conclui-se que a

democratização dos métodos de resolução de conflitos no mundo digital, que ocorre por meio da facilitação do acesso à resolução de conflitos por meio de métodos financeiramente mais acessíveis, adequados ao tipo de conflito e céleres, torna-se cada vez mais importante, uma vez que a tecnologia está cada vez mais presente na vida dos indivíduos, estes que necessitam que seus dados pessoais sejam protegidos pela legislação brasileira através da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e que alternativas devem ser incentivadas e oferecidas na resolução dos conflitos, para que o Sistema Jurídico Brasileiro consiga efetuar sem adversidades sua finalidade de garantir o acesso democrático à justiça no país.

Palavras-chave: Resolução de conflitos. Sistema Jurídico. Proteção de Dados.

Referências

ALMEIDA, Rafael Alves de; ALMEIDA, Tânia; CRESPO, Mariana Hernandez. Tribunal Multiportas: investindo no capital social para maximizar o sistema de soluções de conflitos no Brasil. /Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/10361> . Consultado em 26/09/2013>.

MEURER, Zuleica Maria. **Mediação: uma proposta de solução de conflitos a ser implantada no Brasil.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2987> acessado em 2021

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ESTUDO DE PROJETO ARQUITETÔNICO PARA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA DO HOSPITAL AROLDO TOURINHO

Introdução

O estudo realizado refere-se ao Estágio III, realizado no nono período de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FIPMOC, sob orientação da arquiteta Livia Freire que supervisionou o processo de aprendizado, focado no quesito projetual e demais atividades na área. No decorrer do semestre foi desenvolvido uma área de convivência para o hospital Aroldo Tourinho, localizado na Avenida João XXIII, no Edgar Pereira, partindo dos dados e premissas projetuais contidos na conversa com a arquiteta Anne Caroline, de forma que foram assimiladas as necessidades do local e foi planejado um espaço de convivência, de descanso e de alimentação. Compreendendo o terreno que possui 168,87 m² de área, assim como os seus acessos e as normas municipais e hospitalares, buscou-se o melhor resultado custo-benefício que trouxesse integração, conforto e estética. Desse modo, a experiência do desenvolvimento da área de convivência foi positiva, visto que trouxe o aperfeiçoamento na aplicação de conhecimentos e novos aprendizados, ademais, a experiência do estágio é essencial para a formação profissional e preparo para o mercado de trabalho.

Material e Métodos

O estudo foi desenvolvido conciliando teoria e prática; a parte teórica foi compreendida por uma pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista semi-estruturada, já a prática fora associada ao uso de *softwares*. A pesquisa bibliográfica se deu pela análise de normas e legislações referentes à arquitetura hospitalar, que teve como objetivo reunir informações e dados que serviriam de fundamentação para a construção do desenvolvimento do projeto, contribuindo como suporte para a realização do *Briefing*, *MoodBoard* e a evolução projetual. Por meio das informações obtidas em diálogo e fotos enviadas pela representante do

hospital, em uma entrevista via Google Meet, compreendeu-se as aspirações para o projeto. Após a coleta de informações, foi determinado um processo de trabalho em equipe, que configurou o exercício em várias frentes. Tendo em vista a situação sanitária atual, todo trabalho se desenvolveu de maneira remota, o que elevou significativamente a necessidade do uso de *softwares*. A partir de croquis, foram delimitadas as primeiras concepções projetuais e posteriormente passadas para o *software AutoCad*®, possibilitando uma compreensão visual abrangente. Depois de diversas alterações, foram utilizados os programas *SketchUp*® e *Revit*® para o levantamento tridimensional e o *Lumion*® para a renderização.

Desenvolvimento

A arquitetura influencia não só na relação do usuário com o ambiente de trabalho, mas também nas suas emoções e produtividade. Assim, espaços interativos, que integram os ambientes à natureza, com arranjos eficazes, podem promover maior qualidade de vida aos usuários, bem como, garantir que nestes espaços, cada indivíduo se sinta acolhido e confortável, tanto fisicamente como psicologicamente. “O usuário do edifício é o elemento ativo do contexto para estabelecer as necessidades que a forma projetada deverá cumprir na fase do programa. Identificam-se as características físicas, psicológicas e culturais do usuário, às suas atividades no espaço a ser projetado e os seus valores”. (KOWALTOWSKI, 2011, n.p)

Com base nas medidas de proteção oriundas da pandemia em que vivemos, o intuito do projeto foi criar um espaço onde a estética do ambiente, o arranjo dos espaços, mobiliários, bem como todos componentes do lugar atuassem de modo terapêutico sobre cada indivíduo, com premissas construtivas que visam a humanização, e todos aspectos sensoriais e de higiene. À partir das informações contidas em normas, com orientações técnicas sobre acessibilidade, higiene, juntamente com as informações repassadas pela instituição responsável – HOSPITAL AROLDO TOURINHO, fora estabelecido o partido arquitetônico do projeto, o qual baseia-se no estilo industrial, e enfatiza a praticidade e versatilidade, dos espaços, bem como, integração com a natureza e aplicação de texturas, metais e tonalidades sóbrias. Assim, a proposta é que os espaços atendam aspectos funcionais e estéticos, mas além disso, proporcione em cada ambiente a sensação de aconchego, ou seja, um local onde qualquer usuário se sinta integrado ao meio, de forma acolhedora e descontraída.

[...] a arquitetura é como um processo que se desenvolve ao longo do projeto, da obra, e que se define quando o usuário começa a ocupar o espaço e usá-lo. Então, ela deve ser bela como todas as manifestações do ser humano. Pensar que beleza não é função é um equívoco: ela deve ser alcançada através da técnica e de todos os saberes que a arquitetura exige. [...] (Entrevista Concedida por Lelé à Cláudia Estrela Porto em 07 de julho de 2008)

Deste modo, o espaço proposto baseia-se na funcionalidade da edificação, respeitadas construções, já existentes no terreno, as orientações solar e dos ventos, bem como, aspectos que atendam às necessidades do espaço e mantenham a identidade da instituição.

Assim, a proposta possui espaços abertos vegetados que se integram às áreas de alimentação, no centro do local, encontra-se o quiosque, contendo uma cozinha, estufas, prateleiras para armazenamento e venda de alimentos. Logo à frente, à direita do quiosque, estão os lavabos masculino e feminino. Foi projetado ainda, um espaço coberto, contendo pufes e sofás, para interação e descanso dos usuários, bem como mesas e cadeiras na parte externa para o consumo de alimentos.

Considerações finais

A ideia do projeto em questão foi trazer maior comodidade a todos que farão uso do espaço, sendo, pacientes, acompanhantes, bem como os funcionários do hospital, assim, tendo o intuito de proporcionar maior bem-estar e conforto aos mesmos. Utilizaram-se ferramentas e técnicas construtivas com a intenção de transmitir

aconchego e maior tranquilidade a todos que usufruirão do espaço, sendo por meio dos jardins, das áreas de convivência, como também a área de alimentação. Contudo, vale ressaltar que as áreas de convivência em hospitais tem a finalidade de acolher o público que fará uso, assim, proporcionando troca de experiências, interação e descontração entre os mesmos; usando a arquitetura como ferramenta para prover as soluções mais inteligentes nos espaços, e estimular boas sensações, pensamentos positivos em cada usuário do hospital.

Referências

Entrevista concedida por Lelé à Cláudia Estrela Porto. 07 de julho de 2008. Brasília. Disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminário%208%20pdfs/168.pdf>. Acesso em 09 de jun 2021.

KOWALTOWSKI, Doris K. et al. (Ed.). **O processo de projeto em arquitetura: da Teoria à Tecnologia**. Oficina de Textos, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/21962735/O_processo_de_projeto_em_arquitetura_da_teor%C3%A0_tecnologia. Acesso em: 06 Jun 2021.

Tabela 1. Ambientes contidos no Projeto da Área de Convivência, juntamente com as áreas de cada um e os mobiliários básicos sugeridos.

ÁREA EXTERNA		
AMBIENTES	ÁREAS	PREMISSAS PROJETUAIS
BANHEIROS	13,42 M2 (3,80 M2 CADA BOX)	LAVABO MASCULINO E FEMININO COM VASO SANITÁRIO ACESSÍVEL E UMA CUBA.
QUIOSQUE	14,64 M2	BANCADAS, BANQUETAS, PRATELEIRAS, GELADEIRA, ESPACOS DE ARMAZENAMENTO.
ÁREA DE CONVÍVIO	44,13 M2	BANCOS DE MADEIRA E VEGETAÇÕES. (ÁREA GRAMADA)
	52,97 M2	PISO INTERTRAVADO COM PRESENÇA DE MESAS E CADEIRAS (ÁREA COM PISO)
	43,68 M2	COBERTURA METÁLICA, PRESENÇA DE SOFÁS E CONJUNTO DE MESAS COM CADEIRAS. (ÁREA COBERTA)

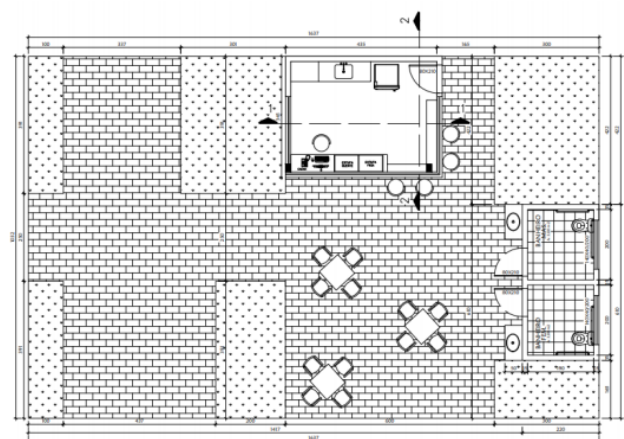


Figura 1. Planta técnica proposta da área de convivência do hospital Aroldo Tourinho. A mesma apresenta área de convívio, área de alimentação com quiosque, jardins e sanitários acessíveis.

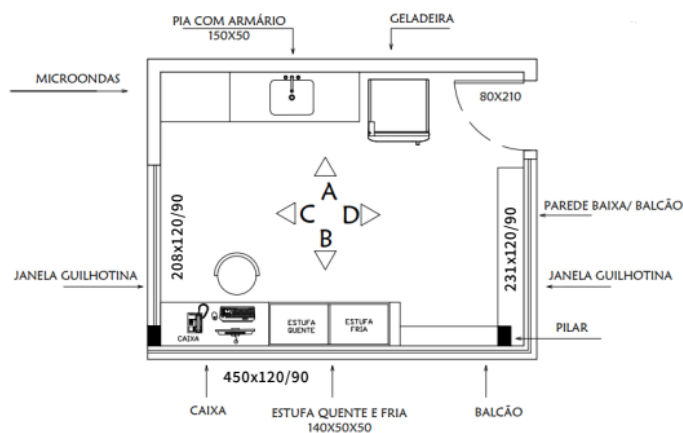


Figura 2. Planta de especificação do quiosque contido no espaço. A mesma apresenta espaços humanizados e projetados para uma melhor circulação no interior, com intuito de melhor atender o público.



Figura 3. Modelagem e renderização do projeto. Visualização do quiosque e da área de convivência.

BANCO DE DADOS NA PRODUTIVIDADE DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Cairo Luís Silva Moreira

1. INTRODUÇÃO

É perceptível que o Brasil vem vivenciando um cenário de recessão econômica e o setor da construção civil vem sofrendo diversos impactos, com isso, foi necessário adequar-se para enfrentar um mercado cada vez mais

restrito quando se trata de disponibilidade de financiamentos e além disso lidar com competitividade. Em virtude disso, é fundamental que o setor da construção civil que se destaca ofereça um diferencial no serviço, melhorando a qualidade e reduzindo os custos da obra. Essa otimização do serviço é possível quando se tem ferramentas que facilitam a operacionalização (LANTELME, 1994).

A implementação de metodologias para controle da produtividade tem como objetivo orientar empresas no desenvolvimento, que pode ser através desses sistemas, operacional e estratégico o que leva a uma economia tanto para quem oferece o serviço quanto para quem compra. Logo, determinar metas, priorizar ações, quantificar material e mão de obra especializada e estimar gastos são atribuições desses sistemas (BERNARDES, 2001).

É comum, de acordo com os estudos, razões como a baixa eficiência das empresas de construção civil estarem associados a fatores de precariedade de planejamentos e falta de dados. Controle de custo, prazos e qualidade são fundamentais para elevar a credibilidade do serviço ofertado. Diante disso, mesmo que já tenha empresas que conseguem implementar o serviço de dados e previsão na sua rotina, grande parte ainda está em defasagem de dados e de algum sistema que controle e realize previsões e produtividade na obra (SOUZA, 2017).

Outro aspecto importante relacionado a baixa eficiência dos serviços e a não abordagem sistêmica ao gerenciamento da construção é a resistência por parte dos profissionais que muitas vezes estão apegados ao modelo que se baseiam em experiências vividas pelos mesmos ou até mesmo baseando-se na intuição que muitas vezes é falha, o que leva a baixa eficiência e prejuízos financeiros constantes (SOUZA, 2017)

Para que o serviço de construção civil seja economicamente viável, abrindo mão de imprevistos e falta de planejamento no canteiro de obras é preciso aderir a formas inovadoras e eficazes no planejamento do trabalho que resultará em instrumento de gestão e controle da execução. Ao comparar o que está previsto com o que está sendo realizado é possível tomar medidas preventivas reduzindo assim os danos e otimizando o serviço (GONZÁLEZ, 2008).

2. JUSTIFICATIVA

O mercado da construção civil é hoje um dos principais setores industriais do País. A função da construção civil é ajudar a desenvolver o bem estar da sociedade, preservando o meio ambiente, por meio de obras de engenharia civil nos segmentos de infraestrutura e edificações. A falta de informações reais e precisas sobre insumos, produtividade e consumo de materiais seja por falta ou impossibilidade de pesquisas ou um banco de dados impedem um controle de qualidade mais rigoroso ou mesmo uma orçamentação mais precisa o que leva ao encarecimento da obra em função das incertezas.

Diante desse quadro, faz-se necessário o estudo, reflexão e associação prática e teórica acerca dos métodos que possam otimizar o trabalho, quantificar materiais e mão de obra especializada e realizar previsões de produtividade na execução de obras no setor da construção civil. Através desse estudo, empresas podem aderir um novo método de execução das obras através de um banco de dados que tem como principal objetivo a produtividade.

3. OBJETIVOS

3.1 GERAL

Auxiliar na produtividade da construção civil através da criação de um banco de dados para gerenciamento da produção e qualidade da obra.

3.2 ESPECÍFICOS

- **Analisar tempo de serviço e produção das atividades realizadas na obra.**
- **Comparar materiais e equipamentos que se desenvolvem com agilidade.**
- **Verificar a qualidade dos produtos e das marcas mais utilizadas.**

4. MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologia significa estudo do método. Método é um procedimento, ou melhor, um conjunto de processos necessários para alcançar os fins de uma investigação. É o procedimento geral. É o caminho percorrido em uma investigação. Mostra como se irá responder aos objetivos estabelecidos. Deve se ajustar aos objetivos específicos. Envolve a definição de como será realizado o trabalho.

Na realização do projeto interdisciplinar de Trabalho de Conclusão de Curso perante um planejamento pré-estabelecido foram realizadas pesquisas visando atender aos objetivos determinados em atividades realizadas e devidamente avaliadas durante o semestre letivo. A abordagem utilizada foi a quali-quantitativa para mensuração de dados e análise de qualidade dos mesmos obedecendo a parâmetros encontrados em pesquisa bibliográfica. Buscando por bibliografia de autores renomados na área foram estabelecidas variáveis iniciais para coleta de dados e critérios de análise. Com relação à natureza da pesquisa concluiu-se tratar de pesquisa aplicada por objetivar gerar conhecimentos com foco na aplicação de conceitos. Em se tratando do método científico observou-se tratar da metodologia dedutiva pois partindo de um conceito geral conclui-se a utilização em trabalhos específicos.

Para construção do banco de dados foram consultados manuais de softwares e atendam aos requisitos iniciais por meio de consulta a sites das empresas detentoras dos direitos. Para coleta de dados foram realizadas consultas empresas especializadas no setor de construção civil com o intuito de obter dados iniciais para testes conceituais e aferições de possíveis falhas. Tomando posse da consciência do nível de dificuldade de obtenção e classificação de dados observou-se utilizar também pesquisa de campo não somente para esses fins mas também para coleta de opiniões entre trabalhadores do ramo a respeito do projeto para validação da proposta de solução feita pelos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

LANTELME, E.M.V. **Proposta de um sistema de controle de qualidade e produtividade para a construção civil.** Escola de Engenharia. Porto Alegre, 1994.

BERNARDES, M.M.S. **Desenvolvimento de um modelo de planejamento e controle da produção para micros e pequenas empresas de construção.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2001.

SOUZA, U. E. L. **Manual básico de produtividade na construção civil.** Brasília, DF: CBIC, 2017. 92 p.

GONZÁLEZ, M. A. S. **Noções de orçamento e planejamento de obras.** São Leopoldo: UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008. 49 p.

PROPOSTA DE UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA NO ÂMBITO HOSPITALAR QUE OFEREÇA SENSAÇÃO DE REFÚGIO

Introdução

Com as progressões arquitetônicas visando cada vez mais transformar os espaços a partir das sensações, os ambientes hospitalares também buscam essa evolução e, com isso, fomos desafiados a projetar uma área de convivência e alimentação para os pacientes, familiares e funcionários do Hospital Aroldo Tourinho.

A partir da narrativa de acolhimento segue a premissa de conceituar esse projeto, fugindo da impessoalidade, criando uma ideia de lar e intimidade. “O acolher é reconhecer: abre espaço às possibilidades de desenvolvimento das relações humanas e sociais, em diferentes níveis e sentidos” (PAESE, 2018).

Seguindo para o partido, temos um projeto que trabalha com setores bem distribuídos, mas que, mesmo assim, se conectam através dos materiais e do caminho que os interligam. A madeira entra como protagonista junto a uma cobertura de esteira natural que traz a suavidade e o acolhimento ao espaço, além de uma arquibancada de convivência que garante a comodidade de todos.

Material e Métodos

Muitos autores estudam o processo de projeto arquitetônico, com a intenção de obter os melhores resultados dos produtos finais. Os métodos projetuais tendem a ser moldados de acordo com as necessidades do projeto em desenvolvimento. Diante disso, foi adotado um método conceutivo que pode ser dividido em 3 fases, na primeira fase foi realizada a definição das demandas, estabelecido o programa de necessidades e foram obtidos os dados relevantes, como por exemplo a área a ser projetada; a segunda fase foi criativa, na qual foram feitas análises e a união dos dados para começar as propostas de desenho, surgindo então os primeiros croquis; a terceira e última fase foi a executiva, na qual ocorreu a efetivação de tudo o que foi estudado, sendo realizados vários experimentos para validar o desenho e utilizando ferramentas como o Programa Autocad, Sketchup e Lumion foi possível tirar as ideias do papel e as tornar realidade.

Desenvolvimento

O desenvolvimento do projeto iniciou-se com a união das informações coletadas, o que permitiu a compreensão das normativas hospitalares. As pesquisas que visavam complementar essa introdução ao assunto nos permitiram entender como funcionaria a aplicação dos conceitos a partir das premissas estudadas. Nesse sentido, foi adotada uma concepção de arquitetura hospitalar que vai além da função literal e busca atingir significados abstratos e subjetivos, agregando funções terapêuticas, de acolhimento e descanso aos espaços físicos.

Como nos foi apresentado, a partir da entrevista realizada com a arquiteta Anne Caroline Almeida, a demanda projetual seguia com a intenção de criar uma área de convívio e desconpressão tanto para funcionários quanto para pacientes e acompanhantes, e através desse contato inicial observamos a forma em que a execução do projeto poderia ocorrer no espaço que nos foi disposto. Tendo a percepção da intenção e do que era necessário para criar um ambiente que fundamenta essas características, fizemos com que o projeto se assegurasse principalmente em fazer com que as pessoas se sentissem acolhidas em um ambiente muitas vezes distante daquilo que associamos ao agradável, com isso foi observado a necessidade que arquitetura tem de transformar o lugar de acordo com a intenção que mesmo quer passar.

Por meio de toda essa reflexão, trabalhamos em um projeto que visava ligar o bem-estar humano junto a dinâmica do local, surgindo dessa maneira uma área de convivência que permite que as pessoas fujam do âmbito tradicional que conhecemos em relação ao hospital. Sendo assim, a partir do que foi trabalhado e do aspecto em que foi aplicado, entendemos o quanto a arquitetura influencia diretamente a maneira de observar, sentir e permanecer em um determinado espaço e essa atribuição aos sentidos humanos nos facilitou assimilar que o ambiente não deve ser projetado atendendo apenas a sua demanda de função e sim atribuir essa funcionalidade ao estado de permanência do usuário no local, essa observação fez com que considerássemos que a idealização projetual estivesse ligada pontualmente as pessoas.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

O projeto de ampliação do Aroldo Tourinho, projeto arquitetônico de uma área de convivência e restaurante, concilia o exercício entre a teoria estudada nas reuniões e nas bases teóricas e a prática de um projeto quando nos deparamos com necessidades reais. Com o desafio de criar um local que foge da impessoalidade, esse ambiente foi projetado para criar uma ideia de lar e intimidade, em um local que foge dessa linha e carrega significados negativos.

A proposta desenvolvida apresentou todas etapas necessárias para sua execução, desde o *briefing* até a apresentação para o cliente, levando em conta todos os regulamentos legais e éticos. Foram estudadas todas as demandas, preferências e as devidas especificações do cliente e das normas, para que o projeto atingisse as expectativas esperadas.

Agradecimentos

Agradecemos a oportunidade de criar um espaço de convívio que acolhe/abraça funcionários e pacientes do Hospital Aroldo Tourinho.

Referências

AZOIA LUKIANTCHUKI, Marieli; BARCELLOS DE SOUZA, Gisela. **Humanização da arquitetura hospitalar: entre ensaios de definições e materializações híbridas**. Vitruvius, 10 mar. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitectos/10.118/3372>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PAESE, Celma. **O acolhimento na arquitetura da cidade**, Vitruvius, set. 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/19.220/7120>. Acesso em: 25 fev. 2021.



Figura 1. A - imagem referente ao projeto da nossa proposta de projeto para uma área de convivência ao hospital Aroldo Tourinho de Montes Claros, MG. B - Proposta de uma área de alimentação com uma lanchonete (círculo contínuo) que poderia servir a todos os pacientes e funcionários do hospital. C - Possuindo uma área de decompressão para o lazer e descanso daqueles que iriam usufruir do local e com uma área de apoio (círculo pontilhado) para uma área de sanitários.

ANÁLISE DO VOLUME DE EXECUÇÕES DE ALIMENTOS EM DECORRÊNCIA DO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

SILVA, Alexandre Souza¹;
 COLARES, Ana Cecília Caldeira²;
 SANTOS, André Luiz Antunes dos³
 Discente do curso de Direito da UNIFIPMOC;
 Discente do curso de Direito da UNIFIPMOC;
 Docente do curso de Direito da UNIFIPMOC;

Introdução: A crise sanitária mundial gerada pelo vírus SARS-COV-2 (COVID-19) acarretou a quebra de estabilidade em diversas áreas da vivência humana, o qual destaca-se na presente pesquisa o âmbito do trabalho e do seio familiar, afetados como consequência da incerteza frente ao emprego, que por vezes exercido de forma informal, gerou dificuldades no cumprimento das obrigações alimentares. As consequências do chamado “lockdown” instituído por todo o país vai além da visualização de fato do inadimplemento dos alimentos, atingindo também a moradia, vestimenta, remédios e até mesmo a própria convivência familiar. O fechamento de empresas e o convívio forçado por longos períodos promoveram dívidas e o acirramento de discussões familiares, bem como de agressões e violências domésticas, tornando-se insustentável tais relações, obrigando o judiciário a atuar para solucionar tais conflitos. Objetiva-se verificar com o presente trabalho as alterações quantitativas de ações ajuizadas no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Centro Universitário UNIFIPMoc, que tiveram por objeto execuções alimentares. **Material e Métodos:** A metodologia empregada nesta pesquisa foi coleta de dados, através do mapeamento do quantitativos de ações judiciais de divórcio e execução de alimentos ajuizados no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Centro Universitário UNIFIPMoc durante o período de um ano desde o início da pandemia em comparação com o mesmo período do ano anterior. Utilizou-se o método dedutivo para delimitar e nortear conclusões sobre o tema. **Desenvolvimento:** A previsão estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) em seu artigo 1º, III, apresenta a dignidade da pessoa humana como fundamento no Estado Democrático de Direito, trazendo respaldo para as práticas jurídicas e suas peculiaridades. O Código Civil de 2002 (CC/02), fundamentado na dignidade da pessoa humana abarcou a partir do artigo 1.694 ao 1.710 a temática “dos alimentos”, demonstrando a relevância da prestação entre pais, filhos, cônjuges, companheiros e parentes. Pautando-se no binômio da necessidade, referente ao modo de vida do beneficiário e a possibilidade do devedor, que deve cumprir sua prestação alimentar, os alimentos são estabelecidos sem que isso se traduza em uma precarização de sua subsistência. O caráter alimentar é primordial à sobrevivência, de modo que o devedor não pode se eximir de sua obrigação. Com a chegada da pandemia, o número de ações de execução apresentou um aumento considerável notado através dos números coletados como amostra do NPJ do Centro Universitário UNIFIPMoc. Por apresentarem uma regularidade anterior ao momento pandêmico, muitos não visualizavam a necessidade de ação judicial para regulamentação, e ao deparar-se com incertezas acarretadas pelo problema mundial, obstam como alternativa cabível o recurso judicial. Outra prática recorrente foi a execução de alimentos já com trânsito em julgado e com sentença homologada, que passaram ao inadimplemento, pagamento parcial ou abaixo do que fora ajustado, consequência direta da instabilidade trabalhista originada pela pandemia do COVID-19. Analisando as ações de alimentos e execuções no banco de dados do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário UNIFIPMoc do período de abril de 2020 à maio de 2021, notou-se um aumento considerável das demandas propostas, de forma que em 2020, foram visualizados os seguintes números de ações: maio (13), junho (32), agosto (29), setembro (34), outubro (47), novembro (51) e dezembro (20). Em 2021: janeiro (6), fevereiro (12), março (20), abril (46) e maio (96). Desse modo, conforme pesquisa realizada é cognoscível a quebra de linearidade da propositura de ações, notando o aumento significativamente nos dois últimos meses observados. Em contrapartida, analisando as contestações destes processos, percebe-se como argumento quase que unânime a dificuldade frente ao momento permeado por incertezas, comprovando diante de demonstrativos de rendas insuficientes e inúmeras demissões, o que de fato não propicia condições para o cumprimento da responsabilidade juridicamente apresentada. Ademais, o quantitativo de argumentos respaldados na falta de possibilidade apresentada por devedores não passa de mero detalhe quando apresentado ao juiz que demonstra ao devedor que a sua responsabilidade ao sustento na maioria das ações é primordial e indefere da situação atual vivida no País. Pois, se de fato o devedor apresentar capacidade laborativa para conseguir suprir mesmo que de forma mitigada a sua responsabilidade, sua obrigação não restará cessada. Apresentado objetivamente na Lei 5.478/68 em seu artigo 15, *in verbis*: “A decisão judicial sobre alimentos não transita em julgado e pode a qualquer tempo ser revista, em face da modificação da situação financeira dos interessados”. Tal previsão é interpretada de forma errônea por alguns devedores que buscam afirmar que seria possível afastar a sua responsabilidade a partir da nova condição. Melhor opção se daria através da mudança do polo passivo do devedor, caso o principal não obtiver condições, de forma que não possa se eximir da obrigação, somente com razões justificadas na impossibilidade total, remetendo aos demais apensados para que o incapaz não fique desamparado. Nessa perspectiva, descreve o artigo 1.697 CC/02, nos seguintes termos: “Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais”. Diante do exposto é notável a visualização da obrigação alimentar frente ao alimentando, que é o principal interessado e resguardado através de dispositivos a sua precisão da garantia de uma vida digna. Em determinadas ações na comarca de Montes Claros/MG, em relação a situação de prisão após três meses consecutivos de mora da prestação alimentícia, diante do período pandêmico, tem se entendido pela suspensão do cumprimento de mandado de prisão afim de evitar a propagação do vírus e um abarrotamento carcerário diante da instabilidade de empregos de forma recorrente no País. Por demandar de processos que tramitam em segredo de justiça, no qual os autores são incapazes representados pelos genitores, não é viável expor as decisões na íntegra. **Conclusão:** Observados as alegações de fato e de direito acima, é visível que determinadas situações apresentadas ao judiciário detêm peculiaridade específica, observado as nuances de cada demanda. Desse modo pode se afirmar que uma possível resposta para o alto índice de ajuizamento de ações de execução por ocasião da pandemia mundial, poderá configurar a mudança da condição do devedor por situações indiferentes a sua vontade, porém a sua responsabilidade se extingue somente em casos extremos de impossibilidade laborativa, doença grave que o deixar impossibilitado ou a morte. O panorama do caso concreto é de suma importância para resposta devida ao dependente que de fato necessita para suprir suas necessidades de forma satisfatória a condição social estabelecida, sempre observado o binômio necessidade *versus* possibilidade que rege estes processos. Aplicando as legislações pertinentes para configurar o direito, por fim, em relação ao período pandêmico acarretado pelo COVID-19, é indelével o aumento do ajuizamento de ações referentes ao divórcio e a execução de alimentos. Também é notável uma interpretação diferenciada da legislação tomando por base o estado de calamidade pelo qual passou e ainda passa o Brasil, permitindo, deste modo, diferenciações que podem prejudicar o alimentando. **Referências:** BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <https://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021. BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro**

de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 10 de janeiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 06 jun. 2021. DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 13. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: famílias. 12. ed. rev. e atual. Salvador: JusPodivm, 2020.

IMPORTÂNCIA DA ODONTOLOGIA HOSPITALAR NO CENÁRIO DA COVID-19

Ketlen Rayane Gonçalves Pinheiro¹; Carolaine Nunes Rodrigues¹; Enia Gabriela Soares Almeida¹; Erika Raizer Souza¹; Higor Dias Garcia¹; João Victor Barbosa Caldas¹; Nikoli Cardoso Teixeira¹; Vanessa Natália Gonçalves Martins¹; Vinicius Batista de Souza¹; Paulo Vitor de Souza Marques¹.

Verônica Oliveira Dias².

¹ Acadêmico do curso de Odontologia da UNIFIPMoc;

² Professora do curso de Odontologia da UNIFIPMoc.

RESUMO: Esse estudo tem por objetivo fazer uma revisão da literatura sobre a importância do Cirurgião-Dentista no cuidado dos pacientes nas UTI'S no cenário da COVID-19. A COVID-19 é uma doença viral transmitida através de gotículas respiratórias e fômites. Os sintomas incluem tosse, dor de garganta, febre, dispneia, mal-estar e alterações pulmonares. A complicação mais comum é a pneumonia viral que pode evoluir para a síndrome respiratória aguda grave podendo ser necessária a realização da intubação orotraqueal e da ventilação mecânica invasiva. Esses procedimentos

podem expor os pacientes a riscos adicionais ao provocar possíveis infecções oportunistas como é o caso da pneumonia relacionada à ventilação mecânica, em que, as bactérias da cavidade bucal migram para as vias aéreas inferiores. Foi realizada a busca de artigos nas bases de dados: Scielo, LILACS, PUBMED e Google acadêmico, com os descritores “Dental Staff Hospital”, “COVID-19”, “Equipe Hospitalar de Odontologia” e o operador booleano “and”. Os critérios de inclusão dos artigos foram: artigos nos idiomas inglês e português encontrados na íntegra acerca da temática citada, assim, foram excluídos trabalhos não relacionados ao tema proposto nesta revisão. Dos 463 artigos identificados, 3 foram selecionados. Existe uma grande preocupação dos Cirurgiões-Dentistas, médicos e enfermeiros em relação à saúde bucal dos pacientes, sobretudo nas unidades de terapia intensiva (UTI’s). Os microorganismos provenientes da cavidade oral podem desencadear infecções generalizadas, como, pneumonia e sepse, diante disso, a presença do cirurgião-dentista é indispensável para a prevenção, localização e erradicação de possíveis focos de infecção nos pacientes internados. A assistência odontológica a esses pacientes também incluem exodontias de dentes com doença periodontal avançada pelo risco de broncoaspiração durante a intubação ou extubação, instalação de protetores bucais, tratamento de lesões de tecidos moles, medidas hemostáticas para conter o sangramento durante os procedimentos devido ao uso dos anticoagulantes, além dos métodos de secagem para redução do fluxo salivar pelo risco de broncoaspiração e dificuldade durante a extubação. Conclui-se que a presença do cirurgião-dentista integrado a uma equipe multidisciplinar é de extrema importância para a diminuição da taxa de mortalidade nas UTI’s e desconfortos provenientes do tratamento dos pacientes nas UTI’S no cenário da COVID-19.

Referências:

CARVALHO, Rosane da Conceição Lago et al. Atuação do cirurgião-dentista no cuidado de pacientes em unidade de terapia intensiva durante a pandemia da Covid-19. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.2, p. 9473-9487, 2021.

FRANCO, Aline Batista Gonçalves et al. Atendimento odontológico em UTI’s na presença de COVID-19. **InterAm J Med Health**. 2020.

FRANCO, Juliana Bertoldi et al. Hospital Dentistry and Dental Care for Patients with Special Needs: Dental approach during COVID-19 Pandemic. **Braz Dent Sci**, v. 23, n.2, 2020.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

JOVENS USUÁRIOS X DESAFIOS E INCERTEZAS DIANTE DA SOCIEDADE

FREITAS, Allany Lauton ¹

BIRINO, Izadora Dias ¹

AMARAL, Júlia Santiago Souto ¹

SILVA, Sabrina Heloisa Santos ¹

CELESTINO, Verônica Monique Freitas Maynard ¹

JESUS, Yaritza Roxane ¹

SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira ²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc.

² Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc.

RESUMO: Se tratando das repercussões do uso de drogas na saúde do adolescente, na maioria dos jovens, o uso das substâncias entorpecentes não resulta ao comprometimento à saúde, mas em outros jovens, o consumo persistente pode, ao longo do tempo, desenvolver problemas graves de saúde mental, física e social, assim, se instalando de forma gradativa (NOTO; SILVA, 2012). Contudo, a busca pela descoberta da própria identidade pode despertar no jovem incertezas sobre si, abrindo espaço para procura de prazeres imediatos e para a ocorrência de situações de transgressão, favorecendo assim o uso indevido de drogas em grande parte dos adolescentes (DEMICHELI; FORMIGONI, 2001, apud NOTO; SILVA,

2002). Dessa maneira, o objetivo deste estudo foi investigar a atuação da Psicologia com adolescentes em situação de dependência química, no qual foi proposto objetivos específicos conforme os estudos vigentes do 5º período de Psicologia. O presente estudo apresenta natureza qualitativa, exploratória e trata-se de uma pesquisa bibliográfica que usará da metodologia de análise de conteúdo, através da análise de dados na plataforma da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) com descritores de artigos incluindo “Dependência química”; “Adolescência”. Em vista disso, o seguinte projeto foi desenvolvido com o intuito de oferecer e analisar uma alternativa de atuação da psicologia para com os adolescentes em situação de dependência química, de forma em que o foco principal não seja a droga em si, mas a forma que essa droga atua na vida do adolescente, visando uma reestruturação e recuperação dos jovens de forma adequadas para cada caso. Nesse sentido, é viável a prática de divulgações que mostrem aos jovens os malefícios do uso de drogas, para que eles se conscientizem e evitem tal uso. Sendo assim, tais ações buscam informar as pessoas a respeito dos riscos, com o intuito de influenciá-las na mudança de comportamento, através de escolhas mais responsáveis. Assim, o papel do profissional de Psicologia é de extrema relevância na intervenção prestada aos jovens no qual fazem uso de substâncias ilícitas, uma vez que este profissional leva em consideração as questões subjetivas de cada jovem.

Referências

NOTO, Ana Regina; SILVA, Eroy Aparecida. Dependência química, adolescência e família. In: BARROS, M. N. S.; CONTINI, M.L.J.; KOLLER, S.H. **Adolescência e Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 92-98.

VACINAÇÃO: INTERVENÇÃO EDUCATIVA ATRAVÉS DE PÔSTERES PARA AS REDES SOCIAIS

PIMENTA, Anna Vitória Aguiar¹; ALKMIM, Henrique Valadares Canabrava¹; GOMES, Isabelle Nascimento¹; PATRÍCIO, Karen Ryane Santos¹; SANTOS, Luiza Vitória Lopes¹; OLIVEIRA, Maria Isabel Rodrigues de Souza¹; COSTA, Mariana Souza¹; ROCHA, Josiane Santos Brant²

¹ Acadêmico do Curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFIPMOC

² Professor do Curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFIPMOC

RESUMO:

Introdução: Vacina é uma substância fabricada com vírus, bactérias inativadas ou microorganismos inteiros vivos, a fim de proteger o organismo contra determinadas doenças infectocontagiosas através da ativação do sistema imunológico do indivíduo. A vacinação é uma das principais estratégias para combater as doenças infecciosas e possuem um papel de grande importância para a proteção individual, quanto coletiva, possibilitando um controle ou até mesmo erradicação dessas doenças. **Objetivo:** Relatar o desenvolvimento de uma intervenção educativa a fim de, proporcionar maiores conhecimentos acerca da vacinação. **Método:** Pesquisa baseada na construção de um produto técnico desenvolvido em três etapas: inicialmente foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de aprofundar sobre a temática central, posteriormente elaborou-se o produto técnico, e por fim, ocorreu a divulgação. **Resultado:** Os três pôsteres contêm informações a respeito da vacinação. O primeiro contém frase chamativa e uma breve explicação sobre a importância e a erradicação da doença, o segundo vem mostrando dados do número de mortos por duas grandes endemias que a

humanidade já enfrentou como varíola e a febre amarela, seguida de uma explicação sobre a vacina, e imagens de uma criança com varíola e outra recebendo a vacina logo nos primeiros anos de vida, destacando a importância de se imunizar desde a infância. O terceiro pôster contém imagem de um enfermeiro contribuindo no processo de vacinação e uma frase motivando a população a abraçar esta causa. **Conclusão:** Torna-se evidente a importância que a vacina tem para a sociedade e a divulgação é um veículo que permite conhecer os benefícios, para a prevenção da manifestação e proliferação de doenças.

Palavras chaves: Pandemia, Vacinação, Intervenção educativa.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMOC

O CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

ALMEIDA, Camila da Silva¹; ANDRADE, Ana Caroline Porto ¹; OLIVEIRA, Alessandra Victoria Dias ¹; SANTOS, Érica Samara Pereira dos¹; SOUTO, Virginia Azevedo¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques

¹Discentes do curso de Direito das UNIFIPMoc; Docente do Curso de Direito das UNIFIPMoc

Introdução: A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) surge como uma resposta estatal para a proteção do cidadão brasileiro frente à violação de seus direitos, tendo como objetivo regulamentar sobre o uso dos dados pessoais nos meios digitais, que, no paradigma do capitalismo de vigilância, são utilizados como produto e ferramenta para manipulação do indivíduo, violando seus direitos de privacidade e liberdade. **Objetivo:** Analisar a entrada em vigor da LGPD sob o prisma do capitalismo de vigilância. **Metodologia:** Trata-se de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Na realização da pesquisa utilizou-se o método dedutivo e das técnicas de pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros e artigos e a documental pela análise da Lei n.º 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). **Resultados:** Capitalismo de vigilância consiste na concepção de um modelo de capitalismo que monetiza dados adquiridos da vigilância online e é uma prática que ganha espaço com o aperfeiçoamento e aumento da tecnologia na vida das pessoas. O acesso às informações pessoais de seus usuários tem causado uma intensificação quanto ao monitoramento em todas as áreas da vida do indivíduo, construída por uma maciça invasão da privacidade dos cidadãos. A monetização do uso desses dados adquiridos através da vigilância torna-se questionável por decorrer de um maior controle na vida das pessoas e do desenvolvimento de novos meios de manipulação de comportamento que é motivado pelo lucro. Na era do Capitalismo de Vigilância, a LGPD é norma que surge para regulamentar sobre o uso de dados de pessoas físicas, com vistas a conferir transparência sobre o uso dessas

informações. Essa lei determina que as empresas tenham autorização dos usuários sobre o que podem ou não fazer com os dados adquiridos e, também, como o usuário tem o direito da exclusão ou correção desses dados, o que impede que esses dados sejam comercializados sem autorização. **Conclusão:** A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), portanto, é um instrumento cuja importância está em garantir direitos como a liberdade e propriedade dos indivíduos, que, diante da modernidade, são direitos cada vez mais ameaçados e violados, uma vez que os dados pessoais são produto e ferramenta para a manipulação do indivíduo. Sendo assim, a LGPD tem a função de estabelecer regras e critérios para a coleta, armazenamento e tratamento adequado dos dados pessoais buscando assegurar direitos fundamentais dos cidadãos, a construção de um ambiente virtual mais seguro e que não esteja sujeito a interferências indevidas.

Palavras-chave: Capitalismo de vigilância. Proteção de Dados. Privacidade.

Referências

DE FREITAS, Géssica; BECARI, Jade. **A Democracia Sob O Capitalismo De Vigilância: Análises Preliminares Da Influência Tecnológica Nos Processos Eleitorais.** 2020

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Surveillance Capitalism and The Prospects Of An Information Civilization. **Journal of Information Technology**, v.30, 2015, p.75-89. Disponível em: <https://cryptome.org/2015/07/big-other.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ESCLEROSE MÚLTIPLA: ASPECTOS GERAIS E REPERCUSSÃO NA QUALIDADE DE VIDA

PAIVA, Ana Luíza Alves ¹; ROCHA, Ana Luiza Castro ¹; MURTA, Gonçálvino Eleutério¹; LIMA, Liliane Cássia Serafim¹; SOUZA, Maria Clara Moreira Leite e¹; LIMA, Maria Eugênia Abílio¹; ROCHA, Josiane Santos Brant²

¹ Acadêmico do curso de Medicina da UNIFIPMOC

² Professora do curso de Medicina da UNIFIPMOC

Introdução: A Esclerose múltipla (EM) se caracteriza como uma doença inflamatória, de caráter progressivo, autoimune e desmielinizante que acomete o sistema nervoso central. Essa patologia gera uma grande repercussão na qualidade de vida do indivíduo acometido, impossibilitando-o de realizar atividades diárias de forma independente, sendo, então, um tema importante para estudos. **Objetivo:** Compreender o conceito, prevalência, fatores de risco, diagnóstico, sintomas, repercussões na qualidade de vida e o tratamento da Esclerose Múltipla. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa. A coleta ocorreu nas bases de dados: Scielo, ABEM, PubMed, BCTRIMS, MSIF, EMBr, Manual MSD, Google Acadêmico, MEC, ABNEM. Utilizou-se os seguintes descritores: esclerose múltipla, prevalência, diagnóstico, sintomas, repercussão na qualidade de vida, fatores de risco, risk factors for multiple sclerosis, causas, equilíbrio postural, tratamento da EM. Os acervos científicos são datados no período entre 1996 a 2020. **Resultado/ discussão:** Foram analisados 19 artigos nos quais abordaram que, a EM prevalece no sexo feminino e que apresenta como fator de risco a predisposição genética associada a determinantes ambientais. Envolve vários sintomas associados ao SNC como dormência e fraqueza, que comprometem a integridade psicológica, funcional e social, com probabilidade de limitações irreversíveis a longo prazo. O diagnóstico é feito com base nos Critérios de McDonald e pelo exame de Ressonância Magnética (RM) do encéfalo. Ademais, o tratamento é realizado com imunossuppressores e técnicas fisioterapêuticas, visando amenizar os sintomas e limitações. **Conclusão:** Esse estudo acrescenta informações úteis à profissionais e leigos no manejo da EM. Devem ser realizadas futuras atualizações para identificar e verificar tratamentos mais eficazes aos pacientes com essa doença, considerando perfis heterogêneos e visando a melhora da qualidade de vida.

Palavras-chave: Esclerose múltipla, Prevalência, Diagnóstico, Sintomas, Repercussão na Qualidade de vida, Fatores de risco, Causas, Tratamento da EM.

Referências:

NORTVEDT, Monica; RIISE, Tround. The use of quality of life measures in multiple sclerosis resaerch. **Multiple Sclerosis Journal**. v. 9, n. 1, p. 63-72, fev., 2003.

SILVA, Valdete Mota; SILVA, Décio Fragata. Esclerose múltipla: imunopatologia, diagnóstico e tratamento–artigo de revisão. **Interfaces Científicas-Saúde e Ambiente**, v. 2, n. 3, p. 81-90, 2014.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

O TRATAMENTO JURÍDICO ACERCA DA UTILIZAÇÃO DOS EMBRIÕES EXCEDENTES NA FECUNDAÇÃO HETERÓLOGA POST MORTEM

COLARES, Ana Cecília Caldeira ¹

MACHADO, Silvia Batista Rocha²

¹ Discente do curso de Direito da UNIFIPMoc

² Docente do curso de Direito da UNIFIPMoc

RESUMO: Com a evolução da biologia e tecnologia a reprodução assistida obteve avanços tanto em suas técnicas e aceitabilidade na sociedade brasileira. Muitos casais que não obtém êxito com à procriação de forma natural, através dos procedimentos da reprodução assistida conseguem prosperar com uma gestação. A reprodução assistida é de fato um método de utilização de material genético do casal, denominando-se fecundação homóloga, ou a utilização do material genético do banco de doadores, a qual é denominada fecundação heteróloga. Utiliza-se do determinado material para que ocorra a implantação através da Fertilização In Vitro ou Inseminação Artificial na gestante. Nesse contexto, o artigo visou analisar as legislações pertinentes as técnicas de reprodução assistida e suas lacunas jurídicas. Para o desenvolvimento do estudo, foi utilizado o método dedutivo, com base na pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório. Percebe-se que o reconhecimento, de fato, da temática da evolução da família e suas definições ocorreu na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988). A inserção de diferentes formações das famílias, proporcionou a legalidade de casais homoafetivos, mulheres com desejo de se tornarem mães sem um companheiro e a gestação compartilhada. O amparo para que transcorra a possibilidade de ocorrência da fecundação heteróloga encontra-se presente no artigo 1.597, IV do Código Civil de 2002 (CC/02) e Resolução 2.168 de 21/07/2017 do Conselho Federal de Medicina (CFM), através de métodos da tecnologia reprodutiva. O tratamento jurídico relacionado acerca dos embriões excedentes na reprodução assistida heteróloga post mortem, por se tratar de assunto pouco mencionado na legislação atual em relação às técnicas reprodutivas, é amparado pela resolução do CFM que apresenta a opção da destinação desde que previamente estabelecida no contrato de prestação de serviço com a clínica escolhida para realização do procedimento. Conclui-se que todos os marcos adquiridos obtiveram respaldo em resoluções do CFM, que, ao deparar-se com lacuna de lei que regulamentasse as técnicas da reprodução assistida, legislou seguindo as diretrizes legais e dentro dos limites de sua competência, sendo a atual resolução do CFM 2.168/17 a norma regulamentadora dos requisitos pertinente ao tema. A situação de fato da presunção post mortem na fecundação heteróloga, com a omissão da lei de forma parcial, encontra-se amparada pela citada resolução

O REFLEXO DA PANDEMIA NA VIDA DAS CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL: COMO TEM SIDO A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NESSA CONDIÇÃO?

QUINTINO, Larissa Freitas ¹ LOPES, Lucas de Quadros Prates e ¹, SOUSA, Lorena Macedo de¹, GRAÇA, Maria Eduarda Dias Tupinambá¹, MAIA, Maria Eduarda Melo¹, NASCIMENTO, Maria Fernanda Santos ¹, SOUZA JÚNIOR Sidney Pereira de ²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição UniFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da instituição UniFIPMoc

RESUMO: A situação de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes no atual contexto de pandemia de Covid-19 se intensificou no Brasil, pois muitas restrições sanitárias tiveram que ser impostas para tentar barrar a transmissão do vírus SARS-CoV-2, impactando com maior ênfase no aspecto econômico e de saúde nesses grupos, necessitando de auxílio de políticas públicas para uma melhor experiência de vida. Concomitantemente a essas políticas, a psicologia torna-se aliada da sociedade, pois por meio de suas ações teórico-metodológicas contribui para a construção do bem-estar psicossocial do sujeito, para que as relações e experiências cruéis em que os indivíduos são expostos sejam ressignificados, e que reflitam sobre sua ação enquanto sujeito político e ativo na construção da sua própria história. Com essa pesquisa se objetivou investigar a atuação da psicologia com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, durante a pandemia de covid-19 em Montes Claros/ MG. No processo metodológico utilizou-se metodologia exploratória, de natureza qualitativa, com realização de coleta de dados por meio de entrevista semiestruturada realizada com psicóloga atuante na área psicossocial com foco em crianças e adolescentes, por meio da plataforma digital Google Meet, no dia 08/06/2021 às 17h 30 min, ainda, a análise dos dados foram feitas por meio de análise de conteúdo. Foi possível verificar que, durante a pandemia o psicólogo, em sua atuação, tem percebido um impacto negativo nos sujeitos, em que as crianças e adolescentes estão apresentando, por exemplo, um quadro ansioso devido a mudança de rotina, mas que sua atuação têm sido um instrumento de suma importância, como forma de escuta, possibilitando flexibilidade cognitiva. Além disso, a entrevistada, pontua que, em sua parte de atuação, não ocorreu mudanças, principalmente tecnológicas, o que se alterou foram as demandas. Devido a isso, foi analisado que a atuação do psicólogo tem sido pautada de forma preponderante, uma vez que o mesmo tem realizado um trabalho qualitativo diante das circunstâncias apresentadas. Por fim, conclui-se que através do presente trabalho, foi viabilizado discorrer acerca da participação de psicólogos nos contextos sugeridos, a partir da entrevista realizada com um profissional ativo na área, levantando então um resultado conclusivo e abrindo leques para novas propostas de trabalho acerca do mesmo objetivo.

Aprovação Comitê de Ética: CEP 4.742.485/2021

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

CAPELLINI, V. L. M. F. et al. Experiência com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Rev. Ciênc. Ext.** v.12, n.2, p.61-69, 2016.

CATÃO, M. Ó. A covid-19 no Brasil e os grupos socialmente vulneráveis: do reconhecimento de necessidades à institucionalização de direitos. Human Sciences. **SciELO Preprints**, 2020. No prelo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DE GRUPO OPERATIVO EM UMA COMUNIDADE TERAPÊUTICA

SOUZA. Numa Lorena Nogueira; BALBINO, Sabrina Souza;¹⁶
SANTIAGO. Ângela¹⁷

Introdução

O ser humano é um ser comunitário, e ele só existe, ou subsiste em função de seus relacionamentos com o outro. Desde o nascimento, e sempre, ele participa de diferentes grupos, numa diferente dialética entre buscar sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social. Sendo assim, um conjunto de pessoas constrói um grupo, um conjunto de grupos e sua relação com diferentes subgrupos se constitui em uma comunidade e um conjunto interativo de comunidades constrói uma sociedade. O fato de que todo sujeito passa a maior parte da sua vida se relacionando e interagindo com diferentes grupos ressalta a importância do estudo e a utilização da psicologia grupal.

O que difere um agrupamento de grupo é a transformação de interesses comuns para interesses comum, é necessário a existência de um vínculo emocional entre as pessoas para que se determine em grupo. O leque de aplicação das atividades grupais é diverso, por isso cabe aqui destacar a definição de grupo operativo, que foi utilizado durante as práticas de estágio (ZIRMEMAM, 1993).

A técnica de grupo operativo visa promover um processo de aprendizagem para aqueles que compõe o grupo. Aprender em grupo, significa uma leitura crítica e ampla da realidade, uma atitude investigadora para as dúvidas e para novas inquietações. Em cada grupo que se forma, seja espontâneo ou terapêutico identifica-se que cada membro ocupa um papel ou uma determinada posição. Na maior parte das vezes essa escolha é feita de forma inconsciente e faz parte de uma configuração do campo grupal. A abordagem do grupo operativo pressupõe a tarefa explícita (aprendizagem, tratamento ou diagnóstico), a tarefa implícita (o modo como uma vivência o grupo) e o enquadre, em que são os elementos fixos (BASTOS, 2014).

Para Pichon-Riviere (1998) citado por Bastos (2014) o processo grupal se caracteriza como dialética no momento em que é permeado por paradoxos, sendo que sua tarefa principal é analisar essas contradições. A técnica do grupo operativo propõe a presença e intervenção de um coordenador que indaga, conduz e problematiza, estabelecendo articulações entre as falas e os integrantes, sempre direcionando o trabalho para a tarefa em comum. Os encontros não têm necessariamente um direcionamento para temas específicos. As pessoas falam de forma livre e aberta e estabelecem entre si relações e partilham suas experiências. No grupo trabalha-se com a subjetividade e com a singularidade de cada um. O espaço configura-se como um espaço de escuta e de elaboração.

O papel que o indivíduo desempenha no grupo costuma ser o mesmo que desempenha na sua vida de uma forma geral: seja na família, trabalho, escola, etc. Muitas vezes esses papéis correm o risco de serem rígidos e estereotipados, nesse caso Pichon -Riviere (1991) citado por Zimerman (2000) alerta que os processos podem funcionar de forma patológica. No processo terapêutico esses papéis devem ser identificados e modificados, de forma que se tornem mais flexíveis.

O diagnóstico de dependência de substâncias passou por uma evolução ao longo das últimas décadas, já que deixou de ser apenas um sintoma associado a outros transtornos. A partir do terceiro Manual Diagnóstico Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM III, 1980), houve uma relevante mudança no conceito deste transtorno através da classificação do abuso de substâncias. Mas somente em 1994, no DSM IV, o abuso de substâncias é apresentado como um diagnóstico distinto e com sintomas específicos (DSM-IV, 1994). (FARINA *et al*, 2013) A dependência de drogas envolve o desejo compulsivo

¹⁶ Discentes do Centro Universitário FIPMoc.

¹⁷ Docente do Centro Universitário FIPMoc

de obtenção da substância, a qualquer custo, sendo uma necessidade tanto psicológica quanto biológica. Esta dependência engloba um conjunto de sintomas cognitivos, comportamentais e fisiológicos que indicam que o indivíduo utiliza e/ou segue utilizando, determinada substância apesar dos problemas que esta possa causar (DSM-IV-TR, 2002). Segundo Farina *et al* (2013) A psicoeducação, partindo do princípio de educar, possibilita novos conhecimentos sobre as demandas e ajuda diretamente no vínculo entre o terapeuta e o grupo. As intervenções em grupo podem vir a promover maior desenvolvimento dos relacionamentos interpessoais e de apoio mútuo. A psicoeducação em grupos pode vir a trabalhar para a expansão dos relacionamentos entre os indivíduos do grupo e fora deste, explorar a demanda apresentada pelos integrantes e explorar intervenções e temas a serem tratados que podem vir a ser consideradas de extrema importância para a motivação dos indivíduos que se encontram em dependência química. O presente trabalho tem como objetivo apresentar experiências vivenciadas no estágio curricular de grupos, realizado pelas acadêmicas no 10º período do curso de Psicologia da UnifipMoc.

Material e Métodos

O estágio de psicologia de grupos foi realizado na comunidade terapêutica Estrela do Oriente, na cidade de Montes Claros- MG, as reuniões eram realizadas via google Meet devido as normas da pandemia da COVID-19, onde se encontram instalados dependentes químicos. Foram realizadas atividades de intervenções em que os temas a serem escolhidos partiriam da demanda apresentada pelos indivíduos do grupo e esses eram trabalhados de forma dinâmica. Por vezes eram apresentadas ao grupo dinâmicas e exercícios que provocassem a reflexão sobre o tema apresentado. O grupo descrito foi realizado durante a internação no local, ressaltando-se que todos os participantes do grupo apresentam grau de dependência química e alguns são portadores de outras comorbidades. Os encontros aconteciam quinzenalmente nas terças feiras, e semanalmente nas quintas, com duração de uma hora cada. A psicoeducação foi uma prática presente neste relato de experiência.

Desenvolvimento

Sintomas de depressão, estresse e ansiedade podem intervir negativamente no progresso do tratamento de usuários de substâncias. Existem diversos estudos que discutem o alto índice de morbididades psiquiátricas em indivíduos usuários de substâncias, e como esses sentimentos afetam diretamente a qualidade de vida do indivíduo. Sendo assim, pacientes em tratamento para transtorno por uso de substâncias com sintomas depressivos, possuem menor qualidade de vida e maiores índices de retorno ao uso da droga em comparação a pacientes que não possuem tal sintomatologia. A presença de sintomas depressivos relaciona-se negativamente com a qualidade de vida de usuários de substâncias, prejudicando a fase de recuperação dos pacientes. Diante desse contexto, ressalta-se a relevância de considerar os níveis de depressão, ansiedade e estresse durante o tratamento de usuários de drogas, com o intuito de escolher e direcionar as intervenções de acordo com as demandas encontradas e diminuir possíveis riscos de retorno para o uso de drogas (ANDRETTA, 2018). Exposto isso, o estágio aconteceu de acordo com que as demandas iam surgindo de acordo com cada semana. Questões como o convívio do grupo e dificuldades de lidar com a distância dos familiares, tédio, irritabilidade, sensação de impotência sempre perpassavam as referidas práticas. Foram trabalhados temas como: ansiedade, grupo operativo, sono, frustração, habilidades sociais, autorrealização, autoconfiança, hábitos e reinserção social. Durante o horário, os temas eram apresentados pelas estagiárias e trabalhados com a participação dos residentes, que sempre colaboravam com comentários, dúvidas e relatos de experiência. Os temas eram sempre apresentados da forma mais clara e próxima da realidade desses sujeitos. Também foi apresentado técnicas de respiração, técnicas para ter uma melhor qualidade de sono, foi criado junto com os usuários um cartão de enfrentamento que poderia ser utilizado até mesmo fora da comunidade, atividades sobre a mudança de hábitos e treinamento de habilidades sociais, entre outras. Os temas sempre tinham como intuito provocar uma reflexão no grupo, os convidando para o protagonismo de suas vidas, através do autoconhecimento e de todas as potencialidades que cada um pode desenvolver durante as atividades.

Conclusão

Diante das práticas trabalhadas, foi possível perceber a importância da psicologia no espaço de grupos. Principalmente seguindo a teoria de grupos, observar os membros do grupo se tornando membros e dividindo interesses em comum, ao invés de apenas habitarem o mesmo espaço como um agrupamento, foi de uma importante contribuição para formação acadêmica, a cada nova prática era possível perceber como os integrantes colaboravam mais e iam perdendo a timidez e se sentindo parte do grupo, assim as demandas mais importantes forma surgindo e questões que, de fato trabalhassem o grupo foram levantadas.

É importante ressaltar que a interação com os indivíduos do grupo e principalmente a escuta dos integrantes foram essenciais para que se pudesse trazer para o espaço da prática temáticas e reflexões de relevância para se constituir o presente estágio. A experiência nos possibilitou perceber que trazer um espaço para a escuta e não somente de intervenção elucidou um processo de aprendizado e contribuição ativa na vida dos integrantes do grupo, os quais tiveram a oportunidade de expressarem e conversarem sobre as suas diversas demandas. O trabalho feito na comunidade terapêutica foi essencial pois possibilitou uma visão mais ampla e complexa dos indivíduos e suas dificuldades diante da realidade em que estão impostos. Salientando-se assim, a importância de se aprender os aspectos do funcionamento da dependência química e os impactos que estas atribuem na vida das pessoas.

Referências:

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. *Psicol inf.*, São Paulo, v. 14, n. 14, p. 160-169, out. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 jun. 2021.

FARINA, Marianne et al. Importância da psicoeducação em grupos de dependentes químicos: relato de experiência. *Aletheia*, n. 42, p. 175-185, 2013.

ZIMERMAN, D. E. Fundamentos teóricos. Em: ZIMERMAN, D. E.; OSORIO, L. C. (orgs). Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ZIMERMAN, D. E. Fundamentos básicos das grupoterapias. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

OFICINAS COMO ABORDAGEM TERAPÊUTICA

LIMA, Anna Júlia Brito¹;

BORGUETTI, Milena Entreportes¹;

SILVA, Carlos André Moreira da²;

¹Acadêmico do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc;

²Professor do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc.

RESUMO: O presente trabalho faz referência ao estágio de psicologia feito pelos alunos do 6º período no Centro de Atenção Psicossocial referente ao tratamento em saúde mental (CAPS TM). Sendo esta uma prática que proporcionou aos estudantes estarem em contato com os usufruintes do serviço que foi concebido da forma mais cuidadosa possível, pois se teve o adendo de cuidados referentes ao corona vírus (COVID-19). Promovendo, assim, uma prática diferenciada e singular devido essas questões a mais a se lidar. Teve-se como objetivo, que os estagiários interagissem com os pacientes, ofertando escuta e oficinas grupais, assim como o acolhimento de suas demandas. As oficinas foram organizadas de forma que atraísse a participação de todos os pacientes da instituição, além de ter sido levado em conta seus interesses e ideias nas atividades a serem desenvolvidas. Uma vez que, por ser a loucura uma manifestação única de expressão, que permite diferentes formas de intervenção que amplie seu potencial criativo e artístico, as oficinas concedem a expressão singular da loucura na cultura. Porém, a presença dos estagiários trouxe desconforto a um dos pacientes, afirmando se sentir pressionado por estes, então seu espaço foi respeitado e o contato diminuído. Com isso, se reafirma a importância da autonomia no processo de reabilitação, pois, o indivíduo tendo opção de escolha, exercita sua humanidade e sua cidadania, e desfruta de circunstâncias básicas da vida em sociedade. Sendo assim, todas as oficinas eram de livre escolha do sujeito para fazer, com os materiais ali dispostos, o que escolhesse para exercer sua criatividade. Como foi sucedido por uma paciente, pois materiais como palitos que em um primeiro momento foram disponibilizados pelos estudantes com o pensamento que fossem feitas árvores de natal, por não ter sido dado instruções que limitassem a paciente, foram usados para fazer algo mais valiosa para ela, uma cesta de ovos. Por ter o resultante de tais efeitos, pode-se ter o entendimento que práticas assim, ajudam os pacientes em relação ao seu tratamento e a desenvolverem maior autonomia.

REFERÊNCIA:

Guerra, A. M. C. (2004). Oficinas em saúde mental: Percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In C. M. Costa & A. C. Figueiredo (Orgs.), Oficinas terapêuticas em saúde mental: Sujeito, produção e cidadania (pp. 23-58). Rio de Janeiro: Contra Capa.

ANÁLISE A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Guilherme Henrique Viana Borém¹; Anna Carolina Coelho Radwan¹; Carla Sabrina Cardoso Reis¹; Giovanna Laura Teixeira S. Mendes¹; Maria Fernanda de Jesus Quadros Costa¹; Thamires Ketly Vieira Botelho dos Santos¹
Renata Francine Rodrigues Lima²

¹ Acadêmico do curso Odontologia da instituição UNIFIPMOC

² Professor do curso Odontologia da instituição UNIFIPMOC

INTRODUÇÃO

De acordo com Rodrigues, A., *et al.* 2009, desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde, a promoção de saúde tem formulado e colocado em prática ações de educação em saúde, discutiu-se um novo conceito de saúde, passando a ser compreendido como consequência das condições de vida, como a alimentação, educação, transporte e lazer, acesso aos serviços de saúde e moradia. Com isso, os serviços de saúde precisam oferecer novas formas de acolhimento, aprimorando a qualidade dos serviços de saúde prestados a população e por meio da assistência humanizada. Na Odontologia, informações educativas e preventivas ajudam para o não desenvolvimento e controle de doenças bucais já que algumas patologias como a doença cárie, doença periodontal, bruxismo afetam diretamente na saúde geral do indivíduo e na sua qualidade de vida (CRUZ *et al.* 2011).

De acordo com Melo, Fonseca e Silva (2017) o surgimento e desenvolvimento da Internet aumentou o alcance e a aquisição de informações, com a produção em massa de conteúdo em diferentes fontes, locais, tempo e em uma velocidade sem precedentes. Cada vez, mais informações estão disponíveis na Internet, tornando assim uma fonte que fornece recursos úteis para a disseminação de conhecimento e apoio e facilita a superação de barreiras geográficas, pessoais e físicas. Diante disso, em que as mídias digitais são grandes facilitadoras de aprendizagem, o presente trabalho busca atingir a toda população, disseminando conhecimentos e prevenção de doenças relacionadas a saúde bucal através da utilização da internet, sendo uma estratégia extremamente eficaz em virtude do grande alcance populacional.

O presente estudo tem como objetivo relatar a experiência da utilização de ferramentas digitais para a educação em saúde.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o presente artigo realizou-se um relato de experiência no período de fevereiro até junho de 2021, onde ocorreu-se a divisão da turma do 5º período de odontologia da UNIFIPmoc em grupos para que decidisse a plataforma digital a utilizar-se e o tema a ser discutido. Utilizou-se a plataforma digital *Instagram* ao qual criou-se um perfil com o nome *dicasdesaudebucal_*, com o objetivo de abordar assuntos sobre saúde bucal com foco no público geral. Realizou-se publicações no feed e story com intuito de informar os seguidores sobre dicas e cuidados com a saúde oral, resultando assim engajamento e interação com o público.

DESENVOLVIMENTO

Em primeiro momento, a sala foi dividida em grupos e ficou a critério de cada grupo qual seria a plataforma digital utilizada e o tema a ser abordado e como seriam divididos os encargos. A plataforma utilizada pelo grupo foi o *Instagram*, e, logo depois foi escolhido pelo grupo, o nome do perfil *dicasdesaudebucal_*, com o intuito de abordar assuntos referentes à saúde bucal.

Foram criadas artes com imagens referentes ao tema de cada publicação, em um momento inicial, não foi feito um cronograma de integrante responsável por cada dia, porém ao notar que não estava havendo postagens com uma frequência considerável, foi feito um cronograma onde o grupo foi dividido em duplas e cada dupla ficava responsável por uma semana de postagens, tendo a liberdade de escolher o tema da sua postagem.

Vários temas foram abordados como: O Uso do fio dental antes ou após as refeições; Troca de escova de dentes após o paciente ter COVID-19; Gengivite X Periodontite; Pré-natal odontológico; Bruxismo; Herpes labial; Passo a passo da higiene oral do bebê; 10 maiores problemas bucais, e entre outros assuntos foram abordados de forma dinâmica e

educativa no perfil, para que todos os públicos entendam um pouco sobre cada assunto. Além disso, outros conteúdos foram abordados de forma mais breve nos storys durante o dia a dia entre uma e outra publicação no feed, para que não diminuísse o engajamento da página.

Após ser feita essa adaptação na forma que seriam feitas as postagens, foi observado um aumento de engajamento e número de seguidores, visto que, foram feitas publicações tanto no feed, quanto nos stories com uma frequência maior e número de compartilhamentos maior, sendo assim, houve um maior alcance nas publicações.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados, observa-se que as ferramentas da rede podem se tornar importantes aliadas nas atividades de ensino, seja na exibição de informações ou no espaço de colaboração e interação entre as pessoas. E que o uso da tecnologia tem intuito de inserir a população na construção do seu próprio conhecimento, como na Odontologia, que as informações educativas e preventivas ajudam no controle de doenças bucais. Portanto, deve-se dar mais ênfase e aperfeiçoar essa área, para que esse acesso a tecnologia seja de qualidade, compreensível e de fácil acesso para todo o público.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, D. I.; PAULO, R. R. D.; DIAS, W. S.; MARTINS, V. F.; GANDOLFI, P. E. (2011). *O uso das mídias digitais na educação em saúde*. Cadernos da FUCAMP, v. 10, n. 13, p.130-142, 2011.
- DE MELO, M. C.; DA FONSECA, C. M. F.; DE VASCONCELLOS-SILVA, P. R. *Internet e mídias sociais na educação em saúde: o cenário oncológico*. Cadernos do Tempo Presente, n. 27, 2017.
- RODRIGUES, A. D.; DALLANORA, C. R.; ROSA, J.; GERMANI, A. R. M. *Sala de espera: um ambiente para efetivar a educação em saúde*. Vivências, v. 5, n. 7, p. 101-6, 2009.

A RETOMADA DO DISCURSO POPULISTA PUNITIVO NO BRASIL: UM ESTUDO DOS ASPECTOS ANTIGARANTISTAS DA LEI N. 13.964 DE 2019¹⁸

Resumo

A Lei n. 13.964, de 24 de dezembro de 2019, denominada de “Pacote Anticrime”, entrou em vigor com a finalidade de aperfeiçoar a legislação penal e processual penal, sendo que, em busca de alcançar essa finalidade, promoveu modificações em variados institutos do ordenamento jurídico brasileiro. Sob essa perspectiva, o artigo tem como objetivo analisar os aspectos antigarantistas que estariam presentes na Lei n. 13.964/2019, verificando se através deles tem ocorrido a retomada do discurso populista punitivo no Brasil. Para tanto, utilizou-se de pesquisa exploratória e qualitativa, mediante coleta de dados bibliográficos e documentais. Observou-se que o Pacote Anticrime tem sido inserido no ordenamento jurídico brasileiro em um contexto no qual tem ganhado notoriedade o autoritarismo penal manifesto por meio do recrudescimento da legislação, evidenciando-se um cenário marcado pelo direito penal do autor, no qual este é tratado como inimigo. Afasta-se, assim, o paradigma contemporâneo do direito penal, que tem como marco a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), bem como os movimentos garantistas que buscam a valorização de direitos fundamentais relacionados à tutela da dignidade da pessoa humana, postulado que se mostra necessário ao justo e correto devido processo legal na seara criminal. Nesse sentido,

¹⁸ Artigo apresentado à Banca Examinadora do curso de graduação em Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito, sob a orientação da Prof.^a Ms. Ana Paula Fernandes Teixeira.

concluiu-se que a Lei n. 13.964/19, através das alterações produzidas, tais como a execução provisória da pena no âmbito dos julgamentos do tribunal do júri; o aumento do tempo para cumprimento de pena em regime fechado; previsão de hipóteses em abstrato de prisão preventiva, dentre outros aspectos, tem se alinhado aos discursos populistas punitivos que contrariam a ordem constitucional vigente, conflitando, desse modo, com muitos dos axiomas prescritos pelo garantismo penal.

Palavras-chave: Direito penal do inimigo. Garantismo penal. Punitivismo. Lei n. 13.964/19.

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A CONCRETIZAÇÃO DA CIDADANIA DIGITAL

CARDOSO, Júlia Emanuelle Mendes¹; BARBOSA, Marianna Botelho¹; BOTELHO, Roberta Larissa de Souza¹; LEITE, Fernanda Leticia Oliveira¹; PEREIRA, Mariana Soares¹; VIEIRA, Mariana Pontes Lara¹; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas²

¹Discentes das UNIFIPMoc; ²Docente da UNIFIPMoc

Resumo: A comunicação tecnológica passou por muitas modificações desde a Guerra Fria e a Segunda Guerra Mundial, em que esses pacotes eletrônicos passaram a ser estudados com afinco pelos militares para sua comunicação. Mais tarde, após ser desenvolvido o correio eletrônico, os centros de pesquisas universitárias e órgãos do governo, deixaram de ser os únicos a terem acesso à internet (DA ROCHA, 2016). Muito se deve à globalização, sendo a inclusão digital uma de suas faces positivas, porém fatores negativos são emergentes à desigualdade social, pois o acesso a esse meio não é igualitário. O objetivo deste trabalho é analisar o Estado Democrático de Direito na concretização da cidadania digital, pois o elo fundamental entre a democracia e o Estado é a efetiva proteção de todos. Baseado na pesquisa bibliográfica dos artigos indicados, o presente trabalho buscou envolver o papel do Estado Democrático de Direito e a concretização da cidadania digital. A pesquisa bibliográfica evidenciou a evolução de tecnologias que de fato aproximam sociedade-Estado, visto que a fragilidade social afeta a democracia. Contudo, a violência a outrem através da internet vem aumentando, expondo as consequências negativas da expansão tecnológica. Conclui-se que o papel do Estado Democrático de Direito frente ao avanço do acesso à tecnologia é essencial, pois sem ele não seria possível alcançar melhorias, já que a procura por uma inserção digital, garantida pela democracia digital, está em construção através de políticas públicas, devido a amplitude dos fatores ligados a internet na busca por promover essa evolução tecnológica.

Palavras-chave: Cidadania digital. Globalização. Estado Democrático.

Referências:

DA ROCHA, Maria Célia Albino. **A Era Digital:** Restrição à liberdade de expressão, Faculdade Metodista Centenário. 5 Ed. Acesso em: 3 abr. 2021.

A PSICOLOGIA NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

ALMEIDA, Mariana Durães; TEIXEIRA, Tiago Alves¹⁹;

BARBOSA, Elizete Santos²⁰;

Introdução

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi instituída no ano de 2004 e implantou seu modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tal política parte da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, junto a outras políticas públicas, para garantia dos direitos de cidadania (BRASIL, 2004). Desse modo, a proteção social deve garantir segurança de sobrevivência, como de rendimento e autonomia; a acolhida e inserção na rede de serviços e provisão das necessidades humanas; o convívio familiar, comunitário e social; o desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; e sobrevivência a riscos circunstanciais. Para a garantia desses direitos, o Sistema Único de Assistência Social está dividido em diferentes níveis de complexidade, como a Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial - PSE (AFONSO, 2008). O presente trabalho trata-se de práticas desenvolvidas por dois graduandos em psicologia do Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc, no cumprimento do estágio de Psicologia na Assistência Social. O estágio ocorreu em dois equipamentos da rede de Assistência Social do município de Montes Claros- MG, um equipamento Proteção Social Básica e o outro de Proteção Social Especial de média complexidade e se deu a partir da escuta e acolhimento dos usuários destes serviços, numa prática semanal. Dessa forma, durante o decorrer do primeiro semestre de 2021, foram executados atendimentos considerando a perspectiva da clínica ampliada na baixa e média complexidade. Os objetivos desse trabalho, podem ser abordados em sua dimensão acadêmica e social. Em sua dimensão acadêmica foi auxiliar no processo de aprendizagem dos estagiários, a partir da construção de espaço de escuta e acolhimento como possibilidades de atuação da psicologia no âmbito da Assistência Social. Em sua dimensão social foi prestar, nos equipamentos onde ocorreram as práticas, um espaço de escuta e acolhimento aos usuários, visando a garantia da proteção social e, conseqüentemente, o acesso a direitos. Assim, favorecendo o desenvolvimento de potencialidades e autonomia dos sujeitos e fortalecimento de vínculos sociais.

Material e Métodos

Este estudo trata-se de um relato de experiência do estágio profissionalizante de Psicologia na Assistência Social do curso de psicologia, tendo como base atendimentos de escuta qualificada; acolhimentos aos usuários; estudos de caso; atendimento e encaminhamento à rede; trabalho multidisciplinar com a equipe do equipamento; e a acolhida da demanda que chega aos equipamentos. O estágio ocorreu em dois equipamentos da rede de Assistência Social do município de Montes Claros- MG: um Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). Foi realizado por dois acadêmicos de psicologia do décimo período do UNIFIPMoc. O trabalho foi orientado pela supervisora Elizete Santos Barbosa e aconteceu entre os meses de maio e junho de 2021. Apenas um dos estagiários do presente relato de experiência atuou no CRAS; no entanto, os dois atuaram no Centro POP. Os encontros aconteceram semanalmente, no CRAS aconteceram às quintas-feiras no período da tarde; e no Centro POP aconteceram às segundas-feiras e quintas-feiras no período da manhã. Assim, foi realizado, durante esse período, atividades enriquecedoras para o contexto acadêmico, para os usuários do serviço e para

¹⁹ Discentes do curso de Psicologia das UNIFIPMoc

²⁰ Supervisora de estágio de Psicologia das UNIFIPMoc.

o crescimento profissional dos estagiários.

Este tipo de experiência busca proporcionar conhecimento sobre a rotina da unidade e das práticas de acolhimento realizadas, visando auxiliar no processo de aprendizagem dos estagiários, uma vez que permite inserir-se no contexto no qual ocorre a prática de atendimento à população pelos equipamentos citados. O atendimento proporciona o acesso da população à seguridade social por meio da rede Assistência Social. No atendimento, é informado ao usuário do sigilo profissional quanto ao que ele traz para o atendimento. Essa atitude visa proporcionar maior confiança do usuário e maior vínculo com o serviço.

Desenvolvimento

Em 2004, foi instituída a PNAS, um modelo de gestão que propõe a universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, juntamente a outras políticas públicas, de modo a garantir os direitos de cidadania. A PNAS propõe um sistema baseado em direitos, com visão interdisciplinar que objetiva construir condições para que os cidadãos possam ser reconhecidos como sujeitos de direitos e desejo (AFONSO, 2008). Neste sentido, as práticas de estágio de Psicologia na Assistência Social relatadas nesse trabalho acadêmico ocorreram sob a supervisão da psicóloga Elizete Santos Barbosa e por uma técnica social com formação em psicologia em cada um dos equipamentos. Os atendimentos ocorreram na perspectiva de acionar processos subjetivos, socioculturais e políticos dos indivíduos que utilizam esses dois equipamentos do SUAS, buscando a autonomia, reconhecimento e posicionamentos desses indivíduos como cidadãos. Deste modo, o Sistema Único de Assistência Social está dividido em diferentes níveis de complexidade, há a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica se dirige a indivíduos, famílias e grupos em vulnerabilidade decorrente de pobreza, exclusão e/ou violência. Essas pessoas e grupos atendidas pela Proteção Social Básica preservam vínculos de pertencimento social. Nesse nível, há benefícios e programas desenvolvidos pelos CRAS em territórios de vulnerabilidade social. Já a Proteção Social Especial subdivide-se em média complexidade, quando há vínculos preservados apesar de ocorrência de violação de direitos e em alta complexidade, quando os vínculos foram ameaçados ou rompidos (AFONSO, 2008). Na proteção social de média complexidade localiza-se o Centro POP. Este equipamento volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua e destina-se às pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tendo como finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, visando a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua. (BRASIL, 2011a).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Montes Claros, o Centro POP, campo de prática do estágio relatado, tem como objetivo oferecer um ambiente em que indivíduos em situação de rua passem o dia com vistas ao desenvolvendo, o convívio social e o estabelecimento de relações de afeto e respeito, a partir do acompanhamento de uma equipe multidisciplinar. Este equipamento tem capacidade para atender cerca de 40 pessoas em situação de rua por dia, com quatro refeições, atendimento psicológico, análise da situação socioassistencial, atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua. O acesso ao serviço é de forma espontânea pela pessoa em situação de rua, mas também pode ser acessado através de encaminhamento do Serviço Especializado em Abordagem Social, serviços de assistência social, e de órgãos do sistema judiciário (SANTANA, 2019). Deste modo, os serviços realizados neste campo, foram atendimentos individuais, conversação, utilização de métodos lúdicos, como jogos para mediar rodas de conversa, e acesso à documentação. Todas as atividades ofertadas aos usuários estavam comprometidas com os princípios, diretrizes e objetivos da assistência social, com seu código de ética, a defesa dos direitos humanos e a consolidação da cidadania. Visou-se a promoção e fortalecimento de vínculos socioafetivos, com os demais usuários do Centro Pop e com os familiares desses sujeitos cujos vínculos não estavam rompidos, buscando a autonomia dos usuários do serviço. Deste modo, os atendimentos aos usuários do equipamento em situação de rua, visaram possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; favorecer a construção de novos projetos de vida, mas sempre respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades de cada atendimento; promover a autonomia da população em situação de rua e ações para a

reinserção familiar e/ou comunitária. Assim, aponta-se a necessidade do trabalho em rede que pressupõe uma atuação integrada, por meio de ofertas que, articuladas, poderão conduzir a respostas mais efetivas, tendo em vista a complexidade das situações de riscos e violações de direitos vivenciadas pela população em situação de rua (BRASIL, 2011b).

O trabalho do psicólogo direcionado as populações em situação de risco e vulnerabilidade social, dentro da Política Pública de Assistência Social, a partir da PSB, se dirige a indivíduos, famílias e grupos em vulnerabilidade decorrente de pobreza, exclusão e/ou violência. Nesse sentido, o trabalho do psicólogo no CRAS orientou-se pelo favorecimento do desenvolvimento de potencialidades e autonomia dos sujeitos e fortalecimento de vínculos sociais. Usando da escuta de fatores subjetivos na interação social, intervenção psicossocial, processos grupais, mobilização comunitária, análise de estigmas sociais etc. (AFONSO, 2008). Nesse sentido, indo ao encontro da autora, o trabalho pauta-se pela existência da escuta clínica no social. Assim, o trabalho do psicólogo, passa pela valorização da cidadania, inclusão da participação social, cultural e política, de modo que o sujeito atue com base em sua reflexão, alianças e projetos (AFONSO, 2008).

Desse modo, durante a prática de estágio em um CRAS da Cidade de Montes Claros/MG atendeu-se um território extenso, com demanda concentrada em bairros menos favorecidos economicamente, sendo a área com maior demanda é onde o CRAS se situa e seu entorno, as demais áreas abrangidas não correspondem a um número grande de demanda. Assim, foram realizadas atividades como discussão de casos, organização de prontuários, acompanhamento estudo de caso com a rede (Centro Referência Especializada da Assistência Social - CREAS e conselho tutelar); atendimento de acesso atualização cadastral e acesso à documentação, bem como atendimento de escuta qualificada com orientações e de encaminhamento a rede. Também foi possível realizar uma roda de conversa com usuários do equipamento e planejamento para encontro grupal. O CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social. É responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e que se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, possibilitando o acesso de muitos usuários à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009). Assim, foi possível a partir dessa unidade de proteção social básica, atuar na prevenção de ocorrências de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios abrangidos por esse equipamento no presente município, a partir do desenvolvimento de potencialidades, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Para tanto, é necessário ressaltar que o trabalho e prática de estágio no Sistema Único de Assistência Social exige uma metodologia de trabalho interdisciplinar e intersetorial, visando a construção de uma abordagem participativa, o desenvolvimento de potencialidades, a autonomia dos sujeitos e fortalecimento de vínculos. A interdisciplinaridade visa o compartilhamento de métodos e integração do campo de intervenção, pois somente assim se produz uma prática que viabilize a construção de abordagem participativa, desenvolvimento de potencialidades e autonomia dos sujeitos atendidos nos equipamentos do SUAS e o fortalecimento dos vínculos sociais destes, como reforça Afonso (2008).

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Essa experiência de exercício profissional de tais práticas de estágio nos equipamentos da assistência social, possibilitaram a aproximação do fazer psicológico no campo do SUAS, favorecendo o processo de aprendizagem, o desenvolvimento de potencialidades e a aproximação com a comunidade atendida, ampliando a perspectiva do social. Assim, buscou-se oferecer um serviço de qualidade, mediar os sofrimentos relatados pelos usuários do equipamento, evitar perpetuações de quadros de vulnerabilidade, e principalmente, favorecer a emancipação social destes cidadãos. Para tal, foi necessário contextualizar as condições históricas, culturais, sociais dos atendidos, visando o enfrentamento e superação das vulnerabilidades apresentadas.

Referências

AFONSO, Maria Lucia. O que faz a psicologia no sistema único da assistência social?. *Jornal do Psicólogo-CRP/MG*, 91, p. 14, 2008. Disponível em: http://www.escolalasalles.com.br/2008/documentos_pdf/publica%C3%A7%C3%B5es/Fundamental%20I/Artigo%20L%C3%BAcia%20Afonso%20JP.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. SUAS e População em Situação de Rua – Volume 3 – Brasília, 2011a. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em 06 jun. 2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas e Respostas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP SUAS e População em Situação de Rua**. Brasília, 2011b. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/02-livreto-perguntas-respostascentropoprua-impressao.dez.pdf>. Acesso em 06 jun. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome., 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em 06 jun. 2021.

SANTANA; Rubens. **Centro POP da Prefeitura oferece diversas atividades para pessoas em situação de rua**. Prefeitura Municipal de Montes Claros, 17 de set. 2019. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/noticia/desenvolvimento-social/centro-pop-da-prefeitura-oferece-diversas-atividades-para-pessoas-em-situacao-de-rua>. Acesso em 10 jun. 2021.

O PAPEL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO PARA A GARANTIA DA CIDADANIA DIGITAL

COLARES, André Matheus Brandão¹; MÁRCICO, Felipe Mendes¹; MARTINS, Lincoln Luiz Pereira¹; OLIVEIRA, Nicolle Mendes de¹; PINHEIRO, Andressa Mendes de Freitas²

¹Discente das UNIFIPMoc; ²Docente das UNIFIPMoc

Resumo: As transformações tecnológicas, eventualmente, geraram uma nova problemática para o Estado e o Direito, visto que um novo espaço de participação social, a internet, surgiu ainda desregulado, necessitando de uma atuação firme e justa por parte do direito. Sendo assim, a internet ainda necessita de uma fiscalização firme e constante por parte dos órgãos estatais competentes. A presente pesquisa tem como objetivo analisar o papel do Estado Democrático de Direito na concretização da cidadania digital. Os dados foram obtidos a partir de artigos. A partir da leitura dos artigos, nota-se que o espaço cibernético é altamente propício e adequado para o florescimento dos aspectos de uma democracia, e, portanto, é apto ao exercício de uma cidadania digital. Entretanto, é necessário que o direito seja atuante nele, para que isso possa ocorrer, visto que é um espaço em que abusos e infrações são facilmente identificáveis. Percebe-se ainda, que há um longo caminho para a concretização da cidadania digital, porém, nota-se que os meios para garantir essa concretização já existem, e o processo de inclusão digital para trazer essa cidadania já está acontecendo. Portanto, a democracia digital e a necessidade de uma inclusão digital efetiva e satisfatória, sendo evidente a importância dos temas para a concretização da cidadania digital. Torna-se evidente, portanto, que as transformações sociais originadas pelo avanço tecnológico-informacional alteraram a participação social humana, trazendo para essa esfera a internet e todas as suas consequências, tanto positivas quanto negativas. Nesse aspecto, cabe ao Estado Democrático de direito modular como a sociedade interage com a internet, visando torná-la um espaço seguro e igualitário para o exercício da cidadania digital com êxito.

Palavras-chave: Democracia. Cidadania. Digital. Transformação.

REFERÊNCIAS:

DA ROCHA, Maria Célia Albino. **A Era Digital: restrição à liberdade de expressão**. 2016. Disponível em: <http://metodistacentenario.com.br/jornada-de-direito/anais/9a-jornada-de-pesquisa-e-8a-jornada-em-extensao-do-curso-de-direito/artigos/o-direito-a-privacidade-na-sociedade-da-informacao/e5-01.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

ROCHA, Claudine Rodembusch; STURZA, Janaína Machado. **Democracia Digital e o Efetivo Poder Estatal: A internet como instrumento para a concretização de direitos**. 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c3df79d5324c4e62>. Acesso em: 26 maio 2021.

REIS, Beatriz de Felipe; GOLDSCHMIDT, Rodrigo. Democracia Digital: O papel da tecnologia no restabelecimento dos vínculos sociedade-estado. **Revista Em Tempo**, v. 18, n. 01, p. 177-200, 2019. Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3211> . Acesso em: 26 maio 2021.

ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E ALIMENTAÇÃO PARA O HOSPITAL AROLDO TOURINHO

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto que uma área de convivência pode proporcionar em um ambiente hospitalar e, em razão disso, propor um projeto arquitetônico de um espaço social no hospital Aroldo Tourinho, uma vez que, conforme será demonstrado, os impactos vão muito além da praticidade alimentar no seio hospitalar. A importância de uma área de convivência pode ser analisada sob três perspectivas principais. Do ponto de vista prático, a relevância se dá com a facilidade com que os internos, os acompanhantes e os profissionais encontrarão para se alimentarem sem necessidade de grandes deslocamentos, principalmente porque a padaria mais próxima não funciona em regime de 24h. Do ponto de vista psicológico, talvez seja o maior motivo pelo qual se justifica a necessidade do presente projeto, haja vista que a importância da convivência social nos momentos difíceis já foi apontada como um importante meio de atravessar as adversidades e nesse ponto o espaço permitirá que as pessoas convivam umas com as outras e apoiem-se mutuamente, permitindo uma abstração do sofrimento. Por fim, no momento atual (ocasionado pela pandemia do COVID-19) é ainda mais relevante a necessidade de se evitar que as pessoas precisem ficar se deslocando para fora do hospital sob risco de contaminação externa, vez que, por mais higienizado que seja o hospital, é um local de alta incidência dos mais variados vírus.

Material e Métodos

O presente trabalho desenvolvido pela equipe V, referente à disciplina de Estágio I do *Centro de Pesquisa e Engenharia, Arquitetura e Gestão (CEPEAGE)*, pelos alunos pertencentes ao curso de *Arquitetura e Urbanismo do centro universitário unifipmoc - UNIFIPMOC*, sob a orientação da supervisora de estágios, consta a evolução do desenvolvimento de uma área de convivência para o *Hospital Aroldo Tourinho*, localizado na Av. João XXIII, 1207 - Edgar Pereira, em Montes Claros. Os métodos usados no referido trabalho foram coletados e desenvolvidos através das aulas utilizando de teoria e prática em seu desenvolvimento; com isso os alunos através de análises documentais, pesquisas bibliográficas e entrevista semi-estruturada, aliadas com o uso de ferramentas da área como softwares de computador, conduziram à uma proposta que apresentasse todos os elementos previamente estudados.

A Pesquisa bibliográfica se deu pelo estudo das normas hospitalares e legislações referentes à arquitetura hospitalar, ponto que foi importante para entender o que deveria ser fundamentado na execução do projeto, desse

modo ressaltados no *Briefing e Moodboard*, ambos desenvolvidos no decorrer do desenvolvimento do projeto. A Partir da coleta de dados obtidas e enviadas pelo representante do hospital e pela análise de fotos que foram tiradas *in loco*, além da na entrevista com a arquiteta do hospital, responsável por nos dar um parecer sobre as necessidades e cuidados que deveriam ser refletidos no trabalho. Foi possível, desse modo, traçar as informações necessárias para o planejamento do projeto, com os dados referentes aos estudos do terreno (coleta de dados), características morfológicas e ambientais do espaço, além dos pontos que precisaria ter cautela, como o funcionamentos do hospital e condições que o espaço implica.

Como atualmente passamos por uma pandemia da COVID-19, não foi possível uma visita mais detalhada no local, porém com os dados obtidos já foi possível o desenvolvimento remoto do projeto. Com as informações coletadas na entrevista, foi possível começar a esboçar as ideias. Com isso, primeiro foi feito um croqui, como base, e foram coletadas algumas inspirações consideradas pertinentes, como as cores que teriam uma melhor influência no espaço, ideias de mobiliários e espaços que seriam desenvolvidos, levando em consideração que a área de um quiosque para venda de alimentos deve apresentar fácil manuseio, tendo em vista que o espaço funcionaria 24hs.

Com o croqui e as ideias definidas, foi desenvolvida a planta *Layout* do terreno através do software AUTOCAD (Figura 1-A) e definir pela equipe, as primeiras alterações projetuais além do memorial descritivo dos materiais e mobiliários que seriam utilizados, ponto que foi organizado em tabelas para facilitar a visualização. Após algumas alterações, foi usado o sketchUP para levantar a volumetria e o Lumion para renderização e representação realista (Figura 1-B), resultados que foram usados na apresentação final do projeto.

Desenvolvimento

A arquitetura não é apenas um estudo baseado em relações métricas e topografias de um espaço, ela traz em cada usuário emoções distintas que podem fazer com que o espaço seja mais desejável, confortável ou que expresse o contrário a quem o frequenta. No campo da psicologia, é estudado como as cores e formas afetam a maneira de se sentir em um espaço. Dessa forma, a integração do espaço com as cores, formas e a relação do usuário com a natureza são características importantes para que ele sinta devidamente acolhido e seja uma área de afetiva, pontos discutidos tanto com a arquitetura Sensorial como na Biofilia. De acordo **Pallasmaa (2011. P. 39)**:

“Toda experiência comovente com arquitetura é multissensorial; as características de espaço, matéria escala são medidas igualmente por nossos olhos, ouvidos, nariz, pele, língua, esqueleto e músculos. A arquitetura reforça a experiência existencial, nossa sensação de pertencer ao mundo, e essa é essencialmente uma experiência de reforço da identidade pessoal. Em vez da mera visão, ou dos 5 sentidos clássicos, a arquitetura envolve diversas esferas da experiência sensorial que interagem e fundem entre si”. **PALLASMAA (2011. P. 39)**:

A atual situação sanitária que assola o mundo atualmente, com o COVID-19, faz necessário um questionamento mais amplo, além dos pontos já discutidos anteriormente, sobre a arquitetura hospitalar e as condicionantes que visam trazer bem estar e qualidade de convivência entre os usuários desse recinto, sobre quais as premências além do meio estético e composição geométrica, que o espaço traz ao usuário como meio de expressão, tendo em vista que todos os componentes são importantes para trazer harmonia e bem estar ao usuário. Além disso, foram utilizadas a norma brasileira de acessibilidade NBR-9050 (Tabela 1) e informações diretas dos representantes do hospital. Nesse sentido, de acordo com **Santos e Bursztyn (2004)**, ao projetar hospitais feitos para curar, Lelé devolve ao edifício hospitalar a capacidade de contribuir para o processo da cura. Ao projetá-los com essa finalidade resgatar um objetivo que surge no final no século XVIII e que não vem sendo enfatizada por boa parte da arquitetura hospitalar contemporânea.

Após passar pelo processo de pesquisas e obter informações suficientes para o desenvolvimento do projeto, foi estipulado quais seriam o conceito e partido do projeto, além de uma setorização e fluxograma da área em específico. O espaço foi pensado buscando trazer serenidade, conforto e conexão entre os pacientes, visitantes e

funcionários com uma arquitetura biofílica e modular (quiosque), já pensando em abrir possibilidades de futuros novos arranjos para a área projetada, trazendo conforto aliado a modernidade, de uma forma a explicitar e abrir espaço para convivência entre os usuários. Com isso, foi estabelecido como proposta uma Área de alimentação com espaço de convivência semi-coberta no Hospital Aroldo Tourinho, que funcionaria 24hs, já tendo em vista que funciona 24hs e estaria a disposição tanto para os funcionários, visitantes e pacientes da instituição, com o objetivo de trazer entretenimento e um local de respiro para o interior do hospital, com isso foi projetado um quiosque modular, com prateleiras, armários de armazenamento, pretendendo-se que seja destinado a lanches rápidos e de fácil manuseio. Outras propostas planejadas foram o uso de um mobiliário diferenciado, como os bancos de concreto e madeira com a modernidade de fitas de Led, e uso de cores claras com fundo azul e verde, tudo aliado-se ao conceito e partido.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

A partir do que foi elucidado acima, percebeu-se que a configuração de um processo de elaboração projetual, aplicou conhecimentos interdisciplinares e novas dinâmicas de trabalho. Todas as atividades proporcionaram pré-concepções do que seria proposto, permitindo que houvesse uma linha de raciocínio presente em todo o processo. Além disso, outro fator de grande importância para o aprendizado foi o trabalho em grupo, que possibilitou dois tipos de desenvolvimento, o primeiro sendo o projetual, configurado pelas diversas idéias que permeavam cada um do grupo e eram combinadas em um todo, permitindo o produto final, e a segunda, que de certo modo, se fez o desenvolvimento mais importante, o pessoal, que além de ser um difícil processo em situações normais, foi acentuado pela situação sanitária atual. Portanto, conclui-se que a disciplina de estágio proporcionou não só um aprendizado técnico, mas também consolidou questões como responsabilidade e empatia dentro da dinâmica de trabalho.

Agradecimentos

Agradeço a orientadora *Lívia Freire*, ao Centro Universitário Uni Fipmoc - UNIFIPMOC, pela orientação e incentivos durante todo o processo, ao Centro de Pesquisa e Engenharia, Arquitetura e Gestão (CEPEAGE) por possibilitar a execução do presente trabalho e a todos os que ajudaram na aquisição de conhecimentos acadêmicos durante o processo.

Referências

PALLASMAA, JUHANI. **Os olhos da pele: A arquitetura e os sentidos**. Porto Alegre, Bookman, 2011

SANTOS, MAURO; BURSZTYN, IVANI. **Saúde e Arquitetura, Caminhos para a Humanização dos Ambientes Hospitalares**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2004

Tabela 1. Tabela especificando materiais usados nos sanitários devidamente acessíveis, seguindo as normas sanitárias e NBR9050.

BANHEIRO			
PRODUTO	MARCA	DIMENSÕES	PREÇO
Alça de apoio Inox	Deca	60 x 6 x 36 cm	R\$ 295,80 A
Barra de apoio articulada - Inox	Deca	60 x 9 x 25 cm	R\$ 497,50 A
Espelho Retangular	SenSea	85 x 3 x 53 cm	R\$ 370,00 A
Saboneteira com Reservatório	Nobre - Select	11 x 11 x 27 cm	R\$ 499,00 A
Porta papel toalha	Nobre	25 x 13 x 30 cm	R\$ 119,90 A
Vaso Sanitário com Caixa Acoplada 3/6L	Nobre	11 x 11 x 27 cm	R\$ 275,00 A
Lavatório de apoio	Nobre - Select	11 x 11 x 27 cm	R\$ 49,90 A
Lixeira Inox	Nobre	25 x 13 x 30 cm	R\$ 99,00 A
Torneira Inox	Nobre	25 x 13 x 30 cm	R\$ 36,90 A
Ralo quadrado Inox	Nobre	25 x 13 x 30 cm	R\$ 58,00 A
Porta Papel Higiênico	Nobre	25 x 13 x 30 cm	R\$ 399,90 A
Alça de apoio Inox	Deca	60 x 6 x 36 cm	R\$ 599,00 A
Barra de apoio articulada - Inox	Deca	60 x 9 x 25 cm	R\$ 64,90 A
Espelho Retangular	SenSea	85 x 3 x 53 cm	R\$ 85,00 A
Saboneteira com Reservatório	Nobre - Select	11 x 11 x 27 cm	R\$ 48,90 A
Porta papel toalha	Nobre	25 x 13 x 30 cm	R\$ 64,00 A
Vaso Sanitário com Caixa Acoplada 3/6L	Deca	64 x 37 x 74 cm	R\$ 134,90 A
Lavatório de apoio	Deca	45 x 18 x 36 cm	R\$ 329,00 A
Lixeira Inox	SenSea	17 x 17 x 25 cm	R\$ 17,39 A
Torneira Inox	Deca	14 x 4 x 26 cm	R\$ 39,00 A
Ralo quadrado Inox	Hunter Trade	15 x 15 cm	R\$ 47,40 A
Porta Papel Higiênico	SenSea	5 x 5 x 15 cm	R\$ 65,00 A

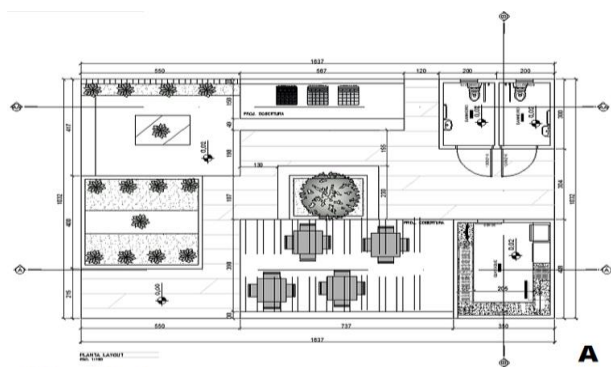


Figura 1.A - Planta layout da proposta de área de convivência para o Hospital Aroldo Tourinho com proposta de área de convivência, apresentando área de convívio, área de alimentação com quiosque, jardins e sanitários acessíveis. **B** -Representação espacial com quiosque e espaços humanizados, utilizando os softwares Sketchup e Lumion.

DOENÇA DE PARKINSON: ETIOLOGIA, SINTOMATOLOGIA, FISIOPATOLOGIA E TÉCNICAS TERAPÊUTICAS

Taynnah Maria Freitas Gontijo e Barcellos¹; Alice Caldeira Jorge dos Santos¹; Bianca Damasceno Janhaki Mota¹; Ester Fernanda Honório Mendes¹; Heria Vieira Cunha¹; Vinícius Gomes e Martins¹; Josiane Santos Brant Rocha²

¹Acadêmico do curso de Medicina da instituição UNIFIPMoc

²Professor do curso de Medicina da instituição UNIFIPMoc

INTRODUÇÃO: A Doença de Parkinson (DP) é uma doença multifatorial crônica que é a principal causa de parkinsonismo, é de início comum em idades avançadas e que causa grande impacto na vida dos indivíduos acometidos, mas que com diagnóstico e tratamento é possível melhorar a qualidade de vida desses pacientes. **OBJETIVO:** Descrever a etiologia, sintomatologia, fisiopatologia e técnicas terapêuticas da DP. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de revisão narrativa. As bases de dados utilizadas foram o Google Acadêmico, a plataforma digital de dados de pesquisa Scielo e complementada por uma revisão manual em livros de Neurologia e Patologia. Os descritores foram: medição da dor; cuidados de enfermagem e sinais e sintomas, acrescidos dos termos etiologia, fisiopatologia, sintomatologia e técnicas terapêutica. O período de abrangência foi de Janeiro de 2003 a maio de 2021. **RESULTADOS/DISCUSSÃO:** Foram analisados 26 estudos que evidenciaram as características da Doença de Parkinson, caracterizada pela perda de neurônios dopaminérgicos, que resulta em alterações fisiológicas, segundo Brasileiro Filho (2016). Nesse estudo foi evidenciado a fisiopatologia da DP decorrente de lesões por estresse oxidativo e neuroinflamações que levam ao aumento da ação de células gliais e à morte neuronal. Tendo sua etiologia associada à predisposição genética, sendo a principal manifestação clínica o acometimento motor. De acordo com Rocha et al. (2021), o tratamento tem a finalidade de regredir o desenvolvimento da degeneração, esse tratamento de caráter multifatorial se constitui de medicamentos, como o Levodopa, e participações da fisioterapia e da educação física. **CONCLUSÃO:** O presente estudo reforça a importância do tratamento multiprofissional para a DP com o objetivo de preservar as funções motoras e independência desses pacientes. Entretanto, é indispensável que mais estudos sejam feitos com a finalidade de investigar diagnósticos precoces para esta patologia e assim ser possível ofertar uma melhor qualidade de vida para os portadores da DP.

Palavras chave: Doença de Parkinson. Etiologia. Sintomatologia. Fisiopatologia. Técnicas terapêuticas.

REFERÊNCIAS:

BRASILEIRO FILHO, Geraldo. **Bogliolo Patologia**. 9. ed. Rio de Janeiro – RJ; Guanabara Koogan LTDA, 2016. 976 p. ISBN 978-85-277-2983-3.
ROCHA, Iane Lopes da; NOGUEIRA, Emanuella de Castro Negreiros; CUNHA, Daniele Cavalcante Medeiros da Cunha; GUERRA, Bruno Mendes Moura Dias; NOGUEIRA, Jackeline Dias Cunha; ALMEIDA, Andrey Dady de Sousa; AROUCA; Kalliny Luiza Dias; ROCHA, Thaiz Helena Lopes da; ARAUJO, Alyne Rodrigues de; BARROS, Mário Abel Lima. Efeitos adversos dos medicamentos antiparkinsonianos e sua influência na qualidade de vida dos pacientes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v.13, n.1, p.1-10, 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

DRUMONND E A PUBLICIDADE: DIÁLOGOS E REPETIÇÕES

Ana Livia Prates Fonseca¹; Andréa Nogueira do Amaral Ferreira ²

¹ Graduanda em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda (UNIFIPMoc).

² Professora do UNIFIPMoc. Doutoranda em Desenvolvimento Social e mestre em Estudos Literários (Unimontes).

RESUMO: Discute-se que relações entre literatura e publicidade acontecem desde o século XIX. Como não haviam profissionais específicos para este novo setor na mídia impressa, os escritores, principalmente poetas, colocavam seu talento a serviço da publicidade. A nova modalidade de trabalho surgia devido à demanda de produtos e serviços para os quais os poetas e romancistas apareciam como os mais qualificados. Muitos outros emprestaram sua arte à publicidade. Casimiro de Abreu escreveu uma peça para o Café Fama, em redondilha maior e rimas alternadas, fácil de memorizar: “Ah! Venham fregueses! / E venham depressa / Que aqui não se prega / Nem logro, nem peça” (CARRASCOZA, 1999, p. 66). Até os dias de hoje, a literatura enriquece a produção publicitária brasileira, colocando-a como uma das mais criativas do mundo. A publicidade, nessa trajetória, também foi tomando emprestado da literatura muitos de outros recursos estilísticos, dentre eles a repetição que se destacam na obra de Carlos Drummond de Andrade, que pode ser vista na produção de textos publicitários atuais. Para Gilberto Mendonça Teles (1976) o processo expressivo conhecido por repetição constitui um dos mais eficientes na intensificação da linguagem. É que reiterando a palavra ou parte dela descobria-se a possibilidade de forçar a língua e ajustá-la às necessidades da comunicação. Nessa perspectiva, este trabalho propõe estudar o diálogo entre o texto publicitário e a poesia de *Sentimentos do Mundo* de Carlos Drummond de Andrade. Para isso, será analisado o recurso da estilística utilizado como estratégia em cinco poemas da obra *Sentimentos do Mundo* de Carlos Drummond de Andrade e 05 anúncios veiculados na Revista veja do ano de 2019. Espera-se contribuir não só para um novo olhar para os estudos literários em torno da obra poética de Carlos Drummond de Andrade, mas também para um diálogo rico e bastante proficiente entre a publicidade e a literatura no que ambas trazem especificamente da tradição nos dois campos de conhecimento.

Referências

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimentos do Mundo**. 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CARRASCOZA, João Anzanello. **A evolução do Texto Publicitário**. São Paulo: Futura, 1999.

TELES, Gilberto Mendonça. **Drummond – a estilística da repetição**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio Editora, 1976

A LGPD E A PRIVACIDADE DOS DADOS

COSTA, Andressa Graycielle de Jesus¹; SILVA, Jhuliele Fernanda Ferreira Da¹; MATTOS, Lina Fagundes¹; GALVÃO, Luciana Gomes Marques².

¹Discentes do Curso de Direito das UNIFIPMoc;

²Docente do Curso de Direito das UNIFIPMoc.

Introdução: Em vigor desde setembro de 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº13.709, é considerada um marco histórico na regulamentação sobre o tratamento de dados pessoais no Brasil. A LGPD foi sancionada para garantir maior segurança jurídica na manipulação de dados pessoais, elencando obrigações para pessoas físicas e jurídicas quanto a coleta, armazenamento, tratamento e compartilhamento dos dados, tanto online quanto offline. **Objetivo:** Analisar como a LGPD garante a proteção dos dados e preserva a privacidade como direito humano básico. **Metodologia:** Para que este objetivo fosse atingido foi realizada uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória. Quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental. **Resultado:** A LGPD entrou em vigor em 2018 diante do grande desafio de regulamentar sobre o uso de dados no Brasil. Diante de conflitos surgidos pelos episódios de vazamentos e manipulações dos dados pessoais no cenário internacional, a LGPD cria um microsistema normativo, dispõe os requisitos indispensáveis para a interoperabilidade dos sistemas, através de diretrizes de segurança e boas práticas. Com a lei em vigor, surgem os controladores e operadores com o objetivo de definir e limitar as responsabilidades para ambos os agentes de tratamento. A lei define os limites e condições para coleta, guarda e tratamento de informações pessoais, além de estabelecer multas que variam de 2% do faturamento da empresa que viola

as regras, até R\$50 milhões por infração. A lei também criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, órgão da administração pública responsável por zelar, regulamentar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei em todo o território nacional. A Autoridade poderá, a partir de agosto de 2021, impor sanções administrativas àqueles que não estiverem em conformidade com a norma. Com a LGPD, o Brasil entra para o rol de países que possuem lei específica para a proteção de dados pessoais. **Conclusão:** Cada vez mais presentes no dia a dia da sociedade, o tratamento e o manuseio dos dados pessoais deslocaram o ser humano do centro de decisões e de controle, em vários setores e sob vários aspectos, para um cenário em que, a automação e a imersão digital provocam questionamentos jurídicos, políticos e éticos. O uso dos dados sem o controle e a fiscalização necessários, para uma prática legal e ética, servirão apenas para tornar cada vez mais milionárias e monopolistas as plataformas digitais que os coletam e os manipulam, e, sob o crivo da LGPD, encontram balizas, ante a ameaça real à democracia e à humanidade que representa a ofensa à privacidade dos dados.

Palavras chave: Privacidade. LGPD. Dados Pessoais. Tratamento de dados.

REFERÊNCIAS

RUARO, Regina Linden; RODRIGUEZ, Daniel Piñeiro; FINGER, Brunize. O direito à proteção de dados pessoais e a privacidade. **Revista da Faculdade de Direito**. UFPR, Curitiba, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. A democratização dos meios de comunicação em massa. **Revista USP**. São Paulo, n.48, p. 6-17. Dezembro/fevereiro, 2000-2001.

SOUSA, Devilson da Rocha; GORCZEVSKI, Clóvis. A manipulação das informações e o perigo à democracia: a ameaça oferecida pelo acesso irrestrito a dados pessoais. **Revista de Direito Brasileira**. Florianópolis, SC. v. 26, n. 10, p.410-423. Mai./Ago. 2020.

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SETOR DA SAÚDE E A PROTEÇÃO DOS DADOS DO PACIENTE

MACIEL, Adrian Leonardo Araújo¹; FARIA, Maria Jordana G.S²; VELOSO, Victória de Oliveira³; GALVÃO, Luciana Gomes Marques

¹ Acadêmicos do curso de Bacharel em Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

² Professora do Curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc.

RESUMO: Os dados sensíveis são dados pessoais do indivíduo que desnudam as características únicas e específicas de cada ser. No Brasil, esses dados recebem proteção especial na Lei 13.709/18, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, a fim de resguardar os direitos fundamentais de liberdade e privacidade. O presente estudo, tem como objetivo analisar a aplicação da LGPD na área da saúde, focado na proteção de dados sensíveis do paciente. Empregou-se, no desenvolvimento da presente pesquisa, abordagem qualitativa, pelo método dedutivo, mediante procedimento exploratório, através da coleta e análise bibliográfica. Verificou-se que, com entrada em vigor da LGPD, em setembro de 2020, buscou-se proteger a privacidade e a liberdade dos titulares dos dados, que são direitos fundamentais já garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CFRB/88). No que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, essa lei incide à pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, de modo a garantir segurança, transparência e maior controle sobre o uso de informações pessoais, conforme disposto no artigo 1º da LGPD. Os dados sensíveis são os dados pessoais que tratam sobre características específicas de cada indivíduo, como origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, por vezes, referente à saúde ou à vida sexual, entre outros, conforme disposto no artigo 5º, inciso II, da LGPD. No que tange à área da saúde, o tratamento

desses dados se torna mais delicado. Dados sensíveis como sobre predisposições genéticas ou que apontam para um provável desenvolvimento futuro de determinada doença, ou registros de enfermidades já manifestadas poderá gerar graves danos ao titular a depender da disponibilização e da forma como for tratado, exigindo maior segurança e controle. Sendo assim, a LGPD incide nas relações médico-paciente, prevenindo vazamentos desses dados ou tratamento discriminatório, ao mesmo tempo em que assegura, como base legal, o tratamento para a proteção da saúde, como se vê no artigo 7º, VIII. Outro cenário diz respeito ao uso dos dados dos pacientes no auxílio a laboratórios com vistas ao desenvolvimento de um serviço ou produto médico para o qual se exige acesso ao histórico de doenças e alergias à medicamentos de pacientes. No entanto, observou-se que o uso desse tipo de conteúdo para fins mercantis leva a uma maior fragilidade dos titulares, tornando os dados fonte de lucro econômico, razão pela qual a LGPD confere limites ao compartilhamento desses dados e prevê penalidades que variam entre multas simples e sanções administrativas. Diante do exposto, conclui-se que a criação da LGPD tem grande relevância na área da saúde, em razão dos dados sensíveis vinculados à relação médico-paciente, dispondo sobre uma série de obrigações e deveres aos operadores desse mercado, desde que embasados no legítimo interesse.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados, Dados Sensíveis, Área da saúde, Covid-19

Referências:

BRASIL. Decreto- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Institui a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União, Brasília-DF Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

SUTEL, Roberta de Oliveira; HERMES, Pedro Henrique; SILVA, Rosane Leal da. A proteção de dados sensíveis na área de saúde em laboratórios. **Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**. Rio Grande do Sul, ed. 2019, set/2019. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/5.16.pdf>.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; NOGAROLI, Rafaella; CAVET, Caroline Amadori. Telemedicina e proteção de dados: reflexões sobre a pandemia da COVID-19 e os impactos jurídicos da tecnologia aplicada à saúde. **Revista dos Tribunais** [recurso eletrônico]. São Paulo, n.1016, jun. 2020. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/37577>. Acesso em: 26 de maio. 2021.

FIXAÇÃO DE ALIMENTOS À LUZ DE LA CASA DE PAPEL

Introdução: A relação entre os personagens Arturo e Mônica (Estocolmo), da série La Casa de Papel, traz uma fictícia possibilidade de fixação de alimentos para o filho entre eles concebido. Os alimentos são fundamentados através do princípio da dignidade da pessoa humana, princípio base do ordenamento jurídico brasileiro. **Objetivo:** Busca-se utilizar a série La Casa de Papel para exemplificar a fixação de alimentos através do pressuposto básico de necessidade-possibilidade. **Método:** Utilizou-se a pesquisa qualitativa, exploratória e o método dedutivo, com estudos bibliográficos de livros e artigos. **Resultados:** A fixação de alimentos é um direito, composto pela necessidade de quem pede e o recurso de quem paga. Quem pleiteia alimentos denomina-se alimentando ou credor, enquanto quem deve pagar trata-se do alimentante ou devedor. Muitos podem pensar que os alimentos referem-se apenas a alimentação, porém a verdade é que sua concepção jurídica é bem mais ampla, ou seja, abrange tudo aquilo que se torna essencial para a subsistência e manutenção de uma vida digna por alguém, incluindo por exemplo a saúde, moradia, cultura e educação. Os alimentos decorrem da chamada solidariedade familiar e tem como fundamento a solidariedade recíproca, aplicada a todos os membros de uma família. A Constituição Federal em seu 229º artigo estabelece que os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade. Vale ainda ressaltar os alimentos gravídicos, que são garantidos por lei, e asseguram direito a alimentos ao nascituro durante o período da gestação, a fim de custear despesas relativas à gravidez, e são necessários indícios de paternidade para que essa obrigação se incida. **Conclusão:** Conclui-se que na série La Casa de Papel, Mônica poderia mesmo antes

do nascimento da criança pleitear alimentos gravídicos, ou mesmo depois do nascimento do filho; sendo esse, um direito irrenunciável, intransferível, impassível de cessão, ao qual é garantido tanto pela Constituição quanto pelo Código Civil/2002.

Palavras-chave: Alimentos. Dignidade Humana. Direito

A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA NA REABILITAÇÃO FUNCIONAL DE MULHERES MASTECTOMIZADAS

CRUZ, Livia Silveira Aguiar ¹; FERREIRA, Jamile Stefany Silva ¹; BARROS, Carla Andreia Caldeira De ²;

¹ Acadêmicas do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc.

² Professora do curso Fisioterapia da instituição UNIFIPMoc.

RESUMO

Introdução: O câncer de mama é a segunda forma mais comum de câncer, sendo caracterizado pelo crescimento desorganizado e caótico das células do tecido mamário. O tratamento primário dessa doença é uma intervenção cirúrgica chamada mastectomia, podendo gerar alterações físicas e funcionais ipsilaterais, como restrição da amplitude de movimento, diminuição de força muscular, algias, linfedema, disfunção do membro superior e deformidade na região da mama, influenciando negativamente a qualidade de vida das pacientes. Dessa maneira, a fisioterapia proporcionará a prevenção de complicações físicas e psicológicas, facilitando o retorno da funcionalidade do membro comprometido.

Objetivo: Esse estudo tem como finalidade analisar a importância da fisioterapia na reabilitação funcional de mulheres mastectomizadas, identificando os recursos fisioterapêuticos mais utilizados e relacionar a fisioterapia com a melhora do paciente. **Metodologia:** O presente estudo apresenta uma revisão bibliográfica descritiva sobre a importância da fisioterapia na reabilitação funcional de mulheres mastectomizadas, sendo selecionados 18 artigos científicos para a composição deste trabalho, os qual 06 são no idioma inglês e 12 em português; publicados entre o ano de 2016 à 2020, nas plataformas Scielo, Perioditos, Lilacs, Pedro e Pubmed. **Resultados:** Dentre os achados bibliográficos, a amplitude de movimento articular do ombro é umas das principais alterações observada no pós operatório de mastectomia. Nesse sentido, os recursos dos quais a fisioterapia dispõe se tornam altamente eficazes no tratamento. A cinesioterapia e a drenagem linfática são métodos que apresentam os resultados mais eficazes no tratamento em relação a uma redução no quadro de dor, bem como uma melhora significativa no aumento da força muscular. **Conclusão:** A atuação da fisioterapia no pós-operatório do câncer de mama é de suma importância, já que estruturas são danificadas causando dor e outras comorbidades ao paciente. Portanto a fisioterapia usará métodos que recuperem os sintomas em sua totalidade, possibilitando que o paciente retome as atividades normais.

Palavras-chave: Câncer de Mama. Fisioterapia. Mastectomia. Reabilitação.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A. E. M.; SALERNO, G. R. F.; Physical Therapy Activity After Breast Cancer Mastectomy: A Literature Review. *Mastology (Impr.)*; v.29, n.2, p. 97-102, abr./jun.2019

LIRA, N. G et al. Análise De Técnicas Fisioterapêuticas Utilizadas Em Pacientes Submetidas À Mastectomia: Uma Revisão Integrativa. *ConScientiae Saúde*, v.15, n.2, p.304-311, 2016

SÁ, L. T. S.; COSTA, C. L. A.; CONCEIÇÃO, M. S.; LIMA, M. O.; CRUZ, C. B.; BRITO, R. S.; REIS, L. J.; Os recursos fisioterapêuticos na reabilitação de mulheres pós mastectomizadas. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 44, p. e2788, 26 mar. 2020.

Resumo oriundo do Trabalho de Conclusão de Curso da UNIFIPMoc

VACINAÇÃO: INTERVENÇÃO EDUCATIVA POR MEIO DE UM PANFLETO PARA O INSTAGRAM

Introdução: As vacinas estimulam o [sistema imune](#) a produzir anticorpos, que atuam contra os agentes patogênicos responsáveis por algumas enfermidades mais graves, como Hepatite A e COVID-19. Por isso, há a necessidade de uma maior conscientização, através de campanhas eficazes e profissionais qualificados, com o intuito de erradicar várias doenças preveníveis por meio dos imunobiológicos. **Objetivo:** Relatar a elaboração de uma intervenção educativa a fim de proporcionar maiores conhecimentos acerca da vacinação. **Método:** Pesquisa ação, baseada na construção de um produto técnico desenvolvido em três etapas: inicialmente foi realizada uma revisão de literatura com o objetivo de aprofundar sobre a temática central, posteriormente elaborou-se o produto técnico, e por fim ocorreu a divulgação.

Resultados: O produto técnico elaborado foi um panfleto para ser divulgado nos *storys* do Instagram, que consiste em um material didático informativo/ ilustrativo, apresentando um conteúdo incentivador da atualização do cartão vacinal e um destaque da importância da vacinação, uma vez que é um mecanismo necessário para garantir uma saúde pública mais eficaz. **Conclusão:** Acredita-se que a utilização do Instagram facilita a ampla divulgação de campanhas, por ser uma rede social que alcança uma maior visibilidade, fazendo com que o panfleto atinja um número maior de pessoas, e assim atualizem o cartão vacinal nos postos de saúde mais próximo.

Palavras chaves: Vacinação, Pandemia, Intervenção educativa.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

GESTÃO, CONTROLE E PLANEJAMENTO DE OBRAS

COSTA, Lucas¹; TEIXEIRA, Maria ¹, ALMEIDA, Marian ¹; OLIVEIRA, Helder²

¹Graduando em Engenharia Civil pelo UNIFIPMOC

¹Titulação. Orientador e docente do UNIFIPMoc.

1.INTRODUÇÃO

Acreditasse que a vida é feita de desafios, dificuldades e consequentemente sugestões para cada problema. E na engenharia civil, não é diferente. Uma vez que vivemos em uma sociedade com constante mudanças, evoluções tecnológicas, valorização e desvalorização de moeda e mão de obra. Em um projeto de planejamento e gestão de obra. Temos de olhar para todos esses aspectos, a onde um dos maiores desafios são, tempo, custo e qualidade.

Como podemos ver ao ano de 2020, foi um ano atípico, a onde os valores de materiais de construção tiveram um alta de quase 200% alguns, com prazo de entrega indeterminado. Valorização da moeda nacional defasada, produtores nacionais retirando mais que 50% do material para exportação com a alta da moeda americana. E conseqüentemente desabastecendo o mercado nacional e um alta do valor consideravelmente.

Com isso, temos em vista e foco apresentar nesse **TCC I**, soluções e hipóteses cabíveis para combater todos os aspectos acima. Gerenciando uma execução com desperdício tendendo a zero, otimização de tempo e mão de obra. Não deixando de lado mercado financeiro, podemos prever algumas altas e baixas de moedas. Conseqüentemente podendo prever o gasto do empreendimento (uma vez que grande parte dos insumos para confecção de ferragem e algumas peças cerâmicas vem de fora), fazendo pedidos com antecedência, comprando com preço acessível e a entrega programar para cada fase do empreendimento, EX: prever quanto tempo se levar para fazer o assentamento de revestimento cerâmico em um empreendimento e alinhar a compra do mesmo com sua chegada na obra.

Dentro desta premissa, pode-se afirmar que o exercício do planejamento tende a reduzir a incerteza envolvida no processo decisório, induzindo o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos e desafios estabelecidos para a empresa.

LIMA JUNIOR (1999) relata que empresas com sistemas de planejamento e controle da produção ativos e confiáveis, se permitem tomar decisões mais arrojadas no 16 conceito de aceitar menores margens de resultados em benefícios de ganhos de escala na produção.

E por fim, segundo NBR 5670 (1977), o empreendimento de engenharia ou de construção civil é o conjunto de obras, instalações e operações com a finalidade de produzir bens, ou de proporcionar meios e/ou facilidades ao desenvolvimento e ao bem estar social.

7. MATERIAIS E MÉTODOS

Planilhas, gráficos, consultoria de mercado e cotações.

Prevenção de falta, e aumento de materiais, check list , relatório diário, e baixa de estoque imediata .

8. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos últimos anos, a indústria da construção civil vem apresentando mudanças significativas em seus processos construtivos. Com o crescimento da concorrência, torna-

se necessário uma mão-de-obra cada vez mais especializada e um melhor gerenciamento dos processos, aumentando assim a importância do planejamento e das inovações tecnológicas para a execução dos serviços com maior produtividade e qualidade. Na engenharia civil, hoje o maior problema é conciliar custo, qualidade e tempo. Com isso o papel do engenheiro civil, é fundamental para uma boa execução, gestão e planejamento. Com isso, podemos identificar como o maior problema, a falta de planejamento, gerando custo elevado, tempo de execução superior ao limite tanto por má gestão, quanto por falta de materiais em mercado.

Devido à grande oferta imobiliária do mercado, a maior exigência por parte dos clientes e em alguns casos a escassez de recursos para construir, as empresas do ramo da construção civil têm como objetivo serem mais competitivas, tencionando gerenciar melhor seu sistema produtivo e investir em tecnologia a fim de ampliar a produção e qualificar seus lucros (FORMOSO, 2001).

Nesse contexto, o processo de planejamento e controle passa a cumprir um papel fundamental em empresas, na medida que tem um forte impacto no desempenho da produção. Estudos realizados no Brasil e no exterior comprovam este fato, indicando que deficiências no planejamento e no controle estão em principais causa de baixa produtividade do setor, em decorrência de elevadas perdas e baixa qualidade.

Planejamento é essencial para ter-se eficiência e consequentemente aumentar as chances de sucesso em todos os aspectos de uma obra, sendo construção ou reforma. Um planejamento consiste basicamente na facilidade de uma realização de caminhos para uma construção de um referencial futuro, cujas principais finalidades são, a redução de custos e desperdícios nos canteiros de obras, assim como a otimização e maior agilidade nos processos construtivos. É muito importante avaliar um canteiro de obra quanto ao planejamento, estocagem de material e uso de equipamentos de segurança, e desenvolver sugestões de melhoria nos itens levantados.

E diante disso, fizemos perguntas, para um público diversificado, relatando dúvidas sobre o benefício do planejamento.

Se acham válido um cronograma que indique uma principal fidelidade para uma redução de custos, e etc. E o resultado foi obtido por 66 pessoas, que iremos apresentar graficamente.

Gráfico 01

VOCÊ SABE QUANTO TEMPO DE CONSTRUÇÃO INFLUENCIA EM SEUS CUSTOS FINAIS ?

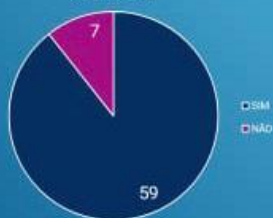
RESPOSTAS



6

UM CRONOGRAMA FEITO COM RESPONSABILIDADE E COMPETÊNCIA, TEM COMO OBJETIVO PREVER CERTOS DESAFIOS EM UM EMPREENDIMENTO. NA SUA OPINIÃO, EMPRESAS/CONSTRUTORAS QUE ESTIVERAM COM CRONOGRAMAS BEM PLANEJADO, CONSEGUIRAM MINIMIZAR CUSTO NESSA PANDEMIA ?

RESPOSTAS



7

Gráfico 02



Ao implementar o processo do planejamento, o objetivo é visualizar situações futuras independente da técnica utilizada e das ferramentas de suporte, a fim de tomar decisões que conduzam ao menor impacto no custo, prazo e qualidade dos serviços.

O canteiro de obras pode ser definido como a “área de trabalho fixa e temporária, onde se desenvolve operações de apoio e execução de uma obra”. Segundo a Norma Regulamentadora 18 (NR-18, 1995) e também pode ser definido como as “áreas destinadas à execução e apoio dos trabalhos da indústria da construção, dividindo-se em áreas operacionais e áreas de vivência.” Segundo a NBR 12284 (ABNT, 1991).

De acordo com Illingworth (1993), os canteiros restritos podem ser encontrados com maior frequência nos grandes centros das cidades ou onde o custo por área construída é mais elevado, tendo em vista que neste caso as edificações ocupam geralmente o terreno total na tentativa de aproveitar o máximo de lucro. Diante dessa realidade, o autor declara que é necessário ter uma atenção e um cuidado em especial no planejamento de canteiros restritos, demonstrando clareza e objetividade nos critérios adotados.

8.1. Figura 01



Fonte: Google (2021)

8.2. Figura 02



Fonte: Moraes (2016)

Sendo assim, observa-se que o canteiro de obra caracteriza-se por ser uma estrutura bastante dinâmica e flexível, o qual durante o desenvolvimento da obra assume características distintas em função dos operários, empresas, materiais e equipamentos presentes nele. Por sua vez, as áreas de vivência são os locais destinados ao descanso, higiene e permanência dos operários e gerentes da obra (SAURIN, 2006).

Segundo o PMI, o gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas para projetar atividades que visem atingir os requisitos do projeto. Para facilitar o gerenciamento do projeto ele deve ser dividido em fases que constituem seu ciclo de vida (Dinsmore e Cavalieri 2003). O ciclo de vida do projeto serve para definir o início e o fim do projeto e definem qual o trabalho (atividade) deve ser realizado em cada etapa e quem deve estar envolvido. Ele descreve o conjunto de processos que devem ser seguidos para que o projeto seja bem gerenciado (Dinsmore e Cavalieri 2003; PMI 2000).

A gestão de projetos envolve criar um equilíbrio entre as demandas de escopo, tempo, custo, qualidade e bom relacionamento com o cliente. O sucesso na gestão de um projeto está relacionado ao alcance dos seguintes objetivos: entrega dentro do prazo previsto, dentro do custo orçado, com nível de desempenho adequado, aceitação pelo cliente, atendimento de forma controlada às mudanças de escopo e respeito à cultura da organização (PMI 2000).

O planejamento é importante porque, mesmo que não haja como oferecer certeza de perfeição em qualquer atividade humana, existe o risco inerente em todas as áreas. Proporciona às pessoas e às organizações garantia razoável de alcance dos objetivos, que por sua vez se traduz em confiança, noção prévia do que se deve fazer e para onde ir. Isso abre o caminho para a eficiência nas ações e para se obter máxima eficácia nos resultados.

Maximiano (1995) reforça e complementa os argumentos sobre a importância do planejamento ao comentar que os processos fiquem sem controles mostrando os caminhos a seguir, evitando e se preparando para eventuais surpresas. Destaca ainda, três importantes benefícios, sendo eles, a permanência das decisões, o equilíbrio e o melhor desempenho.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho serve de parâmetro para futuros empreendimentos. Todo o processo do Planejamento foi correlacionado e demonstrado desde os primórdios, como é elaborado de acordo com as referências teóricas, assim como o monitoramento pode ser controlado, as ferramentas que auxiliam no processo, com exemplos que explicam o que pode ocorrer em qualquer empreendimento durante a sua execução.

Com base na revisão bibliográfica e nas demonstrações realizadas neste trabalho, fica evidente a necessidade de se planejar qualquer projeto de engenharia independente do seu porte. As informações geradas pelas ferramentas de planejamento são fundamentais para o aumento da eficiência das obras e proporcionam ganhos significativos através da otimização de recursos e redução de desperdícios.

10. REFERÊNCIAS

ABNT NBR 5670. **Seleção e contratação de serviços e obras de engenharia e arquitetura de natureza privada.** Rio de Janeiro, 1977

JUNIOR, Luma. Gerenciamento de projetos: procedimentos básicos e etapas essenciais. 1ª Edição – São Paulo: Artliber Editora, 2001

FORMOSO, M, Diretrizes para gestão de fluxos físicos em canteiros de obras, proposta baseada em estudos de casos. 2000. Dissertação.(Mestrado em Engenharia Civil). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS. 2001.

DICIONÁRIO AURÉLIO ON LINE.<http://www.dicionariodoaurelio.com>

ILLINGWORT, Antônio Carlos Freitas Vale. O planejamento estratégico como ferramenta competitiva. 1993.

DISMORE, J. CAVALIERI, F.(2003).Journal, Publicação da Seção do PMI-RS.

ALZHEIMER: UMA ANÁLISE MULTIFATORIAL, DESDE SUA FISIOPATOLOGIA ATÉ OS SEUS IMPACTOS SOCIAIS.

BAILO, Marina Teixeira Carvalho de Abreu e Silva; ALMEIDA, Amanda Godinho Balisa; FERNANDES, Ana Beatriz Paixão; DURÃES, Izadora Vieira; RIBAS, Maria Clara Bandeira¹; ROCHA, Josiane Santos Brant².

¹Discente da UNIFIPmoc, ²Docente da UNIFIPmoc

INTRODUÇÃO: A Doença de Alzheimer (DA) é uma patologia de ordem neurodegenerativa que se enquadra entre uma das demências mais identificadas, manifestando-se por amnésia associada à perda cognitiva. **OBJETIVO:** Compreender a Doença de Alzheimer (DA) no que tange sua fisiopatologia, fatores de risco e desencadeantes, prevalência, diagnóstico, tratamento e os impactos no convívio social com relação ao portador da DH. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão narrativa. As bases eletrônicas exploradas foram o Google Acadêmico, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), além da utilização de um acervo bibliográfico virtual. O período de abrangência incluiu artigos de setembro de 1999 a maio de 2020. Aplicou-se os seguintes descritores: doença de Alzheimer, apolipoproteína E4, diagnóstico e conduta do tratamento medicamentoso. **RESULTADO/DISCUSSÃO:** Foram analisados 26 artigos, por meio deles, pôde-se entender que a fisiopatologia da DA está associada a uma abrangência multifatorial. É evidente que são englobados fatores genéticos importantes nesse processo, mas existem diversos outros aspectos que predis põem o desenvolvimento da patologia, acarretando o comprometimento das sinapses neuronais e formação de novas memórias. Para Pereira (2013), a DA possui como fatores de risco: a doença arterial coronária, HAS, traumatismo craniano anterior grave, dieta com alimentos ricos em gordura e a genética. Segundo Souza (2019), para seu diagnóstico é preciso analisar fatores como: histórico do paciente, amostras sanguíneas, tomografia e ressonância, o líquido e aspectos genéticos. O seu tratamento, tem dois principais focos: o tratamento farmacológico, baseado na sintomatologia, e intervenções psicossociais. A DA impacta socialmente principalmente no âmbito familiar, devido à dependência que é gerada na relação entre o portador e o cuidador. **CONCLUSÃO:** A Doença de Alzheimer

gera grandes impactos na vida dos portadores e de seus familiares. Dessa maneira, o estudo apresentado é necessário para melhor compreensão dessa patologia, a fim de tratá-la da melhor maneira possível. Assim, intervenções com o intuito de minimizar os efeitos dessa demência devem ser realizadas, como por exemplo, nas Estratégias Saúde da Família por meio de projetos de educação em saúde a fim de oferecer para a população local uma assistência completa.

Palavras chave: Alzheimer. Fisiopatologia. Quadro clínico. Prognóstico.

REFERÊNCIAS:

PEREIRA, P. M. C. M.; Doença de Alzheimer: Perspetivas de tratamento. Covilhã. Universidade da beira Interior, 2013, 63f. Dissertação (mestrado)- Programa de Pós- graduação em Medicina, Covilhã, 2013.

SOUZA, E. Alzheimer: diagnóstico e tratamento. Ariquemes: Faculdade de Educação e Meio Ambiente, 2019, 37f. Dissertação (Monografia)- Curso de Graduação em Farmácia, Ariquemes, 2019.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS CRIANÇAS INTERNADAS POR DIABETES MELLITUS EM MINAS GERAIS

Introdução: O Diabetes Mellitus tipo 1 é uma das doenças crônicas que mais afetam crianças em escala global. No Brasil, cerca de 16,8 milhões de indivíduos são diagnosticados com diabetes, enquanto que Minas Gerais ocupa o segundo lugar no ranking entre os estados com maior prevalência. **Objetivo:** Avaliar o perfil das internações por DM em crianças em Minas Gerais no período de 2011 a 2020. **Métodos:** Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente ao número, perfil e gastos de internações por DM e gastos hospitalares em Minas Gerais, no período de janeiro 2011 a dezembro de 2020. Os dados foram obtidos a partir do SIH/SUS, disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://www2.datasus.gov.br>). **Resultados:** No período pesquisado, foram registrados 3345 casos de Diabetes Mellitus em crianças de 0 a 9 anos em Minas Gerais. A região do Centro de Minas Gerais apresentou o maior registro de internações por DM em crianças (1002) e a região do Jequitinhonha exibiu a menor taxa (61). A taxa de mortalidade da região Leste evidenciou o maior número (1,94%) e a região Sul apresentou a menor taxa (0,22%). Verificou-se maior número em crianças do sexo feminino (51,95%), na faixa etária de 5 a 9 anos (60,63%), pertencentes a cor/raça parda (44,04%). Referente as internações, a maioria foi internada em regime privado (31,36%) e em caráter de urgência (99,52%). A média de permanência total foi de 6,2 dias, sendo maior no regime público (7,7 dias). Os gastos com as internações atingiram um valor total de R\$ 2.410.030,36, sendo maior no regime privado (R\$ 641.214,12), no entanto 54,15% desses gastos se encontravam ignorados (R\$ 1.304.975,23). **Conclusão:** As internações em decorrência do Diabetes Mellitus em crianças em Minas Gerais apresentaram uma elevação ao final do período analisado, enquanto que, a taxa de mortalidade exibiu um declínio sutil. Ressalta-se a importância de subsidiar políticas que contemplem um diagnóstico precoce, bem como um tratamento multiprofissional que atenda às demandas de crianças com DM, a fim de reduzir o número de hospitalização.

Palavras-Chave: Criança. Diabetes Mellitus. Hospitalização.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

LEI Nº 13.104/15 (LEI DO FEMINICÍDIO): AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO À MULHER NO BRASIL

**DIAS, Gabriela Cangussú ¹;
SOUTO, Maria Fernanda Freitas ²;
TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes ³.**

¹ Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

² Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

³ Professora do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

RESUMO: A discriminação do gênero feminino tem sido responsável pelo cenário de violência contra a mulher no Brasil, e, por conseguinte, constituiu o motivo para a criação do feminicídio como uma nova qualificadora do crime de homicídio. Sob essa perspectiva, o objetivo desse trabalho foi analisar o feminicídio, que alterou o Código Penal de 1940 (CP/40), a fim de compreender os avanços e desafios decorrentes de sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro. Para o desenvolvimento do estudo, foi utilizado o método de abordagem dedutivo e o procedimento exploratório e qualitativo, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Pelos resultados obtidos, verificou-se que, historicamente, a mulher tem sido vítima de discriminação, sendo com frequência inferiorizada, de modo que se pode compreender que a violência da qual são vítimas manifesta-se como o próprio produto da subjugação de gênero. Por essa razão, tem-se buscado criar legislações que objetivem proteger as mulheres vítimas de violência e, nesse sentido, a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, acrescentou uma nova qualificadora ao crime de homicídio, ao tipificar

a conduta do feminicídio. Destacou-se que o feminicídio incidirá quando o crime for praticado em razão da condição de sexo feminino da vítima, e se manifestará como uma conduta discriminatória, de desprezo ou violência doméstica. Concluiu-se que a inserção desse novo tipo se mostrou importante avanço na busca pela proteção das mulheres vítimas de violência, no entanto, é necessário que o Estado também invista em medida extrapenais voltadas à conscientização social, tendo em vista que o feminicídio é, em grande medida, resultado do comportamento cultural de inferiorização das mulheres. Até mesmo porque, a inclusão da qualificadora do feminicídio não é suficiente para, por si só, reduzir o cenário de violência contra a mulher no Brasil.

Palavras-chave: Mulher. Gênero. Violência. Tipificação. Feminicídio.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 15abr. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.104**, de 09 de março de 2015. Dispõe sobre a alteração feita no artigo 121 do Decreto- lei n 2.248 de 7 de dezembro de 1940 para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o art. 1º da lei n 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em: 15abr. 2021.

IMPACTOS DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS IDOSOS NA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

ALMEIDA, Júlia Barreto¹; WOJCIK, Raquel¹; SÁ, Thaís Cristine S.¹; ARAÚJO, Suellen¹; CRISPIM, Tainá Alves¹; ABREU, Viviane. ¹; MELO, Maria Eduarda¹;

CARDOSO, Anamaria de Souza²

¹Graduandos em Psicologia pelo UNIFIPMoc.; ²Orientadora e docente do UNIFIPMoc.

Introdução: Este estudo se refere à problemática acerca do preconceito e da discriminação com o idoso, tais situações agravaram diante do atual contexto pandêmico, ampliando consideravelmente o sentimento de desprezo. Em suma, diversos fatores acarretam na afetabilidade da saúde mental e física desses indivíduos, sendo assim, faz-se necessário que ocorra a mudança de uma reforma do pensamento em relação ao que acreditamos sobre o idoso e suas necessidades, uma transformação na cultura do envelhecimento a fim de respeitar o idoso em suas particularidades. (HAMMERSCHMIDT; SANTANA 2020) **Objetivo:** Este estudo objetiva-se investigar os impactos da pandemia do coronavírus na vida e nas relações com os idosos na sociedade atual. **Método:** Esse estudo caracterizou-se como pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986) e percorreu acerca das contribuições advindas da psicologia, a partir dos usos de novas estratégias de intervenção e da real possibilidade de oferecer benefícios aos idosos no sentido de promover o envelhecimento saudável no contexto pandêmico. Como produto final, intencionou-se a criação de uma página aberta na rede social Facebook, que foi administrada pelos próprios membros do grupo, onde abrangeu publicações com conteúdos direcionados aos idosos e seu bem-estar físico e mental. **Resultados e Discussão:** Dos resultados obtidos, em relação às porcentagens das publicações, tem-se que, as postagens em sua maioria (33,3%) se referem aos temas “Saúde Mental e Física”, evidenciando que o nosso projeto focalizou o bem-estar físico e mental, possivelmente em virtude de serem acadêmicas do curso de Psicologia, tendo também, outros assuntos como entretenimento (25%) e direitos (8,3%). Além disso, no que tange a interação, foi demonstrado maior engajamento nas postagens de temas como saúde mental (44,7%) e saúde física (32,9%), seguidos por entretenimento (15,8%) e direitos (6,6%). Com os seguintes dados, é possível notar que as pessoas fizeram mais interações com os posts relacionados à “Saúde Mental” e também “Saúde Física”, neste contexto o interesse por estes temas foram maiores considerando as outras opções apresentadas no gráfico. **Conclusão:** Em suma, vale ressaltar a importância deste trabalho, pois é um meio de comunicação acessível e possibilita que informações importantes para a

vida dos idosos sejam veiculadas, através dos conteúdos específicos apresentados, bem como, um espaço salutar para entretenimento, aumentando a possibilidade de tomada de consciência, prevenção e bem-estar.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

REFERÊNCIAS:

HAMMERSCHMIDT, K. S. de A., SANTANA, R. F. Saúde do idoso em tempos de pandemia COVID-19. **Cogitare Enfermagem**: revista da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2020. Acesso em: 14, mar 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72849>.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

A POSSIBILIDADE DE DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO E O DEVER DE REPARAÇÃO CIVIL DOS ADOTANTES

CARDOSO, Ludmila Peres ¹; ALVES, Keila das Dores ²;

¹ Acadêmica do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

² Professora do curso de Direito do Centro Universitário UNIFIPMoc

RESUMO: A adoção no Brasil, além de efetivar os princípios constitucionais do melhor interesse da criança e do adolescente, busca equilibrar o abandono de menores a partir da sua integração a uma nova família, que não a biológica. Nesta perspectiva, a legislação prevê um detalhado processo para se chegar ao deferimento final da adoção, que passa por etapas de análise técnica multidisciplinar e tem como objetivos principais a conscientização dos adotantes e a aproximação, adaptação e vinculação das partes. A presente pesquisa tem como objetivo, então, investigar o dever de responsabilização civil dos adotantes, na eventual possibilidade de desistência da adoção, ainda que durante o seu processo, quando já há vínculo entre os candidatos adotantes e o adotando. Para tanto, foram feitas pesquisas exploratórias e qualitativas, através de revisão bibliográfica e documental, com estudos doutrinários e jurisprudenciais, utilizando-se do método dedutivo. A pesquisa demonstra que para a configuração da responsabilidade civil, em regra, deve-se constatar a ocorrência de um ato ilícito como conduta, a existência de dano, nexo de causalidade entre estes e culpa. Noutro viés, o estudo sobre a evolução histórica da adoção como instituto no ordenamento jurídico brasileiro, mostra que foram formalizados os atos indispensáveis aos adotantes, além de serem determinados os requisitos legais para que se detenha o poder familiar. A partir do estudo dos pressupostos de tal regimento e de decisões proferidas por tribunais estaduais, percebeu-se que os danos, sobretudo psicológicos, causados aos infantes, juntamente com a expectativa frustrada de uma nova constituição familiar, tornam por indispensável a responsabilização quando verificado o vínculo que advém do tempo de convivência entre as partes durante o processo. Assim, havendo desistência dos adotantes já emocionalmente vinculados aos adotandos, deve ser deferida a compensação da criança e/ou do adolescente por todos os abalos psicossociais causados em razão da conduta de abdicação dos propensos pais. Portanto, há possibilidade de aplicação do instituto da responsabilidade civil, visando à reparação dos adotandos e adotados, nos casos de desistência da adoção, ainda que, muitas vezes, anterior ao seu deferimento judicial final. Há necessidade de se avaliar a temática, diante da frequência com que casos desta natureza são prejudicados pela morosidade do judiciário e o período de convivência se arrasta por tempo superior ao previsto legalmente para conclusão do processo de adoção. Dessa forma, conclui-se que a reparação civil servirá como medida socioeducativa e compensatória nos casos de desistência que cause danos aos menores.

Palavras-chave: Adoção. Desistência. Responsabilidade civil.

Referências:

BRASIL. **Lei n.12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre a adoção.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/lei/l12010.htm#:~:text=%C2%A7%20o%20Na%20impossibilidade,1990%2C%20e%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal. Acesso em: 05 de jun de 2021.

TARTUCE, Flávio. **Manual do Direito Civil**. Editora Método. São Paulo: 2021.

PARAÍBA. **Tribunal de Justiça da Paraíba. Apelação Cível no. 0001378-37.2018.8.15.0011.** Relator: Des. José Ricardo Porto. Paraíba, 3 de março de 2020. Disponível em: < <https://tj-pb.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/818388594/13783720188150011-pb/inteiro-teor-818388595> >. Acesso em: 24 de abr de 2021.

A CONVERSAÇÃO COMO MODALIDADE DE INTERVENÇÃO GRUPAL

Luiz Paulo Pereira dos Santos; Allany Lauton de Freitas; André Denner Ribeiro Queiroz; Izadora Dias Birino; Luana Freitas Vieira Pimenta; Marisa Alves dos Santos²¹; Beatriz Santarossa Lopes Guimarães.²²

Introdução

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência dos acadêmicos do 5º período noturno de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), através da matéria “Psicologia de grupos: Modalidades de intervenção”.

A turma foi dividida em grupos com aproximadamente seis acadêmicos cada, no qual cada grupo ficou responsável por elaborar uma apresentação relacionada a uma modalidade de intervenção grupal e criar uma técnica para exemplificar na prática o funcionamento da mesma. A parte teórica foi apresentada no dia 08/04/2021, e a técnica realizada no dia 09/04/2021.

Dessa forma, através das apresentações e das técnicas realizadas em sala de aula, foi possível que os acadêmicos aprendessem ainda mais sobre as modalidades de intervenção grupal a partir da associação da teoria e prática. Sendo assim, este resumo expandido visa relatar a experiência dos acadêmicos dentro da sala de aula.

Material e Métodos

O presente trabalho orientou a prática realizada em sala de aula virtual – fazendo uso do Zoom Video Communications -, a fim de apresentar conceitos da modalidade de intervenção grupal nomeada de conversação. Nesse contexto, os participantes presentes – sendo alunos de psicologia cursando a disciplina de Psicologia de Grupo: Modalidades de Intervenção – foram agrupados em três salas virtuais separadas, incluindo 2 mediadores em cada uma, dessa forma, formou-se o grupo 1 com 5 participantes, o grupo 2 com 4

²¹ Acadêmicos do curso psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc).

²² Professora do curso psicologia da instituição Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc).

participantes e o grupo 3 com 5 participantes. A divisão dessa forma foi feita com a finalidade de permitir que os integrantes do grupo se sentissem à vontade para expor suas opiniões, pensamentos, sentimentos e significantes, essa forma também foi escolhida para melhor manejo e atenção dos mediadores com todos os participantes durante a prática. Por motivo de sigilo os nomes dos participantes serão abreviados ao longo deste trabalho.

Inicialmente, foi explicado sobre aquele ambiente no qual poderiam se expor sem julgamentos e que poderiam falar e se expressar como se sentissem à vontade, sendo esclarecido como funciona a conversação. Em seguida, os mediadores coordenaram a conversação a partir de um tema proposto por eles, no qual se baseou em dificuldades apontadas pela própria turma em outra aula realizada anteriormente, aula que se desenvolveu com a finalidade de aportar os pontos a serem desenvolvidos e os pontos fortes da turma, surgindo o tema sobre a não participação da minoria em sala de aula em discussões. Assim, ao longo da prática ocorre o surgimento de significantes, permitindo a fluência da conversa, sendo assim, os mediadores fizeram uso da observação para direcionar a discussão a partir desses significantes.

Por fim, dos materiais utilizados inclui-se papel e caneta para as anotações de falas e observações feitas ao longo da prática. Anotações essas, usadas pelos mediadores ao final da conversação para encerrar a prática e pontuar falas semelhantes, perspectivas diferentes e soluções sugeridas pelos participantes para o problema inicial abordado – não participação da minoria em discussões grupais na sala de aula. Portanto, o trabalho se desenvolveu como o proposto inicial e baseado nos conceitos da conversação apresentados, ao momento de retorno sobre a prática por parte dos participantes, foram expostos relatos que explicitaram reflexões e o encontro com novas perspectivas.

Desenvolvimento

Em um primeiro momento foi realizada a apresentação teórica por meio remoto com todos os alunos da sala, onde foi apresentada, segundo Miller (2003, *apud* Miranda; Santiago, 2010), a conversação, que é uma modalidade de intervenção grupal em que participantes debatem sobre um tema por eles proposto, podendo expressar as suas dificuldades, opiniões, sentimentos. Na Conversação precisamos estar dispostos a lidar com uma aposta no que virá, tendo como objetivo a produção do inédito, da “associação livre coletivizada”. Conforme dito anteriormente, a sala foi subdividida em 3 grupos para execução da parte prática do trabalho.

O grupo 1 foi composto por cinco alunos participantes e dois alunos coordenadores, sendo que, durante a conversação vários significantes foram surgindo através da associação livre que essa modalidade permite. A proposta era falar sobre a falta de participação da minoria em discussões em sala de aula e, a partir disso, abriu-se o espaço para a manifestação dos participantes. É válido ressaltar que o trabalho foi realizado com alunos que convivem desde o primeiro período e alunos que realizam a disciplina isolada, portanto a discussão foi enriquecida sobre diversas formas de percepção da questão apresentada.

A palavra circulou de maneira igualitária durante a realização do trabalho e todos tiveram oportunidade de expressar, o que segundo Miller (2003, *apud* Miranda; Santiago, 2010) são os efeitos da conversação, uma vez que o que um diz evoca no outro o seu dizer, proporcionando resultados diversos em cada participante. No grupo 1 tiveram destaque algumas falas que remetem a insegurança e medo decorrentes de uma timidez que é presente em grande parte dessa minoria, para os participantes A e M a exigência de participação os deixa ainda menos à vontade, pois a participação ativa de alguns alunos já é suficiente para que a discussão aconteça em sala. Dessa forma, uma postura mais insegura acaba sendo reforçada ao não se sentirem necessários na discussão. Outra questão que foi muito discutida é o distanciamento entre os colegas após a nova modalidade de aula online, o que por sua vez, diminui as possibilidades de formação de vínculos entre a turma, dificultando ainda mais a construção de um ambiente seguro onde as pessoas possam compartilhar as suas fragilidades, segundo relatos da participante Y. Conforme cita a participante M, o momento de intervalo permitia partilhar

com colegas não somente sobre a faculdade, mas sobre a vida e através disso as relações iam se construindo e atualmente não temos conseguido viver esses momentos.

O grupo 2 foi integrado por seis participantes sendo que, destes, duas eram coordenadoras, que iniciaram abordando um pouco sobre o tema que foi levantado como demanda pela própria turma durante uma outra atividade feita anteriormente, que é a participação da minoria nas discussões em sala de aula. A partir disso, conforme Miller (2003, *apud* Miranda; Santiago, 2010), foi dada a palavra ao grupo com o intuito de ouvir mais sobre a opinião e visão dos mesmos, reforçando o respeito e a compreensão do que seria apresentado pelo outro, com o intuito de trabalhar essa conversação que está a de lidar com uma aposta no que virá, tendo como objetivo a produção do inédito, da “associação livre”, em que o que um diz evoca no outro a dizer.

Diante disso, os participantes relataram se achavam participativos ou não, no qual, o participante E disse que cada um participa da forma que é cabível, que depende muito do tema que é abordado, assim o participante G concordou com o colega e disse que são as pessoas que se sentem mais à vontade em cada matéria. Trazendo essa discussão, outros participantes expuseram que também se tratava da personalidade de cada um, pois não quer dizer que não seja participativo visto que participam da forma/jeito de cada um, já que possuem um medo de não serem aceitos em vista das opiniões muito fortes na turma, preferindo não se exporem por terem opiniões diferentes, deixando a participação em sala para pessoas com mais “propriedade” que a mesma. Desta forma, ocorre a proposta feita, conforme Miller (2005, *apud* Miranda et al., 2006), em que realiza-se essa situação de associação livre, sendo coletivizada onde um significante chama outro significante, havendo confiança na cadeia de significante, no qual vários participam do mesmo com algo novo, um ângulo novo e perspectivas inéditas.

O grupo 3 foi conduzido também por dois acadêmicos que iniciaram a conversação virtual, utilizando-se da plataforma zoom com um “quebra gelo”, ou um alívio de tensão, para que os convidados se sentissem à vontade e pudessem compartilhar com maior liberdade de suas experiências, isto é, antes mesmo que fossem propostas. Para Grice (1982, *apud* Garcia; Martins 2002), deve-se preocupar, em especial, não com o que é dito, mas com o modo, a maneira como aquilo é dito.

Os significantes surgem então como resultado da associação livre, e à medida que se seguia a conversação dentro da mesma temática, surgiram temas paralelos, envolvendo questões pessoais e experiências vivenciadas.

Quando mencionado o tema “participação das minorias em discussões em sala de aula”, foi necessário explicar do que se tratava, quem eram aquelas minorias, e com isso elucidar que alguns dos alunos são menos ativos nas discussões e resoluções das questões trabalhadas em sala de aula pelos professores.

Ainda de acordo com Miller (2005, *apud* Garcia; Martins 2002) a surpresa está nessas conversas, no sem sentido que surge delas, mas que pode fazer sentido a algum participante, e por isso a aposta das conversações é fazer emergir o real que toca a cada um. Desta forma alguns dos participantes manifestaram imediatamente interesse sobre o tema, abrindo suas câmeras e áudios, sendo necessária a mediação por parte dos acadêmicos, e com isso, discorreu-se sobre identificar-se como alguém de posicionamentos e valores diferentes, seguido pelos motivos pelos quais alguns dos alunos se manifestam pouco em sala de aula.

Algo muito recorrente foi o relato de não se sentir à vontade com multidões, preferindo recortes menores, em grupos pequenos, se sentindo menos intimidados e mais à vontade. Também foi mencionado por uma das participantes que se sente acuada de fazer alguma pergunta que seja “estúpida” ou “irrelevante”, o que foi sanado por outros participantes imediatamente através do argumento: “a sua dúvida pode ser a dúvida do seu colega”. Discorreu-se sobre o formato das aulas, sobre a forma como alguns alunos se expressam bem mesmo em multidões e sobre as dinâmicas em sala de aula, as quais dependem da cooperação de grupos, mas que ainda assim demonstram predominância de alguns alunos, deixando visível que alguns dos colegas não teriam a mesma descontração e carisma para fazer alguma apresentação no mesmo padrão.

O tempo da dinâmica foi de aproximadamente 90 minutos, e alguns dos alunos participantes apresentaram grande satisfação, mencionando que conversações como aquela deveriam acontecer ocasionalmente e com maior frequência.

Considerações finais

A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiarmos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. De acordo com Miller (2005, *apud* Miranda et. al., 2006), quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e, finalmente, resultam, às vezes em algo novo, perspectivas inéditas. Desta forma conclui-se que a atividade realizada em cada grupo atingiu seus objetivos, proporcionando momentos de reflexão e livre associação a respeito do tema “falta de participação da minoria em discussões em sala de aula” além de outros subtemas e assuntos que foram abordados entre os acadêmicos do quinto período noturno de psicologia.

Referências

- GARCIA, Simone Ribeiro; MARTINS, Francisco. Lógica conversacional e técnica psicanalítica. In: LÓGICA E CONVERSAÇÃO. Rio de Janeiro, 2002.
- MIRANDA, Margarete Parreira; VASCONCELOS, Renata Nunes; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa.. In: PSICANÁLISE, EDUCAÇÃO E TRANSMISSÃO, 6., São Paulo, 2006.
- MIRANDA, Margarete Parreira; SANTIAGO, Ana Lydia. As conversações e a psicanálise aplicada à educação: um estudo do mal-estar do professor e o aluno considerado problema.. In: O DECLÍNIO DOS SABERES E O MERCADO DO GOZO, São Paulo, 8., 2010.

ANÁLISE DA IMUNIZAÇÃO CONTRA O VÍRUS INFLUENZA NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Alice Simões Santos¹; Lucas Lopes Fagundes¹; Pedro Maldonado de Aguiar Costa¹; Rafaela Zilio Bandeira¹; Sálua Trigo El-Khoury Bernardes¹; Karina Andrade de Prince²

¹ Acadêmico do curso de medicina da instituição Centro Acadêmico FIPMoc - UNIFIPMoc

² Professor do curso de medicina da instituição Centro Acadêmico FIPMoc - UNIFIPMoc

RESUMO: É notório que a infecção pelo vírus influenza tem distribuição global e elevada transmissibilidade.¹ Além disso, são os únicos hábeis para causar epidemias anuais recorrentes e, menos frequentemente, pandemias. Dessa forma, faz-se necessário a imunização anual da população a fim de conter essa doença em todo o território brasileiro.² Contudo, as diferentes regiões do Brasil se diversificam quanto ao enfrentamento desse problema, alcançando diferentes resultados. O presente trabalho tem como intuito analisar a imunização contra o vírus Influenza na região Norte do Brasil. Trata-se de um estudo de caráter retrospectivo, descritivo e quantitativo, de modo a buscar exercer ações comparativas baseadas em métodos estatísticos, que será realizado por meio de informações adquiridas e disponíveis no Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS). A pesquisa avaliará a região norte do Brasil em relação à aplicação da vacina Influenza, fazendo comparativo com as outras regiões demográficas do país. A população alvo do estudo será a população da região norte, avaliando doses distribuídas a partir do ano de 2017 até o ano de 2020. Em relação às doses aplicadas na região Norte, houve uma leve evolução ao analisar o ano de 2017 com o ano de 2018 (4,81%). Após esse período observa-se que aconteceu uma drástica diminuição dessa aplicação no ano de 2019 (29,33% em relação ao ano de 2017 e 32,73% para o ano de 2018). No entanto, o ano de 2020 foi marcado por uma ascensão acentuada nas doses aplicadas (25,42%), porém, ainda um número abaixo considerando os anos de 2017 e 2018.

O estado do Amazonas apresentou uma queda de 60,41% entre os anos de 2019 e 2020. Rondônia, Acre, Amapá e Tocantins, mantiveram um equilíbrio na média anual todos os anos. O Pará apresentou aumento exacerbado (572,32%) no ano de 2020 em relação aos anos anteriores.³ O número de aplicações se relaciona com a proteção da sociedade como um todo, já que a vacina é uma medida preventiva contra o vírus Influenza. Contudo, a região norte foi a que menos sofreu alterações no gráfico de doses aplicadas. Sendo assim, é interessante frisar que a região Norte detém uma boa efetividade no desenvolvimento de suas campanhas, mas que requer ao governo continuar investindo nesse intuito para que não se reviva o período de decréscimo vivido em 2019.

Palavras-chave: Vacinas contra Influenza. Influenza Humana.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

REFERÊNCIAS:

1. ALMEIDA, F.J. *et al.* Consenso para o Tratamento e Profilaxia da Influenza (Gripe) no Brasil. Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/pdfs/consenso_influenza.pdf. Acesso em: 08/06/2021.
2. BRASIL – Ministério da Saúde. Vade Mecum simplificado: sem banalizar nem subestimar. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/influenza_aprender_cuidar_banalizar_superestimar.pdf. Acesso em: 06/06/2021.
3. Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI/CGPNI/DEIDT/SVS/MS).

POLIFARMÁCIA EM PACIENTES IDOSOS E INTERAÇÕES MEDICAMENTOSAS IMPORTANTES PARA O CIRURGIÃO DENTISTA

Caroline Nunes Rodrigues¹; Higor Dias Garcia¹; João Victor Barbosa Caldas¹; Ketlen Rayane Gonçalves Pinheiro¹; Vanessa Natália Gonçalves Martins¹; Stéphanie Quadros Tonelli².

¹ Acadêmico do curso de Odontologia da UNIFIPMoc;

² Professora do curso de Odontologia da UNIFIPMoc.

RESUMO: Esse estudo tem por objetivo descrever as principais interações medicamentosas mais importantes para a prática odontológica relatadas na literatura e avaliar os fatores de riscos associados à polifarmácia em pacientes geriátricos. Esse estudo trata-se de uma revisão de literatura, compreendendo buscas de artigos utilizando as bases de dados: Google acadêmico, Scielo e Bireme. Os critérios de inclusão dos artigos foram: artigos em português e encontrado na íntegra acerca da temática citada. Já os critérios de exclusão foram: artigos que não tinham relação com o objetivo do estudo. Os descritores utilizados na busca foram: Polifarmácia em idosos, interação medicamentosa, idosos e odontologia. A polifarmácia é um problema importante no atendimento odontológico a idosos, uma vez que esses pacientes frequentemente apresentam-se com a saúde fragilizada devido à presença de muitas doenças limitantes e baixa funcionalidade. A interação medicamentosa, por sua vez, é definida como um evento em que os resultados de um fármaco podem sofrer modificações com a presença de outro. O número de interações medicamentosas possíveis no dia a dia do cirurgião-dentista é grande e geralmente essas interações ocasionam algumas alterações que são classificadas em: farmacocinéticas, farmacodinâmicas, farmacêuticas ou de efeito. As principais classes de medicamentos utilizados são a dos analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos. É contraindicado a utilização de paracetamol em pacientes que tenham algum tipo de doença hepática. O uso de AINEs em pacientes que utilizam altas doses de anticoagulantes, álcool e lítio não é recomendado. Sobre os antibióticos devem-se avaliar os agentes antimicrobianos com certo cuidado, pois antibióticos podem causar o acúmulo de fármacos que possuem baixos índices terapêuticos. No que se diz respeito aos

vasoconstritores adrenérgicos, podem causar várias interações quando associadas principalmente aos antidepressivos. Algumas estratégias são essenciais para se estabelecer o cuidado integral ao paciente idoso com isso vem à importância da instituição de equipes multiprofissionais. Neste sentido, racionalizar o uso de medicamentos e evitar os agravos advindos da polifarmácia será, sem dúvida, um dos grandes desafios da saúde pública.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMOC

ANÁLISE DA SÉRIE - LA CASA DE PAPEL TENDO EM VISTA OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS

MAURÍCIO, Samara Lago¹; SOUSA, Vitória Hágata Ferreira e¹; SOUZA, Izabelle Caroline¹; SOUZA, Victor Matheus Ferreira; VIANA, Millena Tatielle Mendes¹; MEDEIROS; Viviane Fernandes.²

¹Discentes do Centro Universitário UNIFIPMOC

²Docente do Centro Universitário UNIFIPMOC

Introdução: A Série: *La casa de papel* é um drama espanhol que conta a história de um grupo de pessoas que se reúnem para fazer o maior roubo da história, é demonstrado no seu enredo todo o planejamento, execução, e atitudes que pode desdobrar no âmbito jurídico, em vista disso examina-se as relações negociais: o contrato. **Objetivo:** Analisar os princípios básicos contratuais tendo em vista a sua aplicabilidade na Série: *La Casa de Papel*. **Metodologia:** Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, bibliográfico e análise cinematográfica, com intuito de adquirir considerações ao objetivo proposto. **Resultados e discussões:** O contrato é um instrumento social que regula as relações negociais, segundo Gagliano e Pamplona Filho (2017) é um negócio jurídico bilateral, limitados pelos princípios da função social, boa-fé objetiva e consensualismo que autodisciplinam os efeitos que pretendem atingir, segundo a autonomia da vontade. Verifica-se que os autores ao conceitualizar o contrato trazem a sua delimitação por meio de três princípios, que abordaremos a seguir: primeiramente o princípio da autonomia da vontade ou consensualismo que é a prévia manifestação das partes em relação a sua vontade na direção de um objeto comum, está intimamente ligada a concepção de confiança mútua, para começar as relações negociais. Além do princípio da função social do contrato, que “se compreende na medida em que lhe reconhecemos o precípuo efeito de impor limites à liberdade de contratar, em prol do bem comum.” (Gagliano e Pamplona Filho p.494, 2017) Compreende-se o contrato além de ter o seu conteúdo jurídico deve prezar pela dignidade da pessoa humana, justiça e sociabilidade. De modo que o princípio da boa-fé contratual o complementa, sendo um dever imposto às partes para agir com lealdade durante todas as etapas de um contrato - tratativas, negociação, execução e conclusão contratual, e consequentemente forma-se um contrato sólido e eficaz. Ademais, para que o contrato seja válido é necessário atentar aos requisitos no artigo 104 do Código Civil. **Conclusão:** Desde modo, para aplicar os princípios e requisitos contratuais na série analisada, é preciso fazer um exercício reflexivo e imaginar situações hipotéticas de relações contratuais. A partir dessa análise, nota-se a importância dos princípios e requisitos contratuais em limitar as relações negociais objetivando a validade do negócio jurídico e seus impactos perante a sociedade.

REFERÊNCIAS

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de direito civil: Volume único**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRASIL, Lei nº 10.406, de janeiro de 2002: **Código Civil**. Disponível em: L10406compilada (planalto.gov.br). Acesso em: 03/06/2021

APENDICITE AGUDA EM MONTES CLAROS-MG: UMA ANÁLISE RETROSPECTIVA

ALENCAR, Melline Ribeiro¹; SILVEIRA, Isabella Francelina Santos¹; BRAGA, Júlia Oliveira¹; FROES, Matheus Amaral¹; VIEIRA, Raíssa Maciel Pimentel¹; MARTINS, Vinícius Mendes¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹Acadêmicos de Medicina da UNIFIPMoc; ²Professor do curso Medicina da UNIFIPMOC

Introdução: A apendicite aguda é uma doença que pode acometer a todas as faixas etárias, sendo mais predominante nos jovens adultos, podendo trazer complicações a todas as faixas etárias, porém os piores casos acontecem na população idosa. **Metodologia:** Dessa forma, este estudo tem o objetivo de analisar o número de internações por apendicite aguda no período de 2015 a 2020, no município de Montes Claros-MG. **Métodos:** Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente ao número de internações por apendicite no município de Montes Claros-MG, no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2020. Os dados foram obtidos a partir do SIH/SUS, disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://www2.datasus.gov.br>). **Resultados:** No período de janeiro de 2015 a dezembro de 2020 foram registrados um total de 2.196 internações por apendicite no município de Montes Claros - Minas Gerais. O número de internações variou de 325 a 444. A média anual é de 366 casos e houve um pico no número de internações no ano de 2016 (444). A menor taxa de mortalidade foi em 2019 (0), enquanto que a maior foi em 2015 (1,66%). O maior número de internações ocorreu no Hospital Santa Casa (n. 1.244/56,64%). No entanto a maior taxa de mortalidade foi no Hospital Aroldo Tourinho (5%). Houve um maior número de internações entre homens (58,15%), na faixa etária de 20 e 29 anos (24,81%), em pacientes da raça parda (60,70%). A maior taxa de mortalidade ocorre em idosos maiores de 79 anos (17,65%). O maior número de internações ocorreu em regime ignorado (86,39%) e em caráter de urgência (97,95%). A média de permanência foi de 3,2 dias, sendo maior no regime público de atendimento (3,7 dias). O total de gastos foi de R\$ 1.822.430,99, sendo que 88,02% encontra-se em regime ignorado. **Conclusão:** é necessário o aumento da promoção da saúde, conscientizando as pessoas para melhores hábitos alimentares e ingestão regular de vermífugos, pois a apendicite ainda proporciona altos custos para a saúde no município.

Palavras-chave: Apendicite; Hospitalizações; Gastos em Saúde.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc.

ESTRUTURA E DINÂMICA DAS MODALIDADES DE INTERVENÇÕES GRUPAIS: OFICINAS EM DINÂMICA DE GRUPO

ABREU, Maycon Fabiano Passos¹; ALVES, Amanda¹; AMARAL, Júlia Santiago Souto¹; BRAGA, Laura Gabrielle Silva¹; DAVID, Suzana Lacerda¹; OLIVEIRA, Maria do Socorro de¹; RABELO, Izabella Wanessa Morais¹; SOARES, Maria das Virgens Candido¹; GUIMARÃES Beatriz Santarosa L.²

¹ Acadêmicos do curso de psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc

² Professor do curso de psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc

RESUMO: A apresentação dessa atividade está relacionada à disciplina de Psicologia de Grupos e as Oficinas em Dinâmica de Grupo como modalidade de intervenção, proposta como prática para a realização em modelo remoto. Nesse sentido o trabalho foi dividido em dois momentos, sendo o primeiro, a apresentação da parte teórica, que tem como base o Grupo Operativo desenvolvido pelo psicanalista argentino Enrique Pichon-Rivière, a partir dos anos de 1950. É um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros e se centraliza em torno de uma questão, cuja elaboração acontece em um contexto social, muito utilizado nas áreas de educação, saúde e ações sociais comunitárias. O planejamento de uma oficina pode contemplar as etapas propostas como o antes (organizando as ideias), durante (vivendo a oficina propriamente dita), e depois da oficina (avaliando o acontecido, colocando em prática e propondo novas oficinas). O que afirma Afonso (2006), como principal objetivo, toda oficina deve estar ligada a uma “demanda do grupo” ou a uma “demanda social”, que devem estar em análise em todos os momentos. Ademais, deve buscar o fortalecimento dos vínculos e de construção coletiva daqueles aspectos que serão trabalhados no decorrer dos encontros, a partir dos chamados temas-geradores. No segundo momento do trabalho, foi desenvolvida uma dinâmica no formato on-line, aplicada à turma do 5º período matutino do curso de Psicologia. Essa atividade ampliou o conhecimento teórico dos acadêmicos, tendo como o desafio adaptar a técnica proposta ao formato remoto de ensino, decorrente do contexto pandêmico atual. A técnica possibilitou a participação de todos os alunos, respeitando as individualidades, ideias e sentimentos, que surgiram, permitindo compartilhar as emoções, com reflexão para mudança e novas aprendizagens dentro de realidades compartilhadas, bem como estimular a operatividade, autonomia e mobilização dos mesmos. A dinâmica “Mãos e Dedos” buscou sensibilizar a turma quanto à empatia e união, percebendo as diferenças existentes a partir dos relatos do que foi vivenciado. No final, apertamos as mãos juntos, entrelaçando os dedos como se fossem as pessoas que queremos abraçar, mas não podemos. A significância desse trabalho veio com ganhos além dos almejados, a partir da relação de fortalecimento de vínculos construídos com a turma, para o enfrentamento dos momentos que temos experienciado no contexto atual.

REFERÊNCIAS:

AFONSO, Lúcia (Org.). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2006.

_____. Oficinas em dinâmica de grupo na área da saúde. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2003.

CONCILIAÇÃO E A PROTEÇÃO DOS DADOS E DA PRIVACIDADE NO ÂMBITO DA LGPD

SILVA, Jhuliele Fernanda Ferreira Da¹; OLIVEIRA, Joannice Vitório Teixeira Tolêdo¹; PARRELA, Lucas Vinicius Victor¹; MATTOS, Lina Fagundes¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita ².¹Discentes das UNIFIPMoc; ²Docente das UNIFIPMoc.

Introdução: A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, sobretudo, nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o intuito de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Com a sua entrada em vigor, surgiu um novo conjunto de direitos a ser demandado judicialmente. **Objetivo:** O estudo teve como objetivo analisar a contribuição da conciliação na proteção de dados e do direito à privacidade na LGPD. **Metodologia:** Para que este objetivo fosse atingido foi realizada uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória. Quanto ao procedimento técnico de coleta de dados, foram desenvolvidas pesquisas bibliográfica e documental. **Resultado:** Com o aumento da discussão sobre o tema, assim como diversos casos de vazamento de dados e circunstâncias de uso indevido dos mesmos, a LGPD provoca profundas modificações e necessidade de adaptação em diferentes setores da sociedade. A LGPD menciona de forma expressa a jurisdição como resolução de conflito adequado no artigo 22. Porém, isso pode acarretar um congestionamento de ações no poder Judiciário. Diante disso, os meios alternativos que podem ser empregados na solução dos conflitos são as formas autocompositivas mediação, conciliação e negociação, sendo que na conciliação as partes confiam a um terceiro imparcial a função de orientar e buscar a solução que satisfaça ambas as partes. O conciliador tem o papel de ser o facilitador do diálogo entre as partes, buscando entendimento mútuo e satisfação dos interesses dos envolvidos. Outra possível forma de resolução do conflito são plataformas online que facilitem o processo de solução de litígios. Como exemplo, a resolução de disputas online (ODR), que já é utilizada nacional e internacionalmente. **Conclusão:** Conclui-se que a LGPD é um grande avanço para a política de proteção de dados no Brasil. É certo que conhecer os diferentes tipos de conflitos que são originados pela LGPD é uma forma importante de compreender os riscos relacionados às atividades de tratamento e de antecipar estratégias de resolução com os titulares que vierem a exercer seus direitos. Os conflitos têm o potencial de sobrecarregar ainda mais o nosso sistema de justiça. Em decorrência disso é que faz-se necessário utilizar as estratégias de autocomposição para lidar com essa grande demanda de modo eficiente. Tais esforços, são necessários para dar mais transparência à maneira como os dados pessoais dos usuários são tratados, sendo configurado como direito de personalidade. Os cidadãos têm o direito à privacidade de suas informações mais íntimas e de saber como seus dados são utilizados.

Palavras-chaves: Lei geral de proteção de dados. Proteção de dados pessoais. Privacidade. Conciliação.

TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA (TAG) E SEU TRATAMENTO NÃO FARMACOLÓGICO MULTIDISCIPLINAR

Décio Adir Vieira Brandão ¹; Maria Victória Pimenta Flores Bitencourt; Roney Vieira Romão;
Roney Vieira Romão; Ana Clara Rebouças Pereira Isabela Costa Ramos; Andressa Coelho Ferreira;
Jany Rodrigues Prado ²

¹ Acadêmico do curso de Medicina da FipGuanambi

² Professora do curso de Medicina da FipGuanambi

RESUMO: O Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) é um dos transtornos psicológicos mais comuns dentre os existentes. Atualmente, mesmo com o avanço tecnológico e acesso à saúde, existem dificuldades em diagnosticar os indivíduos portadores do TAG, sendo necessário uma análise completa do paciente, desde a história família, fatores

sociais, psicológicos e ambientais em que ele está inserido. Além da complexidade do diagnóstico, adesão ao tratamento se torna um desafio para os profissionais da saúde e os membros da família, que desempenham papéis fundamentais na terapêutica. O estudo visou discutir como identificar uma crise de ansiedade, a importância do tratamento não farmacológico multidisciplinar e do apoio familiar, além de orientar quantos aos riscos do abandono do tratamento. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meio de uma revisão de literatura nas bases de dados *online Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Google Acadêmico* e Biblioteca Digital de Trabalho de Conclusão de Cursos da Universidade Federal de Ouro Preto, utilizando como palavras-chave: transtorno generalizado de ansiedade; ansiedade; crise de ansiedade. O Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) não possui um foco determinado, pois as pessoas em crise passam por um período de no mínimo 6 meses ansiosas, entretanto, não conseguem determinar o motivo que desencadeou aquela situação. Associado a isso, nota-se a ocorrência de outros sintomas como dores musculares, angústia e irritabilidade, sendo que uma parcela dos portadores do TAG apresenta fenômenos somáticos como diarreia e sudorese. Apesar de menos marcantes, podem ocorrer manifestações de excitabilidade autonômica, como falta de ar e aumento dos batimentos cardíacos. O tratamento não farmacológico auxilia o paciente a identificar as crises de ansiedade capaz, então, de lidar com as manifestações clínicas. Portanto, diversas técnicas são ensinadas e incentivadas por psicólogos e psiquiatras com objetivo de o paciente adquirir autonomia, conseguir enfrentar e evitar futuras crises quando estiver sozinho. Associado a isso é incentivada a mudança dos hábitos de vida com prática de exercícios físicos e uma alimentação rica em frutas, verduras e proteínas para melhora do transtorno.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da FIP GUANAMBI

OBESIDADE E DIREITO: O DEVER NO ESTADO NA PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DO CIDADÃO

BORGES, Júlia Soares ¹; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes².

¹ Discente do primeiro período do curso de Direito no Centro Universitário UNIFIPMoc .

² Docente do curso de Direito no Centro Universitário UNIFIPMoc.

RESUMO: A partir do período neolítico, quando deixou de ser nômade, o homem vem mudando seus hábitos alimentares, paulatinamente, a fim de atender a suas necessidades, de acordo com sua rotina e com suas preferências. Porém, o excesso de praticidade acarreta severos problemas à saúde do cidadão que podem ser prevenidos ao invés de serem tratados. Sendo assim, esta pesquisa objetiva relacionar o exponencial aumento de casos de obesidade com a carência de ações estatais que visem instruir, desde a primeira infância, o indivíduo a manter hábitos saudáveis, a compreender as reais necessidades nutritivas do seu corpo e a fazer melhores escolhas, optando por alimentos que sejam benéficos à saúde (verduras, proteínas e carboidratos de lenta absorção). Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, de abordagem qualitativa, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Percebe-se, então, que há uma latência social no que tange à reeducação do homem quanto aos maus hábitos alimentares, que são transmitidos de geração em geração. Tal medida irá reduzir doenças crônicas como a diabetes e a hipertensão, sendo estas, duas das doenças que mais levam a óbito no país (COUTINHO; GENTIL; TORAL, 2008). Todavia, apenas recentemente, em 16 de maio de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.666, que torna a educação alimentar tema transversal do currículo escolar de base. Contudo, é possível perceber que as medidas estatais antecedentes à sanção da lei supracitada não visam à prevenção da obesidade e suas doenças consequentes, mas sim o tratamento delas, o que impede a redução dessas mazelas no país e superlota os sistemas de saúde, que se torna curativo e mais oneroso. De todo modo, conclui-se que, com a introdução da educação alimentar nas escolas, serão formados cidadãos mais seletivos com relação a seu cardápio, por terem recebido a instrução necessária desde os primeiros anos e consolidando esses atos durante a vida adulta. Assim, caso tenha eficácia prática, será possível construir gerações futuras mais saudáveis por meio da educação.

Palavras-chave: Obesidade. Prevenção. Educação. Vida saudável.

Referências:

BRASIL. **Lei nº 13.666**, de 16 maio 2018. Código Civil. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2020.

COUTINHO, Janine Giuberti; GENTIL, Patrícia Chaves; TORAL, Natacha. **A desnutrição e obesidade no Brasil: o enfrentamento com base na agenda única da nutrição**. Caderno da Saúde Pública. v. 24. Rio de Janeiro: 2008.

IMPACTOS DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL

AMARAL, ALISSA COUTO OLIVEIRA¹;
MACIEL, ANNA CLARA ALMEIDA²;
SARMENTO, AUGUSTO CÂNDIDO MAGALHÃES³;
SILVA, THIAGO RIBEIRO FIGUEIREDO⁴

¹UNIFIPMOC, alissacouto48@gmail.com;

²UNIFIPMOC, aannaalmeidaa@gmail.com;

³UNIFIPMOC, augustocms73@gmail.com; ⁴UNIFIPMOC, thiagoribeirofigueiredo42@gmail.com;

No ano de 2020 deu-se início a uma pandemia, devido ao Coronavírus. Assim, adotou-se diversas medidas como formas de evitar o contágio, sendo uma das mais comuns o isolamento social. O isolamento, no entanto, associado à situação pandêmica, podem causar impactos psicológicos em várias pessoas. Por isso, este trabalho tem como objetivo identificar, através da revisão bibliográfica, os principais impactos da COVID-19 na saúde mental, além de evidenciar a importância do profissional psicólogo no contexto pandêmico.

Para isso, utilizou-se da revisão bibliográfica; foram lidos artigos com temas relacionados à pandemia e à saúde mental, diante das recomendações dos orientadores, tendo como principal fonte de artigos a Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil). As palavras-chave utilizadas foram “pandemia e saúde mental”, e foi obtida uma lista com 79 artigos, e, conforme instruções dos orientadores, foram separados por tema e objetivos específicos.

Segundo o material lido, pode-se concluir que o estresse gerado pela pandemia e pelo isolamento comprometem a saúde mental, tendo como principais sintomas a insegurança, estresse, insônia, medo, ansiedade e tristeza. Outros fatores podem potencializar esses sintomas, tais como problemas financeiros, preocupação excessiva e elevada exposição às informações. Além disso, famílias em situação de vulnerabilidade social podem ter maiores fragilidades e consequentemente mais sintomas. Constatou-se, também, um alto risco por parte dos profissionais da saúde, por estarem na chamada linha de frente - situação em corre-se o risco do contágio constantemente - e, por isso, vivem sob pressão e prolongadas situações de estresse, podendo ocasionar depressão ou ansiedade e potencialização dos comportamentos de risco, como tabagismo.

Desse modo, tornou-se evidente a necessidade de atuação do profissional da saúde mental - psicólogo -, tanto com o objetivo de prevenir os sintomas citados quanto para promover uma maior saúde mental, diminuindo-os. Sua atuação pode ser tanto clínica, fornecendo processo terapêutico, por exemplo, quanto em empresas ou escolas, trabalhando de modo a otimizar as condições de trabalho ou similares, promovendo um ambiente mais seguro e mais emocionalmente estável para o indivíduo.

COBERTURA VACINAL CONTRA A POLIOMIELITE NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL.

ZUBA, Ana Julia Americano¹; OLIVEIRA Gustavo Miranda de¹; ZUMBA, Henrique Gomes¹; ANDRADE, Isabelle Aguiar Carvalho de¹; FIGUIRÊDO, José Felix¹; SILVA, Vitória Cunha ¹; PRINCE, Karina Andrade de ²

¹ Acadêmico do curso Medicina da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso Medicina da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: Introdução: A poliomielite é uma doença viral aguda que acomete principalmente crianças. Em casos graves pode se manifestar com paralisia e atrofia dos membros. A ampliação da cobertura vacinal contra a poliomielite mostrou a efetividade da vacinação bem aplicada para o controle de doenças e diminuição do número de casos. Há duas formas de vacinação contra a poliomielite, a Vacina Inativada da Poliomielite (VIP) e a Vacina Oral da Poliomielite (VOP), com o vírus atenuado, ambas ainda aplicadas no Brasil. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi analisar a cobertura vacinal contra a poliomielite na região Nordeste do Brasil. **Metodologia:** Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo, de caráter transversal, com abordagem quantitativa e exploratória considerando a população da região Nordeste do Brasil no período de 2011 a 2020. **Resultados:** A evolução tecnológica proporcionou a mudança dos tipos de vacina aplicados entre 2012 e 2015, quando a vacina VIP passou a ser a mais aplicada. Essa troca é benéfica para aqueles que são vacinados, uma vez que a VIP é mais efetiva em impedir a contaminação pela poliomielite. Entretanto tem seu aspecto negativo, uma vez que reduz a aplicação da VOP, que mesmo sendo menos efetiva diretamente, indiretamente produz um melhor efeito de imunização daqueles que estão em contato com quem foi vacinado. O atual esquema de vacinação contra a poliomielite consiste na aplicação de 5 doses, sendo aplicadas 3 doses da VIP, em crianças aos 2, aos 4 e aos 6 meses de vida, e 2 doses da VOP, administradas aos 15 meses e aos 4 anos. O presente estudo constatou uma variação da cobertura vacinal na região entre os anos de 2011 e 2020, sendo que entre 2011 e 2015 o valor da cobertura esteve sem grandes alterações com uma média de cerca de 98,75%, a partir de 2016 a cobertura começou a diminuir, uma redução de cerca de 20% até 2017, de mais 10% até 2018, mais 8% até 2019 e mais 13,2% até 2020. **Conclusão:** Dessa forma, podemos associar essas reduções com movimentos antivacina disseminados no país a partir de 2014 e a difusão de notícias falsas sobre a vacina, uma delas a associação errônea entre a vacina e o autismo, além da pandemia de COVID-19 que também pode ter associação com o decréscimo da cobertura vacinal em 2019, sendo necessária a aplicação de novas estratégias para superar esse déficit e garantir a imunização do público alvo na região Nordeste.

Palavras-chave: Poliomielite. Vacina. Cobertura Vacinal. Paralisia Infantil. VIP. VOP.

A ARTE COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

SANTOS, Débora Cristine Azevedo; MEDEIROS, Pâmela Alicy; CAMPOS, Nayhane de Jesus; GONÇALVES, Marta Cardoso; SILVA, Millene Samara Vieira¹; SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira². ¹Discentes da UNIFIPMoc; ²Docente da UNIFIPMoc

Introdução

O presente estudo tem por objetivo mostrar a arte no processo de interação social com o sujeito, no qual potencializa e afeta o indivíduo em suas diversas formas de ser em seu processo de evolução pessoal. Desconstruindo e construindo assim, ideais que o ajudam a ressignificar e transformar o papel que ocupa em sua vida e nas suas interações sociais. A arte a qual se destaca aqui, propõe uma transformação e intervenção social no sofrimento do sujeito, produzindo também conhecimento sobre os fenômenos que se observa. Este estudo é utilizado como método psicológico que viabiliza provocar no sujeito um convite à reflexão, organização de conflitos pessoais e até mesmo obter um conhecimento mais amplo de si mesmo e do que julga ser bom (SOUZA; DUGNANI; REIS, 2018). Os grupos e suas dinâmicas são importantes para o indivíduo, pois, visa compreendê-lo em um todo, não olhando separadamente para o sujeito, mas sim para o indivíduo em interação com o grupo. O olhar em um grupo deve ser voltado para como os indivíduos interagem entre si, como visam resolver ou reparar os problemas, proporcionando assim, um melhor desenvolvimento no espaço. A população, as crianças e os adolescentes serão altamente afetados por esse meio. (AFONSO, 2000) Numa perspectiva analítica entende-se que por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece acabada. Há, então, o homem por inteiro, de corpo,

mente, emoção e razão, determinado e determinante da sociedade, de forma que o que acontece com um afeta o outro (SOUZA; DUGNANI; REIS, 2018). Dessa forma a arte é um instrumento psicológico que age sobre o sujeito com o potencial de fazer emergir emoções, compreensões, o que media e ressignifica a realidade e promove imaginação que ajuda no processo de desenvolvimento e projeção do futuro (SOUZA; DUGNANI; REIS, 2018). Assim como, afirma Afonso (2000) a oficina é um trabalho com grupos, não levando em consideração a quantidade de encontros, e sim, focando em uma questão central que o grupo apresenta em um contexto social. Essas oficinas e a arte em si foram métodos que nortearam essa prática descrita aqui no presente estudo.

Material e Método

Este estudo trata-se de um relato de experiência de uma prática de estágio feito na Instituição Social de Amor Cristão (Projeto ISAC) que envolve a observação como coleta de dados dos impactos positivos das oficinas de arte na vida de crianças e adolescentes em vulnerabilidade e risco social. O estágio foi realizado no 5º período por estudantes do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFIPMoc. A preocupação dos acadêmicos envolvidos nessa prática é identificar o significado que as pessoas dão as coisas e à sua vida através da arte. (GODOY, 1995). Essa prática foi ministrada pelo professor Sidney Pereira e os dados colhidos pelos estudantes foram através de oficinas, pesquisas, observações e uma interação direta com a arte do sujeito em vulnerabilidade e risco social, foi possível entender como o sujeito se relaciona com a arte, sua influência e significado, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo.

As práticas de estágio dessa pesquisa aconteceram com idas a campo quinzenais dos acadêmicos de psicologia da UNIFIPMoc, afim de desenvolver oficinas de arte em grupo, sempre com temas identificados nos encontros anteriores com o intuito de provocar reflexões e fazer intervenções com as crianças e adolescentes do projeto. Os temas abordados foram: vínculos, valores, cidadania e violência, com atividades artísticas (músicas, colagens, desenhos e apresentações teatrais) com o objetivo de abrir espaços para a fala, a escuta, o desenvolvimento de competências, obter mais conhecimento da arte como forma de transformação social para as crianças e adolescentes do programa e ajudar na construção do sujeito em si, tendo como pauta pedagógica materiais referentes aos temas e as idas a campo pautadas na escuta e no acolhimento.

Desenvolvimento

De acordo Kastrup (2012) citado por Reis e Zanella (2015), as oficinas trazem como proposta a inserção de atividades que são mais que uma simples ocupação ou passatempo para as pessoas, o que foi possível identificar nessa prática através de expressões pessoais dos participantes que demonstram ter a arte como um fator que alivia o estresse, semelhante a um passatempo, uma ocupação e até mesmo um trabalho.

Segundo Pires, (2008) citado por Reis e Zanella (2015), o papel do psicólogo no campo das políticas públicas é de um agente público e social, capaz de apoiar o aprimoramento do estado, da sociedade e do desenvolvimento dos projetos de autonomia dos cidadãos. O que foi possível identificar também nessa prática, pois os assistidos pelo Projeto ISAC promovem movimentos constantes juntamente com os profissionais do espaço na área das políticas públicas, como por exemplo participando de apresentações abertas a comunidade apresentando a arte como forma de cultura e transformação social numa busca por reconhecimento e apoio para a comunidade terapêutica.

De acordo Hunziker (2006) citado por Murari e Henklain (2013), o comportamento criativo envolve como requisito o comportamento novo, ou seja, diferente de um comportamento que ocorreu anteriormente, o que vai ao encontro com alguns fatores observados durante a prática desse estágio, sendo a música entre outras artes, um comportamento novo, um comportamento criativo, se diferindo dos comportamentos anteriores a inserção dos participantes ao projeto ISAC.

Segundo Barbosa (2003) citado por Murari e Henklain (2013), o comportamento criativo demanda uma análise da interação entre o indivíduo e seu ambiente, o que vai ao encontro com as demonstrações dos participantes do projeto, quando dizem que se encontram nas letras das músicas que usamos durante as práticas de oficinas terapêuticas do local, podendo expressar através da arte a sua realidade, e suas vivências do dia-a-dia.

De acordo com May (1982), os artistas expressam seus sentimentos através da música, das palavras, da argila, do mármore, ou na tela, o que vai ao encontro com a ideia do Projeto ISAC, que proporcionaram aos participantes se expressarem através da música, pintura, esportes e dança em seus momentos bons e ruins. A arte acontece exatamente na transmissão de sentimentos como raiva, amor, felicidade e outros sentimentos. É importante ressaltar que “o processo criativo deve ser estudado, não como o produto de uma doença, mas como a representação do mais alto grau de saúde emocional, a expressão de pessoas normais no ato de atingir a própria realidade” (MAY, 1982. p.32).

Conclusão

Diante dos estudos realizados, dos dados coletados e resultados expostos, pode-se concluir que as oficinas de arte são, de fato, um instrumento de transformação social, atuando nos processos individuais e coletivos de comunicação, ressignificação, na criatividade, que são meios de quebrar padrões e requer do indivíduo saúde emocional para se expressar, sendo capaz de realizar a introspecção de uma experiência e materializar seus sentimentos de forma artística, atribuindo novos valores a essas experiências. Cada atividade realizada na Instituição Social de Amor Cristão (Projeto ISAC) torna-se assim de grande importância o ato de reforçamos a sua voz no contexto atual e mostrarmos que há um lugar para eles no mundo e que aquele contexto ali em que estão inseridos não os nomeia e não os limita, tornando assim uma das principais chaves para o crescimento pessoal, trazendo às crianças e adolescentes envolvidas novas perspectivas e viabilizando possibilidades, antes inacessíveis.

Referências

- AFONSO, L. (2000). Oficinas em dinâmica de grupo: Um método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- GODOY, A. S. (1995) INTRODUÇÃO A PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES. **Revista de administração de empresas**. Pág. 62,63.
- MAY, R. (1982). A coragem de criar. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MURARI, S. C., & HENKLAIN, M. H. O. (2013). Criatividade em debate: algumas contribuições da análise do comportamento. *Temas em Psicologia*, 21(1), 17-29. DOI: <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.1-02>.
- REIS, C. A., & ZANELLA, V. A. (2015). Psicologia Social no Campo das Políticas Públicas: oficinas estéticas e reinvenção de caminhos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.49, p. 17-34, jan-jul.
- SOUZA, V. L. T, DUGNANI, L. A. C., & REIS, E. C. G. (2018). Psicologia da Arte: fundamentos e práticas para uma ação transformadora. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 35(4), 375-388. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752018000400005>. Acesso em: 25 de set. de 2019.

INFLUÊNCIA DA PANDEMIA NA REFLEXÃO DO PAPEL DO IDOSO NA SOCIEDADE

ANDRADE, Felipe Gonçalves¹; MELO, Ana Cristina Lima¹; NUNES, Guilherme Ferreira¹; BATISTA, Lívya Stefane Costa¹; ALVES, Maria Clara Mendes¹; MATOS, Vitor Nogueira¹; CARDOSO, Anamaria de Souza².

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

² Professora do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

Introdução: Ao longo da história humana, vários desafios impulsionaram a sociedade e seus mais diversos setores em direção a evolução. Cada etapa foi construída superando diferenças e conquistando conhecimento. Longe de alcançar o fim deste processo, atualmente vivencia-se uma crise pandêmica que expõe várias limitações desta era moderna. O contexto social que a população idosa ocupa na organização do mundo contemporâneo é uma destas condições que precisa ser revista pela sociedade. **Objetivo:** Investigar os impactos da pandemia do coronavírus na vida e nas relações com os idosos na sociedade atual. **Método:** Como produto final deste projeto, optou-se pela produção de um vídeo com idosos que responderam a 3 perguntas abertas relacionadas aos objetivos específicos do trabalho. Participaram do vídeo 7 idosos, sem um perfil pré-estabelecido. Esta pesquisa foi qualitativa e teve a sua condução registrada através das plataformas

Google Meet e WhatsApp. As imagens foram editadas no programa Proshow Gold. O tempo de duração do vídeo foi de aproximadamente 20 minutos. A coleta de dados foi feita por 5 entrevistadores. Os participantes foram orientados sobre a destinação e publicação do vídeo e autorizaram previamente através de formulário específico. O vídeo final foi disponibilizado através do YouTube, Facebook e Instagram de outros grupos participantes deste projeto. **Resultados e Discussão:** Ao analisar as entrevistas, considerando os três blocos de perguntas, percebeu-se que cada participante expôs uma maneira particular de reagir diante das circunstâncias apresentadas. Mencionaram a adaptação da rotina diária como uma busca na preservação - da melhor forma possível - do cotidiano e do seu convívio social, reduzindo ao máximo os impactos de sentimentos que surgiram no contexto pandêmico, como tristeza, preocupação e medo. **Conclusão:** A pandemia da COVID-19 evidenciou a necessidade de reformulação do conceito que a sociedade tem sobre o papel do idoso. A modificação provocada pelo coronavírus na rotina destes indivíduos, demonstrou a sua capacidade em se reorganizar diante de crises. Mesmo com diferenças contextuais, sentimentos similares acabaram por acometer a maioria dos entrevistados, atestando a importância de envolvê-los de forma ativa e participativa na construção de sua identidade individual e social e a necessidade de se compreender a constante mudança que rege este contexto social.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

HÁBITOS DE VIDA DE DOCENTES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Camila Araújo Coelho ¹, Ana Maria Pujol Vieira dos Santos ², Nádja Teresinha Schröder ³

¹ Mestranda em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade da Universidade Luterana do Brasil - ULBRA-RS,

² Professora do Mestrado em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade da ULBRA-RS/Orientadora

³ Professora do Mestrado em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade da ULBRA-RS/Orientadora

RESUMO: Devido a pandemia da covid-19 muitas medidas foram adotadas para conter a disseminação do novo coronavírus, impactando no comportamento e no estilo de vida da população, especialmente dos profissionais da educação. As mudanças nos comportamentos diários, nos hábitos alimentares, na atividade física e no padrão de sono, podem, de certa forma, promover ganho de peso e o aumento do risco cardiovascular. Pelo lado profissional verifica-se a pressão de aprender e utilizar as novas tecnologias digitais. O objetivo desta pesquisa foi identificar as alterações nos hábitos de vida dos docentes frente aos desafios impostos durante o início da pandemia da covid-19, no ano de 2020. Esta pesquisa é caracterizada como analítica, com abordagem quantitativa e foi realizada junto ao corpo docente de uma universidade privada com atuação nacional, com ensino na modalidade presencial e ensino a distância (EAD). A amostra do estudo foi constituída de 340 professores. A coleta de dados se deu por meio da ferramenta Google Forms enviado por e-mail institucional, nos meses de junho e julho de 2020. Para a caracterização dos participantes, o questionário continha questões sociodemográficas (sexo, faixa etária, etnia, estado de residência) e informações acadêmicas e para verificar as alterações nos hábitos dos docentes, foram elaboradas dezesseis questões fechadas. Em relação ao perfil dos docentes, a faixa etária predominante de ambos os sexos foi de 50 a 59 anos ($p < 0,01$); do ponto de vista étnico/racial, a maioria se autodeclarou branca (93,5%); e mais da metade atua somente na graduação (61,4%). Os resultados apontaram que para 43,2% dos docentes a pandemia de COVID-19 diminuiu muito a frequência de suas atividades físicas; 28,8% indicaram que houve muita alteração nos hábitos alimentares, e em relação à percepção do tempo que passaram a ficar em frente a telas eletrônicas (computador, tablet, celular, tv), 70,5% dos entrevistados declararam que aumentou muito. Os dados indicam que as atividades que eram realizadas no dia a dia sofreram alterações com o isolamento social. Intervenções, sejam no âmbito universitário ou comunitário, visando à promoção da saúde, poderão repercutir em melhorias na qualidade de vida desse público durante e após a pandemia.

Aprovação Comitê de Ética: CEP 4.078.944/2020

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JURÍDICA COM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS EM ABRIGOS

AQUINO, Bruna Nunes; SIMÕES, Iara Barbosa; BRITO, João Lucas Alves; NOVAIS, Larussy Bandeira; RIBEIRO, Letícia Beatriz; DIAS, Monique Dayanne Santos de Sá¹; PINHEIRO, Ângela Fernanda Santiago²;

Introdução

O presente trabalho visa destacar a prática de psicologia jurídica em abrigos, tornando-se relevante caracterizar estes ambientes. Conforme Moré e Sperancetta (2010), citado por Silva *et al.*, (2015), o abrigo é uma medida de proteção social que busca oferecer assistência a crianças e adolescentes que se encontram vulneráveis, nesse caso, carentes dos meios necessários à sobrevivência ou com responsáveis incapazes de garantir os direitos desses jovens. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o serviço de acolhimento institucional é destinado a famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, visando garantir a proteção integral. Sendo assim, o abrigo se constitui como ambiente de impacto relevante na trajetória de vida daqueles que se encontram institucionalizados, influenciando na construção psicossocial. Além disso, a massificação institucional tende a desconsiderar a história de vida, marca de um pertencimento social, evidenciando, assim, a impossibilidade de crianças e adolescentes expressarem sua singularidade. Dessa forma, o resultado pode ser uma sensibilidade frente a situações que remetem ao desamparo, levando ao medo de novas perdas. Diante disso, Rotondaro (2002), citado por Estevan *et al.* (2020), aponta que o psicólogo jurídico que trabalha nessas instituições precisa respeitar o tempo que cada criança necessita, facilitando assim, a construção de vínculos que permitam o estabelecimento de uma relação transferencial que caracteriza os encontros que se seguirão. O Conselho Federal de Psicologia (2003), orienta que o psicólogo deve estar atento à proteção integral, atuando em rede de forma interdisciplinar e com sensibilidade frente a estas crianças, estando atrelado a outros profissionais da equipe técnica, funcionando como um promotor de direitos, participando, assim, nas políticas administrativas e na construção de espaços outros que busquem assegurar a autonomia dos sujeitos institucionalizados. A prática em abrigos também envolve ajudar os indivíduos institucionalizados a lidar com esse processo e seus desdobramentos, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida e facilitando a conscientização de cada identidade psicossocial. Para isso, o psicólogo atua como um facilitador de condições para o desenvolvimento de recursos de enfrentamento frente a situação de institucionalização, amenizando os impactos negativos no desenvolvimento socioafetivo, possibilitando uma ressignificação de experiências, facilitando a reconciliação com suas histórias e a construção de possibilidades futuras (ESTEVAN *et al.* 2020). O objetivo deste trabalho é trazer informações acerca da prática do psicólogo jurídico com crianças e/ou adolescentes institucionalizados.

Material e Métodos

O presente estudo refere-se a um relato de experiência do estágio profissionalizante da disciplina de psicologia jurídica do curso de psicologia da UNIFIPMOC, realizado pelos discentes do 9º (nono) e 10º (décimo) período, voltado para o atendimento de crianças institucionalizadas em um abrigo na

cidade de Montes Claros, Minas Gerais. O estágio foi desenvolvido através de atendimentos psicoterapêuticos às demandas apresentadas pelo abrigo, além da realização de um ebook com orientações, após entrevista com um advogado da vara da família.

Devido ao contexto de isolamento da pandemia do Covid, o estágio ocorreu na sede do NASPP, (que se apresenta como uma clínica-escola), não sendo possível realizar as práticas no abrigo. O estágio foi realizado sob orientação da supervisora Ângela Santiago, com reuniões de estágio semanais, onde cada caso explanado e as possibilidades debatidas em um ambiente online e bastante enriquecedor. As atividades dos estagiários ocorreram presenciais com todas as devidas medidas de segurança, os encontros presenciais foram feitos com duração de 50 (cinquenta) minutos cada e aconteceram entre os meses de fevereiro e junho de 2021. Os discentes realizaram atendimento uma vez por semana durante esse período, variando na quantidade de atendimentos. Uma vez que a demanda não foi grande, devido ao contexto de isolamento, para viabilizar o conhecimento das demandas, foi organizado o debate entre duplas sobre os atendimentos que estavam sendo realizados, para que acontecesse um estudo de caso em conjunto. Neste tipo de experiência proporciona-se uma melhor visão sobre a rotina do abrigo e das atividades que cabem ao mesmo, também é possível verificar as possibilidades e limitações do psicólogo jurídico no abrigo, favorecendo o desenvolvimento de um estágio enriquecedor para o contexto acadêmico, a elaboração de uma acolhida segura e sigilosa, para as crianças institucionalizadas e um estágio que amplia o crescimento profissional dos discentes.

Desenvolvimento

A psicologia jurídica é uma vertente de estudo da psicologia, consistente na aplicação dos conhecimentos psicológicos aos assuntos relacionados ao Direito, principalmente quanto à saúde mental, quanto aos estudos sócio jurídicos dos crimes e quanto a personalidade da Pessoa Natural e seus embates subjetivos, dedicando-se à proteção da sociedade e à defesa dos direitos do cidadão, através da perspectiva psicológica, assim como a construção do percurso de vida das crianças institucionalizadas nos abrigos. A participação do psicólogo em processos de decisão jurídica está marcada pelo seu caráter multidisciplinar, cujo trabalho deva ultrapassar as tarefas operacionais de suprir as necessidades básicas de alimentação e conforto da criança; tentando propiciar um ambiente de apoio afetivo e acolhedor; e na busca por amenizar as marcas da violência trazidas pela sua história de vida (ANTONI e KOLLER, 2001). Os motivos de ingresso na instituição são diversos, podendo ocorrer por determinação do Conselho Tutelar ou da autoridade judiciária. Crianças vítimas de abuso ou violência da família, do Estado e da sociedade, as quais ganham concretude na figura da “criança abandonada” ou do “menino de rua”, constituem, geralmente, a clientela dos abrigos. Também situações de maus tratos vivenciadas pela criança dentro do lar sugerem o seu encaminhamento, ainda que de forma transitória, a uma instituição, como forma de afastá-la, por um tempo, da situação de violência acometida em família. Pelas características das crianças e adolescentes atendidos nos abrigos, notadamente emergentes de situações que denotam exclusão social, verifica-se a necessidade de se regulamentar a porta de entrada dessas instituições. Junto às crianças, a psicóloga trabalha assuntos relacionados à educação, saúde, disciplina, orientação, acompanhamento escolar, regras, limites e diminuição da ansiedade. Utiliza como recursos atividades lúdicas e dinâmicas de grupo, para promover a expressão de sentimentos, trabalhar a

motivação, a autopercepção, ou para debater sobre temas variados, como sexualidade, uso de drogas etc.. onde se faz necessário um manejo técnico suficiente para de fato fazer com que esses sujeitos se sintam acolhidos e protegidos. Quando detecta algum transtorno psicológico, a psicóloga encaminha a criança para tratamento psicoterápico, oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo Bento citado por Silva *et al.* (2015), além de promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e de capacitar e instrumentalizar a equipe, o Psicólogo que atua em acolhimento institucional deve se colocar na posição de mediador da criança com a instituição, com a família e também com o Poder Judiciário, uma vez que os abrigados têm como protagonistas de suas decisões os educadores, a equipe técnica e a justiça. A mediação realizada pelo Psicólogo é de grande relevância, pois este fará a inclusão, em seus relatos e relatórios, do desejo e da opinião dos acolhidos. Para Cavalcante *et al.* citado por Silva *et al.* (2015), o serviço de acolhimento pode ser reconhecido como contexto de desenvolvimento para a criança que se encontra institucionalizada, pois materializa as condições reais em que realiza o seu viver, estabelecendo habilidades e competências decisivas para a formação de personalidade e sociabilidade próprias. Dessa forma, Segundo Brasil citado por Silva *et al.* (2015), às crianças e os adolescentes devem participar da vida diária da comunidade e ter a oportunidade de construir laços de afetividade significativos com ela, sendo que os serviços de acolhimento devem propiciar sua participação nas festividades e demais eventos, além da utilização da rede socioassistencial, de educação, saúde, cultura, esporte e lazer disponíveis na rede pública ou comunitária.

Para Assis, Diniz e Souza (2018), citados por Estevan *et al.* (2020), as intervenções devem ser feitas de maneira cuidadosa, pois podem resgatar situações dolorosas de vulnerabilidade e risco, podendo ocasionar resistência em estabelecer vínculos, dificultando um processo psicoterápico.

Considerações finais

Através desse estudo pode-se concluir que a compreensão sobre o modo de organização e funcionamento dos estágios é um facilitador para otimização de seu percurso acadêmico. Através das diversas modalidades, pois altera-se o foco do acadêmico, para que ele possa enxergar novos vieses e adaptar suas metodologias e formas de abordagem de acordo com o público alvo.

A nossa percepção considerando as experiências vivenciadas ao longo deste estágio profissionalizante com relação à institucionalização tanto de crianças como de adolescentes é que em dado momento ela se faz necessária, pois os motivos que levam o sujeito a ser institucionalizado são motivos de uma não garantia de direitos, onde as crianças e adolescentes têm seus direitos negligenciados o tempo todo. A partir desta é possível buscar uma oportunidade da criança ter uma nova família que vai garantir os direitos da mesma, sobretudo de estudos, alimentação, etc.

Nessa linha, o estágio profissionalizante em psicologia jurídica, relacionado às crianças institucionalizadas em abrigo, trouxe quão importante os atendimentos psicológicos são, uma vez que as crianças se encontram vulneráveis e desamparadas. Este tipo de atendimento se faz necessário para com que se sintam acolhidos, e consigam lidar da melhor forma no novo processo que se inicia. No estágio de psicologia jurídica, por sua vez, é importante que os estagiários trabalhem com as crianças e adolescentes, levando em consideração todos que estão incluídos nesse processo de institucionalização. A fim de oferecer uma melhor maneira de lidar com os medos e traumas apresentados, além de criar novos laços afetivos.

Através das atividades desenvolvidas ao longo do período, apesar da pandemia, tivemos a

possibilidade de alcançar uma compreensão mais ampla no que se refere à atuação do psicólogo nesta área. Faz-se importante ressaltar também que é de suma importância a inserção e as práticas do profissional psicólogo no âmbito jurídico, uma vez que este visa com que o sujeito possa apresentar uma melhor qualidade de vida.

Referências

ESTEVAN, C.M.; BALTOR, L.V.; DA SILVA, R.B. Serviços de Acolhimento Institucional infanto-juvenil: desafios históricos e possibilidades de atuação do psicólogo. *Revista Mosaico*, v.11, n.1, p. 54-62, 2020. Disponível em: <<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2274>>.

Acesso em 07 jun. de 2021

DA SILVA, C.D.L.; DENARDI, R.C.; BECKER, A.P.S.; DELVAN, J.D.S. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. *Pesqui. prá. psicossociais*, vol.10 no.1 São João del-Rei jun. 2015. Disponível em:

<http://pensiic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&nid=S1809-89082015000100005>. Acesso em 07 jun. de 2021

MAIA, Camila Yamaoka Mariz A psicologia jurídica no direito da infância e juventude / Camila Yamaoka Mariz Maia. – Cabedelo, PB: [s.n], 2015.1. Disponível em: <<https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/a-psicologia-juridica-no-direito-da-infancia-e-juventude.pdf>>. Acesso em 07 jun. de 2021

ANTONI, C.; KOLLER, S.H. O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência. *Psicol. Ciênc. e Profissão*, vol.21, n.1, p.14-29, 2001.

VIDA ACADÊMICA: TOMADAS DE POSIÇÃO DIANTE DO SOFRIMENTO

TEIXEIRA, Tiago Alves¹; COELHO JUNIOR, Achilles Gonçalves².

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso Psicologia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: Tendo em vista o crescente número de ingressantes no ensino superior, há de se pensar em quais são os desafios enfrentados por esse público em sua inserção universitária, uma vez que a experiência de cursar a universidade não se reduz às aulas e atividades estritamente acadêmicas. Nesse momento, surgem dificuldades relacionadas ao novo contexto, novas regras se impõem, formas de avaliação diferentes das experimentadas nos ensinos anteriores, havendo a necessidade de se estabelecer novas relações interpessoais, o que implica sempre em novos desafios. Diante desse cenário, constata-se um aumento da necessidade de estudos que investiguem as situações que gerem sofrimento psíquico, bem como as estratégias de enfrentamento. O objetivo deste trabalho é comunicar um projeto de iniciação científica que se encontra em andamento, e que assumiu o objetivo geral de identificar e compreender os posicionamentos dos acadêmicos frente às dificuldades encontradas na vida acadêmica. A metodologia assumida no projeto de pesquisa foi a abordagem qualitativa fundamentada na Psicologia Fenomenológica. Para coleta de dados estão sendo realizadas entrevistas semiestruturadas de orientação fenomenológica, que acontecem de modo online devido ao atual cenário pandêmico. Participam da pesquisa 10 colaboradores, universitários, homens e mulheres, com idade entre 17 e 25 anos, voluntariamente, matriculados em um dos cursos de graduação de uma IES. Os dados serão analisados a partir do método fenomenológico, com os seguintes passos: a) Estabelecer o Sentido Geral; b) Divisão das Unidades de Significado; c) Transformação das Unidades de Significado em Expressões de Carácter Psicológico; e d) Determinação da estrutura Geral de Significados Psicológicos. Como resultados parciais foi realizado uma pesquisa bibliográfica na qual se verificou uma preponderância de estudos realizados com foco no sofrimento acadêmico, priorizando sintomatologias a partir de uso de escalas e formulários para coleta de dados. Verificou-se uma escassez de estudos contemplando os depoimentos dos estudantes, a fim de captar a elaboração da experiência do sofrimento psíquico e seu enfrentamento no contexto

universitário. A pesquisa está em andamento, na fase de agendamento e realização das entrevistas. E a conclusão do trabalho tem previsão para agosto do corrente ano. Ao final da pesquisa espera-se publicar um artigo científico, que possa contribuir para prevenção de adoecimento e para promoção da saúde e bem-estar dos estudantes.

Aprovado no CEP – Parecer número: 4.679.557. Ano de 2021

Modalidade de Iniciação Científica na UNIFIPMoc: IC VOLUNTÁRIA

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO NA UNIDADE DE SAÚDE EURIVALDO CARDOSO VIEIRA

ALVARENGA, Gabriella Pereira Queiroz¹; FERNANDES, Flávia Regina Ferreira¹; FERNANDES, Geisa Laís¹; MARTINS, Rafael Henrique¹; PINTO, Keytson Danylo da Silva¹; REIS, Fabiana Viana Bebé¹; AMORIM, Josiane dos Santos².

¹ Acadêmicos do curso de Medicina das Faculdades Integradas Padrão - FIPGuanambi.

² Professora do curso de Medicina das Faculdades Integradas Padrão - FIPGuanambi.

RESUMO: A Infecção do Trato Urinário (ITU) é uma doença causada por microrganismos patogênicos que podem acometer desde a uretra até o rim, provocando inflamação e podendo ocorrer tanto em homens como em mulheres. Pelo motivo de ser uma patologia que apresenta uma alta incidência e prevalência, pela qual é um motivo que merece ter uma atenção maior voltada para a saúde pública, dessa forma, esta pesquisa teve como objetivo maior fazer uma revisão de literatura afim de compreender a doença, considerando sua fisiopatologia, fatores epidemiológicos, diagnóstico clínico e laboratorial, fatores de risco e tratamento. O método utilizado foi uma pesquisa qualitativa, tendo como banco de dados: Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Lilacs, Revista de Saúde Pública. As palavras chaves utilizadas foram: “infecção”, “trato urinário”, “prevenção”, “tratamento” “diagnóstico”. Foi possível identificar a crescente prevalência e incidência da doença, que gera uma diminuição da qualidade de vida dos pacientes, mas, felizmente, pode ser evitada ou postergada se o paciente adotar um estilo de vida saudável. Fica evidente, portanto, que um rastreio de possíveis pré-disposições, e da doença já instalada, aliada a um estilo de vida saudável e balanceado, higiene adequada, as infecções do trato urinário em mulheres sexualmente ativas podem ser atenuadas com essas medidas. Pois as infecções do trato urinário, principalmente, em mulheres sexualmente ativas, são responsáveis pelo declínio da qualidade de vida das mesmas, pelo aumento do risco de prejuízos na saúde dessas pessoas, podendo então, ser prevenida e tratada, afim de trazer maior qualidade de vida.

USO DAS MÍDIAS SOCIAIS NA PROPAGAÇÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS

**VOLPONI, Roberta Oliveira¹; LEOPOLDO, Victória Rocha Couto Maia²; PIMENTA, Natália Maria Sales³;
AMARAL, Cinthia Magalhães⁴; YU, Julia Maya Shimey Minami⁵; DIAS, Bernardo Flávio Leao⁶; LIMA, Renata
Francine Rodrigues⁷.**

1Discente das UNIFIPMoc; 2Discente das UNIFIPMoc; 3Discente das UNIFIPMoc; 4Discente das UNIFIPMoc;
5Discente das UNIFIPMoc; 6Discente das UNIFIPMoc; 7Docente das UNIFIPMoc

Introdução: Segundo Montandon *et al.* (2020), a saúde bucal está diretamente relacionada à saúde geral, e o desenvolvimento de ações educativas associadas à saúde é de extrema importância para todos. Contudo, a mídia social vem adquirindo grande espaço no meio digital neste período pandêmico pela Covid-19. A mesma vem sendo utilizada como uma ferramenta de compartilhamento e troca de informações. **Objetivo:** O estudo objetivou relatar a experiência acerca do uso de mídias sociais para a educação e saúde odontológica. **Metodologia:** Estudo descritivo, do tipo relato de experiência sobre a utilização da rede social Instagram, com postagens diárias sobre a educação em saúde bucal. **Discussão:** A internet é vasta ferramenta de comunicação e educação. Com ênfase no ensino-aprendizagem, foi criada uma página no Instagram cujo nome é “Odontotips.v” administrada por 6 acadêmicos, sendo a temática saúde oral, com enfoque em acadêmicos da Odontologia. Foram feitas as divisões de funções entre os integrantes, sendo responsáveis pelo conteúdo publicado no feed e outros pelo conteúdo dos stories. Foi possível observar no decorrer das postagens, um aumento no número de seguidores, visto que, as pessoas demonstraram maiores interesses nos temas abordados na página. **Conclusão:** O uso das mídias sociais para a propagação de conhecimento com foco na educação em saúde bucal vem sendo de grande valia principalmente para acadêmicos da Odontologia e a população leiga referente a esse tema, contribuindo ao acesso facilitado à informação e a expansão do conhecimento.

Palavras-chave: Educação em saúde. Redes sociais. Internet. Odontologia.

Referências:

MONTANDON, Fabiana Maria *et al.* O Instagram® como ferramenta de educação e multiplicação do conhecimento em saúde bucal. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 4, p. 185-189, 2020.

SAÚDE MENTAL EM UM PRISMA PANDÊMICO: REVELAÇÕES SOCIAIS E INTERVENÇÕES PSICOLÓGICAS

MORAIS, Ana Luisa Alves¹; ALVES, Breno de Cássio Lafetá¹; LEITE, Joyce Emanuely Gonçalves¹; MARTINS, Júlia Almeida¹; MEDEIROS, Anna Ester de¹; SILVA, Pedro Henrique Souza e¹; ROTA JÚNIOR, César²; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira de²

¹ Acadêmicos do curso de psicologia do Centro Universitário FIPMoc

² Professores do curso de psicologia do Centro Universitário FIPMoc

RESUMO: Em 2019 identificou-se o novo Coronavírus (COVID-19) na China, causando infecções respiratórias. No decorrer dos meses o vírus se expandiu de forma agressiva, tornando-se uma pandemia e sendo recomendado o isolamento social. Expondo impactos, provindos pela mesma, na saúde mental (WHO, 2020a *et al.* FARO *et al.*, 2020). Com enfoque no Brasil, vale ressaltar a crise econômica, social e o negacionismo por parte do governo que ao entrar em conflito com as medidas estabelecidas pela OMS (CAPONI, 2020), geram uma fragmentação social, contribuindo para propagação do vírus e, consequentemente, sobrecarregando o sistema de saúde. Apesar de poucas informações acerca da influência do isolamento na saúde psíquica, é possível notar a presença de efeitos negativos. Uma vez que, estudos relativos a surtos anteriores apontam sequelas desfavoráveis para indivíduos em geral e especialistas da saúde (JIANG *et al.*, 2020; TAYLOR, 2019 *apud* SCHMIDT *et al.*, 2020). Sendo de extrema importância que a saúde emocional seja tratada como prioridade, assim como os cuidados primários de saúde (DOUGLAS, DOUGLAS, & DOUGLAS, 2009; PARK & PARK, 2020; STEVENSON *et al.*, 2009 *apud* FARO *et al.*, 2020). O estudo possui grande potencial de discussão por ser uma adversidade vigente, que provoca debates e pesquisas, com a finalidade de enfatizar e esclarecer a população, sobre a necessidade de inserir a temática: saúde mental. Possuindo como objetivo geral a identificação dos impactos da pandemia da COVID-19 na saúde mental do Brasil. Escolheu-se a pesquisa qualitativa de abordagem exploratória e tipologia bibliográfica, utilizando a técnica análise de conteúdo. Observou-se que o número de pessoas com sequelas psicológicas

aumentou, hipotetizando a contribuição do isolamento social na crise da subjetividade privatizada, em um momento onde tudo é novo e incerto a aparição de emoções negativas e desesperança se revela, ou se expande. Conclui-se que mesmo ao mergulhar em uma nova realidade onde o contato social deve ser o mínimo e as formas do “fazer-se presente” são renovadas, pela adesão do atendimento *on-line*, nota-se uma alta na procura por profissionais que tem como objetivo prezar pelo bem-estar psicológico do sujeito, com intermédio de evitar possíveis consequências advindas da pandemia, e dessa forma ganhando notoriedade em uma sociedade onde o cuidado com a saúde mental não é tão recorrente.

Palavras-chave: Pandemia. COVID-19. Saúde Mental.

REFERÊNCIAS:

CAPONI, S. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, 2020, 34.99: 209-224.

FARO, A. *et al.* COVID-19 e a saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudo de psicologia Campinas**, Campinas, v. 37, n. 200074, p. 2-14, jun./2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074> . Acesso em: 10 mar. 2021.

SCHMIDT, B. *et al.* Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). **Estudo de psicologia Campinas**, Campinas, v. 37, n. 200063, p. 1-26, mai. /2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 26 mar. 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

REURB: ESTUDO DE CASO CARANGOLA / MG

BATISTA, Danyel Guerra ¹; SILVA, Josimar Rocha da ²; SALUMÃO, Maria Auxiliadora³; SILVA, Ivo José³; MIRANDA, Leonardo de Oliveira³; CONCEIÇÃO, Luiz Inácio Lacerda⁴; LACERDA, Frederico Melo⁵

¹ Acadêmico de geografia e técnico em agrimensura

² Acadêmico engenharia elétrica e técnico em agrimensura

³ Consultores técnicos Planejar

⁴ Sócio administrador da Planejar

⁵ Professor do curso de Engenharias e Arquitetura da UNIFIPMoc

RESUMO: Segundo a Lei Federal 13.465/2017 a regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O produto final da REURB é um direito real registrado no cartório de imóveis. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Regional, cerca de 50% dos imóveis no Brasil, têm algum tipo de irregularidade, ou seja, dos 60 milhões de domicílios urbanos, 30 milhões não têm escritura. A cidade de Carangola pertence a mesorregião da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais. Na economia, destacam-se o café, o leite, a pecuária, a indústria de laticínios, a construção civil e a prestação de serviços. Este trabalho teve como objetivo geral realizar serviços técnicos para lograr a aprovação e registro em cartório da certidão de regularização fundiária (CRF) na cidade de Carangola / MG. A realização desse trabalho, de forma geral, pode ser dividida em 3 grandes etapas: a primeira de levantamento de dados e informações, a segunda de diagnósticos e definições das estratégias de regularização e a terceira da execução de peças técnicas e procedimentos necessários à elaboração da regularização e ao registro do parcelamento. Como resultado obteve capacidade de sensibilizar a população no processo de regularização, realizar buscas nos cartórios

da situação cadastral, elaboração de imagens através de aerolevantamento, subsidiar o diagnóstico dos núcleos urbanos, levantamento de informações e documentação para processos de regularização, definição de instrumentos necessários para regularização fundiária, providenciar a aprovação do projeto de regularização junto aos órgãos competentes gerando assim um quantitativo previsto de 2200 regularizações no município de Carangola / MG. Garantindo assim benefícios para a população e para o município como: a segurança jurídica do imóvel; a facilidade para obtenção de financiamentos para melhoria dos imóveis; a integração social e geração de renda e emprego; o acesso aos serviços públicos da cidade, a efetivação da função social da propriedade; a fomentando da arrecadação de tributos municipais alavancando o desenvolvimento urbano e atraindo novos investimentos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 13465 de 11 de julho de 2017.

Apoio financeiro: PLANEJAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

REURB E OS BENEFÍCIOS PARA A POPULAÇÃO

BATISTA, Danyel Guerra ¹; SILVA, Josimar Rocha da ²; SALUMÃO, Maria Auxiliadora³; SILVA, Ivo José³; MIRANDA, Leonardo de Oliveira³; CONCEIÇÃO, Luiz Inácio Lacerda⁴; LACERDA, Frederico Melo⁵

¹ Acadêmico de geografia e técnico em agrimensura

² Acadêmico engenharia elétrica e técnico em agrimensura

³ Consultores técnicos Planejar

⁴ Sócio administrador da Planejar

⁵ Professor do curso de Engenharias e Arquitetura da UNIFIPMoc

RESUMO: A Regularização Fundiária Urbana (REURB) é o procedimento por meio do qual se garante o direito à moradia daqueles que residem em assentamentos informais localizados nas áreas urbanas. A REURB consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes. A regularização fundiária, conforme o art. 13 da Lei Federal 13.465/2017, é classificada em regularização fundiária de interesse social (REURB-S) e interesse específico (REURB-E). A regularização fundiária, conforme o art. 47 da Lei Federal 11.977/2009, é classificada em regularização fundiária de interesse social e interesse específico. A regularização fundiária serve para compatibilizar o registro de imóveis com a realidade. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar os benefícios para a população de realizar a regularização fundiária. Para realização do trabalho foi utilizado pesquisas documentais e bibliográficas. A regularização fundiária leva em conta aspectos ambientais e sociais que dizem respeito à população e, portanto, traz inúmeros benefícios aos moradores. Dentre eles a segurança, pois garante ao morador o título de sua propriedade, além de facilitar o acesso à financiamentos habitacionais para realizar melhorias em sua moradia. Também permite o acesso aos serviços básicos de saneamento, distribuição de água e energia elétrica, e permite a inclusão dos lotes nos cadastros municipais proporcionando o endereçamento oficial à essas moradias. Sob o ponto de vista patrimonial, histórico ou ambiental, a regularização fundiária também se faz necessária como meio para promover a legalização e incorporação de

áreas de interesse ao patrimônio público ou privado. Para isso, são necessárias providências de regularização destinadas a identificar, delimitar, avaliar e legitimar o processo de aquisição/domínio dessas áreas. Conforme o objetivo da regularização, o serviço também poderá envolver a catalogação patrimonial, tratativas para desapropriação ou procedimentos de retificação e/ou registro. Sendo assim, o procedimento de regularização fundiária concretiza seus objetivos quando os títulos concedidos aos beneficiários do programa são registrados. Permitindo, os beneficiários provar que detém o direito real de uso ou a propriedade do imóvel que ocupam.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei 11.977 de 7 de julho de 2009.

BRASIL. Lei 13465 de 11 de julho de 2017.

Apoio financeiro: PLANEJAR CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

O USO DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL COMO PRÁTICA EFICAZ NO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

NOVAIS, Larussy Bandeira²³; PINHEIRO, Ângela Fernanda Santiago²⁴;

Introdução

O abrigamento de crianças e adolescentes no Brasil relaciona-se ao desenvolvimento dos mesmos em contextos que são marcados por condições adversas, como violência intrafamiliar, pobreza, desemprego, alcoolismo, presença de doença física e mental dos cuidadores, condições sociais precárias, inabilidade dos pais em lidar com adversidades, dentre outros fatores. Segundo mostram os dados, um contexto familiar disfuncional onde as práticas educativas são precárias e as condições socioeconômicas estão desestruturadas e se tornam estressores, vem a favorecer a vulnerabilidade de crianças e adolescentes e seu encaminhamento aos abrigos (Siqueira & Dell'Aglio, 2007).

Na busca por embasamento de cada caso, em um primeiro momento é fundamental o diálogo com o psicólogo do abrigo, para que se tenha conhecimento do contexto disfuncional em que a criança estava inserida, e assim poder trabalhar as práticas adequadas, oferecendo um ambiente de escuta onde um vínculo seguro favorece a expressão de medos, tristezas e angústias, uma vez que têm na presença da psicóloga a acolhida protetora e direcionamento na construção de novas possibilidades.

Hutz, Koller e Bandeira (1996, citado por Reppold et al., 2002) detalham que os mecanismos de proteção exercem funções que possibilitam a melhora ou alteração das respostas adaptativas dos indivíduos aos ambientes hostis, os quais são responsáveis por consequências mal adaptativas. O bom vínculo afetivo, educação com práticas saudáveis e o apoio e monitoramento da família são fatores protetivos (Reppold et al., 2002). Esses fatores favorecem a saúde mental do indivíduo, agindo como pontos de apoio, viabilizadores de uma adaptação bem sucedida e promotora de resiliência (Morais & Koller, 2004), (Rutter, 1987).

²³ Discente do curso de Psicologia das UNIFIPMOC

²⁴ Supervisora de estágio de Psicologia Jurídica das UNIFIPMOC.

O presente trabalho trata-se de uma prática desenvolvida pela graduanda do 9º(nono) período de psicologia do Centro Universitário FIPMOC - UNIFIPMOC, para o cumprimento do estágio em Psicologia Jurídica, no NASPP (Núcleo de Atenção à Saúde e Práticas Profissionalizantes) da UNIFIPMOC, no município de Montes Claros-MG, onde o atendimento e acolhimento da criança institucionalizada ocorreu, através da abordagem Cognitivo Comportamental. Avaliando-se o âmbito social do estágio tem-se a prestação do atendimento no NASPP, viabilizando sigilo e direcionado às necessidades apresentadas e avaliadas e dentro do âmbito acadêmico há elaboração de atividades assertivas, inerentes à abordagem capacitando a construção de um vínculo de confiança. Há uma potencialização das técnicas, no que tange a um acolhimento seguro e assertivo, trazendo a criança para a realidade atual e construção de novas possibilidades, como ferramenta potente que psicoeduca e torna o paciente apto a nomear e entender suas emoções, diferenciando-as e tratando a origem.

Material e Métodos

O estudo apresentado elabora-se de um relato de experiência do estágio profissionalizante de psicologia jurídica do curso de psicologia, tendo como base a demanda para o atendimento psicoterapêutico a crianças institucionalizadas em abrigos, desencadeado pela graduanda através da Terapia Cognitivo Comportamental. A psicoterapia foi elaborada avaliando a ansiedade, o reconhecimento de emoções, a observação da resiliência diante de dificuldades e para isto foi realizada com o uso de psicoeducação e das técnicas de questionamento socrático, RDPD (Registro Diário de Pensamentos Disfuncionais), desenvolvimento de habilidades sociais, estratégia de Coping, exploração e avaliação de dificuldades através de jogos e acolhimento das demandas trazidas pela criança a cada semana. O presente trabalho foi orientado pela supervisora Ângela Santiago em encontros online semanais com duração de 50 (cinquenta) minutos cada e aconteceu entre os meses de fevereiro e junho de 2021. A estagiária realizou atendimento psicoterapêutico uma vez por semana durante esse período, totalizando 15(quinze) encontros, sendo uma das vezes realizada visita ao abrigo para conhecer a realidade em que se encontra inserida. Na realização do atendimento também houve diálogos mensais online, com a psicóloga do abrigo, no intuito de uma explanação do caso da criança, principais demandas, medidas judiciais sobre o caso, possibilidades avaliadas durante o andamento das decisões judiciais mediante a escuta da fala da criança e feedbacks. Assim, durante esse período, planejaram-se e realizaram-se atividades psicoeducativas ampliadoras de conhecimento para a criança institucionalizada, para ampliar a dinâmica acadêmica e para o desenvolvimento profissional da estagiária.

A presente experiência tem como base ampliar o conhecimento das demandas da área de psicologia jurídica em abrigos e a realização de atendimentos psicoterapêuticos com base na abordagem cognitivo comportamental, objetivando a redução do sofrimento, medos, angústia e ansiedade em que a criança institucionalizada se encontra. Através do diálogo com a psicóloga responsável pelo abrigo oportuniza-se um maior conhecimento das rotinas do abrigo, limitações, possibilidades, competências da justiça em cada caso e fundamenta-se o embasamento teórico da estagiária. Por conhecer o contexto atual em que a criança institucionalizada se encontra amparada, como ela lida com isto e com os demais, viabiliza-se a construção de possibilidades e desenvolvimento de novas habilidades sociais que facilitam a adaptação e enfrentamento das questões demandadas e com o fortalecimento da resiliência. Por estarmos em um período de pandemia o atendimento psicoterapêutico foi realizado no NASPP, ao invés do próprio abrigo, visando evitar aglomerações e redução de riscos para as demais abrigadas. Mesmo que esteja fora do abrigo, o sigilo quanto ao atendimento é resguardado e o acolhimento em um ambiente estruturado e capacitado, favorece a confiança, segurança e a construção de um vínculo fortalecido que viabiliza o desenvolvimento das técnicas da abordagem cognitivo comportamental.

Desenvolvimento

Mediante um contexto de pandemia da COVID-19, a estagiária realizou os atendimentos clínicos no NASPP. Dentre as práticas mencionadas a psicoeducação favorece o entendimento da criança a respeito do que sente, porque sente, como lidar com as emoções, pensamentos, aprende também a lidar com as emoções dos outros, identificando quando precisa ser assertiva e também pedir ajuda. Através do questionamento socrático viabiliza-se à criança questionar-se nos motivos e razões pelas quais as emoções, pensamentos e comportamentos acontecem ou como ela gostaria que acontecessem. Já no RDPD a criança pode nomear e entender as emoções, diferenciando como sente em cada contexto, diferenciando cada situação, complementando as outras práticas realizadas, sejam através de jogos ou questionários. Ao explorar e avaliar as dificuldades busca-se criar novas e possíveis habilidades sociais que favoreçam o convívio social, familiar e institucional.

Observa-se nesta experiência de atendimento a crianças institucionalizadas que há uma dificuldade na construção dos

laços afetivos, que cresce à medida que aumenta o tempo de abrigamento, devido às incertezas da adoção, dificuldades com outras abrigadas e/ou cuidadoras. Segundo Barros e Fiamenghi Jr. (2007), as crianças e os adolescentes entendem a institucionalização como a perda do afeto e do acolhimento familiar, situação que se torna um risco ao desenvolvimento dos mesmos. Entretanto, mesmo que demonstrem dificuldades em relação à criação dos laços afetivos seja no abrigo ou fora, eles ainda assim conseguem estabelecer uma adaptação resiliente, o que reduz os riscos de socialização e no desenvolvimento.

Constatou-se dentro dessa experiência, que o conceito de coping na avaliação da adaptação emocional e psicológica de crianças que se encontra em situação de negligência familiar é relevante e se relaciona às formas de adaptação dos indivíduos às adversidades e aos esforços que necessitam realizar para lidar com estressores (Lazarus & Folkman, 1984). O Coping é definido como um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais, que os indivíduos utilizam para modificar o ambiente e lidar (tolerando, vencendo ou reduzindo) com as demandas que podem ser internas, externas ou específicas, em momentos de estresse e que superam os recursos do sujeito (Lazarus & Folkman, 1984).

Outro ponto relevante no contexto de abrigamento que se torna motivador de ansiedade crescente é o tempo em que, normalmente, as crianças permanecem institucionalizadas. Mesmo que seja previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) o uso do abrigamento como uma medida provisória e temporária, as crianças passam muitos anos em abrigos, tempo este que se estende à medida que envelhecem. Desta forma, a terapia cognitivo comportamental pode ser uma estratégia forte no desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças institucionalizadas.

Ressalta-se que, mediante o apresentado na literatura, nos casos de institucionalização que se relacionam tanto a uma negligência parental quanto a um contexto com ações de educação disfuncionais, eleva-se nas crianças a presença dos déficits em habilidades sociais quanto na capacidade de elaborar estratégias de coping disfuncionais.

Conclusões

A experiência de aplicação da abordagem cognitivo comportamental com crianças abrigadas viabiliza a possibilidade de, além do acolhimento à angústia trazida, realizar a psicoeducação, o desenvolvimento de novas habilidades sociais, a construção de outras possibilidades dentro do que o contexto atual de proteção favorece. Também possibilitar o entendimento dos pensamentos disfuncionais originados das experiências vivenciadas e do contexto da institucionalização, levando ao entendimento de questionar o que realmente é real e o que seria uma construção disfuncional, elaborada mediante as dificuldades vivenciadas e ansiedade que a permanência em um abrigo traz na vida da criança. Neste contexto institucionalizado a construção do vínculo também é dificultada por se tratar de um atendimento padronizado e generalizado para abranger a todos, o que inviabiliza de certa forma a individualidade e realização contínua de uma escuta qualificada voltada para cada demanda na instituição.

Desta forma, diante deste caso, a estagiária embasada das técnicas e fundamentos da TCC ao estabelecer o processo terapêutico com a criança paciente, pôde estabelecer com ela a avaliação da demanda tanto apresentada pela observação da psicóloga do abrigo, quanto das demandas atuais que ela apresenta. A avaliação foi feita tanto verbalmente quanto comportamental durante o acompanhamento, seja pela recusa de falar sobre algo que incomoda ou pelas ações que não se apresentam congruentes com a fala e demais relatos constantes no caso da paciente. A abordagem cognitivo comportamental permitiu dentro da psicologia jurídica uma interpretação e um diagnóstico com embasamento científico e as práticas realizadas no NASPP de Montes Claros viabilizaram a continuidade do estágio diante do contexto limitador da pandemia. Assim sendo, o uso da abordagem cognitivo comportamental em sua prática viabiliza a construção de habilidades e fortalecimento da resiliência, levando a criança a praticar e reconhecer novas formas possíveis de lidar com a demanda que traz, ao mesmo tempo em que amplia a experiência de vivência da estagiária, em um estágio com potencial transformador e viabilizador de novas e funcionais formas de sobreviver, de realização e adaptação.

Referências

MORAIS, N, KOLLER SH. Abordagem ecológica do desenvolvimento humano, psicologia positiva e resiliência: Ênfase na saúde. In: Koller SH, editor. Ecologia do desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenções no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2004. p. 91-107. Acesso em 06 de junho de 2021.

REPPOLD C, PACHECO J, BARDAGI M, HUTZ CS. Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: Uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: CS Hutz, editor. Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2002. p.7-51. Acesso em 06 de junho de 2021.

Rutter, M. (1987). Psychosocial Resilience and Protective Mechanisms. American Journal of Orthopsychiatry, 57, 316-331. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1939-0025.1987.tb03541.x>. Acesso em 06 de junho de 2021.

BARROS, R. & FLAMENGHI Jr, G. (2007). Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. Ciência & Saúde Coletiva, 12(5), 1267-1276. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.scielo.br/scielo.php%3Fpid%3DS1413-81232007000500024%26script%3Dsci_abstract%26tng%3Dpt&ved=2ahUKEwjC1rus8ZfxAhVnr5UCHZOrC2IQFjAAegQIBRAC&usq=AOvVaw07vjSKwk_EwLjACJt9Q5tR. Acesso em 04 de junho de 2021.

LAZARUS, R. S., & FOLKMAN, S. (1984). Stress, appraisal, and coping. New York: Springer. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://link.springer.com/10.1007/978-1-4419-1005-9_215&ved=2ahUKEwjBkPWB8ZfxAhUqqJUCHSDWB7cQFjACegQIEAC&usq=AOvVaw13ooq_z48NSc2-0HZ1uKiV. Acesso em 06 de junho de 2021.

SIQUEIRA, A. C., & DELL'AGLIO, D. D. (2007). Retornando para a família de origem: fatores de risco e proteção no processo de reinserção de uma adolescente institucionalizada. Revista brasileiro crescimento desenvolvimento humano, 17, 134-146. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0104-12822007000300014&ved=2ahUKEwimvqLh8JfxAhV5iZUCHV_IDH4QFjAAegQIAxAC&usq=AOvVaw0Rkc4OPWBSJ6g4mAJTIX6c. Acesso em 06 de junho de 2021.

PANDEMIA E SAÚDE MENTAL: UM ESTUDO SOBRE OS PRINCIPAIS IMPACTOS OBSERVADOS NO BRASIL

VELOSO, Fredson de Cássio de Queiroz¹; ANJOS, Beatriz Rocha dos¹; SOUTO, Isaac Sarmiento¹; FREITAS, Júlia Rodrigues¹; SILVA, Lara Giovanna Marques¹; JUNIOR, Sidney Pereira de Souza²; JUNIOR, Achilles Gonçalves Coelho².

¹ Acadêmico do curso Psicologia da instituição UNIFIPMOC;

² Professor do curso Psicologia da instituição UNIFIPMOC.

RESUMO: Atualmente, o mundo inteiro tem sofrido com a pandemia da COVID-19 e no Brasil tem gerado inúmeras consequências. Com isso, a saúde mental da população foi afetada significativamente, observando, assim, os impactos provocados e as ações importantes utilizadas para reduzir as consequências psicológicas advindas desse momento delicado. O presente estudo teve como objetivo identificar os impactos da Pandemia de COVID-19 na Saúde Mental no Brasil. Nesse sentido, utilizou-se a pesquisa qualitativa, de caráter exploratória, procedimento bibliográfico, o qual usou-se o portal periódico BVS, onde foram pesquisados artigos científicos, em português, publicados no período de 2019 até o ano de 2021. Os artigos analisados foram os revisados por pares e teve como descritores "pandemia e saúde mental". Utilizou-se o instrumento análise de conteúdo, e os dados foram analisados a partir dos conteúdos e agrupados por categorias teóricas comuns. Apresentam-se como resultados que, na busca, encontrou-se 80 artigos que foram lidos seus resumos e organizados por ordem dos temas que mais apareceram nos trabalhos. Nesse sentido, quanto aos temas mais recorrentes, apresentou-se os mais variados tópicos, dos 75 artigos utilizados, 55 deles discutem assuntos em torno dos efeitos psíquicos e físicos desencadeados pela pandemia do COVID-19 em distintos grupos da sociedade e 20 artigos abordam sobre informações gerais e reflexões a respeito da pandemia. Assim, os principais temas encontrados foram: impactos/efeitos da pandemia em grupos distintos da sociedade, consequências na saúde física em razão da saúde mental, efeitos da pandemia que afetam a sociedade, meios para se enfrentar a pandemia, saúde mental/sofrimento psíquico nos profissionais de saúde, transtornos causados pela pandemia, reflexões socioculturais em meio a pandemia, etc. Desse modo, a partir do exposto, foi possível observar que a pandemia do COVID-19 provocou impactos importantes na saúde mental das pessoas em diferentes grupos da sociedade no Brasil. Nesse sentido, os impactos observados corroboram com os estudos de autores em pesquisas que abordaram o tema e salientam sobre a importância de se tratar a saúde mental na mesma proporção dos impactos em outras áreas. Assim, torna-se necessária a discussão e pesquisa sobre o tema

apresentado, afinal seus resultados são essenciais para a compreensão dos inevitáveis cuidados acerca da saúde mental da população em geral, a qual foi de fato altamente afetada pela pandemia.

Palavras-chave: psicologia, pandemia, saúde mental.

REFERÊNCIAS

FARO, A.; BAHIANO, M. A.; NAKANO, T. C.; REIS, C.; SILVA, B. F. P.; VITTI, L. S. (2020). COVID-19 e Saúde Mental: a emergência do cuidado. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 37, p. 1-13.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. In: **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

SCHMIDT, B.; CREPALDI, M. A.; BOLZE, S. D. A.; NEIVA-SILVA, L.; DEMENECH, L. M. Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). **Estudos de psicologia** (Campinas), vol.37, e200063, Campinas, 2020.

O IMPACTO DO ISOLAMENTO SOCIAL PARA A INFÂNCIA

Introdução: O isolamento social nos primeiros anos de vida podem prejudicar o desenvolvimento psicossocial infantil. Os seres humanos são seres sociáveis e é notório como é importante e preciso o convívio com outras pessoas desde os primórdios da vida. Para o desenvolvimento infantil é de grande implicação positiva o envolvimento social que englobam o contato com outras pessoas e principalmente com outras crianças, durante essa fase da vida. Quando essa área da vida é estimulada apresenta-se inúmeros ganhos no desenrolar do crescimento podendo evitar assim comportamentos sociais retraídos que podem inclusive se prolongar pela vida do sujeito. **Objetivo:** Analisar e compreender qual é o impacto do isolamento social para as crianças. **Métodos:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada a partir das bases de dados portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Scielo onde foi realizada uma pesquisa das produções dos anos entre 2017 a 2021 com o tema “isolamento social na infância” utilizando os filtros das bases de dados LILACS and INDEX Psicologia - Periódicos técnico-científicos e o operador booleano "and" aplicando os descritores “isolamento”, “crianças” e “impactos”. Obtendo assim um total de 30 artigos, sendo que após leitura e análise foram selecionados uma amostra final de 4 artigos que se encontravam de acordo com a temática abordada. **Resultados e Discussão:** Em análise, estudo e discussão dos artigos, identificou-se que a infância é um período de grande importância para o desenvolvimento. O isolamento social portanto pode impactar fortemente o seu contexto social e relacional com o meio e as pessoas com a qual se relacionam. **Conclusão:** Diante disso é necessário que mesmo em meio ao isolamento social, as crianças tenham um horário determinado de estudo, tenham momentos lúdicos e de brincadeiras e se relacionem mesmo que de forma virtual com os parentes, amigos e professores, para que assim minimize um pouco do impacto que a pandemia do COVID 19 possa causar.

Palavras-Chave: Isolamento social. Primeira infância. Crianças.

Referências

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30(2), 2020.

ABREU, B. C. M. FRASSÃO, M. O. Tempos de isolamento social: Infâncias nos encontros virtuais. **Sociedade e Infancias**, 4: 185-288, 2020.

LINHARES, M. B. M.; ENUMO, S. R. F. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estud. psicol.** Campinas, 2020.

PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CRAS INDEPENDÊNCIA DURANTE A PANDEMIA

LOPES, Brisa Dias¹; OLIVEIRA, Júlia Maria Mendes de¹; SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira de²

¹ Acadêmico do curso de psicologia da instituição UniFIPMoc

² Professor do curso psicologia da instituição UniFIPMoc

Introdução

Em primeira instância, as condições sociais estão intrinsecamente ligadas ao desenvolvimento da saúde e, as práticas psicológicas, conforme Bock e Aguiar (1955) citado por Contini (2002), visam ampliar a consciência do indivíduo diante sua realidade buscando a transformação e resolução das dificuldades apresentadas. Assim, a atuação do psicólogo enquanto trabalhador da saúde parte da ideia de possibilitar a participação da comunidade civil organizada, propondo um trabalho de ressignificação das relações e experiências vividas, apreendendo reflexões acerca da ação enquanto ato político e ético da participação para a transformação social, como Contini (2002) menciona. A partir disso, o presente relato objetiva explanar acerca da experiência vivenciada no estágio básico III do quinto período de psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UniFIPMoc), em meio ao contato com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) oferecido pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Independência em Montes Claros durante a pandemia. Nesse sentido, o estágio objetivou o conhecimento das condições sociais e a realidade vivenciada pelos usuários do CRAS Independência, bem como proporcionar a fala, interação e o trabalho em conjunto, visando a autonomia e reflexão desses sujeitos.

Material e Métodos

Inicialmente, o estágio prosseguiu às quartas-feiras no horário de 14h as 15h40, intercalando a supervisão online em uma semana e na seguinte a prática presencial, e vice versa. O primeiro contato sucedeu virtualmente via Google Meet, no qual objetivou conhecer a prática do trabalho dos funcionários do CRAS em conjunto ao grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O segundo momento, prosseguiu presencialmente no CRAS Independência no dia 28 de maio de 2021, enquanto os demais ocorreram de forma remota no aplicativo WhatsApp, conforme o dia e o horário inicial, visto que, embora os cuidados tomados presencialmente, o grupo optou por continuar o contato de forma virtual mediante a existência de um grupo na plataforma virtual Whatsapp entre os integrantes do CRAS. Assim, foi criado um novo grupo chamado SCFV/FipMoc, composto por 9 estagiários de psicologia do 5º período matutino UniFipMoc, o professor orientador e também por 12 integrantes do SCFV da grupo intergeracional – caracterizado por conter crianças e adolescentes, e suas mães – e também por 2 funcionários do CRAS Independência.

Nesse sentido, a partir da criação do novo grupo, foi viabilizado um contato frequente entre os envolvidos de maneira a criar novas possibilidades de trabalho em conjunto. Cabe pontuar que foi feita uma escala do dia em manhã, tarde e noite entre os estagiários, conforme a disponibilidade dos mesmos, para responder ao grupo no Whatsapp de modo a não deixar alguém sem resposta e objetivando o movimento do grupo.

A priori, o método escolhido para a realização das propostas de trabalho foi a de oficina em dinâmica de grupo, sendo caracterizada como uma prática estruturada de intervenção psicossocial com grupos, diante de um contexto social, surgindo a partir do que o grupo se propõe a elaborar, envolvendo os sujeitos em formas de pensar, sentir e agir, como Afonso (2006) aponta. Todas as dinâmicas foram pensadas de acordo com a demanda apresentada pelos participantes do SCFV do CRAS de maneira a viabilizar a comunicação entre os demais, tal como a fala, reflexões e exploração das potencialidades dos mesmos.

Desenvolvimento

A princípio, ocorreu uma reunião com o técnico de referência do serviço social e os orientadores sociais, a fim de conhecer o trabalho já realizado e discutir possíveis propostas a serem realizados com o grupo. No primeiro momento presencial, foram divididos dois grupos de estagiários e participantes do CRAS Independência, sendo o primeiro às 14 horas e o segundo às 14 horas e 40 minutos, e em cada um dos grupos, o supervisor e os estagiários apresentaram-se explicando a proposta inicial do trabalho que seria realizado em conjunto aos participantes do grupo intergeracional do SCFV, o qual é composto por pessoas de várias faixas etárias.

Tendo em mente o método aderido, foram propostas ao grupo algumas oficinas no decorrer do tempo, sendo a dinâmica das palavras, na qual foram oferecidas várias palavras determinadas – as quais foram pensadas de acordo com a demanda apresentada no contato presencial – e os usuários do CRAS escolheram uma e disseram o porquê ou o que representava a palavra escolhida para cada um. Para tanto, ainda foi feito um convite aos participantes do CRAS a compartilharem seus sentimentos, emoções ou pensamentos que surgiram na dinâmica anterior ou em outro momento, além disso, foi ofertada a possibilidade de respostas por meio de fotos, vídeos, músicas, poemas, artes e etc. sendo da internet ou da vida pessoal deles. Por fim, foi proposta a pergunta “como você se vê em cinco anos?” e posteriormente, os estagiários convidaram o grupo a contar quais serão as estratégias e atitudes que eles podem realizar a partir de agora para alcançar essas metas de vida.

Tendo em vista a nova possibilidade de estagiar via online, foi aberta a palavra a todos do grupo no Whatsapp para dialogarem e compartilharem pensamentos e experiências, tanto antes como depois da pandemia, com grupo do SCFV. Assim, os usuários do CRAS seguiram falando sobre si e o grupo que fazem parte há anos. Foi perceptível após as propostas das dinâmicas virtuais um grande envolvimento da maior parte dos membros do CRAS, demonstrando interesse e afeto pelo trabalho a ser realizado. Para tanto, cabe pontuar que devido ao diálogo online acontecer de maneira mais restrita e haver maior distanciamento afetivo, dificultando a criação de vínculos, observou-se que a melhor explicação das atividades e maior estímulo, bem como a simplificação das mesmas, fizeram-se mais apropriadas nas dinâmicas/interações virtuais, posto que, notou-se grande adesão do grupo quando foi explicado melhor o que tinha sido proposto, e grande estímulo quando houve outras participações. Outrossim, um paralelo entre o contato presencial e o virtual é evidenciado, sendo que no primeiro momento presencial percebeu-se que a conversa fluiu sem muito esforço e as pessoas presentes expressaram-se mais de forma espontânea. Em contraposição, apesar do grande envolvimento dos usuários do CRAS virtualmente, notou-se um maior esforço no grupo para iniciar um diálogo e mantê-lo.

Contudo, os relatos obtidos virtualmente foram explorados mediante as possibilidades existentes, sendo possível explorar as potencialidades dos que se envolveram nas dinâmicas e, de certa maneira, tornou-se viável atrelar o trabalho feito com o já realizado pelo CRAS, posto que, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2008), a atuação do psicólogo nas territorialidades atendidas pelo CRAS parte da articulação com ações já existentes e com as que complementam a intervenção, tal como potencializar parcerias e o território de forma geral, e assim foi realizado.

Em conformidade com Afonso (2006), no grupo é buscada a promoção da interação, comunicação, palavra livre e a elaboração do sistema de valores, atitudes e relações que nele perpetuam, facilitando um contexto onde se pode reconstruir e criar significados. Nesse sentido, através da oferta da palavra nas oficinas, foi viabilizado aos participantes do CRAS um espaço de interação e de escuta, no qual eles puderam compartilhar experiências pessoais, anseios, sentimentos, pensamentos e crenças, despertando a espontaneidade subjetiva desses sujeitos e, dessa forma, oportunizando reflexões pessoais do que eles querem para si e o que vão fazer para alcançar. Além disso, grande parte dos relatos demonstrou uma introspecção em relação aos sentimentos desencadeados nas dinâmicas, os participantes mostraram-se confiantes e resilientes nas dificuldades apresentadas.

Para mais, os estagiários atentaram os demais integrantes ao encerramento do trabalho em conjunto com duas semanas antecedentes ao término do estágio, sendo planejado intentando gerar lembranças positivas e demonstração de afeto. Desse modo, foi preparado para cada participante do grupo SCFV, pequenos sacos plásticos decorados com sementes de girassóis e mudas de plantas diversas, a fim de simbolizar o crescimento da planta ao crescimento pessoal da vida de cada um, além de receberem também, mensagens pessoais personalizadas via on-line no WhatsApp, contendo gratulações à participação, incentivos e comentários caracterizados pela subjetividade dos conteúdos manifestados no grupo por cada participante.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Portanto, o estágio básico III com o SCFV do CRAS Independência proporcionou uma compreensão acerca das possibilidades de estagiar em meio à pandemia, bem como a investigação das técnicas mais apropriadas aos recursos virtuais. Nesse sentido, apesar da dificuldade de formar vínculos de forma virtual, foi proporcionada ao grupo a oferta da palavra e reflexões sobre os sentimentos e pensamentos dos usuários do CRAS, tal como os seus anseios da vida.

Destarte, o trabalho feito foi de suma importância à experiência dos estagiários como futuros psicólogos de forma a contribuir na compreensão dos processos sociais da realidade experimentada, e auxiliar no desenvolvimento de oficinas e propostas de intervenções em grupo. Assim, o objetivo foi atingido dentro do possível, tendo em vista a pandemia e suas limitações.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. M. (Org.) **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP), Brasília, CFP, 2008.
CONTINI, M. L. J.; Psicologia e a construção de políticas públicas voltadas à infância e à adolescência: contribuições possíveis. In: Bock, Ana Maria Mercês. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, v.1, p. 295-312.

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE MENTAL NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SOUZA, Bruna Caroline¹; BATISTA, Julia Leão¹; CAMPOS, Marco Antônio Sampaio¹; CASTRO, Maria Clara Reis¹; ALMEIDA, Maria Fernanda Veloso¹; NEVES, Mariana Gabrielle Araújo¹; COELHO JÚNIOR, Achilles Gonçalves²; SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira².

¹ Acadêmico do curso de psicologia da instituição UNIFIPMoc

² Professor do curso de psicologia da instituição UNIFIPMoc

Resumo: A doença COVID-19 provocada pelo *Coronavirus Disease 2019* tem causado problemas em diversas áreas da sociedade, inclusive sendo considerada uma pandemia. Por se tratar de uma doença altamente contagiosa, medidas têm sido tomadas para controlar a sua disseminação e garantir a segurança da população, evitando aglomeração e mantendo o distanciamento social. As realocações de pessoas em momentos difíceis têm causado grande inquietação pessoal, que não só afeta a saúde física, mas também a mental. O advento da pandemia criou um intenso sentimento de insegurança e medo, que é agravado pelo bombardeio constante de mensagens trágicas e informações falsas. Além das sequelas que estão sendo deixadas em relação direta do vírus, como as mortes causadas por ele, não podemos esquecer as consequências no meio social, econômico, e principalmente a saúde mental. O objetivo dessa pesquisa foi identificar os impactos da pandemia do COVID-19 na saúde mental no Brasil. Foi realizada uma pesquisa qualitativa que focou nos aspectos subjetivos e compreensão generalizada das consequências do fenômeno da COVID-19, caracterizando-se também como exploratória, uma vez que buscou alcançar uma visão geral acerca dos impactos da pandemia na saúde mental da população. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica os dados foram coletados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) a partir dos descritores “pandemia e saúde mental”. Entre 80 artigos encontrados a partir dos descritores pandemia e saúde mental, foram selecionados 65 na língua portuguesa e que respondiam aos critérios de inclusão, publicados a partir do ano de 2019 e avaliados por pares. Os artigos encontrados foram classificados a partir de temas comuns e elaborada uma tabela onde foi possível identificar os principais impactos na saúde mental. A partir da pesquisa foram identificados como principais impactos: aumento dos quadros de depressão, ansiedade e insônia. Portanto, o COVID-19 tem impactado diversas dimensões da sociedade, afetando drasticamente a saúde mental da população, sendo que explorar esse assunto pode auxiliar o exercício profissional e proporcionar informações que desencadeiem novas pesquisas.

Palavras-chave: Pandemia. COVID-19. Saúde Mental. Psicologia.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

IMPACTOS DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL NO BRASIL

LÚCIO, Silvia Maria de Freitas¹; PEIXOTO, Amanda de Sales Silva¹; OLIVEIRA, Amanda Fernandes¹; OLIVEIRA, Gabriela Arruda¹; DIAS, Kariny Tyellen Ramos¹; RUAS, Sara Lorrany Rodrigues¹; COELHO JUNIOR, Achilles Gonçalves²; SOUZA JUNIOR, Sidney Pereira de².

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da UNIFIPMOC.

² Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMOC.

RESUMO: Em virtude da repentividade da pandemia do COVID-19, é indispensável a reflexão sobre saúde mental, sobretudo, diante do distanciamento e isolamento social. Contudo, questões psicológicas são, muitas vezes, desvalorizadas e não recebem a devida atenção no Brasil, o que aponta para a importância de se ampliar o conhecimento científico a respeito do tema e de se investigar a atuação do profissional psicólogo no contexto atual, a fim de refletir sobre a garantia da saúde integral plena do povo, principalmente, no que tange ao bem-estar psicológico, para que, caso complicações nesse âmbito sejam percebidas, intervenções eficazes sejam criadas e aplicadas. Assim, com o objetivo de identificar os impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental no Brasil, o estudo realizado consistiu em uma pesquisa bibliográfica, exploratória e de abordagem qualitativa, cuja coleta de dados foi feita com base em periódicos publicados na Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi), sendo os critérios de inclusão da literatura investigada: artigos avaliados por pares publicados a partir de 2019, com os descritores “pandemia” e “saúde mental”; e os de exclusão: artigos repetidos ou que não abordam a relação entre a pandemia da COVID-19 e saúde mental. O material encontrado foi analisado por meio do método de análise de conteúdo através de agrupamentos por categorias teóricas comuns dos artigos e a literatura verificada indicou que cada indivíduo tem vivenciado esse momento de forma singular e subjetiva, sendo que muitos têm seus direitos humanos ameaçados, sobretudo, minorias sociais e grupos às margens da sociedade (GAUDENZI, 2021). Ademais, diversos trabalhos apontam para o aumento de sintomas depressivos, de ansiedade, de pânico, de medo e de estresse, além de outras complicações psicológicas, de modo que profissionais da Psicologia têm, desde o início da pandemia, buscado minimizar esse quadro, por exemplo, por meio da criação de guias e cartilhas sobre saúde mental e a partir do atendimento psicológico online. Conclui-se, através desta pesquisa, que os impactos da pandemia da Sars-CoV-2 foram expressos, sobretudo, no desenvolvimento ou agravamento de problemas psíquicos de muitos e, posto isto, urge, então, a necessidade da continuidade da atuação de psicólogos a fim de promover a saúde biopsicossocial no país.

Palavras-chave: COVID-19, Saúde Mental, Brasil.

REFERÊNCIAS

GAUDENZI, Paula. Cenários brasileiros da Saúde Mental em tempos de Covid-19: uma reflexão. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 25, supl. 1, e200330, 2021. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832021000200204&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 17 maio. 2021.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

CONVERSAÇÃO, CARTAS E CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS: UMA NOVA POSSIBILIDADE DE TRABALHO NO CRAS EM MEIO À PANDEMIA COVID-19

SANTOS, Marisa Alves ¹, FREITAS, Allany Lauton ¹; QUEIROZ, Emanuel Ribeiro ¹; BIRINO, Izadora Dias ¹; VIEIRA, Luciana Santos ¹; SANTOS, Luiz Paulo Pereira ¹; NOGUEIRA, Maria Clara Fagundes ¹; VELOSO, Matheus Coelho ¹; MOEBUS, Thereza Christina Narciso ²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

Introdução

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência dos acadêmicos do 5º período noturno do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc), através da disciplina “Estágio Básico III”. O grupo é composto por 10 alunos e a professora supervisora.

Os encontros iniciaram no dia 04/03/2021 com reuniões de supervisão, e a partir do dia 15/04/2021, o trabalho passou a ser realizado em conjunto com a equipe do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Vilage do Lago, em Montes Claros - Minas Gerais, composta pela psicóloga e a orientadora social. A data de encerramento do trabalho está prevista para o dia 24/06/2021. O planejamento inicial para o estágio envolvia encontros presenciais; entretanto, em decorrência do agravamento da pandemia e diante dos decretos de Onda Roxa na região, o trabalho passou a ser desenvolvido com encontros virtuais.

A modalidade de intervenção grupal que fundamentou o trabalho foi a conversação. Segundo Miller (2003, *apud* MIRANDA; SANTIAGO, 2010) a conversação é uma modalidade de intervenção grupal em que participantes debatem livremente sobre um tema por eles proposto, podendo expressar as suas dificuldades, opiniões e sentimentos. Na conversação, os integrantes precisam estar dispostos a lidar com uma aposta no que virá, tendo como objetivo a produção do inédito, da “associação livre coletivizada”. Portanto o trabalho foi desenvolvido com base nas surpresas e na livre circulação da palavra que surgia de forma espontânea a cada reunião, por meio de desenhos, falas e gestos dos participantes.

A nossa atuação no CRAS compreende a Proteção Social Básica e está vinculada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Conforme Senra *et al.* (2016), além do caráter preventivo, o serviço possui caráter proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

Material e Métodos

Os participantes do estágio foram os alunos do 5º período de Psicologia (noturno). Os autores desse resumo representam um dos subgrupos resultantes da divisão da turma, responsáveis por trabalhar com os residentes do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Vilage do Lago, em Montes Claros - Minas Gerais.

Por ser um estágio on-line, os materiais utilizados ao longo do estágio foram computadores e celulares com acesso à internet, e com disponibilidade de áudio e vídeo, tanto para os estagiários como para as famílias

acolhidas pelo CRAS referido. As reuniões ocorreram pela plataforma do Google Meet, com supervisões e encontros semanais. Conforme as reuniões de supervisão aconteciam, o grupo definiu a conversação como meio de mediação nas entrevistas e o trabalho com cartas como uma forma de comunicação com as crianças (de 2 a 6 anos) e seus responsáveis (em grande parte, seus pais).

Cada estagiário ficou responsável por enviar cartas para duas crianças referidas nas listas de trabalho fornecidas por representantes do CRAS Vilage do Lago. Em virtude do distanciamento social, os estagiários escreveram as cartas e deixavam com um aluno do grupo, que levava e deixava as correspondências com uma das representantes. Em seguida, cada carta era distribuída por meio de visitas de portão, com o convite para uma reunião online com os estagiários.

Desenvolvimento

Antes de ocorrer o encontro com os usuários do CRAS Vilage do Lago, foram feitas algumas reuniões remotas com as representantes e com a supervisora do estágio, em que ficaram preestabelecidas as formas como seriam mantidos os contatos com os usuários. Foi optado pela troca de cartas e pelos encontros virtuais com aqueles que possuíam acesso à internet. Após a entrega das cartas, a representante responsável por essa ação relatou que os usuários ficaram ansiosos e instigados para ler o conteúdo, já que se tratava de um resgate de uma comunicação em desuso.

Posto isso, foi feito o primeiro encontro com os usuários. No primeiro momento, houve a participação de três crianças que já haviam recebido as cartas anteriormente. “E”, “M” e “S” se apresentaram de forma calorosa, mostrando vontade e interesse de estarem ali presentes. No decorrer do encontro, elas relataram o que gostavam de fazer no dia a dia, como estava sendo a rotina durante a pandemia do COVID-19 e quais desenhos e filmes mais gostavam de assistir. Algo que se destacou foi o simbolismo presente nas falas e nos desenhos das crianças que criaram histórias de casais de super heróis. Como proposta de amarração para o próximo encontro, foi sugerido que elas fizessem um desenho e entregassem para quem quisessem e, posteriormente, relatassem para os estagiários como foi a entrega do que havia sido produzido por elas.

Ademais, os relatos das crianças sobre a entrega dos desenhos foi realizado com muita euforia e carisma, onde já familiarizados com os estagiários, as crianças puderam detalhar mais sobre suas experiências ao presentear com o desenho alguém do meio delas. A conversa foi conduzida diante do desejo dos estagiários de saber o que cada uma desenhou, e também entender os motivos que levaram a criança escolher aquela pessoa, pois, como advertido por Lacan (1953, p. 278, apud MIRANDA; SANTIAGO, 2010), “O homem fala, pois, mas porque o símbolo o fez homem”. Foi entendido que a utilização dos desenhos serviu como base para a melhor exploração da criatividade das crianças, que conforme relatado por “E”, ela disse que pôde desenhar sua mãe com a roupa da sua super-heroína favorita e assim unir as duas em uma só pessoa. Ao ser questionada pelos motivos que levaram ela a realizar esse desenho, ela afirma que se trata de duas pessoas que ela gosta muito e por isso optou por fazer união de características.

Nos dias posteriores, houve uma grande movimentação em razão da possibilidade que mais crianças e mães poderiam comparecer no encontro virtual, sendo assim, foi realizado uma movimentação interna entre os estagiários no esforço em mudar o horário do encontro para que outras mães com suas crianças pudessem participar. Devido a essa flexibilização, na penúltima semana de encontro, os estagiários conheceram pessoalmente “JF” e sua mãe “E” que prontamente se dispuseram a participar do encontro proporcionando relatos e grande envolvimento em todo o processo de conversação. Inicialmente os estagiários se apresentaram e a estagiária que enviou a carta para “J.F” se apresentou e buscou entender o que a criança sentiu quando recebeu a carta. Na partilha de “JF” ele disse que se sentiu feliz e animado com a carta que recebeu, e

imediatamente, sua mãe “E” disse que se sentiu lembrada e querida pelo trabalho que o CRAS já vem realizando com eles. Dessa forma, diante a conversa e interação no encontro virtual, foi perceptível a movimentação que “JF” estava realizando no início e ao decorrer do tempo ele foi se sentindo mais à vontade com a câmera, passou a conversar mais e logo em seguida, passou a contar mais da sua vida pessoal e dos seus sonhos.

Durante o encontro houve muita satisfação por parte da mãe “E” que nos contou vários detalhes da sua rotina e da sua luta diária ao conduzir sua família, e também, de maneira inesperada demonstrou pelos estagiários o carinho pela contato que estava sendo realizado naquele momento, formalizando assim um momento de muita emoção e carinho genuíno. A partir disso, foi perceptível compreender a união da “E” em conduzir sua família e ser a base de orientação aos seus filhos, evidenciando todo o trabalho de aproximação e acolhimento que toda a equipe do CRAS já realiza na vida daquela família. Em suas palavras, ela sempre reforçou a importância desse apoio que ela possui com toda a equipe do CRAS, e relatou também que sua rotina é baseada nos cuidados quanto à saúde do seu filho “JF” que estava passando por problemas de saúde.

Após isso, a criança “JF” foi questionada sobre como ele encarar esses cuidados da mãe, e ele respondeu que se sente bem e que sempre que pode quando a mãe senta na calçada da casa, ele dá um jeito de pegar sua bicicleta e ir andar na rua com a sua vizinha que tem a mesma idade. Por fim, os estagiários questionaram o que ele gostaria de ser quando crescesse, e em algumas tentativas de respostas, no final ele respondeu com segurança e firmeza na fala dizendo que gostaria de seguir a profissão do irmão que trabalhava em uma lanchonete no bairro. Ao relatar esse desejo, a criança afirmou a qualidade do sanduíche e o desejo de melhorar a receita podendo acrescentar mais ingredientes que ela gosta e tem o hábito de comer, sendo assim, incentivada pelos estagiários a desenhar esse sonho no papel e no encontro posterior mostrar para todos e explicar sua motivação para a criação daquele desenho.

Considerações finais

Diante do relato acima, é perceptível que a experiência nos proporcionou, como estudantes de Psicologia, um entendimento claro e relevante da atuação do profissional de Psicologia e do orientador social, dentro do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Através das experiências vivenciadas, compreendemos o importante papel social do serviço prestado pelo CRAS, uma vez que este serviço busca trabalhar com questões relevantes para a sociedade, como a vulnerabilidade e proteção social por meio do desenvolvimento e ampliação da união familiar e convivência social. Dessa forma, as questões de desenvolvimento e aplicação são de grande valia para alcançar a proteção social básica. Sendo assim, este estágio contribuiu de forma intrínseca e significativa para nossa formação acadêmica, ao mesmo passo que possibilitou a construção e ampliação de vínculos dos profissionais, acadêmicos, dos responsáveis e das crianças.

Referências

MIRANDA, Margarete Parreira; SANTIAGO, Ana Lydia. **As conversações e a psicanálise aplicada à educação: um estudo do mal-estar do professor e o aluno considerado problema.** In: O DECLÍNIO DOS SABERES E O MERCADO DO GOZO, São Paulo, 8., 2010.

SENRA, Carmem Magda Ghetti et al. **Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS).** Conselho Federal de Psicologia. Dezembro de 2016.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA NÃO ADEÇÃO AO TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO

FERRAZ, Biatriz de Quadros¹; GOMES, Ana Clara de Oliveira Queiroz¹; XAVIER, Brenda Tayná Fernandes¹; GOMES, Karen Teixeira¹; LUZ, Matheus Cardoso¹; BARROS, Nathan Augusto Tibo de¹; PRADO, Jany Rodrigues².

¹Acadêmicos do curso de Medicina das Fip Guanambi

²Professora do curso de Medicina das Fip Guanambi

RESUMO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a não adesão ao tratamento medicamentoso psiquiátrico é considerada um fator agravante das doenças mentais e está diretamente relacionada com possíveis recaídas do transtorno do paciente. As doenças psiquiátricas mais prevalentes no mundo, tais como depressão, esquizofrenia e transtorno bipolar exigem constância no uso de suas drogas e em seu acompanhamento psicológico, reforçando a administração correta da terapêutica como forma de efetivar a melhora no estado do paciente. Objetivou-se com este presente trabalho discutir sobre as causas e consequências da não adesão ao tratamento psiquiátrico. Realizou-se uma revisão bibliográfica, através do acesso online às bases de dados *Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs)*, *U.S. National Library of Medicine (PubMed)* e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, além de publicações da *World Health Organization (WHO – OMS – Organização Mundial de Saúde)*. Foram selecionados artigos publicados entre 2010 e 2021. Os descritores utilizados foram “saúde mental”, “recusa ao tratamento”, “adesão à medicação”, “fatores de não adesão ao tratamento” e “psiquiatria comunitária”, sendo encontrados 130 artigos e após seleção com base na análise dos títulos obtiveram-se 48 artigos e, feita leitura de seus resumos resultou em um total de 10 artigos. A partir das pesquisas pode-se inferir que estigma social, limites da rede de saúde, má relação médico-paciente, limitações pessoais e efeitos colaterais dos medicamentos são os cinco grandes obstáculos enfrentados pelo paciente psiquiátrico que o leva a não adesão ao tratamento, sendo as principais causas de insucesso dos programas terapêuticos. Ademais, o tratamento inadequado por parte do paciente, pode levar a uma diminuição na qualidade de vida, uma maior dificuldade na abordagem médica, aumento do número de consultas, internações e custo de vida. Pode-se concluir a partir da pesquisa, a importância da realização de ações de saúde que visam instruir a população acerca do tema e reduzir a não adesão, responsável por diversos prejuízos biopsicossociais para o paciente. Fortalecer as relações médico-paciente e sanar possíveis questionamentos auxilia na adesão ao tratamento e evita que este seja realizado de maneira indevida.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA NÃO ADEÇÃO AO TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO

FERRAZ, Biatriz de Quadros¹; GOMES, Ana Clara de Oliveira Queiroz¹; XAVIER, Brenda Tayná Fernandes¹; GOMES, Karen Teixeira¹; LUZ, Matheus Cardoso¹; BARROS, Nathan Augusto Tibo de¹; PRADO, Jany Rodrigues².

¹Acadêmicos do curso de Medicina das Fip Guanambi

²Professora do curso de Medicina das Fip Guanambi

RESUMO: Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a não adesão ao tratamento medicamentoso psiquiátrico é considerada um fator agravante das doenças mentais e está diretamente relacionada com possíveis recaídas do transtorno do paciente. As doenças psiquiátricas mais prevalentes no mundo, tais como depressão, esquizofrenia e transtorno bipolar exigem constância no uso de suas drogas e em seu acompanhamento psicológico, reforçando a administração correta da terapêutica como forma de efetivar a melhora no estado do paciente. Objetivou-se com este presente trabalho discutir sobre as causas e consequências da não adesão ao tratamento psiquiátrico. Realizou-se uma revisão bibliográfica, através do acesso online às bases de dados *Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs)* *U.S. National Library of Medicine (PubMed)* e *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*, além de publicações da *World Health Organization (WHO – OMS – Organização Mundial de Saúde)*. Foram selecionados artigos publicados entre 2010 e 2021. Os descritores utilizados foram “saúde mental”, “recusa ao tratamento”, “adesão à medicação”, “fatores de não adesão ao tratamento” e “psiquiatria comunitária”, sendo encontrados 130 artigos e após seleção com base na análise dos títulos obtiveram-se 48 artigos e, feita leitura de seus resumos resultou em um total de 10 artigos. A partir das pesquisas pode-se inferir que estigma social, limites da rede de saúde, má relação médico-paciente, limitações pessoais e efeitos colaterais dos medicamentos são os cinco grandes obstáculos enfrentados pelo paciente psiquiátrico que o leva a não adesão ao tratamento, sendo as principais causas de insucesso dos programas terapêuticos. Ademais, o tratamento inadequado por parte do paciente, pode levar a uma diminuição na qualidade de vida, uma maior dificuldade na abordagem médica, aumento do número de consultas, internações e custo de vida. Pode-se concluir a partir da pesquisa, a importância da realização de ações de saúde que visam instruir a população acerca do tema e reduzir a não adesão, responsável por diversos prejuízos biopsicossociais para o paciente. Fortalecer as relações médico-paciente e sanar possíveis questionamentos auxilia na adesão ao tratamento e evita que este seja realizado de maneira indevida.

TRANSTORNO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA ANÁLISE SOBRE SUAS REPERCUSSÕES FUNCIONAIS E SOCIAIS NOS INDIVÍDUOS PORTADORES

Introdução: O transtorno do espectro autista é um dos principais complexos do desenvolvimento que se tem conhecimento, tendo uma prevalência cada vez maior nas crianças do século atual, sendo, então, um tema importante para estudos e pesquisas. **Objetivo:** Analisar o Transtorno Espectro Autista (TEA) no que tange a etiologia, prevalência, diagnóstico, tratamento e a importância da relação familiar e da inclusão social. **Método:** Trata-se de um estudo de revisão narrativa. A coleta de dados ocorreu entre os meses de fevereiro e junho de 2021, por meio dos sites Google Acadêmico, SciELO (Biblioteca virtual em saúde), e PubMed, com período de abrangência dos artigos utilizados sendo entre junho de 2001 à dezembro de 2020. **Resultado/Discussão:** Foram analisados 27 estudos que abordaram sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), sendo caracterizado como uma doença multifatorial, complexa e geneticamente heterogênea. Nesse viés, referente à sua prevalência, percebe-se um aumento dos casos diagnosticados, mostrando sua relevância para a sociedade hodierna. Assim, conforme elucida Riesgo (2013) o diagnóstico do autismo é basicamente clínico, sendo que não há marcadores biológicos ou exames específicos apto de detectar a patologia, o que enfatiza a importância da anamnese nesse processo. Ademais, há diversos métodos existentes para tratamento de tal patologia, sendo que após análise criteriosa deve-se escolher o que melhor adequa-se para determinado paciente. Nessa perspectiva, evidencia-se a relevância da relação familiar nesse quadro, posto que a família se adapta e se une visando à superação das dificuldades do autista, sendo esse comportamento de crucial importância. Por fim, cabe ressaltar que a inclusão social de indivíduos com TEA não deve ser entendida como uma dicotomia entre inclusão e exclusão, mas como um meio de interação interpessoal, com o ambiente escolar possuindo um papel fundamental nessa inclusão das crianças autistas. **Conclusão:** A análise do TEA e de suas propriedades é de suma importância para obter-se uma melhor forma de lidar com o autismo, evidenciando a dimensão dessa temática não só para a medicina mas para todo o corpo social.

Palavras chaves: Autismo; Prevalência; Transtornos comportamentais; Inclusão social; Tratamento multidisciplinar

Referência:

RIESGO, R. Neuropediatria, autismo e educação. In: SCHMIDT, Carlo (Org.). Autismo, educação e transdisciplinaridade. Campinas, SP: Papirus, p. 43-60, 2013.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SAÚDE MENTAL

OLIVEIRA, M.C¹; OLIVEIRA, Vitória²; AMARAL, Mellissa³; SILVA, L.F⁴; MORAIS, Fernanda⁵; COELHO JUNIOR, Achilles⁶.

^{1, 2, 3, 4, 5} Acadêmicos do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

⁶ Professor do curso de Psicologia da instituição UNIFIPMoc

RESUMO: O novo coronavírus possui uma elevada e enfática taxa de contágio e transmissão, o que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevá-lo a um nível pandêmico (ORNELL *et al.* 2020), o vírus desencadeou uma série de problemáticas de ordem física e mental. Assim sendo, na pandemia da COVID-19 é perceptível a necessidade e importância dos cuidados a saúde mental uma vez que, as consequências à psique humana foram imensuráveis.

OBJETIVO: Identificar os impactos da Pandemia de COVID-19 na Saúde Mental no Brasil. **MÉTODO:** Pesquisa qualitativa, pois possui um maior foco no desenvolvimento em experiências subjetivas. O estudo se fundamentou na análise bibliográfica, tendo como base de dados o Portal BVS e Google Acadêmico, entre março e maio.

DISCUSSÃO/RESULTADO: Tendo em vista esse cenário caótico, produto da pandemia da COVID-19, é possível constatar um aumento expressivo nos casos de transtornos mentais, os reflexos psicológicos podem ser identificados através do agravamento de casos preexistentes como de ansiedade, depressão entre outros (SILVA; SANTOS; OLIVEIRA, 2020). Parte desses transtornos se desenvolve a partir do medo e da falta de segurança em relação ao vírus e ao futuro incerto gerado pela pandemia (LIMA *et al.*, 2020). Ademais, questões financeiras e familiares, ser considerado grupo de risco, mudanças no estilo de vida com o isolamento, questões sociais e econômicas do quadro geral do país, dentre outros, também são quesitos para esse adoecimento mental. As discussões realizadas a cerca do tema proposto evidenciam e permitem compreender a vulnerabilidade em que se encontra o país, sendo assim é possível perceber que ao tentar identificar os impactos da pandemia de COVID19, deparamos com inúmeras questões que levam ao seu desenvolvimento. Nesse contexto já é possível identificar a importância da atenção à saúde mental em um momento de crise social, econômica, pessoal e no sistema de saúde, já que uma pandemia não prejudica apenas elementos relacionados à saúde pública, mas sim a todos os elementos que compõem uma sociedade. **CONCLUSÃO:** Dada a importância do assunto e o pouco debate que a engloba, torna-se necessário uma maior discussão e valorização acerca do tema. Um acontecimento como esse, atinge a sociedade de forma inesperada a deixando despreparada e suscetível frente a essa nova realidade devido à interferência tanto no aspecto psicológico e no social de todo e qualquer indivíduo. (BRASIL. Ministério da saúde, 2020).

Palavras-chave: Pandemia. Saúde mental. Covid-19.

REFERÊNCIAS

Lima, C. K. T., Carvalho, P. M. M., Lima, I. A. S., Nunes, J. A. V. O., Saraiva, J. S., Souza, R. I., ... Rolim Neto, M. L. (2020). The emotional impact of coronavirus 2019-Ncov (new Coronavirus Disease). *Psychiatry Research*.

ORNELL, Felipe et al. "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 42, n. 3, p. 232-235, 2020.

Silva HGN, Santos LES, Oliveira AKS. Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades. *J. nurs. health*. 2020;10(n.esp.):e20104007.

CONEXÕES E DESCONEXÕES: A PRÁTICA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

SILVA, Luanna Lopes dos Guimarães e ¹; SILVA, Carlos André Moreira da²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

Introdução

Trata-se de um relato de experiência de estágio do quinto período de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc) no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV do município de Montes Claros- Minas Gerais. Estão sob supervisão seis alunas. Devido a pandemia de COVID-19, no primeiro semestre de 2021, as estagiárias e o professor criaram um grupo no Whatsapp para se agilizar a comunicação e iniciarmos os trabalhos de forma remota simulando encontros presenciais. Foi disponibilizado conteúdos e materiais didáticos mais personalizados e ajustados às necessidades do momento. Após reunião com os coordenadores e demais equipe do CRAS para devidas orientações, fomos inseridas ao grupo do Whatsapp “SCFV- Sonhos de Amigos” como estagiárias de Psicologia do SCFV. O objetivo foi de conexão, assistência e fortalecimento de vínculos com o público inserido no serviço de convivência.

Material e Métodos

A modalidade de intervenção que fundamentou o trabalho de grupo foi a conversação, que no contexto da pandemia se deu via formação de grupo no Whatsapp. O estágio aconteceu no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), especificamente no Serviço e Fortalecimento de Vínculos - SCFV no território Delfino Magalhães. O grupo é composto por adolescentes de 12 a 18 anos em situação de vulnerabilidade social. Com a intervenção do grupo de estagiárias de Psicologia, esse grupo foi refeito via Whatsapp na tentativa de recuperarem o trabalho já estabelecido presencialmente e manter conexões virtuais para manutenção do fortalecimento de vínculos.

Segundo Miranda, Vasconcelos e Santiago (2006) a conversação é um dispositivo clínico elaborado por Jacques- Allain-Miller nos anos 1990 e se apresenta desde o início com uma condição precisa ao abrir o campo para a palavra. Miranda, Vasconcelos e Santiago (2006) propõem que a conversação pode ser usada como metodologia de pesquisa em educação e psicanálise por considerar as particularidades do sujeito. Miranda, Vasconcelos e Santiago (2006) também cita que a prática da conversação tem possibilitado o exercício da Psicanálise aplicada, ou seja, para além de sua vertente puramente clínica, desde que foi adotada pelo Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Infância (CIEN) podendo extrair apontamentos como a conversação como oferta de palavra, para a psicanálise toda oferta gera demanda e a aposta na conversação tem como princípio abrir possibilidades para interrogar os discursos.

No que tange a referências técnicas para a atuação do Psicólogo no CRAS/SUAS para (SOUSA et al., 2007, p.22) “o CRAS é responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica e de Assistência Social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social” e “o psicólogo pode participar de todas essas ações, articulando a sua atuação a um plano de trabalho elaborado em conjunto com a equipe multidisciplinar” (SOUSA et al., 2007, p.22) e fizemos esse trabalho a partir da conversação. Sendo assim as ações devem ter caráter contínuo e levar em consideração que o público é uma população em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos efetivos relacionais e de pertencimento social. (SOUSA, 2007, p.22 apud BRASIL, 2007). Valemo-nos da experiência recolhida na articulação entre psicanálise e educação para aplicação dessa metodologia de trabalho no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Desenvolvimento

O grupo de Whatsapp SCFV- Sonhos de Amigos foi criado em 2020. No grupo tem duas integrantes do CRAS, um supervisor de estágio, seis estagiárias e 15 inseridos no serviço. Conversa-se sobre meio-ambiente, músicas, filmes, datas importantes e até marcamos um jogo de vídeo game on-line de estagiárias contra integrantes.

No decorrer do grupo foi possível observar uma criança - pré- adolescente - que chamou a atenção de muitos pela tentativa de se conectar ao grupo. Ele manda bom dia, pequenos áudios e vídeos. Certo dia ele me chamou no privado com um

simples oi. Logo em seguida enviou um vídeo de 10 segundos somente com o áudio cantando com palavras que remetiam a língua inglesa. Eu dei bom dia e perguntei sobre o vídeo. Ele sumiu por dias.

Dias depois o chamei e fiz algumas perguntas como nome completo e idade no intuito de introduzir uma conversação. Tentei uma brincadeira. Perguntei se o gênio da lâmpada aparecesse o que ele pediria? Dois dias depois ele apareceu e tentou uma intervenção como normalmente os homens tentam abordar as mulheres com um “Oi gata” e ao ser interrogado de um outro lugar, ele desapareceu. No outro dia apareceu já dizendo ter “Infinitos desejos”. Disse seu nome completo, ter dez anos de idade e que a brincadeira que mais gosta é esconde-esconde. Que queria sua mãe de volta, ter muito estudo e ter um celular. A partir de então a conversa deslanchou. Ele me contou que a mãe faleceu quando ele tinha “07 anos por aí”. Que tem duas irmãs e quatro irmãos. Pediu para eu ensiná-lo trocar o papel de parede da tela do Whatsapp. Depois para ajudá-lo mudar a configuração do teclado e colocar outra foto. Mandou uma foto, pediu para eu mandar uma, mandou várias figurinhas, sua tarefa da escola feita e um áudio do clima da casa em que uma mulher dizia que ele ia apanhar por estar muito atentado. Disse que tem várias meninas para conversar, que no caso são as estagiárias do curso de Psicologia. Eu disse que então ele poderia ir conversar com elas, que depois a gente conversava mais. Ele perguntou assustado: “Mas você está brava comigo?” Nessa pergunta, percebe-se a tentativa de conexão. Eu disse que não estava brava de jeito nenhum e ele afirmou: “Você é minha preferida, não vá.” Sabendo da sua condição de ter perdido a mãe, vítima de drogas foi uma experiência de conectar-se. Ele disse que eu fiz muitas coisas. Eu perguntei que coisas e ele disse que eu não vou entender, que vou ficar dizendo: “Não não fiz isso”, mas que eu fiz muitas coisas. A conversa se desenvolve. Ele disse que tem 30 dias para ficar com crédito no celular, que depois me chama para conversarmos mais. Como afirma Teixeira (2020) se os meios virtuais parecem inviabilizar uma possibilidade de trabalho, uma conexão se estabeleceu.

Outra experiência é com um adolescente de 15 anos. Ele se apresentou no grupo de Whatsapp com o nome próprio seguido de um sobrenome por ele inventado “lindo”. Nos disse que a auto-estima é tudo. Certo dia chamei-o no privado. Utilizei a mesma abordagem. No outro dia ele desenrolou a conversa. Disse seu nome completo, idade e falou um pouco mais. “Eu gosto de festa, de jogar bola, etc...eu to no sétimo ano porque eu repeti de ano...eu moro mais um colega meu porque eu tive um problema em casa. Eu gosto de fazer no meu dia a dia e conversa com meus colegas e jogar bola e fica conversando com as meninas rsrsrsrs” Sic. Finalizou com emoji de carinha sorrindo e um coração. Em outro dia ele me relatou que saiu de casa por se desentender com o pai. Hoje mora com um amigo e o pai do amigo – que é também o seu patrão. Que trabalha com confecção de itens relacionados a construção de casas. Se no primeiro caso o pré-adolescente tenta fazer o papel de homem onde ainda existia uma criança, nesse caso quando ele fala do interesse nas garotas, o que parece nos meios virtuais, ele tenta ultrapassar os três impasses que os adolescentes são convocados a transpor quando um novo corpo se apresenta, como lida com a separação do par parental e quando encontra com o sexo como analisa Rolf Muuss (1977). Esse adolescente faz uma tentativa de fazer autonomia, desentendendo-se com o pai, suas relações com os amigos e o meio eletrônico como diz Teixeira (2020) relata que com a pandemia sua prática clínica foi afetada com crianças e adolescentes e ela se interessou pelo mundo dos jogos digitais como ferramenta possível para dar continuidade ao tratamento via dispositivos eletrônicos. Esse adolescente é um dos garotos que se interessou em jogar vídeo game virtualmente com as estagiárias, então o garoto encontrou uma interlocução para trabalhar essas questões da adolescência e o pré-adolescente para trabalhar o luto pela perda da mãe e a tentativa de fazer-se homem onde existe um menino.

Conclusão

Com a pandemia de COVID-19 e o distanciamento social foi formado um grupo no aplicativo Whatsapp de profissionais do CRAS, estagiários de Psicologia do 5º período e pessoas inseridas no programa. A experiência oportunizou que compreendêssemos a relevância da atuação de psicólogos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e as demandas e particularidades do grupo. Também como a tecnologia foi interessante porque no contexto do desfazimento do CRAS para viabilizar o contato com o grupo mantendo uma permanência em uma dinâmica de trabalho que envolve também os atores que trabalham no serviço. E como afirma Teixeira (2020) por mais que se relacionar por meio do aplicativo possa evocar uma certa fragilidade nas relações, o que foi possível experimentar é que o Whatsapp permitiu estabelecer um laço com algumas crianças e jovens que ao invés de fragilizar permitiu o fortalecimento de vínculos.

Agradecimentos

A Unifipmoc pela oportunidade de participar do SIMPEX – Simpósio de Extensão da UNIFIPMoc. Em especial ao professor Carlos André Moreira da Silva pelo convite de me proporcionar escrever meu primeiro artigo em formato de relato de experiência. O meu muito obrigada por estar sempre muito atento a meus conteúdos manifesto e disposto a sanar minha curiosidade pela vida e pela psicanálise. Tenho certeza que vai contribuir de forma relevante para minha área de atuação. Também a essa especial criança de 10 anos e esse adolescente de 15 anos. A psicanálise é sutil e estou podendo começar essa incrível jornada de amor e afeto compartilhando vivências.

Referências

MIRANDA, Margarete Parreira; VASCONCELOS, Renata Nunes; SANTIAGO, Ana Lydia Bezerra. **Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa**. In: PSICANÁLISE, EDUCAÇÃO E TRANSMISSÃO, 6., São Paulo, 2006.
SOUSA, Ada Cristina Guimarães de et al. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Agosto, 2007
TEIXEIRA, Renata. **Tech-no-me, Tech-to-me**. Flórida, EUA. 2000. Disponível em: <http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/index.php/technome>. Acesso em: 02 Jun 2021.
MUUSS, Rolf. **Teorias da Adolescência**. Editora Interlivros, Belo Horizonte, 1977.

ENTRE O HOMEM E O DIABO, O AFETO

Ana Luiza Marques Cazumbá¹, Kátia Cristiane Soledade Dias¹, Neila Fabricia Alves Conceição¹ e Polyane Pereira Dias¹; Carlos André Moreira da Silva²

¹ Acadêmicos do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

Introdução

O contexto assistencial é marcado por práticas caritativas e filantrópicas, no qual são expostas em um modelo burguês de diferença entre pobres e ricos, pretos e brancos, sendo que, quem tem mais capital financeiro utiliza de um ideal de bondade para dar ao pobre. Todavia, sabe-se que essa prática, embora útil em parte, é insuficiente e falha, já que, não altera as estruturas sociais, além de que o contexto burguês encontra-se cada vez mais dividido e estratificado, fazendo da periferia um lugar de luta.

Com o fortalecimento do capitalismo, no contexto quase mundial após 1989, a precarização em satisfazer um desejo tornou-se algo constante, uma vez que é comum as pessoas irem em busca da felicidade por meio de objetos evidenciada num ato de ter/consumir, conseqüentemente, descartar cada vez mais, como proposto por Bauman (2005). Diante desse falso poder evocado pela necessidade de possuir um bem, urge ainda a acentuação da desigualdade social que é um fator crescente na sociedade ocidental contemporânea. Em paralelo a este contexto, existem seres humanos com necessidades reais, afeto e compreensão, por exemplo, mais especificamente aqui os adolescentes.

A adolescência é um marco da vida do indivíduo em que ele experimenta um processo de atravessamento com um mundo externo dotado de cobranças e imposições sobre como se comportar ou ser e um mundo interno em que aparece suas angústias, sexualidade e a vulnerabilidade social. Desse modo, a experiência de segregação social dentro de um mesmo contexto produz o sentimento de inferioridade o que torna um caminho ainda mais difícil para o adolescente que além de lidar com os impasses desse momento ainda tem que enfrentar a violência simbólica regida pela desigualdade imposta pelo sistema capitalista.

Materiais e métodos

Os relatos e análises apresentados a seguir são referentes a disciplina de estágio básico III vinculado ao 5º período do curso de Psicologia matutino na UNIFIPMoc. Devido o processo de distanciamento social por causa do advento da COVID-19, foi feita a substituição do local das atividades. Antes, eram realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Maracanã de modo presencial, porém em virtude da pandemia todos os trabalhos foram online, utilizando a plataforma google meet para as supervisões juntamente pelo supervisor Carlos André e o contato com os adolescentes aconteceu via Whatsapp, em forma de mensagens, videochamadas, vídeos e áudios.

Além disso, utilizou - se a conversação que segundo Miller (2005) é associação livre bem sucedida, no qual, vários significantes vão se formando uma cadeia, em que um signifiante surte efeito em outro indivíduo, surgindo algo

novo, outra perspectiva, promovendo uma circulação de significantes. Desse modo, utilizamos esse método tanto nas supervisões, em que cada estagiando foi falando sobre suas ideias acerca das obras passadas e das conversas com os adolescentes, assim como, no grupo do Whatsapp, os adolescentes puderam se apresentar a partir dos seus significantes, atravessados pela cultura. Tomando assim, o discurso como sendo passível de análise, sendo esses significantes, nosso material de estudo.

Relato

Diante de uma visão pouco vasta e direcionada a uma expectativa prática de trabalho, começamos o estágio...

Digamos que no início surgiram medos e inseguranças a respeito de um trabalho realizado via Whatsapp, com o tempo essa angústia se acentuou e a resistência aumentou, pois quanto mais esforço empregado menor a resposta obtida para satisfazer aquele desejo inicial perante o trabalho com os adolescentes. Os dias iam e vinham, a metade do estágio se foi e fomos pegos pelo demônio do saber nos levando ao inferno da ignorância. A cada supervisão uma esperança, a cada tentativa de contato uma frustração...

Trocas de mensagens e chamadas de vídeo no privado começaram a acontecer no início, alguns com respostas outras sem, mas havia por parte dos adolescentes, predominantemente, do sexo masculino, uma tentativa de apresentar-se através da paquera. Ocorreram convites para sair presencialmente, pedidos inusitados e por partes das estagiárias, medo e resistência por ainda não saber exatamente qual posição ocupa uma psicóloga social, em meio a uma pandemia.

Após algumas semanas de inseridas no grupo do Whatsapp, tentamos um encontro via meet com eles em uma terça à tarde, no qual, nenhum dos adolescentes entraram, a princípio, sentimento de frustração e de “ignoradas”, mas na verdade, nós que estávamos ignorando a conversa (quase que diária) que acontecia no grupo, ignoramos o trabalho que já acontecia, em uma tentativa de que eles se adequassem a os nossos horários, nos sentimos frustradas, já que tentamos marcar algo mais propício para os estagiandos e não para os adolescentes. Paralelo a isso, acontecia no grupo da rede social, além das cordialidades, interações por meio das figurinhas, paqueras e música. Os assistidos que mais interagiram no grupo, se apresentaram por meio da “sofrência” do sertanejo, alguns com músicas atuais e outros com músicas antigas. Sofrência, cerveja e mulher foram assuntos que possibilitaram um contato mais direto com os adolescentes.

Sedução, poder, vergonha e recusa foram as palavras mais ditas em nossas supervisões. Mal sabíamos que aquilo tudo era consequência de uma conexão já pré estabelecida que não se fazia presente em virtude de nossa insegurança, ocasionada por não saber qual o lugar deveríamos ocupar. Sabíamos que já existia uma tendência de assistencialismo que marcava as relações, mas como íamos lidar com adolescentes em situação de vulnerabilidade sem ser por meio de doações e caridades? O que deveríamos oferecer a eles? Qual o nosso lugar? Amigas ou estagiárias? Impasses, preconceitos? Ainda não sabemos, mas num domingo qualquer as coisas começaram a andar e diante de uma videochamada podemos ver um jovem empoderado por trás de “figurinhas” e mensagens de grupo com vergonha de nos mostrar sua face. Muito silêncio e poucas palavras.

Alguns dias depois fomos surpreendidas com uma vídeo-chamada de dois integrantes do grupo. Eles pareciam super interessados em manter uma conversa conosco, que rendeu vários assuntos e a via de comunicação de um deles, era sempre através da tentativa de aproximação pela sedução. Além disso, com o decorrer dos dias, começamos a valorizar mais as conversas no grupo, inclusive com as figurinhas e os “memes”, como sugerido na supervisão. Até que o Gustavo (nome fictício) postou uma imagem de uma mulher quase nua com uma frase que indicava que o corpo dela representava algum efeito de “macumba”, com a legenda: “parece coisa do Diabo”. Como a questão da hiperssexualização feminina, socialização da masculinidade e o sexo, foram assuntos pontuados na supervisão, percebemos que através de uma perspectiva psicanalítica e de acordo com o conceito Lacan (1995) sobre os substitutos fálicos, podemos estabelecer algumas reflexões.

A teoria lacaniana aponta para a compreensão de que um pênis não é detentor de poder e a castração simbólica evoca, especialmente nos meninos, uma substituição do poder fálico. Essa renúncia da percepção de que o pênis não é garantia de poder, faz travar uma busca por substitutos fálicos, contemporaneamente, marcados pela cultura de consumo e o brilho do objeto. Assim, vimos nas frases, figurinhas e falas dos garotos, através da via da sedução e da hiperssexualização do corpo feminino, denúncias dessas buscas substitutivas do falo - o carro, a força física, a violência e a corrente de ouro. Expressões que mostram esses jovens duplamente afetados - por uma tentativa de mostrar uma masculinidade dominadora e dos objetos do consumo para forjar esse lugar social supostamente relevante, ainda que atravessados por contexto de vulnerabilidade social. Assim, marca o imperativo da representação de lugar social e de masculinidade associados aos signos de poder.

Como sugerido, uma estagiária perguntou a Gustavo se ele achava que o corpo da mulher era uma coisa ruim para associá-lo com algo do diabo a fim de compreender e possibilitar uma intervenção nesse contexto, já que, a sexualidade é um impasse vivenciado pelos adolescentes. A reação do adolescente à pergunta foi bastante hostil falando para ela levar para o lado da brincadeira sem querer “lacrar”, revelando o impasse da adolescência no âmbito da

sexualidade. Rocha (2016) direciona uma reflexão sobre esse impasse como o encontro com o real do sexo, a emergência de mudanças corporais das quais não se pode fugir, uma ruptura de tal ordem inassimilável. Um (des) encontro com o Outro do sexo, em que nada se sabe ou se pode dizer. Assim, a “coisa do diabo” que a legenda trouxe, revela esse encontro com o corpo em transformação de tal ordem, que não há representações que deem conta delas subjetivamente.

Outra estagiária na tentativa de problematizar, questionou qual era a brincadeira para ser levada em conta, novamente a reação do adolescente foi de um movimento de resistência e de afastar -se do questionamento alegando ser “mimimi”. Depois de alguns minutos ele apagou o post. Com a supervisão, foi possível concluir que a mulher realmente é um “diabo”, não é possível controlar o diabo, as mulheres, nem os efeitos que um encontro pode gerar no outro. A questão não é sobre ser ruim ou bom, é sobre ser incontrolável, e todos queremos mesmo que, fantasiosamente, ter o controle das nossas vidas. Em concordância, Batalha (s.d) faz alusão ao Diabo Enamorado, no qual refere - se a uma mulher que transita entre a inocência e a malícia, relacionando ela ao místico e maléfico, detentora de saberes, despertando no homem medo e fascinação. Para o adolescente, a sexualidade e as mulheres despertam nele sensações de sedução e de insegurança, assim como a mulher - o diabo.

Logo no mesmo dia, outro adolescente postou uma figurinha aludindo à sexualidade infantil. Uma das estagiárias tentou questionar diante dessa figurinha sobre qual era a intenção e se para eles criança fazia sexo. Após algumas brincadeiras do tipo, na minha rua, várias crianças são “avançadas no assunto”, e sobre o que ele achava disso, ele recuou dizendo que era apenas brincadeira da parte dele, mudando o assunto rapidamente para brincadeiras de infância. Percebemos após a supervisão, como que o questionamento de figurinhas e “memes” pode introduzir uma conversa, até mesmo uma aproximação.

Conclusão

Ao final do estágio não tivemos uma gincana organizada ou uma espécie de “papo cabeça” como nos foi apresentado primordialmente pela equipe do CRAS. Contrariamente, foi sustentada uma posição de escuta para além de uma ação diante uma vertente filantrópica, ainda que os adolescentes até tentaram nos pedir algo físico ou nos fazer sujeitas à caridade, todavia resistimos. Percebemos por meio de chamadas de vídeos, mensagens no privado e interações no grupo do WhatsApp, como que o afeto e o interesse pela história dos adolescentes fez parte do manejo, como o já proposto pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) por meio do CRAS.

O Gustavo, que sempre se apresentava por meio da ironia, das piadas e da sedução, teve a oportunidade de ser apresentar de forma diferente a partir do momento em que ele pôde perceber que estávamos ali para conhecer sua história, para poder escutá-lo, nosso interesse não era apenas “estudar” como o mesmo se referia ou multiplicar um ordem assistencial como, por vezes, é enxergado a Psicologia, o nosso desejo transcendia o conhecimento acadêmico e os limites do que nos era imposto. Não deixamos o desafio de manter um contato online, da resistência e da insegurança nos desanimar para querer efetivamente escutar cada adolescente. Mesmo que ele se apresente por meios que não estávamos preparadas, não desistimos desse garoto, não fomos mais uma vez alguém que negligencia a fala do adolescente, que por se mostrar de formas não confortáveis, e sustenta uma posição de exclusão.

Por enquanto, não sabemos qual foi a diferença que a nossa conversa, o nosso contato teve na vida do adolescente, esperamos, de alguma forma, o fato de escutá-lo (tenha sido benéfico para ele) tenha introduzido um questionamento que possa mobilizá-lo para o trabalho analítico e espaço para sua autêntica construção. Para nós, o contato com eles teve uma enorme diferença tanto acadêmica como ética. Através dos garotos percebemos a mudança que o afeto faz, como é difícil esse manejo entre estar presente e dar espaço, segurar e deixar livre, ter o desejo de começar e saber o momento certo de deixar ir.

Os desafios, as inseguranças, os medos sempre estiveram presentes, demonstrando o nosso cuidado para com o grupo, encerramos nosso estágio no CRAS, com muito aprendizado, com muita gratidão ao supervisor Carlos André, por sempre nos motivar e nos conduzir a esse desejo e cuidado, encerramos o estágio com muito afeto e contradição de um ato já esperado.

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.
- BATALHA, Maria Cristina. *Biondetta, entre a liberdade do desejo e o recatamento da moral*. (s.d) Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/17/08.htm>, Acesso em: 14/06/2021.
- FREUD, S.(1905). *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris, Gallimard, 1987.
- Lacan, J. (1995). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957).
- MILLER, Jacques-Alain et alli. *La pareja e el amor: conversaciones clinicas con Jacques Alain-Miller em Barcelona*. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2005. p.15-20.
- ROCHA, Paula Saraiva. *Adolescência, ato e medida: o que a jovem tem a dizer*. 2016.

ENDOMETRIOSE: COMO ENFRENTAR OS IMPACTOS QUE ESSA PATOLOGIA EXERCE NA QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

MATTOS, Álvaro Teixeira¹, LUNA, Camila Fernandes Costa¹, GOMES, Hanna Briza Couto¹, BIONDI, Loren Freitas¹, LADEIA, Roberta Alves Reis¹, DAVID, Victória Íris Lemos¹; AMORIM, Josiane dos Santos²

¹ Acadêmico do curso de Medicina das Faculdade Integradas Padrão – Campus Guanambi

² Professor do curso de Medicina das Faculdade Integradas Padrão – Campus Guanambi

Introdução: A endometriose pode ser conceituada como sendo uma doença em que há presença de tecido endometrial fora do útero, que induz uma reação inflamatória crônica. Os sintomas incluem dor pélvica crônica, dismenorreia, dispareunia, disquezia, disúria e até mesmo infertilidade. Por se tratar de uma doença crônica, as pacientes com endometriose exibem prejuízos na qualidade de vida, associados a uma grande morbidade física e emocional, levando a uma redução das atividades diárias, isolamento social, além de grande impacto nas relações afetivas e/ou familiares. Visto a importância do tema por meio de uma análise crítica das principais necessidades que permeia a Saúde da Família, o trabalho teve como objetivo principal realizar uma revisão de literatura sobre as mulheres em idade fértil com endometriose e os impactos que essa patologia exerce na qualidade de vida, visto que mulheres acometidas são mais propensas a desenvolver doenças psíquicas como depressão e ansiedade. Para a realização da pesquisa foram utilizadas as palavras-chaves: endometriose e qualidade de vida. Essas foram encontradas na base de dados da biblioteca virtual *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (Lilacs). Selecionamos apenas artigos escritos na língua portuguesa (falta ano de quando a quando). Inicialmente foram encontrados 22, dentre eles, 12 foram descartados após a análise do título. Dos 9 restantes, apenas 7 foram escolhidos após a leitura dos resumos e utilizados na elaboração da revisão de literatura. Mediante à revisão de literatura, identificou-se o quanto a compreensão da doença sob os aspectos clínicos, emocionais e sociais traz benefícios aos pacientes. Descobrir a doença é um importante evento, assim como obter o diagnóstico rápido e preciso, pois quando o realizado de forma tardia pode ampliar os sintomas. A abordagem terapêutica para as mulheres com endometriose é baseada em uma equipe multidisciplinar, direcionada sobretudo na assistência psicológica, buscando melhores estratégias a fim de minimizar o sofrimento e a angústia das pacientes, melhorando assim a qualidade de vida.

Palavra-chave: Endometriose. Qualidade de vida

RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OFICINA DE GRUPOS ONLINE

SILVA, Andréa Stefany Oliveira ¹; FAGUNDES, Celiny Rodrigues ¹; RODRIGUES, Emanuela Mendes da Silva, QUEIROZ, Karoline Gonçalves ¹; VIEIRA, Luciana Santos ¹; SILVA, Maria Clara Nunes e ¹; GUIMARÃES, Beatriz Santarossa Lopes ²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

² Professor do curso de Psicologia da UNIFIPMoc

Introdução

O presente resumo traz o relato de experiência dos acadêmicos de Psicologia do 5º período noturno do Centro Universitário FIPMOC, onde diz respeito a um seminário da disciplina Psicologia de Grupos: Modalidades de Intervenção ministrada pela professora Beatriz Santarossa, no dia 05 de março de 2021.

Os alunos do 5º período noturno de Psicologia foram separados em grupos, e entre os grupos foram divididos temas referentes às modalidades de intervenção. O presente grupo ficou responsável por realizar uma pesquisa sobre “Oficinas

em dinâmica de grupo”, onde foi montada uma apresentação conceitual - apresentada para turma, onde foi proposto e realizado uma dinâmica de grupo com o restante da turma.

No primeiro momento apresentamos o conceito de das oficinas em dinâmicas de grupo sendo, é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. Já em um segundo momento trouxemos uma prática, que consistiu em uma dinâmica, onde dividimos os presentes em grupos para realização da dinâmica, onde a elaboração da oficina buscou não se restringir a uma reflexão racional, mas buscou envolver os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir.

Material e Métodos

O trabalho proposto pela professora Beatriz foi realizado em sala de aula virtual, utilizando da plataforma de ensino da Unifipmoc, via recurso Zoom Vídeo Communications, e os materiais necessários foram referentes a tecnologia, como notebooks, computadores, celulares, todos com acesso à internet e com disponibilidade de imagem e áudio. Ficou dividido em dois momentos, o 1º momento foi uma apresentação do conteúdo Oficinas em dinâmica de Grupo via slides, utilizando a autora Maria Lúcia M. Afonso, através do livro “Oficinas de dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial” como embasamento teórico. No 2º momento foi proposto a aplicabilidade de uma dinâmica de grupo com os integrantes presentes, sendo alunos do 5º período de psicologia noturno da disciplina de Psicologia de Grupo da Unifipmoc. Esses alunos foram divididos em 4 salas virtuais separadas, incluindo 2 mediadores em cada uma.

Visualizando o agrupamento em salas com menor número de participantes, foi pensado um ambiente mais acolhedor, com mais contato e interação. Com isso, a dinâmica proposta foi a da Verdade ou Mentira, que trata-se de cada integrante do grupo fazer três afirmações sobre si mesmo, sendo duas delas verdades e uma mentira, logo o objetivo dessa interação é criar um ambiente descontraído, estimular a interação e possibilitar conhecer o outro de forma melhor. Por fim, para execução desta atividade foi sugerido anotar as respostas no chat da plataforma ou em papel, sendo que foi necessário recorrer a tais respostas para interação acontecer, contemplando o objetivo da prática.

Desenvolvimento

Diante da proposta da professora Beatriz, ficamos com a Oficina em dinâmica de grupo, onde foi solicitado uma parte teórica e uma prática. No primeiro momento teve-se a parte teórica onde ocorreu a apresentação do conceito, dos momentos de preparação da oficina (demanda, pré-análise, foco e enquadre, e planejamento flexível) e a forma de condução. No segundo momento, foi proposto a aplicabilidade de uma dinâmica de grupo, ou seja, foi a parte prática da atividade. A dinâmica de grupo se configura como um processo vivido pelo grupo e explicado por uma teoria de grupos. As técnicas se configuram em estratégias, jogos, atividades que motivam a ação e comunicação no sentido de facilitar, esclarecer e elaborar o processo grupal (AFONSO, 2002).

A dinâmica de grupo foi colocada em prática um dia após a apresentação da parte teórica, sendo que tanto o primeiro quanto o segundo momento foram mediados pela plataforma do Zoom Vídeo Communications. Ademais, a dinâmica foi aplicada nos alunos do 5º período de psicologia noturno que estavam presentes na aula, eles estavam divididos de maneira aleatória em quatro salas virtuais, sempre com dois mediadores do grupo em cada sala, que possuíam um papel ativo, mas não intrusivo (AFONSO, 2002). Essa separação contribuiu para um menor número de participantes na mesma sala, aumentando assim a interação entre si, que foi vista quando os participantes ligaram suas câmeras e áudios e começaram a conversar.

Assim como proposto por Afonso (2002), a dinâmica da Verdade ou Mentira foi escolhida como um meio de expandir o conhecimento do grupo e abrir possibilidades de interação. Tratava-se de uma verdade ou mentira, onde os participantes deveriam contar duas verdades e uma mentira sobre si mesmo, sem revelar qual é a mentira, sendo assim, o restante do grupo deveria adivinhar qual daquelas afirmações não se referia a aquele participante. Foi uma dinâmica leve que trouxe sorrisos, revelações e perguntas com o objetivo de conhecer mais aquele outro aluno. A dinâmica possibilitou compreender um pouco mais da história do outro.

Durante a dinâmica em um dos grupos, foi revelado que uma das alunas já havia andado de avestruz, gerando muita curiosidade e risadas, onde juntos buscou-se entender em que contexto isso ocorreu. Também surgiu durante a dinâmica a questão de reagir a um assalto, no qual, diante do assunto ocorreu uma troca de experiências e histórias relacionadas a assaltos. Em um outro grupo, uma aula falou sobre sua infância e sua relação com seus pais, onde gerou um comoção e acolhimento.

Percebe-se que a dinâmica trouxe momentos de alegria e acolhimento, fortalecendo os vínculos já existentes na turma. Existindo assim, um trabalho constante que interrelaciona a linguagem e a identidade. Onde através da linguagem obteve-se momentos de identificação e diferenciação necessários ao grupo. É através dos relatos que, no primeiro momento,

pode-se constatar que existe uma troca de experiência entre os participantes baseada em uma rede de identificação (AFONSO, 2002).

Diante da divisão dos grupos, os participantes se sentiram à vontade para relatar algumas coisas de cunho pessoal, e foram acolhidos pelos demais participantes, agregando mais significado para essa dinâmica que parecia simples, mas que trouxe um espaço de conhecimentos sobre os demais colegas, onde ouvimos histórias engraçadas e situações inimagináveis que alguns relataram. Por fim, quando houve o fechamento das salas virtuais e todos foram para a mesma sala, foi possível perceber o quanto eles estavam engajados, sorridentes e felizes por terem tido um momento de novos significados e descobertas. Dessa forma, assim como Afonso (2002) sugere, foi visível a promoção de uma abertura de nova perspectiva, sendo permitida a expressão de sentimentos e ideias, além de também ser visto uma sensibilização e uma disposição para a apreensão de novos significados.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Os objetivos propostos para o seminário foram todos alcançados quando conseguimos a participação de todos, e a partir disso desenvolver a dinâmica, possibilitando interação e fortalecimento de vínculos existentes. Além de conseguirmos mobilizar a turma para ligar as câmeras e seus microfones. Percebemos na dinâmica que algumas pessoas participaram, diferente das aulas, permitindo conhecê-las melhor e criar vínculos através do compartilhamento de suas experiências. Ademais, o feedback vindo dos demais colegas foi positivo, o que nos levou a concluir que houve sucesso na dinâmica, atingindo o objetivo do trabalho.

Mesmo que remotamente conseguimos vivenciar a experiência do trabalho em grupo e a dimensão que uma Oficina em dinâmica de grupo pode alcançar. Apesar de ter sido apenas um encontro, a experiência oportunizou a compreensão da importância da interação, de uma escuta ativa e acolhedora. Assim, permitindo o acesso ao outro, fazendo com que mesmo em meio a correria dos dias atuais nos permitimos desacelerar para ouvir e observar aqueles que estão conosco todos os dias..

Referências

AFONSO, Lúcia. **Oficinas de dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

MEDIDAS PROFILÁTICAS CONTRA A ANEMIA FERROPRIVA EM CRIANÇAS DE ATÉ 24 MESES

CAIRES, Ana Carolina Silva Inácio¹; LIMA, Bianca Correia¹; FERNANDES, Gabriel Pereira¹; OLIVEIRA, Hugo Alejandro Cedro¹; GUIMARÃES, Karen Mendes¹; LIMA, Samantha Leão Figueiredo¹; SANTOS, Pamela da Silva².

¹Discente das Faculdades Integradas Padrão – FIPGuanambi

²Docente das Faculdades Integradas Padrão – FIPGuanambi

Introdução: A anemia ferropriva, que consiste na deficiência de ferro no organismo, é a causa mais comum de todas as anemias e apresenta como principais sintomas: palidez, cansaço, falta de apetite, apatia, palpitações e taquicardia. A carência de ferro, além de acarretar em maior susceptibilidade a infecções, também pode provocar retardo no crescimento físico e no desenvolvimento psicomotor em crianças menores que 24 meses. **Objetivo:** Descrever medidas profiláticas contra a anemia ferropriva em crianças menores que 24 meses. **Método:** Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) com os descritores “anemia ferropriva”, “importância do ferro” e “nutrição infantil”. Utilizaram-se um total de 11 artigos, publicados entre os anos de 2012 e 2021. **Resultados:** A dieta baseada em alimentos ricos em ferro heme, como os de origem animal, associada à suplementação medicamentosa com sulfato ferroso oral, exercem papel crucial na prevenção da anemia ferropriva em crianças. Além disso, o saneamento básico tem papel fundamental em evitar doenças infecciosas que cursam com a diminuição da hemoglobina sanguínea e, consequentemente, com um quadro de anemia. **Conclusão:** É de suma importância estimular alimentação e hábitos de vida saudáveis como profilaxia contra a anemia ferropriva para crianças de até 2 anos de idade.

Palavras-chave: Anemia ferropriva. Importância do ferro. Nutrição infantil.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar das FIP-Guanambi

DROGAS E IMPASSES SOCIAIS NA ADOLESCÊNCIA

QUEIROZ, André Denner Ribeiro¹

AQUINO, Bruna Nunes¹

CUNHA, Gabriel Souza Carlos¹

SILVA, Luanna Lopes dos Guimarães¹

SANTOS, Luiz Paulo Pereira¹

VELOSO, Matheus Coelho¹

SOUZA JÚNIOR, Sidney Pereira²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc.

² Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc.

Resumo: O presente trabalho é resultante do projeto interdisciplinar, onde buscou-se estudar os efeitos que o uso de substâncias psicoativas tem acompanhado o homem e adquirido diversos significados e transformações das funções dessas substâncias na vida dos indivíduos. Conforme Galduróz e cols (1997 citado por NOTO e SILVA, 2002), afirma que no Brasil, o uso das bebidas alcoólicas e/ou cigarro são as drogas mais consumidas pelos jovens. Capistrano, et al. (2013), apontam vários fatores que influenciam no desenvolvimento da síndrome da dependência, afetando o social, cultural e fisiológico. Na psicologia, percebe-se uma visão apurada com a relação que se dá entre o jovem e a escolha que ele faz, trabalhando a relação social e material para compreender o fenômeno da adolescência. Segundo Noto e Silva (2002), muitos jovens podem passar pela experiência de contato com psicotrópicos sem necessariamente vivenciarem algum tipo de comprometimento de saúde, no entanto, a possibilidade de que alguns vivenciem malefícios decorrentes da intoxicação aguda, o consumo constante pode gerar problemas graves de saúde física, mental e social. Outro ponto a ser trabalhado, refere-se aos impactos sociais do constante aumento de consumo de substâncias, tais como maconha e cocaína. Averiguando a fundo as aplicações psicológicas, é possível perceber a diversidade e tal manejo que se faz necessário para esse processo, pois tem que se haver com o tratamento com os adolescentes que vivem à mercê da dependência química e para corroborar com esse material, foi utilizado de pesquisa bibliográfica, exploratória, qualitativa e análise de conteúdo como metodologia de análise de conteúdo; para realização do estudo e uma melhor compreensão do assunto que aborda uma gama de variáveis, para contribuir foi pesquisado um levantamento na Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), uma busca baseada nos descritores “adolescência; dependência química”, considerando artigos produzidos nos últimos cinco anos, entre 2017-2021. Diante do que foi exposto, surge uma maior necessidade de psicólogos e acadêmicos que possam estudar casos de adolescentes em situação de dependência química e sua consequência, para que tal objetivo possa contribuir para desenvolver práticas e encaminhamentos para a manutenção da saúde e bem-estar desses indivíduos, além de melhor atender tantos os jovens diretamente afetados, como outras pessoas que sofrem ou sofreram complicações geradas pelo mesmo.

Referências

NOTO, A. R; SILVA, E. A. Dependência química, adolescência e família. **Adolescência & Psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas**, Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, p. 92-98, 2002.

CAPISTRANO, F. C. *et al.* Perfil sociodemográfico e clínico de dependentes químicos em tratamento: análise de prontuários. **Esc Anna Nery**. p. 234-241, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/njKTLTKsTSfgsRPf4687yrm/?lang=pt#>. Acesso em: 03 jun. 2021.

A DEPENDÊNCIA QUÍMICA E AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

FAGUNDES, Celiny Rodrigues ¹
QUEIROZ, Karoline Gonçalves¹
RODRIGUES, Emanuela Mendes da Silva ¹
SILVA, Maria Clara Nunes e ¹
SILVA, Andrea Stefany Oliveira¹
SOUZA, Patrícia Martins da Silva ¹
VIEIRA, Luciana Santos¹

JÚNIOR, Sidney Pereira de Souza ²

¹ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc.

² Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc.

RESUMO: Com o início da busca por sua identidade, o jovem está à procura de liberdade e prazer, o que em alguns casos, favorece o uso de drogas devido a curiosidade e influência de seu próprio grupo social. O contexto familiar e situações desagradáveis, também são responsáveis por motivar a busca por drogas. Portanto, adolescentes que fazem uso constante de drogas além de acidentes e violência decorrentes da intoxicação aguda, o consumo recorrente pode, ao longo do tempo, desenvolver problemas graves de saúde mental, física e social (NOTO; SILVA, 2012). O intuito do projeto de pesquisa foi compreender as bases das intervenções psicológicas que podem fornecer diversos benefícios aos dependentes químicos diante as situações conflituantes de suas vidas. Ademais, o estudo considerou como maiores contribuições a realização de natureza qualitativa exploratória com a utilização da pesquisa bibliográfica que aprofunda o tema nas orientações dos estudos conciliando com a metodologia de análise de conteúdo na plataforma da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) com guias de pesquisa orientados pelas palavras: adolescência e dependência química. O projeto de pesquisa atentou-se aos cuidados e a necessidade da atuação do psicólogo com os adolescentes pertencentes a essa situação de dependência química, de maneira que a compreensão passou a ser sobre a capacidade da atuação da droga na vida do jovem. Assim, primeiramente deve-se fazer através de divulgações que mostrem o real prejuízo do uso, para que se evite que o jovem experimente ou que faça uso abusivo de drogas, pois com o fortalecimento de atitudes saudáveis e alternativas relacionadas ao esporte e cultura, modificações no ambiente são importantes aliados para uma intervenção. A prevenção secundária, se dá a jovens que já fazem uso de drogas, desse modo, é considerado a tentativa de sensibilizar esses indivíduos sobre os riscos, apresentando novos modelos de atitudes e comportamentos mais responsáveis. Assim, a forma de trabalho e o manejo do profissional de psicologia será de extrema importância para o bom entendimento das questões subjetivas que o jovem vive em seu cotidiano, que por não saber lidar, ele acaba optando por se refugiar nas substâncias químicas que fornecem a eles momentaneamente o sentimento de alívio e fuga dos problemas.

REFERÊNCIAS

NOTO, Ana Regina; SILVA, Eroy Aparecida. Dependência química, adolescência e família. In: BARROS, M. N. S.; CONTINI, M.L.J.; KOLLER, S.H. **Adolescência e Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2002, p. 92-98

HIPOMINERALIZAÇÃO MOLAR-INCISIVO EM PACIENTES ODONTOPEDIÁTRICOS DA UNIMONTES: PREVALÊNCIA E CONHECIMENTO DOS RESPONSÁVEIS

RESUMO: Hipomineralização Molar-Incisivo (HMI) é uma anomalia do desenvolvimento do esmalte dentário, de origem sistêmica, caracterizada por opacidades assimétricas que afetam os primeiros molares permanentes e/ou incisivos permanentes. O diagnóstico precoce e cuidados preventivos são essenciais para o tratamento desta condição, mas muitos responsáveis desconhecem sobre a HMI e o fato do primeiro molar já ser um dente permanente, negligenciando os cuidados necessários às suas crianças, favorecendo a perda do elemento dentário. O objetivo deste estudo foi avaliar a prevalência da HMI em crianças atendidas na disciplina de Clínica Infantil do curso de Odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e o conhecimento quanto à percepção dos respectivos responsáveis em relação à presença e condição clínica dos primeiros molares permanentes das suas crianças. Trata-se de um estudo descritivo e transversal, no qual foi aplicado aos responsáveis um questionário sobre o conhecimento em relação à presença e condição clínica dos primeiros molares permanentes das suas crianças. Além disso, realizou-se o exame dos primeiros molares permanentes presentes nas crianças, arquivando as informações em um banco de dados, sendo posteriormente analisadas pelo SPSS®. Participaram do estudo 22 crianças entre 6 e 12 anos de idade, 50% de cada sexo, e seus respectivos responsáveis. Dessas, 40,9% (n= 9) apresentaram alterações típicas de HMI, sendo 55,5% (n=5) com HMI em dois ou três primeiros molares permanentes e 44,4% em todos os primeiros molares. Ao avaliar os questionários, verificou que 54,5% dos responsáveis afirmaram que, para que haja a irrupção de um dente permanente, sempre ocorre a esfoliação do dente decíduo, além de considerarem que o primeiro dente permanente irrompe na região anterior da boca (77,3%). Todavia, apenas 36,4% dos responsáveis não lembravam qual o primeiro dente permanente que erupciona na sua criança. A prevalência de HMI observada foi comparável à taxa relatada em estudo com escolares com idades entre 7 e 13 anos no Rio de Janeiro (40,3%), mas superior às taxas relatadas em outros estudos realizados no Brasil. Concluiu-se, que a alta prevalência de HMI observada nas crianças requer a criação de programas educativos, abordando o início da dentição permanente, época e local de irrupção dos primeiros molares permanentes e sobre a HMI, direcionados aos responsáveis para que eles possam desempenhar papel de agente promotor de saúde bucal.

Aprovação Comitê de Ética: CEP nº 3.840.178/2020.

PROPOSTA DE PROJETO ARQUITETÔNICO PARA INTERVENÇÃO EM LANCHONETE NO HOSPITAL AROLDO TOURINHO DE MONTES CLAROS-MG

INTRODUÇÃO

Este trabalho se deu a partir da necessidade de transformar um espaço inutilizado do Hospital Aroldo Tourinho, que fica localizado na cidade de Montes Claros – MG, em um espaço de convivência e lazer para os visitantes e os funcionários deste departamento. A proposta do projeto arquitetônico que se desenvolveu foi reutilizar o espaço e transformá-lo em uma lanchonete, atendendo assim às condições térmicas, acústicas, financeiras e estéticas propostas pelo hospital. O trabalho parte da premissa de organizar as etapas que o projeto foi desenvolvido, sendo inicialmente pautado pelo *briefing* (demandas descritas pelos funcionários do hospital), escolha do conceito e partido arquitetônico, projetos 3D e, por fim, a apresentação do resultado para a responsável pelas obras do hospital.

Material e Métodos

Para realização desse projeto arquitetônico, foram cumpridas algumas etapas. Inicialmente uma pesquisa bibliográfica e documental, para verificar as normas e diretrizes que se aplicam aos ambientes hospitalares, como a da ABNT 9050, ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Foi também realizada uma entrevista com a responsável pelo hospital, por meio da qual se levantaram as necessidades a serem atendidas pelo projeto e a principal diretriz, de permitir que o espaço subutilizado do hospital Aroldo Tourinho se torne um ambiente de convívio, lazer e trocas de experiências, para os visitantes e os funcionários deste mesmo local. Com isso, desenvolveram-se o *mood board*, a planta do local, a planta humanizada e as perspectivas 3D.

Desenvolvimento

O desenvolvimento desta pesquisa se iniciou através da entrevista realizada, em que foram apresentadas por parte do hospital as necessidades que deveriam ser sanadas e as questões que deveriam ser atendidas. Após a entrevista, se deu a elaboração do *briefing*, que serviu de pauta para iniciarmos a proposta de projeto arquitetônico de uma lanchonete, que fica localizada no interior do estabelecimento, onde se encontra atualmente um pátio subutilizado.

De acordo com as especificações que foram ponderadas pela responsável do hospital, dentre elas está a criação de um espaço que contemple um ambiente de convívio social de total visibilidade, um boa acústica e conforto, humanização da passarela, banheiros que atendem as pessoas com necessidades especiais, vegetação de baixa manutenção, mobiliários flexíveis e adaptáveis, ambientes que contenham boa iluminação e cores, dentro das normas estabelecidas pela Anvisa para manter os ambientes limpos sem contaminação, sendo que deveria atender ao custo benefício. O público alvo considerado para o desenvolvimento da proposta foram os funcionários, pacientes e acompanhantes.

O terreno possui uma área disponível de 168,87m², em que a área utilizada para edificação foi de 23,76m². Sendo assim, as áreas restantes se tornaram ambientes de convivência. O conceito do projeto se deu a partir da análise que realizada, juntamente com as necessidades apresentadas, pois o espaço se encontra em constante mudança, tendo em vista que o hospital é regido por leis, que constantemente são revistas e adaptadas, bem como o avanço da tecnologia, que exige mudanças na arquitetura. Então optou-se por considerar a transformação facilitada do ambiente em uma condicionante para que o objeto proposto pudesse acompanhar as mudanças que o hospital fará. Como resultado, o conceito foi definido como “adaptabilidade”. O partido proposto foi o contêiner, em que possui uma estrutura móvel, que comportará a cozinha, sendo compacta e funcional. Houve também a proposta de instalação de um deck de madeira plástica, afim de trazer uma modernidade e conforto ao ambiente, juntamente com as mesas e cadeiras de cor branca, que abrigará o público. Sobre parte do deck, uma cobertura composta por um pergolado afim de transmitir sensações de conforto e serenidade, por estar em ambiente arejado, com presença da natureza. Foi proposto também, uma terceira área, que contemplará árvores de porte grande, a fim de gerarem sombra e conforto térmico. Foi proposta a instalação de mesas e cadeiras, para obter uma contemplação integral do ambiente.

No interior do contêiner, os moveis e objetos escolhidos visam facilitar o preparo final dos alimentos, dispensando assim a contratação de funcionários específicos para prepará-los, considerando que a cozinha proposta visa atender a finalização dos pratos e não sua criação do início ao fim.

Conclusão/Conclusões/Considerações finais

Esse trabalho se trata do relato de um desenvolvimento de projeto arquitetônico, em sua fase inicial, e de suas etapas de realização, passando pelos estudos de normas e regras, materiais, local de inserção, demandas dos usuários, espaço disponível, dentre outros aspectos. Sua finalização ocorreu com a apresentação ao hospital e sua aprovação, assim como outras opções de projeto. O estudo teve êxito no quesito de atender as necessidades

que foram propostas, visando o conforto acústico, térmico, e condições financeiras, tendo a proposta de projeto apresentada ao cliente ter sido inicialmente aprovada para segmento de sua elaboração mais aprofundada. Com isso, o projeto se torna completamente aplicável, visando as necessidades e premissas expostas.

Referências

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Aspectos da Segurança no Ambiente Hospitalar /Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <https://www.anvisa.gov.br/servicosade/manuais/manual_seg_hosp.htm>. Acessado em: 14 Jun. 2021.

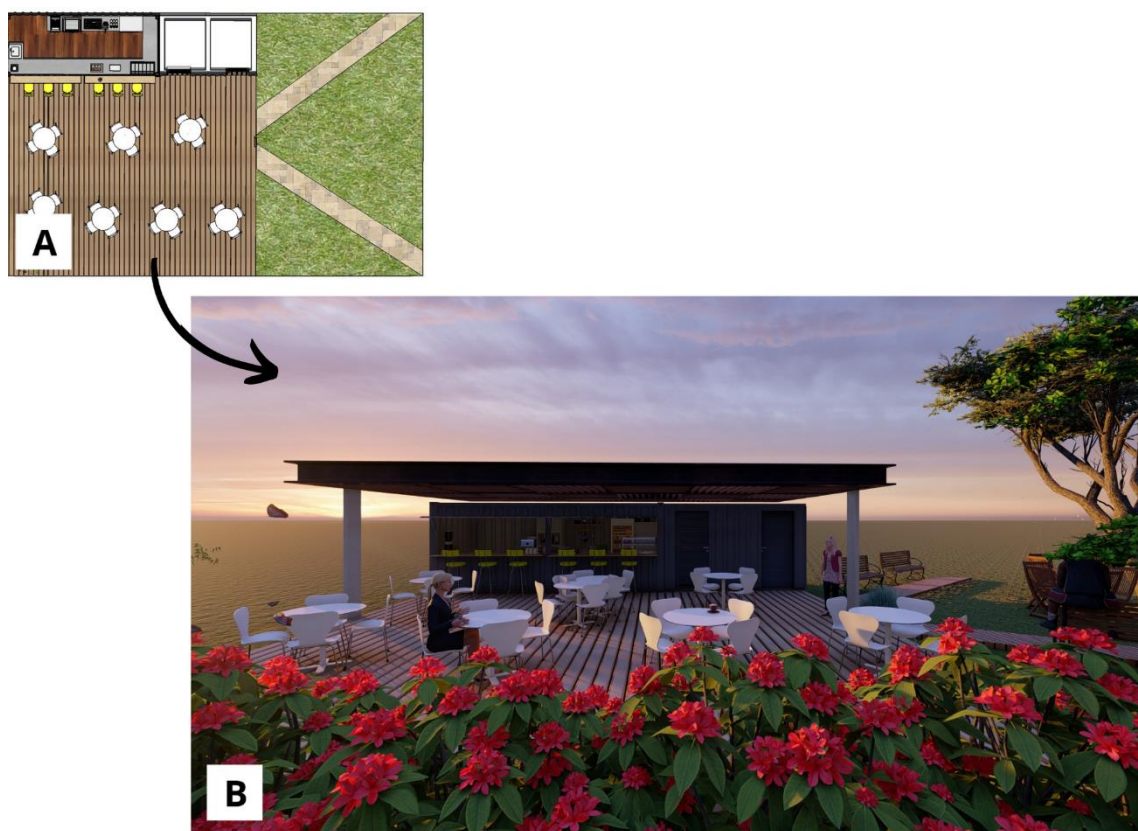


Figura 1. A – Planta baixa humanizada da área a sofrer a intervenção arquitetônica. B - Imagem 3D da Vista Frontal da proposta sugerida. **Fonte:** Produzidas pelo Autor, 2021.

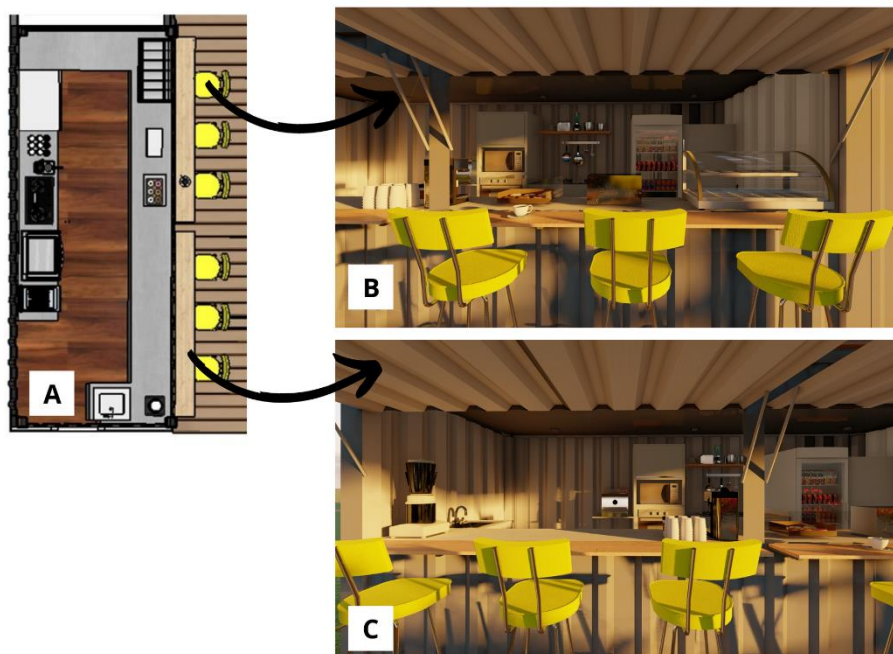


Figura 2. A – Planta baixa humanizada da área da cozinha sugerida. B - Imagem 3D da Vista Frontal da proposta sugerida, canto direita (indicado pela seta). C - Imagem 3D da Vista Frontal da proposta sugerida, canto direita (indicado pela seta). **Fonte:** Produzidas pelo Autor, 2021.

INTERNAÇÕES POR OBESIDADE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

NETO, Genesco Rodrigues Aquino¹; GUIMARÃES, Maria Clara Narciso¹; CUNHA, Paula Mendes¹; RAMOS, Pietra Fernandes Bento Pimentel¹; ALBUQUERQUE, Rafael Mendes Cardoso de¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹Discente da UNIFIPMoc; ²Docente da UNIFIPMoc

RESUMO

Introdução: A obesidade é um dos mais sérios problemas de saúde mundial, que afeta milhões de pessoas e se associa a diversos fatores. **Objetivo:** Analisar o perfil epidemiológico dos pacientes internados por Obesidade em Minas Gerais, no período de 2011 a 2020. **Métodos:** Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo, quantitativo, de base documental. Os dados foram obtidos do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS), pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS) no endereço eletrônico (<http://www2.datasus.gov.br>). **Resultados:** No período avaliado, foram registradas 7.389 internações por Obesidade em Minas Gerais. A região Centro (36,1%) e Leste (23,3%) apresentaram o maior percentual de internações. No entanto, as maiores taxas de mortalidade se concentram nas regiões Triângulo do sul (2%) e Sudeste (0,81%). Houve predomínio no sexo feminino (87,2%), na faixa etária entre 30-39 anos (32,5%) e na cor/raça parda (59,7%). A respeito do regime e caráter das internações, 23,3% foram em hospitais particulares e (83,4%) foram eletivos. Observou-se um total de 33 óbitos (0,44%). A maior taxa de mortalidade ocorreu

na faixa etária acima dos 80 anos (14,29%). **Conclusão:** Destarte com apuração de dados recentes e ainda presentes na realidade brasileira, houve um aumento do número de internações no decorrer dos anos com uma queda acentuada no ano de 2020. A taxa de mortalidade apresentou pequenas variações ao longo dos anos. Fica evidente que a Obesidade e consequentemente as internações em decorrência de maus hábitos alimentares, falta de atividade física adequada aliado a uma predisposição genética, conferem altos custos para a saúde pública do estado de Minas Gerais, Portanto, fazem-se necessárias políticas públicas para prevenção e controle da obesidade.

Palavras-Chave: Obesidade, Internações, Alimentação, Hospitalização.

MORBIMORTALIDADE POR AVC EM IDOSOS NO NORTE DE MINAS GERAIS

REGO, Maria Luiza Figueiredo¹; LOPES, Giovanna Ferreira¹; DURÃES, Gustavo Veloso¹; SILVA, João Pedro de Paula Ferreira da¹; TEIXEIRA, Ludmila Nery Landulfo¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹Discente da UNIFIPMoc; ²Docente da UNIFIPMoc

Introdução: O Acidente Vascular Cerebral (AVC) é um evento de rápido desenvolvimento com sinais clínicos de déficits focais na função neurológica, que podem se apresentar de forma transitória ou permanente, gerando sequelas de diversas ordens. Nesse sentido, mesmo com medidas profiláticas ao AVC, esses episódios são a segunda principal causa de morte e de incapacidade no Brasil. **Objetivo:** Dessa forma, o estudo pauta-se com o objetivo de avaliar a morbimortalidade por AVC em idosos do Norte de Minas Gerais. **Métodos:** Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), referente ao número de internações, perfil dos pacientes e taxa de mortalidade no período 2011 a 2020. Os dados foram obtidos a partir do SIH/SUS, disponibilizados pelo Departamento de informática do SUS (DATASUS), no endereço eletrônico (<http://www2.datasus.gov.br>). **Resultados:** No período de 2011 a 2014 houve redução no número de internação por AVC na região norte do estado de Minas Gerais (1.221), o que resultou em menor taxa de mortalidade nesse período (18,43). Já entre 2017 e 2019 foi evidenciado um aumento no número de internações (1.566), seguido de declínio em 2020 (1.370), portanto, em 2019 teve-se o maior índice de internações no período avaliado. Entretanto, essas oscilações do número de internações por AVC se manifesta de forma inversa a taxa de mortalidade, já que houve menor índice em 2019 (14,05) e maior em 2011 (20,55). Em relação às regiões de saúde de ocorrência, foi verificado um maior número de internações nas cidades Montes Claros (5.355), Brasília de Minas (1.924) e Janaúba (1.488); e uma maior taxa de mortalidade em Montes Claros (22,65), Janaúba (19,27) e Pirapora (19,25). Em análise aos dados sociodemográficos das internações, nota-se predomínio da doença no sexo masculino (52,03%), na faixa etária entre 70 e 79 anos (36,54%) e na cor parda (46,32%). **Conclusão:** Dessa forma, observa-se que, uma diminuição no número de internações não necessariamente resulta em uma diminuição na taxa de mortalidade, sendo necessário medidas que abordem a profilaxia do AVC e a importância de combater a ocorrência desses episódios, já que se manifestam de formas e sequelas diversas a depender do quadro do paciente.

Palavras-chave: AVC. Idoso. Morbimortalidade.

Resumo oriundo de atividades do Projeto Interdisciplinar da UNIFIPMoc

RODA DE CONVERSA ENTRE COLEGAS DE SALA DA PSICOLOGIA

GUIMARÃES, Beatriz Santarrosa Lopes ²; SILVA, Luanna Lopes dos Guimarães ¹; VELOSO, Matheus Coelho ¹; SOUZA, Patrícia Martins da Silva ¹; CELESTINO, Verônica Monique Freitas Maynard¹; JESUS, Yaritza Roxane Nunes ¹;

¹ Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc.

Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc.

Introdução

O presente resumo expandido trata-se de um relato de experiência com alunos, enquanto acadêmicos do curso de Psicologia do Centro Universitário FIPMoc (UNIFIPMoc). A disciplina Psicologia de Grupo: Modalidades de Intervenção faz parte da grade curricular obrigatória do curso e nos foi apresentada no 5º período. Sob orientação da professora são matriculados 29 alunos nessa disciplina. O primeiro encontro dos acadêmicos foi em fevereiro de 2021 e devido a pandemia de COVID-19 aconteceu em aula remota simulando encontros presenciais, em que a professora disponibiliza conteúdos e materiais didáticos mais personalizados e ajustados às necessidades do momento. Um dos trabalhos foi a modalidade de intervenção Roda de Conversa, baseado nos estudos do filósofo e educador brasileiro Paulo Freire. Essa metodologia apresenta uma proposta calcada na construção e reconstrução da realidade em ato educativo reflexivo, que acontece tanto na fala, quanto na escuta, por meio da discussão e da participação. (FREITAS; FORSTER, 2016) . Para Freire (2003, apud FREITAS; FORSTER, 2016) a “palavra” é a ferramenta que promove a transformação do mundo, como também, o meio pelo qual os sujeitos pronunciam sua visão de mundo e se permitem “encontrar com o outro”. Para contextualizar fizemos uma prática com os colegas e indagamos questionamentos sobre a formação em Psicologia. A Roda de Conversa objetiva proporcionar a assimilação entre teoria e prática, uma vez que é uma forma de estimular a reflexão e o senso crítico, além de ser um método importante para formação intelectual e vivência de grupos.

Material e Métodos

A aula sobre, modalidades de intervenção, *Roda de Conversa*, aconteceu em duas partes, sendo numa, aula teórica, e outra, prática. A aula teórica, aconteceu em ambiente virtual devido a pandemia, com apresentação de *slides e explicações feitas pelos alunos da equipe*, realizada através da plataforma zoom disponibilizada pela Faculdade FIPMoc (UNIFIPMoc), a aula prática foi uma *roda de conversa* apresentada no dia seguinte na mesma plataforma virtual, mediada por uma das alunas.

Os envolvidos foram os alunos do 5º período de psicologia noturno presentes em sala de aula, que deveriam disponibilizar imagem e áudio – onde todos participaram em um só grupo, aqueles que tiveram interesse em falar, discorreram sobre tema pré- definido e compartilhado anteriormente com os envolvidos no final da aula teórica e reforçado no grupo de whatsapp da sala.

Os materiais utilizados foram, textos sobre o assunto para pesquisa, computadores (em especial, notebooks) e/ou celulares com acesso à internet para pesquisa e apresentação.

A abordagem utilizada foi baseada em perguntas abertas e pré definidas sobre: *defina o que você esperava do futuro como psicólogo baseado no antes da pandemia COVID 19*, que seria desenvolvido a perspectiva de cada participante. Após a apresentação de cada dia, a professora pontuou suas observações.

Desenvolvimento

O objetivo deste trabalho foi alcançado com êxito mesmo estando num ambiente virtual, em virtude do isolamento social. Este trabalho foi inspirado na modalidade de intervenção grupal denominada de roda de conversa. A fim de compreender a condução deste trabalho, vale ressaltar o esboço desta modalidade, que, de acordo com Melo *et al.* (2016), provavelmente, foi estabelecido Sócrates. Nesta época, esta metodologia se caracterizava pela troca de ideias entre os indivíduos situados num mesmo espaço físico (essa dinâmica ocorreu com os indivíduos situados em espaços distintos devido ao avanço tecnológico), sendo que este debate estimulava uma reflexão ou uma caracterização de virtudes.

Após relatar os primórdios desta modalidade, assim como os objetivos para qual ela foi desenvolvida, há a possibilidade de aprofundar nos resultados obtidos por este trabalho. Para a realização deste, foi efetuado algumas perguntas pelo mediador e os indivíduos presentes na aula no ambiente virtual poderiam manifestar livremente seus anseios, gostos e opiniões. Foi observado que os indivíduos que se manifestaram durante esta atividade evidenciaram uma naturalidade na fala; algo essencial para a realização desta atividade. Partindo desta espontaneidade, foi visto uma alteração progressiva em alguns temas propostos pela mediadora ao decorrer das falas dos participantes, pois as falas dos participantes são consequências de suas experiências com o ambiente (a troca com o ambiente).

Estas mudanças recorrentes em algumas temáticas foram percebidas apenas pelo fato de os participantes sentirem-se confortáveis em relatar as suas opiniões, anseios a respeito de assuntos específicos. Estas alterações perceptíveis evidenciam um “poder” da conversação, especialmente quando este é realizado em grupo, pois assim, a exposição realizada por um destes indivíduos auxiliará ou até sustentará a fala do indivíduo a seguir (suas inseguranças, anseios, dentre outros).

Conclusão

Diante o exposto pode se considerar que o trabalho apresentado obtém êxito perante seu objetivo de apresentar a roda de conversa, especificando de forma clara e concisa como ela surgiu, quais são seus ideais, como ela acontece e qual é o seu efeito na vida dos participantes. Essa apresentação reafirma o potencial da dinâmica Roda de Conversa para os participantes, tendo em vista que esta usa da palavra e da conversa como ferramentas, e disponibiliza aos integrantes apresentar determinado assunto, discutir sobre este e dar a ele um novo sentido, ressignificar pensamentos e aprender novas ideias que ainda não haviam sido consideradas por estes.

Pode-se dizer que esse trabalho apresenta aos alunos de psicologia a relevância em realizar práticas grupais para o desenvolvimento de assuntos pessoais ou até mesmo discutir sobre problemas que afetam a comunidade na qual os presentes estão incluídos, tendo em vista que nesse processo de trocas de experiências e palavras proporciona um trabalho interno nos componentes da roda a partir de reflexões feitas por eles mesmos sem que seja necessário que o terapeuta converse com cada um de forma isolada.

Agradecimentos

A Unifipmoc pelo espaço de aprendizagem, por nunca ter medido esforços para nos proporcionar um ensino de qualidade durante todo o período. A nossa professora Beatriz, que conduziu todo esse trajeto ao nosso lado com paciência, zelo e dedicação, sempre disponível a compartilhar todo o seu vasto conhecimento. Aos colegas, pelo companheirismo, cumplicidade e pelo apoio nos momentos delicados. Todos foram ímpares na conclusão do trabalho bem como no crescimento acadêmico e pessoal, sendo portanto fundamentais para que resultados gratificantes acontecessem.

Referências

MELO, R. H. V.; FELIPE, M. C. P.; CUNHA, A. T. R.; VILAR, R. L. A.; PEREIRA, A. J. S; CARNEIRO, N. E. A.; FREITAS, N. G. H. B.; JÚNIOR, J. D. Roda de Conversa: uma Articulação Solidária entre Ensino, Serviço e Comunidade. **Revista brasileira de educação médica**, Natal, v. 2, n. 40, p. 301-309, jan. 2016.

FREITAS, A. L. S.; FORSTER, M. M. S. Paulo Freire na formação de educadores: contribuições para o desenvolvimento de práticas crítico-reflexivas. **Educar em revista**, Curitiba, n. 61, p. 55-69, jul./set. 2016